UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

HENRIQUE NAGASHIMA MILANELLO

A METATEORIA SOCIAL DE HERBERT BLUMER

*ESBOÇO PARA UMA RECONSTRUÇÃO METODOLÓGICA
DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO*

(VERSÃO CORRIGIDA)

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

HENRIQUE NAGASHIMA MILANELLO

A METATEORIA SOCIAL DE HERBERT BLUMER

*ESBOÇO PARA UMA RECONSTRUÇÃO METODOLÓGICA
DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO*

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. José Jeremias de Oliveira Filho.

SÃO PAULO
2015

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de reconstrução metodológica parcial do pensamento de Herbert Blumer e de seu interacionismo simbólico sob a luz da polêmica entre causalidade e compreensão, que emerge no seio das discussões acerca da natureza das explicações nas ciências sociais. Assim, tem-se focado principalmente sua tese de doutorado, *Method in Social Psychology*, a fim de deslindar a concatenação dos elementos explícitos e implícitos de fundamentação ontológica, epistemológica e lógica em um esquema-base compreensivo. Com ele, pretende-se analisar mais detalhadamente o modo como o pensamento de Blumer se estrutura metateoricamente e como o impasse de suas reflexões teóricas vêm a incorrer em problemáticas contidas nessa estrutura. Ao final, tem-se indicado um passo de uma mera reconstrução analítico-descritiva, tateando em Weber, Schütz e no realismo científico as bases para um desenvolvimento analítico-crítico de sua metateoria compreensiva.

Palavras-chave: Herbert Blumer. Interacionismo Simbólico. Metodologia das Ciências Sociais. Compreensão. Realismo Científico.

ABSTRACT

*This work is an attempt to a partial reconstruction of the methodological thinking of Herbert Blumer and its symbolic interactionism in the light of the controversy between causality and understanding. This controversy emerges within discussions about the nature of explanation in the social sciences. Thus, we have focused mainly on his doctoral thesis, *Method in Social Psychology*, in order to disentangle the concatenation of the explicit and implicit elements of ontological, epistemological and logical reasoning in his metatheoretical scheme of understanding. With it, we intend to analyze in more detail how the thought of Blumer is metatheoretically structured and how the dilemma of its theoretical reflections come to incur in problematic issues contained in this structure. At the end, it has been indicated a next step from a mere analytical-descriptive reconstruction, groping Weber, Schütz and the scientific realism as basis for an analytical-critical development of its metatheory of understanding.*

Keywords: Herbert Blumer. Symbolic Interactionism. Methodology of the Social Sciences. Understanding. Scientific Realism.

*A meus pais,
com carinho.*

AGRADECIMENTOS

Quantas dificuldades se interpuseram até que a trajetória deste trabalho desembocasse aqui nesta página tão singela de agradecimentos. Quanto processo há em se ingressar em um mestrado e se manter nele. As dificuldades em se delimitar o objeto de investigação, de montar o projeto, de se cercarem os problemas, de concatenar os argumentos adequadamente, de lidar com os prazos e obrigações cada vez mais extenuantes, e, entre tudo isso, superar cada insegurança e cada hesitação diante de um trabalho que, no fim das contas, expressa o desenvolvimento de uma reclusa solidão. Não obstante, não se poderia imaginar passar por qualquer uma dessas dificuldades sem a presença e a boa vontade de muitas pessoas. E reconhecer a importância daquilo que essas pessoas vieram a desempenhar no curso dos acontecimentos é apenas um pequeno gesto de gratidão perante o que muitas vezes foi deixado passar sem a devida delicadeza acerca do que realmente significavam.

Por isso, inicio meus agradecimentos dirigindo a meus pais, Sergio Milanello e Laura Nagashima Milanello, a gratidão por toda a compreensão que tiveram comigo no processo de elaboração deste trabalho. Sei bem o quanto o caráter abstrato das problemáticas com que vim a lidar pode gerar a incompreensão e o menosprezo mesmo dentro do campo das ciências sociais, mas vocês estiveram comigo. Acredito que nunca consegui me explicar inteiramente bem acerca dos assuntos que vinha tratando, a interrogação sobre o que estava tomando meus interesses em cada momento da pesquisa nunca conseguiu aprofundar o âmbito das respostas genéricas. Mas sei também que, a despeito de qualquer desentendimento, estiveram comigo e aceitaram a minha carreira, o que, sem dúvida, sustentou meu senso de responsabilidade e meu afinho quando, na minha solidão, a crença na viabilidade do trabalho se me contrapunha.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos de todas as horas, Ana Carolina Ghizellini Wyatt e Daniel Menezes Paz Nunes, pela presença constante, pela conversa sempre disposta, pelos conselhos relevantes que me dedicaram e por me oferecerem aquele horizonte mais que acolhedor dos grandes amigos. Sem

vocês a minha caminhada não teria o mesmo sabor. Também não o teria se não houvesse conhecido minha amiga Lidiane Mariano Pereira Mâncio, a quem nunca saberei agradecer dentro de todo o seu mérito pelo quanto me ajudou, demonstrando toda a coragem de uma pessoa de caráter. A ela devo o grande apoio recebido na época em que vinha elaborando meu projeto, bem como aos também caros amigos Danielle Christine Ramos Lodi e Rafael Paiva da Silva, duas excepcionais pessoas a quem devo muito pelo suporte e pela companhia naqueles tempos tão complicados. E, a todos eles, expresso minhas sinceras desculpas pelo certo distanciamento a que precisei me submeter quando mergulhado nas reflexões solitárias que vieram a originar este trabalho.

Mas não poderia deixar de mencionar a minha gratidão a Hugo Neri Munhoz, que se demonstrou ser, além de um colega de ofício, um grande intelectual e uma grande amizade. Sua interlocução foi, sem dúvida, fundamental para que muitas de minhas ideias se depurassem e para que meu arrefecido entusiasmo fosse renovado. Junto a ele, agradeço a Lenin Bicudo Bárbara e a Alexandre Barbosa Marques pela competência intelectual e pelas ricas ideias que proporcionaram quando nos pusemos a estudar Alfred Schütz. A Kleber Tandello Pereira nutro profunda gratidão, pois sua presença sempre esteve para tornar lúcidos os caminhos que se abriam, suas conversas sempre foram para mim uma demonstração de companheirismo, compartilhando comigo os dilemas da aspiração pela metodologia científica.

Ao professor Mário Antônio Eufrasio e ao meu orientador, José Jeremias de Oliveira Filho, não tenho palavras para agradecer. Tudo o que pode ser expresso aqui será infinitamente pequeno diante da relevância direta que tiveram em meu trabalho. Ao primeiro por haver participado intensamente de minha trajetória acadêmica, desde antes mesmo de imaginar um dia que viria a ingressar em um programa de pós-graduação. Sem sua influência jamais conseguiria haver escrito qualquer um dos capítulos que se seguem, mas infelizmente as formalidades me impedem de retribuir tudo o que me proporcionou fazendo meritoriamente o seu nome figurar junto à minha orientação. A meu orientador, agradeço por ter me acolhido como seu orientando e por haver me apresentado em

suas aulas o campo da metodologia, pelo qual vim a adquirir verdadeira paixão. Agradeço, ademais, ao professor Caetano Ernesto Plastino, pelos tão cuidadosos e propícios comentários que me prestou quando de minha banca de qualificação.

E, enfim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sem cujo auxílio financeiro esta pesquisa não teria se desenvolvido.

*These are the thoughts of all men in all ages and lands, they are not original with
me,
If they are not yours as much as mine they are nothing or next to nothing,
If they do not enclose everything they are next to nothing,
If they are not the riddle and the untying of the riddle they are nothing,
If they are not just as close as they are distant they are nothing.*

*This is the grass that grows wherever the land is and the water is,
This is the common air that bathes the globe.¹*

(Walt Whitman, "Song of Myself", *Leaves of Grass* [ed. 1855])

¹ "Estes são os pensamentos de todos os homens de todas as eras e terras, não se originaram comigo,/ Se não são seus tanto quanto meus, então são nada ou quase nada,/ Se não abarcam tudo, então são quase nada,/ Se não são o enigma e a decifração do enigma, então são nada,/ Se não estão perto tanto quanto distantes, então são nada./ Esta é a relva que cresce onde quer que haja terra e água,/ Este é o ar comum que banha o globo."

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I - ENTRE ARISTOTÉLICOS E GALILEANOS: UM HISTÓRICO DO PROBLEMA ENTRE EXPLICAÇÃO E COMPREENSÃO	16
CAPÍTULO 1. A Ciência Moderna e o conceito de causalidade física	25
CAPÍTULO 2. O positivismo pluralista de John Stuart Mill	53
CAPÍTULO 3. O dualismo metodológico de Wilhelm Dilthey e o estatuto autônomo das <i>Geisteswissenschaften</i>	76
CAPÍTULO 4. A visão herdada de ciência: teleologia e causalidade no Positivismo lógico, Empirismo Lógico e Racionalismo Crítico	98
CAPÍTULO 5. Neokantismo alemão, Max Weber e a síntese entre explicação e compreensão	137
PARTE II - O PENSAMENTO METATEÓRICO DE HERBERT BLUMER: UMA RECONSTRUÇÃO METODOLÓGICA	179
CAPÍTULO 6. Method in Social Psychology	181
6.1 O Método Científico em Blumer	184
6.2 O Campo da Psicologia Social	222
6.3 A Compreensão como Introspecção Simpática	244
6.4 A Análise Compreensiva de Blumer e o “elemento” social	255
CAPÍTULO 7. Os Artigos Metodológicos de Blumer e seu <i>An Appraisal de The Polish Peasant</i>	276
7.1 Science without concepts (1931)	276
7.2 Social attitudes and nonsymbolic interaction (1936)	291
7.3 An Appraisal of Thomas and Znaniecki's <i>The Polish Peasant in Europe and America</i> (1939)	296
7.4 The problem of the concept in the social psychology (1940)	333
7.5 Public opinion and public opinion polling (1948)	347

7.6 What's wrong with social theory? (1954)	355
CAPÍTULO 8. Delineamentos de uma reconstrução analítico-crítica da compreensão_	366
8.1 A teoria do <i>self</i> de Mead como fundamento ontológico para a objetividade do eu do outro	378
8.2 O tipo ideal de Weber e a sociologia fenomenológica de Schütz como suportes epistemológicos para a teoria do <i>self</i> de Mead	408
8.3 O realismo e o institucionalismo metodológicos como fundamentos para a apreensão dos fenômenos sociais	424
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	445

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por intuito o estudo analítico dos textos de fundamentação teórico-conceitual do sociólogo americano Herbert Blumer. Nesse sentido, a discussão aqui proposta se situa no âmbito da metodologia das ciências sociais, dispondo-se, mais especificamente, à elaboração de reconstrução metodológica parcial das ideias e propostas acerca de fundamentos contidas na obra de Blumer. Como toda tentativa reconstrutiva, visa-se à clarificação dos pressupostos que norteiam a articulação dos níveis teórico e técnico com base no desdobramento conceitual de processos de investigação, fazendo aparecer o aparato que confere estrutura ao pensamento do autor.

Tendo sido Blumer figura proeminente na fundação da tradição sociológica do Interacionismo Simbólico, em termo por ele mesmo cunhado em 1937¹, torna-se ainda mais proveitosa a exploração da temática. À medida que o Interacionismo se constituiu em corrente intelectual destacada no campo da Sociologia nas décadas de 1960 e 1970, quando produziu nomes de grande reconhecimento e contou com pujante desenvolvimento teórico ancorado em significativa estrutura institucional para a divulgação da perspectiva – com uma sociedade própria, assim como com boletim informativo, convenção, simpósio e periódico² –, dispor-se à tarefa de deslindar seu debate de origem significa passar em revisão dos problemas nevrálgicos à constituição do movimento intelectual, cuja originalidade permitiu reorientar os esforços de investigação a novos domínios e fenômenos preteridos pela ortodoxia sociológica da época³. A

¹ Blumer sugere a terminologia para diferenciar os proponentes de uma psicologia social voltada para a dimensão do significado da ação, em oposição aos defensores da postura objetivista de estímulo-resposta. Para tanto, cf. Blumer (1937).

² Em meados dos anos de 1970, o termo “interacionismo simbólico” passou a ser utilizado para denominar um grupo específico de acadêmicos que se reuniam – e ainda hoje se reúnem – sob a *Society for the Study of Symbolic Interaction* (SSSI). Pelos trabalhos da sociedade foram fundados o boletim informativo trimestral *SSSI Notes*, o periódico também trimestral *Symbolic Interaction*, a convenção anual e o simpósio *The Couch-Stone Symposium*.

³ Entenda-se aqui o predomínio teórico de época das correntes do funcionalismo e do estruturalismo que soaram definir a tônica do discurso sociológico e que tiveram profundo impacto sobre o problema do estatuto científico da sociologia. Contudo, não se advoga aqui uma conceitualização paradigmática da história da disciplina, tal como propôs Kuhn para as ciências naturais, na medida em que não acreditamos ser pertinente tal reflexão ao desenvolvimento científico das ciências sociais, nas quais impera a diversidade de enfoques mesmo em momentos de predominância de uma tradição de pesquisa.

apreensão do caráter internamente elaborado do comportamento humano, das disposições para a ação e das consequências da interação social que os indivíduos mantêm cotidianamente sob a luz de reflexão singular acerca do objeto da teoria social são os pontos-chave para fazer adentrar a teoria em um universo valorativo de símbolos e significados compartilhados.

A ênfase sobre os atores sociais e seus processos de definição da situação conduz à preeminência no tratamento de microprocessos, conjuntamente à crítica às abordagens macroestruturais dominantes na sociologia à época, especialmente representadas na corrente do estrutural-funcionalismo. Da filosofia pragmatista, Blumer herdaria a recusa a qualquer tipo de apriorismo, dada a leitura de que a teoria social empreendida desde as estruturas promoveria a redução dos atores a autômatos sem independência e vontade, implicando um determinismo sociológico por parte de entidades abstratas que pecariam pelo caráter demasiadamente metafísico. Ao contrário, seriam as interações entre indivíduos as relações sociais básicas responsáveis por pautar o movimento da sociedade e de suas instituições, mais adequadas que estariam não apenas perante os sujeitos da ação, mas também e, sobretudo, frente à dinâmica da mudança social e da criatividade que marca para ele o desenvolvimento dos grupos sociais e os limites da conduta individual.

Paralelamente, o pronunciado e reiterado empirismo que emergiu desta maneira conferiu à perspectiva uma marcada prudência em relação a generalizações de amplo e longo alcance. Esse posicionamento custou ao Interacionismo importantes críticas quanto à limitação na capacidade de explicação de fenômenos, valendo-lhe o qualificativo, por vezes depreciativo, de microsociologia. As críticas, como veremos, não são adequadas ao esforço de síntese que pode ser encontrado em Blumer. A pretensão de atingir níveis mais elevados da atividade social é parte irrevogável da análise interacionista e, nesse caso, a dificuldade da empreitada define o grau de cuidado e rigor a que sempre foi submetida, conquanto venhamos a entender melhor os pressupostos em que repousa a prudência de Blumer. Assim, é ao mesmo tempo notório o problema enfrentado mesmo por seus teóricos mais eminentes em transpor a barreira da segmentação de escalas na pesquisa. Em vista disso, passar em revisão uma obra

fundadora nos permite compreender em que grau procedem as críticas e, por conseguinte, revivificar parte importante da teoria sociológica.

Trazer à discussão o caráter metodológico dos escritos de Herbert Blumer demonstra relevância por permitir adentrar em campo ainda praticamente inexplorado, a despeito da aparente fecundidade de seu estudo. O fato de que seus argumentos sejam ainda hodiernamente revisitados para a legitimação de pesquisa empírica de procedimentos ditos “qualitativos”, revela a importância de se arrazoar mais detidamente sobre o caráter subjacente das proposições, que já de início sugere problematizações capazes de pôr em evidência elementos da ordem da natureza das explicações em sociologia. Temos em mente que procedimentos de operacionalização de pesquisa empírica pressupõem teorias⁴ e hipóteses acerca da adequabilidade das técnicas e tecnologias empregadas empiricamente frente à natureza do objeto de pesquisa e de sua apreensão enquanto conhecimento válido, conduzindo-nos à assimilação desses pressupostos quando procedemos decisoramente pelo uso de certos métodos e não de outros.⁵ Logo, proceder à compreensão das ideias do autor como produto linguístico de uma atividade metateórica e, nesse sentido, à análise descritiva e crítica de seus pressupostos e corolários, carrega consigo o próprio aperfeiçoamento dos processos de investigação da disciplina, desenredando os limites e a consistência do conhecimento obtido por sua via, bem como de seu caráter de sistematicidade e de sua pretensa validade científica.

É desse modo que iniciamos nosso trabalho com o delineamento do histórico da polêmica metodológica que se estabelece entre a causalidade e a compreensão dentro do problema da natureza das explicações científicas nas ciências sociais. Debruçamo-nos nos primeiros cinco capítulos desta dissertação a entender como tem origem na filosofia da ciência as questões pertinentes à apreensão de relações causais nas ciências naturais, buscando observar como os filósofos da modernidade têm tentado justificar a possibilidade do conhecimento

⁴ O uso do termo aparece neste momento de maneira ampla, abarcando não apenas teorias científicas, mas também teorias filosóficas.

⁵ “Os enunciados deste nível [metateórico] compõem os argumentos que têm por função a crítica e justificação possibilitadoras das decisões que permitam optar entre hipóteses, conceitos e teorias ou entre métodos e técnicas, alternativos. Sempre que o cientista social pretenda argumentar a adoção ou rejeição de conceitos ou teorias, proferirá enunciados metateóricos” (OLIVEIRA FILHO, 1976: 269).

de tais relações. Disso, passamos a abordar o modo pelo qual a problemática natural da causalidade, que fora inicialmente proposta numa separação do âmbito dos fatos e âmbito dos valores, na chave de contraposição histórica entre o conhecimento científico e o conhecimento teológico, veio a retornar como modelo para a apreensão também de fenômenos sociais e de que maneira isso veio a repercutir sobre a antiga distinção fato-valor. Esse é basicamente o conteúdo que conforma nosso primeiro capítulo. Assim, na sequência, abordamos dos capítulos segundo ao quinto como a problemática dos fatos e valores interfere na obra de grandes figuras intelectuais que vieram a contribuir para o histórico do problema entre causalidade e compreensão. Trataremos, respectivamente, em cada um deles as ideias de John Stuart Mill, de Wilhelm Dilthey, de autores do positivismo lógico, empirismo lógico e racionalismo crítico, constituindo nossa discussão acerca da filosofia científica de início do século XX, e, enfim, as ideias do neokantismo de Baden e do pluralismo de método que se abre em Max Weber.

Já na segunda parte do trabalho, concentramos nossos esforços no estudo propriamente dito da fundamentação do interacionismo simbólico advogado por Herbert Blumer. Partimos do instrumental disponibilizado na primeira parte do trabalho, avançando com ele no sentido da análise minuciosa dos argumentos contidos nos trabalhos de Blumer. Nossa reconstrução metodológica, então, se divide em duas partes. Nos capítulos sexto e sétimo, empreendemos uma reconstrução a que temos chamado analítico-descritiva, procurando deslindar os fundamentos ontológicos, epistemológicos e lógicos implicados internamente na obra de Blumer. Nessa etapa, procuramos enfatizar um trabalho que tem sido usualmente esquecido pela literatura sociológica que trata o autor ou sua linha de trabalho, mais especificamente sua tese de doutorado (capítulo sexto). Nela acreditamos haver encontrado o tratamento mais explicitamente filosófico dos problemas, sugerindo de modo esboçado um esquema-base.

Em relação a esse esquema-base, procuramos demonstrar no capítulo sétimo como ele vem a ser modificado ainda com base em questões e impasses que se impunham naquela tese, atentando para o modo como o pensamento posterior, até 1954, de Blumer veio a se consolidar em meio a oscilações e impasses, mas não se deslocou daquela matriz inicial. Por fim, no capítulo oitavo,

prossequimos com a segunda etapa de nossa reconstrução metodológica, na qual nos engajamos em uma ousada tentativa de, partindo de instrumental interno e externo à obra de Blumer, explicitar certos pressupostos ontológicos, epistemológicos e lógicos necessários à constituição de uma metodologia compreensiva, defendendo que esses pressupostos não são incongruentes com um projeto de ciência causal, muito embora nesse pluralismo metodológico sejamos obrigados a repensar o vínculo de certos metaconceitos e a ampliar a definição de explicação para além dos parâmetros estritos em que foram concebidos os modelos hipotético-dedutivo e indutivo-probabilista. Caímos, assim, partindo de um problema específico da metodologia das ciências sociais, em uma problematização também de aspectos gerais da metodologia científica.

PARTE I
ENTRE ARISTOTÉLICOS E GALILEANOS:
UM HISTÓRICO DO PROBLEMA ENTRE
EXPLICAÇÃO E COMPREENSÃO

A ideia de que o ser humano poderia ser o foco de estudos com caráter eminentemente “científico” remonta a uma problemática clássica dentro da filosofia quanto à adequação da natureza do ser humano na constituição de um objeto de conhecimento sistemático e rigoroso, e, portanto, de acordo com o estatuto cognitivo de uma empreitada epistemológica intersubjetivamente pautada. Certamente não podemos olvidar de que estamos aqui nos referindo a critérios amplos de um conceito de “ciência”, ainda bastante problemático e que tem sido desenvolvido e aclarado na duração do próprio desdobramento histórico das práticas de observação e experimentação, ao que o termo, diante de inúmeras disputas filosóficas, já conta ter passado por sensíveis revisões respectivamente à real dimensão do conhecimento abarcado por sua definição e, conseqüentemente, dos limites a que tendem os critérios a qualificá-lo. Porém, é-nos fundamental sublinhar que o êxito pragmático tem sido característica forte para a aceitação da ciência como instituição social fidedigna a nos oferecer o conhecimento do mundo, especialmente aquele êxito mais geral que tem sido alcançado pela explicação do mundo natural desde o final da baixa Idade Média e início do Renascimento. A preocupação com o controle dos fenômenos tem pautado de modo significativo toda a trajetória do conhecimento científico até a nossa época e, com ela, a trajetória de todos os estudos direcionados à fundamentação da

prática da ciência. Por esse motivo, refletir sobre a adequação do conhecimento sobre o homem em relação aos parâmetros de um conhecimento científico nos leva necessariamente a uma consideração da ordem da natureza constitutiva desse último, exigindo-nos, de algum modo, ainda que parcial e tateante, uma identificação acerca do que vem a ser epistemologicamente fundamental à ciência se quisermos dizer que há algo no conhecimento sobre o homem que o qualifique a ser científico.

Se a reflexão sobre os fundamentos da ciência geralmente toma a forma de uma análise *a posteriori* dos procedimentos sustentados pelos cientistas em teorias consideradas bem-sucedidas, numa espécie de apreensão exemplar ou modelar oriunda do universo positivo da ciência para conferir sustentação a elucubrações propriamente normativas de por onde haverão de se guiar os cientistas futuros se desejarem alcançar êxitos similares¹, o papel dos primeiros filósofos e experimentalistas que se furtaram à ortodoxia religiosa para proporcionar a retomada de estudos naturalistas é algo que constitui o cerne do abandono gradativo do princípio de autoridade medieval, com respeito ao relativo unitarismo entre fatos e valores no pensamento dogmático teológico, para a preeminência de um conhecimento secular de base empírica. A espécie de naturalismo “animista” que ganha corpo especialmente durante a Renascença tendeu a resultar na rejeição de dogmas impostos pela Igreja, muito embora essa rejeição não tenha sido um resultado de decisões morais individuais dos cientistas – que permaneceram com sua fé religiosa –, senão que consequência das próprias implicações contidas nos experimentos naturais levados a cabo e no próprio caráter experimental de modo mais amplo². Para efeito de ilustração, são

¹ Não incorremos aqui em falácia genética, pois tomamos a ideia de que os casos históricos nos servem enquanto modelos a serem desdobrados em suas consequências lógicas, produzindo dessa maneira apontamentos para uma concepção geral de procedimentos de fundamentação que podem, então, ser aplicados para a avaliação normativa de outros casos históricos.

² É importante ter em mente neste ponto que muitos investigadores a que nos referimos sob a rubrica geral de naturalistas foram de algum modo ligados à Igreja, ocupando algum posto hierárquico dentro dela ou então como seguidores de fé, e por isso não é possível falar de uma ruptura intencional ampla com as posturas religiosas, senão que somente uma ruptura parcial e circunscrita por decorrência de limitações e incongruências impostas pelo próprio teor não-teológico do fundamento explicativo das teorias por eles propostas. Mesmo assim, temos de ressaltar que muitos naturalistas procuraram conciliar de alguma maneira suas proposições teóricas com as crenças religiosas da Igreja, fazendo-as participar de sistemas metafísicos mais amplos de maneira a reorientar a interpretação dos fenômenos naturais observados.

historicamente representativos os trabalhos em astronomia de Nicolau Copérnico que culminaram na *teoria heliocêntrica do Sistema Solar*, posteriormente abraçada por figuras eminentes como Giordano Bruno, Galileu Galilei e Johannes Kepler e que fora emblemática no enfrentamento da tradição geocêntrica (ptolomaica) sustentada pela Igreja.

O aprofundamento das pesquisas naturalistas e seu relativo êxito pragmático orientaram mesmo o pensamento empirista do filósofo inglês Francis Bacon ao apontar a necessidade de um método racional autônomo e suficiente para revelar o conhecimento verdadeiro e expurgar as falsidades de nossos horizontes intelectuais, seja na realização de ataques reiterados à teologia de sua época, seja elaborando sua teoria dos ídolos. Preocupado com a contaminação da ciência por preconceitos das mais diversas ordens, o que o leva a classificar cinco tipos de ídolos – da tribo, da caverna, do foro, do teatro e das escolas –, Bacon procura na clarificação dos efeitos distorcivos à obtenção e fundamentação do conhecimento aquilo que seria a justificação para remover os embustes, ao que todos os elementos que nos conduziriam ao engano estariam, de algum modo, ligados a hábitos de senso comum e, por consequência, a valores arraigados. Nesse sentido, trata-se de opor, de maneira decisiva, o valor à apreensão e investigação isenta dos fatos e, mais tipicamente, os valores, como esfera do senso comum, da moral e da teologia e submissos às paixões e volições humanas, aos fatos, como reveladores das estruturas subjacentes e ponto de apoio da razão e da ciência.

Não apenas o empirismo de Bacon, mas também o racionalismo de Descartes resultou da influência pela preocupação de constituir uma base confiável para nosso conhecimento do mundo e, assim, evitar que caíssemos em falsos problemas. De atitude diversa da de Bacon tanto para com a Igreja como frente ao ponto de partida da filosofia, Descartes incorporou em suas reflexões epistemológicas e metafísicas posições fundamentais para a rejeição do pensamento tradicional. Nas *Méditations Métaphysiques*³, foi enfático na instituição da dúvida metódica como base de trabalho, erigindo uma reflexão lógica e sistemática a fim de garantir que restassem tão somente a verdade e a

³ Em tradução livre: *Meditações Metafísicas*.

certeza. Tudo o que é possível ou provável tornar-se-ia objeto da dúvida cartesiana, a ponto de que mesmo ao fim do processo, quando já alcançada a veracidade do necessário, colocássemos-nos ainda resistentes às antigas (e falsas) opiniões, uma vez que o caráter habitual destas nos influenciaria, por persistência, à obliteração da razão. Com efeito, “a recusa em conceder qualquer relevância cognitiva ao ‘fundamento hermenêutico’ dos valores (isto é, o recurso ao comentário e à interpretação dos autores, das autoridades) atinge, assim, o próprio cerne do sistema tradicional de transmissão do conhecimento mantido pela Igreja nas universidades, que se assentava fundamentalmente na autoridade e na memória” (MARICONDA, 2006: 456), apresentando em relação aos métodos de conhecimento tradicionais consequências gerais bastante próximas das de Bacon. A ênfase recai também aqui na afirmação de que a objetividade do conhecimento científico é alcançada via imparcialidade na apreensão e tratamento do objeto, imparcialidade esta identificada com a eliminação dos juízos de valor.

É dentro desse panorama que os estudos da natureza obterão sua autonomia da estrita leitura religiosa, cuja pauta em um aristotelismo de versão escolástica continuaria dominante para os estudos do homem. A distinção entre disciplinas naturais e disciplinas morais, levando em conta a clara distinção entre fatos e valores pleiteada como substrato da objetividade, se erigiria enquanto pedra angular para uma segunda e mais significativa divisão, a saber, entre conhecimento científico e não-científico⁴. Para tanto, são notáveis os trabalhos de Galileu delineando o que seria a validade universal dos resultados da investigação científica e a preeminência desta frente a discussões teológico-religiosas que tivessem lugar no âmbito das questões da natureza. A universalidade da razão suplantaria os poderes da interpretação quando disposta a versar sobre o conteúdo do mundo natural, demonstrando com isso a “superioridade do conhecimento científico sobre todo o conhecimento de tipo moral” (MARICONDA, 2006: 458)

⁴ Não cabe a esta altura uma acusação de que o conhecimento teológico não seja um conhecimento objetivo. De fato, a argumentação gira em torno da capacidade de objetividade da ciência natural e de uma desqualificação da objetividade do conhecimento religioso no que tange à explicação de fenômenos naturais. Por isso, seria inadequado associar uma postura subjetivista a métodos de conhecimento não-científicos. Basta, assim, que se compreenda que a contenda ocorre em um âmbito circunscrito, ainda que se possa sustentar num sentido bastante delimitado dos termos que, para os críticos naturalistas, a interpretação teológica diante da explicação científica estava mais propensa a subjetivismos no concernente à abordagem da natureza.

na medida mesma em que o primeiro seria dotado de uma certeza sensória da qual o segundo absolutamente careceria. A fatualidade invocada como bandeira de legitimação da ciência haveria de ter por função a delimitação do campo de recurso à autoridade apenas àqueles assuntos e problemas que se veriam para além da confirmação dos sentidos ou do raciocínio. O caráter apodítico da ciência, para Galileu, e também para Descartes, nos conduziria a verdades necessárias, acessíveis por um método racional fundamentado na posse de uma razão natural, cuja universalidade estaria dada no próprio aparato cognitivo humano. Assim, todos os cognitivamente são teriam a capacidade de acompanhar os raciocínios de demonstração levados a cabo pela ciência e de, dessa forma, ratificar seus resultados.

Se a explicação científica é superior à teológica com respeito à natureza, não o é pura e simplesmente sem quaisquer intenções pragmáticas. A crença no controle da natureza como critério para a preeminência do conhecimento foi, como já tivemos ocasião de mencionar, crucial para a afirmação da ciência dentro da ascensão da mentalidade experimental. O controle da natureza deriva da capacidade de se isolar analiticamente as causas e condições iniciais à ocorrência de um fenômeno de modo tal que possamos conhecer detalhadamente quais as consequências de cada parte de um acontecimento e atuar interventivamente sobre elas⁵. Isso nos leva ao caráter preditivo das teorias científicas. A divisão entre fato e valor, pano de fundo para a consolidação da ciência moderna, seria, então, responsável por impor mais uma significativa barreira entre conhecimentos naturais e morais, aquela respectiva à impossibilidade destes de gozarem de um conhecimento preditivo e, portanto, de tratarem de fenômenos isoláveis e reproduzíveis.

O estatuto da ciência permaneceria, destarte, fechado para as disciplinas morais até o advento da Reforma Protestante que, rompendo com o domínio da interpretação bíblica católica, permitindo o acesso direto aos textos sagrados por parte de seus fiéis e relativizando padrões religiosos e morais, propiciaria o

⁵ Atuar interventivamente não diz respeito apenas a uma capacidade de reproduzir um dado fenômeno natural por via de experimentos artificiais, mas também à capacidade de amenizar consequências fenomênicas que nos sejam indesejadas.

desenvolvimento de abordagens heterodoxas não só para a teologia⁶ como também e sobretudo para as demais disciplinas morais. O aprofundamento das abordagens interpretativas obtido no encalço das transformações reformistas levou ao reforço de uma preocupação propriamente exegética com obras consideradas canônicas e deu margem para que uma tradição interpretativa se instaurasse, ainda que de modo assistemático entre as diversas disciplinas, dentro dos estudos do homem nos países protestantes. Neles, a dicotomia entre fatos e valores não se traduziu em um distanciamento peremptório que isolou e impediu as disciplinas morais de pleitearem um conhecimento de estatuto racional de base empírica, muito embora não tenham equivalido metodologicamente os conhecimentos humanos aos conhecimentos naturais. No protestantismo, a ciência desenvolveu-se de modo mais harmonioso com a tradição religiosa e isso, nos estudos do homem, significou a persistência de um método exegético de investigação que, se não era igual ao método utilizado nas disciplinas naturais, não deixava de ser reconhecido como legitimamente científico. Dentro dessa linhagem, assim, imperou algo como uma tendência para ampliar a concepção de ciência e de gerar em seu seio um *dualismo metodológico*.

Por sua vez, nas nações católicas, incluindo por exceção a Grã-Bretanha⁷ (muito provavelmente pela influência do pensamento de Bacon e também, posteriormente, de Hume, associado ao centralismo da Igreja Anglicana⁸), o ideal da Contrarreforma sustentou acirrada a dicotomia entre fatos e valores e fez com que durante muito tempo os estudos sobre o homem estivessem sob a rubrica da filosofia especulativa ou da filosofia da moral. Mesmo com o declínio da influência religiosa, as disciplinas morais se mantiveram sob a aura de uma relativa hostilidade humanista à ciência. Nesses países, a abertura para um conhecimento humano de tipo científico só se daria por intermédio dos êxitos explicativos alcançados no campo das ciências naturais. A ruptura com a tradição teológica e com o senso comum foi continuamente parte indispensável do padrão de desenvolvimento da ciência nessas sociedades e não foi diferente quando se

⁶ Como exemplo, podemos citar a tentativa de uma abordagem científica da teologia, a teologia natural.

⁷ Mas aqui poderíamos citar ressalvas importantes como as figuras de Newton e de Locke (cf. Mariconda (2006: 462)).

⁸ Nesse sentido, bastante próxima do catolicismo.

buscou incluir as disciplinas morais. Por esse motivo, a tendência comum fora sempre a de uma concepção mais estrita de ciência cujo abarcamento dos estudos acerca do homem ocorreria somente por um traslado de método, originando posições naturalistas de *monismo* ou *reducionismo metodológico*.⁹

Absolutamente, não encampamos aqui uma visão de que as barreiras geográficas e religiosas das nações foram limitações determinantes para a formação de seus intelectuais, formatando seu pensamento de maneira a resignar suas influências a um universo endógeno. Porém, representaram, sem dúvida, circunscrições mais ou menos fluidas de alcance amplo e duradouro sobre as mentes filosóficas e científicas. Não obstante posições monistas e dualistas terem transbordado fronteiras geográficas e religiosas, ainda nos é sempre possível reorientarmo-nos até a gênese do problema para levantarmos uma linhagem própria das posições sustentadas pelos seus respectivos intelectuais e encontrarmos nessa linhagem o carácter nacional formador. Com efeito, posturas compreensivas e posturas explicativas não deixaram de dialogar em um longo percurso crítico, em muitos momentos tortuoso e atravancado, em que soluções às objeções de cada lado da contenda têm sido apresentadas, resultando em um substantivo alargamento e aprofundamento do escopo da disputa.

Seriam os estudos do homem e da sociedade passíveis de apreensão científica? Quais as similaridades e diferenças das investigações sociais em relação às investigações naturais? Seriam aquelas explicadas da mesma maneira

⁹ Como afirma Apel, “posto de modo mais preciso, a questão envolve as diferentes extensões do conceito de ciência que cada lado pressupõe em conexão com essa relação [entre razão pura e razão prática kantianas, em um impasse dualista sobre a constituição de uma ciência do homem e da sociedade]. A visão cientificista é orientada para o conceito de ciência como ele tem sido desenvolvido ao longo de linhas paradigmáticas da ciência natural nomológica e explicativa. Em um nível mais profundo de pressuposição, isso significa que um ideal teórico de objetividade é mantido, o qual pode ser garantido apenas sobre a base de uma relação cognitiva que é livre de valores, livre de interpretação e envolvendo uma ‘diferenciação-sujeito-objeto’ pura. No longo prazo, esse programa envolve a promoção das ciências humanas, se possível, assim como para o status de ciências capazes de progresso, sob as condições limitantes desse ideal cientificista de objetividade. [...] Contrariamente, os protagonistas do status especial das *Geisteswissenschaften* [ciências humanas ou do Espírito] estão preparados para manter aberto seu conceito de ciência, em vista de problemas particulares da razão prática e talvez até mesmo estética. Eles estão prontos para adaptar a metodologia a novos e diferentes problemas mais do que a validar rígidas demandas da metodologia cientificista e portanto restrita à área dos problemas que podem ser investigados. Se a princípio somente de modo obscuro e unilateralmente, eles, não obstante, reconhecem que a realidade histórico-social representa um novo fenômeno e uma situação-problema de que, em contraste com a natureza, seus componentes exibem uma relação fundamentalmente diferente para com os seres humanos em si mesmos” (1979: 34-5).

que estas ou estaríamos perante uma forma distinta de relacionar os fenômenos? Existe(m) critério(s) de demarcação que nos permita(m) crer que estamos efetivamente fazendo ciência? Havendo um critério de demarcação, ele é exequível para as investigações sociais?

Diante de perguntas como essas, filósofos e investigadores sociais de ambas as tradições tiveram inevitavelmente de se haver na empreitada de definir o estatuto cognitivo do conhecimento sobre o homem e, no desdobramento, posturas pluralistas dos mais diversos tipos não tardaram a aparecer combinando, com pesos diversos, elementos de ambas as linhas. A busca por uma ciência social próxima às ciências da natureza, por um lado, incrementou-se com a necessidade de obediência ao caráter histórico e contextual a ser abarcado pelas explicações acerca da sociedade; se não abandonou seguir os passos gerais de uma unidade metodológica mais estrita, não pode se conter no monismo inicial, cedendo lugar para as idiossincrasias intencionais e situacionais dentro do terreno das amplas pretensões estruturais e generalistas da explicação natural. Por outro lado, a tentativa de secularizar os métodos compreensivos de acesso aos textos nas diversas disciplinas morais trouxe no encalço a preocupação de universalizar o fundamento da compreensão, habilitando-a ainda ao tratamento de outros modos de discurso, via rigor e sistematização propriamente científicos aos estudos; da parte da tradição compreensiva o dualismo atenuou-se, pois as intenções de um autor deveriam ser deslindadas interpretativamente a tal ponto que seu intérprete pudesse ir além da autoconsciência daquele, acessando suas ideias e decodificando-as na espessura que possuem subjacentemente ao vínculo que adquirem com ideias outras.

Uma terceira vertente, originada separadamente por ambas as linhagens, foi a que procurou enfatizar uma distinção ontológica dos tipos de fenômenos e sustentou a separação disciplinar, legitimando o *status* científico apenas às investigações da natureza. A seus proponentes coube defender a inseparabilidade das disciplinas morais do universo da filosofia e asseverar acerca da indeterminação insuperável que estaria por detrás dos próprios fenômenos sociais, ou ao menos por detrás de grande parte deles. A dependência de tais fenômenos das circunstâncias em que vieram à tona, conferindo-lhes individualidade

singular, impediria que tentativas de apreensão de um conhecimento geral e repetível pudessem vir a lograr qualquer êxito substantivo, distanciando ontologicamente o objeto social do objeto natural. Imersas no âmbito subjetivo, as investigações sociais se veriam intimamente relacionadas à intenção dos agentes ao se lançarem à ação e estas só poderiam, então, ser compreendidas notando-se sua completa solubilidade em relação ao contexto particular no qual surgem e estão envolvidas. Consequentemente, tais fenômenos se veriam alheios a qualquer objetividade ou, pelo menos, dispostos a uma objetividade de tipo diferente, à medida que distantes de uma fundamentação muito mais do que meramente particular e plausível.

CAPÍTULO 1

A CIÊNCIA MODERNA E O CONCEITO DE CAUSALIDADE FÍSICA

As linhas gerais de origem da polêmica metodológica tradicionalmente nomeada explicação-compreensão podem ser captadas no pano de fundo da dicotomia fato-valor enquanto herança conceitual geradora das condições histórico-intelectuais de emergência das ciências sociais. Uma herança que se funda em forte disputa entre a tradição naturalista e a tradição escolástica. Do lado do pensamento teológico, o expoente central é certamente Tomás de Aquino, que, ao retomar Aristóteles na *Summa Theologiae*¹, construiu sua defesa da existência de Deus concatenando as quatro causas aristotélicas e concedendo prioridade ao papel da causa final. Além disso, o pensamento de Tomás de Aquino pode ser concebido como a primeira teoria consistente da lei natural e, sem ela, indubitavelmente, não teríamos a base metafísica que sustenta toda a orientação em relação ao conceito de causa teleológica que teremos contraposta pela ciência moderna. Do mesmo modo, também não haveríamos de ter a leitura particular no âmbito da relação entre causa e efeito dentro do conceito de causa eficiente, que permaneceria regendo toda a concepção estrutural da explicação de tipo causal.

Em sua argumentação, Tomás de Aquino associa o conceito de causa final ao desígnio divino e, seguindo a própria divisão de Aristóteles entre causa final interna e externa, atribui tanto uma finalidade específica interior às próprias coisas como uma finalidade geral exterior que repousa no próprio objetivo de Deus, mas que está embutida nelas pela Criação. Todas as coisas intencionam a autorrealização e é precisamente no esforço para a autorrealização que a finalidade última emerge enquanto o propósito mais elevado do Criador. Ao mesmo tempo, a causa eficiente, que dizia respeito, em Aristóteles, ao modo como a coisa veio a ser o que é, captando a substância da qual ela deriva enquanto efeito performático de uma mudança – a coisa responsável por trazer a efeito outra –, subordina-se agora às causas finais e se coaduna com o pensamento da escolástica

¹ Em tradução livre: Suma Teológica.

aristotélica anterior ao distinguir dois tipos de causas eficientes, inexistente nos escritos do filósofo grego. A primeira estaria ligada à fonte originária do ser, chamada por isso de *causa prima*, e a outra, a *causa secunda*, estaria destinada a tratar do movimento e da mudança no âmbito das coisas criadas. Como nos alerta Hulswit, “enquanto em Aristóteles a causação eficiente era a origem de uma mudança ou um movimento pelo sentido de transmissão da forma, na filosofia medieval a causalidade eficiente primária concerne à criação de ambos, matéria e forma” (2002: seção 2, § 2; grifos do original).

Assim, a *causa secunda* deriva da *causa prima* do mesmo modo como a causa final interna deriva da externa e aquelas são subordinadas a estas como meios para fins (HULSWIT, 2002). Tomás de Aquino acreditava, assim como Aristóteles, que a causa eficiente é a transmissão de uma forma embutida às próprias coisas, assim como o pensamento de um construtor acerca da casa que irá construir é transmitido por via de seus movimentos à própria casa construída. Nesse sentido, toda causa eficiente desenvolve-se a partir da matéria preexistente e da transmissão de uma forma, exigindo, portanto, as duas outras causas, a formal e a material. Por isso, o pensamento tomista herda uma concepção de causalidade realista e ontológica, como condição inerente aos próprios objetos dentro de suas características de ato (o que são) e potência (o que podem vir a ser). Com efeito, ao dizer das coisas inanimadas e da natureza, Tomás de Aquino imputa-lhes a noção de *necessidade natural*, pela qual a relação entre causa e efeito na causa eficiente é tomada como uma relação de *necessidade ontológica*, responsável pela uniformidade das transformações observadas no mundo natural. “Essa necessidade é *absoluta* na medida em que o caminho para o estado final é completamente determinado pela forma e por outras circunstâncias causais” (HULSWIT, 2002: seção 2.1, § 3; grifo do original). Isto é, dadas as condições que propiciariam a transmissão da forma a uma dada substância, ela ocorreria *obrigatoriamente*.

Muito embora o tomismo conceda ao mundo das ações humanas a fuga dessa necessidade natural, seguindo a tradição da filosofia cristã e colocando no princípio da existência do homem o livre-arbítrio, o que faz emergir um dualismo ontológico entre os fenômenos humanos e naturais, a associação tripla entre *causa*

eficiente, necessidade e regularidade exerceu impacto substantivo no desenvolvimento das concepções modernas de causalidade (HULSWIT, 2002). Mais do que isso, a própria redistribuição hierárquica das causas – Aristóteles não as ordenava hierarquicamente –, submetidas elas à teleologia da causa final, acentua de modo crucial o tom metafísico do conceito de causalidade, tornando-se foco no debate que se abre com a secularização do conhecimento do mundo.

Com a ascensão da ciência moderna, de uma tradição naturalista culminada nos séculos XVI e XVII, explicações por causa formal e final foram relegadas tendo-se em vista o fundo metafísico-especulativo que concentravam ao dizerem acerca de predisposições imiscuídas no ser das coisas². Explicar um fenômeno natural tornou-se basicamente sinônimo de investigação da causa eficiente a qual jazia ao movimento que permitia a um dado efeito originar-se. A explicação deveria se dar por recurso a causas naturais, sem filiação imediata a motivações religiosas que pudessem abreviar precipitadamente a cadeia explicativa dos fenômenos por submissão a um propósito empiricamente inacessível. Em suma, causa equivalia a mudança de movimento e esta posta de um modo que fosse experimentalmente constatável. Pouco a pouco, se não era dúvida para os cientistas que a religião ainda mantinha papel relevante no fornecimento de sentido para o mundo, uma vez que a grande maioria deles persistia com sua fé religiosa, já não era tão óbvio assim onde e como Deus se encaixava na constituição das causas descobertas por via da aplicação do método experimental. E, principalmente, ressaltamos, como as contradições que os resultados do método experimental acarretavam no interior da fé poderiam combinar-se com a pretensa infalibilidade do conhecimento teológico. Claro está

² Deve-se ter em mente que o desuso dos vários de conceitos de causa foi um acontecimento progressivo e embute em si inúmeras disputas e divergências que tiveram como resultado o afastamento das causas formal e final dos princípios explicativos e a absorção da causa material pela causa eficiente devido à influência dos desenvolvimentos da física. Como salienta Michel Paty, “sabe-se que Aristóteles distinguia as quatro causas: formal, material, eficiente, final (cf. Aristóteles, *Metafísica*, 1, 3, 983^a), retomadas pelo pensamento escolástico que a elas juntará outras (*causa primeira*, aquela que não tem ela mesma causa etc.). Francis Bacon ainda emprega, no início do século XVII, a *causa formal*, que cai logo depois em desuso. A *causa final* perdura até o século XVIII para a física e até mais tarde para outras disciplinas; pode-se encontrá-la notadamente na formulação do *princípio de mínima ação* de Pierre-Louis Moreau de Maupertius, embora subsumida por uma relação matemática funcional, e é somente esta última que permanecerá na expressão de William Rowland Hamilton no século XIX” (2004: 11; grifos do original).

que a metafísica escolástica tornou-se objeto de questionamentos e, com ela, foi questionada a própria tradição aristotélica. Essa é a concepção que está por detrás da crítica de Descartes à doutrina escolástica das qualidades ativas e das formas substanciais como fatores causais na natureza, substituindo-as por uma *causa puramente mecânica*.

A conversão levada a cabo por Descartes fora indispensável para desvencilhar a explicação causal do elemento realista que a colocava no desvelamento das próprias coisas. Ao procurar superar a metafísica especulativa cristã, Descartes posicionou sua própria metafísica acreditando derivar esta de elementos racionais irrefragáveis. Portanto, o que temos é um movimento da metafísica que pode ser concebido, compreendendo-se o caráter de época, de uma elaboração teológico-especulativa para uma reconstrução racionalista e secularizada. E como bem lembra Hulswit:

A rejeição da causalidade quádrupla de Aristóteles e dos escolásticos por Descartes (e Galilei e Bacon) teve uma profunda influência sobre pensadores subsequentes. Enquanto ele endossou a matéria e, nesse sentido particular, pode-se dizer que subscreveu à causalidade material, ele rejeitou a ideia de formas substanciais ou causalidade formal. E embora não tenha negado a existência de causas finais – as quais identificou como as intenções de Deus –, ele negou a utilidade de uma tal investigação. Para explicar a natureza, nós precisamos somente examinar a causa eficiente das coisas. Assim, com efeito, havia somente um tipo de causa para Descartes: a causa eficiente (2002: seção 3.1.1, § 4).

Ao mesmo tempo em que foram muito seletivas e críticas em relação à constituição de cada uma das causas aristotélicas, a ponto de praticamente só manterem de pé o conceito de causa eficiente – e ainda apenas de modo parcial –, a filosofia e a ciência modernas não o foram igualmente para o legado também teológico de que a explicação causal concerniria a uma relação de regularidade cuja necessidade implicaria determinismo. Uma determinação causal que estaria fundada originalmente na ideia da onisciência e onipresença de Deus como ente que tudo unifica e confere sentido último às coisas e aos seres na autorrealização mesma destes. Dessa maneira, parece sempre um contrassenso iminente de implosão a crença de que por via de causas mundanas poderíamos acreditar chegar a causas nitidamente genuínas, tal como o enfatizaram filósofos e cientistas modernos (HULSWIT, 2002). Porém, a despeito dessa curiosa

incoerência no pensamento da modernidade, o determinismo permaneceu como forte característica da explicação causal dentro da ciência, mesmo quando as preocupações de justificação dessa determinação tornaram-se conteúdo de fundamentação prioritariamente metodológica, e não mais estritamente metafísica ou teológica.

A assimilação do determinismo muito provavelmente ofereceu um ponto de apoio para que os estudos do homem permanecessem sob a égide religiosa, entendendo-se o objeto desses estudos como dotado de liberdade e, assim, para além do escopo da ciência. Logo, a identificação do conceito de causalidade aos conceitos de necessidade e de determinismo trouxe importante condição para que a dicotomia fato-valor pudesse reproduzir, nesse momento de afirmação e desenvolvimento primeiro da ciência, a espécie de dualismo ontológico preexistente na teologia, mas agora dentro de um critério de demarcação da ciência, em outras palavras, entre o que é legitimamente científico e o que não o é.

Outro ponto importante introduzido por Descartes foi o de conceber as causas mecânicas como princípios gerais ou leis da natureza e não como causas específicas responsáveis pela consecução de efeitos específicos. Pensando na constatação da manutenção da quantidade de movimento no universo, Descartes discerniu a causalidade em dois níveis, o mais abstrato de uma *causa geral* e, subordinado a ele, um mais limitado de *causas particulares*. Como mencionamos, essas últimas não estariam ligadas a especificidades, mas a regularidades gerais expressáveis em lei. A causa geral seria Deus, criador de toda matéria e de todo movimento, e as causas particulares não seriam nada mais nada menos do que variações gerando constantes menores sobre essa constante maior, leis de movimento (mecânicas) capazes de abarcar as mudanças específicas concretas desvelando seu elemento de regularidade. Diante disso, Deus operaria de forma tão somente indireta sobre a natureza, ao tê-la dotado de condições e relações estritamente determinadas.

A teoria de Descartes ocasionou uma mudança radical no conceito de causa: por assim identificar causas eficientes com leis deterministas, as causas não foram mais concebidas como particulares, mas como *tipos*. Além disso, elas não foram mais identificadas como ‘iniciadores ativos de uma mudança’, mas, em vez disso, como alguns instrumentos *inativos* de Deus. Essa mudança teve um enorme

impacto sobre a visão científica do mundo (HULSWIT, 2002: seção 3.1.1, § 6; grifos do original).

Na filosofia e na ciência modernas, a única causa passível de ser um iniciador ativo de um movimento é Deus. É a presença divina que sustenta o postulado de que a natureza é constituída por conexões necessárias. Essa concepção é também encontrada em Spinoza e em Leibniz, cada um deles aprofundando a ideia de que a necessidade envolve precisamente o oposto do que é inconcebível e, nesse sentido, levaria a uma decorrência de caráter propriamente lógico: *necessidade diz respeito a implicação*. A prioridade não mais é ontológica, muito embora deságue na ontologia. Trata-se, antes de tudo, de uma necessidade lógica³ e, embora o caso de Leibniz aponte para a ampliação do conceito de causa a partir da crítica do conceito de extensão em Descartes e, em decorrência, à rejeição do princípio de causa mecânica, dentro de uma recondução a um pensamento metafísico sistemático, a doutrina das mônadas prosseguiu sustentando um mundo harmonicamente programado por Deus e, com isso, encampou com os demais o princípio do determinismo, reiterou a guinada lógica do conceito de necessidade e suportou a concepção da causa de um fenômeno como a condição necessária e suficiente para a consecução de um dado efeito (HULSWIT, 2002). E como bem complementaria Michel Paty:

Para os pensadores da racionalidade clássica, Descartes, Spinoza e Leibniz, a noção de causa comporta a ideia de *anterioridade lógica*, que permite afirmar uma proposição. Ela corresponde à ideia de *razão*, diretamente vinculada à *inteligibilidade*: “*causa sive ratio*” (“causa, ou seja, razão”), segundo a expressão de Spinoza na *Ética*. E

³ Mais do que meramente afirmarem um caráter estrutural do conhecimento, esses pensadores acreditavam imergir na própria estrutura da natureza e fazer dispor de uma conexão de verdade necessária. Contudo, o ponto de partida é racional. O mundo é assim porque não poderia sê-lo de outra maneira e, portanto, estamos implicados nas consequências radicais do racionalismo e de todo idealismo nele contido: as verdades do mundo são-nos expostas unicamente pela razão, tendo o conhecimento sua fonte e seu fundamento no raciocínio, fora dele estaríamos lançados à trivialidade e à confusão das aparências e perdidos na pura especulação infundada. Devemos ter claro que a alteração na ênfase sobre o conceito de necessidade será indispensável para o desenvolvimento da ciência, mas que, ainda, a concepção ampla de necessidade lógica dos racionalistas desperta sistemas metafísicos bastante particulares, submetendo completamente o conhecimento do mundo à racionalidade da mente individual. Com isso, deriva a necessidade ontológica e faz aflorar consequências fundacionistas e solipsistas. A submissão do mundo exterior ao sujeito e à razão torna preeminente o lógico respectivamente ao psicológico, ao epistemológico e ao ontológico, reduzindo aprioristicamente a experiência. Devido a isso, o que prevalecerá no pensamento científico será aquele conceito de necessidade lógica mais restrito, vinculado tão somente à necessidade de estruturação lógica do conhecimento, mais especificamente das teorias científicas.

Leibniz, na *Teodicéia*: “Nada acontece sem que exista uma *causa* ou pelo menos uma *razão* determinante, ou seja, alguma coisa que possa servir para dar a *razão a priori* de porque aquilo é existente antes que não existente, de porque é assim em vez de todo outro modo” (2004: 16; grifos do original).

É por essa via que o conhecimento empírico poderia se ver capturado por *regularidades* que advêm da ideia de *necessidade* e, mais propriamente, de um *princípio geral de causalidade* que abrange e confere inteligibilidade às *causas* particularmente concebidas. Estas, pela regularidade íntima a todo fenômeno natural, seriam apreensíveis em *generalizações do tipo lei*, alcançadas pelo uso da *razão*. O caráter lógico da relação entre a causa e o efeito de um fenômeno remete à possibilidade de um conhecimento da natureza tão seguro e universal como o conhecimento matemático, conteúdo básico da concepção de *mathesis universalis* de Descartes, e leva, conseqüentemente, à preocupação acerca da formalização matemática de nossas percepções empíricas, auxiliando na conformação do conhecimento científico enquanto aquele baseado em um método combinatório das percepções e do raciocínio⁴. A aproximação do conhecimento natural da formalização, que pode ser encarada mais especificamente desde a elaboração por Galileu da lei da queda dos corpos, aponta para uma *regularidade de relações* que evoca uma *pressuposição de homologia estrutural entre o pensamento e o mundo*⁵. Somente essa homologia estrutural permite afirmar que “causa reveste-se

⁴ Seguramente, o formato de concepção dessa combinação dentro do método científico será motivo de disputa entre racionalistas e empiristas na filosofia, de modo a estabelecerem um debate em torno da preeminência de papéis – da percepção ou do raciocínio –, na constituição de um conhecimento acerca do mundo. Para os racionalistas extremos, e dentre eles se incluem Descartes, Leibniz e Spinoza, toda a percepção verdadeira seria subsumível ao raciocínio. Ao contrário, para empiristas extremados, como Berkeley, a percepção seria preeminente à razão, cabendo àquela conformar esta. E dessa maneira, muito tem sido discutido desde então para a constituição de concepções moderadas que vêm desde o reconhecimento da matemática como disciplina não-empírica, até o uso da empiria como meio de teste das proposições logicamente estruturadas, ao que temos inúmeras divergências acerca do grau em que cada um dos procedimentos toma parte na constituição de teorias e explicações científicas. A esse respeito, a controvérsia entre Popper e o positivismo lógico a respeito do critério de demarcação dos enunciados científicos bem explicita o desdobramento de problemáticas atuais entre posições racionalistas e empiristas moderadas. Cf. também nota anterior para uma limitação do pensamento racionalista.

⁵ Que, como sabemos, deriva da racionalização da ideia de Deus como síntese unificadora e mediação criadora do mundo. Essa homologia está presente em Spinoza na seguinte passagem da *Ética*: “a ordem e a conexão das ideias é a mesma da ordem e da conexão das coisas” e parece apoiar a asserção de que “de uma dada causa determinada um efeito necessariamente se segue; e, por outro lado, se nenhuma causa determinada for dada é impossível que um efeito possa se seguir” (SPINOZA *apud* HULSWIT, 2002: seção 3.1.3, § 3), indicando-se com isso que a fundamentação ontológica conferida por Spinoza dá o tom estritamente racionalista da condição de

aqui do sentido geral de *razão*, e a causalidade corresponde ao mesmo tempo ao pensamento de uma *necessidade* na natureza e à ideia de que o pensamento racional pode dar conta dessa necessidade principalmente na ciência, com a ajuda de *leis*” e, no encalço, a concluir que “somos assim tentados a propor que a ideia de causalidade se encontra entre a ideia de *legalidade* e a de *necessidade* à qual a primeira remete” (PATY, 2004: 12; grifos do original).⁶

Notando a relação biunívoca entre causalidade e necessidade na filosofia racionalista, o aporte empirista de Hume ao problema nos oferece uma crítica severa da leitura da necessidade enquanto necessidade lógica. Em sua reconstrução descritiva do conceito de relação causal, Hume faz distinguir três fatores clássicos constitutivos do problema: (i) a contiguidade no espaço e no tempo da causa e do efeito, (ii) a anterioridade temporal da causa em relação ao efeito e (iii) a conexão necessária entre causa e efeito, de maneira que este último fator é considerado por ele o mais importante critério para distinguir relações causais de relações não-causais. Na visão de Hume, quando sublinhada como necessidade lógica, a conexão entre causa e efeito seria preenchida por um elemento puramente ilusório, isto é, as nossas expectativas em relação ao mundo. E uma vez que a necessidade não pode ser lógica, todo o conceito perderia o sentido enquanto justificação racional para a causalidade. De acordo com o princípio do empirismo, para Hume a causalidade é uma ideia e, como tal, deriva de nossas impressões sensíveis, a classe mais forte e fiável de nossas percepções. Para que possamos justificar a causalidade, precisamos acessar as impressões e desvendarmos aquilo que as suporta, no que ele encontrará a experiência de

necessidade lógica da relação causal. É essa prioridade ontológica que conduz o racionalismo ao tratamento de Deus e o faz em muitos sentidos não conseguir desvencilhar-se de uma problemática metafísica que demande propriamente a construção de um sistema (destinado a ocupar o ponto de partida de todo o conhecimento).

⁶ É importante destacar aqui o adendo que faz Paty logo após trabalhar o conceito de necessidade atentando-se para seu significado de época na filosofia, cujo escopo era mais amplo: “Todavia, a ideia de necessidade é sobretudo tomada em consideração, no pensamento clássico, por oposição àquela de contingência, como na célebre questão, posta em concurso pela Academia de Berlim, no século XVIII, de saber ‘se as leis da natureza são verdades necessárias ou contingentes’. Nesse contexto, a necessidade se identifica ao racional e a contingência ao empírico (ou ao acaso), e a questão ultrapassa, em cada um dos casos, as da legalidade e da causalidade. Uma certa ideia de necessidade transparece, entretanto, sob o apelo dessas duas últimas, mas sem ser explicitada (...)” (2004: 13). O ponto dessa ressalva é justamente o de atentar para que o sentido amplo de necessidade se refere a um ponto de disputa profundo entre as correntes racionalista e empirista, enquanto que o sentido estrito utilizado diz respeito a um caráter de estruturação lógica.

muitas instâncias similares como formadora de uma associação de ideias em nossa mente, a qual será, conseqüentemente, responsável pela constituição de hábitos. Assim, a necessidade que mobilizamos ao pensar em uma relação causal pode ser desdobrada em dois atributos, o primeiro de uma *conjunção regular de eventos* e o segundo de um *sentimento de conexão necessária* (HULSWIT, 2002). Nossa ideia de necessidade conjuminaria duas ideias não logicamente vinculadas, a de *regularidade* e a de *implicação*, cuja união só pode ser concebida se admitido o papel mediador da mente na constituição dessa espécie de necessidade psicológica (passiva), oferecendo-nos a sensação de que o efeito seria como que compelido pela causa.

A crítica humeana da causalidade está posta dentro da perspectiva da crítica à indução, segundo a qual não podemos ter a certeza de que uma regularidade constatável até o momento presente seja uma constante intemporal. Com isso, referir-se à causa significa meramente engajar-se em uma *regularidade de sucessão*. A virada operada por Hume insere uma cisão entre o nosso conhecimento a respeito do mundo (universo teórico-conceitual) e os fenômenos a ele concernidos (universo empírico), rompendo concomitantemente com a possibilidade de um conhecimento *a priori* das relações causais como ambicionavam os filósofos racionalistas⁷. Com base nela, a causalidade, enquanto metaconceito, só poderia se manter se a necessidade se sustentasse apenas no sujeito, e sem precisar estender-se ao objeto do conhecimento⁸.

Mas se é com Hume que observamos o primeiro movimento em direção à preeminência epistemológica do sujeito sem que para isso tivéssemos de submeter o mundo a apriorismos, é apenas com Immanuel Kant que aquele adquire estatuto propriamente construtivo, e, portanto, ativo, na determinação do conhecimento. Para contornar as consequências desastrosas da crítica humeana e não retornar ao dogmatismo dos sistemas metafísicos racionalistas havia dois caminhos, um

⁷ Nesse sentido, Hume rejeita a condição de verdade necessária para as leis da natureza introduzindo a problemática da contingência na questão da causalidade.

⁸ Mas, como lembra Paty, “embora o ceticismo humeano se aplique às formas da razão, em nenhum lugar ele põe em dúvida a necessidade da natureza e a realidade do mundo exterior. Ele se volta para as representações que nós lhe damos sem nos interrogarmos sobre sua origem” (2004: 17). Por isso, o que podemos afirmar é que jamais saberemos se uma regularidade constatada e posta em forma de uma lei geral da natureza está de acordo com os princípios dessa natureza mesma, senão que tão somente poderemos dá-la como válida enquanto assim se mantiver ocorrendo.

levaria ao completo abandono do conceito de causa, considerado então uma quimera sem qualquer fundamento, o outro exigiria a fundamentação da causa no entendimento, aprofundando a trilha aberta por Hume.

A primeira das alternativas implicaria o abandono das próprias possibilidades epistêmicas, uma vez que o dismantelamento do conceito de causa oriundo da crítica do conceito de necessidade nos lançaria para fora da possibilidade de relacionar os fenômenos e, portanto, de conhecê-los. Somente o segundo caminho nos habilitaria a persistir conhecendo. Contudo, para torná-lo viável, era preciso conceber que a fundamentação no entendimento não fosse ela mesma um resultado do entendimento e, desse modo, que pudesse conformar-se como um tipo de conhecimento anterior a toda experiência (*a priori*). Postular a existência de juízos sintéticos que tivessem sua verdade atestada sem recorrência à experiência e situá-los como característica da mente humana foi o elemento original da filosofia de Kant para executar tal tarefa de fundamentação filosófica. Em outras palavras, foi mérito de Kant conceber conceitos gerais ou categorias responsáveis por ordenar nossa cognição. Kant, dessa maneira, funda o criticismo em uma tentativa de superação simultânea do racionalismo, do empirismo e do ceticismo. Assim, o princípio da causalidade insere-se dentro daquilo que Kant nomeou, na “Analítica transcendental” da *Kritik der reinen Vernunft*⁹, de “analogias da experiência”, ou seja, as regras de ordenação que definem as relações necessárias entre as percepções. Os fenômenos, apenas, não são suficientes para fornecer a relação forte que sustenta a imputação de causalidade de uma causa dada a um efeito dado, por isso, a relação deve ser proporcionada por um ato de síntese mental. A filosofia de Kant retira a necessidade do mundo empírico e a transfere para o entendimento. Ao fazê-lo, endossa as premissas de Hume de que a relação de necessidade não é uma matéria de fato, sem, todavia, abdicar da necessidade como metaconceito¹⁰ e, com ela, também da *universalidade da relação causal*, que não se põe mais como um atributo

⁹ Em tradução livre: Crítica da Razão Pura.

¹⁰ O deslocamento propiciado pela crítica humeana quase que exauriu o conceito de necessidade de seu conteúdo associativo. Sua crítica fragilizou de modo profundo o conceito de necessidade que, se por um flanco permaneceu válido, por outro foi mantido tão somente em uma acepção vaga e insuficiente para sustentar-se epistemologicamente. É nesse sentido específico que nos referimos a uma abdução do conceito de necessidade dentro da filosofia de Hume.

empiricamente derivável, tal como aparecia em Hume associada ao conceito de hábito:

O princípio da causalidade é um conceito a priori, fundado na estrutura da razão. Ele envolve que (a) todo evento tem uma causa; (b) a causa de todo evento é um evento anterior; (c) o efeito se segue da causa necessariamente, e (d) de acordo com uma regra absolutamente universal; (e) isso é conhecido por nós não da experiência, mas de modo a priori (HULSWIT, 2002: seção 3.2.4, § 7; grifos do original).

Na mesma “Analítica transcendental”, no volume da segunda edição da *Kritik*, o de 1787, como lembra Paty (2004), Kant define a causalidade como um princípio legiforme de sucessão temporal e diante disso traz à tona uma dualidade na acepção da causa¹¹. Por um lado, ela é segundo a *ordem do tempo* e, para tanto, está vinculada à apreensão pelo entendimento a partir de um princípio legiforme de união das coisas que se seguem; por outro, se dispõe segundo o *curso do tempo* e, destarte, é dada por uma sensação empírica de sucessão temporal. Em relação a isso, Kant parece desenvolver tom expositivo diferente do da primeira edição da *Kritik* (1781), em que tenciona para uma formulação mais próxima do racionalismo, sem indicação da temporalidade como um atributo concomitante à mudança de movimento¹². Essa inflexão provém de uma influência do desenvolvimento da mecânica clássica, dentro do contexto da física matematizada, que, especialmente com Newton e com o cálculo infinitesimal, permitiu que a ideia de causalidade, já estabelecida como um conceito relacional¹³, adquirisse o formato de uma *causalidade temporal diferencial*.

Mais apropriadamente, a inflexão para uma causalidade temporal diferencial foi consolidada somente pela mecânica pós-newtoniana e justamente como um rearranjo de concepções dispostas no pensamento de Newton. Por conta disso, em Kant constatamos os ecos desse desdobramento da mecânica e encontramos de forma consideravelmente nítida o tratamento dos impasses mais propriamente filosóficos implicados no problema da concepção do tempo

¹¹ “Princípio da sucessão no tempo segundo a lei da causalidade: todas as mudanças se produzem segundo a lei da ligação da causa e do efeito” (KANT *apud* PATY, 2004: 18).

¹² “Princípio da produção: tudo o que acontece (ou começa a existir) supõe antes de si alguma coisa da qual ele resulta segundo uma regra” (KANT *apud* PATY, 2004: 17).

¹³ O que foi condição *sine qua non* para que a temporalidade fosse assim assimilada ao conceito, pois a temporalidade por si mesma é uma relação entre instantes que se sucedem.

instantâneo e da apreciação do próprio tempo como variável indispensável para um conhecimento de tipo causal, ancorado na questão da mudança de movimento (PATY, 2004).

O desdobramento propugnado por Kant à causalidade permite que se explicita epistemologicamente um avanço próprio da matemática aplicada à física em relação a se poder conjugar a simultaneidade inerente ao conceito de ordem no tempo à processualidade inerente à noção de sucessão no tempo. Em outras palavras, sua concepção dúplice permite-nos conciliar as ideias (i) de que causa e efeito são condições que se seguem unidas e, portanto, que pode o efeito decorrer de modo fluido e paulatino das condições do estado imediatamente precedente, e (ii) de que a causa antecede o efeito e, assim, que podem ser ambos discriminados em momentos discretos. Esse raciocínio está contido na operação do cálculo diferencial e integral que, ao permitir o estudo de taxas (relação) de variação (sucessão) de grandezas, o faz exatamente a partir de uma contiguidade apreendida a partir de intervalos discretos relacionados entre si, na qual a variável tempo desempenha papel primordial quando aplicada aos fenômenos físicos. Dessa forma, o que está sendo organizado pelo entendimento é uma relação causal e uma condição de possibilidade para a apreensão do fenômeno tal como ele ocorre no curso do tempo, mas que não é suficiente para dar conta da causalidade, pois não permite a apreensão da sucessão própria à experiência. Pela relação causal, causa e efeito, como relacionalmente implicados por via de condições preexistentes, tornam-se simultâneos, uma vez que estão isolados da variável temporal e são pensados no instante, isto é, estão presos no instante em que o efeito é a própria decorrência das condições que conformam a causa. É isso o que quer dizer Kant quando diz que “no momento em que o efeito começa a produzir-se, ele é sempre simultâneo com a causalidade da causa” (*apud* PATY, 2004: 19). Entretanto, é exata e tão somente no tempo que a relação é concebível e determinável; sem a temporalidade dos fenômenos empíricos, a causalidade não se converte em causa e, assim, em conhecimento. Logo, se antes de se pensar a causalidade como relação, não se poderia concebê-la como sucessão, sem que se conceba a causalidade enquanto sucessão a condição de possibilidade da causa

não se realiza, pois a causalidade enquanto sucessão (curso) é critério empírico para a causalidade enquanto relação (ordem).

O problema de Kant chega ao impasse da necessidade lógica, tal como imputada pelos racionalistas ao conceito de causalidade, para a apreensão empírica dos fenômenos. Ainda que a necessidade seja uma condição necessária para a apreensão de um fenômeno, ela por si só não resolve a questão de quais fenômenos devem ser apreendidos e como eles se relacionam, cabendo essa questão ser respondida apenas por via empírica, cujo curso do tempo preenche de conteúdo a formalidade da ordem do tempo e, assim, efetiva as condições para o conhecimento. A causalidade não é mais um atributo daquilo que não é inconcebível, mas uma forma pela qual ordenamos o conteúdo externo que nos chega por meio dos sentidos. É uma *necessidade epistemológica*. Concomitantemente, Kant responde a Hume que não é possível acreditar apenas na experiência a fim de que o conceito de causalidade nos forneça conhecimento fiável acerca do mundo. Para que ele permita um conhecimento seguro, deve estar devidamente fundado e essa fundação é a própria condição humana (transcendental), justamente anterior a qualquer experiência. Enfim, necessidade se converte em uma capacidade indeterminada de relacionar variáveis que só pode ser determinada por via da estrita investigação empírica, convertendo-se em conhecimento. E o conhecimento torna-se, por assim dizer, união construtiva entre forma e conteúdo, entre necessário e contingente, *a priori* e *a posteriori*¹⁴. O entendimento, então, é uma *capacidade de calcular*, a qual só se concretiza em equações quando *determinamos empiricamente* (e temporalmente) as variáveis envolvidas constituindo leis gerais (intemporais).

Assim, dado que do racionalismo emergia a dificuldade lógica da simultaneidade da causa e do efeito, confinada a causa – como relação necessária – ao tempo instantâneo, enquanto do empirismo postava-se o problema da

¹⁴ Tenhamos bem claro neste ponto que a junção entre necessário e contingente e *a priori* e *a posteriori* ocorre de maneira a formalizar o necessário e *a priori* em capacidades intelectivas para a apreensão do contingente e *a posteriori*. Essa condição permite que a formatação do conhecimento seja lógica, mas que nada nessa formatação nos diga sobre a adequação dos elementos relacionados logicamente, abrindo espaço para epistemologias falibilistas, ainda que o próprio Kant tenha se mantido preso a uma perspectiva fundacionista, como o atesta a fundação de suas categorias do entendimento na lógica silogística aristotélica, considerada por ele como um conhecimento certo e imutável.

insuficiência da regularidade de sucessão para a atribuição de um vínculo entre causa e efeito, diluída a causa – como sucessão temporal – no tempo contínuo, claro estava que um conhecimento de tipo causal minimamente consistente não poderia prescindir nem de uma apreensão da necessidade nem de uma percepção da contingência, ao que caberia justamente conjugar e articular a necessidade e a contingência na ordem do tempo e no curso do tempo, respectivamente, postulando uma *condição de homogeneidade* entre eles. A relação necessária seria somente um recurso formal que, conquanto necessária, não era suficiente para a determinação dos fenômenos. Precisaria ela ser preenchida por um conteúdo encontrado apenas no plano da contingência, no plano empírico.

Se a concepção humeana da causalidade promove uma virada fundamental no que vem a constituir o problema até nossos dias, assimilando a racionalidade contida no conceito de causa, mas não se curvando ao seu conteúdo estritamente lógico, isto é, ao modo racionalista de pautar o conceito, é no criticismo de Kant que o impasse da regularidade de sucessão como condição (in)suficiente para a configuração de um conhecimento causal – desde seu apontamento por Thomas Reid – adquire solução. Kant desvencilha-se da polêmica psicológica da origem do conhecimento que houvera sido campo de batalha da controvérsia entre empiristas e racionalistas (aprioristas ou, também, inatistas) para localizar a discussão em âmbito eminentemente epistemológico da apreensão e da fundamentação do conhecimento. A concepção de seu “apriorismo moderado”¹⁵ faz a distinção analítica entre os pares de juízos analítico-sintético e “*a priori*”-“*a posteriori*”, até então em relação estrutural biunívoca, para compor a possibilidade de sintéticos *a priori*. São estes, dentre os quais figura a causalidade, que definem a conformação, no sujeito, de um conhecimento ordenado a respeito da experiência, pela captação do instante no curso de sua sucessão temporal. É pela preeminência da estrutura cognitiva do sujeito que o conhecimento de leis gerais, proveniente da condição das categorias do entendimento, adquire homogeneidade em relação aos fenômenos, pois estes não são independentes da mente, muito embora não se resolvam nela (sendo a mente a mediação de um processo perceptual que *reconstitui criativamente* a realidade independente de nós que se

¹⁵ O termo qualificativo é de Ajdukiewicz (1979).

nos apresenta¹⁶). A homologia estrutural entre o pensamento e o mundo, que é critério indispensável para o conhecimento, se mantém em Kant, sem que qualquer um dos lados seja pretensamente reduzido ao outro.

Contemporaneamente, aquilo que Kant realiza num plano filosófico-transcendental é alcançado num plano físico-matemático pelas reflexões de D'Alembert acerca da mecânica newtoniana (PATY, 2004). A estas cabem, de modo mais direto, os desdobramentos pertinentes à análise propiciada pelo cálculo diferencial e integral na elaboração de uma teorização natural matematizada e fisicalizada¹⁷.

Em Newton, o conceito de causa é equivalido ao conceito de força e, para tanto, nos *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*¹⁸, sua primeira lei da mecânica interage para a possibilidade de um movimento que seja não-causado. Causa concerne tão somente a mudança de movimento, que deve ser gerada por alguma impressão externa de força sobre os corpos. O movimento pode ser verdadeiro ou aparente, absoluto ou relativo, matemático ou comum, assim como também o podem o tempo, o espaço e o lugar. E, dessa maneira, na filosofia de Newton, o conhecimento matemático do movimento supera a apreensão comum do movimento, atingindo com isso o movimento verdadeiro e absoluto, ainda que aquele conhecimento seja adquirido pela apreensão do movimento aparente e relativo dado no movimento comum, sempre subordinado a um sistema de referências. Trata-se, sobretudo, para ele, de nos abstrairmos de nossos sentidos.

O panorama aberto por Newton, assim, concerne a uma causalidade atrelada à representação algébrica e geométrica das forças, proporcionada por recurso ao cálculo diferencial e integral. Com efeito, a causalidade newtoniana é puramente matemática, como resultado de uma abstenção em se pronunciar em relação ao caráter físico das forças. Fato é que Newton acreditava que as forças eram reais, mas diante dos desafios para uma explicação da causa subjacente à gravidade, assumiu postura eminentemente fenomenalista em seu famoso “*hypotheses non fingo*”, firmando de vez seu distanciamento da mecânica

¹⁶ Mas à qual só temos acesso pelo que se nos apresenta, mediatamente.

¹⁷ Aqui não fazemos menção específica ao que seria um fisicalismo *stricto sensu* como será defendido por positivistas lógicos como Neurath e Carnap.

¹⁸ Em tradução livre: Princípios Matemáticos da Filosofia Natural.

cartesiana. Ao não inventar hipóteses, Newton recusa seja uma concepção realista, seja uma concepção metafísica da causalidade que pudesse ser posta para além de *se salvarem as aparências*. Como enfatiza Paty, comentando a incongruência que daí se segue:

Essa consideração [contrária] sobre o “ponto de vista físico estrito” pode parecer curiosa, pois isso seria retornar às impulsões cartesianas. O raciocínio relembra aqueles da astronomia pré-copernicana acerca dos movimentos físicos e matemáticos que não coincidem. Deve-se, sem dúvida, relacioná-lo com uma física tomada no sentido antigo, qualitativo e pré-galileano, anterior à concepção de sua matematização, quando reinava a oposição, discutida por Newton no Prefácio do *Principia*, entre a geometria e a mecânica (2004: 22-3).

Contudo, o apelo por se salvarem as aparências adquire em Newton configuração inusitada, de maneira que se suspenda o juízo também sobre o fenômeno. Logo, resta isolado o elemento matemático das leis acerca da mudança de movimento e o que temos são consequências idealistas, muito propriamente neoplatônicas, de um argumento originalmente fenomenalista. Os elementos matemáticos adquirem estatuto de realidade subjacente e a física se distancia justamente do fundamento empírico que lhe dá consistência. Porém, como não é possível prescindir de toda e qualquer realidade para a experiência na medida em que buscamos um conhecimento que seja apto a apreender suas manifestações, ao negar validade objetiva a uma realidade exterior ou mesmo intersubjetiva a um aparato cognitivo de apreensão, Newton retém um foco de incoerência filosófica em sua formulação. Sua saída necessita, inexoravelmente, ceder a uma resolução puramente *ad hoc* da problemática da força externa, e com isso da causa externa, de mudanças de movimento progressivas e continuadas como no caso daquelas proporcionadas via atração gravitacional.

Alheio a Newton esteve a perspicácia de captar dentro do próprio enunciado da segunda lei do movimento a expressão filosófica decisiva concernente ao emprego do cálculo diferencial e integral, isto é, a de que o efeito independe da modalidade de força (ou causa) aplicada. Se, acorde com a segunda lei, a alteração de movimento é sempre proporcional à força engendradora, seja ela aplicada de modo inteiramente instantâneo, seja de modo reiteradamente continuado, ou ainda dentro de quaisquer combinações dessas modalidades, todo

o efeito, que é a mudança de movimento, decorrerá da mesma maneira, com iguais resultados. Portanto, se uma transmissão de movimento de natureza instantânea e descontínua pode ser estimada de acordo com suas consequências físicas – fenomênicas – e identificada e mensurada enquanto tal, sem apelo a entidades extra-empíricas postuladas especulativamente, não haveria por que ser diferente com transmissões de movimento paulatinas e continuadas. A argúcia de D'Alembert consistiu em reorientar o pensamento filosófico da física tão somente para os efeitos e, nesse sentido, de conceber que o único movimento passível de apreensão científica é aquele *efetivamente* causado¹⁹.

Qualquer que seja a natureza da transmissão de movimento, ela será indiferente tanto no âmbito dos movimentos uniformes como no dos movimentos não-uniformes (ou variados)²⁰, justamente porque os efeitos não diferirão. O efeito, por sua própria conta, não nos aponta para a modalidade de transmissão de movimento, em outras palavras, ele não nos permite afirmar a modalidade causal que o gera. Ele somente nos indica a natureza da performance de movimento – se uniforme ou variado –, pois esta pertence ao seu caráter manifestado, que pode, por sua vez, ser causado pela ação instantânea ou continuada da transmissão de movimento. Em um movimento uniforme, não importa se se adquire a velocidade em um momento único e a mantém no restante do movimento ou se a velocidade adquirida é reiterada em toda a trajetória. Em um movimento variado, é indiferente se a alteração de velocidade se dá em instantes sucessivos ou em uma continuidade fluida. Isso porque o problema da identificação da modalidade da causa não encontra respaldo nos fenômenos, tal como é possível constatar fisicamente. Ser uma mudança de movimento e o resultado de uma mudança de movimento posiciona empiricamente o efeito no mesmo nível da causa e faz de toda apreensão de um e de outro um desdobramento de escolhas analítico-explicativas – que venham, é claro, a se demonstrar empiricamente adequadas.

¹⁹ Sem que seja necessário entrar em considerações pormenorizadas da causa.

²⁰ “A forma analítica da grandeza temporal (t e dt), que resolve matematicamente a oposição originária entre a singularidade do ‘instantâneo’ e a continuidade do fluxo da duração (oposição que vale tanto para o movimento quanto para o tempo) é, com efeito, diretamente ligada à questão da *modalidade* segundo a qual se efetua a continuação ou a mudança do movimento nos corpos *físicos*” (PATY, 2007: 5; grifos do original).

Além disso, ainda em oposição a Newton, a mecânica de D'Alembert procurou tornar explícita a impossibilidade de redução da física à matemática, ao que aquela não poderia ser resolvida unicamente com relação à evidência lógico-racional. A matemática jamais poderia comportar a condição de dependência do movimento em relação ao tempo. O tempo não é um conceito primitivo da matemática e é justamente o elemento temporal que está pressuposto a toda apreensão da experiência. É ele que confere à física seu sentido físico²¹, atentando, em D'Alembert, também para propriedades que são matematicamente insolúveis, tais como a impenetrabilidade (que permite o movimento por impulso) e a atração, ambas pressupostas no pensamento newtoniano.

Nesse sentido, não apenas o pensamento matemático não pode se pronunciar sobre a modalidade de transmissão de movimento, senão que o pode ainda menos que o físico – e é neste ponto que a solução *ad hoc* de Newton demonstra-se inadequada e insustentável –, pois, quando aplicado, herda dos pressupostos deste a dependência em relação ao tempo. Conquanto a utilização de um conhecimento que nos permita ascender a um nível de abstração – e formalidade – seja fundamental e, sem dúvida, motivo de profunda transformação na disciplina, dizer que o ponto de vista físico estrito pode ser deixado de lado por considerações puramente matemáticas é um equívoco dos mais graves, gerador de profundas confusões. Mesmo assim, podemos afirmar que ao incorporar em equações diferenciais a variável temporal, permitindo a homogeneização do tempo instantâneo e do tempo contínuo, a matematização da física conferiu suporte analítico e inteligibilidade à indiferença da determinação do efeito perante a qualidade específica da causa. Foi com respeito a esta inteligibilidade que pode a física se reapropriar de seu sentido estrito, posicionando-se contra os excessos de uma metafísica.

²¹ Como lembra Paty, D'Alembert concebia a física como uma geometria no tempo, ou como uma geometria em quatro dimensões, que, por meio do cálculo infinitesimal poderia assegurar suas grandezas e diferenciais para além do seu caráter físico por meio da algebrização. Em uma passagem bastante elucidativa: “A particularidade das grandezas da mecânica, que servem para descrever os movimentos, isto é, os deslocamentos na extensão espacial no transcorrer do tempo, é que suas derivadas são formadas em relação ao tempo tomado como variável, o que dá uma significação precisa aos elementos diferenciais das diversas grandezas: se $e(t)$ é uma distância percorrida, considerada no tempo t , de é o elemento diferencial de e definido pela velocidade instantânea $v(t)$: $de = v(t) * dt$; de é homogêneo a e , e a diferencial segunda, d^2e , também o é, definida por sua vez pela aceleração instantânea (d^2e/dt^2)” (2007: 12).

Focar-se nos efeitos, por decorrência, é o que garantiu à física o conhecimento de seus próprios limites, assim como dos limites de seu incremento matemático. Conjuntamente, a consciência dos limites da matemática dentro da física engendraria uma maior analiticidade material dos conceitos desta, favorecendo o avanço de sua matematização²². É isto que se expõe no chamado “princípio de D’Alembert”. Por ele, os três axiomas da mecânica newtoniana são orientados em função de um teorema que os articula de modo aplicado dentro de um sistema de corpos em interação. Eis o passo para uma concepção dinâmica do equilíbrio, em que a quantidade de movimento efetiva é sempre a diferença entre a quantidade de movimento adquirida e a quantidade de movimento perdida nas ligações, segundo intensidade, direção e sentido dos movimentos. Para tanto, D’Alembert lança mão do conceito de movimento virtual, que seria a tendência de trajetória contida na aquisição (ou perda) do movimento. É a partir do movimento virtual que os tipos de performance de movimento são homogeneizados e, com o auxílio do cálculo diferencial e integral, pode-se prescindir do tratamento da gênese primeira do movimento, atendo-se tão somente à sua modificação em variações e instantes. O movimento nascente só o é em relação a um movimento já adquirido e, portanto, como variação a partir de um instante mensurável por quantidades diferenciais homogêneas às suas respectivas grandezas. E a inércia, assim, é lida como estado de equilíbrio composto de movimentos virtuais:

O princípio de inércia, colocado em primeiro lugar, estabelecia o movimento como naturalmente uniforme, o que permitia geometrizar o tempo, e definir os movimentos variados considerando os desvios em relação à uniformidade: construindo as grandezas geométricas do movimento, tanto do uniforme quanto do variado, utilizando o pensamento diferencial dessas grandezas. D’Alembert detinha a partir de então os meios para pensar o movimento e suas variações em termos de princípios originários do movimento, acrescentando ao princípio de inércia o princípio da composição do movimento e o de equilíbrio (PATY, 2007: 16).

Os conceitos de força instantânea e força contínua são tornados simétricos em relação aos efeitos, tendo consolidada a competência analítica do cálculo infinitesimal em homogeneizar o instantâneo e o contínuo pela derivação sempre

²² “Quanto à razão desta matematização, ela seria justamente dada, em cada caso, pela escolha dos princípios físicos adequados, formulados racionalmente, que, por via de consequência, conduz às relações (ou razões) entre as grandezas consideradas, deduzidas de sua expressão matemática” (PATY, 2007: 13).

possível de intervalos mesmo infinitamente pequenos de uma grandeza. Enquanto isso, os conceitos de movimento uniforme e não-uniforme são homogeneizados e fenomenicamente articulados em relação a serem um a origem do outro, uma vez que no âmbito da experiência não encontramos estados absoluta e indefinidamente inerciais²³. Assim sendo, se a indiferença dos efeitos respectivamente à natureza da transmissão de movimento estabelece que os efeitos bastam, a vinculação desses mesmos efeitos à natureza da performance de movimento impõe a coextensão física da causa e do efeito e, com isso, um princípio de causalidade universal. O conceito de causalidade é abandonado apenas em parte, mais particularmente naquilo que o liga a causas não-mundanas.

A possibilidade de situar um movimento na instantaneidade ou na duração é aquela mesma de se operar um recorte epistêmico na abordagem de um dado fenômeno²⁴. No plano empírico não temos oferecidas a nós as condições que nos permitem asseverar acerca das situações primeiras ou últimas das coisas, mas o caráter uniforme ou variado de um movimento sempre permitirá atribuir um efeito à ação de um outro que o engendrou e logo a uma *causa fisicamente concebível*.

Destarte, todo movimento analisável é oriundo de mudança de movimento (efetiva) e o problema de uma força externa sugerindo causalidade metafísica não mais se trata de uma problemática que ganha fôlego internamente a uma abordagem física do mundo, como ocorria com Newton. De um ponto de vista

²³ Os movimentos não-uniformes não são mais considerados desvios em relação a um “estado natural”, como o fazia Newton posicionando a inércia no conteúdo da primeira lei do movimento. Reiteremos que é esta mesma lei que definia a possibilidade de fenômenos não-causados e rompia a acepção da causalidade enquanto princípio universal e, também, a de legiforidades não-causais. Dizendo do *Traité de Dynamique* [Tratado de Dinâmica]: “Pelo menos, é esta a ideia da qual toda a obra quer ser a ilustração, ou mesmo a demonstração: ‘espero fazer ver por este Tratado’, precisa com efeito D’Alembert, ‘que toda esta ciência [mecânica] pode ser deduzida destes três princípios [inércia, movimento composto e equilíbrio]’. Seu ‘princípio geral da dinâmica’ ocupa aí um papel estratégico, sendo diretamente deduzido dos três princípios fundadores (*de fato, dos segundo e terceiro*), do qual ele constitui uma espécie de *expressão sintética*, com a vantagem de ser imediatamente aplicável a todo sistema de corpos sólidos, livres ou interligados, [e também em outras obras estendida para os fluidos e meios contínuos, dentro de determinadas condições] muito além dos meros sistemas simples de pontos materiais; portanto, de um vasto alcance, inclusive no que se refere aos corpos celestes ligados entre si pela atração universal” (PATY, 2007: 17; grifos nossos).

²⁴ Daí a oportunidade de tratarmos de um movimento uniforme apreendendo dois limites que podem ser tanto o resultado de variações de velocidade como constituírem o fragmento de um movimento variado mais abrangente. Igualmente, podemos apreender um movimento não-uniforme por dois limites que demarcam o saldo de movimentos uniformes subsequentes ou a parcela de uma uniformidade média de uma trajetória mais ampla.

estritamente empírico, “é claro que o movimento, que tem necessidade de uma causa para começar pelo menos a existir, muito menos poderia ser acelerado ou retardado a não ser por uma causa externa” (D’ALEMBERT *apud* PATY, 2004: 24), mas causa externa não faz aqui senão alusão a uma entidade eminentemente física que ganha legitimidade em sua constatação (ou pressuposição) causal na medida em que se examinam os efeitos. Dentro desses parâmetros, toda causa é ela mesma um efeito e permanecemos nesse sentido ao nível dos efeitos. Às causas que escapam à nossa percepção, mas que somente as temos pelas consequências, nos é permitido postulá-las naquele nível mesmo mais imediato à sua manifestação – tal como ocorre com a postulação das propriedades dos corpos –, pois *a causalidade que se invoca não é uma causalidade ontológica, mas epistemológica, ela é um atributo do nosso conhecimento, ou é suficiente que se a conceba desta maneira.*

Em D’Alembert, o fundo metafísico do conceito de causa é tornado irrelevante à medida que não seja referência direta de uma evidência empírica e, por conseguinte, a ideia de proporcionalidade da causa e do efeito só se sustenta física e matematicamente como um conhecimento legiforme derivado de forma *imane*nte da experiência²⁵. Se os efeitos são físicos, como resultado da percepção por nosso aparato cognitivo, as causas também o são físicas, uma vez que há simetria na expressão de efeitos e causas²⁶, e, não obstante estas não gozem sempre da mesma natureza perceptual, a bem de simplicidade, devemos tomá-las sempre físicas; caso contrário, precisaríamos supor causas que não fossem efeitos e, no intuito de nos afastarmos desse arranjo metodológico – que supõe ontologicamente a universalidade dessa simetria –, incorreríamos em metafísica, e nos aprofundaríamos em especulações ao instituírmos diferentes naturezas de causas.

²⁵ Em que efeitos e causas digam respeito apenas a designações relativas à posição ocupada na cadeia explicativa, sem referência à externalidade da causa em qualquer sentido não estritamente físico, como o apontavam as imprecisas colocações para uma equação da proporcionalidade das causas e dos efeitos nos trabalhos de Daniel Bernoulli ou de Leonhard Euler. *Cf.* Paty (2004: 26) e Paty (2005: 16).

²⁶ Essa ideia já estava contida no pensamento de Newton ao equiparar “causa” a “força”, mas somente com D’Alembert adquiriria a profundidade e amplitude necessárias para pautar a fundamentação de um princípio de causalidade universal para a experiência. Recordemos que Newton havia prosseguido em sentido muito diverso, rejeitando um princípio de causalidade universal a partir da sua concepção de movimentos naturalmente uniformes que adquire preeminência nas condições ideais da primeira lei do movimento. *Cf.* Hulswit (2002: seção 3.2.2).

Ao postular a unidade empírica entre causas e efeitos suprimimos uma dualidade entre causas imanentes e transcendentais ao movimento e evitamos discorrer especulativamente em direção a sistemas metafísicos. Esse passo dá o tom para a constituição daquilo que viria a ser nomeado de *causalidade física*, contrariamente a uma enfatizada *causalidade metafísica*, e que seria o parâmetro determinante para o conceito de causalidade de toda a ciência posterior até os nossos dias.

Pode-se então considerar que a concepção de D'Alembert da causalidade física e da significação física correlativa das equações do movimento é aquela concepção que a física teórica e matemática herdou duravelmente no que se seguiu. A causalidade (física) está dada na própria forma das equações, sem que seja mais necessária uma interpretação que fixe as condições de sua utilização, como havia sido o cuidado prévio de D'Alembert, e portanto que essa condição era daí em diante uma parte integrante da formulação de equações. Vimos, assim, a causalidade física (diferencial [e temporal]) ser proposta para acompanhar e justificar o ponto de vista dos conceitos apropriados aos fenômenos do movimento e da mudança: toda física constituiu-se depois com base nessa noção, escolhendo com referência a ela os princípios e os conceitos apropriados para sua matematização (PATY, 2004: 29).

Se em Newton tínhamos a possibilidade de um movimento não-causado, como tivemos oportunidade de expor, em D'Alembert todo o movimento deriva de uma transmissão de movimento sem que os desideratos de um movimento inercial sejam contrariados, por causa do caráter eminentemente virtual²⁷ deste. No plano empírico, todo movimento é efetivamente causado e é esse plano que importa prioritariamente à ciência. O pensamento de uma causalidade imanente aos fenômenos, que se impõe como exigência analítica da reflexão intensiva acerca do emprego de equações diferenciais temporais na mecânica pelos trabalhos de D'Alembert, está em nítida conformidade com a metafísica da experiência de Kant e com o viés fenomenalista que daí emerge. De certa maneira, podemos dizer que em D'Alembert a metafísica só é justificada se epistemologicamente orientada, conformando assim *uma causalidade de fundamento propriamente metodológico*²⁸. Dito de outro modo, abandonamos o

²⁷ A virtualidade do movimento inercial promove no âmbito filosófico a submissão do plano ideal ao plano fenomênico. Como tendência contida nos movimentos efetivos, o movimento virtual é um recurso lógico que nos permite abarcar explicativamente os fenômenos.

²⁸ Curiosamente, D'Alembert segue o mesmo procedimento que estamos adotando nesta exposição com a reconstrução do pensamento de Newton. Interessa-nos, por razões metodológicas, que as

âmbito mais vago e ambíguo de uma *especulação fortuita* para nos vincularmos a uma *especulação racionalmente orientada*.

A causalidade física que assim se seguirá agregará em sua conceituação um afastamento da concepção escolástico-aristotélica da causalidade em dois âmbitos articulados, por assim dizer. O primeiro referente a um afastamento radical da ideia de causa final, proporcionada por um conceito de causa mecânica que, ao situar a explicação à mudança de movimento, recusou as influências de uma teleologia de intenções e propósitos subjacentes e posicionou a causalidade como fundamento legítimo de uma explicação secularizada acerca de mecanismos, focada em relações, sem necessidade de recurso a uma natureza primeira ou última das coisas. O segundo a respeito da depuração do realismo ontológico presente no conceito de causa eficiente por via de uma causalidade imanente, que estabeleceu o *modus operandi* fenomenalista de uma busca pela estrita adequação empírica, tornando a causalidade atributo autêntico e exclusivo da explicação científica como explicação de fatulidades, primeiramente na física e posteriormente nas demais disciplinas do conhecimento.

ideias da física newtoniana sejam expostas apenas na medida em que contribuem para fazer constar a guinada empreendida por D'Alembert na concepção de uma causalidade física. Nesse mesmo sentido o faz D'Alembert na concepção da natureza pela prioridade de salvar os fenômenos. A ele, o caráter profundo da natureza interessa apenas na medida em que sirva para dar conta dos fenômenos, em uma instrumentalização propriamente metodológica dos problemas ontológicos, que passam a se submeter aos aspectos epistemológicos da investigação.

Não indicamos aqui por “instrumentalização” qualquer referência à polêmica entre realismo e instrumentalismo na ciência, esta só irá constituir-se muito mais tarde e se refere mais propriamente ao estatuto das teorias e entidades teoricamente postuladas da ciência. Cabe-nos, neste momento, tão somente sublinhar que as consequências da instrumentalização enfatizada neste adendo serão característica metateórica tanto de uma como de outra das correntes filosóficas e a discussão entre elas se circunscreverá precisamente ao estatuto metafísico das postulações metodológicas, sem que estas em si mesmas sejam postas em discussão.

Lembremos que o realismo científico só é sustentável tendo por base uma epistemologia falibilista, em que as teorias científicas sejam admitidas como falíveis e, portanto, que a condição de verdade pleiteada para a independência da realidade exterior diga respeito apenas a elementos da teoria ou a tendências apontadas pela teoria. O realismo científico, dessa maneira, não se propõe a esgotar metafisicamente a realidade exterior em seu caráter independente, mas a concebê-la como sendo conhecida por nós no grau específico em que os fenômenos nos permitam indicá-la como uma consequência persistente da racionalização progressiva do conhecimento científico. Por outro lado, o instrumentalismo irá se colocar no sentido oposto, negando que qualquer pressuposição metafísica epistemologicamente orientada em parâmetros metodológicos possa-nos legitimamente fazer crer acerca de uma realidade exterior independente. Como consequência, as teorias científicas prescindiriam de um valor de verdade, e seriam meramente adequadas ou inadequadas respectivamente ao êxito explicativo e preditivo. Veja-se que estamos sempre inseridos nos limites do próprio âmbito fenomênico, que é o que dizemos ser uma virada instrumental inerente a uma atitude metodológica com respeito à ontologia.

O saldo filosófico de uma causa física é a de um posicionamento a meio-termo da causa final e da causa eficiente, entendendo-se ambas como excessivamente metafísicas. Contudo, devemos sublinhar que se a causa física desvencilhou-se quase por completo da noção de causa final, ela reteve da causa eficiente a concepção de uma apreensão da mudança entre fenômenos e é isso que nos permite asseverar que “quanto à *causa eficiente*, é ela que subsiste finalmente na terminologia moderna, tomando o sentido de *causa física*, ligada à mudança de movimento” (PATY, 2004: 12; grifos do original) e, ao mesmo tempo, aceitar em Stuart Mill a afirmação de que “as causas com que me ocupo não são causas *eficientes*, mas *físicas*”²⁹ (1974 [1843]: 180; grifos do original).

O ponto fundamental à virada no conceito de causalidade legado pela modernidade refere-se à tentativa de superação definitiva de dois problemas relativos à teleologia nas explicações. O primeiro, o *problema da arbitrariedade*, diz respeito ao caráter de recurso à autoridade embutido às explicações como forma de embasar, nas tendências explicativas apontadas, a escolha de determinado curso e não outro, gerando assimetrias obscurantistas entre explicações possíveis e explicações legítimas. O segundo, o *problema da circularidade*, respectivo à dificuldade na construção de argumentos pelo recurso

²⁹ Na transcrição do período completo Mill afirma: “Para adotar uma distinção familiar à escola escocesa, e especialmente a Reid, as causas com que me ocupo não são causas *eficientes*, mas *físicas*”. A referência aqui diz respeito a uma oposição de Mill respectiva à filosofia do senso comum escocesa, que tem em Thomas Reid seu maior expoente. Em Reid, a causa eficiente é aquela que não apenas fornece as leis da natureza como também desvela a realidade subjacente a essas leis, “quanto às causas eficientes, eu receio que nossas faculdades não nos conduzam senão a um caminho estreito e quase tão somente a conclusões gerais. Eu sustento que seja autoevidente que toda produção, e toda mudança na natureza, deve ter uma causa eficiente que tem força para produzir o efeito; e que um efeito que tem as marcas mais evidentes da inteligência, sabedoria e bondade, deve ter uma causa eficiente inteligente, sábia e boa. Dessas, e de algumas verdades autoevidentes, nós podemos descobrir os princípios da teologia natural, e que a Deidade é a primeira causa eficiente de toda a natureza. Mas o quão longe ela opera na natureza imediatamente, ou o quão longe pelo ministério de causas eficientes subordinadas, às quais ela tem dado força adequada para a tarefa comprometida com elas, eu receio que nossa razão não está apta a descobrir e nós não podemos fazer mais do que conjecturar. Nós somos levados pela natureza a acreditar que nós mesmos somos as causas eficientes de nossas próprias ações voluntárias, e, por analogia, nós julgamos o mesmo dos demais seres inteligentes. Mas com respeito aos trabalhos da natureza, eu não consigo lembrar-me de nem uma simples instância em que possa dizer, com qualquer grau de segurança, que tal coisa é a causa eficiente de um tal fenômeno da natureza. Eu nunca poderei encontrar boas razões para acreditar que a matéria tenha alguma força ativa qualquer. [...]”

Eu devo, portanto, concluir que essa força ativa é guiada, em todas as suas operações, por algum ser inteligente, que saiba tanto a lei da gravitação como a distância e a situação de toda partícula de matéria no que diz respeito a toda outra partícula em todas as mudanças que podem suceder no mundo material” (REID, 1915: 103-5).

a uma natureza interior às coisas. Ambos os problemas levavam a conectar a teleologia à metafísica e a descartar ambas pelo conteúdo fortemente especulativo e descolado dos fatos. Ao se optar por uma causalidade mecânica e imanente, apostou-se em uma noção de causa estritamente física, distante da teleologia diretamente implicada no conceito de causa final e nos seus resíduos indiretos sobre a causa eficiente, uma vez que, em Aristóteles e também na tradição da lei natural, a existência de uma causa final e sua interrelação com a causa eficiente – e também a material e a formal – fazia com que as noções de causalidade e teleologia repousassem em uma relação de complementaridade e interdependência (TURNER, 2003). Entretanto, como veremos, os problemas da arbitrariedade e da circularidade nas explicações, longe de serem impasses banais resolvíveis pela redução da teleologia à causação, demonstrar-se-ão resistentes e recorrentes na filosofia da ciência. A relevância dos problemas ficará ainda mais nítida quando diante de problemas específicos da filosofia das ciências sociais, isto é, quando confrontados com as condições específicas das explicações nessas ciências e com as dificuldades em relação ao seu objeto e ao conteúdo moral dele. A problemática da insolubilidade dos fenômenos sociais a mecanismos causais e à predição tornará bastante evidente as consequências dos pressupostos ontológicos das explicações, fazendo com que explicações inteiramente dissociadas de intenções e propósitos sejam verdadeiros desafios para a apreensão científica do homem e da sociedade.

Enfim, acreditamos poder defender com propriedade que toda a trajetória da causalidade moderna até sua depuração em uma leitura física foi a da constituição de um conhecimento objetivamente válido, capaz de reconhecimento intersubjetivo, por subsunção a evidências externas; um conhecimento que se pusesse a tratar do mundo com êxitos explicativos e preditivos sobre ele postos de maneira constatável para além da perspectiva do sujeito individual, mais apropriadamente fundando a institucionalidade científica. Detivemo-nos até aqui fazendo um apanhado do desenvolvimento da noção de causalidade e culminamos nossa breve reconstrução na concepção de causalidade física, pois é ela que nos permitirá compreender como a discussão acerca da causalidade será assimilada na obra de John Stuart Mill e, a partir dela, na orientação proporcionada à apreensão

causal dos fenômenos para todo o âmbito das disciplinas morais na aquisição de um estatuto de cientificidade que se conforma desde então. É na figura de Stuart Mill que encontraremos o ponto de virada para a aplicação do conceito de causalidade como atributo de cientificização dos estudos humanos e sociais e, conseqüentemente, para a consolidação da linha de desenvolvimento da causalidade que se erigiu pela negação da metafísica e da teleologia.

Demonstrar que os fenômenos humanos e sociais são passíveis de apreensão causal significaria, dentro da tradição galileana, que poderiam ser explicados em termos de relações (necessárias) de regularidade e, conseqüentemente, de repetibilidade, estando para além seja das observações de um evento singular (ou acontecimento), seja, também e sobretudo, das apreensões de um sujeito epistêmico singular. É por essa última característica que a causalidade se abre para um conhecimento de tipo objetivo, à medida que pode ter seus enunciados atestados por outros sujeitos, conformando um conhecimento fiável. O conceito de causalidade legado será aquele de uma oposição forte a explicações ontológico, cosmológico e cosmogonicamente orientadas, assim como a finalismos dos mais diversos tipos. A correlação entre metafísica e teleologia foi de importância primordial para a reorientação da causalidade e gerou no seio filosófico das explicações a cisão entre explicações causais, mecânicas e legiformes, e não-causais, teleológicas e idiossincráticas.

Sendo assim, o quesito da objetividade que acompanha a apreensão de uma relação de necessidade dentro de explicações causais, cujo formato é o da subsunção a regularidades do tipo lei, é o que conferirá ao debate sobre a natureza das explicações o tom de legitimidade intersubjetiva das proposições científicas independentemente da natureza do problema e do objeto abordados. Será ponto de ênfase da tradição causalista ou galileana a defesa desse complexo de conceitos que expusemos acima enquanto concepções interreferidas, procurando construir nesse atrelamento de ideias a articulação base que faz da validade objetiva de um conhecimento um atributo de sua concatenação e subsunção causais. Em contrapartida, da tradição teleológica ou aristotélica, teremos a busca por desatrelar a objetividade do conhecimento de um estatuto causal, sublinhando características ontológicas, morais e/ou estéticas dos problemas e objetos das

ciências sociais incompatíveis com a abordagem causal tal como concebida nas ciências naturais. Não se trata imediatamente de um recuo metafísico que aponte para uma retomada do argumento teológico ou para sua remontagem secularizada, mas de uma ênfase sobre caracteres ontológicos situados que não precisam conformar nem intencionar a proposição de um sistema de mundo – ainda que o possam tentá-lo –, e que têm por função apontar – de um modo meramente negativo – a incongruências e limitações explicativas para quando o âmbito das explicações é reduzido ao da causalidade. Estaríamos, então, diante da exigência de uma reorientação epistemológica do critério de objetividade, a fim de fundamentá-lo em bases não-sensórias³⁰.

Nessa toada, voltar-nos-emos ao pensamento de John Stuart Mill e a seu modelo de explicações nas ciências morais a fim de expor o modo pelo qual a filosofia positivista clássica logrou fundamentar sua unidade metodológica das ciências lançando-se ao tratamento dos fenômenos humanos e sociais. É pelo modelo instituído por Mill que se pautarão todas as discussões críticas sobre a legitimidade da causalidade como atributo explicativo dos fenômenos humanos e sociais veiculadas pelas filosofias historicista e romântica na segunda metade do século XIX, consolidando as abordagens compreensivas, mormente no pensamento de Dilthey. É nele também que se inspirará o positivismo lógico do Círculo de Viena no início do século XX para adjudicar novo fôlego às explicações causais e formatar a chamada “visão herdada” da ciência, realimentando o repúdio à metafísica e à teleologia dentro do critério empirista de significado, que, se criticado duramente por Popper, teve nele também e em seu racionalismo crítico mantida a preocupação de uma unidade metodológica das ciências. Ademais, em continuidade com a postura cientificista, aludamos ao empirismo lógico como herdeiro da maior parte das ideias de Mill que incentivaram a implementação do neopositivismo sem sustentar o viés anti-metafísico deste. Por fim, é no legado de Stuart Mill que o neokantismo alemão, especialmente nas figuras de Windelband, Rickert e Weber, irá retirar sua leitura da apreensão legitimamente científica e dos impasses e requisitos-guias de uma abordagem objetiva do mundo social, confrontando-a com os problemas

³⁰ Cf. nota 15, início da Parte I, acima.

levantados pela tradição hermenêutica, mais particularmente aqueles da filosofia de Dilthey, traçando sua própria alternativa na polêmica metodológica.

CAPÍTULO 2

O POSITIVISMO PLURALISTA DE JOHN STUART MILL

A definição de “ciências morais” para o estudo causal dos fenômenos relacionados ao homem pode hoje soar bastante estranha se pensamos que a moral, grosso modo, é um âmbito de disposições normativas a respeito do comportamento humano e, como tal, avessa a uma determinação positiva na medida em que vinculada a questões de primeira ordem da existência humana. As questões éticas parecem supor uma condição extramundana que nos faria recair em posições teológicas ou, então, se secularizada, nos levaria ao mais mundano dos acordos sociais e nos faria imergir em uma condição de escolha primitiva. Nenhuma solução parece apta a sobrepujar quaisquer dos extremos do problema e a noção de causalidade que funda o pensamento científico, atrelada que está a noções de determinismo e necessidade, se nos apresentaria distante de poder servir à apreensão de um objeto eminentemente moral. Toda tentativa de captar positivamente os fenômenos morais poderia fazer surgir a sensação de que incorreríamos em falácia genética ao utilizarmos uma coleção de casos particulares para a justificação de um dever, de uma norma. Torna-se ainda mais curiosa a tentativa de fundamentação das ciências morais quando notamos que Mill não adere ao sintético *a priori* kantiano e que, não obstante, sua moral almeja basear-se em uma racionalidade.

O ponto de partida empirista de John Stuart Mill pode mesmo parecer um recuo em relação à síntese kantiana para um conhecimento de base simultaneamente racionalista e empirista, ocasionando a sensação de que Mill haveria de perder uma conquista do kantismo em relação à fundamentação da causalidade física e, portanto, do critério de cientificidade tal como desenvolvido pela tradição naturalista. Isso pode ainda suscitar uma sensação mais incômoda, fazendo parecer um contrassenso que as ciências morais sejam estruturadas justamente em torno do conceito físico de causalidade e sigam, assim, as pretensões naturalistas. Entretanto, o afastamento do kantismo deve-se, sobretudo,

como veremos, ao impasse gerado no seio deste entre a razão pura e a razão prática e é esse impasse fundamental que Mill precisará encarar a fim de superar o atraso e a instabilidade no estudo dos fenômenos morais e sociais. Certamente, a empreitada levada a cabo não é de modo algum intuitiva, dado que os problemas da causalidade – e consequentemente da ciência – à época a haviam distanciado do horizonte das disciplinas humanas e, a esse respeito, Mill enveredaria inevitavelmente por questões de natureza profundamente moral e haveria de invocar a ética utilitarista, de raízes empiristas, a fim de coadunar a pretensa dubiedade positivista acerca da busca de uma ação humana dotada de liberdade que repousasse em parâmetros de regularidade. Todavia, como haveremos de considerar mais adiante, o custo da retomada do projeto empirista, de retornar a problemáticas psicológicas acerca do conhecimento, terá repercussões bastante especiais sobre a constituição das ciências morais.

Ligado à filosofia positivista de Auguste Comte, Stuart Mill foi um herdeiro da proposta de uma unidade metodológica das ciências, assim como da ideia de que os problemas da filosofia seriam prioritariamente problemas de filosofia da ciência. De fato, a proposta de solução dualista que Kant conferira à relação entre razão pura e razão prática já encontra objeção nos trabalhos de Comte, que procurou rejeitar o caráter teleológico remanescente ao pensamento kantiano historicizando-o (TURNER, 2003). Enquanto em Kant o problema da teleologia remonta a uma insolubilidade própria ao livre-arbítrio das ações humanas, legitimando o pensamento acerca de propósitos, a saída de Comte fora a de tomá-lo como um resíduo de uma etapa metafísica do desenvolvimento da humanidade, que deveria ser completamente suplantada com os êxitos da ciência positiva. Ainda que Comte tenha condenado a investigação acerca de causas, o fez somente no sentido de causas finais ou primeiras, procurando escapar da arbitrariedade e circularidade que une metafísica a teleologia. Por isso, não é difícil perceber uma afinidade entre o positivismo comteano e os anseios de uma causalidade estritamente física¹, cujo ajuste será objeto privilegiado dos trabalhos de Stuart Mill.

¹ O que enfatizamos neste momento é aceção instrumental da restrição aos fenômenos contida no conceito de causalidade física. Essa instrumentalidade vinculada ao conceito será de primordial importância para desdobramentos especificamente instrumentalistas com respeito à suspensão do

A competência de Mill, assim, consistiu na articulação de questões dos vários domínios da filosofia com o intuito específico de consolidação de um método universal que englobasse todas as ciências empíricas, a despeito de nuances constatadas nos fenômenos naturais e sociais, e, para tanto, pudesse fazer florescer o estudo do homem com a mesma intensidade alcançada pelos estudos da natureza. Como afirma Turner (2003), Mill foi um bom seguidor da estratégia de apropriação seletiva encampada por Comte e, à base da crítica impiedosa sobre as ideias filosóficas prévias, organizou o terreno para a reinterpretação do pensamento científico existente, tendo por motivação a confiança em seus êxitos demonstrados. A unidade metodológica das ciências empíricas repousa, assim, num ideal positivista de unidade da razão. A base naturalista da filosofia de Stuart Mill nunca escondeu que seu interesse sempre fora a fundamentação de uma ciência do homem, em sintonia com as pretensões comteanas, e o fato de que sua atenção só se tenha voltado para tanto no sexto e último livro de seu monumental tratado de metodologia científica só reforça a importância e a complexidade tidas para ele em relação às ciências do homem. Sua fundamentação adequada só seria plenamente concebível após o desenvolvimento de sua metodologia geral. Nesse sentido, cabe-nos expor, primeiramente, os elementos do método que Mill acredita ser a base da ciência, ancorado nos êxitos das ciências naturais – especialmente aquele da física matemática –, e também o modo pelo qual ele concatena esses elementos conferindo-lhes consistência estrutural a fim de que possamos, num segundo momento, partir efetivamente para a elucidação dessa metodologia aplicada às ciências do homem.

Alinhado a uma concepção psicológica da lógica², Mill associa os procedimentos inferenciais à obtenção e prova de proposições, acomodando-os a

juízo acerca de instâncias metafísicas. O que fazemos alusão é à apreensão da ideia de se “salvarem as aparências” e seus respectivos desdobramentos interpretativos que, no Positivismo clássico, repousaria na radicalidade do repúdio à metafísica.

² Cf. Tugendhat (1996: capítulo 1). Nele, o autor aponta para três estágios do desenvolvimento histórico da lógica. No primeiro, temos uma interpretação ontológica em que se diz que a relação lógica estabelecida concerne à natureza da relação entre entidades reais, a esta interpretação se aliam os filósofos antigos e, dentre eles, Aristóteles. O segundo dos períodos é ao qual Mill se alinha traça uma interpretação psicológica da lógica e torna as regras da lógica regras do pensamento correto, sendo tais regras antes um atributo do sujeito epistêmico do que do objeto investigado; nesta concepção estariam os autores modernos como Hume e Kant. A terceira concepção, atualmente em voga, diz respeito a uma condição linguística da lógica, em que as

uma teoria do pensamento correto que deve ter por fim um discurso sobre o método, isto é, uma reflexão acerca das formas de se encontrar e estabelecer a verdade nas ciências. Assim, quando Mill diz acerca da lógica e de seu procedimento mais notável, a indução, está sempre se referindo a uma concepção mais abrangente de “lógica”³. Aliás, é mesmo parte de suas intenções metodológicas o posicionamento da indução como procedimento mais adequado à apreensão da experiência, fundamentando sua teoria empirista da ciência. Dessa maneira, a lógica, tal como entenderíamos a disciplina atualmente, em um sentido estrito⁴, encontra-se intimamente atrelada à epistemologia, revelando seu sentido apenas na medida em que se apresenta vinculada a procedimentos cognitivos. Não à toa sua defesa da indução encontra-se associada à contraposição de um conhecimento puramente intuitivo e autoevidente. A este caberia apenas a certeza respectiva a nossos próprios fenômenos mentais, à nossa consciência; para além da consciência haveria a inferência. Todavia, o problema entre quais fenômenos especificamente seriam de natureza puramente intuitiva e quais oriundos de processos inferenciais não concerniria à lógica, senão que à metafísica. Além disso, a possibilidade constante de que a intuitibilidade de muitos fenômenos seja senão mera aparência em relação a inferências processadas com imediatidade torna a investigação do que é intuitivo supérflua por si mesma, redutível ao oposto das consequências da investigação sobre processos inferenciais. Eis a forma como Mill admite e ao mesmo tempo submete o apriorismo na pesquisa científica.

Focar-se na experiência significaria imergir em um universo de fatos individuais constatáveis e a única forma de ascender a conhecimentos de caráter geral seria a da observação e coleção de particulares, retirando-se do trivial e conhecido inferências capazes de legislar sobre o desconhecido e o inesperado acerca de uma determinada classe específica de fenômenos.

Se estas observações estão corretas, se os princípios e regras de inferência são os mesmos para as proposições gerais e os fatos

relações lógicas são atributos de enunciados e, portanto, regras de construção da linguagem, acerca da inferência válida.

³ Deve-se notar que, enquanto a interpretação psicológica da Lógica faz referência a uma teoria do pensamento correto que desemboca em uma doutrina do método, a interpretação linguística restringe a lógica ao âmbito das inferências, dos enunciados, sem entrar em questões epistemológicas. Para tanto, cf. Tugendhat (1996: capítulo 1).

⁴ Cf. nota anterior.

particulares, segue-se que uma lógica completa das ciências deveria ser também uma lógica da ação prática e da vida cotidiana. Desde que não há nenhum caso de inferência legítima a partir da experiência em que a conclusão não possa ser legitimamente uma proposição geral, uma análise do procedimento pelo qual se alcançam verdades gerais é virtualmente uma análise de toda e qualquer indução. Quer se trate de um princípio científico ou um fato particular, e que procedamos por experimentação ou por raciocínio, cada passo na sucessão de inferências é essencialmente indutivo, e a legitimidade da indução depende, em ambos os casos das mesmas condições (MILL, 1974 [1843]: 159-60).

Muito embora no Livro II de *A System of Logic Raciocinative and Inductive*⁵ Mill defenda que os elementos mais básicos do processo inferencial sejam constituídos unicamente por constatação de casos particulares⁶ e a conclusão e evidência obtidas sejam restritas a particulares, o recurso a generalizações convir-nos-ia pela ampliação do rigor no teste de inferências, “aumentando o número das possíveis circunstâncias falseadoras” (MASSELLA, 1999: 71). Logo, a busca por generalizações é um procedimento legítimo à ciência e deve ser ela sublinhada pela precisão que permite conferir ao que conhecemos. O recurso a termos e proposições gerais exige que saibamos o modo pelo qual reunimos os particulares e o modo pelo qual é legítimo que o reunamos assim. Se a base da experiência são particulares, a indução como “operação de descobrir e provar proposições gerais” é o procedimento metodológico da ciência e, dessa maneira, descoberta e justificação de inferências se encontram epistemologicamente conectadas, ainda que Mill afirme que “a invenção [enquanto característica da descoberta de inferências], embora possa ser cultivada, não pode se reduzir a regras; não há nenhuma ciência que possa tornar um homem capaz de decidir o que convirá a seus propósitos”⁷.

⁵ Em tradução livre: Sistema de Lógica Raciocinativa e Indutiva.

⁶ Como bem resume Massella: “Mill considera que, psicologicamente, o ato de inferir pode ser realizado sem que seja necessário transformar a evidência obtida dos casos particulares observados – e tudo que observamos são, para Mill, particulares – numa máxima ou princípio geral. Para aplicar a experiência passada a um novo caso basta que nossa memória tenha armazenado uma conexão entre duas impressões passadas, de tal forma que, dada certa impressão análoga a uma delas, a outra seja inferida. Para isso, não é necessário que se saiba expor a regra ou princípio que preside essa conexão entre impressões e nem sequer é preciso ter a capacidade de declarar sob que aspecto a impressão sobre a qual infiro é análoga às impressões passadas que a experiência me apresentou conectada com outras impressões, ou seja, não é preciso um nome geral que conote o atributo compartilhado pelas impressões em questão” (1999: 71, nota 10).

⁷ Essa afirmação também antecipa sua concepção da liberdade humana, como haveremos de ressaltar quando tratarmos do método aplicado às ciências morais.

Toda forma de investigação científica, por decorrência, estaria apoiada em bases semelhantes aos esquemas de conhecimento cotidiano apresentados dentro das formas do senso comum. Não seriam conhecimentos de naturezas distintas, mas tão somente desenvolvidos em graus diferentes. Nesse sentido, ainda que de maneira geral e difusa, sua proposta epistemológica indutiva subsume-se a um discurso psicológico e podemos dizer que essa orientação até a psicologia demonstrar-se-á de fundamental importância para as reflexões metateóricas de Stuart Mill.

A indução, assim concebida, não se reduz apenas a uma “coligação de fatos”, senão que a um processo que tem por intuito estabelecer algo além das instâncias individuais diretamente observadas. Cabe separar indução de uma mera descrição. Mill rejeita a ideia de que uma simples reafirmação das informações das premissas pela conclusão possa ser devidamente nomeada de “indução”. Para ele, dentro de uma perspectiva objetivista, proceder dessa forma indica meramente a realização de uma exposição circunscrita, a partir da qual se apreendem os caracteres tais e quais são fornecidos pelo próprio fenômeno. À indução cabe exigir-se uma capacidade de oferecer ao sujeito um conhecimento novo, de pretensões intemporais⁸, caso contrário ela não se constitui em um procedimento de conhecimento, apresentando-se confinada ao que ele chama de “transformação verbal”, dado ser meramente expressão abreviada (nominalização) de um conjunto finito de proposições singulares elencadas observacionalmente.

Mas a indução como procedimento válido ao conhecimento geral do mundo não basta por si, ela deve pressupor como pano de fundo uma condição de uniformidade desse mesmo mundo, de maneira que se possa afirmar acerca da regularidade da relação entre determinados fenômenos nele contidos. Eis o axioma geral da indução. Contudo, mesmo dentro de parâmetros axiomáticos, Mill procura fundamentar empiricamente a condição de uniformidade, ela tem por sua força geratriz uma operação indutiva. Não seria um contrassenso um axioma empiricamente demonstrado? Mais, não seria isso uma petição de princípio? Um

⁸ Assimila-se, aqui, o conceito leibniziano de mundos possíveis. Como afirma Mill: “Proposição geral é aquela na qual o predicado é afirmado ou negado de um número ilimitado de indivíduos, isto é, todos, poucos ou muitos, existentes ou possíveis, os que possuam as propriedades conotadas pelo sujeito da proposição” (1974 [1843]: 163).

fundamento da indução indutivamente fundamentado? Ou ainda uma regressão infinita, por apresentar um princípio fundamentador que precisa ser continuamente fundamentado? Bem, se tomarmos o ponto de vista de que Mill faz a defesa de uma indução de classes de fenômenos, sistemática e rigorosa, caracteristicamente científica, não é um contrassenso acreditar na gênese de uma ideia de uniformidade por via também indutiva quando se entende essa indução fundamentadora em sentido amplo. Nesse caso, uniformidades situadas e específicas levariam à suposição de um suporte indutivo de um princípio de uniformidade geral e se justificaria o caráter axiomático dessa condição, uma vez que, e Mill reconhece isto, não é possível afirmar-se terminantemente sobre a obrigatoriedade dessa uniformidade. Ao mesmo tempo, o sucesso obtido em cada generalização para classes de fenômenos levaria a um aumento da confiança no princípio geral, retroalimentando as expectativas.

Coerente à rejeição positivista de apriorismos metafísicos, Mill suspende seu juízo acerca do caráter ontológico da uniformidade, aceitando sua condição apenas instrumentalmente, enquanto condição inescapável de sua teoria da indução. Porém, ao pretender que toda indução seja um silogismo de premissa maior pressuposta, Mill se afasta da prudência que o conduz à argumentação pela mera plausibilidade do princípio de uniformidade geral e, ao procurar conferir validade necessária às induções por apelo a um caráter dedutivo subjacente, se encaminha para uma acepção *ad hoc* das operações indutivas que é inconsistente com uma natureza também indeterminada.

Considerando a melhor das hipóteses apresentadas acima, é a indução o procedimento responsável por conferir confiança às próprias proposições indutivas. E em vez de cairmos em uma petição de princípio, nos lançamos a uma possibilidade infinita de regressões indutivas, permitindo que o conhecimento possa ter consistência por aprimoramento argumentativo. É dessa forma que Mill compreende a dependência do conhecimento científico do aprendizado cotidiano e aproxima a ciência do senso comum. A experiência é o único fundamento que permite confiar, ainda que plausivelmente, legitimidade às asserções de uniformidades e é ela também que diz sobre a pertinência maior ou menor das generalizações indutivas; “a teoria científica da indução”, assim, “procura conferir

precisão a este procedimento adotado pelo senso comum” (MASSELLA, 1999: 74). Se uma afirmação geral é mais confiável que outra, ou mais crível que outra, é porque temos algum indício oferecido pela própria experiência que nos permite confiar ou crer na sua asseveração mais do que na de outra. É a partir desse testemunho da experiência, com generalizações mais fortes corrigindo generalizações mais fracas, que a ciência torna-se um desenvolvimento da lógica indutiva e capacita-se à obtenção e à prova de uniformidades certas e universais. Temos, então, que uma indução tem por fundamento sempre uma indução anterior mais primordial e universal. O apreço último dado à experiência e, por equivalência epistemológica – para a precisão e aprofundamento científicos –, à indução, corrobora o estatuto unificado entre descoberta e justificação, uma vez que se a indução é o único procedimento válido para generalizarmos acerca dos fenômenos, ela é a única alternativa para legitimar todo o conhecimento, inclusive o intuitivo. Assim, a ciência é conectada ao senso comum à medida que a experiência científica, enquanto situada, não poderia jamais prescindir do repertório amplo e reiterado oferecido pela experiência cotidiana de induções prévias espontâneas.

Essas uniformidades permitiriam, de acordo com Mill, no eixo de sucessão, o conhecimento do que viria a ser a causa dos fenômenos sob consideração. Todo fenômeno passível de ser iniciado no tempo tem uma causa e essa deve ser o objetivo de toda generalização científica. Trata-se da lei de causalidade, uma “metalei” que antecede todas as leis de regularidade da natureza e que se constitui no axioma máximo da ciência indutiva. A relação causal entre fenômenos deve ser delineada de tal forma que, dada a ocorrência de um antecedente, *invariavelmente* produz-se seu consequente. A invariabilidade na sucessão não obedece a nenhuma força metafísica misteriosa senão que deriva do próprio fato físico constatado. Eis a aderência de Stuart Mill à concepção de causalidade física que tivemos por ocasião explicitar.

Desde Hume, entretanto, sabemos que por si só a sucessão invariável entre um antecedente e um consequente não é capaz de fornecer nexos causais. Sequências experimentadas pelo hábito como conjunções constantes podem dever-se a fatores absolutamente acidentais. É preciso algo mais que a

invariabilidade para que a causa seja atribuída a uma sucessão e Mill encontra essa condição na *incondicionalidade* do antecedente⁹. Este deve não somente ser invariável como incondicionado, de modo que ele seja o ponto de apoio mais fiável e a circunstância mais exata à afirmação da regularidade que produz o consequente. A relação causal, assim, é a expressão mais adensada das regularidades. A incondicionalidade garante que a invariabilidade para o consequente se dê sempre que o antecedente delimitado ocorrer, dado que está desdobrado nos elementos significativos mais simples e diretamente influentes sobre o efeito. Em outras palavras, que o consequente se veja “sujeito apenas às condições negativas” do antecedente.

Esses fenômenos antecedentes, ainda, estão ligados de maneira semelhante com alguns outros que os precederam; e assim por diante, até que encontremos, como o último passo acessível para nós, as propriedades de alguma causa primitiva ou a conjunção de várias. Todos os fenômenos da natureza são, portanto, as consequências necessárias, ou, em outras palavras, incondicionadas, de alguma colocação anterior das causas permanentes (MILL, 1974 [1843]: 186).

Quando Mill refere-se à obtenção de causas, está referindo-se também à obtenção de leis. Para ele, toda regularidade causal tem por forma lógica a expressão em um enunciado de tipo lei pela qual se diz que sempre que o antecedente A for encontrado *deve-se* esperar a ocorrência do consequente B. Nesse esquema, não é imperioso pensar que o antecedente deva ser um único fenômeno. Aliás, é esperável que assim não o seja. A soma de vários fenômenos para a constituição de um antecedente (concorrência de causas) evita mesmo que subestimemos as regularidades e as imputemos apenas por um critério de razoabilidade, cujo resultado seria considerar causa de um fenômeno consequente exclusivamente aquela que o antecede imediatamente ou que se adéque mais apropriadamente a nossos anseios e propósitos subjetivos de explicação. É imprescindível que operemos no levantamento sistemático das condições prévias

⁹ Com ela, todos os condicionantes apresentados por Hume para a observação da causa são obedecidos, objetivando-se uma necessidade física, se é que assim a podemos referir, e não mais psicológica da conexão entre causa e efeito. A noção de necessidade, mantida em sentido fraco, é retraduzida agora pelo termo “incondicionalidade” e introduz um elemento de certeza epistemológica que não era evidente na filosofia humeana. A este respeito, podemos considerar a “incondicionalidade” como uma saída de Mill para rejeitar o sintético *a priori* kantiano e manter a racionalidade de seu substrato.

ao efeito e atuemos visando a precisão, tanto quanto possível, da circunstância que contextualiza a instância e conforma, dessa maneira, sua causa.

Disso, temos dois modos de combinação das causas conjuntas, o mecânico e o químico. No primeiro, faz-se referência analógica à composição vetorial de forças encontrada na dinâmica; os diversos fenômenos, sejam condições positivas ou negativas, concorreriam em conjunto para conferir a intensidade, a direção e o sentido da mudança que origina o efeito. A ação conjunta das causas seria nada mais que o resultado do somatório de cada uma das causas tomadas em separado. Cada uma delas transferindo sua parcela de efeito ao efeito final total que deriva de sua combinação. No modo químico, por sua vez, à semelhança das reações, as propriedades contidas no efeito seriam diferentes da mera consequência somatória das propriedades existentes nos elementos originários; algo novo, dotado de especificidade na composição de novas causas, seria a tônica da sucessão enquanto transformação qualitativa do efeito frente à causa. Para Mill, preeminente na experiência, o modelo mecânico de combinação de causas é o fato geral a ser encontrado na natureza e na sociedade, enquanto o químico seria apenas de ocorrência excepcional e localizada. Por isso, temos uma noção de estrita *analiticidade material* na relação entre causa e efeito, uma vez que causas complexas podem praticamente sempre ser desmembradas em causas mais simples, até sua máxima racionalização. Do mesmo modo, a noção de incondicionalidade, geral para todas as causas, traz consigo o potencial de *sistematização dedutiva da ciência*, na medida em que a lei causal pode ser definida “pela posição que ocupa numa cadeia de raciocínios silogísticos” (MASSELLA, 1999: 82).

A fim de estabelecer as leis invariáveis e incondicionadas, Mill propõe quatro métodos, baseados em raciocínio por eliminação, como forma de legitimar a indução como operação fiável à ciência, a despeito dos impasses levantados por Hume. Os quatro métodos são (i) o método da concordância, (ii) da diferença, (iii) dos resíduos, e (iv) o das variações concomitantes. Não vamos neste trabalho fazer uma exposição detalhada de tais métodos, pois nosso interesse repousa apenas naquilo que os métodos experimentais não oferecem para a apreciação dos fenômenos. Assim, nos limitamos a fornecer uma definição positiva bastante

abreviada deles, enfatizando que o método da concordância é aquele baseado em observação direta tornando discretos os elementos antecedentes e consequentes invariáveis entre si, comuns a diferentes instâncias observadas de um mesmo fenômeno, enquanto o método da diferença está calcado quase que exclusivamente na experimentação artificial, levando em consideração uma instância positiva e outra negativa de um fenômeno para constatar, respectivamente, pela presença e pela ausência sucessórias de um consequente a um antecedente determinado, e com isso poder certificar-se de um nexos causal. Certo é que, não invalidante do primeiro método, o método da diferença será para Stuart Mill o mais fundamental dos cânones metodológicos, sendo aquele primordial à aferição de leis causais e, para tanto, constituirá o núcleo inferencial dos outros dois métodos, o dos resíduos e o das variações concomitantes. Naquele, estará presente fornecendo as proposições verdadeiras de induções prévias que, por eliminação, farão restar os resíduos para a constatação de uma regularidade de sucessão. E, neste, estará adaptado a fenômenos que não podem ser controlados artificialmente de modo a se isolar por completo as instâncias positivas e negativas de ocorrência de um antecedente frente a um consequente, cabendo a experimentação por variações concomitantes entre eles. Ademais, o próprio método da diferença é utilizado por Mill como plataforma de correção do método da concordância, gerando aquilo que seria um sub-método, o método conjunto da concordância e da diferença, que parte de “um duplo emprego do método de concordância, sendo cada prova independente da outra e ao mesmo tempo corroborante dela”. Por ele, observando-se paralelamente uma coleção de instâncias positivas e outra coleção de instâncias negativas poder-se-ia ressaltar, primeiramente, o que persiste nas alterações das instâncias positivas e, em seguida, certificar de que a persistência de presença constatada se traduz, agora, em persistência de ausência nas instâncias negativas. Mesmo assim, podemos afirmar que, em alguma medida, todos os outros métodos dependem dos auspícios do método da diferença para se lançarem legitimamente à apreensão de regularidades de sucessão. Entretanto, como estas não bastam à afirmação de um nexos causal, cabe ao método da diferença a preeminência quase absoluta¹⁰ na

¹⁰ Dizemos quase absoluta pois o método dos resíduos, ainda que subordinado ao método da

delimitação de leis de causação. Isto quer dizer que, ainda que leis causais sejam resultado da aplicação combinada dos cânones metodológicos, seria impossível, de acordo com Mill, emergir a tais leis de sucessão invariável e incondicionada sem os procedimentos do método da diferença.

Na exposição dos métodos, Mill é um determinista para as leis, defende que mesmas causas deverão sempre produzir os mesmos efeitos, permitindo, como já fizemos constar, tanto um monocausalismo estrito como uma concorrência de causas. Entretanto, frente aos embaraços do método das variações concomitantes e à massa de fenômenos coexistentes, Mill cede à possibilidade de uma pluralidade de causas e, com isso, flexibiliza sua perspectiva causalista com um modelo probabilista, cujo escopo é permitir a possibilidade de efeitos produzidos por causas diversas (e não inter-relacionadas e proporcionalmente diferentes)¹¹. Aventando a possibilidade de um probabilismo explicativo, juntamente às limitações já tidas em relação à concorrência mecânica de causas, os métodos de indução por eliminação têm complicadas as condições de certeza de seus resultados e, não obstante, Mill vê-se obrigado a reconhecer que um procedimento dedutivo é fundamental para as pesquisas complexas. Com ele, os

diferença, ainda poderia sustentar alguma uma capacidade de isolamento de antecedentes e consequentes que fizesse emergir uma relação invariável e incondicionada.

¹¹ Diz Mill: “Em primeiro lugar, não é verdade que o mesmo fenômeno é sempre produzido pela mesma causa, pois o efeito *a* pode algumas vezes provir de A, outras de B; e, em segundo lugar, os efeitos de causas diferentes podem frequentemente não ser dessemelhantes, e sim homogêneos e não-discerníveis entre si por limites assinaláveis.” (1974 [1843]: 213). Deixaremos tão somente a título de sugestão a problemática de ter Mill abandonado ou não o determinismo como modelo estrito de explicação, visto que a incorporação do probabilismo deixa em aberto o fato de tê-lo sido apenas enquanto solução provisória para leis propriamente deterministas, uma passagem que nos faz refletir acerca disso é a que se segue: “Um evento que ocorre por acaso pode ser melhor descrito como uma coincidência da qual não temos fundamento em determinadas circunstâncias sem que tenhamos, por isso, motivo para inferir que ocorrerá novamente nessas mesmas circunstâncias. Isto, todavia, rigorosamente examinado, implica que a enumeração das circunstâncias não é completa. Qualquer que seja o fato, desde que tenha ocorrido uma vez, podemos estar seguros de que, se *todas* as mesmas circunstâncias se repetirem, ocorrerá novamente; e não unicamente de todas, mas há uma parcela dessas circunstâncias da qual o fenômeno é invariavelmente consequente.” (MILL, 1974: 240). Para tanto, *cf.* Mill (1974 [1843]: cap. XIV), em que Mill, após essa última passagem, oferece um exemplo probabilista do cruzamento de frequências relativas de fenômenos como forma de provar uma correlação frente a eventos casuísticos e, assim, vir a estabelecer uma relação de causalidade.

Ademais, a passagem do capítulo XV torna-se bastante elucidativa: “Todo evento é em si mesmo certo, não provável; se soubéssemos tudo, ou saberíamos positivamente que iria acontecer, ou positivamente que não. Mas sua probabilidade significa para nós o grau de expectativa de sua ocorrência que estamos autorizados a nutrir pela nossa certeza atual.”, (1974 [1843]: 244). Apesar disso, é sem sombra de dúvida uma concessão realizada por Mill ao admitir explicações probabilistas, o que se tornará mais claro e ao mesmo tempo problemático para as ciências morais.

resultados “parciais” são aplicados explicativamente a fim de testar as generalizações e fugir das variantes de erro na delimitação precisa das condições iniciais do fenômeno investigado, uma vez que nunca estamos realmente tranquilos de que tenhamos abrangido experimentalmente todas as circunstâncias e de que tenhamos controlado e isolado os fatores intervenientes daqueles que podem ser, sem maiores inconvenientes, eliminados.

Logo, os métodos experimentais não são suficientes, na grande maioria dos casos empíricos, para garantir o conhecimento seguro relativamente à invariabilidade e incondicionalidade inerentes a toda lei causal. Em contrapartida, ainda forneceria instrumentos aptos à constituição de leis empíricas, tidas enquanto generalizações aproximadas de fundamento ainda altamente circunstancializado¹². A condição da prova de tais métodos fica, nesse sentido, comprometida, na medida em que eles perdem o caráter de autonomia em relação a outros procedimentos e passam a depender do método dedutivo para certificar seus saldos experimentais e ascendê-los ao estatuto de leis causais. Todavia, os métodos *a posteriori* não perdem sua preeminência na pesquisa científica, dado que o método dedutivo deve conformar-se aos resultados de induções prévias e deve, outrossim, ele mesmo retornar à experiência pela constatação de casos favoráveis ao desdobramento que permite àqueles resultados. Assim sendo, são três os passos do método *a priori*: (i) indução direta, (ii) raciocínio e (iii) verificação.

As operações dedutivas apontam para a subsunção da dedução à indução. A etapa do raciocínio visa a articular as leis disponíveis (indutivamente) e retirar delas explicações para casos mais particulares, estabelecendo leis de médio alcance pelas quais podemos conjumar o abstrato teórico ao concreto empírico, elucidando os fenômenos na complexidade em que ocorrem. O êxito na explicação de fenômenos complexos via verificação compete para conferir fundamento amplo às leis empíricas, posicionando-as frente às inúmeras

¹² Diz Mill: “As leis empíricas, portanto, só podem ser reconhecidas como verdadeiras dentro dos limites de tempo e lugar em que se descobriu serem verdadeiras pela observação, e não simplesmente os limites de tempo e lugar, mas de tempo, lugar e circunstância, pois, já que a própria significação de lei empírica é que não conhecemos as leis últimas de causação de que ela depende, não podemos prever, sem uma experiência atual, de que maneira ou quanto a introdução de uma nova circunstância pode afetá-la” (1974 [1843]: 238).

condições do fenômeno e checando sua invariabilidade perante elas, o que faz depreender a incondicionalidade do enunciado e, portanto, sua capacidade de ser alçada a lei causal. A dedução é a forma pela qual são consolidadas as teorias, assim como são possibilitadas as explicações científicas, conjugando-se em Mill a natureza das teorias à natureza das explicações. Uma teoria é boa se explica bem e a explicação é dedutiva.

A estrita exigência da causalidade, posta pelo requisito de incondicionalidade – característica que emerge pela recusa de uma condição de necessidade, identificada como metafísica e teleológica –, e a dificuldade em se obterem leis causais por meio dos métodos experimentais, fato consciente para Mill, faz com que ele se proponha, aliás, a pertinência de um *método hipotético*. Este método não é nada mais que a transposição do método dedutivo para ocasiões em que não se dispõe de induções anteriores. A etapa da indução direta é substituída por conjeturas hipotéticas construídas para a solução de casos específicos¹³. A suposição hipotética permite que resolvamos *ad hoc* a relação causal, conquanto não possuamos elucidação razoável para ela.

Mas se a hipótese é uma elaboração *ad hoc*, as demais etapas do método hipotético precisam garantir que a descoberta conjetural seja adequada aos fatos. Ainda assim, depois de realizados o raciocínio e a verificação, não é possível afirmar com certeza que a hipótese esteja, enquanto lei suposta, devidamente provada, porque, uma vez adequada aos fatos da experiência, seria preciso ter por certo que a falsidade da lei não poderia igualmente conduzir a resultados verdadeiros. Aqui, a aplicação do método da diferença seria oportuna quando possível. Se não for possível garantir que a relação seja do modo constatado, e não de outro modo, a hipótese não pode assumir o status de uma lei causal. Seus parâmetros incertos a resignarão ao âmbito de suas restrições de origem (circunstanciais) e, embora se mantenha importante quanto a alguma explicação e predição de fenômenos, não pode nos fornecer condições suficientes a se derivar

¹³ Diz Mill: “Já que explicar, no sentido científico, significa vincular uma uniformidade que não é uma lei de causação às leis de causação de que ela resulta, ou uma lei complexa de causação às leis mais simples e mais gerais de que pode ser inferida dedutivamente, pode-se, se não há lei conhecida que preencha esta condição, imaginar ou fingir imaginar uma que satisfaça a isto; eis como se faz uma hipótese.” (1974 [1843]: 229).

outras leis; sustenta-se apenas como lei empírica, estabelecendo meramente correlações entre fenômenos observados.

A defesa da hipótese feita por Mill suaviza o papel dos métodos de indução por eliminação na pesquisa empírica, à medida que permite dissociar metodologicamente a esfera da justificação da esfera da descoberta, sugerindo-se que a separação seja possível não apenas circunstancialmente, mas, pela centralidade do papel da hipótese na pesquisa científica e também nas indagações do senso comum, que se dê em geral, como guia dos sentidos e, daí, da indução e da apreensão da experiência. O fundacionismo situado nas leis causais¹⁴ perde espaço para um pragmatismo teórico e explicativo, levando à própria flexibilização da relação forte estabelecida pelo autor entre os aspectos da natureza das teorias e os da natureza das explicações. A abertura concedida para o método hipotético legitima, embora não de maneira explícita, a apreciação das leis empíricas por si mesmas e permite que explicações sejam dadas em caráter de provisoriedade e plausibilidade, em consonância com o caráter consequentemente também conjectural das teorias¹⁵.

A aplicação da metodologia geral de Mill ao campo específico das ciências morais é realizada no livro sexto do *System of Logic* dentro de parâmetros de classificação das ciências, que estabelecem uma hierarquia entre ciências mais simples e ciências mais complexas de acordo com a natureza dos objetos de investigação. Dessa forma, a crença na aplicação direta e irrestrita dos métodos experimentais é revisada para além das ressalvas tecidas no livro terceiro,

¹⁴ Elas seriam regularidades de sucessão incondicionadas e, portanto, leis últimas do conhecimento empírico, cujo papel está em registrarem o desvelamento de uma verdade, não somente em uma aproximação dela, na medida em que, como incondicionada, não poderia ser revogada.

¹⁵ É interessante notar que Mill admite para as hipóteses científicas aquilo que hoje nomeamos de modo ampliado para as teorias de “tese da subdeterminação”, isto é, a possibilidade de hipóteses distintas e por vezes contrárias serem igualmente bem-sucedidas na explicação dos fenômenos independentemente do teor dos dados da experiência. Essa admissão é, inclusive, um motivo de sua parte para rejeitar o método hipotético enquanto método autônomo em relação aos métodos de indução por eliminação e refere-se, para ele, a uma necessidade de subsunção dupla à experiência, na descoberta e na prova. Assim, percebemos que, para Mill, fora da obtenção de certezas, a ciência é instável demais quanto a nos proporcionar conhecimento fiável e, nesse sentido, acredita que para além do fundacionismo seríamos jogados no mar aberto das especulações relativistas em que desaguavam vários pensadores de sua época, como por exemplo as reflexões do filósofo William Whewell. Contudo, e não obstante as ponderações que matizam sua crença no método hipotético, podemos afirmar que o lugar deste na metodologia de Mill torna menos radicais as contraposições que tece a Whewell e torna legítimas as desconfianças quanto a terem mesmo abatido o vigor que supunha para toda a lógica indutiva.

conformando às características das ciências particulares, muito embora a indução persista sendo explicitamente defendida como operação elementar da descoberta e da justificação do conhecimento.

Sob esse requisito, a teoria da indução ganha sofisticação, visto que lhe é retirada a possibilidade de ser a base imediata de toda ciência, para se tornar apenas um objetivo final da investigação ou até mesmo, como em diversas ocasiões, apenas um guia epistemológico. As ciências mais simples, então, devem oferecer o suporte necessário à constituição das ciências complexas, vindo a proceder junto a estas na fundamentação de seus axiomas de investigação. Essa delimitação conferida à teoria da indução tem desdobramentos significativos também na consideração da hierarquia dos enunciados-lei, dado que a hierarquização das ciências permite questionar a equivalência entre o papel absoluto das leis causais e sua importância dentro de cada ciência particular.

Conquanto as leis causais não tenham seu papel em si mesmo discutido, mantendo-se como o objetivo genérico da ciência e como a matriz da dedução, e ainda que a metodologia de Mill não seja abertamente questionada por esse adendo, conservando sua argumentação pela analiticidade material dos fenômenos, é igualmente verdadeiro que sua metodologia adquire nova ênfase pelo fato de que se tenham admitidas ciências particulares que não tenham leis causais próprias, apontando-se para a preeminência de princípios explicativos de médio alcance, aquilo que, usando a mesma terminologia de Bacon, seriam os *axiomata media*. O que se vislumbra com isso é uma busca, da parte de Mill, de uma maior aproximação entre sua epistemologia e considerações de ordem prática, dado que os princípios médios devem efetivamente mediar o abstrato e a simplicidade das leis gerais com o concreto e enovelado dos fatos da experiência. Essa nova situação para as ciências empíricas permite a legitimação de domínios científicos carentes de precisão, dos quais não podemos retirar um conhecimento mais do que aproximado, ainda que útil, para a aplicação na vida cotidiana.

O advento das ciências morais é um desafio que nos faz indagar, como já podemos enfatizar, acerca de problemas éticos fundamentais e, a esse respeito, Mill demonstra ser impossível evitar a questão da liberdade humana. Como aponta Apel (1984 [1979]), Mill é um continuador de uma tradição dualista para a

relação entre sujeito e objeto que tem suas origens em Descartes pela separação ontológica radical entre os problemas da mente e os problemas do corpo. Esse dualismo encontra respaldo e desenvolvimento nas filosofias posteriores de Hume e Kant definindo a orientação da relação entre os domínios da epistemologia e da ética com base no suporte à divisão entre fato e valor, que ganha, assim, os contornos de diferentes razões no pensamento kantiano pela diferenciação entre a razão pura e a razão prática.

Destarte, ao carregar consequências também para o âmbito interno das discussões epistemológicas, a cisão fundamenta o cognoscível na distinção radical sujeito-objeto, contrastando o conhecido ou conhecível frente ao conhecedor. Esse dualismo estaria na base da condição de objetividade de um conhecimento, à medida que garantiria sua atestação por fatores de algum modo exteriores ao sujeito cognoscente. Por isso, durante muito tempo, o conhecimento científico manteve-se atrelado à referência a objetos, enquanto a abordagem do sujeito fora reservada ao âmbito da filosofia da moral. O trabalho de Mill, nesse ponto, pode ser considerado original, ao procurar um estatuto científico para os estudos do homem e da sociedade. Contudo, também deve ser tomado como um continuador da tradição ao fazê-lo, pois o tratamento do sujeito por um modelo científico é fundamentado sem o abandono do dualismo orientador da própria cientificidade, desembocando em uma abordagem das ações humanas a partir de sua manifestação como objetos da experiência e, portanto, subsumíveis à análise causal do mesmo modo como os objetos do mundo natural.

O ser humano é, para Mill, “o mais complexo e o mais difícil objeto de estudo com o qual a mente humana pode se ocupar” (1999 [1843]: 30). Para tanto, torná-lo objeto de ciência trata-se de uma empreitada que exige conciliar a indeterminação própria aos fenômenos dotados de liberdade com a determinação das análises causais pelas quais podemos alcançar conhecimentos fiáveis. Demonstrar que os fenômenos morais são adequados a uma apreensão causal se traduziria em uma demonstração de que de alguma maneira estes fenômenos seriam determinados e que, por conseguinte, a liberdade humana não decorreria de um estado de ausência de conformidades e regularidades. Mill não nega a concepção de liberdade tal e qual herdada da filosofia de Kant, quando a partir

desta ela é encarada como condição que se dá apenas pela vigência de regras morais. A delimitação proporcionada por essas regras é o que definiria o campo de atuação compatível para o usufruto da liberdade. E é justamente sobre a regularidade do comportamento moral enquanto conduta consistente e tenaz que Mill procurará sanar a polêmica entre os conceitos de “liberdade” e de “necessidade” que paira acerca da definição do estatuto regente das ações humanas.

Mill atribui ao uso do termo “necessidade” a responsabilidade por todo o equívoco que faz suscitar a polêmica. Retendo dos Necessitaristas a sua pretensão de adjudicar à ação humana uma condição de uniformidade, que a permitiria ser apreendida causalmente, Mill rejeita, porém, o emprego do conceito de “necessidade” indicando suas implicações metafísicas. Necessidade indicaria irresistibilidade, quando nada além de uma regularidade de sucessão estaria por trás de uma imputação causal. O problema semântico nos faria suprimir o papel da vontade do agente nas consequências de sua própria ação, tornando-as decorrências inevitáveis de circunstâncias exteriores ao sujeito. Em contrapartida, os partidários do livre-arbítrio se equivocariam ao querer que a liberdade das ações humanas estivesse para além dos motivos e das vontades do sujeito que as concebe e atua, de modo que, mesmo que conhecêssemos esses motivos e essas vontades, ainda permaneceríamos aquém do curso de ação a ser seguido. Isso seria um contrassenso na medida em que

ninguém que acredita conhecer completamente as circunstâncias de um caso qualquer e o caráter das diferentes pessoas envolvidas hesitaria em prever como cada uma destas iria agir. (...) Os metafísicos religiosos que afirmam a liberdade da vontade sempre sustentaram que ela é consistente com a presciência divina de nossas ações; ora, se ela é consistente com a presciência divina, será também com qualquer outra presciência. Nós podemos ser livres e, entretanto, um outro pode ter razão ao crer que está perfeitamente certo sobre o uso que faremos de nossa liberdade. Portanto, o que nossa consciência contradiz ou percebe como degradante não é a doutrina segundo a qual nossas volições e ações são consequências invariáveis de nossos estados mentais antecedentes (MILL, 1974 [1843]: 34).

Podemos entender como a discussão acerca da causalidade feita no livro terceiro é reeditada no livro sexto para o encaminhamento de uma cognoscibilidade causal dos fenômenos morais que não atenta contra uma condição de liberdade própria a esses fenômenos. A astúcia de Mill não evita que

enfrentemos os mesmos percalços inerentes à recusa do termo “necessidade” que enfrentamos outrora pelo substituto “incondicionalidade”. Entretanto, a questão da liberdade traz outros impasses mais.

A fim de que uma ação seja causalmente apreensível e preserve seu caráter livre, deve a causa assim apontada ser resistível. Caso não seja facultado ao agente proceder à ação de modo diverso do que o fez, ela não é uma consequência de suas escolhas e decisões. Somente tornando a causa aferida a um efeito uma condição copossível dele é que o determinismo encampado por Mill não se converte em fatalismo. Dessa forma, a saída de Mill consiste na admissão de um probabilismo causal. A discussão acerca de uma pluralidade de causas levada a cabo no livro terceiro como mais uma modalidade de ação da causação, associando-se aos modelos mecânico e químico, torna-se primordial ao âmbito das ciências morais. Sua importância e perspicácia residem na capacidade de fazer com que a determinação das ações humanas não implique heteronomia e, simultaneamente, que o conhecimento propiciado pelas ciências morais seja revestido de valor prático. As relações causais entre fenômenos morais desvelariam conexões capazes de orientar o sujeito oferecendo razões para persistir ou abandonar um curso de ação. Trata-se de uma ideia de autonomia racional. A minha ação é livre à medida que posso resistir aos motivos que me levam a agir se contar com boas razões para fazê-lo. Eis o modo pelo qual Mill inteligentemente se apropria da reflexão kantiana sobre a liberdade e sua relação com a racionalidade revestindo-a de uma forma naturalista (SKORUPSKI, 1989).

As ciências morais dividem-se em dois ramos, as ciências morais individuais, na qual figuram a psicologia e a etologia (a ciência da formação do caráter), e as ciências morais sociais, que abarcam todas as demais, dentre as quais a economia política e a sociologia. As primeiras seriam a base de todas as ciências morais, definindo as leis causais acerca das quais se formatariam os *axiomata media* das ciências sociais. A rigor, Mill reconhece apenas à psicologia o caráter de uma autêntica ciência indutiva. Somente ela pode se restringir aos procedimentos dos métodos de indução por eliminação e submeter em última análise seus resultados ao rigor último do método da diferença. Todas as demais ciências morais, de algum modo, estariam impedidas de proceder ao isolamento

das condições conformadoras da causa, lidando com fenômenos complexos demais para serem decompostos por vias indutivas. Mesmo a etologia, como ciência moral individual, estaria demasiadamente envolvida por circunstâncias ambientais não completamente passíveis de isolamento e circunscrição, cabendo apenas afirmações aproximadas dessas circunstâncias frente às suas influências sobre a formação do caráter.

Com efeito, nas ciências sociais e na etologia as explicações seriam meramente probabilistas, guiadas por relações de tendência de uma causa para um efeito. Ao perscrutar tendências, as explicações nessas ciências seriam eminentemente hipotéticas. A axiomatização e a formalização das ciências morais, à exceção da psicologia, nunca seriam, aos olhos de Stuart Mill, tão completas quanto o são nas ciências naturais. A abertura probabilista em estilo difuso (não-matematizado) impede que as explicações causais sociais e etológicas sejam conversíveis em predições, rompendo a simetria encontrada nas explicações da natureza. Outrossim, o probabilismo causal como consequência epistêmica de uma condição de pluralidade de causas inviabiliza, lembremos, a aplicação direta dos métodos experimentais por complicar a imputação associativa de um efeito específico a uma causa específica.

O método adequado às ciências sociais é o dedutivo, mas uma dedução indutivamente controlada. Não cabe à explicação da sociedade nem a experimentação pura, nem a dedução especulativa pura. Um conhecimento fiável deve ter base na experiência, ainda que sua generalidade precise ser obtida não-indutivamente. A isso Mill tece a distinção do que seriam duas variantes do método dedutivo, a primeira, seguindo os mesmos passos apresentados em seu livro terceiro, seria fundada no raciocínio sobre leis causais da psicologia e de outras ciências aptas a leis de causação e seguida por um teste meramente verossímil sobre acontecimentos empíricos, sendo nomeada método dedutivo direto. A segunda variante receberia o nome de método dedutivo inverso e se caracterizaria pela colocação de hipóteses gerais generalizadas por raciocínio a partir das próprias situações históricas singulares, tendo sua verificação realizada em dois sentidos, tanto pela adequação razoável às leis da psicologia como pela

explicação aproximada com base em análises estatísticas de acontecimentos históricos.

Ambas as vertentes, mas principalmente a segunda, revelam o modo peculiar pelo qual os fenômenos sociais têm conformada sua caracterização. Nelas, os contextos da descoberta e da justificação são definitivamente separados na metodologia da ciência de Mill, pois no âmbito estrito das ciências sociais a descoberta indutiva inexistente, tornando desnecessária a unidade de descoberta e prova da indução como condição do conhecimento científico em geral. A complexidade do objeto social e seu agregado de causas coexistentes e copossíveis fazem com que a analiticidade explicativa em Mill seja flexibilizada e, com ela, também o individualismo metodológico, que é a sua tradução para os problemas específicos das ciências morais. Se as causas são coexistentes, copossíveis e conformam redes complexas de causação, podemos apelar à adequação de um holismo metodológico, e é exatamente isso que faz Mill ao dizer que os fenômenos sociais contam com uma espécie de *consensus*.

Ao vermos restringida a analiticidade material, a condição ontológica mais imediata dos fenômenos sociais faz apontar para a contramão da composição mecânica de causas, isto é, para aquele tipo de uniformidade que houvera sido defendido como o mais frequente nas ciências empíricas em geral e também nas ciências morais sociais. Assim, a variante inversa, ao ser tomada como o procedimento mais apropriado aos grandes problemas do universo social, assegura a singularidade das causas sociais, conquanto a variante direta do método dedutivo, sendo indicada para os fenômenos em que o *consensus* é menos totalizante, permita vislumbrar uma analiticidade relativamente preservada no interior de conjunções causais específicas, fazendo destacar as causas principais e mais imediatas à consecução do efeito dotadas de algum potencial de generalização. Entretanto, embora essa indicação insira uma ressalva dentro das acepções holistas dos fenômenos sociais, a preeminência de *consensi* mais estruturados e coesos faria ressaltar uma idiossincrasia mais resistente – mas não completamente avessa – a explicações gerais.

É o método dedutivo inverso que permite a Mill adequar as especificidades dos acontecimentos históricos e sua coleção de fenômenos coexistentes à

explicação de estados de sociedade e da sucessão de estados de sociedade, gerando leis empíricas capazes de predições relativas a aspectos práticos, como aquelas com fins políticos à formação de cidadãos ou pedagógicos pela organização de um sistema educacional. É por ele também que Mill corrobora a lei dos três estágios de Comte, reenfatizando a relevância do estágio positivo. Ainda assim, se as explicações geradas têm função prática, isto é, dispõem-se a orientar a vida prática, a ideia de *consensus* e o uso de dados agregados (estatísticos) parecem retomar a problemática entre liberdade e necessidade apontando para uma determinação rígida do contexto social em relação aos sujeitos. Mill, para desvencilhar-se desse embaraço, precisa deixar espaço para que dentro do *consensus* da realidade social ainda seja possível a ação do indivíduo e o faz tornando mais próximos o holismo e o probabilismo. O *consensus* de um estado de sociedade é uma causa provável de outro estado de sociedade na medida em que é submetida à liberdade da vontade dos indivíduos que o compõem, mesmo que esses indivíduos não possam escapar completamente às características de seu presente histórico.

Garantindo mais uma vez a liberdade do agente é que Mill reconecta as ciências morais com a ética ao final de seu “On the logic of moral sciences”¹⁶. O conhecimento dos fatos sociais e das relações fatuais acerca da sociedade está a serviço da ação perante valores sociais, tornando racionais as escolhas dentro de uma moralidade. Mill depara-se em toda a discussão sobre a possibilidade de formação de uma ciência em ramos de conhecimento morais com a irreduzibilidade da escolha como atributo da liberdade do sujeito, seja com respeito à vontade dos agentes envolvidos em um fato social, seja com respeito aos fins últimos pretendidos. No entanto, conquanto irreduzível seja, e este é o argumento para a legitimação das ciências morais, seu campo de possibilidades não é ilimitado e o que se torna patente, ao final do livro sexto, é um intuito de cercar esse campo de possibilidades.

O desafio, porém, está no modo pelo qual esse cercamento é realizável e quanto a isso Stuart Mill não é claro. Sua busca é, expressamente, por uma contribuição positiva da ciência moral sobre a moralidade, fazendo-se desvelar os

¹⁶ Em tradução livre: “Sobre a lógica das ciências morais”; tomo sexto do *Sistema de Lógica*.

nexos causais entre fatos sociais a fim de se aprimorar racionalmente o uso da liberdade. Todavia, as ressalvas sobre seus procedimentos científicos e a consciência do caráter sempre aproximado do conhecimento assim disposto nos limitam a pensar em contribuições baseadas em nexos meramente negativos para a orientação moral; da ciência só se poderia esperar proposições da ordem do que não é ou do que não pode ser, respectivamente a uma influência sobre a moralidade. Essa inflexão é fundamental para o modo como o problema ético da liberdade afeta a questão epistêmica da determinação. Sem seu devido equacionamento, a possibilidade de uma ciência moral fundamentada na apreensão de leis causais torna-se bastante controversa e o que temos é a abertura para formas distintas de considerar o objeto social e a própria metodologia científica, partindo das condições específicas do conhecimento sobre aquele objeto. Seu resultado é uma concepção de ciência que não versa sobre a captação de relações de regularidade gerais e tipificáveis, mas que está delimitada por critérios mais amplos e, até certo ponto, genéricos, cuja aplicação sobre o ramo dos conhecimentos humanos o permita diferenciar-se substantivamente daquele a respeito da natureza, fazendo sublinhar suas especificidades metateóricas sobre uma base metodológica comum bastante limitada. É isto o que se verá no desenvolvimento da contraposição de Dilthey a Mill.

CAPÍTULO 3

O DUALISMO METODOLÓGICO DE WILHELM DILTHEY

E O ESTATUTO AUTÔNOMO DAS *GEISTESWISSENSCHAFTEN*

Wilhelm Dilthey foi um filósofo alemão cuja preocupação intelectual esteve voltada, assim como Mill, para a fundamentação das ciências humanas. Entretanto, diferentemente deste, sua abordagem das ciências naturais só fora levada a cabo na medida em que contribuía especificamente à delimitação do campo das ciências humanas e, dessa maneira, seu esforço esteve concentrado no desenvolvimento de seus aspectos distintivos, delineando duas modalidades de conhecimento. A filosofia de Dilthey tem por característica central o empirismo. Todo o conhecimento está necessariamente atrelado à experiência e provém dela, e toda forma de experiência é aquela dada a indivíduos, conduzindo-nos, assim, a um psicologismo, segundo o qual o conhecimento deve-se a uma operação da mente humana em interação com os fatos experienciados. Porém, a concepção de experiência em Dilthey difere substancialmente daquela classicamente advogada pelo empirismo britânico, dentro do qual se destaca especialmente a figura de Hume. Experiência para Dilthey envolve um complexo de instintos, sentimentos, paixões e volições que se articula por meio da vida, denotando uma noção muito mais ampla do que a mera associação de ideias que surgem por excitação passiva da mente. Experiência é fundamentalmente experiência vivida, e Dilthey sublinha este ponto ao expressar essa vivência e o seu experienciar (processual) com os termos em alemão *Erlebnis* e *erleben*, que são derivados do vocábulo *Leben*, que significa vida.

Consequentemente, o psicologismo que aflora de seu empirismo também tem caráter diverso daquele que cresce no seio do empirismo britânico e que se torna, como elucidamos, a base da metodologia de Mill. A mente humana, em Dilthey, não é um receptáculo passivo de impressões externas, senão que ela mesma é produtora (ativa) dos nexos que constituem a própria experiência. Isso quer dizer que Dilthey rechaça a psicologia associacionista como uma falsa

concepção do sujeito cognoscente, que tem por resultado sua limitação a um autômato de si mesmo; uma falsa concepção que estaria consolidada nas filosofias de Hume e Kant e que faria com que “nenhum sangue verdadeiro” corresse nas veias do sujeito do conhecimento, restrito este ao puro pensamento e, com efeito, alijado das suas vontades e sentimentos.

É interessante notar que Dilthey parte da mesma premissa de Hume, a saber, a de que o conhecimento é um juízo da mente humana, mas seu ponto de chegada é oposto ao deste (LESSNOFF, 1994). Enquanto Hume põe as operações mentais a serviço do conhecimento de fenômenos externos, baseando-o sobre o conhecimento da natureza, Dilthey procura reter a interioridade da reflexão da mente humana, como uma mente que responde a estímulos, tal como eles chegam à consciência, e que os apreende já responsivamente dentro da perspectiva da própria vida, sendo seu estudo – a psicologia – aquele do desvelamento dos princípios de operação respectivos a essa atividade. O caráter ativo atribuído à mente por Dilthey faz com que o conhecimento da experiência interna se dê de maneira diversa do conhecimento da experiência externa, uma vez que este, embora resultado dos estados subjetivos e das ações mentais, não é ele mesmo um conhecimento acerca desses estados e dessas ações. De fato, o conhecimento da experiência externa dá-se por contraposição à nossa subjetividade, seja por frustração da vontade ou por resistência a ela. É somente por tal característica de resistividade que nos é permitido asserir acerca de um mundo exterior.

Como Kant, Dilthey crê que não podemos conhecer externamente as coisas em si mesmas; estamos atrelados inelutavelmente ao modo como elas nos aparecem. Entretanto, diferentemente daquele e em consonância a Mill, Dilthey não partilha de qualquer ideia de sintéticos *a priori* e isso se deve, como sabemos, à sua ênfase forte na experiência. Mesmo assim, sua concepção do modelo de conhecimento da experiência externa não difere em muito daquele de Kant para as ciências da natureza, o conflito com o kantismo se inflamará no concernente à constituição do conhecimento da experiência interna. Daí seu projeto de complementar o criticismo com o que seria uma “Crítica da Razão Histórica”. A experiência interna, para ele, se constituiria como uma vivência direta, e não mediada, como o é a experiência externa, tratando, portanto, de ocorrências que

nos são passíveis de conhecer por si mesmas. Essa diferença fundamental na natureza dos tipos de experiência nos levaria a diferentes formas de apreendê-las, na medida em que a distinção kantiana entre o nômeno e o fenômeno torna-se uma distinção entre o conhecimento interno e o conhecimento externo, respectivamente – e não mais uma separação entre o incognoscível e o cognoscível. Essa correspondência funda a diferenciação entre as *Geisteswissenschaften* (ou ciências do espírito, ciências humanas) e as *Naturwissenschaften* (ou ciências da natureza).

Geisteswissenschaften seria a tradução para o termo ciências morais de Mill conforme solução do tradutor J. Schiel para a edição alemã, cuja escolha teria sido devida à força da tradição hegeliana na filosofia, que já contara com o termo singular *Geisteswissenschaft* (APEL, 1984 [1979]). Isso reforça o fato de que Dilthey sofreu influência direta da obra de Mill e, por isso, construiu o seu pensamento em reação à unidade metodológica deste e de seu positivismo. Nesse sentido, as ciências naturais não poderiam servir de modelo para as ciências humanas, pois sua metodologia seria o reflexo da adequação à natureza mediata da experiência externa, mediação esta que repousa em um ponto de vista humano e que serve a seus propósitos enquanto conhecimento hipotético e aproximado por estar baseada em fenômenos. A conceitualização, tipificação e quantificação da natureza são ferramentas de apreensão que têm por finalidade atender a desejos humanos de domínio dessa natureza. Para tanto, esse tipo de conhecimento não está apto a captar a estrutura objetiva interna da realidade. Sua base sobre a causalidade e a legiformidade não o permite asseverar acerca de uma necessidade estrita para as relações tomadas como regularidades de sucessão, visto que a necessidade ontológica é uma construção para além do dado da experiência.

Apreender a experiência interna tal como o fazemos com a experiência externa seria incorrer em reducionismo. Permaneceríamos tão somente na superfície dos problemas humanos se nos resignássemos ao conhecimento de suas manifestações sem adentrarmos naquilo que nos é permitido aprofundar por vivência de nossos próprios estados subjetivos. O conhecimento interno é, antes de tudo, conhecimento introspectivo, mas este não pode ser resolvido somente com referência à subjetividade solitária, deve pressupor que outras mentes de

mesmo teor existam. Como unidades psicofísicas, os seres humanos, para Dilthey, são reais, assim como as consequências exteriorizadas e materializadas de suas atividades, que são por ele nomeadas de objetificações da mente, sendo possível, então, por essas consequências, pressupor a existência e a similaridade das outras mentes. Tal pressuposto está consolidado na interação da vida e é suficiente para Dilthey acreditar numa espécie de completude do conhecimento humano. A imediatidade e intimidade da experiência interna avalizam a possibilidade de um conhecimento dotado de certeza que, se não atinge a precisão e a generalidade das leis naturais, está para além do que é concebível por um ponto de partida meramente hipotético. Por isso, as diferenças metodológicas estariam calcadas na natureza dos tipos de experiência, cabendo à explicação (*Erklären*) – já subentendido o apelo à causalidade – uma abordagem de fenômenos e, portanto, do mundo natural e seus problemas, cujo sentido mais profundo permaneceria inacessível a nós. Em contrapartida, seria a compreensão (*Verstehen*) o método próprio às ciências humanas, para conferir acesso àquele sentido profundo que se nos é possível ontologicamente sem mediações.

Não se trata, contudo, de invalidar a busca por generalizações e tipificações nas ciências do homem. Dilthey não negou que o mundo humano também pudesse contar com a descoberta de leis, mas certamente esse conhecimento legiforme não seria obtido sob moldes estritamente deterministas, tal e qual se supunha para as leis naturais. Não obstante, Dilthey deu ênfase a um mundo humano permeado pela liberdade e pela criatividade e, se de alguma maneira concedeu lugar para ciências humanas sistemáticas ao lado das ciências históricas, o fez sempre com certa prudência e nebulosidade, cabendo dúvidas quanto a como adquiririam validade dentro da efemeridade das formas histórico-sociais. Mesmo dentro da *Einleitung in die Geisteswissenschaften*¹, não foi claro o suficiente para indicar as ciências específicas a uma apreensão humana generalizante. Sua abordagem da legiformidade nas ciências humanas foi na mesma obra dúbia ao sugerir que afirmações generalizantes ou teóricas seriam um dos tipos de asserção aos quais toda ciência humana poderia se deparar na formulação de seus conhecimentos. Elas se juntariam não apenas a afirmações de

¹ Em tradução livre: Introdução às Ciências do Espírito.

tipo particularizante ou histórico, senão que também a um terceiro tipo de afirmações, as juízo-valorativas ou prescritivas. Nessa acepção, o potencial generalizador das ciências humanas seria nitidamente amenizado, não estando atrelado a universos de disciplina delimitados.

A presença de asserções juízo-valorativas apresenta outro diferencial das ciências humanas, que está ancorado na unidade psicofísica do homem: a inseparabilidade entre fato e valor. Se nas ciências morais de Mill o objeto humano e social era cientificamente apreensível em seus problemas fatuais, apartada da esfera mais imediata dos valores, muito embora a ela se ligasse ao fim e ao cabo na constituição de uma autonomia racional, na filosofia de Dilthey o objeto humano e social reúne em si, de modo indissociável, fatos e valores no curso da experiência vivida, tal como se dá ao sujeito que age, sente e pensa. Não existe diferença entre este sujeito e o sujeito epistêmico, eles são uma unidade vital. Os juízos de valor emergem da vida prática assim como o conhecimento, sendo a moral conformada pela própria experiência e repousada na relação do fato com a vida do indivíduo. O mundo para Dilthey é o mundo afetado pela mente. Nós podemos abstrair os objetos físicos e tratá-los como entidades algo independentes, do mesmo modo que podemos abstrair as experiências vividas do fluxo da vida e designarmos unidades de significação. Porém, não podemos conceber que a divisão entre ciências naturais e ciências humanas esteja baseada em uma divisão de esferas nitidamente distintas. A divisão entre as ciências é da ordem da abordagem dos objetos, pois sujeito e objeto sempre estão monisticamente constituídos. Mesmo assim, Dilthey dá a entender que no âmbito humano não teríamos a mesma possibilidade de abstração desenvolvida nas ciências naturais, pois quando tratamos do mundo humano lidamos com experiências vividas, que, se podem ser abstraídas do fluxo da vida enquanto unidades de significação, não podem ser desvinculadas da articulação íntima entre fatos e valores. No conhecimento científico da natureza, ainda que seus elementos sempre nos sejam submetidos à cognição e que esteja subentendida nessa abstração o papel da mente, o caráter abstrativo é sempre mais amplo, uma vez que lidamos com fenômenos dados e parecem diluir-se em meio à sua apreensão as conexões vitais que os conformam, restando de sua resistência a nós uma

independência que não lhes pertence². A ligação imediata das ciências humanas com o conhecimento interno e a própria imediatidade da unidade vital psicofísica dada neste conhecimento tornam muito mais evidentes a insolubilidade e indivisibilidade de fatos e valores. Enquanto nas ciências da natureza podemos abstrair o sujeito do objeto na constituição do conhecimento, nas ciências humanas, a abstração do primeiro em relação ao segundo não é suficiente para resolver a dualidade de um objeto que é também sujeito, a despeito do sujeito cognoscente.

O primado da vida torna a própria filosofia uma ciência humana, à medida que, estudando toda a realidade, ela deve necessariamente estudar a realidade tal como se nos apresenta, partindo do ser humano e remetendo-se sempre a ele. Com isso, a tarefa da filosofia torna-se a investigação da ciência e, portanto, epistemologia. Dessa maneira, a ética e a estética não são tratadas como disciplinas filosóficas, mas também como ciências (humanas), aquela voltada à investigação dos costumes em cada sistema cultural, em um formato eminentemente empirista e contingente, abdicando de todo e qualquer transcendentalismo às normas e juízos morais; esta referida ao estudo da arte enquanto manifestação fundamental da vida, “sendo uma tentativa de compreender as tentativas de compreender a vida humana, ou expressões mesmo tomando uma forma particular” (LESSNOFF, 1994: 176). Essa classificação das ciências revela o sentido amplo, como já tivemos ocasião de apontar, que orienta o conceito de ciência (*Wissenschaft*) em Dilthey. Quando utiliza o termo, o faz para designar um complexo de conhecimentos sistematizados, ordenados e justificados. A preocupação com a testabilidade não ocupa um lugar proeminente nesta acepção, conquanto os apelos a um embasamento empírico demonstrem em alguma medida a inevitabilidade da questão, que, podemos dizer, permanece para Dilthey uma mera sombra.

Assim, mesmo reduzindo os problemas da filosofia a problemas de teoria do conhecimento, Dilthey não procede do mesmo modo que Mill. Seu foco sobre a experiência interna o faz recuperar como legítimo o caractere unificador e ontológico da vida que havia sido descartado como um excesso metafísico no

² Ao menos não em um sentido estrito de independência, mesmo assim, essa independência em sentido forte será também sugerida na obra de Dilthey, como veremos mais à frente.

positivismo. Tudo parte de sua crítica à psicologia de Hume, que norteia os pensamentos de Comte e Mill. Enquanto o primeiro confia à ciência a dilucidação dos impasses éticos, o segundo reconhece uma irreducibilidade destes à apreensão científica, oferecendo à ética o caráter de Arte, no sentido de conjunto de regras preestabelecidas. Mesmo compartilhando com Mill a recusa a transcendentalismos éticos, Dilthey difere fundamentalmente no caminho para fazê-lo. A filosofia positivista na rota para a rejeição da metafísica especulativa houvera aliado com ela o que seria uma metafísica empiricamente legitimada da experiência interna, solapando-a no fenomenalismo naturalista.

Dilthey, ao defender uma concepção ampla de experiência, na qual a experiência interna não é moldada por representações da experiência externa e a elas limitada na associação de ideias, inverteu o empirismo concedendo prioridade ao conhecimento interno, é dele que parte o conhecimento externo e é a ele que retornam pragmaticamente os seus resultados, pois é para o homem que serve o conhecimento e afetar e ser afetado pela natureza faz do ser humano o núcleo da atividade vital. É isso que torna a relação entre as ciências humanas e as ciências naturais uma relação de reciprocidade dotada de assimetria que pende para as primeiras, visto ser o homem o fator remetente e destinatário do conhecimento. Ademais, mesmo desconsiderando-se o viés pragmático, todo conhecimento natural o é epistemologicamente conforme se nos apresenta e todo conhecimento humano o é ontologicamente conforme somos e existimos. A relação sujeito-objeto nas ciências naturais está atrelada ao homem por ser objeto submetido a um sujeito; a relação sujeito-objeto nas ciências humanas está vinculada ao homem duplamente, como sujeito cognoscente e cognoscível.

Essa postura de Dilthey não o impede de levantar-se contra a metafísica especulativa. Sua intenção é a de aprofundar a ideia de uma metafísica da experiência que funda o fenomenalismo kantiano estendendo-a para a possibilidade ontológica da apreensão do ser humano em si. Nesse sentido, ele vai além do fenomenalismo prescrevendo que é da natureza da experiência interna a (auto)reflexividade que faz desvelar a realidade profunda pela identidade sujeito-

objeto³. A inflexão do sujeito pensante para a experiência vivida desloca a base do conhecimento da mera cognição conceitual (*Erkenntnis*) que é dada nas ciências da natureza para a amplitude do saber imediato (*Wissen*) oferecido pelo complexo pensamento-sentimento-vontade (MAKKREEL, 2008: seção 2.1, §7). Por isso o aprofundamento ontológico defendido por sua filosofia para as ciências humanas teria fundamento empírico. Quando se levanta contra a metafísica, Dilthey faz ressaltar justamente o caráter especulativo que a envolve, enquanto simplificação precipitada da realidade. A esse respeito, ao formularem sobre princípios específicos de uma visão de mundo a estrutura da realidade, os sistemas metafísicos incorrem em um esquematismo abstrato que se põe alheio à riqueza e à complexidade do mundo.

São três os tipos de visão de mundo condenados por Dilthey: o idealismo objetivo, o naturalismo e o idealismo da liberdade. Os dois primeiros seriam metafísicas especulativas monistas representadas especial e respectivamente nas filosofias de Hegel e de Comte, reduzindo a realidade às questões da mente ou do espírito, naquela, ou às questões da matéria, nesta. É por essa base que Dilthey critica a filosofia da história como uma leitura reducionista de pretensão universal dos acontecimentos históricos que os enforma precipitadamente no desdobramento de uma teleologia finalista. Também neste ponto Hegel e Comte são referências para Dilthey. Já o último dos tipos de visão de mundo teria Kant como grande expoente, a partir do dualismo radical que cingiria a razão em razão pura e razão prática e as colocaria em campos opostos. A ênfase na parcialidade das visões de mundo está para além do que seria uma tipologia rigorosa das formas de excesso metafísico dos sistemas filosóficos, pois no caso do idealismo da liberdade poderíamos concebê-lo, do ponto de vista do projeto diltheyano, justamente como um exemplo de insuficiência de pressupostos metafísicos. Assim, a apreciação e crítica da metafísica em Dilthey não assume um sentido estrito de crítica ao conhecimento de tipo especulativo, ela se encaixa antes na

³ Devemos entender aqui que muito embora a experiência interna nos seja dada em uma relação de imediatidade, esta se refere a uma imediatidade da consciência e consciência remete-nos a uma ocorrência mental. Não estamos diante de uma consciência que implica estar cômico, em oposição à inconsciência, mas daquela sinônima de mental. Assim, a relação de imediatidade existe por ser a experiência interna completamente pertencente à natureza do sujeito e não, como se poderia pensar, por ser uma ocorrência de conhecimento óbvia ou trivial.

exposição de sua própria filosofia, apresentando, então, os limites de uma visão de mundo empírica que não apreende toda a amplitude do âmbito da experiência.

O empirismo ético e humanista de Dilthey faz que ele suporte as ciências humanas em um individualismo metodológico, que, por conta da preeminência da experiência interna, fundamenta-se no seu projeto de uma psicologia descritiva e analítica. A partir dela, Dilthey opõe-se a abordagens naturalistas da psicologia, tal como desenvolvida na obra de Mill. Em seu artigo “Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie”⁴, de 1894, ele aprofunda a proposta de um conhecimento interno que seja obtido por meio de introspecção, seguindo o curso da imediatidade desse conhecimento à subjetividade dos indivíduos. Somente uma psicologia que esteja baseada na experiência vivida pode captar a realidade da mente, provendo um conhecimento seguro. Restrita à explicação causal, a psicologia torna-se um âmbito de contendas teóricas em que é impossível superar a pulverização de hipóteses alternativas. Por esse motivo, a psicologia não deve ser construtiva e hipotética, senão que descritiva e analítica, ela deve ser a sistematização daquilo que é diretamente vivido, apreendendo o nexos que conecta seus elementos de representação, sentimento e vontade à objetivação. É descritiva, pois é exposição minuciosa, e é analítica, pois procura situar os elementos dentro desse nexos.

Entretanto, quando Dilthey se refere à apreensão desse nexos da experiência vivida ele o faz em mais de um sentido. Ora utiliza o termo para expressar uma conexão entre partes ou elementos específicos, ora traz a intenção de que a conexão se daria entre partes para um todo relativo (estruturas) ou, ainda, numa terceira acepção, torna a relação parte-todo absoluta, como que se referindo a uma totalidade da experiência vivida (ou até mesmo vivível)⁵. Essa ambiguidade contida no uso do termo demonstra a dificuldade encontrada por Dilthey para fundamentar a sua psicologia enquanto conhecimento objetivamente válido, pois seu conhecimento compreensivo deve necessariamente ser atrelado à apreensão de contextos aos quais se admite alguma unidade significativa, afetando, portanto, outros dois conceitos-chave ao seu pensamento: o de compreensão e o de significado. Deve haver um nexos que conecte as ocorrências particulares

⁴ Em tradução livre: “Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica”.

⁵ Para exemplos dessa variedade de significados, cf. Lessnoff (1994: 178-9).

conferindo-lhes unidade, mas ao mesmo tempo um contexto a que estejam integradas e em que se desenvolvam essas ocorrências, que se constitui com elas em outra unidade; um nexos mais amplo, ao qual o nexos de particulares se reporta. Essa situação, em nível psicológico, nos admite a referência ao que seria uma unidade estrutural da personalidade ou, nos termos de Dilthey, um “nexos psíquico adquirido”, orientando todas as ações de um indivíduo. Esse “nexos psíquico adquirido”, no entanto, deve ele mesmo ser uma estrutura dinâmica e, por isso, comportar a mudança. Uma mudança que está ela mesma envolvida em um contexto, compondo dessa maneira outra unidade. O processo de contextualização pode, assim, suceder-se indefinidamente.

O problema reside na subjetividade que o fundamento psíquico da vida introduz no nexos que se procura estabelecer para cada âmbito contextual epistemologicamente abarcado, quando da qualificação de uma experiência vivida. Se, conforme estabelece Dilthey, a experiência vivida é sempre a experiência de um sujeito empírico, o nexos de significado estabelecido é sempre redutível a esse sujeito e, portanto, o acesso epistêmico a esse nexos, por meio da compreensão, está restrito à subjetividade que lhe é originária. O contexto interno do sujeito torna-se a unidade de significação e de compreensão, a despeito de todo contexto externo a ele – e que o abarque – demandar a formação de um nexos próprio que, como unidade de compreensão, não se reduza à individualidade particular desse sujeito, na medida em que a modifica. Em paralelo, todo e qualquer contexto externo, como unidade de significação, só pode se constituir um nexos quando internalizado, quando reduzido à experiência interna, caso contrário o significado perde estatuto imanente à experiência.

Para tomarmos apenas a relação que se estabelece entre a experiência interna e a externa, podemos lembrar que esta mantém seu estatuto cognitivo frente àquela pela resistência que apresenta à vontade do sujeito cognoscente, condição que a legitima enquanto realidade independente, não obstante sua inapreensibilidade nômica. Dessa forma, evita-se o solipsismo de uma realidade externa que seja completamente redutível à realidade interna. É essa condição também que permite a pressuposição de outras mentes – quando não a pressuposição de si mesmo –, pois o ser humano é uma unidade psicofísica. A

resistência de entes em sua liberdade e criatividade – para não mencionarmos a própria resistência da minha corporeidade – confere plausibilidade à intersubjetividade como regra metodológica. Isso faz com que a experiência externa não seja meramente a experiência de objetos, senão igualmente de sujeitos. Mas, sendo o significado o nexo de uma experiência vivida que concatena a experiência externa em uma unidade mental, não pode a apreensão desse significado via compreensão ser sucedida exteriormente ao sujeito da vivência sem que o próprio significado repouse em uma condição transcendente a esse sujeito, enquanto dotado, em algum grau, de independência. Mesmo a constante assimilação da experiência externa para a constituição do conhecimento interno não resolve o problema da contextualização transcendente dos nexos, pois ainda que permita ao significado surgir e ser estabelecido na mente do indivíduo, não resolve o nexo imputável ao contexto que enforma essa modificação da experiência vivida, proporcionando-nos, de tal sorte, uma regressão compreensiva a significados sempre mais transcendentes.

A intersubjetividade da compreensão fundamenta a cognoscibilidade da mente do outro tão somente na medida em que o significado não seja reduto empírico da vivência de um sujeito, pois é a referência a significados que promove a compreensibilidade. As unidades de compreensão e de significação não podem repousar exclusivamente no indivíduo se se pretende que a compreensão do significado seja dotada de um caráter de objetividade, servindo para apreender o significado veiculado por outrem. Estamos, então, imersos em um paradoxo.

Quando Dilthey propõe uma psicologia descritiva e analítica apta à captação da experiência interna, ele o faz sob a confiança de poder perscrutar acerca das subjetividades mais iminentes, tornando a psicologia “o instrumento para o historiador, o economista, o político”. Seus parâmetros para a compreensão necessitam da inclusão do outro como sujeito-objeto cognoscível, mas se não dispomos de nenhum fundamento para além da imanência – e como veremos esse fundamento deve ser necessariamente transcendental –, permanecemos mergulhados na temporalidade empírica da vida tal como ela se desdobra, empiricamente, a sujeitos particulares, sem nenhuma possibilidade de nexo que

unifique os sujeitos em seus contextos e, por conseguinte, dê unidade aos próprios sujeitos no complexo da sociedade. Com isso, as experiências vividas, que constituem então nexos de significado e tornam o tempo vivido um contínuo de instantes não homogêneos, só existem e são conhecíveis para aquele indivíduo que as experiencia, interna e imediatamente. Em suma, se a compreensão é realizada por sujeitos concretos e para sujeitos concretos, dando-se sempre sobre nexos de significado e por meio de nexos de significado, e esses nexos de significado são produto da interação particular de um sujeito concreto, obtém-se que a compreensão não pode escapar aos limites da introspecção, ela é sempre e inexoravelmente a compreensão de si mesmo. Um sujeito empírico jamais acessaria o nexo de significado de outro sujeito empírico, visto que o nexo e o significado seriam particulares e únicos. Do mesmo modo a compreensão. A rigor, ao sujeito empírico não seria facultada nem mesmo a consciência da existência do outro, pois toda a experiência vivida seria a sua experiência vivida, que estaria “impregnada” dos seus nexos de significado e que constituiria ela mesma um único nexo psíquico adquirido.

O psicologismo de Dilthey rompe o dualismo epistemológico moderado entre a experiência interna e a experiência externa ao isolar e concentrar na mente individual todo e qualquer nexo de significado que constitui a experiência vivida, subjetivando o conhecimento dessa experiência e desarticulando a unidade psicofísica do homem. O sujeito do conhecimento é identificado ao sujeito psicológico. Ao mesmo tempo, esse psicologismo aspira a ser o fundamento de um método geral para o conhecimento interno, tal como dado para o ser humano em sua condição psicofísica e seu corolário intersubjetivo, e diferenciado do conhecimento externo, apreendendo nexos de significado mais amplos. A relação direta e imediata entre a experiência interna e a experiência vivida faz com que a experiência externa só seja vivida na condição de internalizada e assim a compreensão se limita ao eu⁶.

⁶ Para ser mais exato, com a perda da unidade psicofísica, que sustenta tanto a superação relativa do dualismo cartesiano como a intersubjetividade, somos lançados ao solipsismo e, assim, todo o conhecimento se põe em risco. A unidade psicofísica do ser humano não apenas viabiliza a intersubjetividade como tem repercussões sobre a legitimidade do mundo exterior, dada a cognoscibilidade dos corpos físicos pela base da cognoscibilidade segura da unidade do eu. Ao tornar a interação entre a experiência interna e a experiência externa na constituição de uma

A saída desse impasse à objetividade da compreensão Dilthey pôde oferecer na guinada final de sua obra. Nela, o centro da sua compreensão deslocou-se da psicologia individual para a cultura e, principalmente, a história. Dilthey reconhece que, embora o objeto das ciências humanas seja, “antes de mais nada, uma realidade interna, um nexos experimentado de dentro” (DILTHEY, 1996 [1900]: 236), o conhecimento objetivo acerca desse objeto deve ser baseado em fatos. Para tanto, a unidade psicofísica é o elo que possibilita à compreensão utilizar a percepção acerca de produtos objetivos da vida psíquica para retirar deles aquilo que não é sensorialmente dado, mas que está embutido na sua vivência geradora. Com o apelo a objetivações empíricas, Dilthey introduz substantivamente em seu pensamento aquilo que até então apenas o inspirava: a hermenêutica. Nos seus primeiros trabalhos, ela era apenas uma técnica para a interpretação de documentos escritos, tal como havia sido proposta por Friedrich Schleiermacher, mas a partir, especialmente, de “Die Entstehung der Hermeneutik”⁷, publicado em 1900, a hermenêutica é reconstruída como metodologia das ciências humanas.

É por meio da interação entre o todo e suas partes no processo interpretativo do círculo hermenêutico que a compreensão seria aprimorada como método científico e adquiriria estatuto de objetividade. Contudo, nessa transposição analógica das técnicas linguístico-exegéticas de textos para a interpretação de outras formas de expressão humana, Dilthey haveria de se deparar com certos limites e, para tanto, procurou distinguir entre formas de manifestação da vida, elencando três classes: a das ideias, a das ações e a das expressões da experiência vivida. Para ele, as expressões da experiência vivida seriam as manifestações mais privilegiadas à captação da vida, que representariam a máxima conjugação de um estado interno, na extensão do pensamento, do sentimento e da vontade, externalizando-se em objetificações da mente. Por não poderem ser simuladas ou tergiversadas, elas seriam como que um desabrochar

experiência vivida atributo de um nexos de significação de um sujeito empírico, transplantamos a vida para a interioridade do ser individual e concreto, retirando-a dos outros seres e da condição de ocorrência em um ambiente. Nesse sentido, nenhuma compreensão é válida, nem para o universo de outros sujeitos, nem para a internidade solipsista, pois nos é impossível a delimitação e a classificação dos nexos. Do mesmo modo, a explicação causal dos fenômenos naturais estaria fadada a uma ilusão sem consistência.

⁷ Em tradução livre: “O surgimento da hermenêutica”.

objetivado e duradouro da vida interna, diferenciando-se, por esse caráter de permanência e confiabilidade, das ações. Estas, por sua vez, seriam também menos propícias à compreensão por não incluírem em sua objetivação todos os aspectos que nos permitem recompor a experiência interna, possibilitando-nos asserir acerca de um propósito, mas não acerca daquilo que foi decidido em contrário. A falta de uma indicação perceptual ampla a um nexos vital seria o ponto pelo qual Dilthey desprivilegiaria as ações como ponto de apoio sobre o qual erigir as ciências humanas. O mesmo raciocínio a respeito da dificuldade no acesso à experiência interna seria posto para a compreensão das ideias. O caráter de autonomização que os conceitos, juízos e outras formações de pensamento adquiririam em relação ao contexto particular em que vieram a ser formulados proporcionaria um destacamento temporal, espacial e pessoal que dotaria as ideias de uma precisão em relação a conteúdos externos, diretamente vinculada a como as coisas são ou estão no mundo. Elas se resumiriam ao conteúdo que veiculam, à medida que resolvidas no significado convencionalizado de seus termos e compreendidas diretamente por eles, e pouco aclarariam as experiências vividas que as conformaram e as levaram à objetivação. A classe das ideias estaria bem conformada com a sua noção de abstração tal como alcançada nas ciências da natureza que acompanha Dilthey desde os primeiros momentos de sua obra e que o leva a erigir sua metodologia das ciências humanas sem deslegitimar a metodologia das ciências naturais.

A distinção estabelecida, contudo, é excessivamente ambígua para que possamos falar em *classes* de manifestação da vida como categorias qualitativamente distintas. Posta sobre um critério de acessibilidade a um nexos vital, a qualificação das classes é muito pouco elucidativa a respeito do modo pelo qual ideias e ações estão vedadas de poderem ser também elas mesmas expressões da experiência vivida, visto que Dilthey reconhece dois caminhos pelos quais uma manifestação externa seja expressão de um estado interno, a saber, por meio de uma convenção, tal como poderíamos incluir as ideias, e por meio daquilo que ele nomeia como uma “relação regular” entre uma expressão e aquilo que é expresso, sob a qual poderíamos entender um propósito e incluir as ações. Isso parece levar sua classificação a um impasse (LESSHOFF, 1994). Seu critério, ao fim e ao

cabo, não consegue garantir que as expressões da experiência vivida sejam sempre e invariavelmente objetificações e a distinção repousa antes em uma diferença de grau do que em uma diferença de natureza das manifestações. Duas condições não implicadas separavam as ideias e as ações das expressões da vivência, a capacidade de exteriorização de um nexos vital e a permanência da objetificação. Nessas circunstâncias, nada justifica que o vínculo entre um nexos interno e sua manifestação só seja apreensível adequadamente em objetificações, uma vez que a “mera” objetivação tal como apresentada em ideias e ações encontra-se já de acordo com o caráter de expressibilidade de uma experiência.

Ao cindir as manifestações da vida em classes e dar preeminência à classe das expressões da experiência vivida, Dilthey faz por sublinhar que, embora a metodologia hermenêutica sirva para tornar objetivo o conhecimento oriundo da compreensão, ela de maneira alguma pode ser aplicada indiscriminada e identicamente para todas as formas pelas quais nos manifestamos em nossa vida. Isso porque o grau de acessibilidade a um nexos vital deve estar diretamente vinculado a um grau na apreensibilidade desse nexos e, logo, à objetividade da apreensão, sendo tal objetividade sugerida como atingível apenas nos casos de objetificação. Em vista disso, a classificação das manifestações da vida nos faz crer que seja acompanhada de uma delimitação própria da compreensão interpretativa, quando não a limitando inteiramente à classe das expressões da vivência. Essa delimitação deveria basear-se em um condicionamento da metodologia respectivamente à natureza específica da manifestação de seu objeto, isto é, às classes de manifestação, revelando uma metateoria objetivista que deve ter por refinamento o tipo de exteriorização da experiência interna. Por outro lado, quando crê possível a extensão da hermenêutica para a constituição de uma metodologia das ciências humanas, Dilthey deixa implícito que vislumbra para ela a possibilidade de tratamento de um campo de manifestações mais amplo do que as meramente textuais, e isso necessitaria incluir também ideias e ações.

Apartada das ideias e das ações, a compreensão interpretativa tornar-se-ia um retorno à hermenêutica clássica, pois são justamente elas que possibilitam a Dilthey ampliar seu escopo metodológico para a generalidade das ciências humanas, justificando seu esforço de reconstrução. A hermenêutica como

metodologia das ciências humanas, portanto, não poderia jamais negar-se à apreensão (objetiva) de ideias e ações e, conquanto não se especifique em que medida possam ser as ideias e as ações apreendidas objetivamente em seu nexos vital e conquanto se deixe margem o bastante para tornar tal tarefa duvidosa, sob risco de anular a própria reconstrução metodológica, a aplicação dessa metodologia por Dilthey não se recusa a abarcar as manifestações amplamente.

Outro problema que se põe vem do caso de que, como nesta nova fase Dilthey não rompe com a anterior em sua proposta de uma autocompreensão⁸ da experiência interna, temos que a metodologia hermenêutica não é algo como coextensiva com todos os atos de compreensão de manifestações (LESSHOFF, 1994: 187-8). Haveria ainda a possibilidade de compreensões baseadas em introspecção, cuja fonte subjetiva não nos levaria a um conhecimento científico, muito embora nos servisse para nos situar pragmaticamente. Por isso, poderíamos vislumbrar uma compreensão “não-interpretativa” enquanto concernente a pelo menos uma parte da – se não propriamente para Dilthey em toda – extensão da vida cotidiana, limitada aos seus parâmetros de apreensibilidade e responsividade dos nexos. Não obstante, ele não resolve isso em termos das classes de manifestações da vida e ficamos sem poder vislumbrar a real dimensão do que deve resignar-se à introspecção nos nexos internos de ideias e ações a ponto de impossibilitar a manifestação plena desses nexos.

Além disso, quando tece a distinção entre formas de compreensão elementar e formas de compreensão maior, apoiando-se em um critério respectivo à complexidade travada na relação do nexos vital com sua manifestação, Dilthey também não faz qualquer consideração específica e respectiva sobre a aplicação de um método interpretativo. O que sabemos é que compreensão elementar e compreensão maior são erigidas como formas pelas quais as diversas manifestações da vida podem ser deslindadas em seus nexos vitais e não como formas específicas de compreensão diretamente aderidas às classes de manifestação da vida. Assim, para cada uma dessas classes haveria formas elementares e maiores de compreensão. Porém, quando Dilthey diz acerca dessas

⁸ Algo como que delimitando o campo do cientificamente apreensível e, seguindo o lastro de seu psicologismo anterior, reservando espaço para aquele tipo de experiência interna que não pode ser plenamente manifestada, muito embora, em alguns casos, o possa ser de modo parcial.

formas de compreensão, não é claro quanto à referência a um aspecto puramente epistemológico da compreensibilidade que fica de tal sorte graduada. Não estamos seguros de que a complexidade da relação entre nexos vital e sua manifestação exterior, que marca uma compreensão maior, seja produto de uma abordagem epistemológica que reconstitui essa manifestação em nexos mais amplos (contextos) ou fruto de uma condição ontológica que está disposta a apenas uma parcela do campo de manifestações possíveis da vida. O mesmo ocorre com a compreensão elementar. Seus exemplos dão conta de que as formas dessa compreensão seriam aquelas possíveis e suficientes para manifestações simples, em que a simplicidade estaria posta na unidade estrita entre nexos interno e sua manifestação. Por isso, sugere-se que uma distinção entre compreensão elementar e compreensão maior não seria da ordem da abordagem efetuada no processo de investigação, ou seja, uma distinção eminentemente epistemológica, mas uma separação primeiramente ontológica acerca da qualidade imanente das manifestações. Essa característica aproxima as distinções de formas de compreensão e de classes de manifestação da vida. Enquanto as classes de manifestação da vida partiriam de uma proposta de distinção qualitativa, em cujos exemplos ela se atenuaria, terminando por se restringir a uma classificação polar e indicativa apenas de um gradiente de acessibilidade epistêmica, as formas de compreensão fariam caminho inverso e principiariam como tipos epistêmicos para, então, por meio de exemplos, sugerirem um caráter mais profundo, ontológico, às manifestações da vida em sua compreensibilidade.

Percebemos, pois, como a articulação entre aspectos ontológicos e epistemológicos torna-se nublada na filosofia de Dilthey e como suas classificações oscilam entre critérios desses dois âmbitos, dificultando a consolidação de sua compreensão hermenêutica, tal como a temos indicado como metodologia objetivista. Ficamos sem saber exatamente qual o modo pelo qual a acessibilidade de um nexos vital na relação com sua manifestação e a complexidade desse mesmo nexos relacionado àquela manifestação interagem em cada caso para que seja possível a apreensibilidade objetiva concernente a uma versão hermenêutica da compreensão; não temos bem explicitado o modo pelo qual o aporte interpretativo se dá no processo epistêmico.

Se a compreensão interpretativa, que é marca dessa fase final do pensamento diltheyano em uma guinada à objetividade, se aplica a todos os modos pelos quais a experiência interna vem a se exteriorizar, falta nitidamente sofisticação tanto na distinção entre ideias, ações e expressões da experiência vivida como na distinção entre formas de compreensão elementar e formas de compreensão maior. Em nenhuma das duas podemos entender as nuances que estariam envolvidas dentro da compreensão interpretativa como modo pelo qual ela teria sido preferida à simples compreensão na busca pela objetividade, em outras palavras, como a interpretação operaria em cada caso. Sendo certo que o caráter interpretativo deve ser necessariamente o fundamento da compreensão maior – independentemente de sê-lo também ou não para a compreensão elementar –, e esta compreensão maior ocorrer em todas as classes de manifestação da vida, dentro do esquema montado por Dilthey, é igualmente certo que a compreensão interpretativa alcance metodologicamente ações e ideias e que essa abordagem se dê tão legitimamente quanto em documentos escritos. Só assim pode a hermenêutica ser o método das ciências humanas e justificar-se legitimamente enquanto procedimento de desvelamento de uma experiência que é imediata. Somente conferindo exterioridade à experiência vivida é que podemos superar o solipsismo da introspecção e somente quando esta exterioridade é maior do que meramente o conjunto de objetificações da mente podemos compreender a história e a cultura, recuperando a relativa *coextensibilidade*⁹ antes perdida entre o campo da experiência interna, ao qual se ligam as ciências humanas, e o campo metodológico da interpretação.

A compreensão interpretativa de objetivações, com efeito, tem por intuito reconstituir as experiências vividas a partir de seus caracteres exteriorizados, fazendo-nos possível a transposição e a reexperiência de estados internos. Na transposição, compreendemos por observar os fatos empíricos exteriores pautados

⁹ Dizemos “relativa” por entender que algum tipo de experiência absolutamente interior, não-externalizável, esteja subentendida na obra de Dilthey e exatamente por isso suas tentativas de elaborar uma compreensão sempre se depararam com a dificuldade de enfrentar o saber introspectivo. Também dizemos “relativa” por acreditarmos que é suficiente para a hermenêutica enquanto metodologia legítima e dedicada das ciências humanas que abarque tão somente a quase integralidade das ocorrências humanas, e não a integralidade. Sendo necessário, contudo, que essa coextensibilidade do campo metodológico ao campo do objeto seja, no mínimo, uma coextensibilidade do método em relação ao objeto objetivamente apreensível.

por um indivíduo, em manifestações diretas ou não, e imputar a eles um nexó psíquico com base no caráter relacional de nossas próprias experiências vividas. A transposição é um processo de transferência em que o eu compreende o outro da mesma forma como compreende a si mesmo. Nesse tipo de compreensão Dilthey deixa explícito o seu não abandono da introspecção e revela uma recaída psicologista em seu pensamento. Conforme temos demonstrado, o psicologismo identifica o sujeito do conhecimento ao sujeito psíquico e, como este para Dilthey é formado na interação da vida, o sujeito conhecedor é aquele que conhece as próprias experiências, rompendo-se assim o dualismo moderado entre a experiência interna e a experiência externa que faz suportar a unidade psicofísica do ser humano. O nexó psíquico enquanto um significado jamais poderia ser atribuído a outrem, seja na medida em que conformado às experiências vividas de um sujeito psíquico, seja por nesse solipsismo não se poder conceber o eu do outro.

Para que a transposição seja possível, é necessário que o significado não esteja conformado às experiências de uma subjetividade, ele precisa ser transcendente aos indivíduos e suas experiências particulares, isto é, ele precisa ser transcendente à experiência concretamente vivida. Mas Dilthey não admite transcendentalismos. Ao fazer a analogia entre a interpretação textual hermenêutica e a interpretação possível de manifestações da vida para a constituição de uma metodologia científica hermenêutica, o conceito de significado que orienta a compreensão interpretativa assim formatada é o mesmo que fora desenvolvido e empregado em momentos anteriores de sua obra. Em sua fase madura, o conceito de significado que embasa sua compreensão hermenêutica é aquele cunhado no desdobramento de uma compreensão introspectiva, empirista e individualista. É por esse motivo que ele malogra em sua reconstrução e não consegue fundamentar uma metateoria apta à objetividade. No tratamento da história e da cultura, todo coletivo é a consciência de uma coletividade aos indivíduos, isto é, é uma coletividade que existe na mente dos indivíduos e vivenciada cotidianamente que lhes confere um sentimento de pertencimento e uma unidade intersubjetiva. Eles não são uma realidade à parte dos indivíduos. Nações, povos e períodos históricos (*Zeitalter*) são produtos dessa

realidade interna comum que carrega consigo um sistema de valores, cuja manifestação resulta em um padrão de interações, seja com outros, seja com o mundo material. É por esse meio que os historiadores podem constituir conhecimento, compreendendo os indivíduos pelo espírito de época (*Zeitgeist*) que os unifica. Não há referência a nenhuma entidade supraindividual, o caráter de época é uma generalização empírica (LESSHOFF, 1994). Por isso, quando Dilthey faz uso do termo hegeliano “*Objektiver Geist*”¹⁰, como termo sinônimo de “objetificações da mente”, não o faz sob o mesmo conceito de Hegel.

A rejeição de supraindividualidades soa a Dilthey como um escrutínio filosófico necessário para a eliminação de determinismos e se coaduna, então, com sua ideia de um mundo humano livre e criativo. “Assim, toda ‘configuração histórica’ é ‘efêmera’. Mas a mudança histórica não é evidentemente nem fortuita, nem total” (LESSHOFF, 1994: 185), ela é produto das tensões do desejo humano insatisfeito, que se contêm na época precedente mas que não podem permanecer contidas por ela indefinidamente. Ao não ser um âmbito de determinações, a história não é causalmente apreensível, seu conhecimento está posto no terreno muito mais indeterminado das ações e reações dos indivíduos, sendo seus acontecimentos dotados de imprevisibilidade. Ainda que a liberdade humana seja limitada pela necessidade natural, ela persiste como elemento de indeterminação das manifestações da realidade humana, daí entendemos mais propriamente a ênfase posta por Dilthey sobre as objetificações da mente, por serem tomadas como produtos da determinação mais precisa da realidade humana indeterminada.

É pelas objetificações da vida que podemos obter mais completamente a reexperiência. A reexperiência é um procedimento de inversão do processo criativo que originou a manifestação e, com efeito, só pode ser realizado em sua plenitude em expressões da vivência, que são, sobretudo, objetificações da criação artística, à qual Dilthey sublinha a literatura e a poesia. A reexperiência consiste em uma série de transposições pelas quais regredimos de uma manifestação e atingimos um nexo de experiências vividas, mas “não aquele que estimulou o

¹⁰ O termo pode ser traduzido de diversas formas e tem sido escolhido para a tradução de Hegel a expressão “espírito objetivo”. Entretanto, mais de acordo com a inflexão conceitual que Dilthey dispõe ao termo, a expressão “mente objetiva” é mais adequada e tem sido escolhida para suas traduções.

poeta [ou qualquer outro ser humano], e sim aquele que, em sua base, o poeta [ou qualquer outro criador] coloca na boca de uma *pessoa ideal*” (DILTHEY *apud* SCHMIDT, 2012: 71-2; grifo nosso). É esta idealidade que permite que o indivíduo da compreensão “reexperimente algo que está fora de qualquer possibilidade em sua vida real” (73), transbordando sua própria introspecção e adquirindo uma compreensão mais nítida do que aquela que o próprio autor da manifestação tinha de si mesmo. Mas que pessoa ideal seria esta? Certamente não podemos ter um sujeito assim sem que ele seja caracteristicamente transcendental, um sujeito ideal que expresse estados universais de sua natureza. “Dilthey não afirma que aquilo que é compreendido na reexperiência é o típico, incorporado na ordem do espírito objetivo ou da humanidade, mas isto precisa estar implicado” (SCHMIDT, 2012: 72). Dilthey refere-se implicitamente a uma natureza humana quando reforça o caráter de liberdade e criatividade da vida. O mesmo problema subjaz à conceituação das coletividades, pois como o historiador poderia compreender sociedades ou culturas que não são a sua? Como poderia mesmo compreender grupamentos que não são o seu? Ou ainda como haveria de compreender sujeitos que não são guiados pela sua psiquê? Os contextos que contextualizam os indivíduos ou grupos de indivíduos precisam de algum modo estar para além de nexos de significado exclusivamente produzidos por esses mesmos indivíduos ou grupos de indivíduos a fim de que iluminem a compreensão do outro de maneira estrita.

O relativismo ético pautado em seu empirismo e seu psicologismo, que havia suprimido a dicotomia fato-valor, atinge também o âmbito epistemológico da obra de Dilthey, à medida que o dualismo cartesiano entre sujeito e objeto é posto abaixo em duas frentes, no âmbito do cognoscente e no âmbito do cognoscível. O objeto não é simultaneamente sujeito somente quando apreendido, a unidade também está dada àquele que conhece em seu ato de conhecer. Porém, se não havemos de sustentar mais a distinção sujeito-objeto ao nível da relação entre cognoscente e cognoscível, perdemos qualquer referência a uma realidade externa independente – ainda que epistemologicamente inapreensível – e, assim como não podemos asserir acerca do mundo natural, não podemos dizer da existência de outrem, pois ela nos é disposta a partir da unidade psicofísica do

homem. O relativismo, que é marca do humanismo de Dilthey, desemboca no solipsismo, vitimando o conhecimento e a objetividade.

Não obstante essa inconsistência que atravessa a obra de Dilthey, não podemos negar que outras contrapartidas de seu empirismo humanista foram muito importantes para inspirar trabalhos que salientassem a liberdade do ser humano como característica indispensável a reflexões epistemológicas de uma metateoria que fundamentasse as ciências humanas. Assim também, a herança de Dilthey, ao oferecer inspiração a concepções não-causalistas das ciências do homem, nutriu amplo debate em contrário, com o levantamento de várias objeções, muitas das quais ele procurou superar precisamente na guinada final de sua vida intelectual. Dilthey é, sem sombra de dúvidas, um autor fundamental para que a controvérsia metodológica entre explicação causal e compreensão dentro do conhecimento científico das humanidades fosse levada a um outro nível de discussões, agora acerca da introdução da hermenêutica como um suporte possível à objetividade da compreensão. Autores como Rickert, Windelband, Simmel e Weber procuraram aperfeiçoar em alguma medida essa agudeza da intelectualidade de Dilthey e prosseguir em seu projeto de uma Crítica da Razão Histórica, em que fora absolutamente original. Outros, porém, que rejeitaram esse projeto, precisaram obrigatoriamente sofisticar a ideia da apreensibilidade causal do objeto humano, respondendo não apenas à falha em sua busca pela objetividade, mas também às ilustrações em defesa de um conhecimento idiossincrático para um objeto livre, criativo e inelutavelmente submisso à indeterminação.

CAPÍTULO 4

A VISÃO HERDADA DE CIÊNCIA: TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NO POSITIVISMO LÓGICO, EMPIRISMO LÓGICO E RACIONALISMO CRÍTICO

Herdeiro do empirismo de David Hume, do positivismo clássico de Comte e Mill, do empiriocriticismo, ou positivismo de terceira geração¹, de Ernst Mach, do desenvolvimento da lógica matemática na figura de Gottlob Frege e do atomismo lógico de Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein, o positivismo lógico nasceu como um prosseguimento espontâneo do Círculo de Viena, um grupo informal de intelectuais com o propósito de discutir problemas de ciência, lógica e filosofia que havia se formado no limiar dos anos 1920 reunido na Universidade de Viena. Suas discussões, a despeito das diferenças entre seus membros, fizeram emergir um consenso fortemente antimetafísico cujo foco sobre a investigação empírica desenvolveu-se no sentido da promoção da ciência como modelo de conhecimento e da física como disciplina modelo para todos os ramos de investigação empírica. A ciência empírica haveria de ser aperfeiçoada com os desenvolvimentos da lógica proposicional, a fim de que seus enunciados pudessem ser devidamente deslindados, a partir de regras de derivação, em enunciados mais simples, cuja referência proposicional imediata à experiência pudesse garantir a possibilidade de sua verificação. O princípio de verificabilidade assim constituído tornar-se-ia a pedra de toque do positivismo lógico e característica fundamental de seu repúdio radical à metafísica, uma vez que é por meio da verificabilidade que um enunciado adquiriria significação, delineando um critério empirista de significado cognitivo. Por esse critério, o significado de uma proposição sintética haveria de ser equivalido à sua cognição perceptual e, portanto, qualquer forma de pensamento desvinculada de vias empíricas sensoriais deveria ser desconsiderada como forma legítima de conhecimento do mundo.

¹ Consideramos aqui quatro fases do Positivismo filosófico que são, respectivamente em suas figuras teóricas principais: (i) Positivismo clássico: Auguste Comte e Herbert Spencer; (ii) Utilitarismo: James Mill, Jeremy Bentham e John Stuart Mill; (iii) Empiriocriticismo: Richard Avenarius e Ernst Mach e; (iv) Positivismo lógico: Moritz Schlick, Otto Neurath e Rudolf Carnap.

A visão cientificista de mundo que daí emerge torna os problemas da filosofia em questões de análise lógico-linguística das proposições acerca de um mundo empírico fenomenalisticamente constituído. Em outras palavras, a filosofia era filosofia da ciência. Assim, com a lógica simbólica de Frege e Russell retirando do mero pensamento e deslocando para a linguagem as unidades de significado e com a ideia de Wittgenstein de uma homologia entre a estrutura da linguagem e a estrutura do mundo, os positivistas lógicos se debruçaram no desenvolvimento de uma metodologia científica que pudesse fundamentar as unidades de significado da experiência sensorial em enunciados observacionais, de maneira que a lógica fornecesse instrumental para a análise de enunciados complexos em enunciados simples, cujo caráter eminentemente descritivo permitiria sua verificação observacional com base na procedência (ou improcedência) perceptual do estado-de-coisas descrito.

Com efeito, o positivismo lógico, em seu início, marcou posição por acreditar que os enunciados de ciência empírica deveriam ser necessária e completamente redutíveis a um conjunto de enunciados observacionais, ao que o conhecimento assim estabelecido fosse o resultado de um procedimento rigoroso de observação pela descritibilidade dos fenômenos, sobre a qual se pudessem erigir previsões. Posteriormente, entretanto, seus propositores vieram a enfraquecer o modelo. Mesmo assim, a crença na segurança proporcionada pelos enunciados observacionais a partir de seu alinhamento rigoroso com a experiência sensorial nunca foi desassociada de seu requisito de confiabilidade da ciência, como única base de conformação de conhecimento acerca do mundo, repousando sua metodologia em parâmetros fenomenalistas e abdicando de proposições acerca da realidade ontológica desse mundo. Também, a crença na irrevogabilidade da experiência sensorial faria emergir no seio do positivismo lógico uma espécie de fundacionismo epistêmico, ao qual se associaria uma crença indubitável sobre a qual erigiríamos explicações e previsões acerca dos fenômenos. Essa crença permaneceria como um problema estrutural da metateoria neopositivista a ser superado mesmo em momentos posteriores, quando seus intelectuais se viram diante da necessidade de adequar seus sistemas metateóricos

à falibilidade do conhecimento científico e vieram a abrandar o reducionismo que advogavam em um primeiro momento.

O entusiasmo acerca da capacidade de redução dos enunciados e termos teóricos a enunciados e termos empíricos conduziu os positivistas lógicos à crença na resolução dos problemas científicos por recurso exclusivo à análise da linguagem, de maneira que a unidade da linguagem na ciência deveria suportar um programa positivista aperfeiçoado de unidade metodológica das ciências. O critério empirista de significado traduzir-se-ia em um desdobramento da concepção científica naturalista, já contida em Comte e Mill, a partir de uma leitura bastante estrita dos problemas filosóficos, desconsiderando como carente de significado cognitivo tudo o que não fosse estritamente objeto de percepção sensorial e, portanto, de constituição fática. A investigação científica, como única forma aceitável de conhecimento, restringir-se-ia a uma apreensão livre de valores, aplicável como base metodológica a todos os objetos da percepção, e o monismo neutro que assim se configura apresenta-se como descendente direto de um empirismo radicalmente sensorialista.

Todavia, as consequências subjetivistas de um fenomenalismo estrito, inspirado em Mach, haveriam, com o tempo, de ser postas em questão por uma parte dos membros do Círculo, ainda que o sensorialismo tenha permanecido enquanto característica forte de uma iminente liderança como era Moritz Schlick. A fundamentação dos enunciados observacionais sobre os dados sensoriais da experiência imediata individual seria levantada como insuficiente para uma proposta de conhecimento efetivamente intersubjetiva, inapta a suportar o caráter de objetividade desse conhecimento, ao não resolver adequadamente o problema da linguagem ordinária quanto à testabilidade de enunciados formulados por seu meio à respeito da descrição observacional. A alternativa sugerida por Otto Neurath e Rudolf Carnap, já nos anos 1930 e em retificação de suas próprias concepções anteriores, procurou manter-se adequada ao princípio positivista de rejeição do sintético *a priori* kantiano, consistindo em um aprofundamento do viés lógico-linguístico que os faria migrar para uma concepção fisicalista².

² Como ressalta Witmer (2006), o fisicalismo cunhado no seio do positivismo lógico possui um sentido diferente daquele que é apresentado contemporaneamente quando utilizamos o termo. Para os neopositivistas, o fisicalismo era uma forma de correção do verificacionismo por recurso a um

A solução encontrada por Neurath e Carnap contra o subjetivismo sensorialista da base empírica também fora uma tentativa de adequar o fundamento lógico das teorias científicas ao desenvolvimento das lógicas não-clássicas, que havia solapado a crença na univocidade do instrumental lógico e, consequentemente, de uma linguagem observacional também unívoca. Pelo novo esquema, as sentenças protocolares dentro de um sistema teórico poderiam estar alinhadas com enquadramentos lógicos específicos sem que houvesse comprometimento com qualquer correção ou incorreção ontológica acerca do mundo fenomenicamente descrito. Entretanto, ao procederem nesse sentido, a intersubjetividade das sentenças protocolares precisaria repousar exclusivamente no teste teórico e não mais na coerência em relação a um vocabulário e uma gramática de acordo generalizado, à medida que a linguagem observacional seria definida tão somente por uma sintaxe lógica relativa, isto é, por uma convenção de caráter situado e pragmaticamente justificado.

A objeção ao sensorialismo do positivismo lógico havia também sido motivo de controvérsia entre os membros do Círculo de Viena e aqueles do Grupo de Berlim, que desde o fim dos anos de 1920 – de quando datam as referências de fundação do grupo berlinense –, estiveram em contato intenso e puderam contar com uma relação amigável de cooperação que culminaria na publicação conjunta do periódico *Erkenntnis*, cofundado e coeditado por Rudolf Carnap, de Viena, e Hans Reichenbach, de Berlim (SALMON, 2001). As referências cruzadas entre os dois núcleos pela colaboração acadêmica que nutriram e pelos temas compartilhados têm em muito contribuído para esmaecer sob o relativo sucesso alcançado pelo Círculo de Viena o papel singular e as nuances críticas dos

caractere de intersubjetividade dado a partir de uma distinção meramente epistêmica e semântica entre o físico e o mental. É por isso que o fisicalismo dos positivistas lógicos não é uma contradição ao fenomenalismo que advogam, tornando-se, inclusive, uma alternativa de suporte a esse fenomenalismo. Tal conciliação filosófica jamais poderia ser tolerada se tomássemos a acepção atual do termo, cuja raiz metafísica conceitua-o dentro de uma pretensão pela afirmação da natureza material das entidades do mundo. Conquanto Witmer escreva que o “fisicalismo positivista não tenha nada a ver com *física*” (2006: 558; grifo do original), podemos compreender melhor o conceito positivista justamente se entendermos que o nascimento da física moderna dá-se sobre bases fenomenalistas, como já tivemos ocasião de apontar quando tratamos do conceito de causalidade física, e a escolha de um termo referido à física para marcar essa proposta intersubjetivista muito provavelmente se deve à perspicácia de uma tal associação.

intelectuais associados ao grupo de Berlim³. Especialmente relevante para nós é a resistência dos berlinenses à vinculação com o legado de Ernst Mach. Essa resistência é fundamental porque marca o modo peculiar pelo qual ambos os grupos situavam de maneiras diferentes as mesmas influências. Ilustrativamente, enquanto os neopositivistas acreditavam poder interpretar os novos resultados da ciência, como os de Einstein e os de Hilbert, a partir de um ponto de vista antimetafísico, sublinhando o verificacionismo e refutando os juízos sintéticos *a priori*, os membros do Grupo de Berlim abordavam esses mesmos resultados de maneira muito mais modesta, enfatizando uma necessidade de estudá-los especificamente em suas inovações filosóficas a fim de retirar delas elementos para a composição de sua filosofia científica (MILKOV, 2013).

É pela perspectiva do positivismo de Mach que os positivistas lógicos irão apropriar-se da conjunção entre lógica e filosofia da linguagem proporcionada pelo cálculo de predicados e também da ideia de uma estruturação lógica do mundo trazida pela filosofia do atomismo lógico como fundamentos para a construção de uma sintaxe lógica da ciência, como haveria de ser proposta nas obras de Carnap *Der logische Aufbau der Welt*⁴, de 1928, e *Logische Syntax der Sprache*⁵, de 1934. O critério empirista de significado fora ele mesmo uma interpretação peculiar do *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein iluminada pelo sensorialismo positivista de Mach e, por isso, fora também motivo de contestação por parte dos berlinenses por colocar exclusivamente nos dados dos sentidos toda a fonte do conhecimento possível. Para estes, os sistemas teóricos e suas entidades deveriam ser também considerados como fonte de conhecimento acerca da experiência, funcionando como princípios e axiomas da ciência que são postos em cada nova teoria e abandonados quando outras teorias as sucedem. Isso permite que enunciados e termos teóricos se mantenham de algum modo irredutíveis a enunciados e termos empíricos, sem, contudo, avaliar qualquer solução apriorista para lidar com o mundo fenomênico. Os berlinenses e os vienenses sustentavam ideias diferentes do que deveria ser entendido por

³ Para maiores detalhamentos das características distintivas do Grupo de Berlim em relação ao Círculo de Viena, cf. Milkov & Peckhaus (2013), *The Berlin Group and the Philosophy of Logical Empiricism*. Heidelberg: Springer.

⁴ Em tradução livre: A estrutura lógica do mundo.

⁵ Em tradução livre: A sintaxe lógica da linguagem.

“análise lógica” da ciência. Para aqueles, tratava-se antes de uma análise axiomática das teorias que pudesse auxiliar na construção de uma epistemologia normativa, estando embutida nesse processo uma avaliação do modo como os cientistas procedem em sua atividade de teorização. Para os neopositivistas, muito diferentemente, a “análise lógica” era a própria construção de uma linguagem pura da ciência por recurso à lógica filosófica, não havendo aí qualquer intenção sobre o modo como os cientistas agem, senão que somente a como devem agir (MILKOV, 2013)⁶.

Embora o termo “empirismo lógico” tenha sido cunhado por Neurath – um membro do Círculo de Viena – em um artigo de 1931, e depois tê-lo empregado regularmente, ele parece mais adequado para captar o tipo de filosofia da ciência defendido pelo Grupo de Berlim, especialmente por este, desde o início, haver se contraposto ao viés positivista que vigorava nas discussões vienenses e por ter, em certa medida, antecipado as dificuldades relativas ao sensorialismo⁷. É nesse sentido que Salmon (2001) propõe que vejamos o empirismo lógico como um prosseguimento das ideias que floresceram pelas discussões do Grupo de Berlim e

⁶ Podemos indicar, com base nisso, que, mesmo quando diante da intenção de elaborarem esquemas metateóricos mais moderados em relação ao reducionismo empirista pregado com vigor em um primeiro momento do Círculo, autores neopositivistas sempre demonstraram nítida dificuldade em depurar sua metateoria de conseqüências reducionistas fortes. Daí a manutenção de um critério empirista de significado e de resíduos a uma fundamentação adequada para a separação dos contextos da descoberta e da justificação mesmo quando seus autores já procuravam alternativas para cobrirem o problema da legitimidade do nível teórico, reconhecendo a necessidade da ciência de recorrer a termos e enunciados que não fossem meramente abreviações de termos e enunciados empíricos, ou mesmo quando do reconhecimento do papel da hipótese para a teorização científica. Devemos fazer constar, então, que, embora autores de linha positivista tenham abandonado posições estritamente reducionistas, podemos encontrar inconsistências no interior de suas metateorias a respeito da profundidade com que foram capazes de se atentar para conseqüências epistemológicas, lógicas e ontológicas de se assumir um critério empirista de significado. É por esse motivo que temos escolhido abordar o positivismo lógico diferindo-o do empirismo lógico e temos separado, assim, o Círculo de Viena do Grupo de Berlim, entendendo que o positivismo lógico foi uma corrente de pensamento estritamente vinculada aos autores do Círculo e à sua fase propriamente vienense, levando-se em conta o abrandamento do pensamento metateórico de seus intelectuais quando em solo americano por conseqüências migratórias da Segunda Guerra. Esse abrandamento, por sua vez, nos remete a uma guinada mais empirista e menos positivista, rendendo o fortalecimento da linha do empirismo lógico no cenário intelectual metateórico do pós-guerra. Nesse sentido, nos alinhamos ao que propõem Milkov (2013) e Salmon (2001).

⁷ Como afirma Milkov, “apesar das afinidades reais, o Círculo de Viena e o Grupo de Berlim eram associações cujas estrutura e processo refletem diferentes agendas. É bem verdade que foi Otto Neurath, do Círculo de Viena, quem, em 1931, cunhou o termo ‘empirismo lógico’, o qual ele veio a empregar regularmente. No entanto, Reichenbach capturou com mais precisão a história da filosofia científica germanofônica quando, em 1936, dividiu-a no positivismo lógico de Viena e no empirismo lógico de Berlim” (2013: 25).

que acabaram sendo também parte do caminho tomado por alguns representantes do Círculo de Viena posteriormente. Foi o berlinense Hans Reichenbach quem com mais vigor se opôs ao programa positivista lógico, criticando duramente Carnap acerca do reducionismo dos enunciados e dos termos teóricos e também acerca do verificacionismo. Para ele, os registros observacionais e a lógica não poderiam jamais esgotar tudo o que nossas afirmações sobre o mundo incluem. A possibilidade de um tipo de conclusão indutiva como o seria a predição de um fenômeno só poderia justificar-se pela introdução de um conceito de probabilidade na generalização teórica da experiência, e um tal conceito atuaria por uma presunção que extrapola o conteúdo observacional de experiências passadas e presentes e que se lança a ocorrências futuras de modo nunca empiricamente verificável em sua plenitude. Isso, para Reichenbach, indicava uma atividade científica criativa e crítica por excelência, opondo-se nitidamente à visão descritivista dos neopositivistas. Para tanto, o critério de significado que haveria de distinguir um enunciado científico e um enunciado não-científico (metafísico) em Reichenbach dever-se-ia repousar na capacidade de determinação de um grau de probabilidade e não na capacidade de ser concludentemente verificável.

O que se percebe, então, é que Reichenbach retoma o problema da indução, levantado por Hume, contra os fundamentos do positivismo lógico, acreditando que a predictibilidade por si mesma é imprescindível ao nosso conhecimento do mundo e que a probabilidade poderia conferir um fundamento lógico-racional para um impasse que Hume houvera insatisfatoriamente resolvido por referência ao hábito. Dessa forma, o sensorialismo seria inaceitável para Reichenbach, que se situou dentro de uma posição fisicalista e, atribuindo à observação caráter propriamente teórico, permitiu que os enunciados observacionais fossem falíveis, sugerindo que os fatos pudessem ser de algum modo impregnados por subjetividade – o que contrariava o monismo neutro. Inflexão parecida seria feita por Carnap nos anos 1950, quando passaria a advogar um teste teórico por confirmação baseada em frequências probabilistas e um critério de significado mais amplo, seguindo a renúncia à verificabilidade estrita

em seu artigo de 1936, “Testability and meaning”⁸. Seria também a probabilidade que conduziria Reichenbach para uma certa concepção realista, pela qual teríamos a competência de afirmar acerca da realidade de entidades exclusivamente teóricas, e portanto inobserváveis, por alusão àquilo que nos é permitido observar, ampliando o escopo de seu fisicalismo para arrebatar também o fenomenalismo positivista lógico. No entanto, como aponta Salmon (2001), ele não explica como a inferência de um indivíduo confere probabilidade à existência independente e externa de entidades inobserváveis.

A despeito de se debruçarem com igual afincio sobre questões de validação de teorias, tendo enfatizado a importância da testabilidade dos enunciados científicos e sendo cabível a afirmação de que tanto os membros do Círculo de Viena quanto os membros do Grupo de Berlim foram avalistas da chamada tese da independência de contextos⁹, eles não estiveram inteiramente de acordo no modo como seria organizado o contexto da justificação. Da mesma forma podemos ressaltar pequenas diferenças na concepção do contexto da descoberta. Entre os vienenses a ênfase sobre a verificabilidade no contexto da justificação, daria consistência para se atribuir ao contexto da descoberta um caráter não somente indutivo, mas também fortemente vinculado às claras limitações introduzidas pelo critério empirista de significado, tornando o âmbito da descoberta bastante limitado pelo âmbito da justificação¹⁰. Como os berlinenses

⁸ Em tradução livre: “Testabilidade e significado”.

⁹ A apresentação canônica do problema haveria de ser levada a cabo por Reichenbach em seu livro de 1938, *Experience and Prediction* [Experiência e predição]. Entretanto, uma distinção prévia pode ser notada já em *Der logische Aufbau der Welt* (1928), de Carnap, quando este invocava uma necessidade de diferenciação entre uma descrição realista e uma reconstrução racional da cognição, perfazendo os limites, respectivamente, dos contextos de Reichenbach (UEBEL, 2010).

¹⁰ Essa condição não é muito clara para os positivistas lógicos, que, no manifesto do Círculo de Viena, chegaram a afirmar que “a intuição, que é especialmente enfatizada pelos metafísicos como fonte de conhecimento, não é rejeitada como tal pela concepção científica do mundo. Contudo, se aspira a, e exige de, todo conhecimento intuitivo, uma posterior justificação racional, passo-a-passo” (CARNAP, NEURATH, HAHN, 2002 [1929]: 114). Entretanto, a mantemos aqui por considerarmos que se trata de uma condição decorrente do indutivismo sensorialista, pelo qual a legitimidade do conhecimento deve repousar em percepções sensoriais e, portanto, em experiências singulares. Assim, o aval concedido por contexto da justificação a uma crença intuitiva permitir-nos-ia asseverar poder tê-la descoberto exclusivamente por uma via indutiva, tornando-se uma mera casualidade aprazível tê-la feito por outro meio. A redutibilidade dos enunciados teóricos a enunciados empíricos endossa a redutibilidade dos procedimentos de descoberta a operações indutivas. Não obstante, estamos diante de uma concepção forte do positivismo lógico, que depois será matizada. Nossa caracterização do indutivismo que subjaz a essa primeira forma do neopositivismo nos serve para que venhamos a discutir posteriormente o problema do indivíduo nas ciências sociais, o que consideramos um resíduo bastante relevante na

não aceitavam esse critério de significado, temos de modo não explícito uma condição menos rígida no modo pelo qual as características de um contexto da justificação se voltariam relativamente circunscrevendo um âmbito da descoberta, permitindo a fundamentação deste dentro de uma certa liberdade criativa, ainda que permanecesse dado por procedimentos indutivos.

A terceira e última corrente filosófica que citamos no título desta seção, o racionalismo crítico, abordaremos suficientemente para os fins de nosso trabalho apenas pela obra de seu primeiro e mais importante expoente, Karl Popper. A ela concerne de modo muito particular o que temos exposto entre um contexto da descoberta e um contexto da justificação para positivistas e empiristas lógicos, pois a obra de Popper nasce exatamente de um aprofundamento dessa distinção. Para Popper, as ciências empíricas, a despeito de tratarem de problemas concernentes à experiência, não são caracterizadas pelo emprego de métodos indutivos. Elas não se fundamentam em um procedimento de coleção de casos particulares ou de enunciados singulares a fim de se inferirem regularidades gerais ou enunciados universais. Popper se levanta contra a herança empirista que havia embasado Mill e toda a filosofia científica – na figura do positivismo e do empirismo lógicos – recolocando o velho problema da indução de Hume. Ele ressuscita o problema desde uma perspectiva de

indagação acerca da validade ou verdade de enunciados universais que encontrem base na experiência, tais como as hipóteses e os sistemas teóricos nas ciências empíricas. [...] Assim, indagar se há leis naturais sabidamente verdadeiras [ou válidas] é apenas outra forma de indagar se as inferências indutivas se justificam logicamente (POPPER, 2007 [1935]: 28).

Os argumentos indutivos não decorrem de transformações puramente lógicas do conteúdo veiculado por suas premissas e por isso não contam com validade lógica. Mesmo um princípio de indução haveria, enquanto um enunciado universal, de ser indutivamente fundamentado, levando a uma regressão infinita e, conseqüentemente, à incapacidade de qualquer fundamentação, se rejeitada a proposição kantiana de sintéticos *a priori*, como já tivemos ocasião de sublinhar quando tratamos de Stuart Mill.

filosofia científica e que deriva em grande medida de questões não suficientemente problematizadas a respeito do critério empirista de significado.

A relação lógica que se estabelece entre premissas e conclusão em um raciocínio indutivo não tem caráter de necessidade e o que para Hume poderia se aceitar por uma condição psicológica, uma necessidade admitida como pertencente às conexões bosquejadas pela mente humana, para Popper não pode se sustentar, nem como procedimento de descoberta e muito menos como procedimento de justificação. Não importa quantos casos singulares venhamos a enunciar e colecionar, eles nunca oferecerão suporte estrito a uma generalização. Com efeito, nenhuma condição de certeza é possível, tornando o *verificacionismo* uma quimera. No plano do *confirmacionismo* estaríamos também diante de uma dificuldade primordial: o que seria uma amostra probabilista adequada para sustentar nossas generalizações? Tanto em um quanto em outro caso nos depararíamos com um problema intransponível relativo à confiabilidade no suporte prestado pelas premissas à conclusão.

Popper critica o positivismo e o empirismo lógicos ressaltando que sua vinculação ao indutivismo empirista os leva a uma posição insustentável respectivamente ao problema dos universais. Nesse sentido, ou os conceitos universais são indevidamente diluídos em conjuntos de particulares, no caso dos positivistas lógicos, ou os conceitos universais são pretensamente abstraídos de um conjunto finito de particulares, no caso dos empiristas lógicos. Tanto em uma como em outra das situações nos precipitamos por ser impossível definirmos universais simplesmente por recurso a particulares. Mesmo que nos seja possível recorrer à ostensão para explicitar o significado de um universal, a capacidade de traduzir um conceito em entidades extralinguísticas jamais seria suficiente para dar conta da abrangência de um conceito universal. Conceitos universais ultrapassam nosso campo de experiências possíveis, uma vez que designam dentro de seu recorte de características aquilo que existiu, existe e existirá. Nenhum universal pode ser inteiramente composto (ou decomposto) por particulares, uma vez que a relação entre eles não equivale à relação entre classes e elementos de classes.

O mesmo raciocínio poderia ser posto acerca de enunciados. Popper distingue dentre os enunciados universais os estritamente universais daqueles apenas numericamente universais. Distinção semelhante já havia sido elaborada

por Mill para fundamentar a indução como procedimento propriamente inferencial que não se restringiria à simples indução enumerativa. Essa distinção que havia de algum modo se perdido entre neopositivistas, manteve-se para empiristas lógicos como modo de preservar a irreducibilidade de termos e enunciados teóricos. Ao recolocá-la, porém, Popper a enfatiza como distinção propriamente epistemológica do âmbito dos enunciados universais. Nesse sentido, a alusão a uma universalidade estrita sublinha pretensões de conhecimento que não podem ser resolvidas apenas por um ponto de vista lógico. Enunciados estritamente universais, enquanto enunciados espaço-temporalmente não-relativos, constituem proposições que não podem ser completamente reduzidas às proposições de um conjunto finito de enunciados particulares. Desse modo, a abordagem de Popper visa a servir de apoio a sua rejeição do método indutivo, diferindo da abordagem do problema levada a cabo pelos empiristas lógicos ou mesmo por Mill.

Se a ciência almeja à enunciação de leis causais com caráter amplo de explicação e predição de fenômenos, por apreensão de caracteres de regularidade, os enunciados estritamente universais têm reservado um papel imprescindível na atividade científica. Contudo, como vimos, a proposição de tais enunciados atenta contra o que seria um caráter indutivo no contexto de sua descoberta, assim como contra uma indução sistemática no contexto de sua justificação. Esses enunciados não podem ser elaborados ou testados meramente por recurso à experiência sensorial, uma vez que não são esgotáveis por casos particulares. Desse modo, são eles revestidos por uma condição que não é passível de ser avalizada pela experiência, são conformados por um caráter hipotético, configurando hipóteses gerais acerca da realidade. Mas não ser confirmada pela experiência não deve significar que não possam sobreviver em alguma medida a ela, ao não serem contraditadas. Essas hipóteses gerais, ao permitirem a explicação e a predição de fenômenos, constituem-se no pilar de sistemas teóricos e, ao procederem relacionando fenômenos, atuam não apenas prescrevendo relações, mas também as interditando¹¹. Com isso, ao propor enunciativamente que certos estados-de-coisas do mundo possam ser explicados dentro de uma relação universal

¹¹ Como destaca Popper (2007 [1935]), enunciados estritamente universais podem ser reescritos sob a forma negativa de enunciados estritamente existenciais, assim, todo e qualquer enunciado-todos admite equivalência a certo enunciado-não-há.

especificada, estamos realizando um recorte da realidade que consiste em atribuir certas características a um fenômeno e em conjugá-lo a um conjunto de circunstâncias delimitantes em condição de regularidade. Outras características e outras circunstâncias, por conseguinte, são-nos consideradas irrelevantes para que expliquemos a consecução do fenômeno. Enunciar uma universalidade estrita é também proscrever que seja verdadeiro ou empiricamente adequado que certos estados-de-coisas convenham na constituição de um fenômeno. Assim, todo enunciado estritamente universal pode ser questionado pela experiência e, mais do que isso, pode ser falseado por ela.

O suporte concedido pela base empírica ocorre pela capacidade e pela possibilidade de fornecer estados-de-coisas que tornem a asserção universal falsa. É esse o critério pelo qual Popper acredita que a ciência empírica possa ser diferenciada tanto de formas de investigação especulativas como de formas de investigação despretensiosas em relação à realidade fatual, tal como a da matemática. Sem discordar de empiristas e positivistas lógicos, Popper enfatiza que um conhecimento acerca do mundo deve ser baseado na experiência e para que isso se estabeleça devemos permitir que os enunciados que o conformam sejam submissíveis a teste. Mas devemos fundamentar nossa crença acerca da validade dos enunciados por via não exclusivamente subjetiva. Dizer sobre a testabilidade do conhecimento científico implica que sua justificação seja oferecida em termos racionais e objetivos, pela possibilidade de apropriação intersubjetiva que estabelece, e, para tanto, nos forneça razões pelas quais aceitar o que está sendo proposto frente a proposições alternativas. Em outras palavras, precisamos admitir o conhecimento como falível, a despeito de efetivamente sê-lo ou não. Mas, o conhecimento científico, enquanto conhecimento empírico, não deve ser diferenciado de crenças não-racionalmente justificadas (metafísicas) por critérios de significado, isto é, por critérios positivos, apoiados na certeza daquilo que deve ser antes testado, pois isso nos faria comprometermo-nos com a ideia de haver esgotado as possibilidades da própria experiência, o que seria por si mesmo uma especulação inadequada a servir de fundamento a investigações empíricas.

O problema de demarcação entre ciência empírica e ramos de investigação não-empírica precisa estabelecer um critério negativo sobre o qual fundamentar a

pesquisa daquela sem contaminá-la com uma adequação *a priori*. E é isso o que Popper encontra na *falseabilidade*. Exigir que um enunciado científico seja falseável significa que deve ser explicitável em termos daquilo que o faça empiricamente inadequado, não significa que tenha de ser tornado efetivamente falso, mas que tão somente contenha em si as indicações suficientes para ser inquirido em sua falsidade. A um enunciado não cabe dizer que seja concludentemente verdadeiro ou adequado, ou mesmo provavelmente verdadeiro ou adequado segundo teste empírico, uma vez que este só permite que se corrobore a proposição sob a condição negativa de não haver sido falseada.

Nesse sentido, como vimos, enunciados científicos de pretensão explicativa e preditiva, isto é, enunciados-lei, assumem a forma de enunciados estritamente universais, por isso não podem ser verificados ou confirmados por instâncias individuais, mas, por sua universalidade estrita, podem ser falseados. Basta que se admita um enunciado existencial particular que veicule conteúdo impedido pelo enunciado-lei para que tenhamos refutado sua pretensão de abrangência e, portanto, sua legiformidade. Estamos diante de uma condição de assimetria entre a verificação ou a confirmação de um enunciado estritamente universal e a sua falsificação¹².

Enunciados-lei são parte indispensável de um sistema teórico, o qual se constitui como conjunto de hipóteses fundamentais (axiomas) e suas hipóteses dedutivamente derivadas que, frente a circunstâncias particulares (ou condições iniciais), devem ser traduzidas com auxílio de um grupo de hipóteses mediadoras, ou hipóteses de correspondência, a fim de se conectarem aos fenômenos, gerando consequências observáveis. Assim, toda teoria é um complexo de conjeturas em algum grau axiomatizáveis e sistematizáveis que se pretende válido para explicar a realidade do mundo. Ela deve apontar para a resolução de problemas de investigação, aplicando-se sobre a apreensão de fenômenos. Se constatamos a ocorrência do fenômeno dentro das condições especificadas pela teoria, temos que

¹² Como veremos adiante na polêmica com o trilema de Fries, a assimetria do falseamento de enunciados básicos em Popper é mais matizada do que apresentamos aqui em caráter de exposição prévia. Assim, não estamos de nenhum modo contrariando a exposição lógica de Hempel (1979 [1965]) quando diz que tanto a verificação como o falseamento terminantes em princípio carregam consigo consequências simetricamente inadequadas, já que a verificabilidade completa seria um princípio demasiadamente inclusivo, ao passo que a refutabilidade completa seria um requisito demasiadamente restritivo.

a teoria *explica* os fatos. Mas é de se esperar também que uma teoria que ouse explicar uma parcela do mundo seja válida não apenas para explicar aquilo que ocorreu, senão que também para oferecer explicações de fenômenos futuros ou, melhor, de caráter previamente desconhecido¹³. A isto se diz que *uma teoria prediz na mesma medida em que explica*, pois ela carrega em sua estruturação enunciados de caráter universal. A esse respeito, tal como positivistas e empiristas lógicos, Popper avaliza a *tese da simetria*, segundo a qual toda explicação adequada é potencialmente uma predição.

O método hipotético advogado por Popper infiltra-se, de fato, em todos os níveis da teorização, uma vez que obtemos enunciados particulares de observação por recurso a hipóteses universais aplicadas sobre circunstâncias particulares. Esses enunciados observacionais são hipotéticos de duas maneiras: (i) são derivações de enunciados estritamente universais (embora nunca apenas deles) e (ii) são produtos de hipóteses de correspondência. Isso significa que são sempre entendíveis recorrendo-se a sistemas de classificação amplos e, logo, a conceitos de pretensão universal – a conceitos próprios de uma teoria ou a conceitos pressupostos por ela. Mesmo quando termos particulares possam ser expressos sem referência a universais, apresentando-se por nomes próprios, enunciados particulares atuam atribuindo características a esses termos ou relacionando-os, segundo perspectivas generalizantes, trata-se da transcendência inerente a qualquer descrição. Somente por via desses pressupostos classificativos é que nos é permitido orientar nossa percepção espaço-temporalmente. Assim, enunciados observacionais nunca são enunciados empíricos (que concatenam somente termos empíricos), mas enunciados propriamente teóricos, muito embora de um baixo nível de teorização. A esses enunciados de primeiro nível Popper dá o nome de *enunciados básicos*. Ao pretender explicar e predizer fenômenos, uma teoria permite que sejam derivados enunciados básicos e que a eles também sejam contrapostos outros enunciados básicos incompatíveis, acerca dos quais a teoria não admite procedência. A esta classe de enunciados básicos incompatíveis podemos nomear de *falseadores potenciais*; por eles nos capacitamos para o

¹³ Um fenômeno previamente desconhecido pode ser tanto futuro quanto passado e, neste último caso, explicá-lo torna-se interessante por exigir uma revisão historiográfica que aponte para a ocorrência do fenômeno agora enfatizado quanto à ocorrência.

falseamento de um sistema teórico. Aceitaremos a refutação deste se e somente se aceitarmos a conformidade em relação à experiência de algum falseador potencial, de maneira que sua proposição e aceitação reflitam uma condição que admitimos por real.

Esses enunciados básicos não são nem percepções sensoriais, nem sentenças protocolares. O caráter teoricamente orientado dos enunciados básicos permite-nos que as proposições particulares a respeito do mundo possam ser suscetíveis a questionamento intersubjetivo, não sendo a sua aceitação dada por via unicamente de sua enunciação. Rechaça-se, com isso, a equivalência imediata entre uma observação conduzida por um sujeito particular e sua legitimidade intersubjetiva. As críticas empreendidas por Popper nos levam a entender que sua metateoria procurou proceder ao afastamento decisivo entre os contextos da descoberta e da justificação rejeitando o indutivismo e, com efeito, o psicologismo que lhe é inerente. Popper percebeu que, pelo método indutivo, devemos admitir que a justificação de um enunciado não seja realizada apenas por enunciados, mas também por recurso a experiências perceptuais, isto é, deveríamos repousar em nossas percepções sensoriais a certeza sobre a qual erigiríamos nosso conhecimento de mundo e, por isso, atrelaríamos equivocadamente a objetividade científica a sentimentos de convicção subjetiva que sustentamos frente à realidade.

Seja de um modo completo como no sensorialismo, seja de um modo mais nuançado como nas posições fisicalistas, a dependência de um psicologismo não nos possibilitaria estabelecer uma testabilidade adequada à aceitação dos enunciados científicos. Muito embora com o fisicalismo se tenha aberto a possibilidade de renúncia a um *fundacionismo epistêmico* – e com ele o abrandamento do critério empirista de significado¹⁴ –, em favor de um *falibilismo*, o probabilismo confirmacionista dele emanado introduz outra dificuldade: se, por um lado, enunciados probabilistas são a solução para uma verificação nunca terminante, eles impedem, por outro, que refutemos esses mesmos enunciados,

¹⁴ Não obstante, a dificuldade de se estabelecer um critério substitutivo sempre foi um problema impertinente para os autores do positivismo lógico. Mesmo o abrandamento do critério empirista de significado deixou lacunas bastante relevantes acerca do modo como delimitar esse abrandamento e permitir uma relativização que não terminasse por deslegitimar o próprio critério.

obstruindo o teste científico e violando o critério probabilista de significado (que havia sido proposto para substituir o critério empirista), assim como também o falibilismo. A incapacidade de oferecer aos enunciados observacionais uma condição de certeza diferenciada dos demais enunciados faz com que não haja um modo fiável pelo qual os aceitemos como mais verdadeiros ou mais adequados, um modo que nos permita distinguir enunciados empíricos de enunciados teóricos.

Na visão popperiana, o psicologismo não consegue dar conta da relatividade dos enunciados observacionais, à medida que não permite que sejam revisáveis. Seu apelo à observabilidade não tolera que o observável seja desvinculado de percepções psicológicas e subjetivas. A fim de que a observabilidade seja atributo intersubjetivo é necessário que seja questão de escrutínio racional e, para tanto, também os enunciados de primeiro nível devem ser submissíveis a teste; podemos sempre questionar o modo pelo qual desembocamos em tais enunciados, sejam eles corroboradores ou refutadores de uma teoria. À sua aceitação ou rejeição devem se seguir argumentos, e esses argumentos devem se basear nos pressupostos (teóricos ou herdados de outros âmbitos) que orientam os conceitos universais em uso na proposição de enunciados básicos.

Contra o famoso trilema apresentado pelo filósofo Jakob Friedrich Fries, em que dogmatismo, regressão infinita e psicologismo são apresentados como alternativas inconciliáveis e inescapáveis à investigação, Popper interpõe a falseabilidade dos enunciados básicos. A esse respeito, contraria também a solução de Fries por adesão ao psicologismo, como única alternativa viável a um conhecimento justificado e de fundamentação empírica. A saída popperiana, então, aventa a possibilidade de solução para o impasse por um caminho que não passa pela eleição de nenhum dos vértices do trilema, mas por uma articulação dinâmica entre eles. Admite-se um dogmatismo atenuado à medida que em algum momento, dado um instrumental de época, decidiremos por aceitar certos enunciados básicos, sem que com isso se comprometa com qualquer justificação terminante de suas proposições. Admite-se uma regressão infinita atenuada uma vez que se pode decidir, a qualquer momento, por submeter a novas provas os

enunciados básicos estabelecidos, as quais, por condições de época, não levarão a uma regressão que inviabilize qualquer base fiável ao conhecimento e que, portanto, demonstre uma desfundamentação: em algum momento precisar-se-ão cessar as provas e aceitar novamente certos enunciados básicos, sejam os mesmos ou outros. E, enfim, admite-se um psicologismo atenuado no que tange à sobrevivência provisória, por restrições acerca do instrumental de época, de enunciados por percepções sensoriais, em decorrência da aceitação por consenso de enunciados básicos¹⁵ e, assim, de sua capacidade de apresentar consequências observacionais verdadeiras ou adequadas empiricamente¹⁶. Não há qualquer certeza sobre a qual fundemos uma teoria. Tanto um fundacionismo de tipo intuitivo e dogmático quanto um de tipo empírico e psicologista são obliterados à luz de um falibilismo por falseabilidade, sem que com isso renunciemos à racionalidade preponderante da atividade científica. As regras metodológicas responsáveis por guiar o teste empírico conferem tom pragmático à refutabilidade dos enunciados de observação, restringindo o compromisso científico a uma versão moderada da *tese da carga teórica*.

Todavia, a fim de que uma teoria científica esteja apta a derivar consequências observacionais, é imprescindível que esteja logicamente estruturada. Sem esta condição de sistematicidade e clareza na composição e no encadeamento de seus enunciados, agrupando termos para formular enunciados e deles conformarmos proposições, organizadas em argumentos, a fim de derivar outras proposições, não podemos obter do conjunto de hipóteses fundamentais nenhuma consequência observacional e a teoria perde conteúdo declarativo acerca do qual possa ser submetida à fundamentação empírica – em teste por refutação no racionalismo crítico, por confirmação no empirismo lógico ou por verificação no neopositivismo. De tal sorte, as hipóteses científicas não podem versar nem

¹⁵ São consensuais na filosofia da ciência de Popper os enunciados básicos e as regras metodológicas.

¹⁶ Nas palavras de Popper: “Caso, algum dia, não seja mais possível, aos observadores científicos, chegar a um acordo acerca de enunciados básicos, equivaleria isso a uma falha da linguagem como veículo de comunicação universal. Equivaleria a uma nova ‘babel’: a descoberta científica ver-se-ia reduzida ao absurdo. Nessa nova babel, o imponente edifício da ciência logo se transformaria em ruínas” (2007 [1935]: 112). Essa posição de Popper alude a um pressuposto de limitação da instituição científica a características e a um instrumental de época que contextualizem os indivíduos contemporâneos e os restrinja nas possibilidades de reflexão e deslindamento racional das ideias.

sobre tautologias nem sobre contradições. As teorias precisam gozar de certa coerência interna, conformando proposições sintéticas e consistentes com a tarefa de desvendar as relações do mundo; elas visam a oferecer explicações – ao menos – empiricamente adequadas a problemas da experiência. A forma demonstrativa da atividade científica a conduz a apresentar as consequências necessárias do conjunto de hipóteses que mobilizamos na teorização, permitindo que os enunciados sejam hierarquizáveis segundo suas proposições e tenhamos a estrutura clássica da lógica em torno de premissas implicando conclusões.

A concepção axiomática de teorias é algo que Popper compartilha com o positivismo e o empirismo lógicos, mas, diferentemente dos neopositivistas e em consonância às críticas empirista-lógicas, a construção lógica rigorosa da teoria serve, para ele, apenas como parâmetro formal pelo qual nos certificamos que a estrutura sintática da argumentação apresenta-se em uma forma logicamente válida. A essa construção lógica meramente formal, no entanto, não se segue que possamos garantir a adequação ou a verdade das hipóteses fundamentais de que se parte¹⁷. Dependemos de decisões epistemológicas e pragmáticas acerca do conteúdo semântico que preenche a sintaxe da linguagem científica. Essas decisões originam regras metodológicas, a partir das quais orientamos nossos esforços dentro do contexto da justificação.

O teste científico, então, segundo Popper, deve conformar-se ao caráter hipotético dos sistemas teóricos exibindo uma forma dedutiva, de acordo com as consequências observacionais da teoria, e deve ter, por regra metodológica, o formato lógico de negação do consequente (*modus tollens*). Precisamos procurar pelos falseadores potenciais da teoria, ou seja, buscar enunciados que contradigam o conteúdo teoricamente veiculado. A escolha pela negação do consequente tem pretensões pragmáticas, ela busca evitar que a ciência se desvirtue em estratégias defensivas que preservem as teorias da refutação, tal como ocorreria se fosse adotado o formato lógico da afirmação do antecedente (*modus ponens*), advogado por neopositivistas e empiristas lógicos. Ainda que ambas as formas de argumento sejam logicamente válidas, o procedimento por *modus tollens* manteria sublinhada, metodologicamente, a necessidade de prosseguir pela busca de casos

¹⁷ Essa condição formal permite que uma proposição adequada possa ser obtida de premissas falsas.

falseadores, evitando-se o encastelamento de teorias¹⁸ proporcionado por um teste concentrado meramente em instâncias corroboradoras dos sistemas teóricos.

Além disso, o entrelaçamento sistêmico de hipóteses universais para a derivação de enunciados básicos faz revelar como requisitos metodológicos de testabilidade o holismo e a comparação teórica. Uma vez demonstradas inconsistências dentro das consequências observacionais deduzidas de uma teoria, dado seu caráter integrado, devemos refutá-la integralmente¹⁹. Entretanto, somente a substituiremos enquanto conhecimento aceito quando outro sistema teórico alternativo for devidamente proposto. Nesse ínterim, o conjunto de hipóteses originais é mantido, integralmente, mesmo diante de evidências a favor de sua refutação, pois haveremos de contar com as perspectivas de seus êxitos demonstrados. No racionalismo crítico, um sistema teórico deve ser considerado sempre como aceito na medida em que seja a melhor sistematização de que dispomos dentro de certo instrumental de época, mesmo diante de notórias lacunas explicativas e preditivas.

¹⁸ Em *Logik der Forschung* [A Lógica da Pesquisa Científica] Popper chama isso de *estratagema convencionalista*.

¹⁹ A grande dificuldade de se testarem teorias dá-se pela mobilização e estruturação de uma grande quantidade de hipóteses, muitas das quais não absolutamente clarificadas para os cientistas que aplicam estas teorias ou as confrontam com dados da experiência. Podemos acrescentar às hipóteses fundamentais as hipóteses pertencentes a teorias anteriores, que temos podido ressaltar a partir dos termos pressupostos contidos nas hipóteses fundamentais e que nos remetem a um amplo arcabouço teórico proposto em esquemas explicativos alheios. A estas hipóteses podemos nomear de *hipóteses pressupostas*. Entretanto, para além desse núcleo há hipóteses que poderíamos chamar de *colaterais* e que dizem respeito às propriedades do material de trabalho com o qual estamos lidando quando procedemos em uma experiência. Estas, por sua vez, ainda poderiam ser subdivididas em dois tipos: *subsidiárias*, se provenientes de conhecimento assentado e bem aceito, e *auxiliares*, se são construídas para dar conta da investigação em questão. Por fim, poderíamos incluir os próprios *dados observacionais* como hipóteses de nível menos abstrato, como já temos podido assinalar em relação ao caráter também teórico dos enunciados de observação. Dentro dessa perspectiva, temos um escalonamento das hipóteses segundo um critério de abstração e generalidade:

1. Hipóteses e teorias pressupostas
2. Teoria específica: hipóteses fundamentais e derivadas
3. Hipóteses colaterais subsidiárias
4. Hipóteses colaterais auxiliares
5. Hipóteses sobre dados observacionais (incluindo condições iniciais)

Todas essas hipóteses são mobilizadas para a formação de um conjunto estruturado que nos permite submeter a teste uma teoria específica. Delas é possível retirar-se consequências observacionais que devem ser corroboradas ou refutadas segundo confrontação adequada. Assim, quando testamos uma consequência observacional não nos é permitido a identificação precisa da corroboração ou da refutação no sentido da assinalação das hipóteses específicas envolvidas pelos resultados do teste.

Em suma, a metodologia popperiana parte da crítica ao empirismo em relação à pretensa equivalência que tece entre o indutivismo e a fundamentação empírica, induzindo-nos pela exigência da segunda à aceitação do primeiro. Popper aceita que o conhecimento científico deva guiar-se pela base empírica, mas não pela indução. Por isso, nega que a metodologia possa legislar sobre o contexto da descoberta, cabendo neste tão somente a criatividade intelectual que propõe hipóteses e sistemas de hipóteses. Por este aporte racionalista, a universalidade das leis científicas é possível em uma dupla dimensão, enquanto generalização de fenômenos observáveis e enquanto postulação de entidades inobserváveis. Todavia, é dentro do contexto da justificação que hipóteses e sistemas de hipóteses escapam dos percalços racionalistas da especulação metafísica, mas sempre de um modo dedutivo e provisório. Por isso, Popper nomeia sua proposta de *método hipotético-dedutivo*.

A síntese entre empirismo e racionalismo efetuada por Popper trouxe deste o foco sobre a intuição, a hipótese e o raciocínio dedutivo e herdou daquela a exigência de uma base empírica para as ciências voltadas à explicação do mundo (KLIMOVSKY, 1997). Com efeito, a causalidade é abordada por Popper como uma regra metodológica que repõe a ideia de um princípio de causalidade sem que com isso se acolham discussões metafísicas acerca do determinismo do mundo, uma regra que oriente o trabalho de investigação do pesquisador. “Trata-se da regra simples de que não devemos abandonar a busca de leis universais e de um coerente sistema teórico, nem abandonar, jamais, nossas tentativas de explicar causalmente qualquer tipo de evento que possamos descrever” (POPPER, 2007 [1935]: 63), algo próximo do que fora assumido por Mill em sua argumentação por um princípio de uniformidade geral que se conformasse numa suposição²⁰.

Estivemos caracterizando os três movimentos de pensamento em suas peculiaridades a fim de que pudéssemos ter percorrido expositivamente suas características principais e para que contássemos com autoridade suficiente a asseverarmos sobre a unidade desses movimentos de pensamento sem que sejamos mal interpretados nesse audacioso ponto. De fato, estar cômico das diversidades que se puseram dentro da metodologia de fundamentação analítica é

²⁰ Como vimos, Mill não é claro neste ponto, mas permite que seu princípio de uniformidade geral seja estabelecido sobre bases meramente conjeturais e pragmáticas.

permitir uma conveniente nuance de posições que possibilite sofisticar nossa exposição e, conseqüentemente, a argumentação que estruturaremos e veicularemos. Ademais, a abordagem do problema da natureza das explicações, que interessa mais especialmente, encontra-se no positivismo lógico, no empirismo lógico e no racionalismo crítico intimamente vinculado à abordagem do problema da natureza das teorias. A defesa de um modelo de teorização hipotético-dedutivo irá desembocar na elaboração, como veremos, de um *modelo nomológico-dedutivo de explicação*, enquanto a confiança prestada ao instrumental estatístico contribuirá concedendo refinamento ao modelo indutivista de teorização a ponto de conduzir a um *modelo indutivo-probabilista de explicação*²¹. Dessa forma, os desenvolvimentos críticos sobre os quais nos temos debruçado até aqui estarão presentes também no âmbito das explicações e, de algum modo, serão levantados contra explicações compreensivas, quando dispostos à apreciação das explicações no âmbito das ciências sociais e do comportamento.

Para positivistas e empiristas lógicos, o indutivismo teórico é seguido pelo indutivismo explicativo e se põe enquanto consequência de uma atitude antimetafísica. Essa postura, seja da perspectiva radical do critério empirista de significado, seja da perspectiva moderada do critério probabilista de significado, consiste em deslegitimar os enunciados metafísicos como carentes de sentido, uma vez que não poderiam ser submetidos a teste. A tese da independência de contextos é fundamental para que a ciência adquira estatuto próprio, pois é no contexto da justificação que seus enunciados adquirem distinção. É também no contexto da justificação que temos desenvolvido o projeto de unidade metodológica das ciências empíricas. Mesmo no plano do racionalismo crítico e em sua reelaboração do problema da demarcação, o falibilismo divide o conhecimento das ciências empíricas das crenças e conhecimentos de tipos de investigação não-empírica, reforçando o ideal de unidade metodológica, e o

²¹ No entanto, devemos indicar que Popper vem a elaborar uma interpretação dedutiva da probabilidade, a qual conformará em seu pensamento metodológico a possibilidade também de um modelo de explicação dedutivo-probabilista. Para os efeitos deste trabalho, consideramos que podemos tomar esse modelo e o modelo hipotético-dedutivo como um mesmo modelo, na medida em que nos interessa mais contrapor uma metodologia de matriz indutiva a uma de matriz dedutiva. Entretanto, também deve ser salientado que, em uma fase posterior, os positivistas lógicos vieram também a admitir o método hipotético-dedutivo.

método hipotético-dedutivo, por sua vez, reenfatiza a tese da independência de contextos concentrando os esforços da metodologia científica sobre o âmbito da justificação.

O modelo hipotético-dedutivo concede à descoberta de teorias um caráter eminentemente hipotético, por considerar sistemas teóricos como conjuntos de enunciados orientados por proposições estritamente universais, as quais são conformadas pelos enunciados-lei. Quando essas teorias são corroboradas e sobrevivem à prova dedutiva por falseamento, decidindo-se por sua aceitação, temos legitimadas leis causais com base nas quais podemos explicar fenômenos da experiência por relações de regularidade necessária e suficiente entre antecedentes e consequentes. A explicação decorre da subsunção de certo enunciado básico aceito (ou de certa classe de enunciados básicos aceitos), acerca de um fenômeno conhecido, a um conjunto de enunciados de condições iniciais, particulares e também aceitos, e leis causais de que possa ser logicamente implicado. Enunciados-lei são, enquanto enunciados universais, proposições traduzíveis na forma de enunciados condicionais, por isso, partindo-se deles somente não é possível que expliquemos um fenômeno. Para fazê-lo precisamos nos valer das circunstâncias em que o fenômeno se encontrava a fim de o situarmos dentro dos atributos condicionais da regularidade legiforme, indicando a procedência explicativa do conjunto de leis. Sem os enunciados de condições iniciais não temos a base sobre a qual aplicar nossas teorias a fim de derivar delas enunciados acerca de aspectos fatuais.

A estrutura da explicação é de caráter dedutivo, em que as legiformidades (L) e os enunciados de condições iniciais aceitas (C) conformam as premissas, ou o *explanans*, e o fenômeno a ser explicado (E) a conclusão, ou o *explanandum*. A esse esquema explicativo dá-se o nome de modelo nomológico-dedutivo. É nomológico, pois tem por referência enunciados no formato de lei e é dedutivo por constituir-se em um argumento válido desta forma lógica. Assim, temos a representação:

E

Explanandum

Dizer, à vista disso, que temos explicado um fenômeno significa asseverar que, considerando as circunstâncias particulares e as leis causais, temos boas razões para haver esperado por sua ocorrência. Caso não conhecêssemos previamente o fenômeno em questão, poderíamos dizer que ele seria esperável. Logo, o *explanans* transmite ao *explanandum* uma condição de expectabilidade e temos nela uma identidade estrutural entre explicação e predição, mais conhecida como *tese da simetria*. Por ela, que já tivemos ocasião de sublinhar pela primeira de suas subteses, cabe afirmar que *toda explicação adequada é potencialmente uma predição*, mas também, simetricamente, que *toda predição adequada constitui potencialmente uma explicação*, completando-se em uma segunda subtese. Isso é possível porque toda *ocorrência* faz uso de termos universais e apresenta-se como a circunscrição espaço-temporal de aspectos típicos, repetíveis e genéricos, que conformam *eventos*. Podemos sempre aludir ao evento de uma ocorrência quando explicamos ou predizemos um fenômeno, focalizando-nos sobre o aspecto de sua classe e não de sua individualidade espaço-temporal²². Assim, são meramente características pragmáticas, e não lógicas, que diferenciam explicações de predições, uma vez que nestas não possuímos qualquer conhecimento prévio da ocorrência ou do evento em foco – independentemente de situar-se em um momento futuro ou não²³. A simetria, sem embargo, funciona também como o modo pelo qual corroboramos leis gerais, em razão de oportunizar-nos abranger o desconhecido.

Sobre a tipificabilidade dos fenômenos empíricos conformando uma versão moderada da tese da carga teórica, pela transcendência inerente a qualquer descrição, Carl Hempel em 1942, no artigo “The function of general laws in History”²⁴, buscou erigir aquilo que fora uma ousada tentativa de aplicação do modelo nomológico-dedutivo ao campo dos objetos de investigação

²² O mesmo é válido para a derivação de enunciados básicos no âmbito da natureza das teorias. Podemos considerar as proposições estritamente universais de sistemas teóricos, dentro do que temos ressaltado, como possuindo a forma de enunciados de não-existência, deste modo, todo enunciado estritamente universal proscreeve não apenas enunciados básicos, mas também e sobretudo uma classe de enunciados básicos. Cf. também nota 7 deste capítulo.

²³ Cf. nota 8, deste capítulo.

²⁴ Em tradução livre: “A função de leis gerais em história”.

historiográficos. Argumenta ele que toda explicação histórica, indistintamente às explicações naturais, baseia-se em demonstrar que um certo acontecimento não foi uma “questão de acaso”, mas devido a causas. Deve o historiador valer-se da ideia de que aquilo de que se serve para explicar o acontecimento seja uma “antecipação científica racional”, de maneira que o conjunto de circunstâncias levantadas para a explicação procure subscrever a expectabilidade do acontecimento explicado, porém não de um modo específico, singular, senão que geral, da ordem de eventos (tipos) históricos.

A afirmação de que a história seria uma disciplina debruçada sobre explicações de especificidades gerando conhecimento exclusivamente descritivo não passa, para Hempel, de um subterfúgio insustentável, que, se conforma adequadamente uma avaliação da autoconsciência dos historiadores, não satisfaz a condição de sua atividade explicativa efetiva. Toda descrição, na qualidade de um conjunto de enunciados particulares, demonstra-se subordinado a um horizonte propriamente teórico em três características, duas das quais já temos anunciado: (i) o uso de *termos universais*, (ii) o uso de *regras de correspondência* para com entidades extralinguísticas, e (iii) o uso de *esquemas de seleção* para a apresentação de características tidas por relevantes. Com isso, Hempel acredita ter demonstrado que mesmo as áreas de conhecimento aparentemente descritivas estão sob a tutela fundamental e imprescindível de um componente teórico. Toda e qualquer explicação em história, mas não somente nela senão que também em sociologia e pretendidamente em todas as disciplinas humanas e sociais, envolveria obrigatoriamente a alusão a hipóteses universais, já que

uma descrição do desenvolvimento de uma instituição não é, obviamente, um enunciado de *todos* os eventos que temporalmente a precederam, simplesmente; só se pretende incluir os eventos “*relevantes*” para a formação dessa instituição. E se um evento é relevante para esse desenvolvimento não é uma questão de atitude valorativa do historiador, é antes uma questão objetiva que depende daquilo a que muitas vezes se chama uma análise causal da origem dessa instituição (HEMPEL, 1942: 46; grifos do original).

A despeito de reconhecer a incompletude das explicações históricas em explicitar os enunciados de suas regularidades gerais, Hempel salienta que não se trata de uma exclusividade da história, pois, “*a fortiori*, é impossível dar uma *explicação completa* de um evento individual no sentido em se levarem em linha

de conta *todas* as suas características por meio de hipóteses universais” (1942: 37; grifos do original) e que também nas explicações naturais não seria cabível a pretensão de uma descrição completa das ocorrências de eventos, completando em seguida que “só em termos de conceitos gerais podem [as ciências empíricas] dar conta de seus objetos e em história não é mais nem menos possível ‘apreender a individualidade única’ dos seus objetos de estudo do que na física ou na química” (1942: 37). Com isso, Hempel não apenas nega que as explicações em história sejam particulares, senão que realça o caráter eminentemente causal de toda e qualquer explicação e, mais do que isso, acentua que “toda ‘explicação causal’ é uma ‘explicação mediante leis científicas’” (1942: 37; nota 1). Explicabilidade, causalidade e legiformidade são conceitos intrinsecamente relacionados para ele. Assim, Hempel situa o problema das explicações nas disciplinas humanas e sociais não dentro de uma diferença peremptória de natureza em relação ao conjunto dos ramos de investigação empírica, mas simplesmente de grau, estabelecendo sua cientificidade.

A estratégia naturalista de reduzir a uma questão de gradação as dificuldades encontradas na abordagem do objeto humano e social, porém, embora bastante perspicaz e de alguma maneira procedente, não consegue resolver de modo nítido o distanciamento que traz para dentro da metodologia científica em relação ao baixo nível de explicitação dos caracteres gerais contidos na explicação histórica frente ao nível muito mais elevado de explicitação dos mesmos caracteres na explicação natural. Não é apenas a incompletude do *explanans* que desafia a unidade entre explicação, causa e lei, mas também e sobretudo a capacidade de determinação das regularidades gerais no plano histórico. O determinismo é condição *sine qua non* para que a causa seja constituída no formato de um enunciado-lei e que, então, os fenômenos possam ser explicados segundo o modelo nomológico-dedutivo, conformando a expectabilidade e suportando a preditibilidade. Se a diferença a ser sustentada entre explicações naturais e históricas (e sociais) é meramente de grau, é preciso demonstrar-se que as leis históricas (e sociais) são, de fato, passíveis de explicitação, caso contrário não haveria nem necessidade nem suficiência nômicas para adequar-se ao modelo explicativo.

A resposta de Hempel, no entanto, não consegue ir muito além de uma adaptação. Contra discursos acerca da impossibilidade de ser preciso o suficiente na delimitação das hipóteses universais sociais, ele admite que tais hipóteses tenham um formato probabilista, estando cômico da violação gerada a respeito do modelo nomológico-dedutivo e do embaraço em se nomear propriamente tal hipótese geral de uma lei geral. Acredita, porém, que a alta probabilidade abarcada pelas generalizações poderia manter fiável a expectabilidade dos fenômenos explicáveis e predizíveis. Mesmo assim, o problema de formalizar uma probabilidade de um evento histórico leva Hempel a admitir que as explicações históricas sejam esboços de explicação.

Consiste esse esboço numa indicação mais ou menos vaga das leis e das condições iniciais consideradas relevantes, e precisa de um “preenchimento” para se transformar numa explicação completa. Esse preenchimento exige novas pesquisas empíricas, cuja direção é sugerida pelo esboço (HEMPEL, 1942: 42).

Logo, Hempel acredita ser possível superar a evidente incompletude do conhecimento histórico por via da averiguação rigorosa e sistemática dos pressupostos das explicações históricas estabelecidas, recusando-se a conceder fundamento ao argumento de uma característica distintiva propriamente ontológica do objeto histórico-social. Em seu artigo, ele ignora objeções desse tipo e reforça o ponto de vista da tese da carga teórica com base na análise lógica dos enunciados, basicamente do significado de implicação mobilizado por meio dos conectivos lógicos empregados²⁵. A estrita condição de analiticidade material das proposições é fator vertebral para que as causas sejam associadas a seus respectivos efeitos, em exigência muito semelhante àquela de Stuart Mill, mas que, contudo, fora bastante revisada na abordagem das ciências morais.

A crença na capacidade de se isolarem suficientemente causas e efeitos restitui o raciocínio por eliminação, estratégia caracteristicamente indutiva, e mantém forte a vinculação entre explicabilidade, causalidade e legiformidade. Dessa maneira, não há espaço para um modelo autônomo de explicação das

²⁵ Diz Hempel, “muito especialmente, são muitas vezes, indicativos de pressuposição tácita de alguma lei geral termos como ‘daqui’, ‘portanto’, ‘consequentemente’, ‘porque’, ‘naturalmente’, ‘obviamente’, etc.: utilizam-se para ligar as condições iniciais ao evento a ser explicado; mas que este último seja ‘naturalmente’ esperado como ‘uma consequência’ das condições enunciadas só se seguirá se as leis gerais convenientes forem pressupostas” (1942: 40).

ciências sociais, uma vez que sua cientificidade repousa no modelo nomológico-dedutivo²⁶. A *Verstehen* é discutida por Hempel como um método de compreensão empática, segundo o qual o cientista social deve projetar-se imaginativamente nos eventos que aspira a explicar, captando compreensivamente o elemento humano nele envolvido. A esse respeito, não é nem mesmo um expediente indispensável para a sugestão de hipóteses, pois

pode, por exemplo, dar-se o caso de um historiador ser incapaz de se imaginar no papel de uma personagem histórica paranóica e, apesar disso, ser capaz de explicar algumas das suas ações; sobretudo em função dos princípios da psicologia da anormalidade. Assim, o fato de o historiador estar ou não em posição de se identificar com o seu herói histórico não tem qualquer relevância para a correção de sua explicação; o que conta é a solidez das hipóteses gerais em causa, quer elas tenham sido sugeridas por empatia, quer por um método que estritamente se refira ao comportamento (1942: 44-5)²⁷.

A posição assumida por Hempel é muito próxima daquela firmada por Carnap, Neurath e Hans Hahn no manifesto do Círculo de Viena, lançado em 1929, e que viria a se tornar uma posição oficial do positivismo lógico. Nela, a *Verstehen* não recebe tratamento especial e é embutida no conjunto de problemas relacionados às crenças intuitivas. Tratar-se-ia unicamente de um recurso heurístico, sem base de legitimação independente e subjetivamente condicionado, a ser avaliado por contexto da justificação. A tese da independência de contextos, então, lugar em que se consolida a validade da ciência, torna-se o ponto nevrálgico do desdém por abordagens compreensivas (UEBEL, 2010).

Em *Scheinprobleme in der Philosophie: Das Fremdpsychische und der Realismusstreit*²⁸, de 1928, Carnap fora até mais longe do que na posição assinada por ele no manifesto de 1929, que já havia representado, deveras, um desprezo pela compreensão. Ao abordar o problema do conhecimento da mente de outrem,

²⁶ Não entraremos no momento em discussões acerca da pertinência do modelo nomológico-dedutivo quando diante de leis probabilistas, a isso dedicaremos nossa atenção apenas posteriormente.

²⁷ E prosseguiria Hempel linhas abaixo: “em história, como em qualquer ciência empírica, a explicação de um fenômeno consiste em o subsumir a leis empíricas gerais; e o critério de sua exatidão não é ver se ela agrada à nossa imaginação, se é apresentada em termos de analogias sugestivas, ou se, por qualquer outro meio, parece plausível – tudo isso pode igualmente ocorrer em pseudo-explicações – mas, exclusivamente, se ela se fundamenta em suposições empiricamente bem confirmadas, relativas a condições iniciais e leis gerais” (1942: 45).

²⁸ Em tradução livre: Pseudoproblemas em filosofia: o heteropsicológico e a controvérsia do realismo.

ele recusa terminantemente a possibilidade de uma apreensão internalista. Carnap restringe as possibilidades de conhecimento do outro às manifestações sensorialmente perceptíveis, concedendo legitimidade tão somente ao âmbito fenomênico. O apelo comportamentalista configurado dessa maneira fora muito além dos argumentos de Hempel, à medida que descarta a *Verstehen* de modo muito mais radical e, conquanto a atitude consequente declarada seja a mesma que a defendida por ele, isto é, a da restrição a um interesse heurístico, ela leva a seu esvaziamento.

O pressuposto de Carnap atesta sua vulnerabilidade pelo resguardo estrito do reducionismo naturalista. Dele se propõe uma “doutrina de comportamentalismo lógico”, cuja alegação é a de que estados mentais possam ser plenamente reduzidos a expressões comportamentais²⁹. Essa posição sustentada por ele fora aprofundada ainda no *Aufbau*, pouco depois no mesmo ano, e no artigo “Psychologie in physikalischer Sprache”³⁰, de 1932, quando propôs que as questões psicológicas fossem redutíveis a processos cerebrais. Porém, teve Carnap de recuar na efetividade imediata da versão mais radical de seu monismo metodológico ao admitir a insuficiência no desenvolvimento da fisiologia de sua época, retornando ao argumento – por si só radical, porém menos do que o anterior – de um reducionismo comportamentalista, mas mesmo acerca desse princípio não haveria de oferecer exemplos concretos da redutibilidade pleiteada, mantendo o tratamento da questão, ironicamente, em bases especulativas³¹. O ponto problemático em Carnap reside na impossibilidade de se traçarem paralelos precisos e claros o suficiente para relações de um para um entre expressões

²⁹ De acordo com Uebel (2010), não obstante as mesmas consequências, o comportamentalismo lógico difere do comportamentalismo watsoniano por não pretender a eliminação do elemento internalista psicológico, senão que fora concebido para conceder à psicologia um estatuto genuinamente científico.

³⁰ Em tradução livre: “Psicologia em linguagem fisicalista”.

³¹ Todavia, havemos de ressaltar aquilo que Thomas Uebel (2010) expõe. Declara ele que no *Aufbau*, Carnap adotou postura bastante prudente em relação às consequências que atrelariam sua proposta ao verificacionismo mais estrito, ainda que tenha se mantido sob a égide de um critério de significado: para ser significativo teria de ser fatual. Assim, mesmo antes de guinar para uma testabilidade confirmacionista, insistindo em caracteres probabilistas, Carnap já demonstrava seu compromisso com uma epistemologia não-fundacionista, asseverando pela falibilidade do teste de enunciados. Mesmo assim, o reducionismo proposto é nitidamente um empecilho para o falibilismo por ele intencionado, tal como haveria de ser para a intersubjetividade das sentenças protocolares, e não o permite desatrelar-se da visão ortodoxa sustentada por positivistas lógicos.

externas e estados internos, como viria a admitir na década de 1950, dada a inamovível natureza inferencial (universal) de nosso conhecimento³².

A variante argumentativa de Hempel para a desqualificação da *Verstehen*, diferentemente das de Carnap e dos positivistas lógicos, fundamenta-se na prerrogativa do modelo nomológico-dedutivo, conquanto englobe no artigo de 1942 o emprego de leis probabilistas. A tentativa de fidelidade ao dedutivismo, no entanto, ocupa Hempel com a necessidade de “preencher” não apenas os esboços de explicação, senão que também o probabilismo dos enunciados-lei. A ênfase sempre reiterada na implicação do *explanandum* pelo *explanans* traz a noção de que os enunciados probabilistas seriam algo como enunciados deterministas incompletos e faz com que a saída hempeliana para a incompletude das explicações histórico-sociais permaneça *sub judice*. Se o probabilismo é uma alternativa dotada de autonomia própria, temos uma vereda aberta para buscar fundamentar as ciências humanas, porém, se o determinismo deve servir-lhe de horizonte filosófico, nos deparamos com uma condição intransponível para a cientificidade das disciplinas humanas, se não condenando à especulação todos os ramos da investigação social, pelo menos deixando de fora uma parcela substantiva deles.

Foi o mesmo Carl Hempel, em artigo escrito em 1948 junto com Paul Oppenheim intitulado “Studies in the logic of explanation”³³, que, percebendo o beco sem saída de um projeto determinista para as ciências histórico-sociais, propôs ampliar o escopo das explicações causais para além do modelo nomológico-dedutivo. Acatou por aceitável, respaldando-se no probabilismo aparentemente intransponível da novíssima física quântica, enunciados-lei mais “liberais” acerca de uma causalidade por probabilidade e cotejou aquilo que seria um modelo explicativo indutivo-probabilista. A isto abriu mão da necessidade nômica para permanecer tão somente com a exigência de sua suficiência. Todavia, tal e qual dissemos acima, é duvidoso o quanto generalizações probabilistas podem constituir legitimamente enunciados legiformes, uma vez que, como

³² O reconhecimento das claras limitações do comportamentalismo lógico para a cobertura dos fenômenos sociais não foi produto, dessa forma, de reflexões acerca da psicologia, mas acerca da condição lógica dos conceitos na construção de enunciados. Cf. Uebel (2010).

³³ Em tradução livre: “Estudos em lógica da explicação”.

Popper havia delineado, não são passíveis de testabilidade. Ainda quando acolhêssemos uma lógica indutiva, haveríamos de nos deparar com o problema amostral de sua justificação.

Não obstante, poderíamos, a título de explanação, imaginar uma ampliação do papel de decisões pragmáticas no âmbito da metodologia da ciência como modo de rebater objeções ao modelo indutivo-probabilista³⁴ – sem entrarmos em considerações pormenorizadas acerca da procedência e das consequências de um tal aporte³⁵ – a fim de que tratemos de enunciados probabilistas como leis causais aceitáveis. No entanto, mesmo nessas circunstâncias teríamos em algum grau comprometido a tese da simetria, pois, conquanto relativo a uma causalidade altamente provável, não haveríamos de ter sempre predições potenciais se seguindo de explicações, dado que o mesmo *explanans* poderia, em um grau de probabilidade mínima, subscrever a um *explanandum* diferente. Isso posto, enfrentaríamos outra dificuldade por havermos explicado causalmente sob circunstâncias improváveis e do mesmo modo não poderíamos prever o fenômeno. Inversamente, prever um fenômeno a partir de leis probabilistas não converte automaticamente a predição bem-sucedida em uma explicação, visto poder se explicar outro fenômeno pelo que seria a mesma causa. O princípio que se viola aqui é o de que a mesma causa não pode explicar fenômenos opostos.

Com tal característica, não obstante um precedente interessante de flexibilização a uma causação não-determinista, sem o qual as ciências histórico-sociais manter-se-iam alijadas de um conhecimento objetivo, o trabalho de Hempel promove uma fissura no modelo de explicação por subsunção a leis (também chamado de modelo de lei de cobertura). Ele põe em xeque a suficiência do método hipotético-dedutivo e, conseqüentemente, do critério falseacionista de demarcação, pois o *explanandum* deveria ser aceito não como uma implicação do *explanans*, mas como um salto indutivo, e para aceitá-lo teríamos de conceber um “inchamento” das decisões pragmáticas abrangidas no jogo da ciência em detrimento de uma estrita racionalidade, seja no teste teórico, seja na explicação e

³⁴ Estamos pensando aqui em decisões acerca de quando haveremos de ter por suficiente a submissão a testes.

³⁵ Quando dizemos de consequências aludimos a uma ruptura em relação aos critérios de demarcação, justamente por haver aceitado concomitantemente dois modelos de explicação oriundos de dois modelos de teorização rivais.

na predição de uma ocorrência. Ainda sob essas circunstâncias mais flexíveis à justificação das teorias científicas, as explicações probabilistas de Hempel aplicadas sobre o âmbito das ciências sociais haveriam de demonstrarem-se pouco elucidativas não apenas de problemáticas epistemológicas concernentes à clarificação e formalização aceitável dos enunciados gerais em operação nas explicações históricas e sociais, como também de um vasto campo de indagações suscitadas por contrapartidas ontológicas dos problemas histórico-sociais respectivas aos caracteres holista e intencional de seu objeto, cuja pertinência restaura as pretensões epistêmicas e metodológicas da *Verstehen*.

A intencionalidade intrínseca aos fenômenos humanos inseriria um desafio ao debate sobre a natureza das explicações que Hempel não identificou quando tratou do método compreensivo e da interpretação. Seu tratamento superficial da problemática da *Verstehen* apresentou-a na chave de uma compreensão empática, uma autoidentificação imaginária escorada na introspecção que, se sublinhava uma dificuldade da sua fundamentação metodológica, não dava conta do cabedal filosófico que a houvera inspirado. A regularidade temporal, na qualidade de única condição não-lógica pressuposta no modelo explicativo hempeliano, é incapaz de conceber que a causa de um fenômeno seja posterior ao seu efeito, entretanto, a dependência dos fenômenos sociais das intenções e propósitos dos agentes envolvidos salienta os entraves de uma tal explicação ao assentir que a elucubração de ocorrências seja baseada em motivos localizados sempre ulteriormente a elas, enquanto projetos de ação. Todo fenômeno social parece ter embutido em si uma característica teleológica, pela qual está orientado até um fim pretendido por um agente ou por um grupo deles.

Já do lado da dificuldade em se delimitar o que representaria uma explicitação aceitável das leis em uso nas ciências sociais, por sua vez, ganha magnitude e relevo o questionamento em favor da complexidade de consecução dos seus fenômenos. A argumentação pela prevalência do que seria uma constelação ampla de fatores intervenientes à ocorrência de fenômenos da sociedade, ao ressaltar o papel de fatores circunstanciais e seu entrelaçamento, provoca o rompimento da analiticidade estrita da explicação causal. Como resultado, põe-se em xeque outro ponto fundamental à abordagem cientificista das

disciplinas sociais, que aparece desde o manifesto do Círculo de Viena e atravessa o empirismo lógico e o racionalismo crítico sem maiores objeções a respeito: o compromisso com o individualismo metodológico.

A alegação de que os estudos da história e das demais ciências sociais devem ser entendidos em termos de indivíduos e suas combinações, sendo grupos e instituições sociais compostos de indivíduos, é resultado da atitude antimetafísica que se desenvolve com o positivismo lógico. Essa postura, aparentemente correta, à medida que não podemos fugir à participação de indivíduos nos fenômenos da sociedade, parece ganhar respaldo com o reducionismo e o sensorialismo de abordagens que primam pelo caráter analítico e observável dos fenômenos. Mesmo contrários ao ideal antimetafísico, empiristas lógicos e racionalistas críticos mantiveram de algum modo a defesa de um princípio de individualismo metodológico, percebendo-o como enquadrado às exigências objetivas do contexto da justificação nas ciências sociais. De fato, porém, o raciocínio de se reduzir enunciados teóricos a enunciados particulares é análogo àquele proposto pelo individualismo metodológico de se reduzirem fenômenos ou explicações sociais a fenômenos ou explicações individuais. Nesse sentido, assim como a redutibilidade de teorias, a redutibilidade de fatos e leis sociais tem sido pleiteada como modo pelo qual nos qualificamos a um conhecimento objetivo, mas, enquanto a primeira ocupou o centro de acirradas discussões críticas, conduzindo ao reconhecimento de um âmbito autenticamente teórico e a alterações substantivas no critério de testabilidade científica, a segunda manteve-se – surpreendentemente – como quesito inalterado da cientificidade pela qual devemos balizar nossas investigações em disciplinas sociais se as queremos aptas à objetividade.

No manifesto do Círculo de Viena, é o individualismo metodológico o ponto enfaticamente ressaltado pelo qual se entende que as ciências sociais conseguiriam escapar de conceitos vagos e ambíguos encontrados em formas especulativas de investigação, mais até do que aquele que demos destaque acima acerca da *Verstehen* enquanto crença intuitiva, de maneira que na seção acerca dos fundamentos das ciências sociais esta efetivamente nem ao menos aparece (UEBEL, 2010). No entanto, os problemas não deixam de estar relacionados. Em

*The Poverty of Historicism*³⁶, obra concebida em 1935, mas que só veio a ganhar acabamento e ser publicada em 1957, Popper encampa a mesma tese de positivistas lógicos de que discordar de uma postura de individualismo metodológico implica aderir a uma postura de holismo metodológico, à qual inerentemente estaria associada alguma doutrina de inevitabilidade histórica.

Por essa via, a distinção entre holismo e individualismo metodológicos alcançaria forma estruturalmente idêntica à estabelecida pela relação entre filosofia especulativa e ciência empírica, perfazendo parte do campo crítico sobre o qual se erigir a legitimidade do critério de demarcação (MANDELBAUM, 2002 [1957]). Em outras palavras, se se admite a necessidade de situar a ciência empírica social como um ramo de investigação não-especulativo, com base própria e fiável, haveria de ser consequente o rechaço a posturas holistas. Popper, então, percebe o holismo como uma decorrência de um pensamento historicista, um pensamento eminentemente antinaturalista de acordo com o qual se rejeita o emprego da metodologia das ciências naturais pelas ciências sociais, mas que pode assumir feições mais ou menos antinaturalistas dependendo do grau de recusa de expedientes de investigação utilizados nas ciências da natureza, o que leva Popper a tecer a inusitada classificação entre posturas historicistas antinaturalistas e naturalistas.

Argumentando-se em favor da natureza peculiar do objeto social, a abordagem de fenômenos da sociedade por generalizações do tipo lei é apontada como incapaz tanto de reter as condições históricas amplas, quanto de adequar-se a explicações de fenômenos específicos. Acerca das primeiras, as leis seriam rígidas demais para conceber mudanças tendenciais e apreender o saldo de seu sentido. Posto a refletir sobre especificidades, o modelo de lei de cobertura atuaria simplificando e reduzindo a complexidade e a diversidade dos fenômenos sociais. Estes, por adquirirem identidade ou na particularidade ou na generalidade trans-histórica, teriam a sua apreensão por subsunção a leis como uma condição empobrecedora que, se adequadamente realizada, desembocaria em um conhecimento causal excessivamente trivial. Quando inadequadamente conduzida, porém, tal subsunção a leis adquiriria contornos morais e políticos, tornando-se

³⁶ Em tradução livre: A Miséria do Historicismo.

fatalista, conservadora e apologética ao partir de pressuposições imutáveis e intemporais para a explicação de um objeto sempre cultural e historicamente situado.

O argumento historicista deve-se à defesa do que seria uma condição própria do objeto social, a saber, a de ser paralelamente sujeito, levando-se à impossibilidade de uma abordagem experimental. Isso permite compreender a recusa à reprodutibilidade dos eventos sociais assumindo sua particularidade e reforçando sua irredutibilidade às partes constituintes e possivelmente recorrentes, uma vez que tais ocorrências adquiririam significação quase tão somente pela sua conjunção circunstancial de fatores. Ainda, segundo seus adeptos, a unidade sujeito-objeto faria com que as previsões sociais, organizadas de modo circunscrito, claro e detalhado, perdessem o caráter de objetividade, dada a influência antecipada sempre possível das previsões sobre os acontecimentos a serem previstos, seja no sentido de ser contraditada pelo acontecimento efetivado, seja no de estimular sua efetivação. Por isso, se é tarefa da ciência exhibir previsões – como sustentam as versões naturalistas do historicismo –, não caberia à teoria social seguir rigidamente a previsão das teorias físicas, mas abdicar à tarefa de previsões pontuais, devido à tendenciosidade interna à ciência social, e procurar, em nome da objetividade do conhecimento, previsões de longo prazo e extensa abrangência, deslindando tendências amplas da sociedade. Somente assim a particularidade ontológica poderia conferir suporte a um conhecimento para além dos atores sociais e tangenciar a antecipação de acontecimentos. Popper, então, vê no projeto de um dualismo metodológico a aparição de um compromisso com o holismo nas ciências sociais, que se interconectaria a uma doutrina da inevitabilidade histórica.

O historicismo, na visão de Popper, adotaria a *Verstehen*, acolhida, como temos visto, por um conceito de compreensão intuitiva – nas suas mais diversas versões –, como abordagem básica para a assimilação qualitativa das individualidades históricas e dos fatores irracionais da sociedade e que viria a ser contraposta aos procedimentos de quantificação levados a cabo nas ciências da natureza. Nesse sentido, ao apontar a presença de motivações políticas mais profundas que persistiriam aos elementos lógicos e epistemológicos nas teorias

científicas sociais, ficaria indicada a insuficiência da neutralidade do modelo de subsunção a leis nas ciências da sociedade. Com efeito, os impasses políticos envolvidos na teorização social só seriam bem apreendidos por meio da introspecção simpática das propensões da história, creditando-se seu sucesso à sua capacidade de deslindar o sentido e a finalidade dos fenômenos histórico-sociais. Vinculada a uma abordagem histórica, a teoria social escaparia de se constituir em uma intervenção desfiguradora da realidade social; apartada dessa abordagem, o viés político de sua atividade de teorização se dissimularia, adquirindo contornos ideológicos.

Se o *modus operandi* historicista consiste na teorização com base no desvelamento crítico de caracteres políticos da realidade social, reafirmando o papel prático da teoria social e seu consequente conteúdo transformador em escala holista – quer seja por um modelo de reforma ou engenharia social holista, quer por um modelo de revolução –, Popper inicia sua crítica rechaçando o aspecto totalizante da apreensão da sociedade e questionando a vaguidade da unidade holista de análise. Para tanto, sua proposta baseia-se no que ele chamou de engenharia da ação gradual e que, ao mesmo tempo em que se encontra nitidamente vinculada às suas reflexões metodológicas, faz estabelecer um argumento político, uma vez que só “quem aceita a Engenharia da ação gradual sabe, tal como Sócrates, o quão pouco sabe. Sabe que só errando aprendemos” (POPPER, 1980 [1957]: 41). Consequentemente, se o holismo é invocado para tratar das relações sociais por sua complexidade, é pela via do obscurantismo totalizador dessa alegada complexidade que Popper vislumbrará o terreno fértil para desqualificá-lo, à medida que distante de um conhecimento intersubjetivamente avaliável e politicamente democrático.

O erro crucial na postura historicista, para Popper, remete-se a um pressuposto ideal fundacionista, responsável por creditar às teorias uma racionalidade terminante. A razão deve implicar consenso, e é justamente nesse consenso que se encontra a justificação decisiva para engajar-se a teoria histórica e politicamente. Se as teorias científicas tangem à verdade final, elas implicam transformações políticas, entretanto, se o consenso que as motiva não pode ser verificado na realidade, não se deve a uma falha da teoria, que já se a tem fundado

em bases sólidas, senão que à persistência de elementos sociais irracionais. Logo, o problema do planejamento ou da revolução torna-se uma questão de educação, pela qual o fundacionismo epistemológico toma dimensões ética e politicamente autoritárias. A teoria holista fundamentar-se-ia na intuição compreensiva de sentidos e propósitos e não conceberia sua própria falibilidade, submetendo-se, dessa maneira, a desejos irrealistas de racionalidade e comprometendo a objetividade da teoria com as certezas subjetivas de seu teorizador. Isso posto, não seria de surpreender, portanto, o fundo irracional que tanto de um modo implícito, como nas versões fortemente antinaturalistas do historicismo, como explícito, como nas versões naturalistas, desembocaria em caracteres totalizadores de cunho altamente especulativo.

É reafirmando o método hipotético-dedutivo e do modelo de lei de cobertura que Popper nega a tentativa de legitimação do historicismo e do holismo pelo método da dedução inversa de Stuart Mill, fazendo ressaltar a confusão que gera em torno de características de leis e de tendências. A proposta de Mill para reduzir as tendências às leis parece, à primeira vista, um corolário sofisticado muito bem adequado a uma versão moderada da tese da carga teórica agregada a uma estrutura de explicação dedutivista, contudo, quando apreciada de modo pormenorizado, percebe-se que ela viola o requisito fundamental das explicações, isto é, ela aceita como premissa maior do *explanans* enunciados universais intestáveis. As tendências, diversamente às leis, não podem fornecer delimitação clara e precisa acerca das condições pelas quais se derivar enunciados básicos; as tendências históricas partem de uma posição de autonomia em relação a certas condições iniciais delimitáveis, pois não são elas construídas à luz da distinção lógica entre enunciados universais e enunciados existenciais. Assim, os fatores do teste dedutivo não podem ser corretamente satisfeitos.

Ora, Mill e os historicistas que o acompanham *esquecem a dependência em que estão as tendências, relativamente às condições iniciais*. Operam com as tendências como se elas fossem, à semelhança de leis, incondicionais. O fato de confundirem as leis com as tendências leva-os a acreditar em tendências incondicionais (e, conseqüentemente, gerais); ou, como diríamos, “tendências absolutas” – leva-os a acreditar, por exemplo, em uma tendência histórica geral para o progresso, “tendência no sentido de um Estado melhor e mais feliz”. Se chegam a admitir a possibilidade de o que vêem como tendências “reduzir-se” a leis, acreditam que tais tendências possam

ser derivadas imediata e exclusivamente de leis universais, tais como as leis da Psicologia (ou, talvez, do materialismo dialético, etc.) (POPPER, 1980 [1957]: 68; grifo do original).

A solução popperiana para o problema que se impõe pela via da abordagem explicativa dos fenômenos históricos e sociais é muito próxima daquela elaborada por Hempel, com exceção de seu modelo indutivo-probabilista, ao qual Popper jamais se filia. O problema do uso de enunciados-lei em história e em outras disciplinas sociais preocupadas com a apreensão do específico seria o da aplicação de generalizações comumente aceitas, acerca das quais não se procura conceder clareza enunciativa. É essa condição inalienável que Popper acredita ser motivo de equívoco das posturas historicistas tanto antinaturalistas como naturalistas. Às primeiras porque se atentariam apenas para o intuito particularista sem se dar conta das pressuposições gerais mobilizadas para tanto, desviando-se da elaboração teórica; às segundas porque as leis como tendências seriam apreciadas em uma generalidade demasiado distante dos acontecimentos observáveis, desviando-se da base empírica. Dessa maneira, sua defesa da explicação causal vem unida à sua reflexão acerca de regras metodológicas, na qual seu pensamento sobre a causalidade se insere. A busca de regularidades causais é uma questão de recorte metodológico, mas um recorte que deve se adequar a pretensões de racionalidade da atividade científica.

Todavia, nessa solução, Popper se vê obrigado a reconhecer o contexto específico em que se desenrolam as ações humanas como um fator idiossincrático indispensável aos fenômenos sociais. A esse respeito, salienta ele que uma lógica situacional deve ser invocada reconhecendo-se certa pertinência ao apelo holista por entidades difusas. No entanto, ao admiti-lo, não assume ele qualquer compromisso com a tese holista propriamente dita, na medida em que a predileção desta por atribuir relevância causal a essas entidades difusas, por quaisquer nomes que essas entidades contextuais venham a receber, soa-lhe desvirtuante do caráter empírico das explicações sociais. A consideração do papel de uma lógica situacional é apenas um parâmetro admissível para quando são desconhecidas as formas pelas quais os contextos são produzidos em termos de ações individuais e suas regularidades legiformes, dada a pluralidade de atores sociais envolvidos na causa de um fenômeno. Deve ser aceita segundo a regra metodológica de um teste

comparativo de teorias, uma vez que é a melhor solução teórica de que dispomos, ainda que não se conforme propriamente ao que se tem chamado de um sistema teórico, segundo o modelo axiomático de teorias, mas tão somente a uma interpretação histórica, que muito se assemelha ao esboço de teoria de Hempel.

O equívoco de Popper, e que também está de alguma forma implícito nas reflexões de Hempel e dos positivistas e empiristas lógicos de uma maneira geral, é o de conceber o holismo apenas dentro de sua concepção mais radical. Para Popper, a relação entre holismo e individualismo metodológicos é redutível a uma discussão acerca do caráter autônomo ou não das sociedades frente a seus membros individuais na conformação de fenômenos sociais. Isso, porém, leva a uma leitura demasiado restrita da relação entre parte e todo nesses fenômenos, identificando a parte aos indivíduos e o todo à sociedade. Formulado nesse formato unívoco, o holismo só pode revelar-se diametralmente oposto ao individualismo, de maneira que proceder-se à defesa acerca da existência de fenômenos e leis sociais irreduzíveis a fenômenos e leis do comportamento individual deve obrigatoriamente referendar um discurso de preeminência da sociedade como um todo sobre seus membros particulares. A sociedade haveria de se constituir em uma totalidade que não se resume às suas partes individuais e, portanto, fenômenos e leis sociais estariam como que voltados a entidades e pressupostos de cunho altamente especulativo muito além do dado concreto e observável da ação dos indivíduos. E, posto no eixo diacrônico, isso nos impeliria a doutrinas de inevitabilidade histórica.

Parece propício colocar que o individualismo metodológico delineado em bases tão extremas nos leva a atentar contra a autonomia das ciências humanas sociais (MANDELBAUM, 2002 [1957]). Se acreditamos que leis e fenômenos sociais são sempre redutíveis a leis e fenômenos individuais, incorremos em uma forma de psicologismo de acordo com a qual todos os problemas legítimos relativos a uma organização social são aqueles revelados por indivíduos e seus estados mentais. Mas isso não precisa ser uma decorrência de uma ciência social que se queira testável por recurso à observabilidade, como creem seus proponentes. O estatuto irreduzível de termos e enunciados teóricos, tal como fora defendido por empiristas lógicos e racionalistas críticos, bem nos permitiria

postular entidades inobserváveis sem que com isso revoguemos nossas pretensões à testabilidade.

Aliás, a referência a inobserváveis tem sido um recurso metodológico frequente e incontornável às teorias das ciências naturais, sem que se veja nisso qualquer apelo metafísico insuperável. Não parece, portanto, absurdo que uma certa abordagem holista concedendo poder teórico e explicativo a contextos seja mobilizada para dar consistência à teorização e explicação de fenômenos sociais. Entretanto, a reflexão acerca desses contextos não pode ser menosprezada como um esboço de explicação, deve necessariamente exigir a compreensão das ações e das ideias que o conformam em termos do grau de liberdade dos agentes e de sua tomada de decisões. O modelo de explicação por subsunção a leis tem sido nitidamente inconsistente no tratamento dedicado à compreensão justamente por alinhar-se a uma explicação que é causal na medida em que determinista. Mesmo na versão mais flexível de Hempel, o probabilismo é trabalhado de modo muito distanciado do tipo de probabilismo difuso e não-formalizado das explicações em ciências sociais, mantendo-se ainda submisso a perspectivas deterministas. Por conseguinte, o problema da apreensão das ações e dos contextos não pode ser bem resolvido simplesmente por apelo à explicitação das regularidades gerais subjacentes à análise social. Persiste um caractere de liberdade às explicações sociais que não pode ser apreendido senão na especificidade situacional das escolhas e decisões dos agentes, limitando as regularidades gerais nas ciências sociais a disposições para agir – nunca deterministicamente conformadas – e enfatizando a dependência do conhecimento social de métodos compreensivos e interpretativos que ultrapassam a simples acepção heurística de suas operações. Por isso, conquanto se queira que as disciplinas sociais satisfaçam critérios de cientificidade, suas explicações não podem ser ignorantes das consequências de um pressuposto ontológico de liberdade e, assim, não podem desprezar o papel epistemológico e metodológico da compreensão.

CAPÍTULO 5

NEOKANTISMO ALEMÃO, MAX WEBER E A SÍNTESE ENTRE EXPLICAÇÃO E COMPREENSÃO

Embora anteriores aos positivistas lógicos, empiristas lógicos e racionalistas críticos, e contemporâneos em certa medida a Dilthey, os autores do neokantismo alemão e Max Weber são discutidos aqui posteriormente a eles sob o entendimento de que seus tratamentos do problema para a fundamentação científica das explicações sociais encampam perspectivas mais pluralistas em relação a uma metodologia que deve ser geral, incluindo expedientes consolidados nas ciências naturais, e ao mesmo tempo própria, delineando características que concernem apenas ao âmbito humano. A esse respeito, Weber é exemplar, mais do que os neokantianos, e é por isso que mesmo apresentando-o conjuntamente com estes não cedemos a torná-lo um membro do neokantismo. Contudo, a herança kantiana em Weber é substantiva e permite que o situemos mais próximo dos neokantianos do que de Dilthey, à medida que aqueles resistem a subsumir a experiência perceptual à experiência vivida e, portanto, a experiência externa à experiência interna, contrapondo-se ao psicologismo diltheyano.

A ênfase assim oferecida por uma exposição ulterior da concepção de ciência social levada a cabo por esses autores justifica-se por concebermos a problemática da *Verstehen*, tal como inaugurada por Dilthey, como nevrálgica à apreensão dos problemas sociais. Parece-nos que questões acerca da liberdade que nos façam imergir em um universo de significado são inamovíveis de um conhecimento que se queira legítimo em relação à sociedade, visto que a liberdade humana nos conduz a sérios obstáculos epistemológicos em relação a uma causalidade legítima e determinista. Os problemas de investigação sociais estão sempre de algum modo envolvidos em uma constelação complexa de fatores que não apenas dificultam a apreensão precisa das causas em desempenho, mas que também vigorosamente circunstancializam essa apreensão, tornando a decorrência de um efeito uma contingência irreduzível, em seus aspectos fulcrais, a

regularidades. Entretanto, por outro lado, as exigências de rigor e sistematicidade que subjazem à metodologia das ciências naturais fazem por conferir um caráter de fidedignidade à empreitada científica que consideramos igualmente apreciável no que tange à busca de uma objetividade do conhecimento que se queira efetiva enquanto justificação intersubjetiva. Em outras palavras, de um conhecimento que se estabeleça válido para além de seu pensador proponente e, mais do que isso, que se lance como mais digno de confiança e mais adequado aos problemas de que trata do que outras formas de conhecimento.

A escola de neokantismo alemão que mais intensivamente se dedicou à fundamentação das disciplinas sociais foi a de Baden, cujos representantes são os filósofos Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert. Sob os trabalhos deles é que a divisão kantiana entre o nômene, ou a coisa-em-si, e o fenômeno, ou a aparência, é reestabelecida por meio da distinção entre realidade e construção conceitual que apreende a realidade. Dessa maneira, todo conhecimento deve constituir-se pelo trabalho de conceituar a realidade e não pode prescindir jamais dessa mediação. Seja em conhecimentos sobre o âmbito natural, seja em conhecimentos sobre o âmbito social, a relação entre realidade e conceito é o pressuposto epistemológico básico sobre o qual vimos a desenvolver nossas pretensões de conhecer. A diferença de método entre as ciências naturais e as ciências sociais residiria não em uma separação ontológica dos tipos de experiência a que têm acesso, mas a um nível epistemológico concernente à formação de conceitos. Por isso, o caráter nomênico da experiência interna é considerado um acerbo metafísico e o vitalismo de Dilthey é, conseqüentemente, rejeitado.

Windelband, em sua obra *Geschichte und Naturwissenschaft*¹, de 1894, pontua a distinção entre ciências nomotéticas e ciências idiográficas a fim de situar o dualismo metodológico que jaz entre as ciências naturais e as ciências sociais, respectivamente. Para ele, aquelas estão preocupadas em estudar regularidades causais, explicando seus fenômenos por subsunção a formulações nômicas; estas, por sua vez, seriam concernentes a estudos sobre particularidades, cabendo-lhes tão somente a compreensão dos fenômenos em sua contingencialidade. Em Windelband, a natureza do objeto de estudo define o

¹ Em tradução livre: História e Ciência Natural.

método de investigação, por isso, sua distinção vem à tona com o objetivo de estabelecer valor científico para abordagens diferentes e não se preocupa em avançar sobre aquilo que garantiria a validade da apreensão do idiográfico. Quem assim o fará será Rickert que, a partir de 1902, desenvolverá as várias edições de seu livro *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*².

A rigor, os neokantianos preferiram o termo *Kulturwissenschaften* [ciências culturais] ao termo diltheyano *Geisteswissenschaften* [ciências humanas (ou do Espírito)] entendendo que este último levava a diversos tipos de ambiguidade conceitual. Um deles, mais particularmente incômodo para os neokantianos, era o de associar *Geist* à psique³, fazendo com que estas ciências adquirissem certa relação com abordagens psicologistas e, assim, metafísicas, tal como era o cerne da crítica aos trabalhos de Dilthey. A própria psicologia seria considerada uma ciência mais vinculada a procedimentos de investigação das *Naturwissenschaften*, e, portanto, preocupada com generalizações. Também é conveniente lembrar que outras disciplinas que são hoje englobadas sob a rubrica de ciências sociais eram tidas como mais próximas a abordagens nomotéticas, tal como a sociologia e a economia (ZIJDERVELD, 2006). Assim, embora assumamos que os trabalhos neokantianos tenham tido repercussões de suma importância dentro de uma consideração eminentemente idiográfica dessas mesmas disciplinas sociais consideradas “nomotéticas”, repercussões essas que se demonstraram até mesmo mais relevantes sobre a caracterização posterior dessas ciências em detrimento das características inicialmente sublinhadas para classificá-las enquanto nomotéticas, ponderamos meritória a manutenção da distinção terminológica por eles levantada a fim de que se registre mais precisamente a abrangência metodológica visada por seus autores. Quando adotamos *Kulturwissenschaften*, ou, melhor, sua tradução por ciências culturais, fazemos com respeito ao conjunto de disciplinas que se utilizam de uma metodologia não-generalizante, conquanto dentro da fronteira do que seria uma classificação de objeto das ciências, ainda que o conjunto das ciências que

² Em tradução livre: Os Limites da Formação de Conceitos na Ciência Natural.

³ Uma das possibilidades de tradução que tem sido assumida em português para a palavra alemã “*Geist*” é “mente”, como já tivemos ocasião de lembrar referindo-nos ao significado assumido pelo termo quando do distanciamento de Dilthey da herança filosófica de matriz hegeliana de seu tempo.

estudam a cultura, e que também poderiam ser nomeadas ciências culturais, exceda a extensão do sentido que temos optado por manter⁴.

Para tanto, fiel às heranças do criticismo, Rickert procurou demonstrar que a realidade sobre a qual nos debruçamos no processo cognitivo é-nos sempre inacessível em sua completude. Nossa percepção é forçosamente a captação de um aspecto parcial da realidade, a qual obrigatoriamente inesgotável e complexa. Nos seus termos, a realidade é uma heterogeneidade contínua. É heterogênea, pois tudo o que a concerne (entes e ocorrências) tem individualidade própria e embora possa ser destacado por alguma semelhança, não pode ser esgotado por ela, ao passo que é contínua, pois é constituída por uma transição fluente tanto entre o que existe como entre o que ocorre. Apreendemos, assim, as seções dessa realidade por meio de palavras, que precisadas em suas definições pela referência que proporcionam a entidades e a ocorrências da realidade tornam-se conceitos. Esses conceitos só podem apreender a realidade fracionando-a e, portanto, conferindo alguma ordem que separe a heterogeneidade da contiguidade, transformando a realidade seja em uma homogeneidade contínua, seja em uma heterogeneidade discreta. No primeiro caso, teríamos o campo de conhecimento da matemática, enquanto no segundo, nos disporíamos ao tipo de conhecimento desenvolvido nas ciências empíricas, naturais e culturais (ZIJDERVELD, 2006).

O desenvolvimento do conhecimento dá-se em face à maneira pela qual concebemos a realidade, assim, conforme aponta o título de sua obra, a formação de conceitos ocuparia papel central às ciências. Conceitos nas ciências naturais seriam formados por agrupamento de características comuns abstraídas da realidade e permitiriam que regularidades gerais fossem desdobradas. Nas ciências da cultura, diferentemente, o mecanismo analítico de abstração seria o procedimento menos útil na medida em que os problemas de pesquisa dessas ciências conformariam objetos de investigação imperiosamente particulares. O processo de conceituação é sempre o da seletividade do sujeito cognoscente na apreensão que reivindica da realidade e, com efeito, trata-se de uma decisão

⁴ Por isso, nossa opção estilística por variar o termo “ciência cultural” com o termo “ciência da cultura” mantém-se dentro do significado atribuído pelos neokantianos ao método das *Kulturwissenschaften* e não a uma distinção entre o campo das ciências que utilizam o método não-generalizante e aquele campo concernente a todas as ciências que têm por objeto de investigação aspectos da cultura.

metodológica do investigador proceder à apreensão do geral e regular ou do específico e único. E a consequência necessária de tal posição é, inevitavelmente, a mesma em que desemboca Rickert: seja qual for o método da formação de conceitos, deve ser ele aplicável tanto às ciências da natureza como às ciências da cultura. No entanto, igualmente inevitável é a estranheza no que respeita à manutenção de um dualismo metodológico.

A elucidação de Rickert, conquanto proporcione autenticidade científica a uma abordagem particularista, obstrui a associação privilegiada do carácter idiográfico às ciências da cultura. Isso porque afirmar que as ciências culturais são eminentemente idiográficas tem pretensões muito mais vigorosas do que afirmar que são tanto idiográficas como nomotéticas. Somente a primeira das afirmações garante que se diga conjuntamente que “a ciência tem de ser, ao menos, dualista” (RICKERT *apud* SUBER, 2010: 272) e por ela é necessário aludir-se a alguma distinção ontológica forte pela qual situemos as ciências culturais e seus problemas e objetos de investigação em um campo quase que completamente diferente do das ciências naturais com seus problemas e objetos⁵. Mas uma distinção ontológica que também se preocupa em regular a caracterização da atividade científica em parâmetros mais frouxos, enquanto designação geral sob a qual se subordinar procedimentos de investigação inconciliáveis e exclusivos a certo campo da realidade; de outro modo, a cientificidade das disciplinas culturais seria inapelável.

A exigência por assentar a cognição dos fenômenos culturais em uma metodologia científica diversa da dos fenômenos naturais, preservando suas características próprias, compeliu Rickert a um aprofundamento ontológico da distinção entre natureza e cultura em sua filosofia. O dualismo precisava ser posto em termos mais radicais, pelos quais se distinguísse acerca da natureza do objeto de cada um dos campos. Assim, a resposta para o impasse concerniu em situar os objetos culturais na condição de serem constituídos dentro de um complexo de

⁵ Esse domínio deve ser *quase* completamente diferente, pois indicar uma apreensibilidade caracteristicamente científica aos âmbitos da natureza e da cultura significa conceder-lhes um pano de fundo ontológico compartilhado, ainda que mínimo, sobre o qual seja permitida a sua apreensão sob uma mesma metodologia geral de investigação. Essa ontologia minimamente compartilhada é, vale dizer, absolutamente compatível com um ponto de vista dualista a respeito da metodologia, uma vez que encampa o que temos chamado de “metodologia geral” apenas em um sentido formal e genérico.

valores e significados que é “depositado” sobre os objetos naturais, constituindo algo como um foco sobre uma realidade diferente⁶. Porém, como o objeto da ciência é a realidade, Rickert precisou pressupor uma outra mediação, a fim de permitir que a realidade adquirisse algo como uma “segunda” natureza dentro do processo de apreensão científica, que não seria propriamente nem oriunda da natureza da realidade, infinita e complexa, nem do caráter da apreensão dessa realidade. À distinção basilar entre realidade e conceito, Rickert articulava outra, entre a realidade e aquilo que ele nomeou de esfera dos valores. Realidade e valores conformariam o mundo e, no processo cognitivo das ciências culturais, os valores constituiriam um âmbito de irrealidade mediador no acesso à realidade. Essa mediação permitiria que a abordagem dos fenômenos culturais adquirisse condição absolutamente própria, havendo-se com isso atribuído um pano de fundo ontológico adequado para a sustentação do dualismo. Em outras palavras, os valores ajustar-se-iam a uma esfera não pertencente nem ao sujeito e nem ao objeto, teriam estatuto ontológico próprio, mas, ao mesmo tempo, atuariam sobre a apreensão da realidade legitimando o processo individualizante de formação de conceitos das ciências da cultura. O caráter irreal e não-sensorial dos valores exigiria que o método das ciências culturais fosse a *Verstehen*.

A *totalidade do mundo* para Rickert, como objeto de estudo da filosofia, seria a conjunção entre *três esferas transcendentais*, a da *realidade*, a do *valor* e a do *sujeito*. Organizada dessa maneira a filosofia estaria capacitada a se desenvolver como suporte para o conhecimento, fazendo-se destacar sua orientação epistemológica. Nesse projeto de desdobramento do criticismo, entretanto, a introdução da esfera dos valores procede ontologizando a filosofia kantiana, contrastando claramente com o dualismo sujeito-objeto e tornando mais complexa a separação fenomenalista entre nômene e fenômeno. Poderíamos dizer que Rickert entende que a metafísica da experiência de Kant precisa ser aprofundada a fim de que resguardemos a cognoscibilidade do empírico em toda a

⁶ Utilizamos o termo “realidade” como uma forma de compreender o papel ontológico dos valores na conformação do dualismo metodológico em Rickert. Contudo, o termo tem sido reservado em sua filosofia apenas para o âmbito nomênico, muito embora alguns tradutores de língua inglesa escolham traduzir o termo “*Weltall*”, que será proposto para englobar o âmbito da coisa-em-si juntamente a outros âmbitos ontológicos distinguidos dele, como “realidade-*in-toto*”. Preferimos aqui não adotá-lo, motivados pela maior clareza terminológica, traduzindo o conceito por “mundo”, como se notará adiante.

sua amplitude. Mesmo assim, a mediação da esfera dos valores sobre a formação de conceitos nas ciências da cultura resgata a divisão clássica sujeito-objeto na medida em que opõe a realidade à cognição, situando os valores dentro de uma condição reguladora da atividade cognoscente do sujeito. Apesar disso, porém, podemos dizer que embora a esfera dos valores realize a mediação cognitiva entre o sujeito e o objeto do conhecimento, mantendo o que seria uma autonomia formal, ela demonstra estar submetida efetivamente ao lado do sujeito na relação cognitiva, uma vez que os valores servem a ele no processo de constituição do conhecimento dos fenômenos culturais orientando a formação de conceitos e definindo o objeto epistêmico, via sujeito, frente à incognoscibilidade da coisa-em-si. Não obstante, o problema inerente à submissão dos valores ao sujeito reside no subjetivismo que insere à abordagem da cultura e, com efeito, a um viés relativista, uma vez que a orientação valorativa tornar-se-ia ela mesma um processo de valoração, impregnando os conceitos com *juízos de valor* e perdendo de vista a diversidade de valores imanente aos fenômenos culturais.

Contra isso, Rickert procurou argumentar que a orientação valorativa não implicava qualquer ato de valoração, mas tão somente um processo formal e neutro de *relação a valor*, cujo ato de atribuição não implicaria qualquer atitude moral. A carga de valoração de uma asserção científica a respeito da cultura seria meramente a de um procedimento de direcionamento e seleção da realidade, que dispensaria o posicionamento moral daquele que apreende. Assim, sua ênfase na neutralidade valorativa da formação de conceitos retirou do âmbito do sujeito o peso da esfera do valor, tomando este como dado dos objetos nos fenômenos culturais. O problema originário, contudo, persiste, mesmo que doravante em outra base. A esfera do valor mantém-se submissa à relação cognitiva, conquanto posta sob o âmbito do objeto cognoscível. É por esse meio que Rickert acredita assegurar a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura, visto que o sujeito cognoscente apreende de acordo com uma articulação que se lhe apresenta dada entre a esfera sensorial da realidade e a esfera não-sensorial do valor.

Mas em que medida o cientista da cultura faz escapar a si mesmo da compreensão que pressupõe na apreensão daqueles valores que estão contidos nos fenômenos culturais é uma questão a que Rickert não consegue oferecer uma

resposta satisfatória. A separação entre nêmeno e fenômeno é consequência direta da ênfase sobre o sujeito cognoscente em sua relação com o objeto e fazer referência a valores parece ser sempre um atributo daquele em seu ato de concepção dos fenômenos, enquanto procedimento universal subjetivamente pautado de constituição de segmentos discretos no contínuo da realidade. Não é de surpreender que Rickert demonstre nítida dificuldade em lidar com a validade intersubjetiva do conhecimento objetivamente relacionado a valores, na medida em que, ao afastar do sujeito cognoscente a atribuição do valor a um objeto cognoscível, a relação valorativa adquire caráter meramente contingente, tal como apresentada pelo fenômeno empiricamente constituído. A esfera do valor perde transcendentalidade e, por carecer de um sintético *a priori* valorativo, Rickert faz restar um vazio à interação dos sujeitos empíricos, alheados que estariam de qualquer unidade transcendental à qual se reportar no processo de compreensão. O apelo a valores e o entendimento proporcionado por tal apelo ficam comprometidos, já que a relação a valores torna-se, na melhor das hipóteses, matéria de uma comunidade moral, na qual se encontra incluído o sujeito cognoscente; uma intersubjetividade relativa que garante o acesso epistêmico ao valor pela transcendência deste frente ao indivíduo concreto, mas que impossibilita a constituição de um conhecimento objetivo, baseado em uma intersubjetividade estrita. Em consequência, ainda que afastado o risco de solipsismo pela distinção tecida entre juízo de valor e relação a valor, o percalço relativista remanesce, solapando a estrita universalidade objetiva da compreensão.

A autonomia concedida à esfera do valor impede Rickert de articular de maneira satisfatória, de um ponto de vista transcendental, sua posição esperada entre o sujeito e o objeto do conhecimento e problemas na concatenação dessas esferas filosóficas compromete de maneira decisiva a passagem do plano transcendental para o imanente, ferindo, portanto, a releitura da relação entre o nêmeno e o fenômeno. Ao trabalhar a mediação dos valores na conceituação da realidade, conformando os fenômenos culturais, Rickert enfatiza os conceitos e os valores em uma acepção eminentemente empírica, nesse sentido, não estaríamos mais no nível da transcendentalidade das categorias kantianas, mas no da apreensão de um sujeito empírico. Essa relação se torna particularmente nítida

quando Rickert propõe que a orientação valorativa constitua relações a valor e não juízos de valor. Temendo que a relação entre o âmbito do sujeito e o âmbito do valor se pervertesse na de um vício moral sobre a cognição, Rickert fez por infiltrar preocupações empíricas em suas reflexões transcendentais e acabou por revelar a dificuldade em se estabelecer regras *a priori* dentro da esfera do valor. Titubeou ao lidar com a dualidade valorativa, deixando explícito que a opção pela neutralidade frente a juízos de valor erguia um obstáculo portentoso em sua fundamentação transcendental. Ao fugir do subjetivismo, demonstrou também acreditar que uma esfera *a priori* dos valores o encaminhava para uma determinação estrita da moral, do mesmo modo como aconteceria no plano empírico, mas, com isso, evidenciou a perda da formalidade kantiana do argumento transcendental em seu projeto, que não conseguiu solucionar senão que indevidamente se desencaminhando ao plano da imanência.

O recurso da relação a valores representou uma escolha decisiva para a transformação do que seria uma esfera autônoma dos valores em uma constelação de valores própria ao nível fenomênico, característica constitutiva do objeto empírico das ciências da cultura. Um objeto que é dado enquanto valorado e já distinguido da coisa-em-si. Não é de se admirar que o mesmo se dê na abordagem da formação de conceitos nessas ciências, pela qual, englobando os valores apreendidos nos fenômenos culturais, é invariavelmente a formação conceitual de um sujeito empírico e não mais daquele sujeito das categorias do entendimento, que não pode formar conceitos, mas que é composto por eles e meramente os aplica como regras *a priori*. A formação de conceitos nas ciências da cultura não pode ser o sustentáculo da distinção ontológica que separa o sujeito do objeto e que, pela limitação transcendental do primeiro, funda o domínio epistemológico pela via de uma metafísica da experiência e, logo, na preeminência do fenomenalismo, sendo a relação de conhecimento estabelecida por algo como o estranhamento e a assimetria entre o sujeito transcendental e o objeto transcendental.

Da forma assumida por Rickert, os valores não podem nem ser abrangidos pelo sujeito, como exigiria o caractere fenomenalista da herança kantiana, mas que tornaria, ironicamente, a compreensão inapta à apreensão dos valores na

imanência⁷, nem serem subsumidos ao objeto, como seria o requisito para uma abordagem objetivista, mas que distanciaria, paradoxalmente, a compreensão da fundamentação intersubjetiva. Isso porque os valores parecem estar envolvidos tanto em um quanto em outro polo do conhecimento e dar privilégio a qualquer um deles leva ao malogro científico da *Verstehen*, ao mesmo tempo em que posicionar esses valores em uma esfera própria frustra a possibilidade de envolver ambos os lados da relação cognitiva sem que tenhamos de cair no dilema de escolher entre viciar com os valores do investigador o nosso conhecimento ou fazê-lo pulverizar-se nas perspectivas de valores dos investigados. O empecilho de um âmbito ontológico autônomo para os valores é o de que ao delineá-lo negligenciamos a distinção entre forma e conteúdo⁸ de valor e, consequentemente, precisamos tornar a referência a um valor ou uma camisa-de-força metodológica e teórica sobre os fenômenos culturais, ou uma teorização neutra sobre esses mesmos fenômenos que ignora os próprios pressupostos metodológicos. Ou seja, ou tornamos a compreensão um método autoritário ou o delineamos maquiando o autoritarismo que o configura. Tanto em um como em outro dos casos olvidamos da objetividade penetrando nas consequências relativistas da pura imanência⁹.

Rickert, claramente, havia procurado manter a distinção kantiana entre a razão pura e a razão prática conferindo primazia à última na medida em que colocara os valores como condição transcendental do conhecimento. Todavia, ao pretender que o objeto das ciências da cultura fosse caracterizado pela referência a valores atrelou estes ao processo de formação de conceitos, tornando-os elementos da contingência e abrindo a possibilidade para que fossem empiricamente criados (EDGAR, 2006). Ao sustentar a neutralidade quis com isso defender a similaridade da síntese de experiência envolvida na apreensão dos

⁷ Seja por reduzir as manifestações empíricas à perspectiva valorativa do investigador, perdendo seu caráter cultural, seja por determinar aprioristicamente uma ordem intemporalmente válida aos valores.

⁸ A distinção então forma e conteúdo é também uma distinção cara à filosofia de Kant.

⁹ Os valores estão implicados na postura do sujeito cognoscente por serem pressuposto intersubjetivo da compreensão, compreender exige que compartilhemos características comuns, e estão implicados na constituição do objeto cognoscível por serem parte indispensável da natureza constitutiva dos fenômenos culturais, parte essa que permite-nos discerni-los dos fenômenos naturais. Assim, uma distinção entre forma e conteúdo de valor parece-nos fundamental para que a objetividade da compreensão seja possível. Porém, limitar-nos-emos neste momento apenas a mencionar tal condição, deixando em suspenso o modo pelo qual poderíamos arranjar os conceitos em uma fundamentação metodológica efetiva.

objetos culturais e dos objetos naturais e insistiu na superação do dualismo sujeito-objeto pela redução do sujeito ao objeto no lado do cognoscível, reduzindo concomitantemente problemas morais relacionados à *Verstehen* a problemas epistemológicos na busca por assegurar fatualidade estrita a significados e valores¹⁰ (APEL, 1984 [1979]). Não percebeu ele que, ao fazê-lo, não só não superou qualquer dualismo epistemológico como também, e sobretudo, desfundamentou a compreensão, assentando o relativismo. Rickert, portanto, faz com que a filosofia neokantiana desemboque no mesmo viés metafísico e ontológico que havia outrora inspirado suas críticas ao projeto de Dilthey, ainda que os meandros de cada uma das soluções demonstre que desdobraram aspectos diferentes da filosofia kantiana, em Rickert mantendo-se a mediação e fazendo-se encaixar os valores e significados na razão pura e em Dilthey focando-se na imediatidade nomênica do sujeito¹¹.

É afastando-se da hipertrofia ontológica dos neokantianos e, mais particularmente, da de Rickert, que Weber irá edificar sua sociologia compreensiva em parâmetros basicamente metodológicos. De fato, Weber dedicou-se a escrever sobre metodologia científica apenas e tão somente à medida que problemas de ordem metateórica cruzavam seu caminho de teorização social, nesse sentido, sua obra careceu de uma sistematização adequada a seus escritos metodológicos, assim como muitas de suas reflexões metateóricas permaneceram estritamente atreladas ao estágio de desenvolvimento de seu pensamento teórico, revelando-se bastante lacunosas. Por isso, quando afirmamos a preeminência metodológica da sociologia compreensiva de Weber, não queremos com isso dizer

¹⁰ Optou pela relação a valor frente ao juízo de valor, que fora uma importante distinção, diga-se, e alheou-se daquele aspecto ético que corresponde à capacidade da compreensão de servir como avaliação normativa da validade do interpretado, como diz Apel: “Este problema [o do status especial das ciências culturais ou humanas] diz respeito à questão de saber se a possibilidade da validade ou da verdade epistemológica da compreensão não está vinculada, finalmente, à condição sob a qual a compreensão, como um *interpretatio* válido, pode avaliar a validade normativa do *interpretandum*” (1984 [1979]: 14).

¹¹ Podemos dizer que Dilthey como que parte do dualismo mais radical para chegar a um “monismo” da experiência interna, enquanto Rickert assume a princípio um dualismo mais moderado e, à medida do desenvolvimento de sua filosofia, aprofunda ontologicamente o argumento e atinge um dualismo de feição mais radical. É por isso que ao começo da seção apontamos para o que seria uma característica mais pluralista dos neokantianos em relação a Dilthey, por tomarem por ponto de partida posições intelectuais mais conciliatórias em relação à metodologia das ciências naturais, ainda que ao fim e ao cabo não tenham obtido êxito e, em muitos sentidos, tenham feito movimentos reflexivos semelhantes aos de Dilthey.

que sua obra fora fartamente empenhada em discussões de fundamentos filosóficos da atividade científica, senão que fora encaminhada no sentido de prezar pela delimitação desses fundamentos, reconhecendo a dimensão ontológica dos pressupostos, mas concebendo-a sempre sob orientação estritamente epistemológica, evitando os impasses da especulação metafísica e da positivação dessa ontologia. Todavia, como veremos, a ausência de um trabalho metodológico sistemático impediu Weber de constituir uma noção mais ampla e precisa das problemáticas metateóricas implicadas em sua atividade de teorização da sociedade, fazendo que suas reflexões acerca da ciência se mantivessem nevrálgicamente abalizadas por pressuposições intuitivas nunca efetivamente explicitadas, não obstante o brilhantismo das suas intuições¹².

No afã por recusar os percalços ontologizantes da obra de Rickert, Weber efetuou uma apropriação crítica e seletiva de sua filosofia. Percebeu que a fundamentação das ciências da cultura não dependia de uma solução definitiva do problema da validade dos valores, dessa maneira, abandonou o apelo por uma esfera do valor que se pusesse para além do sujeito e do objeto, recusando qualquer possibilidade de definição racional do âmbito valorativo para aderir a uma proposta de politeísmo dos valores, que seriam tomados como dados de escolha pré-racional. Caberia à ciência tão somente aceitar a diversidade dos valores tal e qual apresentada empiricamente, revelando a conformação fenomênica do valor e a exigência de sua apreensão neutra por parte do investigador social. Weber, então, avaliza a distinção de Rickert entre juízo de valor e relação a valor como modo de garantir objetividade científica à apreensão da realidade social. A objetividade das ciências sociais repousaria não na objetividade dos valores, enquanto ordem transcendental, mas na capacidade de apreender os valores tal como eles se apresentam nos fenômenos. Somente essa apreensão pode ser racionalmente regulada sem que se comprometa aprioristicamente a diversidade empírica do objeto social.

A premissa transcendental de qualquer *ciência da cultura* reside não no fato de considerarmos *valiosa* uma “*cultura*” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos *homens* de cultura,

¹² Brilhantismo este que serviu para antecipar muitos problemas sociológicos centrais e que lhe garantiu lugar entre os clássicos da Sociologia.

dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma *posição* consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um *sentido*. Qualquer que seja este sentido, influirá para que, no decurso da nossa vida, extraíamos dele nossas *avaliações* de determinados fenômenos da convivência humana e assumamos perante eles, considerados *significativos*, uma *posição* (positiva ou negativa). Qualquer que seja o conteúdo dessa tomada de posição, estes fenômenos possuem para nós uma *significação* cultural, que constitui a base única do seu interesse científico (WEBER, 1991 [1904]: 97; grifos do original).

Contudo, a renúncia a uma esfera ontologicamente autônoma para os valores ao mesmo tempo em que confere maior força à distinção entre juízo de valor e relação a valor, legitimando a irreducibilidade de um polo a outro, torna-a carente de fundamentação, uma vez que não resolve o problema da legitimidade da apreensão neutra. A saída weberiana para esse vazio consiste na defesa de um dualismo que separaria antinomicamente o plano ético do plano epistemológico. Por ele, o projeto neokantiano de um conhecimento científico da cultura é mantido sem comprometimento à objetividade, tendo-se reservado aos valores o âmbito empírico e subjetivo da decisão existencial, à qual não compete qualquer avaliação científica. À ciência compete os valores apenas no tocante à configuração dos fenômenos históricos, sociais e culturais, no modo próprio pelo qual os indivíduos os aceitam e guiam suas ações por seu intermédio. O juízo de valor é uma característica necessária à ação humana e um conhecimento científico da sociedade não pode passar despercebido do modo pelo qual os indivíduos agem e estabelecem relações, portanto, toda ciência social precisa relacionar-se a valores, ajustando-se metodologicamente à natureza peculiar dos problemas e dos objetos sociais. A premissa que se põe é a de que as ciências sociais não definem os valores, senão que os utilizam para compreender as ações e as relações que estabelecem os mais diversos tipos de organizações sociais, ou seja, os valores apresentam-se ao cientista como dados, fatualidades consumadas sobre as quais se erige seu trabalho de investigação.

Mesmo assim, o objeto social só se constitui para Weber enquanto objeto científico sob figura fenomênica. Isso indica um caractere racionalista ao pensamento weberiano, que atua formatando a realidade para a composição daquilo que é experienciável, de maneira que todo objeto o é em função de um problema de investigação. “O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’ mas as conexões conceituais entre os

problemas” (WEBER, 1991 [1904]: 83). Essa é outra herança forte que Weber traz do neokantismo. A idealidade de uma realidade-em-si é o pressuposto ontológico que suporta o fenomenalismo e transporta a pretensão de objetividade do conhecimento do polo do objeto para o polo do sujeito, identificando a objetividade com a intersubjetividade estrita. Somente assim os diversos segmentos do conhecimento podem ser concebidos empiricamente, destacando-se como recortes de apreensão de uma realidade sempre mais ampla, e as disciplinas sociais, por sua vez, podem ser situadas dentro de um estatuto metodológico próprio que não viola a pertinência de uma metodologia geral¹³. No entanto, se em Rickert a transcendentalidade da esfera do valor, ontologicamente distinta da esfera da realidade, afetava o conhecimento empírico das ciências da cultura, instaurando um dualismo ontológico impeditivo da cientificidade das disciplinas sociais, em Weber a imanência dos valores os funde à realidade – sem que a própria realidade seja atrelada a um valor ou a um sentido último – e elimina os impasses postos daquela maneira na conciliação das relações sujeito-objeto, nômemo-fenômeno e forma-conteúdo com respeito à filosofia de Kant. Em Weber, a realidade-em-si congloba a apreensão por relação a valores e permite que um critério de demarcação entre as ciências naturais e as ciências sociais seja estabelecido sem a necessidade de uma distinção ontológica forte, pela qual os requisitos de cientificidade ou se esvaziariam ou tornar-se-iam como que impreenchíveis pelas disciplinas sociais.

O pensamento weberiano denega o recuo neokantiano rumo à metafísica e à dependência de um sistema de mundo para a fundamentação das ciências, salienta, em vez disso, um olhar eminentemente metodológico à filosofia, que passa a ser articulada conforme intuítos epistemológicos de apreensão da realidade. Assim, se a realidade contém os valores, passa a ser uma diferença meramente metodológica aquela que separa a apreensão da natureza da apreensão

¹³ Na medida em que as disciplinas sociais não se referem senão a uma mesma realidade que as disciplinas naturais e, logo, que a cientificidade destas enquanto análise rigorosa da parcela fenomênica da realidade é possível também àquelas, adequando-se a um modelo comum de apreensibilidade do real. A parcialidade das disciplinas sociais seria precisamente a mesma a que recorrem as disciplinas naturais e, em consequência, haveríamos de tornar legítima a pretensão de objetividade para uma aptidão científica dos estudos da sociedade. Isso faz surgir algo como uma parcialidade legítima ao conhecimento, na medida em que atrelada aos limites epistêmicos do sujeito cognoscente, e o que seria uma parcialidade ilegítima, relacionada à contaminação da análise científica por juízos de valor.

da sociedade ou da cultura¹⁴. Deve-se unicamente ao modo de colocação dos problemas a constituição do objeto de investigação em termos naturais ou socioculturais. Como a distinção metodológica não passa por um dualismo ontológico estrito – senão que apenas por uma nuance ontológica epistemologicamente realçada –, as ciências naturais e as ciências sociais para Weber compartilham métodos comuns. Todavia, a relação a valores, que é fator constitutivo do objeto social, requer que os métodos gerais da ciência adquiram formatação própria no universo das disciplinas sociais, conferindo limitação a esses métodos.

Weber evita, dessa forma, que suas reflexões metodológicas avancem no sentido de um questionamento profundo dos atributos de cientificidade tal como se seguem classicamente do modelo das ciências naturais. O caráter consequente da explicação causal e as pretensões de desvelamento racional e de objetividade dos fenômenos são identificados por ele como características também das disciplinas sociais, assegurando-lhes estatuto científico. Weber rejeita que essas disciplinas possa se tornar efetivamente científicas apenas por alusão à introspecção e à compreensão e nisso aderiu à crítica neokantiana a Dilthey, contrapondo-se ao psicologismo e ao vitalismo deste e assumindo a tarefa de afirmação de uma concepção dicotômica entre fatos e valores para embasar a validade objetiva do conhecimento pela autonomia da dimensão epistemológica frente à dimensão ética. Não obstante, considerou a *Verstehen* procedimento metodológico indispensável ao conhecimento dos fenômenos socioculturais e procurou seguir a intuição de Dilthey acerca do incremento de um instrumental hermenêutico para endossar a objetividade da compreensão.

A compreensão seria a forma elementar pela qual obtemos um conhecimento do outro e se estabeleceria como fundamento do conhecimento que serve às interações cotidianas dos indivíduos. Por isso, o ato de compreender é uma operação epistêmica que está envolvida na pragmática da vida social, inerente a toda e qualquer forma de recepção de uma ação humana. A compreensão científica, dentro desse esquema, deveria lidar com o aperfeiçoamento da compreensão de senso comum, desvelando os motivos

¹⁴ Metodológica em seu aspecto mais pragmático, reforçando a diferença de interesses e objetivos de investigação.

envolvidos nos fenômenos da sociedade. Para tanto, a compreensão científica é uma compreensão interpretativa, que se propõe objetivos de conhecimento além do das intenções voluntárias diretamente reconhecidas pelos atores sociais, visando a constituir um conhecimento que possibilite apontar para causas das ocorrências sociais sob compreensão. Para o pensamento weberiano, nas ciências sociais, compreensibilidade (interpretativa) e causalidade caminham juntas, mas a causalidade aqui invocada é uma relação que não se refere tanto a regularidade, senão que mais enfaticamente a sucessão.

O interesse peculiar do conhecimento social repousa na capacidade de se voltar ao deslindamento das especificidades concretas dos fenômenos em seu desdobramento histórico; à vista disso, poderíamos prescindir do formato nomológico exatamente por lidar com os fenômenos no nível da contingência. Todo fenômeno social é historicamente situado e valorativamente relacionado. Portanto, seu conhecimento não pode ser simplesmente deduzido de uma lei que veicule conteúdo estritamente universal ou de um conjunto delas, ele precisa considerar as circunstâncias históricas que conformam o fenômeno sob investigação. O que está implícito nessa reflexão é o reconhecimento de que, muito embora o problema da causalidade pressuponha a dependência de regularidades de sucessão, o conhecimento nomológico nas ciências sociais revela-se diferente do das ciências naturais, isto é, as ciências da sociedade e da natureza envolveriam modalidades de regularidade distintas. É essa percepção que faz com que se afirme em Weber que

para as ciências exatas da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais geral* é a sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos as leis *mais gerais* são frequentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua *extensão* –, tanto mais nos *afasta* da riqueza da realidade, visto que, *para* poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e *pobre* de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento geral nunca tem valor por si próprio (WEBER, 1991 [1904]: 96; grifos do original).

Asseverar que nas ciências da cultura o conhecimento geral não tem valor por si próprio é subentender que os fenômenos culturais estão envolvidos em uma condição de determinação consideravelmente menos robusta do que aquela

exibida pelos fenômenos naturais. A frequente vacuidade de conteúdo das leis mais gerais acerca da sociedade e da cultura depende de um pressuposto ontológico que não diz simplesmente do objetivo epistêmico do investigador, senão que da conformação desse objetivo à validade objetiva do conhecimento nas ciências culturais¹⁵. Contudo, esse pressuposto ontológico é metodologicamente justificado por ajustar-se a um intuito de conhecimento pragmaticamente útil, que não reduza aprioristicamente a complexidade dos fenômenos sociais, e a uma postura de conhecimento pragmaticamente responsável, que seja aprioristicamente prudente. Esse pressuposto não inviabiliza a busca de regularidades gerais, porém a torna mais centrada nos caracteres de validação desse conhecimento nomológico, ratificando o que seria um desenvolvimento indutivo prolongado rumo a generalizações seguras¹⁶.

O objetivo do cientista social, então, é utilizar leis causais para identificar *causas adequadas* aos fenômenos, que seriam imputações de antecedentes a consequentes com base em um conhecimento probabilista aplicado sobre *possibilidades objetivas*. O uso para elucidação particularizante concedido aos juízos de causalidade é o que tornaria as ciências sociais metodologicamente distintas das ciências naturais, de maneira que se trataria de uma diferença de ênfase respectivamente ao peso das circunstâncias sobre os fenômenos¹⁷. Ainda

¹⁵ E que diz, pois, da capacidade de se adequar ao seu objeto de acordo com sua natureza.

¹⁶ É isto que permite a Weber afirmar que “a *significação* da configuração de um fenômeno cultural e a causa dessa significação não podem contudo deduzir-se de qualquer sistema de conceitos de leis, por muito perfeito que seja, como também não podem ser justificados nem explicados por ele, dado que pressupõem a relação dos fenômenos culturais com *ideias de valor*” (1991 [1904]: 92; grifos do original) e logo em seguida, no mesmo artigo, defender que “o conhecimento causal do historiador consiste numa *imputação* de certos resultados concretos a determinadas causas concretas, então é *impossível* uma imputação *válida* de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento ‘nomológico’ – isto é, do conhecimento das regularidades das conexões causais” (1991 [1904]: 95; grifos do original).

¹⁷ “Ênfase” e “peso” são utilizados aqui como termos ligados respectivamente às dimensões epistemológica e ontológica dos fenômenos sociais. Somente fazendo alusão a características ontológicas distintivas situadas podem as ciências sociais ter uma metodologia que não é compartilhada com as ciências da natureza sem negar uma metodologia compartilhada. Ainda que os elementos constituintes dos fenômenos sociais sejam ontologicamente os mesmos dos constituintes dos fenômenos naturais, o peso relativo de sua influência sobre o resultado fenomênico continua a ser ontologicamente relevante para a composição de nuances metodológicas e, assim, podemos afirmar que explicações abstratas (ou nomotéticas) e explicações concretas (ou idiográficas) são possíveis seja nas ciências naturais como nas ciências sociais, mas não perdemos de vista com isso que cada um dos tipos de explicação tem maior relevância em cada um dos tipos de ciência. Não é possível que se defenda a maior ou menor pertinência dos tipos de explicação para cada um dos tipos de ciência empírica sem que se pressuponha alguma distinção ontológica de fundo, essa ligação não pode ser posta simplesmente em termos

que os fenômenos naturais possam ser explicados por dedução a leis, a dedução não pode ser realizada sem o recurso a condições iniciais, que nada mais são do que as circunstâncias relevantes analiticamente discernidas. A diferença das ciências sociais reside na importância particular revelada por essas circunstâncias na consecução de cada fenômeno, de maneira que seu peso relativo nas explicações sociais se demonstra claramente maior do que nas explicações naturais, a ponto de o fenômeno social explicado depender em um grau muito mais vigoroso da aplicação particular do conhecimento generalizante. As leis científicas dizem menos dentro das ciências sociais, pois não conseguem oferecer uma delimitação precisa dos antecedentes, aquém da sistematização de todas as condições relevantes e suas proporções que conformam o fenômeno em caráter de tipicidade, ao mesmo tempo em que se sujeitam a um probabilismo, envolvendo antecedentes diversos para um mesmo consequente. Essa dupla subordinação torna o conhecimento geral nas ciências da sociedade bastante indeterminado e, por isso, fortemente dependente da contingência: um meio e não um fim para o conhecimento social.

A dupla subordinação a que temos aludido invoca diretamente a dificuldade enfrentada por Stuart Mill para a validação dos métodos experimentais na investigação de fenômenos sociais, dado que põe em xeque a capacidade de isolamento e determinação das causas¹⁸. Por um lado, os fenômenos sociais são constituídos por uma combinação de antecedentes que se demonstra mais ampla do que nos fenômenos naturais, por outro, são sucessões de uma pluralidade de antecedentes independentes, que podem alternar na consecução de um mesmo consequente. Esse cruzamento entre a concorrência e a pluralidade de causas, como temos observado, introduz uma incoerência na metodologia de Mill, rompendo a invariabilidade e a incondicionalidade da causa em seu conceito de relação causal. Como resultado, sob essas condições, estaríamos impossibilitados

pragmáticos de “objetivos” distintos se se planeja encampar com isso a ideia de que as ciências sociais não podem prescindir da abordagem particularizante, como era o intuito de Weber, pois dizer em termos pragmáticos simples equivaleria a permitir a mudança dos objetivos, acreditando com isso contemplar-se igualmente bem o conhecimento da sociedade.

¹⁸ A importância da entonação de Mill para o problema da causalidade é apontada por Heidelberg (2010) que, citando Hart e Honoré, menciona a abertura concedida para a consideração de eventos como estados persistentes e não apenas como pontos no tempo, sublinhando condições estruturais na causação, assim como a brecha para condições negativas constituírem causas e, logo, obtermos a possibilidade de uma causação por prevenção ou omissão.

de realizar o apontamento objetivo de uma causa, em razão de que a sua eleição pareceria matéria de preferência subjetiva, guiada pelos propósitos imediatos daquele que procura explicar o fenômeno. A pluralidade de causas serve introduzindo um elemento de indeterminação à causalidade social, retirando a incondicionalidade da causa em relação ao efeito e tornando-a epistemologicamente não-necessária, enquanto a sempre mais intrincada concorrência de causas na consecução dos fenômenos sociais apresenta ao investigador parâmetros sempre variáveis aos complexos de causação, fazendo com que a presença dos mesmos fatores causais não seja epistemologicamente suficiente para a ocorrência do efeito.

Weber está cômico desse impasse, assim como do problema envolvendo a aceitação de um conceito de *consensus*, que fora o desdobramento das considerações de Mill no cruzamento da conjunção e do probabilismo causais. Weber sabe que por trás da ideia de *consensus* há um apelo holista que forceja para uma teleologia estritamente metafísica, na forma de uma filosofia da história, cujas implicações sugerem a elaboração de um sistema de mundo e a negação de seu pluralismo de valores. Sabe também que o espectro do indeterminismo assombra a objetividade das disciplinas sociais e que, sobretudo na jurisprudência, tem sido motivador do desenvolvimento de teorias para a imputação causal com vistas ao apontamento de responsabilidades e ao indiciamento criminal dos responsáveis. Se a causa de um evento é um conjunto de condições (humanas e não-humanas) e se o evento pode ser causado por vários conjuntos de condições diferentes, o que nos autoriza a declarar a responsabilidade desse evento por alguém? Qual o procedimento metodológico que nos faculta o isolamento causal de um fator perante os demais e a sua “determinação” enquanto imputação causal relevante mesmo quando o complexo de causalidade de que participa não é determinado? Qual o modo pelo qual preservamos a objetividade da imputação causal a ponto de não comprometermos a imputação normativa ou legal de uma ocorrência criminal?¹⁹

¹⁹ Devemos ter em mente que Stuart Mill não abre mão da analiticidade em seu esquema metodológico e que, logo, acreditava que os elementos antecedentes a um consequente não eram todos eles fatores causais deste. Sustentou Mill que os fatores causais seriam aqueles condicionantes invariáveis e por si mesmos incondicionados e, com isso, alertava para a necessidade de apontar as condições causalmente relevantes, daí ter nomeado seus métodos

Como assinala Heidelberger, o grande problema de uma relação causal estabelecida sem o isolamento e imputação de fatores relevantes²⁰

não é tanto o fato de que ela carrega consigo muitas condições necessárias “sincrônicas” e, portanto, causas de um feito, como se poderia dizer, mas o de que ela carrega consigo muitas condições diacrônicas. Isso porque “ser uma condição necessária de” é uma relação transitiva: Se o feito de um agente A é uma condição necessária para um efeito E, e se a geração de A pelo pai de A é uma condição necessária para a existência de A, então a geração de A é uma condição necessária de E e o pai de A é responsável por E! (2010: 248).

E poderíamos pensá-lo *ad infinitum*, caindo em uma regressão epistemologicamente insuperável. A saída de Weber para tal espiral descendente fora assimilar em suas reflexões metodológicas o conceito de *causação adequada*, desenvolvido pelo fisiologista, filósofo e teórico da probabilidade Johannes von Kries para a aplicação de sua teoria da probabilidade por abrangência ao campo da jurisprudência.^{21, 22} Sugeriu von Kries que o destacamento de um fator dentro de um conjunto amplo de condições antecedentes seria exequível com auxílio de um cálculo de probabilidades, indicando uma *causa adequada* segundo *possibilidades objetivas* finitas de conjuntos de antecedentes para a consecução de um fenômeno. Quis von Kries com isso defender que, no geral, só há um fator ao qual podemos apelar como sendo ampliador *da* possibilidade objetiva de um fenômeno vir a ocorrer, visto participar em geral dos vários conjuntos de possibilidades objetivas que constituem a pluralidade de “causas” daquele

experimentais de métodos de indução *por eliminação*. Nesse sentido, a pergunta por um procedimento de isolamento dos fatores causais dos demais elementos antecedentes tem estrita continuidade com o que temos entendido como um “princípio de analiticidade” na metodologia de Mill, não obstante os impasses para tal parcelamento analítico possam conduzir à negação da analiticidade pela aceitação da intransponibilidade objetiva do cruzamento entre concorrência e pluralidade de causas.

²⁰ Que é resultado, em meios jurídicos, da Teoria da Equivalência, propugnada originalmente pelo jurista Maximilian Von Buri, Cf. Heidelberger (2010).

²¹ Escreve Heidelberger: “Embora Mill seja escassamente mencionado por nome, não há dúvida de que a discussão de von Kries está centrada no problema de Mill da condição relevante, isto é, no problema de escolher racionalmente uma das condições antecedentes como crucial para a situação em questão” (2010: 249). E menciona ele na nota sexta da mesma página a seguinte citação de Weber, retirada de seu artigo de 1906, “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura”: “Von Kries tem mostrado o contraste entre a sua teoria e a de John Stuart Mill [...] de um modo que é completamente convincente para mim”.

²² Como indica Heidelberger, o conceito de causação adequada fora herdado por von Kries da leitura da *Ethica* [Ética] de Spinoza, quando este discernia entre uma causa adequada e uma causa inadequada (no sentido de parcial) como forma de atrelar a causalidade a necessidade lógica e tendo por intuito sanar o problema ontológico entre necessidade e contingência.

fenômeno²³. A imputação de adequação causal, destarte, justifica-se por favorecer o efeito pelo aumento das chances de seu resultado quando comparado às demais condições coexistentes e copossíveis que o antecedem, de maneira que a única causalidade possível para os fenômenos sociais é a de uma causação adequada, isto é, somente a causação adequada pode proporcionar um critério de seleção – por abrangência probabilista – das condições antecedentes em termos de sua relevância.²⁴

A aplicação realizada por von Kries de sua teoria de probabilidade à jurisprudência evitou recorrer a elementos técnicos alheios aos de uma compreensão cotidiana (HEIDELBERGER, 2010) e, nesse sentido, a abrangência probabilista de que trata para a configuração da causação adequada repousa sobre uma base intuitiva, pela qual nos daríamos conta espontaneamente, na convivência habitual, dos fatores responsáveis por aumentar a possibilidade objetiva de um fenômeno. Assim, o tratamento de von Kries da jurisprudência não envolve uma estrita formalização da abrangência probabilista pressuposta à causação adequada. Todavia, a fim de tornar mais clara a exposição, transporemos o exemplo formalizado de Heidelberg (2010) para a elucidação do pensamento de von Kries.

Supondo um conjunto de condições $c_1, \dots, c_n$ a ser considerado como totalidade de condições possíveis de um mundo, podemos admitir que as condições desse conjunto conforme estejam presentes (c_n) ou ausentes ($\neg c_n$) podem combinar-se de modo a formarem diferentes configurações de condições antecedentes. Assim, simplificando o número de condições a quatro, poderíamos imaginar a possibilidade total de dezesseis configurações possíveis de condições.

²³ O termo “causa” aqui é utilizado com fins heurísticos para a comparação da inflexão proposta por von Kries com a metodologia de Stuart Mill, pois a reflexão de von Kries insere-se mesmo dentro do problema da capacidade de aferição das próprias causas, na medida em que a causa adequada torna-se a única indicação causal possível dentro dos diversos complexos de antecedentes coexistentes. Lembremos que o cruzamento das condições de concorrência e de pluralidade das causas, em Mill, inviabiliza toda e qualquer analiticidade causal em relação aos efeitos, dissolvendo a causalidade no emaranhado de fatores coexistentes e copossíveis.

²⁴ Uma saída alternativa à de Weber seria a de considerar a proximidade de um ato para um efeito uma condição suficiente para a imputação causal, e isso exigiria a admissão de um critério pragmático de imputação, mas isso ainda não resolveria a dificuldade da seleção do ato frente ao complexo maior de condições que antecedem a percepção do efeito, levando à necessidade de ampliação daquele critério pragmático e a uma discussão acerca da procedência não apenas subjetiva de tal critério ampliado.

Continuando nosso raciocínio, consideremos que desse conjunto de dezesseis configurações, as seguintes quatro configurações apresentam-se como complexos de antecedentes a um dado efeito E em questão, formando o subconjunto de possibilidades objetivas desse fenômeno:

$$\begin{aligned} &c_1, c_2, c_3, c_4 \\ &c_1, \neg c_2, \neg c_3, c_4 \\ &c_1, \neg c_2, \neg c_3, \neg c_4 \\ &\neg c_1, \neg c_2, c_3, \neg c_4 \end{aligned}$$

Percebemos que, dentro das quatro configurações, c_1 está presente três vezes, c_3 e c_4 duas, e c_2 apenas uma vez. Essa disposição das condições nos permite asseverar que no total de circunstâncias em que E ocorre, c_1 tem uma probabilidade de participação de 0,75, c_3 e c_4 de 0,5 e c_2 de 0,25. Como c_1 , e somente ela, tem uma probabilidade de participação (0,75) maior que a de não-participação (0,25) na consecução de E , c_1 pode ser imputada como a causa adequada de E . Note-se que não poderíamos imputar a c_1 a adequação causal se a probabilidade de c_1 participar das configurações antecedentes a E fosse igual ou menor que a probabilidade de não-participar dessas mesmas configurações. Dessa maneira, a causa adequada está diretamente vinculada à capacidade de aumentar a possibilidade objetiva do efeito, permitindo que seja probabilisticamente imputada a ele, muito embora, ressaltamos, nas considerações de von Kries ela não receba tratamento formalizado. A probabilidade envolvida é a de um tipo difuso e intuitivo que permite pela prática separar o que é causalmente relevante (e adequado) do que é meramente accidental. Sendo assim, a causa adequada não é uma causa estrita, no sentido de condição necessária e suficiente, nem uma causa ajustada ao efeito, no sentido de suficiente para concebê-lo, mas somente o destacamento de uma condição que “engatilha” o movimento de “disparo” (origem) do efeito a ser explicado.

No entanto, conhecer as possibilidades objetivas de ocorrência de um fenômeno a fim de destacar um fator que amplie em geral a possibilidade objetiva desse fenômeno vir a ocorrer requer que tenhamos um conhecimento ontológico das propriedades do mundo em relação ao fenômeno investigado. Precisamos conhecer previamente dentre todas as possibilidades de concorrência de condições antecedentes do mundo aquelas configurações que se dão para a consecução

daquele fenômeno específico, ao menos dentro de um conhecimento intuitivo (e não-sistematizado) que seja razoavelmente aplicável caso a caso e avalizável intersubjetivamente. E dado esse conhecimento ontológico, elegemos a causa adequada de um efeito por aferição de um fator probabilisticamente relevante dentro da ontologia do mundo em que se insere.

O que está implícito em von Kries é que, dentro das possibilidades totais de concorrência e pluralidade de antecedentes, percebemos que certas configurações ocasionam um dado efeito e não outros, e, destarte, com cada um dos efeitos que nos interessa investigar. Entretanto, nos fenômenos sociais percebemos que, geralmente, os fenômenos são ocasionados por mais do que uma configuração de antecedentes e, mais do que isso, percebemos que as configurações congregam muito mais condições a serem elencadas do que as configurações de antecedentes nos fenômenos naturais. Por isso, as ciências da sociedade têm dificuldade para circunscrever e explicitar todos os antecedentes que participam, em conjunto, da consecução de um dado efeito social. Demandam elas que sua causação seja tão somente uma causação adequada, destacando o fator que probabilisticamente influencia as possibilidades objetivas ontologicamente conhecidas para que o fenômeno ocorra, de modo que a presença desse fator *favorece* o desdobramento do efeito. Mas o conhecimento ontológico que von Kries nos exige, ao contrário do que se poderia imaginar, não nos força ao conhecimento prévio de todos os antecedentes configurados em cada uma das possibilidades objetivas, senão que tão somente daqueles antecedentes que estão sob avaliação para a imputação de uma causação adequada.

Assim, para que possamos conhecer ontologicamente as possibilidades objetivas, em suas configurações de antecedentes, e o peso relativo dos antecedentes em relação à ampliação da possibilidade objetiva em geral da ocorrência de um fenômeno, é preciso que primeiramente confrontemos as situações históricas efetivas – que envolvem as condições investigadas –, com aquilo que seria uma situação ideal de puro acaso, na qual todas as condições tivessem o mesmo peso relativo e não fosse possível imputar a nenhuma delas o favorecimento do fenômeno considerado. Cabe-nos sempre a ponderação, face a uma indução histórica, que concerne em compararmos dois subconjuntos de

configurações no tocante a cada antecedente que queremos avaliar como fator causalmente adequado, isto é, o subconjunto das possibilidades objetivas em que a condição especificada ocorre com aquele em que ela não ocorre, a fim de apreender os desvios com relação a uma situação de indeterminação plena que nos proporcione o acesso ontológico à probabilidade intuitiva de favorecimento do fenômeno pelo antecedente. E seguindo tal raciocínio, podemos realizar nova comparação com a probabilidade intuitiva de outra condição, a fim de que avaliemos se os demais antecedentes são ou não imputáveis causalmente²⁵.

O percalço de um conhecimento probabilista ontologicamente fundado, contudo, repousa nos perigos de desenvolvimento de uma epistemologia fundacionista. O mundo é transformado em um sistema fechado, pelo qual deveríamos conhecer intuitivamente todas as possibilidades objetivas que concernem a cada fenômeno que nos interessa ponderar. E cada possibilidade objetiva deve ter, enquanto configuração de antecedentes, a mesma probabilidade na consecução do conseqüente, ou seja, são possibilidades objetivamente simétricas – formam configurações probabilisticamente equivalentes entre si. Somente dessa maneira nos capacitamos a imputar causas adequadas e responsabilidades destacando do conjunto de configurações admissíveis a um efeito o fator que proporciona favorecimento em geral *da* possibilidade objetiva desse efeito, pois, embora não precisemos conhecer todos os fatores que estão envolvidos em cada uma das possibilidades objetivas, não podemos nos esgueirar do conhecimento do conjunto de possibilidades objetivas.

²⁵ Poderíamos estender o exemplo que trasladamos de Heidelberger para admitir que cada uma das possibilidades objetivas não se reduz a quatro condições antecedentes, mas mais, em uma quantidade que não temos capacidade de mensurar, conquanto saibamos que tão somente as quatro configurações de condições são objetivamente possíveis para a ocorrência de *E*. Dessa forma, as quatro condições que temos exposto seriam condições pragmaticamente selecionadas, segundo os interesses de investigação a que nos dispomos (poderíamos bem imaginar um julgamento em que as quatro condições fossem levantadas como possivelmente relevantes para explicar uma dada morte ocorrida). Nesse caso, quando pensamos em c_1 , c_2 , c_3 e c_4 , pensamos em termos de uma probabilidade intuitiva compatível com nosso conhecimento ontológico do mundo e percebemos então que c_1 tem maior probabilidade de participação do que de não-participação nas possibilidades objetivas de *E* do que c_2 , c_3 e c_4 . Logo, dentro de nossos interesses pragmáticos de investigação, c_1 poderia continuar sendo legitimamente imputada como a causa adequada de *E* (em nossa ilustração de um julgamento poderíamos imaginar que c_1 e c_3 são condições antrópicas, enquanto c_2 e c_4 seriam condições naturais, todas elas envolvidas na cena da morte. Como c_1 fora indicada como aumentando a possibilidade objetiva de *E*, e mais nenhuma das condições foi assim estabelecida, temos razões suficientes para responsabilizar a pessoa envolvida em c_1 da morte que está sendo julgada, isentando a pessoa envolvida em c_3).

A objetividade da imputação causal, à vista disso, deve passar por circunstâncias objetivas de uma realidade exterior independente, que se nos apresenta intuitivamente completa em suas configurações possíveis quando nos dispomos caso a caso a selecionar uma condição para a investigação de sua adequação causal (HEIDELBERGER, 2010)²⁶. Uma condição só o é causalmente adequada quando se apresenta *transversalmente* à maior parte das configurações objetivamente possíveis, demonstrando que sua presença dentro do conjunto maior de *todas* as configurações é mais importante – sob uma estimativa qualitativa – do que sua ausência, nunca igualmente ou menos importante²⁷. A imputação causal acha-se justificada, de modo último, na crença em um potencial indutivista de desvelamento dos parâmetros ontológicos do mundo.

Portanto, a dependência de uma condição de completude ontológica das possibilidades objetivas desconsidera a falibilidade e o desenvolvimento descontínuo (não-cumulativo) de nosso conhecimento do mundo, negligenciando o “sujeitamento” do critério de objetividade. Desde o fenomenalismo kantiano temos que nosso conhecimento é uma relação cognitiva referendada no sujeito cognoscente, nenhuma referência nomênica pode ser tecida sem que lidemos primeiro com sua manifestação fenomênica, o que torna toda indicação de ordem ontológica uma função da investigação empírica e remete, por conseguinte, todo conhecimento ontológico ao estado atual de nossa *base epistêmica*^{28, 29}.

Isso posto, somos obrigados a reconhecer que não temos condições suficientes para afirmar que as possibilidades objetivas por nós conhecidas serão as únicas que sempre haveremos de conhecer. Ser-nos-á perfeitamente admissível,

²⁶ Queremos dizer com isso que, na consideração caso a caso das condições, dentro do processo de investigação, a probabilidade do favorecimento do efeito *E* pela condição considerada *c* apresenta-se imediatamente ao investigador, revelando-se como algo difusamente intuído por este e pressupondo nessa revelação a “contabilização” de todas as possibilidades objetivas de ocorrência de *E* e o peso relativo da participação de *c* nessas possibilidades.

²⁷ Podemos introduzir uma referência pictórica ao que tem sido discutido afirmando, grosso modo, que, se fosse possível realizar uma secção transversal de um fenômeno, o fator causalmente adequado seria aquele que mais profundamente seccionasse a “peça” fenomênica, produzindo um sulco de maior incisividade e, logo, deixando mais exposto o conteúdo intrínseco que liga a causa ao efeito.

²⁸ Não queremos dizer com isso que a posição kantiana é epistemologicamente falibilista, mas tão somente que Kant, ao focar-se sobre o sujeito cognoscente, permitiu-nos aproximarmo-nos do plano empírico, concedendo abertura para o tratamento, posterior, da falibilidade do conhecimento teórico.

²⁹ Caso contrário estaríamos apenas especulando ontologicamente ou pressupondo características *a priori*.

na mesma medida em que efetivo, que a imputação de adequação causal seja tanto melhor quanto mais informações dispusermos dos conjuntos de condições que são passíveis de promover o fenômeno sob investigação³⁰. Mas, além disso, e de modo semelhante, teremos de admitir também que a imputação de responsabilidade a um agente será tanto melhor quanto mais informações possuímos do conhecimento disponível a esse agente no decorrer da situação, enquanto dados de que nos servimos em nosso alvitre acerca do que esperar legitimamente de seu comportamento. Sem contar, é claro, que tanto a imputação de causalidade como a imputação de responsabilidade dependerá decisivamente da descrição que fizermos da ocorrência e do que tivermos, então, enfatizado pela menção e pela adjetivação das circunstâncias³¹.

Estamos diante de problemas relativos não apenas a um, senão que a três tipos de base epistêmica, que podemos nomear respectivamente de (i) base epistêmica acerca das possibilidades objetivas, (ii) base epistêmica acerca dos agentes envolvidos, e (iii) base epistêmica acerca da ocorrência. Em nenhuma delas estaríamos autorizados à completude de conhecimento que outrora fora parâmetro da objetividade de uma causação adequada e teríamos, seguindo escrupulosamente o raciocínio de von Kries, um retorno à indeterminação acarretada por uma metodologia inadequada de atribuição causal dentro de um

³⁰ Suponhamos, retomando o exemplo formalizado de Heidelberger, que àquelas possibilidades objetivas venhamos a somar outras duas, conhecidas apenas posteriormente:

$$\neg c_1, c_2, c_3, c_4$$

$$\neg c_1, \neg c_2, c_3, c_4$$

Pelo novo estado atual do conhecimento, c_1 deixa de ser causalmente adequada para E , na medida em que não o favorece (probabilidade de 0,5), enquanto c_3 e c_4 passam a ser probabilisticamente relevantes (probabilidade de 0,75), alçadas agora a causas adequadas de E . Dessa maneira, nas configurações em que c_3 e c_4 estiverem simultaneamente presentes, a causalidade será dividida.

Se lembrarmos da ilustração que demos acerca de um julgamento na nota 22 deste capítulo, veremos que a ampliação de nossa base epistêmica acerca de possibilidades objetivas modifica substancialmente os resultados de nossas imputações, uma vez que não teríamos mais razão em imputar causalmente a morte ocorrida em E ao sujeito envolvido em c_1 . Por conseguinte, só caberia a decorrência de responsabilização nos casos em que c_3 estivesse presente – dado ser a única das causas adequadas devida a elemento antrópico – e ainda assim sopesando-se uma importante atenuante da responsabilidade de c_3 quando c_4 fosse concomitantemente antecedente de E .

³¹ Diz Heidelberger (2010) que von Kries estaria cômico dessa objeção à sua teoria, mas que encarou-a de modo bastante superficial ao equivaler a instabilidade introduzida pela variação da base empírica à própria vaguidade e indeterminação do conhecimento que temos, passando por alto da problemática de uma justificação objetiva. Foi o jurista Gustav Radbrüch, em 1902, quem mais nitidamente assinalou o desdobramento triplo do problema da base epistêmica e que parece ter despertado em Weber o estímulo por preencher a lacuna de von Kries.

contexto de concorrência e pluralidade de antecedentes (supostamente causais). Em outras palavras, regrediríamos à mesma situação que havia motivado a crítica à metateoria de Mill, relegados ao perspectivismo subjetivista da imputação de causas. Mas como, então, pôde Weber achar no conceito de causação adequada a chave para afastar o espectro do indeterminismo na teoria social?

Weber notou que para as ciências sociais só importavam explicações com base nos agentes e que, com efeito, não se precisaria recorrer nem à conjectura de uma *situação ideal* e nem ao *acaso*, que von Kries concebe de forma unívoca em seu conceito de “acaso ideal”. Para explicar os fenômenos sociais, bastava apenas a conjecturação de um *agente ideal* (HEIDELBERGER, 2010). Com base nesse agente ideal, o problema das bases epistêmicas seria radicalmente minimizado, uma vez que, no plano analítico, o conhecimento acerca das possibilidades objetivas estaria circunscrito a variações sobre configurações de *condições sociais* e, no plano empírico, o conhecimento acerca dos agentes envolvidos ficaria reduzido à identificação das *posições sociais*³², assim como o conhecimento acerca da ocorrência se veria limitado ao foco sobre *condições* tal e qual influenciadas pelas *posições* dos agentes³³. Em suma, todo o problema da imputação causal estaria concentrado na ação, em seus aspectos potencial e efetivo, de agentes situados segundo papéis sociais e organizados conforme a imanência de sua própria carga valorativa de concepção de mundo. Toda a questão a respeito da escolha da perspectiva de conhecimento ontológico

³² Nas palavras de Weber: “Certamente necessitamos saber primeiro qual é a importância de uma ação desde o ponto de vista funcional para a ‘conservação’ (e também, antes de tudo, para a peculiaridade cultural) e desenvolvimento em uma direção determinada de um tipo de ação social, antes de poder perguntar-nos de que maneira se origina aquela ação e quais são seus motivos. É preciso que saibamos que serviços presta um ‘rei’, um ‘funcionário’, e um ‘empresário’, um ‘rufião’, um ‘mago’; ou seja, que ação típica (aquela pela qual se inclui em uma dessas categorias) é *importante* para a análise e merece ser considerada antes de que possamos iniciar a análise propriamente dita (‘referência a valor’ no sentido de H. Rickert)” (1964 [1922]: 15; grifo do original).

³³ Nossa divisão em plano analítico e plano empírico se deve à natureza dos conhecimentos abrangidos por cada uma das bases epistêmicas frente à sua relação com a temporalidade. As bases epistêmicas acerca dos agentes e acerca das ocorrências situam-se dentro de um plano de temporalidade específica, diferenciando-se tão somente no vetor da relação temporal estabelecida: para a base epistêmica acerca dos agentes temos uma relação *ex ante*, ou seja, da perspectiva do tempo do ato e, para a base epistêmica acerca das ocorrências nos posicionamos retrospectivamente, caracterizando uma relação *ex post*. Já para o caso da base epistêmica acerca das possibilidades objetivas, podemos dizer que não estamos cingidos a qualquer relação temporal específica, senão que em um plano de temporalidade genérica, compatível, dessa forma, com a natureza potencial dos fatos que a compõem.

implicada na imputação da causa adequada – a do participante, a do observador ou a da idealidade – torna-se supérflua à medida que as perspectivas de análise são resumidas a uma única: aquela que situa os agentes em seu processo de tomada de decisões para a ação constituída³⁴. E, se ainda é possível falar de perspectivas, o é somente no contexto interno de um universo cultural definido que as unifica todas. Nosso ato de conhecer aplicado aos fenômenos da sociedade não resulta em um conhecimento comprometido ética e ontologicamente com seu objeto, na medida em que este se lhe dispõe faturalmente.

Além disso, a tomada do acaso enquanto referência comparativa, tal como propugnada por von Kries, não consegue atestar muito mais do que a existência de alguma determinação ao fenômeno investigado, que não é a indeterminação completa, mas que está longe de oferecer uma noção razoavelmente precisa do quão determinado é o fenômeno. Isso porque a comparação com o acaso resultará no balizamento pelo indeterminado³⁵. E, dessa maneira, muito embora nos propicie rechaçar a tese da ausência de causalidade nos fenômenos sociais, ela não é forte o suficiente para suportar uma imputação causal. Alternativamente, a opção de Weber pelo agente ideal faz sublinhar justamente o oposto, pois conduz à ação preditivamente ideal, desdobrada o mais proximamente de um curso unívoco, e, com ela, à orientação racional.

Ao limitar a base epistêmica acerca das possibilidades objetivas àquela da cultura de que participa o fenômeno, nos vinculamos à determinação nos moldes em que é oferecida pelo objeto, sendo a mesma determinação que é válida também para a constituição da ocorrência e para a decisão dos agentes. Weber encontra um ponto em comum entre as bases epistêmicas, visto que os elementos da base epistêmica acerca da ocorrência, que chegam assim à percepção, são circunscritos à atmosfera cultural do fenômeno investigado, a qual sustém a base epistêmica acerca dos agentes conferindo a estes possibilidades pelas quais se

³⁴ Processo este que é, no princípio, um campo de *possibilidades objetivas* culturalmente delimitadas, as quais são selecionadas por meio do escrutínio dos *agentes* na definição e no desenvolvimento de seus cursos de ação, para, enfim, desembocar na *ocorrência* completada.

³⁵ De fato, quando von Kries pensa em situações de acaso ideal está pensando em análise combinatória de sistemas fechados (como a roleta ou o dado) e, portanto, em um acaso rigidamente determinado em suas possibilidades objetivas. Entretanto, com o problema da base epistêmica, a ruptura com um conhecimento ontológico sistemático impede que imputação causal seja respaldada em um conjunto universo plenamente determinado e, consequentemente, o recurso ao acaso torna-se a absoluta indeterminação.

mover. Todo conhecimento social é um conhecimento que parte da relação entre o todo e as partes de uma cultura e, logo, insere-se no âmbito do *círculo hermenêutico*. Imputar causalmente um agente dentro de um fenômeno dependerá da compreensão interpretativa do ambiente cultural que o contextualiza, que por sua vez depende da compreensão interpretativa dos vários fenômenos que compõem a dinâmica desse ambiente.

Assim sendo, Weber estrutura sua metodologia das ciências sociais sobre o conceito de *compreensão causal*. O conhecimento causal posto em fundamentos compreensivo-interpretativos alcança maior estabilidade, a despeito do que se poderia pensar de uma incursão viciosa do círculo hermenêutico, uma vez que o desenvolvimento do conhecimento social, por um lado, adquire estatuto progressivo – conquanto não-cumulativo –, na capacidade de revisarmos nossas interpretações e de as aperfeiçoarmos com base nas interpretações anteriores e, por outro, ocorre consoante estritamente a condições de época, na medida em que os instrumentos de interpretação do sujeito cognoscente (base epistêmica acerca das possibilidades objetivas) são talhados *a partir* da perspectiva cultural do objeto cognoscível (bases epistêmicas acerca do agente e acerca da ocorrência), ligando-se aos seus atributos de contexto. O subjetivismo terminante da abordagem de von Kries é superado por meio da relação a valores, que faz imputar causalmente o agente na coerência contextual da sua própria intersubjetividade e na consequente expectabilidade que essa estruturação intersubjetiva provoca ao sujeito do conhecimento quanto ao cumprimento das responsabilidades desse agente.

A rigor, inicialmente, não é a noção de *agente ideal* que ocorre a Weber, mas aquela muito mais ampla e abrangente de um *tipo ideal*. Em “Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”³⁶, escrito em 1904, Weber põe sobre a elaboração de conceitos típico-ideais o fundamento que distingue o modo de formação conceitual próprio às ciências sociais, seguindo, então, a trilha de Rickert. É certo que, nesse primeiro momento, sua saída para o impasse das bases epistêmicas não é de todo divergente do pensamento comparativo-probabilista de von Kries, no entanto, sendo a

³⁶ Em tradução livre: “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais e na política social”.

idealização organizada em tipos, todo o empecilho de um conjunto universo probabilisticamente aberto que se punha ao ajuste de um acaso ideal é removido. A variação weberiana para a concepção de um quadro ideal é suficiente para afastar a possibilidade de um desacerto em relação ao conhecimento probabilista quando transposto do campo semanticamente *analítico* das ciências formais para o campo semanticamente *sintético* das ciências empíricas. Weber evita que a base epistêmica acerca das possibilidades objetivas incorra em uma ontologia especulativa.

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*. A atividade *historiográfica* [e também científico-social] defronta-se com a tarefa de determinar, em cada *caso particular*, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal, em que medida portanto o caráter econômico das condições de determinada cidade poderá [, ilustrativamente,] ser qualificado como “economia urbana” em sentido conceitual (WEBER, 1991 [1904]: 106; grifos do original).

Um tipo ideal torna-se um construto teórico *puro* a partir da extrapolação lógica de um atributo sintético “da vida histórica para formar um cosmos não contraditório de relações *pensadas*” (1991 [1904]: 105; grifo do original). A tipificação não se refere a uma regularidade concretizável ou assim pretendida, senão que a uma construção eminentemente *hipotética* e revestida de alto grau de *irrealidade*, que, se não serve para explicar diretamente as relações entre fenômenos, deduzindo-os de uma relação condicional em correspondência com o atendimento das respectivas condições iniciais estipuladas, serve para “*representar* e tornar compreensível pragmaticamente a *natureza particular* dessas relações” (1991 [1904]: 105; grifos do original), “tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual *se mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada*” (1991 [1904]: 109; grifos do original),

permitindo-nos melhorar a determinação de nosso conhecimento³⁷. O tipo ideal estabelece-se em conformidade com um *raciocínio contrafactual*³⁸ e se ajusta ao que temos evidenciado no discurso de uma versão moderada da tese da carga teórica, apoiando nosso conhecimento no sujeito cognoscente sem que nos vejamos alheados de uma objetividade possível “estritamente universal”, para usar o termo de Popper. Mesmo assim, a irrealidade das tipologias ideais faz sublinhar ainda mais o distanciamento do nível teórico frente ao nível empírico, acentuando em extensão e profundidade o papel do hipotético na investigação científica³⁹.

A esse respeito, as generalizações, nas ciências sociais, atuam simplesmente pela capacidade de oferecerem meios às explicações que efetivamente interessam ao investigador social, isto é, a explicação dos fenômenos na sua particularidade. E, com efeito, o conhecimento ontológico das possibilidades objetivas torna-se justificado na medida em que necessário para a concepção de uma idealidade puramente lógica – e empírica, epistemológica e pragmaticamente orientada –, assentada no ponto de partida de uma relação sintética. “Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa *imaginação* e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem *adequadas* ao nosso saber nomológico” (WEBER, 1991 [1904]: 107; grifos do original), porque é o conceito de tipo ideal que fundamenta a utilização do conhecimento nomológico pelo cientista social sem que a sua atividade de teorização se veja submetida à busca de leis⁴⁰.

³⁷ Repare-se que o caráter hipotético de Weber diferencia-se daquele de Popper justamente na pretensão puramente irreal e classificatória, que não almeja qualquer *correspondência* com a realidade e que, portanto, afasta-se do realismo tanto da perspectiva da formação de conceitos, vinculando-se a um *nominalismo de universais*, como da perspectiva das teorias e do desenvolvimento científico, assumindo algo como o que chamaríamos hoje de uma postura *instrumentalista*, ambos resultados do pensamento estritamente fenomenalista de Weber.

³⁸ Esse tipo de raciocínio dá-se pela consideração de um curso de acontecimentos não-fatual que se aventa com fins de comparação com a fatualidade para explicitar o peso *efetivo* das condições imaginativamente alteradas.

³⁹ Sobre isso diz Weber: “Este maior rendimento da explicação interpretativa frente à observadora tem, certamente, como custo o caráter essencialmente mais hipotético e fragmentário dos resultados alcançados pela interpretação. Mas é precisamente o específico do conhecimento sociológico” (1964 [1922]: 13).

⁴⁰ Afirma Weber em passagem bastante elucidativa que “qualquer exame atento dos elementos conceituais da exposição histórica mostra, no entanto, que o historiador – logo que tenta ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a significação cultural de um evento individual, por mais simples que seja, isto é, para ‘caracterizá-lo’ – trabalha, e *tem* de trabalhar, com conceitos que via de regra apenas podem ser determinados de modo preciso e unívoco sob a forma de tipos ideais. (...) A linguagem em que o historiador fala contém centenas de palavras que

Não será senão muito mais tarde que Weber procurará aprimorar o caráter determinante do emprego de tipos ideais associando-o àquilo que seria uma construção tipológica fundamental, responsável por regular as demais construções típico-ideais. Estamos acenando para a sua *tipologia da ação*. Se é em “Die ‘Objektivität’...” que é proposta a concepção de uma compreensão causal, e atrelada esta à investigação por tipo ideal, e é no artigo “Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlicher Logik”⁴¹, de 1906, que se introduz o conceito de causação adequada de von Kries, é só em 1913, com a escrita de “Ueber einige Kategorien der verstehenden Soziologie”⁴², que Weber constituirá uma reflexão da *ação social* como componente elementar da *relação social*, sofisticando a estratégia tipológica a partir da elaboração de uma tipologia da ação que serviria de base para as demais tipologias de relação⁴³. Ademais, dá um passo metodologicamente admirável no sentido de conferir a esses tipos ideais de ação uma hierarquia própria, respaldada em um critério de *racionalidade*.

Para a sociologia, existem os seguintes tipos de ação, ligados “em” e “a respeito de” um homem mediante transições contínuas: 1) o tipo do regular [objetivo], alcançado de modo mais ou menos aproximado; 2) o tipo orientado de modo (subjetivamente) racional com relação a fins; 3) o tipo mais ou menos consciente ou advertido e orientado [também subjetivamente] de modo racional com relação a fins de maneira mais ou menos unívoca; 4) o tipo não racional com relação a fins, mas que mostra uma conexão compreensível provida de sentido; 5) o comportamento motivado mediante conexão mais ou menos compreensível provida de sentido, mas codeterminado ou interrompido em maior ou menor intensidade por elementos incompreensíveis e, finalmente, 6) os fatos psíquicos ou físicos completamente incompreensíveis (WEBER, 1996 [1913]: 183-4).

comportam semelhantes quadros mentais e que são imprecisas porque escolhidas segundo as necessidades de expressão no vocabulário corrente não elaborado pela reflexão, e cuja significação inicialmente só é intuída sem ser pensada com clareza. Em inúmeros casos, e sobretudo no campo da história política descritiva, o caráter impreciso do conteúdo dos conceitos não prejudica de modo algum a clareza da exposição. Nesses casos, basta que *sintamos* aquilo de que o historiador tem uma vaga concepção, ou então que nos contentemos com a presença difusa de uma especificação *particular* do conteúdo conceitual, no caso singular de que ele cogita” (1991 [1904]: 108; grifos do original), note-se que para todo o entendimento de asserções históricas e sociais para Weber basta que “nos contentemos” com uma “presença difusa” de um elemento familiarmente especificado, enfatizando um caractere pragmático às explicações sociais.

⁴¹ Em tradução livre: “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura”.

⁴² Em tradução livre: “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva”.

⁴³ Exemplos de tipologia de relação podem ser retirados do conjunto de todas as demais tipologias tecidas por Weber após a tipologia da ação, como os tipos de dominação legítima, as classes sociais e os tipos de associação.

E sublinha Weber a função dessa hierarquia traçando logo em seguida a esse excerto um *escalonamento* compreensivo da idealidade tipificada da ação, a fim de proceder à apreensão dos fatos sociais em seu conteúdo de significado (sentido):

A racionalidade regular objetiva serve à sociologia como tipo ideal a respeito do atuar empírico; a racionalidade com relação a fins, a respeito do compreensível psicologicamente com sentido, e o compreensível com sentido a respeito do atuar motivado de maneira incompreensível; mediante comparação com o tipo ideal se estabelecem, com vistas à imputação causal, os elementos irracionais (no sentido em cada caso diferente deste termo) pertinentes desde um ponto de vista causal (1996 [1913]: 185).

A ação racional com relação ao regular objetivo é aventada como uma forma de evidenciar o caráter não meramente psicológico da compreensão, ou seja, a sua vinculação a caracteres não exclusivamente subjetivos. A metodologia compreensiva pretendida por Weber, como já assinalamos, jaz na capacidade de revelar um sentido que não está inteiramente explícito ao agente. Um significado que é mobilizado em sua plenitude pelo indivíduo no seu agir, mas do qual esse indivíduo não está plenamente cômico em sua subjetividade, de forma que caiba ao cientista social desnudar o mais precisamente possível essa discrepância compreendendo o agente melhor do que ele mesmo se compreendeu. A noção de uma racionalidade regular contém a preocupação de Weber em desenvolver o fundamento hermenêutico da apreensão social de um modo que Dilthey nunca logrou, conquanto o tenha sugerido⁴⁴. Deveras, a figura de um agente ideal é engenho original de Dilthey. Foi ele que em sua fase final perscrutou na hermenêutica uma compreensão objetiva, a qual atingisse os significados em uma região de “além-sujeito”, ainda que tenha sido vítima do subjetivismo de suas definições ontológicas da significação.

⁴⁴ Temos suspeitas de que a ação racional com relação ao regular objetivo esteja vinculada à apreensão de caracteres históricos amplos, servindo de base para dizer acerca da adequação da ação a parâmetros que se põem exteriores e, em alguma medida, como que independente dos indivíduos, muito embora possam ser aferidos com base na dinâmica do plano empírico. Isso representaria uma leitura crítica da filosofia da história que, a despeito da discordância em relação ao modo de proceder especulativo de seus pensadores, retém a crença na importância e na possibilidade de uma apreensão transcendental. Com efeito, parece ser a racionalidade regular a ideia vertebral do pressuposto ontológico weberiano de um *processo de racionalização* que leva ao *desencantamento do mundo*, justificado, então, como desdobramento ontológico esperável da crença na objetividade metodológica.

Weber procura na hierarquização da tipologia da ação um escalonamento metanalítico que possibilite aumentar a determinação de nosso conhecimento por alusão a um máximo ideal de racionalidade. Contudo, ao fazê-lo, insere-se perigosamente em uma racionalidade que não é meio, mas fim. Em outras palavras, em uma racionalidade que não é instrumento metodológico, mas característica ontológica que invoca um sistema de concepção de mundo e sua respectiva teleologia. Percebendo o acerbo metafísico de sua proposta e visando a escapar dele, Weber retificou sua tipologia da ação de modo a submeter a referência teleológica ao âmbito do objeto empírico. Para tanto, tornou o significado (sentido) um dado fático da imanência, ajustando-o ao conceito de relação a valores. Toda e qualquer intencionalidade pertenceria ao plano empírico de uma decisão existencial do sujeito-objeto cognoscível, uma vez que as ciências sociais não procedem senão que pela aceitação do curso da ação estabelecido individualmente por seus agentes e que nesse proceder não podem negligenciar a vetorialidade assumida por aquele curso de ação, cuja apreensão só parece ser adequadamente satisfeita por um pressuposto de teleologia. Eis o fundamento herdado por Weber da revolução marginalista na economia, cabendo-nos perceber com isso que o agente ideal weberiano não se deve exclusivamente a Dilthey, senão que também à teoria econômica.

Quando Weber empregou o termo “significado”, ele o fez a fim de evitar o uso do termo teleológico “propósito”, o qual também podia ser usado em muitos dos mesmos contextos. Eliminar “propósito” e usar “significado” é uma abordagem para o problema de caracterizar a ação intencional. (...) Atribuições de significado, como ele entendia, eram como atribuições de propósito naquilo em que não fossem arbitrárias, no entanto, tinham de ser imputadas indiretamente, com base, entre outras coisas, em suas consequências na forma de ações. (TURNER, 2003: 34).

Isso, como bem sabemos, traz à tona a base fenomenalista do pensamento de Weber, que então é invocada para o desenvolvimento de uma metodologia centrada no desvelamento das manifestações aparentes da realidade social. Assim, desvelar essas manifestações, em respeito ao fenomenalismo, é decompô-las em seus caracteres manifestados mais simples, os quais Weber identifica com o indivíduo concreto:

O propósito do “compreender”, como modo de consideração, é também, em definitivo, o fundamento pelo qual a sociologia compreensiva (em nosso sentido) trata o indivíduo isolado e o seu agir *como a unidade última, como seu “átomo”*, se é que se nos admite esta perigosa comparação (...) o indivíduo constitui, para esse modo de consideração, o limite e o único portador do comportamento provido de sentido (WEBER, 1996 [1913]: 187; grifo nosso).

O indivíduo, que é o sujeito da ação e o portador do significado, torna-se o objeto último das ciências sociais, ao qual todo e qualquer fenômeno social se reporta em última instância. Contra concepções coletivistas ou holistas das instituições sociais e dos períodos históricos, como “Estado”, “feudalismo”, “corporação”, “família”, Weber assume uma posição de *individualismo metodológico* para as ciências sociais, distinguindo-a da teoria jurídica normativa⁴⁵ e ressaltando que esses conceitos, sociologicamente empregados, “se referem a modos determinados do atuar humano em sociedade e, portanto, sua tarefa consiste em reduzi-los a um atuar ‘compreensível’, o qual significa, *sem exceção*, ao atuar dos homens participantes” (1996 [1913]: 188; grifo nosso).

O individualismo, que já aparecia com destaque em algumas passagens de “Ueber einige Kategorien”, mas que estava de algum modo encoberto pela referência de uma ação racional com relação ao regular, assume de vez o centro da Sociologia weberiana em “Soziologische Grundbegriffe”⁴⁶, escrito impublicado que fora compilado como capítulo primeiro de *Wirtschaft und Gesellschaft*⁴⁷, obra póstuma editada em 1922. Tanto é o caso que fora mesmo considerado pelo importante intérprete Alfred Schütz (1932) a base para reconstruir metodologicamente sua obra e incrementar-lhe o instrumental metateórico. O excerto é praticamente uma reescrita do artigo de 1913⁴⁸ e evidencia o abandono de uma racionalidade pretensamente desvinculada do subjetivo empírico. É assim que Weber começa sua exposição com uma crítica a Simmel e ao que teria sido sua omissão relativamente à distinção entre “sentido mentado” e “sentido objetivamente válido”:

⁴⁵ A distinção mais propriamente é entre um conhecimento positivo e um conhecimento normativo.

⁴⁶ Em tradução livre: “Conceitos sociológicos fundamentais”.

⁴⁷ Em tradução livre: Economia e Sociedade.

⁴⁸ Suas partes componentes seguem quase que a mesma sequência de temas e de proposições conceituais, assim como as exemplificações de tais temas e conceitos permanecem, em geral, as mesmas.

Por “sentido” entendemos o sentido mentado e subjetivo dos sujeitos da ação, seja *a*) existente de fato: α) em um caso historicamente dado, β) como média e de um modo aproximado, em uma determinada *massa* de casos; seja *b*) como construído em um *tipo ideal* com atores deste caráter. De modo algum se trata de um sentido “objetivamente justo” ou de um sentido “verdadeiro” *metafisicamente fundado* (1964 [1922]: 6; grifos do original, com exceção do último).

Todo significado torna-se uma motivação de um indivíduo concreto aplicada sobre sua conduta e definindo-lhe o curso e pode ser acessado mediante uma tipologia da ação. Entretanto, como agora o significado é um atributo subjetivo, a tipologia da ação precisa apontar para o sujeito, assimilando seus objetivos já estipulados e trabalhando dentro da medida de articulação de suas finalidades. Sai de cena a ação racional com relação ao regular objetivo e passa a ocupar o seu protagonismo na teoria da ação a ação racional com relação a fins, pois

a construção de uma ação rigorosamente racional com relação a fins serve nesses casos à sociologia – em méritos de sua evidente *inteligibilidade* e, enquanto racional, de sua *univocidade* – como um *tipo* (tipo ideal), por meio do qual compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros), como um desvio do desenvolvimento esperado da ação racional (1964 [1922]: 7; grifos nossos, com exceção do último).

É essa racionalidade com relação a fins subjetivos que rompe para Weber o *telos* metafísico e determinista de um fim estipulado exteriormente aos agentes e à história sem que nos lancemos à completa indeterminação dos fenômenos sociais. Trata-se ainda de um parâmetro de apreciação racional dos fenômenos e que, portanto, mantém a *assimetria metodológica*, que havia sido seu trunfo sobre a teoria de von Kries, entre partir do irracional e partir do racional, mas que, por absorver a subjetividade, não permite que o cientista social impregne de juízo morais a sua atividade teorizadora. A ação racional com relação a fins constitui-se como a concatenação ótima entre a intenção e a ação de um indivíduo, atingindo típico-idealmente o ápice da *adequação de sentido*. À medida que é dotada de um caráter de *univocidade vetorial* podemos, por seu meio, melhor compreender e circunscrever as possibilidades objetivas e, apoiados nos desvios ante a adequação de sentido, imputar a adequação causal do fenômeno investigado.

Nessa exposição revisada da tipologia da ação, Weber prioriza a precisão e a concisão tipológica, reduzindo os seus tipos a quatro e nomeando-os de modo bastante marcado. No novo texto:

A ação social, como toda ação, pode ser: 1) *racional com relação a fins*: determinada por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para o êxito de fins próprios racionalmente sopesados e perseguidos. 2) *racional com relação a valores*: determinada pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma como se lhe interprete – próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem relação alguma com o resultado, ou seja, puramente nos méritos desse valor. 3) *afetiva*, especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais atuais, e 4) *tradicional*: determinada por um costume arraigado (1964 [1922]: 20; grifos do original).

Há nele o aporte absolutamente original pela consideração da racionalidade de ações orientadas por valores. Esse aporte tem por consequência o respeito a projeções de ação assentadas em convicções, as quais não podem ser simplesmente reduzidas a metas, e reflete a autonomia da dimensão ética frente à dimensão epistemológica. A rigor, a ação racional com relação a valores é uma aplicação tipológica daquele conceito que fora até então parâmetro geral do conhecimento científico-social e que estava, por conta disso, para além das tipologias, regulando-as.

A ideia de uma ação racional com relação a valores surge como uma circunscrição típico-ideal de um conceito transcendente às tipologias. Esse é o modo pelo qual Weber acredita, posteriormente, ter situado a racionalidade com relação ao regular dentro de uma condição de imanência dos valores e de neutralidade valorativa da ciência, mas, ao fazê-lo, perde de vista o elemento valorativamente objetivo e incorre no mesmo percalço que havia conduzido Rickert quando este propôs a categoria de relação a valores. Mais propriamente, queremos dizer que Weber perde o *fundamento formal transcendental* que serve justamente de pressuposto metodológico à sua “premissa transcendental” decisionista acerca de uma pluralidade valorativa e que estivera presente na racionalidade regular objetiva em sua função “à sociologia como tipo ideal a

respeito do atuar empírico” em geral⁴⁹. Por isso soa tão estranho que, a despeito do conceito de relação a valores, a racionalidade com relação a valores não seja tomada como o parâmetro-típico-guia na tipologia da ação⁵⁰. Recolocada dessa maneira, não há uma racionalidade que se estabeleça para além do sujeito empírico e, com isso, Weber retorna à indistinção obstacular entre forma e conteúdo de valor.

Sua premissa transcendental esvazia-se de transcendentalidade precisamente no desconhecimento da unidade cognoscitiva da compreensão dos valores e dos significados. Logo, em seus primeiros escritos, quando enfatiza a objetividade da compreensão em seu aspecto racional, o que transparece é uma relação a valores geral – premissa da metodologia compreensiva –, abrangendo todos os tipos de ação, mas bastante problemática ao sustentar a racionalidade de uma motivação estritamente valorativa (por ser uma designação genérica do objeto de conhecimento das ciências sociais, abrangendo o tipo irracional e os tendentes a ele). Já nos seus escritos últimos, quando dá destaque aos aspectos empíricos da objetividade da compreensão, o que prevalece é uma relação a valores específica, caracterizadora de um tipo de ação que é, aliás, racional, mas que é ela mesma menos unívoca do que a ação com relação a fins e que não desempenha o caráter designativo genérico anterior. Não dizemos que Weber tenha peremptoriamente abraçado um aspecto e olvidado outro, porém, gostaríamos de sobrelevar o modo como o mesmo termo, “relação a valores”, assume conceituações distintas, sem que cada um dos campos semânticos seja satisfatoriamente delimitado com respeito ao escopo legitimador da dupla

⁴⁹ Mais especialmente, trata-se de uma hierarquização e de um escalonamento rigorosos, na medida em que a racionalidade regular objetiva é parâmetro do tipo por excelência dentre os tipos ideais de ação, que por sua vez compõem a tipologia por excelência dentre as tipologias. E essa hierarquização e escalonamento possibilitam que se diga que “o grau de racionalidade com relação ao regular de uma ação é, para uma disciplina empírica, uma questão, em definitivo, também *empírica*. Com efeito, as disciplinas empíricas trabalham, todas as vezes em que se trate de relações reais entre seus *objetos* (e não de seus próprios supostos lógicos), inevitavelmente sobre a base do ‘realismo ingênuo’” (WEBER, 1996 [1913]: 186), isto é, as ciências empíricas, a fim de atingir a objetividade, precisam lidar com o seu objeto do modo como ele se lhe apresenta, resistentemente, tomando por pressuposto que esse modo de apresentação existe independentemente do sujeito cognoscente e, por ser também humano, traz consigo uma concepção de si mesmo e de seu contexto que influencia sua conduta social.

⁵⁰ A racionalidade com relação a valores não tem a mesma univocidade da racionalidade com relação a fins.

característica do ato epistêmico de relacionar a valores. É elucidativa dessa imbricação a seguinte passagem:

Desde o ponto de vista dos conceitos gerais da *sociologia*, com efeito, a aplicação do “tipo regular”, logicamente considerada, não é, em princípio, outra coisa que *um* caso de formação de tipos ideais, ainda quando amiúde se revista da máxima importância. De acordo com seu princípio lógico, precisamente, não desempenha este papel de modo diferente de como, chegado o caso, o faria um “tipo irregular” convenientemente escolhido, segundo o respectivo propósito de investigação. (...) Assim como no primeiro caso está formado pela “norma” válida, no segundo, o tipo ideal o está por uma facticidade sublimada desde o empírico como tipo “puro”. Mas tampouco no primeiro caso o *material* empírico é formado mediante categorias da “esfera de validade”. Só o tipo ideal, construído, é extraído desta. *Ademais, em que medida um tipo regular se volta adequado como tipo ideal é algo que depende inteiramente de relações de valor* (WEBER, 1996 [1913]: 187; grifos do original, com exceção do grifo final).

É nessa incongruência que acreditamos repousar todo o problema do sentido subjetivo da ação tal como magistralmente assinalado por Schütz (1932). Para ele, o grande entrave da teoria da ação de Weber fora a negligência de que o significado da ação não pode ser pura e simplesmente uma atribuição do indivíduo. Nesses termos, o significado de um fenômeno social só poderia ser apontado em ações predominantemente racionais e, como tal, conscientemente concebidas, reduzindo enormemente o escopo da compreensão. Se o significado está atrelado à consciência e à racionalidade de um sujeito empírico, nossa compreensão das ações restringe-se aos parâmetros conscientes e voluntários do indivíduo no processo de decisão dos meios para seu agir, isto é, não nos é facultada a possibilidade de compreender o agente melhor do que ele mesmo se compreendeu e o conhecimento científico não consegue dizer nada além daquilo que podemos conhecer observacionalmente no senso comum. Para efetivamente apreender os motivos e aprofundar a compreensão, legitimando uma compreensão interpretativa de aspiração explicativo-causal – e com ela a própria cientificidade das disciplinas sociais –, é necessário que possamos conceber a internalidade do eu do outro a partir das suas externalizações e que estas nos habilitem ao acesso àquelas revelando intenções inconscientes. Logo, não é adequado supor que o significado seja uma atribuição consciente do sujeito empírico, senão que um condicionamento subjetivamente internalizado de uma estrutura de significado estritamente intersubjetiva, e não aquela intersubjetividade particular e

culturalmente situada que Weber assumiu em decorrência da categoria de relação a valores – e que também fora o revés de Rickert.

Não nos estenderemos neste momento sobre as especificidades dos arrazoados metateóricos tecidos Schütz em sua discussão metodológica de Weber, a eles dedicaremos nossa atenção conforme o desenvolvimento de nosso estudo e seletivamente a respeito dos caracteres que mais interessarem à reconstrução de Blumer. Para este momento basta-nos que saibamos o quão lacunosas ainda são as soluções weberianas, a despeito do pluralismo de sua compreensão causal. Weber argutamente fundamenta a causalidade dentro das ciências sociais na compreensão, porém, se em seu êxito elucida a causação em causas adequadas, faz também descansar um peso maior sobre os alicerces da metodologia compreensiva, tornando a objetividade desta mais fundamental, na medida em que inescapável. Weber procurou distanciar sua postura metodológica do psicologismo, mas ao desenvolver sua teoria da ação em termos metodologicamente individualistas, ele de alguma forma retornou àquele pela redução do conhecimento social ao conhecimento das ações individuais (MANDELBAUM, 2002 [1957]), posicionando o significado no plano subjetivo do agente⁵¹. Assim, abrindo mão da transcendentalidade da esfera dos valores, Weber fundamenta a compreensão de modo incompleto, esquece-se ele de que esta exige de alguma maneira um pressuposto transcendental que possibilite conectar sujeito e objeto pela identificação dos significados presentes nos fenômenos não apenas abrindo as possibilidades epistêmicas da compreensão como corroborando intersubjetivamente os resultados de uma metodologia compreensiva. A imanência dos valores, que fundira estes à configuração valorativa da própria realidade social dada, não basta para que a compreensão seja objetiva. A fatualidade da relação a valores necessita de uma capacidade de relacionar a valores e, portanto, de uma forma que se aplique do sujeito ao objeto, mas que não pertença subjetivamente a um investigador concreto, senão que à

⁵¹ É claro que Weber não é um individualista metodológico radical, ele reconhece o papel de conceitos coletivos nas ciências sociais, no entanto, seu reconhecimento concerne simplesmente a uma relação a valores, como um conceito que se admite pela importância com que se reveste para os agentes. No limite, todo e qualquer conceito, para ele, poderia ser reduzido a conjuntos de ações individuais. Toda a manutenção teórica de conceitos coletivos reside na utilidade pragmática de seu emprego para o tratamento do problema.

comunidade intersubjetiva dos investigadores, efetivos e potenciais, e também a uma comunidade intersubjetiva dos leitores, de maneira a configurar uma intersubjetividade estrita pela qual abalizar a objetividade do conhecimento⁵².

Estivemos durante esta extensa parte apresentando e ponderando acerca do pensamento dos principais autores e correntes filosóficas que participaram da polêmica metodológica a respeito da natureza das explicações nas disciplinas sociais. Tivemos com isso o intuito de fornecer um quadro conceitual base sobre o qual desenvolver a discussão que se seguirá nos capítulos vindouros para a delimitação o mais meticulosa possível da amplitude e da profundidade dos impasses concernentes à obra de Herbert Blumer e à fundamentação do interacionismo simbólico. Assim, prosseguiremos enfatizando o modo pelo qual as metodologias causalistas têm introduzido no âmbito da controvérsia o problema da justificação dos enunciados teóricos dentro do formato de um argumento dedutivo e como, em consequência disso, a compreensão tem sido severamente contestada em sua capacidade de conduzir-nos a um conhecimento objetivamente válido, não obstante o seu poder de penetração na realidade social.

Efetivamente, as tentativas de legitimar o método da compreensão têm seguido o rumo de uma hipertrofia ontológica do social, tangenciando o conhecimento especulativo. A possibilidade de uma ciência social torna-se contestável pela incapacidade desta em oferecer explicações deterministas e, dessa forma, muitos autores extraviaram-se em exigências metateóricas nitidamente contraditórias. De um lado, ligado ao plano da teorização, deparamo-nos com a legitimidade de nossas sistematizações e com a necessidade de provar o conhecimento sistematizado para que a comunicação simbólica inerente à ciência possa ser entendida a partir de caracteres estritamente fatuais, fenomenalistas, por qualquer indivíduo intelectualmente apto, submetendo-se esse conhecimento a um

⁵² Weber, portanto, se distancia do reconhecimento dos conceitos coletivos no plano do significado e do valor, olvidando da perspicaz intuição que o houvera feito afirmar prudentemente a moderação da postura individualista.

teste dedutivo rigoroso e dotando-o de *validade empírica*. De outro, vinculado ao plano da empiria, lidamos com a pragmática da vida social e com a urgência inescapável da apreensibilidade e da explicação dos fatores sociais enquanto orientados por valores e fadados à explicação teleológica, para que a ciência possa adentrar nos aspectos da vida cotidiana e faça sentido ao indivíduo vivente, buscando *substancialidade teórica*.

São duas problemáticas relativas a dois níveis da investigação científica com os quais tem de confrontar a metodologia a fim de fornecer-lhes a devida articulação. E estar nesse oceano filosófico, navegando no limite de dois mares, sob o ímpeto de suas ondas e correntezas, lançado às intempéries e à melancolia, sem conseguir avistar uma porção segura de terra, sem conseguir definir uma rota é, como veremos, a desventura de Blumer.

PARTE II
O PENSAMENTO METATEÓRICO DE
HERBERT BLUMER:
UMA RECONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Nesta segunda parte, propomo-nos a realizar ao longo de nossos capítulos as etapas analítico-descritiva e analítico-crítica de nossa reconstrução metodológica, utilizando para isso o instrumental histórico-filosófico que temos deslindado na primeira parte. Assim, com o repertório de concepções que temos reunido e sistematizado, procederemos, primeiramente, a uma análise de cada uma das obras de Blumer que temos considerado de alguma maneira metateoricamente relevante para o desenvolvimento e fundamentação de seu interacionismo simbólico. Faremos nossa análise dos textos na ordem cronológica que Blumer veio a apresentá-los a público em sua trajetória intelectual. Para tanto, o texto que abrirá nossa discussão é também precisamente aquele que temos vislumbrado como o escrito de maior importância metodológica de sua carreira, a despeito da relativa negligência com que tem sido tratado pela literatura. Temo-lo considerado mais importante inclusive do que seu clássico artigo “The methodological position of the symbolic interactionism”¹, de 1969, tão usualmente citado por comentadores para caracterizar seu pensamento metodológico, pois é na tese que Blumer virá a argumentar mais explicitamente

¹ Em tradução livre: “A posição metodológica do interacionismo simbólico”.

acerca dos pressupostos de sua concepção de ciência. Por isso, dedicaremos um capítulo inteiro à sua compreensão.

Logo em seguida, ainda no âmbito de uma reconstrução analítico-descritiva, enfocaremos suas produções principais dotadas de alguma consequência metodológica até 1954, quando acreditamos que ele já havia consolidado sua posição intelectualmente madura. Não avançaremos em escritos posteriores pois acreditamos que o texto de maior relevância depois desse ano é justamente seu artigo de 1969, mas dele a literatura tem tratado já com alguma exaustão. Nosso intuito é mesmo o de iluminar os artigos de Blumer à luz das questões acerca de fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos que surgem já no desenvolvimento de sua tese de doutorado e vêm, desde então, a fomentar as polêmicas que trava em sua produção intelectual posterior. O ponto principal em questão parece mesmo o debate constante entre a necessidade de apreender compreensivamente os fenômenos sociais dentro das disposições para a ação que os agentes vêm a comunicar mediante significados e a obrigação de estabelecer um conhecimento objetivamente válido que possa ser empiricamente testável.

Por sua vez, no último capítulo desta parte, procuramos conduzir o leitor a uma reconstrução propriamente analítico-crítica da obra de Blumer, mas que não acreditamos válida apenas para ela, senão que também para o próprio interacionismo simbólico e para a metodologia de matriz compreensiva. Não almejamos, contudo, nada mais do que um esboço de reconstrução, delineando certas implicações que encaramos como necessárias para a fundamentação da compreensão. Recapitulamos, assim, as reflexões de George Herbert Mead no interior da tradição interacionista e as cruzamos com as referências de Max Weber e Alfred Schütz, por um lado, e com as ideias de um realismo científico, por outro. Entendemos que os elementos de fundamentação com que Blumer vem a estruturar o pensamento interacionista decorrem de certos equívocos em relação ao entendimento do pano de fundo filosófico que orienta as discussões de Mead a respeito de sua teoria do *self*, equívocos estes que vêm a se infiltrar e ocupar propriamente o núcleo da postura interacionista.

CAPÍTULO 6

METHOD IN SOCIAL PSYCHOLOGY

Trabalho apresentado para a obtenção de seu doutoramento em filosofia pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago, em 1928, sob a orientação de George Herbert Mead (BLUMER, 2004), *Method in Social Psychology*¹ pode ser considerado o texto de maior densidade metateórica da carreira de Herbert George Blumer e, sem dúvida, representa uma tentativa audaciosa de repensar todo o campo disciplinar da psicologia social de sua época. Não obstante, suas páginas nunca foram publicadas, nem na íntegra, nem em partes. A audácia de sua tese reside já em seu objetivo: perscrutar os impasses metodológicos à configuração científica da psicologia social, procurando prover uma crítica à pulverização de abordagens na disciplina. Fornecer um método para a psicologia social é o modo pelo qual Blumer acredita poder conferir legitimidade cognitiva às investigações do campo disciplinar, estruturando a pesquisa dentro de um padrão de fidedignidade, precisão e objetividade na constituição dos problemas e na obtenção de resultados.

Com efeito, questionar os impasses metodológicos e crer na possibilidade de um método legítimo para os esforços sócio-psicológicos de teorização exigem de Blumer que se enverede em discussões acerca da metodologia geral da ciência. É demonstrando justamente que os procedimentos metateóricos básicos das ciências empíricas, em sua generalidade, não são incongruentes com os requisitos particulares da investigação sócio-psicológica que nos alçamos a uma condição de rigor própria dos êxitos de empreitadas científicas sem incorreremos obrigatoriamente na mera transmigração dos procedimentos utilizados nessas empreitadas exitosas. E é nesse sentido que o trabalho de Blumer mantém relações com um projeto de pluralismo metodológico².

¹ Em tradução livre: O Método em Psicologia Social.

² A acepção de “pluralismo metodológico” adotada neste estudo é a mesma proposta por Oliveira Filho (1995).

A discussão de caracteres metateóricos mais amplos constitui, nessa chave, passo imprescindível e, como tal, não lhe é negada dedicação. A ideia de que a psicologia social pode ser legitimamente qualificada como uma disciplina empírica, diversamente de uma disciplina filosófica ou de um conhecimento assistemático de senso comum, por exemplo, inclui dizer que seu âmbito de problemas e objetos pode ser abordado de forma semelhante ao âmbito de problemas e objetos das demais ciências empíricas consolidadas e afirmar que aquele mesmo âmbito carrega consigo exigências próprias de teorização faz por enfatizar que sua abordagem da experiência, embora semelhante, não é equivalente à das demais ciências empíricas. E encontrar os pontos de convergência e divergência da metodologia da psicologia social é, sem dúvida, adentrar em um problema de dupla demarcação. Assim, o problema da natureza do método científico torna-se primordial para que se estabeleçam os limites acerca dos quais seja justificada a crença na psicologia social como produto de procedimentos dessa classe.

Entretanto, a estratégia de investigação adotada ao longo da tese sugere mais do que uma abordagem estrita acerca dos fundamentos filosóficos que permeiam as reflexões conformando o campo da disciplina, ela se propõe, ademais, a um diagnóstico teórico e uma certa reconstrução metodológica descritiva das obras de autores relevantes e a um apelo reiterado para a importância do papel das técnicas e tecnologias à obtenção de dados da experiência. Dedicando-se à apreciação dos principais conceitos dentro de cada teoria e dos impasses definicionais impostos à sua pretensão empírica, Blumer faz constar a necessidade de uma análise não meramente normativa, senão que também positiva do desenvolvimento do âmbito epistêmico da psicologia social. É mister para ele deslindar isolada e comparativamente as propostas teóricas autorreferindo e cruzando problemas, a fim de localizar as lacunas explicativas acerca de fenômenos dados, tanto no tocante à ausência de explicações razoáveis quanto no concernente à vaguidade das soluções explicativas fornecidas. Do mesmo modo, o exame de questões relativas a técnicas e tecnologias operativas demonstra uma preocupação em discutir o acesso concreto aos fenômenos no caso da experiência sócio-psicológica, sublinhando um tratamento de especificidade

dos procedimentos empíricos para o reconhecimento dos objetos de teorização e explicação na psicologia social.

Dentro desse esquema, uma análise dos tópicos componentes da dissertação pareceria indicar a lucidez de Blumer na distinção de cada um dos pontos cardeais que temos levantado dentro de sua avaliação ampla, a saber, o estudo do nível metateórico de uma perspectiva geral da ciência e de uma perspectiva específica da psicologia social, o estudo do nível teórico das obras sócio-psicológicas, e o estudo do nível empírico das técnicas e tecnologias apropriadas à investigação da psicologia social. Essa divisão aparentaria ser relativamente respeitada dentro dos quatro capítulos que compõem a dissertação, com a ressalva de se apresentar o primeiro dos pontos cindido em duas partes. A problematização da natureza do método científico em geral, a problematização da constituição do campo da psicologia social, a apreciação crítica de cada um dos procedimentos metodológicos específicos da psicologia social, e a discussão acerca dos dispositivos operativos alternativos para a coleta de dados empíricos constituiriam de modo capitular o trabalho dentro de cada um dos níveis da atividade científica, levando-nos a crer que Blumer estivesse cômico dos vários planos de discussão dos problemas. Entretanto, com a leitura de cada um dos capítulos, o que percebemos é que a distinção dos níveis dos problemas levantados não corresponde exatamente ao conteúdo de cada uma das seções principais. E mais do que isso, percebemos o quanto problemas relativos a cada um dos níveis aparecem reiteradas vezes dentro de cada apartado e como, por conseguinte, são dispostos de maneira entrelaçada na apresentação mesma dos argumentos.

Afirmando que “o problema [de aplicar o método científico à psicologia social] pareceria cair logicamente dentro de quatro divisões: a natureza do método científico, o campo da psicologia social, as abordagens metodológicas na psicologia social, e os dispositivos e tipos de dados utilizados e buscados” (1928: iii), Blumer nos faz acreditar, logo no começo do texto de tese, que a análise que a virá proceder se balizará por uma diferenciação lúcida no tratamento entre os níveis empírico (capítulo 4), teórico (capítulo 2) e metateórico (capítulos 1 e 3). Mas, como veremos, isso não é precisamente o que ocorre. Assim, se, por um

lado, tal situação faz por revelar o afã de Blumer por uma exposição unificada, buscando uma coerência fluida entre os vários planos em que o discurso científico se desenvolve, por outro, ela evidencia uma relativa falta de clareza respectivamente ao âmbito próprio de problemas de cada um dos níveis, simplificando deliberadamente sua articulação. De fato, a confusão entre metateoria, teoria e empiria não é algo que se apresenta de maneira uniforme ao longo do texto, ela varia de acordo com o foco da análise e reforça a ideia de que Blumer conhecia muito bem as limitações das abordagens existentes na psicologia social, muito embora demonstre dificuldades no seu enquadramento adequado dentro da hierarquia do discurso científico, o que lhe custa a contundência na argumentação.

6.1 O Método Científico em Blumer

O autor inicia sua exposição do método da ciência rendendo críticas ao embaraço que cerca as discussões metodológicas na literatura, enfatizando que a condição polêmica da metodologia tem conduzido a um estado de perplexidade, cujo desdobramento dá-se na forma de infiltrações ideológicas sobre o que ele considera serem “características simples do procedimento científico”. Assim, para ele, a situação de indefinição acerca do que vem a constituir o método da ciência é, em certa medida, produto das “inclinações de alguns que se acreditam incumbidos de defender uma certa posição ideológica” (1928: 1), fazendo somente por ofuscar os passos constitutivos da empreitada científica. Como segunda fonte de perplexidade, Blumer elenca a transposição de procedimentos metodológicos de uma ciência particular a outras ciências particulares, colonizando metodologicamente seus universos de disciplina e fornecendo como que um exemplo rígido para a metodologia em geral. Conquanto não o identifique, tem em vista com isso a recriminação do chamado naturalismo metodológico e, certamente, este segundo diagnóstico não se dissocia daquele que Blumer apresenta de início, podendo ser tomado como um caso subordinado àquele e não efetivamente como um obstáculo paralelo.

Não obstante, as “duas fontes” de perplexidade para a metodologia da ciência apresentam para Blumer os indícios suficientes de que as discussões metodológicas têm se envolvido na incorreção de associar profundidade analítica a mistério e obscuridade filosóficos, acobertando toda a simplicidade que crê cingir as características fundamentais do método da ciência. Para tanto, os procedimentos científicos seriam classificáveis dentro do que ele nomeia por três “fases”, cada uma delas como que abordando um momento do processo de teorização e explicação científicas e podendo ser também encarada como um dos tipos de abordagem do método da ciência, e, portanto, todas elas constituindo aspectos distintos do foco metodológico. Diante disso, os três aspectos da metateoria seriam o *aspecto funcional*, o *aspecto lógico* e o *aspecto técnico*.

Pelo aspecto funcional, a ciência é entendida como uma empreitada instrumental sob a qual se procede à “transformação simplificadora da realidade experiencial” (1928: 2). Tem-se com isso o objetivo de rejeitar que o conhecimento originado pela ciência seja o espelhamento puro e simples da realidade em si mesma, senão que é apenas uma reelaboração dessa realidade, que adquire por si o caráter de um constructo. Blumer defende, nessa linha, a extensão, a diversidade e a complexidade do âmbito dos objetos³, tornando a tarefa de seu conhecimento uma questão de como o sujeito cognoscente se dispõe sobre o emaranhado da realidade. É evidente aqui a influência neokantiana herdada por Blumer, que ele faz por expor citando passagens de Rickert. Todo conhecimento possível é um conhecimento acerca de fenômenos e, como tal, é-nos inacessível a realidade em si mesma; sobre ela só nos resta afirmar que é mais rica e intrincada do que nos é permitido conhecer de uma só vez, reconhecendo o caráter prioritariamente epistemológico-pragmático da metodologia que se manifestaria por meio da pluralidade de abordagens exequíveis à apreensão do universo empírico, cada uma delas como que partindo de fundamentos ontológicos distintos, às vezes divergentes. A realidade é marcada pela heterogeneidade e pela contiguidade e todo ordenamento em forma de conhecimento dessa realidade deve obrigatoriamente ajustar-se a uma transformação desses caracteres, seja produzindo uma heterogeneidade discreta,

³ Afirma Blumer que “aparentemente, esse mundo é infinito em ambos os extremos, os objetos sendo capazes de divisão interminável e também de combinação interminável” (1928: 2).

seja produzindo uma homogeneidade contínua. Em cada um dos tipos de abordagem possíveis temos um elemento de originalidade ontológica mantido e um elemento transformado, definindo como que a não-arbitrariedade do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, a sua parcialidade, marca de uma dependência empírica que é simultaneamente fenomênica.

Essas características de infinidade e complexidade fariam a representação fotográfica tão impossível quanto inútil. O conhecimento genuíno deste mundo deve sempre consistir em sua *transformação simplificada*.

Essa é a marca essencial da ciência, seja de tipo natural ou histórico. Para ilustrar esse ponto, nós precisamos pensar apenas em dois exemplos: (a) a lei da queda dos corpos, a qual, enquanto aplicada a todos os corpos que possuem massa, ignora o grande número de diferenças pormenorizadas características desses corpos; (b) uma descrição histórica do Renascimento. Uma quantidade imensa de material irrelevante é excluído de tal descrição: o clima, a tipografia do terreno, o número de habitantes, o que cada um comeu no café da manhã, as suas operações digestivas, o crescimento celular em seus corpos, os movimentos musculares de como caminhavam. Fosse tarefa da apreensão científica [*scientific comprehension*] a mera cópia e poder-se-ia facilmente ver que não haveria ciência (1928: 2-3; grifos do original).

Nesse trecho, Blumer deixa claro que todo conhecimento conforme à experiência é um conhecimento que a toma dentro de um quadro de relevância, obtendo com isso o fundamento para afirmar a prioridade do sujeito cognoscente e, com efeito, o seu papel criativo dentro do processo epistêmico. Só existe conhecimento se existem problemas veiculados por um sujeito, configurando algo como uma *tese moderada da carga teórica*, uma vez que seus corolários não repreendem um ideal de objetividade. É por meio da figura do sujeito cognoscente, como já ressaltamos na discussão sobre Rickert, que as diferentes modalidades procedimentais da ciência ganham convivência em uma articulação, de cunho pragmático, sem que precisemos nos abster da unidade ontológica da realidade. Essa solução filosófica evita, também como vimos, o espinhoso problema da afirmação de um dualismo ontológico e de seu consequente conteúdo especulativo.

Apesar de partir de um erro de reconstrução do pensamento de Rickert, apontando como exemplo de abordagem de homogeneidade contínua um exemplo empírico cultural – pois a abordagem de homogeneidade contínua em Rickert é

própria do universo de disciplina da matemática – e de apresentar a abordagem de heterogeneidade discreta como própria das ciências naturais – e não das ciências empíricas em geral como seria correto –, Blumer permanece, como Rickert, associando rigidamente modalidades de abordagem a universos de disciplina e podemos dizer que o entendimento de um elo unívoco, dessa maneira, faz com que ele persista na mesma limitação elucidativa a que se manteve Rickert, sem procurar oferecer melhores fundamentos para o dualismo metodológico. Assim, fica exposto à mesma crítica que levantamos contra o neokantiano, a saber, de que a falta de demonstração da fluidez de abordagens nas diferentes ciências faz recrudescer um pano de fundo ontologicamente dualista⁴. Mas, deixando de lado essa crítica mais geral e transversal, podemos continuar nossa reconstrução sob um olhar mais aberto, explorando a continuidade da argumentação proposta no trabalho.

O cerne do método da ciência natural, então, adequado a um foco sobre heterogeneidades discretas por ênfase à generalidades e regularidades – corrigindo agora o equívoco de Blumer –, vislumbra a simplificação da experiência, procedendo ao isolamento de relações instrumentais entre os objetos investigados. O caráter objetivo de seus resultados teorizantes e explicativos consiste na perenidade e repetibilidade das experiências sobre as quais repousam, cuja consequência é a garantia a uma acessibilidade intersubjetiva e a uma comunicabilidade discursiva. Essas três características devem, para Blumer, estabelecer que o objeto da ciência “deve ser um objeto de indicação e identificação comuns” (1928: 6). E para alcançar relações instrumentais, dotadas de perenidade e repetibilidade, as ciências naturais precisam “recortar” os

⁴ Muito embora Blumer busque deixar claro suas pretensões na assimilação de Rickert asseverando que “o uso desses dois métodos [de heterogeneidade discreta e homogeneidade contínua] não implicam dois tipos *originais* de realidade; eles são meramente diferentes abordagens para uma mesma série de acontecimentos. A abordagem, porém, faz com que a realidade assuma, por assim dizer, uma roupagem particular. Ela torna-se *natureza* quando é considerada com respeito ao universal; ela torna-se *história* quando considerada com respeito ao único e individual” (1928: 5, nota; grifos do original). Todavia, a equivalência tecida por Blumer entre a solução metodológica e a contrapartida ontológica, que faz com que se derive uma relação de univocidade (necessidade estrita) entre a abordagem por heterogeneidade discreta e a natureza e entre a abordagem da homogeneidade contínua e a história, ainda que incorreta em relação a uma reconstrução exata do pensamento de Rickert, traz o perigo de recair em um dualismo ontológico e seu conteúdo altamente especulativo.

processos de mudança filtrando regularidades de sucessão que se apresentem duráveis.

Estabelecida em termos de um caráter mais matemático, o procedimento científico [natural] objetiva ao isolamento de uma relação entre duas ou mais variáveis. Sua preocupação, conseqüentemente, é com os meios, não com os fins; isso esclarece que seu ofício não é a explicação do *porquê* que mudanças ocorrem, senão que apenas a indicação de *como* elas ocorrem.

O isolamento da relação instrumental torna-se valioso na proporção de sua precisão. O procedimento científico, conseqüentemente, não para no mero reconhecimento dessa relação, mas pressiona no sentido de torná-la *mais exata*. Seu esforço é o de “desbastar” [“to hew off”] tudo aquilo que é irrelevante e reter senão a ordem desnuda [*bare*], irreduzível de fatores que constituem a conexão. Nessas circunstâncias é que nós temos as razões para a análise científica. [...] É importante apontar que é desse modo que a ciência natural realiza a simplificação – pois, obviamente, ela transforma o complexo por meio exato da eliminação do irrelevante. [1928: 7; grifos do original]

A busca pela relação instrumental, que Blumer qualifica em seguida pela terminologia infeliz de uma “fórmula descritiva”, é nada mais nada menos do que a investigação por causas físicas, ancorada em uma virada filosófica marcadamente fenomenalista. A ideia de que a ciência natural não se preocupa com o *porquê*, mas com o *como* das mudanças, ainda que não seja expressa de modo terminologicamente rigoroso⁵, demonstra a reorientação filosófica da causalidade, que temos resgatado na parte inicial de nosso estudo, abandonando as pretensões metafísicas acerca da realidade primeira ou última. Entretanto, isso não equivale a dizer que uma explicação causal seja uma explicação descritiva. A regularidade de sucessão fixada por meio do vínculo causal conforma um quadro de relevância acerca do qual são selecionados os fatores pertinentes à mudança fenomênica. Conquanto uma descrição possa ser considerada como parte de um processo de seleção ativa do sujeito cognoscente sobre a realidade, essa seleção parece não ser senão primária em relação à seleção (secundária e mais racionalizada) que conforma uma atribuição causal, à medida que o conjunto de fatores salientados nas causas não equivale à tentativa de descrição exaustiva da

⁵ Convém lembrar que enunciados causais possuem a forma lógica de respostas a questões-por-que. No entanto, na relação estrutural que se estabelece na oposição entre o “por que” e o “como” na passagem de Blumer, o que se destaca é a modulação entre uma explicação metafísica, dada pela busca de causas primeiras ou últimas, e uma explicação fenomênica, posta ao deslindamento de relações empiricamente acessíveis, tal qual contida inicialmente na proposição de Descartes das causas mecânicas e que veio a desaguar na ideia de uma causalidade física.

totalidade de fatores presentes na situação real. Além disso, como Blumer concordaria, a própria relação causal deve salvar aspectos duradouros e repetíveis da sucessão dos fenômenos, superando o caráter contingente de uma mera descrição, pois “a ciência é ‘a conceitualização do perceptual’” (1928: 8).^{6, 7} É

⁶ Isso não é diferente para explicações causais de eventos particulares, uma vez que o conjunto de condições relevantes (positivas ou negativas) a que se atribui a causa de um efeito deve implicar necessariamente esse efeito, mesmo que o conjunto de condições relevantes em questão não seja o único conjunto de condições suficiente para a produção do efeito e, assim, que a causa não seja necessária para o efeito.

⁷ O termo “fórmula descritiva” parece ser o resultado combinatório da assimilação do termo “fórmula” tal como utilizado por Leonard Russell em seu artigo “Science and philosophy” [“Ciência e filosofia”] e da leitura um tanto quanto eclética do termo “descrição” dentro das obras de autores como Karl Pearson (*The Grammar of Science* [A Gramática da Ciência]), John Arthur Thompson (*Introduction to Science* [Introdução à Ciência]) e Gustav Kirchhoff (*Vorlesungen über mathematische Physik – Mechanik* [Palestras sobre física matemática – Mecânica]). Isso pode ser percebido na seguinte nota: “Russell pensa a ciência como selecionando as ‘mais simples fórmulas que se adequarão aos fatos’. Thompson diz-nos que seu objetivo é ‘descrever os fatos impessoais da experiência..... tão exatamente quanto possível, tão simplesmente quanto possível e tão completamente quanto possível’. Kirchhoff tem resumido esse fato em sua famosa definição da mecânica: ‘A mecânica é a ciência do movimento; nós definimos como seu objeto a mais completa descrição no modo *mais simples* possível de tais movimentos como ocorrem na natureza’. Pearson fala de sua tarefa como uma ‘descrição abreviada da realidade’. Mach e Poincaré têm visões similares” (1928: 8; grifos do original).

Uma análise dos trechos por ele citados nos evidencia que o termo “descrição” e seus correlatos adquirem significados diferentes em cada um dos autores. Em Thompson, trata-se de uma descrição concernente a enunciados observacionais. Enquanto em Kirchhoff o termo assume uma certa vaguidade entre referir-se a enunciados observacionais e referir-se a teorias e explicações. Já em Pearson, “descrição” associa-se unicamente às ideias de explicação e de teorização. O equívoco cometido por Blumer deriva de um mal-entendido a respeito dos níveis do discurso científico e da aplicação da tese da carga teórica. Ele implica, corretamente, da limitação propriamente fenomênica da apreensão da realidade – proveniente da filosofia neokantiana –, o caráter teoricamente orientado da observabilidade dos fenômenos – herdado da tradição pragmatista –, mas, incorretamente, põe como derivado daquelas a pretensão causalista da teorização e da explicação em ciência.

O primeiro problema reflete uma condição epistemológica *transcendental*, afirmando que não é possível apreender a realidade sem mediações subjetivas, enquanto o segundo a uma condição *imanente* decorrente, pela qual todo sujeito concreto que descreve uma coleção de fatores da experiência concreta está procedendo a uma seleção orientada conforme classificações gerais de aceitação teórica ampla (e vaga), mas o terceiro problema é uma condição estritamente *teórica*, cuja seleção por relação causal de condições relevantes em um esquema de regularidade de sucessão aponta para um conhecimento estabelecido. Ora, seria completamente possível que afirmássemos o terceiro ponto sem qualquer comprometimento com os outros dois, conquanto não fosse muito conveniente. Isso se deve porque os pontos primeiro e segundo só têm importância para a ciência de um ponto de vista *metateórico*, no papel de pressupostos da atividade científica, enquanto o ponto terceiro toca justamente em questões substantivas, *teóricas*, da ciência, como uma seleção secundária que se justapõe às premissas epistemológicas.

Ainda, a combinação do termo “fórmula” de Leonard Russell com o de “descrição” parece ser oriunda da recorrência do termo “simples”, e de seus correlatos, em cada uma das citações oferecidas, levando à confusão não só entre questões de ordem teórica – a simplicidade da explicação ou da teoria – e questões de ordem metateórica – a impossibilidade de descrições puras (tese da carga teórica) e ontologicamente precisas (parcialidade do conhecimento) –, senão que também com questões de ordem empírica – a simplicidade na descrição de fenômenos (como a enunciação não-repetida dos fatores presentes em uma situação).

isso o que se visa com o uso do termo “simplificação”, muito embora passível de uma danosa ambiguidade, como se perceberá.

Ademais, é a superação do puramente contingente que permite obter da ciência elementos de predição e controle. Há um caráter de necessidade que subjaz à apreensão das relações causais e é isso o que se faz por sublinhar – embora um tanto quanto vagamente – quando se diz que uma explicação “deve incluir tudo aquilo que for essencial e excluir tudo aquilo que for inessencial” (1928: 8). E produzir tal análise e racionalização é enveredar-se na positivação de uma teoria – e, com ela, de uma explicação; é ir, justamente, além da descrição, a menos que estejamos utilizando esse termo em um sentido bastante distinto de quando o empregamos para nos referir a procedimentos de enunciação observacional, mas, nesse caso, seria preciso evitar a ambiguidade conceitual – ao mesmo tempo em que sofisticar a metanálise. Que Blumer mantenha o termo derivando conclusões de enunciados que o articulem, e sem que ressalvas sejam tecidas, traz prejuízos à sua apreciação metateórica, na exata medida em que propõe uma mesclagem indevida dos níveis de discurso científico ou, na melhor das hipóteses, um encadeamento excessivamente simplificador entre esses níveis, desatendendo às suas referências linguísticas ou extralinguísticas⁸ próprias.

Predição e controle são, para ele, mais do que características singulares da ciência, são, sobretudo, características da apreensão cognitiva, dados como objetivos também de outras formas de conhecimento, como “a magia, a tecnologia e o senso comum” (1928: 9). Sua visão do conhecimento é nitidamente influenciada pelos veios filosóficos do pragmatismo. Prever e controlar os fenômenos são parte crucial de uma estratégia pragmática que situa o homem em sua vida cotidiana e conformam-se enquanto objetivos inscritos nas tarefas mais elementares da vida comum. As pretensões da atividade científica não contrariam ou se separam das pretensões do conhecimento cotidiano, o que varia é apenas a precisão e a sistematicidade com que são conduzidas as investigações cognitivas, resultando na ampliação não só da eficácia desse conhecimento como de sua abrangência e de sua concatenação. É por isso que Blumer afirma serem as relações instrumentais da ciência natural universais, que, como tal, não admitem

⁸ No caso do nível de discurso empírico.

exceções. A constatação da exceção deve em si mesma originar um anseio e um esforço pela revisão da relação instrumental, reavendo-lhe a universalidade com base na incorporação daquele elemento de incongruência que antes parecia solapar nosso conhecimento.

Essa disposição para reformular seus universais à luz das contradições tem um número de implicações importantes. Ela indica que as descrições da ciência são, por sua própria natureza, apenas aproximações, as quais podem ser substituídas por outras que são mais precisas. Nesse sentido, a reformulação é apenas provisória; e ela é a *esperança constante* da ciência de que será suplantada por outra mais próxima e mais provável. De maior importância é o fato de que essa *disposição de reconstrução* em face da exceção necessita e oferece um lugar para (1) a hipótese e para (2) o experimento. Esses aspectos do procedimento científico podem ser considerados como as pedras angulares do *desenvolvimento científico* natural – e, novamente, estavam ausentes no pensamento antigo (BLUMER, 1928: 10; grifos nossos).

Essa defesa de uma postura epistemológica falibilista herda Blumer de seu orientador, como faz por reconhecer em nota lembrando-nos do artigo “Scientific method and individual thinker”⁹, no qual Mead apresenta uma extensa análise do percurso histórico que levou a desembocar na ciência moderna. Crê ele que o grande trunfo do conhecimento produzido com a modernidade em relação ao conhecimento dos antigos foi a inflexão culminada no fenomenalismo de Kant, que haveria de interditar nossas pretensões cognitivas à realidade ontológica dos objetos, conformando-nos às limitações categoriais do sujeito cognoscente. É essa mudança na concepção epistemológica que teria conciliado a objetividade possível do conhecimento com o subjetivismo das objeções céticas, proporcionando a superação da oposição entre o conhecimento objetivamente válido e a instância contraditória de uma experiência individual. É o fenomenalismo, em sua visão, que abre as portas para uma epistemologia que promova a conciliação entre o conhecimento novo, como criação de uma mente, e o conhecimento reconhecido, enquanto dotado de objetividade, justamente por permitir nos desvencilharmos do apriorismo metafísico que impregnava de imutabilidade o conhecimento estabelecido. E, para Mead, o foco sobre o sujeito cognoscente representaria um modo de conferir prioridade ao sujeito empírico, como aquele sujeito que produz efetivamente conhecimento aplicando as formas

⁹ Em tradução livre: “O método científico e o pensador individual”.

de sensibilidade e entendimento – na figura de um transcendental instanciado – ao conteúdo da experiência.

Nessa apresentação, contudo, Mead propõe seu anti-fundacionismo em uma chave admiravelmente ampla que inclui não apenas sofisticadas considerações acerca do que seria atualmente chamado de uma tese moderada da carga teórica, senão que também uma tentativa de teorização filosófica acerca do conceito de verdade – que o leva a levantar objeções a uma concepção de verdade por correspondência –, um tangenciamento da relação complexa entre subjetivismo e objetivismo em uma consideração histórica do conhecimento, uma reflexão acerca das teorias enquanto complexos de significados, assim como procura oferecer um esboço de uma concepção de desenvolvimento científico, afirma uma tese moderada da subdeterminação teórica, palmilha uma relação entre ciência e moral, e procura inserir, de modo arriscado, o sujeito cognoscente dentro de uma perspectiva social, embora não negue o progresso no desenvolvimento da ciência. Certamente as dificuldades não aparecem identificadas dessa maneira em seu trabalho e sua exposição não faz sublinhar uma transição clara por entre esses âmbitos, alguns deles nem mesmo são individualizados, mas sua preocupação é extensa como quem acredita haver encontrado uma prolífica linha de implicações filosófico-conceituais ainda ignorada.

Como resultado, sua proposta de superação do dualismo metafísico entre a mente e o corpo é levada a cabo a partir do desdobramento e da tentativa de superação de outros dualismos que Mead considera derivados sem que ele se debruce em pormenores importantes acerca do modo como se articulam entre si e sem que defina mais precisamente em que condições a superação é defendida. Enfim, há elementos bastante complexos no texto de Mead e o amplo escopo de conceitos mobilizados por ele, bem como a gama de problemas filosóficos inter-relacionados que faz por explicitar, vai muito além daquilo que Blumer está disposto a sustentar em sua tese e acreditamos mesmo que a amplitude da análise de Mead ultrapassa o que fora assimilado por Blumer. É por isso que localizamos em *The Polish Peasant in Europe and America*¹⁰, de William I. Thomas e Florian

¹⁰ Em tradução livre: O Camponês Polonês na Europa e na América.

W. Znaniecki, uma fonte propícia para o aplainamento da argumentação, como um texto mediador. É certo também que o artigo de Mead e o primeiro volume de *The Polish Peasant* são publicados em um espaço de um ano de diferença – nos anos de 1917 e 1918, respectivamente –, o que permitiria aos autores deste terem baseado sua concepção falibilista de ciência na proposta de Mead¹¹. No entanto, é bastante nítido o modo pelo qual a discussão se apresenta muito menos nuançada na “Methodological note”¹² introdutória ao volume primeiro da obra de Thomas e Znaniecki e, assim, muito mais diretamente assimilável, o que parece ser um modelo adequado para o tratamento sumário de Blumer.

Porém, é importante notar que não estamos aqui questionando a pertinência das ideias de Mead em relação àsquelas sustentadas por Blumer. Ambas as colocações são em muitos sentidos compatíveis, mas a tarefa da elucidação de uma herança teórica tem de ir além da mera compatibilidade, ela precisa resgatar a semelhança contida no modo de abordagem do problema e o que estamos fazendo é simplesmente enfatizar que o tratamento de Mead envolve um leque muito mais amplo e mais profundo de inter-relações conceituais do que aquelas que Blumer parece explicitamente reconhecer em todas as considerações metateóricas presentes em sua tese e, por isso, nutrimos dúvidas em relação à assimilação adequada de muitas decorrências filosóficas importantes já assinaladas no artigo de Mead. Acreditamos que, embora inspirado nas ideias deste e herdeiro de sua terminologia para o problema¹³, Blumer exhibe sua defesa do falibilismo dentro de um quadro de referências muito mais simples e esquemático, próximo, portanto, daquele contido no texto da “Methodological note”, o que nos leva a pensar que sua exposição do problema seja resultado de uma absorção mediada, utilizando a terminologia de Mead dentro de uma estruturação do problema tal como levada a cabo em *The Polish Peasant*.

Ainda dentro do aspecto funcional, a sistematicidade, o outro ponto ressaltado por Blumer para a caracterização da ciência, junto à precisão, é abordada como um esforço pela consistência interna das explicações dentro dos

¹¹ Não obstante, a influência da filosofia do pragmatismo é fator incontestável nas linhas de reflexão metodológica apresentadas por Thomas e Znaniecki.

¹² Em tradução livre: “Nota metodológica”.

¹³ Isso se torna bastante claro no uso do termo “universal” para se referir a enunciados teóricos e no termo “reconstrução” para dizer acerca do processo de revisibilidade científica.

esquemas teóricos. Podemos imaginar, na melhor das hipóteses, que Blumer estivesse de acordo também com a aplicação desse caráter sistêmico a uma consistência própria dos universos de disciplina a respeito dos sistemas teóricos que os compõem e, conseqüentemente, da inter-relação dos universos de disciplina entre si, completando a articulação teórica das explicações, conquanto esses dois últimos pontos não sejam lembrados explicitamente. É a busca pela consistência interna que faz com que Blumer reitere uma etapa exploratória da investigação, que deveria constituir um quadro de referências para investigações posteriores, mais detalhadas, destinadas mais propriamente ao isolamento de relações instrumentais¹⁴. Esse quadro de referências posto pela etapa exploratória delimita o que temos exposto como a limitação da concepção da explicação científica como uma “formulação descritiva” e aparece sem que Blumer se dê conta das incongruências do tratamento anterior do problema. Ao mesmo tempo, entretanto, a preocupação em discriminar uma etapa exploratória e de repousar sobre ela o papel de regular a construção de sistemas teóricos deixa mais clara a não distinção entre os níveis de discurso, particularmente entre o metateórico e o empírico, advinda da consideração ampla da metodologia como um (simples) conjunto de procedimentos, sem atenção às características do nível de linguagem adotada.

Além disso, a incursão exploratória somente pode ser relevante do ponto de vista da investigação como uma precaução na constituição dos enunciados empíricos em congruência com suas conseqüências observacionais, pertencendo, portanto, ao âmbito de problemas do nível operativo da pesquisa, enquanto expediente para perscrutarmos dificuldades vinculadas ao viés e à fidedignidade na obtenção dos dados da experiência. Quando apartada de finalidades estritamente operativas, a pesquisa exploratória restringe-se simplesmente a intervenções de cunho heurístico, com o fito de proporcionar maior familiaridade

¹⁴ Como afirma Blumer, “o efetivo avanço de uma ciência é marcado pela reformulação e aperfeiçoamento desse quadro de referência – e isso, em si mesmo, ocorre por meio de um claro delineamento das variáveis e de suas relações, e por uma delimitação [*sharpening*] dos conceitos-guia, usualmente com a adição de novos conceitos. Nosso principal interesse não é aquele de considerar esse avanço, mas, em vez disso, aquele de mostrar que nos estágios iniciais da ciência muito trabalho necessário deve ser feito de modo a delinear as variáveis e indicar grosso modo sua conexão antes que se possa estabelecer mais precisamente as relações instrumentais. Muitos argumentam que esse trabalho exploratório não é ‘científico’. Sua visão, obviamente, gira em torno de definição. Ela não pode negar a necessidade e o valor desse trabalho inicial” (1928: 12).

ao investigador com seu universo de pesquisa, incorporando-se aos recursos subjetivos de um contexto da descoberta e, portanto, alheio às reflexões especificamente metateóricas. À vista disso, percebe-se, então, como Blumer equivocadamente interpola questões e entra em detalhamentos que não se demonstram absolutamente necessários à metodologia em um sentido estrito, seja por aplainar metateoria e procedimentos de descrição empírica, seja por desconsiderar os contextos da descoberta e da justificação. E tais incorreções só contribuem para nublificar a perspectiva falibilista, introduzindo elementos de um empirismo ingênuo^{15, 16}.

Já dentro do aspecto lógico, que Blumer elenca como o segundo dos três modos de abordagem da atividade científica, temos não apenas processos de competência estritamente lógica, como a dedução e – como se poderia assumir de um modo mais heterodoxo – a indução, senão que também processos que diríamos pertencer a uma competência epistemológica, como a observação, a classificação, a formulação de hipóteses e a experimentação. Esse modo de situar o problema nos faria inferir que seu conceito de lógica inclui algo como uma lógica da pesquisa e não estaríamos errados em tal inferência. Blumer pensa o aspecto lógico pela conformação de “dispositivos de pensamento” e inclui nisso a pretensão psicológica acerca de uma lógica do raciocínio correto, englobando *uma lógica do conceito, uma lógica do juízo, uma lógica da inferência e uma doutrina do método*. No entanto, a dificuldade não emerge tanto de sua definição de “lógica”, senão que de sua incompatibilidade com a divisão metodológica que propõe ao distinguir dentre os “aspectos” da atividade científica, pois, dentro de uma concepção psicológica de lógica, a distinção de um aspecto funcional tornar-se-ia supérflua, na medida em que todos os pontos de caráter funcional constituem para Blumer ou fundamentos epistemológicos ou fundamentos ontológicos epistemologicamente orientados. Ele mesmo não expõe claramente o modo pelo

¹⁵ Que, então, abre uma fenda em sua estruturação do método científico que *funda* na subjetividade sensorial do pensador individual o ponto de apoio para validar (objetivamente) a teoria proposta por seu meio, jogando no indefinido metateórico uma explicação para a revisibilidade dos enunciados teóricos.

¹⁶ Cf. nota 10, deste capítulo. Blumer claramente foge da dificuldade do problema que abre dizendo-o ser meramente uma questão de definição, mas, ao fazer isso, assumindo conjuntamente a “necessidade e o valor” normativos de um procedimento empírico, um fundacionismo empirista o espreita.

qual acredita que a abordagem lógica deve diferir da funcional, limita-se a encarar o aspecto lógico pelo ponto de vista de um prosseguimento sistematizador e aprofundador de um problema, originariamente situado no deslindamento de uma contradição a uma teoria ou explicação aceita. Em suas palavras:

O problema, então, deriva sua forma da posição contraditória e enigmática [*puzzling*] ocupada por certos acontecimentos. O procedimento ulterior na investigação científica – como também enfatizamos acima – é aquele de assinalar a essas instâncias enigmáticas uma *posição significativa* por meio do aprendizado de sua causa, isto é, por meio do isolamento de uma nova relação instrumental. Nós vimos que esse procedimento era, em geral, aquele da criação de hipóteses e da experimentação.

No procedimento científico, então, seguindo-se ao reconhecimento do problema, temos os passos de coleta de dados, da formulação de hipóteses e da verificação. Esses nós consideraremos sob os tópicos [*heads*] da observação, indução, classificação, dedução, formulação de hipóteses e experimentação. Repitamos que elas não procedem em estágios seriais (1928: 14; grifos nossos).

Mas isso é novamente borrar as fronteiras da distinção que tem levantado, oferecendo, na melhor das hipóteses, apenas um desenvolvimento analítico do que estava envolvido nos caracteres de precisão e sistematicidade da ciência, caracteres esses qualificadores da abordagem funcional. Blumer não consegue dotar de inteligibilidade própria a divisão metodológica que realiza e muito é tomado em torno de uma intuitividade que obscurece mais do que elucida. Sua preocupação em ressaltar a prescindibilidade de uma sequência particular para os procedimentos da abordagem lógica demonstra o modo como descoberta e justificação encontram-se fundidas em seu esquema, pois, se a inexistência de um caráter seriado na sucessão dos procedimentos diz acerca de uma liberdade criativa, essa mesma liberdade criativa já não é mais central à metodologia científica quando nos vinculamos a uma tese moderada da carga teórica, com base na qual o “procedimento científico assegura seu início no reconhecimento de um ‘problema’” (1928: 13), mas não se abandona com isso suas consequências sobre questões que demandam a fixação de regras de procedimento para demonstração e prova. A fluência com que aborda o desenvolvimento da ciência impede Blumer de distinguir entre o teste refutador de uma teoria prevalecente e a proposição de uma nova teoria, e assim também com relação ao teste para o estabelecimento dessa última. Conceber uma teoria nova torna-se, para ele, quase como estabelecê-

la exitosamente. Porém, se esta fusão de operações díspares ocorre, não temos motivos para sustentar qualquer provisoriade de conhecimento em condições objetivas.

Mesmo advogando por uma interação procedimental entre observação, indução, classificação, dedução, formulação de hipóteses e experimentação, em detrimento de uma mera sucessão serial de estágios, Blumer não consegue fundamentar um método para o teste teórico. Suas indicações não ultrapassam o caráter de recomendações¹⁷, o que pouco contribui para a composição de regras metodológicas. Não há uma explicitação de como se deve proceder para a obtenção de teorias válidas, senão que simplesmente devemos crer no ajuste razoável do investigador para cada um dos processos isoladamente e para o curso de interação que praticará entre estes. A falta de caracteres normativos torna a precisão e a sistematicidade científicas conceitos vagos e subjetivamente orientados, fazendo com que a fundamentação da verdade fique submetida às condições de sua descoberta.

A hesitação em prescrever regras para a justificação do conhecimento parte do temor em relação à imposição apriorista de concepções, temor este que Blumer herda da oposição do pragmatismo às filosofias especulativas e que sustenta com excessiva drasticidade, acolhendo o empirismo por vezes acriticamente e a despeito da forte assimilação do criticismo kantiano pelos pragmatistas. Assim, esse imbricamento entre a *ars demonstrandi* e a *ars inveniendi* deriva mais propriamente da concepção psicológica de lógica adotada e é justamente a sua combinação com um ideal de preservação da liberdade criativa do investigador que nos faz obter tal fragilidade normativa no esquema-base da metodologia blumeriana.

A renúncia em legislar normativamente sobre o contexto da descoberta repercute esvaziando o contexto da justificação e amenizando o peso da reflexão metateórica, em um movimento oposto ao daquele notado entre os empiristas clássicos, cujo excesso de confiança sobre os mecanismos psicológicos da mente ousou atrelar rigidamente o âmbito da descoberta ao indutivismo e ao associacionismo ideacional. Contudo, como já pudemos enfatizar, o

¹⁷ Como afirma, “muito pouco pode ser dito acerca desses processos lógicos além da indicação de certas precauções a serem observadas em seu uso” (1928: 15).

abrandamento da metateoria em favor de caracteres operativos e subjetivos, por meio da ausência de indicação de regras metodológicas, contribui para a ampliação da ênfase sobre a especificidade na apreensão empírica, menosprezando a carga teórico-filosófica pressuposta no acesso à experiência. O problema enquanto orientador metodológico da investigação cede espaço a um *observacionalismo* e o resultado é o desdobramento imprevisto de um *indutivismo ingênuo*. Curiosamente, a montagem desse esquema-base parece provir exatamente de uma inspiração proporcionada por Mead quando procura enfatizar, no artigo que temos mencionado, o lugar do pensador individual na conformação do método científico. Defende ele que a revisibilidade do conhecimento vigente tem sua origem nas constatações contraditórias da experiência de um indivíduo, mas se isso nos capacita a evitar o apriorismo metafísico incorporando o ceticismo, não elimina a necessidade de alçarmos a experiência individual à objetividade e de lidarmos com as tensões subjetivistas desse ceticismo incorporado. No entanto, Blumer não traz para o seu esquema-base justamente a tentativa de apoiar a consciência individual em uma natureza social, capaz de gerir seu acesso ao mundo empírico, tentativa esta que é medular a todo o pensamento epistemológico de Mead e que constitui a sua saída – conquanto tratado incipientemente no artigo citado – para o impasse do vínculo entre a experiência do pensador individual e o reconhecimento intersubjetivo estrito de sua validade cognitiva¹⁸. Assim, ao não fazê-lo, Blumer imerge inteiramente em

¹⁸ Diz Mead, “a realização desse programa [refutacionista às teorias científicas], no entanto, aguarda a solução do problema científico da relação do psíquico e do físico com o consequente problema do significado da assim chamada origem da consciência na história da humanidade. *A minha sensação é de que esses problemas devem ser atacados a partir do ponto de vista da natureza social da assim chamada consciência*. As mais claras indicações sobre isso eu encontro na referência de nossas constantes lógicas para a estrutura do pensamento como um meio de comunicação, na explicação dos erros na história da ciência por sua determinação social e na interpretação do campo interior da experiência como a importação de relações sociais sobre a conduta consciente do indivíduo. Mas qualquer que seja a solução desses problemas, ela deve carregar consigo um tal tratamento da experiência do indivíduo de modo a que esta nunca venha a ser considerada apenas como um estado subjetivo, conquanto inadequada possa ter sido provada em si mesma como uma hipótese científica” (1917: 220-1; grifos nossos).

Em passagem anterior, tentando argumentar pela objetividade da experiência do investigador individual, Mead afirma: “não pode ser mantido com sucesso que a observação científica do tipo mais particular, a qual seja aceita apenas enquanto um acontecimento nesta ou naquela experiência do cientista, é, como tal, um dado psicológico (...) A psicologia lida com a consciência do indivíduo em sua dependência acerca do organismo fisiológico e acerca daqueles conteúdos que se desprendem por si mesmos dos objetos exteriores ao indivíduo e que são identificados com a sua experiência interior. (...) É necessário enfatizar novamente que para a ciência essas experiências

uma concepção psicológica da lógica e em um *antiapriorismo radical*¹⁹, afastando-se da inflexão kantiana²⁰ – tão marcante no texto de Mead – e, com efeito, afastando-se também do impacto metateórico das reflexões estruturais da epistemologia do pragmatismo.

Conquanto o procedimento de observação dos fenômenos seja exposto como exigindo precisão e a precisão seja ela mesma posta em termos do levantamento de dados relevantes, o que nos levaria à prevalência de um problema teórico de fundo a toda observabilidade, não há sugestão de qualquer critério para a relevância da apreensão empírica, deixando sua fundamentação apenas intuída ou a cargo da “escala de valores do investigador”. Algo similar ocorre também no seu entendimento da indução. Ainda que procedendo à crítica da indução pura, que enxerga como ideal amplamente difundido via influência filosófica de Bacon, e escorando-se justamente em Whewell para dizer de sua condição de insuficiência inferencial, Blumer não consegue fundamentar a objetividade para um princípio indutivo, uma vez que as instâncias indutivamente coletadas partiriam sempre de “alguma concepção do investigador” (1928: 16). Sua preocupação em afirmar a subordinação da indução a problemas pré-concebidos de um investigador particular, asseverando conjuntamente a necessidade de vinculação empírica da atividade científica, deixa por explicitar o

particulares emergem dentro de um mundo [teoricamente concebido] que é, em sua estrutura lógica, organizado e universal. Elas emergem somente por meio do conflito da experiência de um indivíduo com uma estrutura aceita. Para a ciência, a experiência individual *pressupõe* a estrutura organizada; portanto, ela não pode prover o material para além do qual a estrutura é construída. Esse é o erro seja do positivista, seja do filósofo psicológico, se o procedimento científico nos oferece em qualquer sentido um retrato da situação” (1917: 217; grifo do original). O “material” a que Mead se refere é nada menos do que o sistema de classificações mobilizado teoricamente para definir a realidade, é esse sistema de classificações que, uma vez estabelecido, guia o investigador na percepção das ocorrências empíricas e que guia também a percepção de ocorrências contraditórias, na medida em que fornece os conceitos pelos quais a realidade é organizada em sua inteligibilidade.

¹⁹ Que o fazem prescindir da proposição de regras para a justificação do conhecimento como um modo de salvaguardar a dimensão criativa da ciência, que Blumer vislumbra no cerne do reconhecimento de um problema de investigação e da subjetividade perceptual de um investigador. Com efeito, sua proposta metateórica adere a concepções epistemológicas ingenuamente firmadas no senso comum.

²⁰ Embora a lógica de Kant possa ser enquadrada como psicológica, por partir do entendimento e constituir categorias da mente, ela, por si mesma, não é entendida psicologicamente, como produto de uma subjetividade empírica, mas anterior a qualquer psicológico efetivo, visto que se pauta por princípios *a priori*. Em outras palavras, ela não se baseia nas condições positivas do entendimento, como o entendimento ocorre efetivamente, senão que nas condições normativas dele, em como ele deve se dar. Cf. Tugendhat (1996: capítulo 1).

modo pelo qual a conclusão de uma indução não restaria viciada por pré-noções subjetivas, abalando a base empírica da ciência e nos deixando à mercê do subjetivismo. Muito embora a apreciação que elabora contenha os elementos gerais que o capacitariam ao desatrelamento da indução do âmbito estritamente psicológico de um empirismo genético, fazendo-a aflorar enquanto característica de um empirismo focadamente epistemológico e, assim, alinhado às heranças fenomenalista e pragmatista, a validade da indução dentro do teste de teorias não se torna objeto da atenção de Blumer, que se contenta em invocar apenas de modo lacônico a competência do investigador individual para legitimá-la. Quando assim o faz, consente que o investigador norteador pela posição metodológica proposta, ao se deparar com a dúvida de haver conduzido corretamente suas observações e induções, arrime-se nas próprias certezas pessoais para prosseguir o curso de sua pesquisa, baseando nisso a legitimidade do princípio indutivo que ilumina as generalizações inferidas. Todavia, tal condição não poderia jamais constituir garantia para que a teoria proposta se visse justificada pela experiência, à medida que nada asseguraria que as certezas pessoais do pesquisador correspondessem a algo válido para além de si mesmo ou, quiçá, de um coletivo limitado. Assim, as rubricas da observação e da indução só conseguem ser explicitadas exitosamente sob o ponto de vista de um contexto da descoberta.

Nesse sentido, a defesa explícita de uma tese da carga teórica ocorre ainda com pronunciado vigor sob a discussão dos tópicos da classificação, da dedução e da formulação de hipóteses, a despeito do indutivismo anterior. Ao considerar o enunciado de Jevons de que “toda inferência lógica envolve classificação” (*apud* BLUMER, 1928: 17), Blumer retoma a argumentação neokantiana da prevalência do sujeito no processo cognitivo, embora faça uma curiosa ressalva relativamente a sistemas de classificações que nomeia por “artificiais”:

O número de modos de classificação de nossa experiência é ilimitado. Isso, *naturalmente*, indicaria que nem todas as classificações são de valor. O agrupamento fortuito de fatos diversos tem pouca chance de revelar qualquer coisa de *significativo*. Nós podemos distinguir entre ao menos dois tipos diferentes de classificação: uma que é da natureza de um catálogo e a outra que seja de um caráter “natural”. A primeira é uma classificação arbitrária, usualmente incluindo tudo, feita por um propósito particular. Ela é um mero objeto de conveniência, *não nos diz nada acerca de relações objetivas* e, assim, não poderia, eventualmente, levar à derivação de princípios ou leis. (...)

Classificações artificiais têm de ser evitadas pela ciência, se qualquer coisa além da mera conveniência de rotulação é desejada. Uma classificação natural que procure agrupar as coisas de acordo com uma similaridade “natural” é valiosa justamente porque ela pode levar à derivação de leis significativas. O critério da “naturalidade”, deixe-nos adicionar, parece consistir meramente no rigor da identidade entre os membros de uma classe (BLUMER, 1928: 18; grifos nossos).

Essa ressalva de tons triviais pode ser lida como uma tentativa de limitação do papel do sujeito na classificação da realidade, indicando que mesmo que sejam possíveis infinitos modos de classificação da experiência, nem todos seriam capazes de pertinência cognitiva, ou melhor, de adequação empírica. Alguns sistemas de classificação seriam passíveis de serem aventados, mas jamais passíveis de adquirirem objetividade. Permaneceriam sempre como tentativas infrutíferas e infrutificáveis de organizar a realidade empírica, na medida em que incompatíveis com um caractere exterior que se apresenta independente ao sujeito cognoscente. E é justamente no caráter independente da realidade que encontramos o “rigor da identidade entre os membros de uma classe”. Além disso, é também nesse ponto que o vemos distanciar-se do fenomenalismo antirrealista neokantiano, a despeito da contiguidade expositiva que procura sustentar em relação à ontologia de Rickert. Deveras, não há nada de “natural” em concluir que, do número infinito de modos de classificação, nem todas as classificações sejam de valor, bem como aceitar que uma classificação deva tornar-se legítima no rigor da identidade de classe, como a apreensão de um atributo ontológico dos entes classificados.

Blumer não percebe o modo pelo qual sua ressalva realista gera impacto em seu discurso metodológico e não se esforça em apresentar pormenores respectivamente a como uma classificação “natural” poderia ser alcançada e, logo, classificações artificiais evitadas. A ausência de detalhamentos faz com que suas advertências restrinjam-se a um singelo aconselhamento sobre a construção de sistemas classificatórios em vez de efetivamente direcionarem expedientes de prova de sistemas já construídos, tornando-se, então, de pouca relevância metateórica. Blumer não propõe qualquer procedimento estritamente intersubjetivo de controle dos resultados do uso criativo da subjetividade e, nesse sentido, só apela a ela mesma, em seu próprio ato criativo, para uma espécie de “bom senso” científico, que, por sua vez, repousa em um vazio de diretrizes.

No tratamento da dedução, entretanto, podemos dizer que se encontra sua consideração mais lúcida acerca da justificação científica. É nele que Blumer delinea o que acredita serem as condições básicas para que uma proposição teórica venha a adquirir justificabilidade. Ao asseverar que “desde o seu início a ciência compartilha de uma natureza dedutiva” (1928: 19), o que intenciona é conceder às pré-noções que guiam e organizam a apreensão empírica requisitos lógicos necessários pelos quais venham a ser suscetíveis de confrontação com os fatos. Assim sendo, Blumer segue uma linha coerente com sua ênfase sobre uma tese da carga teórica, ressaltando a dedução enquanto um procedimento de derivação de consequências que tem por exigência pressuposta uma concatenação lógica dos conteúdos teóricos e cujo objetivo é o de permitir-nos partir de juízos prévios de caráter geral acerca da experiência – sejam eles pré-noções, suposições ou teorias bem estabelecidas – e chegar a decorrências particulares necessárias a esses juízos, garantindo a essas teorizações um caráter de analiticidade material.

Embora Blumer se furte a definir regras para a justificação teórica, escorando-se num antiapriorismo radical e num “princípio de escolha” criativa que parecem mesclar os contextos da descoberta e da justificação, assim como os diversos níveis do discurso científico, ele o faz implicitamente no tópico da dedução no que sugere como condição para a implicação dedutiva, isto é, no pressuposto de que as ideias pré-concebidas que conformam as tentativas de teorização da realidade devem ser concatenadas sob padrões de coerência lógica a fim de que delas sejam deriváveis consequências empíricas e, conseqüentemente, tornem-se aptas à prova intersubjetiva. Assim, ainda que o processo dedutivo não seja suficiente para validar um conhecimento, ele constitui uma pré-condição imprescindível à validação, capacitando o conteúdo geral das leis científicas à implicação de ocorrências particulares e, então, ao contraste com conteúdos observacionais, cuja captação seria realizada indutivamente²¹. A dedução traz consigo exigências lógicas para a construção de teorias, sem as quais os enunciados generalizantes permaneceriam aquém da testabilidade, enquanto veículos de conteúdo especulativo e, com isso, aquém do próprio estatuto

²¹ Não entramos, aqui, no mérito da questão acerca da impossibilidade de comparação entre linguagem e experiência, como um prosseguimento do problema da inacessibilidade direta da realidade em si.

científico. Logo, estamos diante de algo como uma rudimentar *concepção axiomática das teorias* e, por conseguinte, diante de três *regras metodológicas* efetivas, visto que um sistema teórico (1) deve assegurar consequências observacionais e, para tanto, (2) não deve conter hipóteses contraditórias (3) nem tautológicas, pois sua ocorrência implicaria suposições, respectivamente, impossíveis e descompromissadas em relação à experiência.

A dedução proveria às hipóteses teórico-explicativas da ciência a condição para que suas generalizações fossem avaliáveis quanto à pertinência de suas pretensões empíricas, mas, para tanto, dependeria a dedutibilidade de que hipóteses fossem propostas. Dessa maneira, a formulação de hipóteses constitui-se em procedimento indispensável para conferir inteligibilidade à experiência, arriscando-se sobre o ordenamento dos dados fatuais. Sem formular hipóteses, a ciência e o cientista encontram-se impedidos de reter os conteúdos fornecidos pela realidade empírica e, uma vez mais, vemo-nos imersos num universo de pré-noções. Todo sistema classificativo e explicativo da realidade é uma construção hipotética concebida dentro de parâmetros lógicos, cuja demonstração de validade cognitiva ainda deve ser realizada por um ajuste de contas fatural, isto é, sendo submetida a teste e aprovada frente a instâncias empíricas. É isso o que Blumer, a princípio, intenciona quando utiliza o termo “verificação”. Não está ele vinculando-se imediatamente a uma tradição positivista, em que verificar um enunciado ou uma teoria seja submetê-lo a um *princípio de verificabilidade* (terminante), até porque seus autores de referência empregam o termo dentro de uma acepção mais ampla. Assim, “verificar” adquire o mesmo sentido de “testar”, mas, nessa definição ampla, permanecemos ainda aquém dos caracteres normativos da testabilidade. Nem Mead, nem Thomas e Znaniecki, apesar de ideias avançadas em torno de um refutacionismo – que antecede a metateoria popperiana –, oferecem um tratamento aprofundado das condições do teste teórico e, com isso, deixam-nos sem saber como situar as exceções perante os enunciados e sistemas teóricos. Não ocorre diferentemente em relação a Blumer. O equívoco dos autores consiste em não haverem versado sobre o estatuto da observação e dos enunciados observacionais e, destarte, em não terem dedicado atenção a como as observações conduzidas por um indivíduo podem ser objetivamente aceitas;

restringiram-se a pressupor implicitamente um elo entre elas. Mead foi o que mais avançou na questão, mas sua proposta de uma estrutura social para a consciência ainda não contava com os desdobramentos de *Mind, Self and Society*²², publicado apenas em 1934, e Blumer não conseguiria assimilar a natureza metodologicamente prolífica de seu pressentimento filosófico.

É para o teste que toda classificação e toda hipótese de pretensões científicas são concebidas. Sem esse escopo tornam-se meros palpites que o próprio Blumer qualifica como “de nenhuma significatividade”, impedidos que estariam da implicação dedutiva de consequências observacionais e da referência à experiência. A menção ao significado de leis e sistemas teóricos é recorrente no entendimento de Blumer do trunfo da atividade científica. Isso faz repousar sobre o teste toda a carga cognitiva de um critério de significação, indicando o modo pelo qual todos os demais procedimentos do aspecto lógico da ciência adquiririam feições propriamente comunicativas e, então, intersubjetivas. Entretanto, quando se propõe a discutir a testabilidade sob a rubrica da experimentação, Blumer extrapola na concisão da exposição e nota-se nisto uma fragilidade vertebral. Distingue ele a experimentação da observação dizendo tão somente que

A experimentação deve ser considerada como uma peça concentrada de indução. Ela é um tanto quanto diferente da observação. Na última nós meramente estudamos o curso dos eventos; na primeira nós arranjamos para certas coisas ocorrerem. O valor da experimentação repousa na eliminação de questões irrelevantes e, assim, na criação daquele sistema fechado necessário para a descoberta (1928:22).

Tenta abrigar com isso algo como a diferença entre a mera percepção de fatores sucessivos e coexistentes e a legítima apreensão de relação a uma regularidade de sucessão entre fenômenos. Mas, delimitando o teste em torno de uma indução que evidencia agora como um procedimento de justificação, ele ignora o problema lógico da limitação inferencial dos argumentos indutivos e sustenta a testabilidade sobre uma temerosa simplicidade de fundamentos, omitindo-se acerca da elaboração de regras para a garantia da objetividade de uma indução com pretensões epistemológicas.

Além do mais, ao creditar a significatividade dos enunciados à condição de teste, Blumer acaba por aproximar sua concepção de testabilidade das linhas de

²² Em tradução livre: Mente, *Self* e Sociedade.

um critério empirista de significado, aliando-se a uma visão estrita de demarcação do conhecimento científico e sucumbindo a uma posição anti-metafísica positivista. Com efeito, para que um enunciado seja considerado significativo deve ser ele passível, em princípio, de verificação terminante, fornecendo as condições para sua certificação em bases físico-sensoriais²³, caso contrário enunciados não-sensorialmente verificáveis não seriam vistos como destituídos de significado, senão que meramente menos significativos²⁴. O empecilho, assim, dá-se na incongruência com o *falibilismo* tão acentuadamente defendido por ele e que acarreta uma condição de *revisibilidade em princípio do conhecimento*²⁵. O critério empirista de significado, ao contrário, faz com que enunciados observacionais sejam instâncias últimas do teste científico, cabendo-lhes somente a comparação com estados-de-coisas ao ponto em que não reste dúvida alguma quanto à procedência ou não do que enunciam. E isso conduz à aceitação de descrições teoricamente neutras, uma vez que a correspondência com o mundo externo é imediatamente apreensível e, por isso, insuscetível de questionamento²⁶. De fato, Blumer nada diz a respeito de como conduzir o teste e a que tipo de constructo intelectual o teste deve prestar apoio; ficamos sem saber se o que se testa são enunciados isolados ou sistemas teóricos inteiros, mas, considerando que estivesse cômico da importância de termos e enunciados estritamente teóricos na

²³ Utilizamos o termo composto pois não temos a intenção de entrarmos na discussão referente à natureza dos enunciados observacionais entre fisicalismo e sensorialismo, que consideramos ultrapassada. Para tanto, sugerimos a composição dos termos de modo a se reter a pretensão de objetividade do fisicalismo sem deixarmos de enfatizar a condição sensorial da apreensão empírica que deve estar pressuposta em um enunciado de observação.

²⁴ E neste caso seria preciso distinguir o tipo ou os tipos de significado adequados a proposições científicas e o tipo ou os tipos de significado não-adequados.

²⁵ Cf. nota 14, deste capítulo. Mead estava ciente dos corolários fundacionistas da filosofia positivista de sua época e colocou-se em oposição a eles por meio de uma tese moderada da carga teórica, em que a teoria testada orienta a observação empírica por meio de seus conceitos e obtém de retorno a corroboração ou a refutação de suas proposições conforme a relação dos conceitos entre si em congruência com a relação de suas correspondências empíricas também entre si.

²⁶ Abordamos aqui apenas um princípio de verificabilidade, todavia, os mesmos problemas estão presentes em um princípio de refutabilidade, como demonstra Hempel (1979 [1965]). Mesmo assim, é interessante fazer constar que as objeções de Hempel não atingiriam, por exemplo, uma metateoria refutacionista como a de Popper, na medida em que este introduz em seu esquema considerações acerca do um caráter convencional dos enunciados de observação e a respeito do caráter holista do teste teórico, restringindo o papel dos fundamentos lógicos na testabilidade e garantindo em sua metodologia a prevalência de termos e enunciados teóricos na apreensão da experiência.

construção de teorias²⁷ – acerca dos quais é impossível qualquer redutibilidade a termos e enunciados físico-sensoriais –, ainda permanecemos reféns de uma perspectiva fundacionista, assim como nos deparamos com uma séria dificuldade em suportarmos o uso de termos e enunciados universais, solapando os objetivos deterministas próprios ao isolamento de relações causais a partir da superação de instâncias refutadoras.

Mesmo assim, ao afirmar acerca da criação de um sistema fechado como um valor intrínseco à experimentação e que conduz à descoberta, o que se tenta é um retorno à teoreticidade dos enunciados observacionais. Todavia, nenhuma saída é proposta para a circularidade de um teste teórico por recurso a observações que pressuponham a teoria testada, uma saída que conceda efetiva moderação ao argumento da carga teórica e que preste legitimidade objetiva a uma revisão da teoria por meio da constatação de exceções. Desse modo, apelar para a importância de experimentos cruciais, como o faz Blumer, torna-se algo pouco elucidativo, à medida que não estão disponíveis os parâmetros pelos quais possamos nos basear para confiarmos na coleção de observações que nos capacitariam a eleger objetivamente entre hipóteses rivais. Dentro de um teste indutivo em que incidem tão somente parâmetros lógicos é vedada qualquer possibilidade de um experimento crucial em sentido estrito, à medida que uma proposição de caráter universal não pode ser implicada de um conjunto finito de casos particulares. Logo, não há limite para a enumeração de instâncias favoráveis ou contraditórias e nos vemos sempre tendidos ao infinito de uma coleção de instâncias por vir, sem nunca dispormos de aptidão para decidir justificadamente por um sistema teórico perante seus sistemas alternativos.

A ausência de parâmetros extralógicos sobre os quais se possa repousar uma confiabilidade provisória a um teste conduzido indutivamente faz com que a testabilidade científica permaneça suscetível a argumentos céticos, localizando na inviabilidade de um conhecimento terminante o foco para a rejeição de um conhecimento intersubjetivamente avalizável. Revela-se novamente o impasse entre observação e teoria contido na definição das explicações científicas como “fórmulas descritivas”, dado que permanecem ausentes os critérios normativos à

²⁷ Baseando-nos em sua reiterada salvaguarda da carga teórica de termos e enunciados de observação.

testabilidade respectivamente à aceitação de enunciados de observação, pelos quais teorias científicas assumem validade geral explicativa e preditiva, indo além da mera contingência circunstancial das descrições.

Na alegação de que na experimentação nós arranjam os para certos fenômenos ocorrerem, Blumer procura escorar-se na ideia de que as hipóteses teórico-explicativas teriam por função não apenas classificar os fenômenos e sistematizar suas relações, mas, também, como decorrência, orientar a apreensão de fatualidades futuras. Nesse sentido, a pretensão de universalidade contida nas propostas de teorização da experiência não lhes garantiria validade universal incontestada e, sobretudo, expor-lhes-ia um requisito para persistirem objetivamente fiáveis. A ênfase sobre a aspiração de universalidade conduziria a que as hipóteses fossem encaradas dentro de uma condição de correspondência pretensa e tentativa com a realidade, preservando o caráter metodológico da proposição de hipóteses e de toda consequência ontológica assim pressupostamente mobilizada. É somente desse modo que se pode dizer apropriadamente que “as ideias preconcebidas, por si mesmas, não são nocivas – pelo contrário, elas são extremamente valiosas; são perigosas somente quando se tornam *ideias fixas*” (1928: 19; grifos do original).

Porém, sob essas circunstâncias, não temos por que nos empenhar em um teste indutivo, visto que a manutenção da hipótese é satisfeita perante a confrontação com casos particulares isolados. É absolutamente prescindível que apresentemos as instâncias em conjunto, pois a crença na hipótese universal supõe a adequação empírica às ocorrências consecutivamente anteriores à ocorrência atual e a refutação da hipótese requer apenas um único caso particular contraditório. Para que a revisibilidade do conhecimento seja exequível, o teste não deve se constituir em procedimento de certificação da crença, senão que tão somente para subsistência dela. O conhecimento, portanto, é universal e falível e, nesse sentido, aproximamo-nos do que viria a ser conhecido mais tarde, com Popper, como método hipotético-dedutivo. O teste não busca instâncias positivas ou negativas para uma conclusão terminante acerca da validade do sistema teórico, ele diz acerca da aceitabilidade da crença na validade desse sistema sob a aceitação da instância que o corrobora ou o refuta; logo, toda aceitação de um sistema teórico depende da aceitação da enunciação de instâncias positivas e

negativas observadas, que, dessa forma, também são passíveis de revisão. Entretanto, carece à metanálise blumeriana justamente o reconhecimento e a abordagem da dificuldade concernente à validade objetiva de observações e enunciados observacionais teoricamente não-neutros, inviabilizando uma proposta consistente para a testabilidade.

A falta de sofisticação para sustentar a ideia de impregnação teórica das observações torna as intenções de objetividade de Blumer pouco compatíveis com os corolários relativistas que emergem, comprometendo o argumento em favor do êxito pragmático e da significatividade como característica distintiva da ciência em relação a outras formas de conhecimento. A rigor, a incapacidade de evitar os percalços de uma tese radical da carga teórica incide mais propriamente sobre a viabilidade de um critério de demarcação e introduz um carácter de indistinção entre teorizações científicas e não-científicas, uma vez que a confrontação propugnada pelo teste em ciência torna-se sempre uma comparação entre sistemas teóricos e, no limite, entre concepções de mundo neles inscritas pressupostamente, recaindo em questões de *incomensurabilidade*.

A associação forte, por um lado, entre indução e empirismo conduz Blumer a uma certa redução da epistemologia à lógica na metateoria, procurando com isso conceder base empírica à atividade científica e situando um ideal de unidade metodológica da ciência. Ao estruturar o teste teórico em torno da indução sobre instâncias empíricas, acredita ele ter encontrado um procedimento intersubjetivamente fiável, pois parte, implicitamente, de uma concepção psicológica de lógica, repousando as generalizações científicas em disposições de um raciocínio correto. Contudo, ao crermos na aplicação correta da razão como um atributo da apreensão indutiva, pendemos a uma teoria do conhecimento fundacionista, à medida que os enunciados descritivos da realidade, que suportam nossas generalizações, se revestem de um carácter de neutralidade. Por outro lado, quando Blumer propugna a prevalência do problema para a investigação, desejando salientar a posição do sujeito no processo cognitivo, emerge uma dificuldade inerente à carga teórica dos enunciados de observação. Com efeito, borram-se as distinções entre teoria e descrição e tem-se um conhecimento pulverizado por pré-noções, posicionando no cerne da análise metodológica

preocupações epistemológicas, antes de lógicas. O teste, no limite, torna-se uma petição de princípio e, sem condições para um exame objetivo das teorias, a crença nas hipóteses da ciência é submetida a questões de conveniência ontológica, lançando-nos em um relativismo.

Disso entendemos que para Blumer, em seu empenho por aproximar o conhecimento produzido pelas disciplinas sociais do caráter de cientificidade do conhecimento das disciplinas naturais, passa despercebido uma característica central à filosofia pragmatista, mobilizada em sua reconstrução metodológica, em relação à filosofia científica empirista de origem européia – culminada na corrente do positivismo lógico. Negligencia ele uma nuance própria ao *princípio pragmático*, tal como lançado por Peirce – e absorvido por Mead²⁸ –, que o distancia do verificacionismo de um critério empirista de significado, sem que se ceda decorrentemente a um ceticismo relativista. A diferença reside no modo de se conferir significado a conceitos e enunciados sintéticos, pelo qual se subsume um traço experimentalista a uma aptidão *practicalista*²⁹. O desígnio practicalista, que inexiste no positivismo, faz repousar sobre o sujeito o foco de todo e qualquer conhecimento estabelecido, assim, o significado não é uma propriedade emanada de uma fonte exterior e sensorialmente apreensível, mas uma predisposição para agir sobre os objetos segundo uma motivação por certos resultados. Logo, a concepção de um objeto e da relação entre objetos é dada na base das decorrências práticas de seus efeitos e é dependente dos hábitos de comportamento do sujeito cognoscente. Com a inflexão practicalista, a constituição da crença tendo por base

²⁸ É nesse sentido que Mead afirma: “A hipótese não tem caracteres universais e necessários, exceto aqueles que pertencem ao pensamento que preserva o mesmo significado para os mesmos objetos, as mesmas relações para os mesmos relacionados, os mesmos atributos de assentimento e dissensão nas mesmas condições, os mesmos resultados das mesmas combinações das mesmas coisas. Na investigação científica dos significados, as relações com os relacionados, o assentimento e a dissensão, as combinações e as coisas combinadas estão todos no mundo da experiência [mediada do sujeito]. (...) Quaisquer conclusões que o cientista desenhe como resultados necessários e universais de sua hipótese para um mundo independente de seu pensamento são devidos, não à força da convicção de sua lógica, mas a outras considerações. Pois ele sabe que, se refletir, outro problema pode surgir, o qual, em sua solução, mudará a face do mundo construído sobre a presente hipótese. Ele defenderá a inexorabilidade de seu raciocínio, mas as premissas podem mudar. (...) Seus universais, quando aplicados à natureza, são todos universais hipotéticos” (1917: 214-5). Todavia, não haveremos de discutir neste momento as possíveis dificuldades reveladas ao longo dos trabalhos por Mead a respeito de haver tratado sempre de modo coerente acerca de um conceito de significado, dificuldades estas que aparecem frequentemente como produto das diversas caracterizações interpretativas da obra de Mead.

²⁹ Os termos “experimentalista” e “practicalista” são propostas de Alston (1955).

o hábito não implica, como pleiteariam os empiristas clássicos, a aplicação de leis do pensamento, como uma correção lógico-psicológica do uso da razão, já que ela assimila a subjetividade da inferência prática de um agente enquanto crença legítima e, por conseguinte, prescinde, assim como no positivismo lógico, das premissas psicológicas à concepção da lógica que apareciam classicamente na relação entre empirismo e indução, sem se precipitar, porém, como no verificacionismo, nos percalços de uma lógica indutiva *stricto sensu*³⁰. Ademais, um enunciado praticalista, como aponta Alston (1955), tem a capacidade de traduzir um enunciado experimentalista, ao passo que o inverso não se aplica. Isso se dá porque o enunciado praticalista não se compromete com a necessidade de resultados sensoriais perceptíveis, senão que com disposições para comportar-se segundo resultados desejados, o que inclui a possibilidade de disposições comportamentais que não correspondam a expectativas sensoriais.

Pela aptidão praticalista do princípio pragmático, o significado não é passível de ser convertido em um critério de demarcação, uma vez que não é um traço particular de enunciados científicos, senão que parte da atitude epistêmica cotidiana do sujeito enquanto agente. Por isso, nenhuma verificação pode ser atribuída ao significado, ele é por si mesmo uma elaboração hipotética situada a uma condição prática e a um instrumental de época, isto é, subordinada às

³⁰ Lembremos que o conceito de hábito é primordial a Hume para salvar a indução em um plano psicológico e, com ele, o próprio empirismo, dado que a apreensão da experiência, enquanto uma crença que deriva do contato com as instâncias particulares do mundo exterior, transforma-se em conhecimento por via do engajamento das regularidades de sucessão a uma concepção de necessidade psicológica. O hábito conduz a uma característica da mente, que legitima as inferências indutivas e submete o âmbito epistemológico ao âmbito psicológico, assim como faria com a lógica ao coadunar-se com uma concepção psicológica da lógica. Essa necessidade psicológica, como tivemos ocasião de trazer brevemente, torna-se, então, a porta de entrada para localizar no sujeito cognoscente a noção de necessidade que subjaz à causalidade e, a despeito das pretensões estritamente empiristas de Hume – que acreditava haver combatido o racionalismo e os caracteres metafísicos justapostos ao conceito de necessidade por uma leitura lógica – permitiria a Kant, em substituição, introduzir um conceito de necessidade epistemológica a partir do apriorismo moderado de sua inflexão criticista, rompendo a vinculação psicológica da teoria do conhecimento.

Por sua vez, no positivismo e mais especificamente no positivismo lógico, a busca por purgar o conhecimento científico de toda especulação metafísica levaria à recusa de todo e qualquer apriorismo, incluindo as categorias kantianas, e à tentativa exaltada de fundamentar a ciência no caráter justificado de seus enunciados, aderindo, assim, à separação dos problemas lógicos das questões psicológicas. Logo, no entusiasmo em relação ao desenvolvimento da lógica simbólica, o positivismo haveria de encarar as dificuldades epistemológicas irredutíveis da noção de necessidade, que se embute à causalidade, nos impasses de seu indutivismo verificacionista, cujo desdobramento efetivo haveria de fazer retornar as consequências psicologistas sobre a epistemologia.

pretensões subjetivas e às limitações subjetivas e objetivas à intervenção do agente sobre a realidade, circunscrevendo-lhe as possibilidades efetivas. O significado não é uma emanção do desvelamento da realidade experiencial, mas um modo de orientação perante a realidade experiencial desvelada, sendo, pois, falível na medida da restrição do sujeito a suas pretensões práticas, a seu instrumental assimilado e/ou ao instrumental intersubjetivamente disponível. Disso decorre que, para que o significado adquira estatuto científico, é preciso que sua apreensão dos fenômenos ocorra do modo mais abrangente e preciso possível para uma determinada época, atendendo às pretensões máximas exequíveis segundo o instrumental disponível. Com essa definição, a cientificidade do significado inerente às construções teóricas repousa na avaliação relativa frente a sistemas teóricos efetivados, engendrando um teste holista por decorrências práticas e de caráter comparativo.

Alston indica com propriedade, no entanto, que mesmo na obra de Peirce a articulação dos traços experimentalista e praticalista sofre de ambiguidades. Isso porque em muitos momentos de sua obra, visando a dar clareza à exposição, o princípio pragmático é apresentado em conjunção com uma teoria da motivação humana, que sustenta ser a orientação prática intencionada a produzir resultados sensíveis. A conduta, então, tornar-se-ia vinculada a decorrências capazes de estimular os sentidos e, dessa forma, toda disposição de comportamento ficaria reduzida à efetividade de um comportamento perceptivelmente manifestado.

Levando em consideração essa ressalva de inconsistência que subjaz à própria explicitação das teses pragmatistas por seus próprios teóricos, não temos aqui o intuito de afirmar que Blumer deveria ter percebido todo o enovelado de consequências perniciosas por detrás da relação entre as concepções de empirismo e indução, de um lado, e de impregnação teórica, de outro. Esses impasses conduzem a questões que os próprios pragmatistas não haviam conseguido esclarecer razoavelmente à época e que só afloraram de modo substancial muito posteriormente. Entretanto, acreditamos que Blumer poderia ter percebido incongruências da filosofia empirista por via das críticas do próprio pragmatismo, especialmente conduzidas com base nas afinidades com o criticismo kantiano. Essas críticas apontariam para limitações de uma certeza sensorial e teriam papel

decisivo no plano metateórico para a fundamentação filosófica, no plano teórico, de uma teoria da ação social tal e qual defendida, e relativamente desenvolvida, pelo próprio Blumer.

Mas boa parte dos problemas de entendimento filosófico que se expõem na tese deriva de uma concepção de método e de metodologia que não logra distinguir adequadamente entre os níveis de discurso na ciência, concentrando sobre a dimensão técnica toda a responsabilidade por solucionar embaraços ontológicos, epistemológicos e lógicos exibidos em cada uma das ciências particulares. Com efeito, as indicações para uma metodologia geral deixam de ser confrontadas com questões relevantes às condições de teorização respectivas a cada um dos universos de disciplina e que demonstram razoável grau de conflito entre si, gerando muitos pressupostos metateóricos implícitos e incompatibilidades com processos de investigação, teóricos e técnicos. Em outras palavras, o tecnicismo de Blumer repercute sobre as dimensões teórica e metateórica da ciência à medida que se inclina à deslegitimação empírica de teorizações não imediatamente reportáveis a decorrências físico-sensoriais manifestas. Assim, caracteriza Blumer a fase técnica do método científico:

Por ela se entendem aqueles elementos ou aspectos de procedimento que emergem como meios de investigação de problemas peculiares a um campo particular de interesse. Nesse sentido, o aspecto técnico é a aplicação da lógica do procedimento científico sobre uma matéria-objeto [*subject matter*] particular e, obviamente, irá variar de ciência para ciência de acordo com suas diferentes matérias-objeto. Assim, a física tem uma técnica diferente da química, e ambas, novamente, da biologia. Além disso, as divisões especiais de cada uma dessas ciências empregam técnicas peculiares. (...) técnicas podem ser convenientemente pensadas como existentes em hierarquia, algumas passíveis de serem aplicadas apenas a um campo muito restrito de investigação, outras cobrindo um domínio mais amplo, incluindo diversos desses campos restritos. Algumas das técnicas mais gerais podem, de fato, ser usadas em diversas ciências, indicando uma certa similaridade na matéria-objeto dessas várias disciplinas (1928: 24-5).

Conquanto Blumer acertadamente reconheça problemas metodológicos pertinentes à especificidade de campos particulares de investigação, sugerindo a apropriação crítica de um ideal de unidade metodológica das ciências empíricas e, dentro disso, disponha-se a admitir uma condição hierárquica de procedimentos particularmente concernidos, a configuração do aspecto técnico como âmbito apropriado para o desdobramento dessas especificidades de método atenta contra

os próprios parâmetros da metodologia comum que propõe, visto fazer repousar sobre a condição de operacionalização fidedigna dos dados da experiência todo o encargo de reflexões respectivas à constituição objetiva desses dados.

Ao defender as técnicas e tecnologias de operacionalização como aplicações dos aspectos funcional e lógico da ciência a campos particulares de investigação, Blumer tem em vista a crítica do que nomeia como os procedimentos de “‘quantificação’, ‘instrumentação’ e ‘experimentação laboratorial’”. Suas palavras são as seguintes:

Não há nada que justifique sua imposição [da quantificação, da instrumentação e da experimentação laboratorial] em outro campo como necessário para a exatidão científica nesse campo. Não obstante tal exatidão possa ser necessária, o ponto que queremos indicar é que não há garantia de que a introdução de técnicas das ciências mais exatas será produtiva. A sua introdução em um novo campo deve ser aferida tão somente em termos de sua produtividade, e não estimada sobre a base de qualquer ideia *a priori* de seu valor. Tais observações autoevidentes são feitas apenas para deixar claro que a quantificação, a instrumentação e a experimentação laboratorial não asseguram intrinsecamente o isolamento preciso de universais em todas as áreas da investigação científica. Por mais que isso não seja obviamente nenhum argumento contra a sua extensão experimental, ele indica que não há nenhuma justificação para torná-los elementos indispensáveis do procedimento científico.

(...) Deve-se ver que as características comuns de procedimento nas diferentes ciências são constituídas por elementos funcionais e lógicos – também, que as marcas distintivas pertencem aos aspectos técnicos. Como temos implicado, a confusão emerge particularmente quando características técnicas são tornadas os critérios para o funcional e o lógico (1928: 26-7; grifos do original).

Apesar de apresentar objeção em prol do caráter empírico-pragmático da metodologia em termos de seus resultados teórico-explicativos, no que usa o termo “produtividade”, a declaração de que a quantificação, a instrumentação e a experimentação de laboratório não assegurariam por si a precisão no isolamento de relações instrumentais porque não indispensáveis à atividade científica faz por revelar o entendimento de que se não são procedimentos necessários à ciência em geral, tomada em todos os seus campos de investigação, são, pelo menos, procedimentos suficientes para estabelecer relações causais nos campos em que aplicáveis. É somente essa condição que permite que se afirme subsequentemente que, a despeito das restrições de sua abrangência interdisciplinar, não têm afetada a “extensão experimental”, visto serem procedimentos bem estabelecidos para

granjear relações instrumentais. Esse modo de se referir a elementos do aspecto técnico, contudo, traz consigo a pretensão de que as diferentes técnicas e tecnologias operativas seriam não apenas procedimentos de garantia de confiabilidade para a apreensão dos fenômenos, constituindo a mediação entre o universo teórico (preestabelecido) e os estados-de-coisas concretos, senão que também e, sobretudo, formas de conduzir efetivamente o investigador em suas generalizações, enquanto processo constitutivo da teoria, reforçando, nesse observacionalismo, a justaposição entre os contextos da descoberta e da justificação³¹.

É isso o que está no cerne da avaliação de que o aspecto técnico não pode ser tomado enquanto constituído por elementos comuns a todas as disciplinas, tal como nos aspectos funcional e lógico. Seu intuito é o de evitar que procedimentos de caráter peculiar a uma disciplina científica sejam transladados acriticamente a outras por reputá-los generalizáveis *a priori*. Entretanto, quando situa as fases funcional e lógica a discussões acerca de pressupostos de fundamentação da ciência, declina Blumer da possibilidade de que problemas metateóricos possam ser interpostos no interior dos universos de disciplinas como produtos de suas especificidades cognitivas. Dessa forma, restringe o campo dos próprios procedimentos específicos na ciência a reflexões de caráter técnico, pelas quais somente a aplicação operacional de tecnologias para a obtenção de dados fiáveis é relevante e, conseqüentemente, submete pressupostos ontológicos, epistemológicos e lógicos de caráter particular a um tratamento tecnicista. É por isso que o autor, embora levante a advertência de que elementos técnicos não podem ser confundidos com elementos funcionais e lógicos, não vislumbra os

³¹ Assim sendo, não basta que Blumer diga que “não é inapropriado reiterar que uma explicação da natureza do procedimento científico não fornece o material para a criatividade ou para a descoberta. Ela não pode suprir a originalidade, a intuição inteligente, o golpe de gênio necessário para tal descoberta. Ela deve indicar, porém o objetivo da atividade científica. Ela deve salientar certas armadilhas a serem evitadas. E ela deve focar na direção correta a atenção daquele que procura proceder cientificamente em um domínio novo e inexplorado” (1928: 27-8). Sua atitude para com os pressupostos racionais da atividade científica é a de, justamente, eximir-se da necessidade de fornecer regras metodológicas, reduzindo a metateoria a um mero conjunto de recomendações prudenciais, de modo que essa passagem, ao contrário do que intenciona, bem ilustra o que já temos destacado e argumentado como uma submissão do contexto da justificação ao contexto da descoberta, visto serem as regras metodológicas consideradas como apriorismos limitadores à proposição de problemas de investigação, tomando o nível metateórico pelo nível teórico e este, enfim, pelo nível técnico.

obstáculos metateóricos a uma análise meramente técnica dos problemas concernentes aos campos disciplinares de investigação, concedendo ênfase à particularidade irreduzível do aspecto técnico e não à intervenção de pressupostos racionais nas abordagens particulares da investigação.

Ao sustentar que “*o procedimento científico em uma dada ciência deve empregar técnicas adaptáveis a seus problemas particulares*” (1928: 27; grifos do original) e, assim, que “o método científico deve ajustar-se à sua matéria-objeto peculiar – não comprimir sua matéria-objeto para ajustar-se às suas técnicas”, complementando logo em seguida que “essa breve discussão do método científico tem sido elaborada para indicar sua simplicidade”, Blumer crê ter alcançado a depuração de todo o “deslumbramento místico” que ronda as discussões do método da ciência, contrapondo-se “à esperança de que sua ‘sondagem’ teórica forneceria o abre-te sésamo para os frutos da investigação científica”. Sob essas palavras, entendemos que, evidentemente, o que está no horizonte da crítica de Blumer é o carácter metafísico-especulativo de uma ciência desligada das questões particulares da experiência, é esse tipo radical de apriorismo que o preocupa. Mas, ao buscar suplantá-lo por via apenas de uma atitude técnica perante a realidade, não se dá conta de que se inclina perigosamente a uma simplificação excessiva da relação tensa entre o conteúdo da percepção e o objeto do conhecimento dentro da metodologia científica, incorrendo em empirismo ingênuo. Ao tentar garantir a especificidade do método da ciência sobre a base técnica, Blumer ignora os problemas particulares respectivos a cada ciência enquanto pressupostos de investigação e, evitando qualquer apriorismo, desvia-se imponderadamente do conteúdo *a priori* da observação tal e qual conduzida no interior dos processos de investigação enquanto circunscritos a universos de disciplina.

Quando procura reter a inadequabilidade do traslado de técnicas das ciências mais exatas para as ciências assim “menos bem sucedidas”, visando mais especificamente à oposição à importação de técnicas das ciências naturais para as ciências sociais, Blumer menospreza a reflexão comparativa entre fundamentos metateóricos contidos nas investigações das ciências naturais em relação aos fundamentos metateóricos específicos das ciências sociais, negligenciando a

necessidade de adequabilidade inerente às técnicas junto a problemas de investigação, bem como o próprio ajustamento dos problemas a características de seus universos de disciplina, justamente a adequabilidade e o ajustamento que nos permitiriam afirmar sua classificação implícita de que as ciências sociais são menos propensas à precisão. Isso ocorre porque, ao fim e ao cabo, não obstante incongruências que tivemos ocasião de apontar, sua concepção geral de ciência encontra-se estruturada em orientação a caracteres naturalistas, impedindo-o de tecer as considerações necessárias ao desenvolvimento do pensamento “antinaturalista” contido em seu exame das ciências sociais³², cuja especificidade fica reduzida ao âmbito da operacionalidade dos dados da experiência, que por sua vez faz revelar a incompatibilidade de seus próprios pressupostos com aqueles encerrados na caracterização da metodologia geral.

Delineando as críticas mais comuns à transferência dos métodos das ciências naturais para as ciências sociais, Blumer elenca três formas usuais de contestações em prol da peculiaridade do comportamento humano. A primeira e a mais disseminada delas diria respeito a uma diferença de natureza entre seus fenômenos, recuperando uma dicotomia clássica entre os domínios da matéria e da mente que ele identifica como produto do Renascimento e de sua divisão canônica entre qualidades primárias, referentes a características intrínsecas aos objetos como a extensão e o peso, e as qualidades secundárias, ligadas a características submissas à percepção do sujeito tais como sons e cores, divisão esta que adquiria sua máxima expressão nas linhas do dualismo cartesiano. Blumer faz por lembrar também que as qualidades primárias seriam ainda passíveis de tratamento quantitativo, enquanto as secundárias permaneceriam limitadas a seu entendimento qualitativo usual. Disso resultaria uma predisposição a encarar os problemas da mente como cientificamente insondáveis, posicionando-os fora do âmbito da objetividade. Blumer contrapõe-se a esse

³² Utilizamos o termo antinaturalismo entre aspas por tomá-lo numa acepção mais ampla de uma crítica ao naturalismo, evidenciando seus limites, como fica nítido na seguinte passagem: “O espetáculo do sucesso marcante das ciências físicas tem constantemente servido como desafio e estímulo para aqueles interessados no campo do comportamento humano. Os esforços para assegurar uma efetividade similar na esfera social, sem minimizar sua excelência, *não têm produzido nada de valor comparável*. Essa *relativa esterilidade de resultado* – combinada com certas conclusões a que se chegou filosoficamente – tem levado muitos a questionar a aplicação do método da ciência natural à esfera da atividade humana” (1928: 28; grifos nossos).

dualismo de consequências ontológicas levantando o fenomenalismo já trabalhado na exposição do aspecto funcional da ciência e situando o sujeito no cerne do processo cognitivo. No entanto, quando diante da necessidade de propor uma recomposição do dualismo ontológico da matéria e da mente dentro de uma relação epistemológica que inclua a objetividade na apreensão dos fenômenos mentais, sua discussão metateórica esmorece e não procura aprofundar o neokantismo de Rickert tal como invocado no aspecto funcional, delineando para as ciências sociais uma solução eminentemente técnica:

Uma nova abstração conceitual que ignore a esquematização em mente e matéria poderá trazer o comportamento humano para dentro da esfera do procedimento científico, da qual foi amplamente removida pelo antigo dualismo. O outro ponto que vem desta discussão concerne à transposição da *técnica* da ciência física para a esfera do comportamento humano. Essa técnica – em sua maior parte de caráter quantitativo e laboratorial – é inquestionavelmente adaptada à matéria-objeto peculiar das ciências físicas. Ao mesmo tempo em que, até o momento, ela parece ser inadequada à investigação do comportamento humano significativo. Como temos indicado acima, essa inadequabilidade não precisa indicar [*betoken*] que o comportamento humano não admite investigação científica, senão que implica, em vez disso, a *necessidade de desenvolver técnicas peculiares adaptáveis a essa matéria-objeto particular* (1928: 31; primeiro grifo do original; segundo nosso);

Não obstante, logo em seguida, Blumer oferece uma síntese que encampa uma concepção mais modesta das características gerais do método da ciência do que aquela contida na exposição dos aspectos funcional e lógico, fazendo-nos retomar as preocupações acerca dos problemas metateóricos específicos atinentes ao objeto social:

Uma resposta bastante rudimentar, mas penso eu que não falsa, a esta questão [da cientificidade da investigação acerca do comportamento humano] pode ser dada dizendo-se que uma ciência pode existir onde quer que existam três condições: (1) uma relação instrumental entre fenômenos; (2) uma repetição ou recorrência da relação entre esses fenômenos; e (3) uma acessibilidade pública a essas ocorrências. Nós não precisamos entrar em uma discussão para provar que essas condições prevalecem na atividade social. A indicação à nossa própria experiência é suficiente. Nós persistentemente nos comportamos socialmente de um modo instrumental; nosso comportamento não é inteiramente caprichoso, senão que indica muita uniformidade; e nós temos um universo de discurso acerca de tais matérias (1928: 31-2).

A dificuldade que afeta essa nova chave de apresentação da metodologia geral da ciência reside na ausência do requisito de testabilidade, que entrava como

uma condição para a justificação do conhecimento e, por consequência, para a sua intercomunicabilidade. De acordo com a nova explicitação apresentada por Blumer percebemos que a acessibilidade intersubjetiva não depende mais da submissão do conhecimento teórico a teste empírico, mas pura e simplesmente da *familiaridade* frente a um universo de discurso, o que é muito mais modesto do que a confrontação com consequências sensorialmente perceptíveis e que, por sua vez, traz pressupostos racionais diferentes à atividade científica, bem como outra gama de impasses filosóficos, aos quais Blumer simplesmente não se debruça.

A segunda das formas de contestação pela peculiaridade do objeto social é assinalada sob a limitação no uso do método do experimental. Por ser a experimentação entendida como a base do método científico, “no isolamento, no teste e na reconstrução de universais” (1928: 32), a impossibilidade de sua aplicação ao estudo dos fenômenos humanos teria conduzido à ideia de que nenhuma ciência do comportamento seria possível. Mas para Blumer isso reflete um equívoco crucial no entendimento da “natureza da experimentação em si mesma”, na medida em que usualmente “pensamos a experimentação em termos do procedimento laboratorial, do uso de instrumentos, alguns simples e alguns muito complexos, e em métodos precisos de mensuração”, mas isso não é senão tomar um procedimento geral como redutível a um específico. A experimentação, desdobrando o que havia delineado no aspecto lógico, quando ressaltara seu valor de eliminação da matéria irrelevante à apreensão dos fenômenos, teria por parâmetros apenas duas características gerais: “a simplificação de fatores operantes em um dado nexos instrumental” e “a alteração de um dos fatores de modo a revelar a conexão instrumental entre tal alteração e a mudança em outros fatores”. Assim, muito embora a experimentação laboratorial chame a atenção pelo rigor com que cumpre ambos os parâmetros, nada impediria, para Blumer, que estes pudessem ser cumpridos adequadamente também por uma observação acurada e sistemática da realidade empírica, capaz de alcançar uma circunscrição bastante aceitável dos fatores envolvidos na consecução de um fenômeno:

A simplificação tem seus méritos, é claro, em permitir a *identificação* dos fatores significativos que estão operando na situação, de modo que seus diversos cursos podem ser observados e cuidadosamente seguidos. A outra característica, é claro, consiste na observação da mudança em um ou mais fatores, e na subsequente mudança em outros

fatores. A situação laboratorial, é claro, presta-se mais admiravelmente a essas duas realizações. (...) Infelizmente, o comportamento social não se presta prontamente a tal tratamento de laboratório. Isso, porém, não indica que a experimentação, apropriadamente entendida, seja impossível. Se nós temos situações recorrentes no comportamento humano nas quais os fatores podem ser *identificados* e seu curso de ação *observado* em ambos os seus aspectos alterantes e alterados, temos os elementos necessários da experimentação (1928: 33-4; grifos do original).

O embaraço que se segue dessas considerações, porém, fica claro à luz da avaliação que temos conduzido até o momento. Quando Blumer propõe que é preciso mirar a natureza da experimentação, sua preocupação volta-se a uma reconstituição dos pressupostos racionais do método experimental, sendo esperado que seu argumento assuma uma competência metateórica. Mas não é o que ocorre. Blumer percebe corretamente que não se deve assimilar de modo irrefletido procedimentos particulares enquanto irrestritamente válidos, porém, não se dá conta de como essa crítica afeta as relações entre um nível de discurso técnico e um nível de discurso metateórico. Não nota ele que seu exame das limitações da acepção laboratorial da experimentação atinge as pretensões de universalidade metodológica que são incutidas a ela enquanto seus pressupostos e que apontar para as limitações dessa acepção consiste justamente em assinalar as inconsistências que acometem essas pressuposições diante da obtenção de mesmos resultados para outros conjuntos de premissas, exigindo-se a partir daí a proposição de um sistema metateórico mais abrangente. Blumer enxerga o assunto de uma ótica indutivista. Sua crítica dá-se no sentido da recusa a apriorismos e não no da revisibilidade dos fundamentos *a priori* que orientam a investigação científica em um dado contexto.

A experimentação, discutida em seu conteúdo metateórico, diz respeito às condições de objetividade na ciência e, portanto, se vincula a uma reflexão acerca da atribuição de evidência a um conhecimento que, se empírica e revisável, deve tomar a forma de uma justificação estritamente intersubjetiva. Assim, considerá-la extensível também ao conhecimento produzido no interior das disciplinas sociais equivale a exprimir o ajuste das regras constitutivas da metodologia comum da ciência às reflexões específicas acerca dos atributos ontológicos, epistemológicos e lógicos peculiares ao objeto social, designando ao seu conhecimento a possibilidade de validade objetiva. É isso que, de um modo apenas implícito,

procura Blumer ao ressaltar a recorrência intrínseca aos comportamentos humanos, da qual decorreria a aptidão das disciplinas sociais à objetividade científica, violando, com efeito, o argumento de que as diferenças procedimentais entre os universos de disciplina concerniriam apenas a discussões acerca do nível das técnicas de pesquisa. Além disso, quando Blumer elenca por concernentes à natureza da experimentação os expedientes de simplificação e de alteração de fatores relevantes aos fenômenos, não obstante toda a dificuldade ligada à pertinência analítica de tal distinção conceitual, seu indutivismo demonstra-se mais penetrante, à medida que define o método experimental em torno apenas de um contexto da descoberta e, logo, todo empenho em uma discussão em princípio metateórica aparta-se da abordagem das regras de justificação do conhecimento científico e da objetividade assim perscrutável às ciências sociais, adentrando em uma indagação meramente psicológica acerca de como chegamos a relações instrumentais. Desse jeito, a diferenciação tecida anteriormente entre a observação e a experimentação fica agora definitivamente nublada, à medida que os procedimentos apresentam-se justapostos, levando a uma concepção próxima àquela que inspirara John Stuart Mill no indutivismo dos métodos experimentais de descoberta e prova.

Enfim, a terceira das posições em favor da inaptidão científica dos fenômenos sociais resumir-se-ia à objeção de que o objeto social carregaria consigo uma complexidade elevada em relação ao objeto natural, tornando impossível ou sem valor o isolamento instrumental de fatores relevantes a uma dada ocorrência. Contra isso, Blumer levanta a complexidade inerente aos próprios fenômenos nas ciências naturais, reproduzindo um argumento de Thomas e Znaniecki na “Methodological note” de que a complexidade não seria uma característica exclusiva das disciplinas sociais, mas um caractere compartilhado com as demais ciências estabelecidas e que importaria à investigação unicamente no tocante ao método e aos propósitos da análise³³. Trata-se apenas de um diferente grau de complexidade – e não de um critério demarcador peremptório –, que faz com que os fenômenos humanos sejam dotados de uma marca mais idiossincrática relativamente aos fenômenos da natureza ante quatro fatores:

³³ Cf. Thomas & Znaniecki (2006 [1918]: 53).

“variação individual na constituição original; a própria alterabilidade dessa constituição, tornando possíveis maiores diferenças por se desenvolver; os ambientes mais variados dos seres humanos; e, presumivelmente, sua maior memória” (1928: 35). Para Blumer, esses são dados dificilmente negáveis. Devem ser inevitavelmente aceitos como pontos de partida pelo cientista social, diante dos quais ele pode escolher investigar a especificidade em sua própria base, dispondo do método compreensivo, ou valer-se, como coloca o autor, de um processo de análise que o permita abstrair generalizações. Nesse caso, ele procederá tal e qual o cientista natural, utilizando as particularidades contidas nos fenômenos como meios para atingir os seus caracteres típicos e repetíveis.

O trunfo da ideia de Blumer – e que provém originariamente de *The Polish Peasant* – está na forma pela qual sua precaução quanto a apriorismos assume uma disposição propriamente metateórica no tratamento do problema metafísico da causalidade, conquanto entendamos que ele não venha jamais a discerni-lo dessa maneira. Ao recusar-se a um predicado ontológico a que se possa recorrer *a priori* para a dispensa de cientificidade às disciplinas sociais, Blumer situa o princípio de causalidade como um princípio ou uma regra metodológica, constituindo o problema da existência das causas em uma questão relativa e provisória ao sucesso explicativo da análise causal aplicada, que se despe então da pura especulação, acerca do desvelamento de uma obrigatoriedade correlativa essencial aos objetos, e passa a ser mobilizada relativamente a interesses cognitivos justificados, tornando possível a apreensão de relações tanto de elementos singulares quanto de fatores gerais.

Mesmo assim, devemos indicar que o próprio Blumer não percebe o modo pelo qual suas considerações promovem o aprofundamento da relação analítica da causalidade, dado que atribui apenas à abordagem generalizante esse caráter de análise. Em outras palavras, ele não alcança o caráter problematizável que acompanha ainda (e sempre) a identificação de elementos únicos e incorre no percalço da certeza sensorial empirista. Com efeito, a percepção da singularidade torna-se algo de evidência trivial e imediata, que não inclui qualquer orientação a um conhecimento geral, pois a relação entre os conhecimentos nomotético e idiográfico é transformada em um correlato da relação entre o conhecimento

teórico e o conhecimento puramente descritivo. Logo, sufoca-se o dualismo moderado remanescente no convívio entre abordagens distintas em um reducionismo indutivista, já que a atribuição de exclusividade do processo analítico a uma abordagem generalista (nomotética) faz sustentar uma diferença de abordagem (metodológica) sobre uma diferença de inferencialidade (lógico-psicológica).

Ao mesmo tempo, a própria possibilidade, e a centralidade, de uma abordagem generalizante às ciências sociais introduz no pensamento de Blumer uma incongruência, para a qual não se atenta em seu desenvolvimento crítico-reconstrutivo, em relação ao pensamento de Rickert, que o leva a superar a associação de disposições metodológicas com perfis ontológicos da manifestação dos fenômenos natural e cultural em termos de uma esfera dos objetos e uma esfera dos valores, que em Rickert intervinha circunscrevendo as ciências da natureza a uma abordagem nomotética e as ciências da cultura a uma idiográfica. Blumer esboça em seu pluralismo algo como a abertura para a fundamentação do conhecimento das disciplinas sociais em uma variação intencional da atitude epistêmica do sujeito cognoscente entre o geral e o particular e, como veremos, tenderá a assumir uma posição intermediária entre a busca de generalizações e de particularidades, conduzindo-nos ao entendimento de uma diferença meramente gradual entre elas, muito embora sua fundamentação precária para o conhecimento do particular, tão inevitável às ciências sociais, venha a infiltrar-se em sua metateoria e comprometer-lhe a objetividade metodológica da compreensão.

6.2 O Campo da Psicologia Social

É com essas críticas às diversas leituras dualistas da relação entre fenômenos sociais e fenômenos naturais que Blumer procura avaliar o campo da psicologia social, percorrendo-lhe a variedade de interesses intelectuais e suas divergências de objetivos e orientações. Sua apreciação inclui uma ampla gama de autores, vinte e sete no total, que fazem com que a psicologia social seja um universo de disciplina em disputa, reivindicada por pretensões teóricas por vezes contraditórias. Não devemos, porém, tomar a prevalência de autores compatriotas

de Blumer ou formados em ambiente acadêmico estadunidense, contando-se vinte e quatro deles³⁴, como indicativo de um descaso intelectual, mas mais apropriadamente como um resultado da convergência geográfica das discussões sócio-psicológicas de sua época, que evidencia a importância com que fora tratada sua constituição disciplinar autônoma e científica desde o final do século XIX nos Estados Unidos. A rigor, podemos dizer que a psicologia estritamente social constitui-se enquanto universo de disciplina somente nos Estados Unidos, suas preocupações são fruto das inquietações do ambiente acadêmico-intelectual estadunidense em sua busca por se distanciar do apelo coletivo tanto da psicologia das massas de Gustave Le Bon quanto da psicologia dos povos de Wilhelm Wundt, predominantes no ambiente acadêmico-intelectual europeu. Assim sendo, Blumer acredita que se enveredar na análise das propostas teóricas de cada um desses autores seja o caminho para alcançar a uniformidade do campo e dizer da objetividade de suas ferramentas de investigação. No entanto, ao contrário do que poderíamos pensar, as discussões levadas a cabo acerca de cada um dos autores, aos quais Blumer tem dedicado subcapítulos separados – à exceção de seis deles, trabalhados em grupos de três –, e mesmo o apartado que se põe posteriormente, visando às considerações finais daquelas discussões, não trazem consigo qualquer desenvolvimento metateórico dos argumentos, que se centralizam em críticas acerca de conteúdos eminentemente teóricos. Não obstante, essas mesmas críticas deixam transparecer preocupações latentes a respeito dos pressupostos racionais mobilizados na constituição de cada uma das teorias consideradas, indicando-nos novamente o grau de indistinção com que foram abordados os níveis do discurso científico. E, com efeito, Blumer não consegue vislumbrar todo o potencial metanalítico que suas críticas vêm a projetar.

³⁴ As exceções são o sociólogo polonês Florian Znaniecki, o psicólogo britânico William McDougall e o também britânico, neurologista e psicanalista, Alfred Ernest Jones. Para além deles, há outros dois autores nascidos fora dos Estados Unidos, ambos alemães, mas formados dentro do ambiente acadêmico estadunidense, são eles os psicólogos Max F. Meyer e Albert P. Weiss. Todos os demais autores tratados por Blumer são autores americanos natos (a saber, James M. Baldwin, Edward Ross, William I. Thomas, John B. Watson, Floyd H. Allport, Charles Ellwood, John Dewey, Charles H. Cooley, James M. Williams, Alfred L. Kroeber, Wilson D. Wallis, Kimball Young, Knight Dunlap, Luther L. Bernard, Jacob R. Kantor, Ellsworth Faris, George Herbert Mead, Robert MacIver, Clarence E. Ayres, Margaret Washburn, Madison Bentley e Franklin Giddings).

As críticas são dirigidas especialmente à relativa simplicidade com que cada autor constrói seus esquemas conceituais e ao modo como creem com ele dar conta da realidade sócio-psicológica. Seja porque não lograram atingir o tipo de explicação preconizada com a indicação de casos em que se estabelecem os fatores que tomam por relevantes, seja porque as categorias de análise são demasiado rígidas para oferecer um recorte preciso dos vários tipos de condutas e grupos sociais existentes, ou mesmo porque os conceitos são acometidos por definições vagas, pelas quais se tornariam carentes de pertinência empírico-analítica, dentre outros pareceres. Os vários sistemas teóricos são tratados na condição de suas inconsistências internas ou, então, respectivamente a empecilhos explicativos frente a problemas de ordem prática, que atuariam dispondo novas exigências à apreensão da realidade social. Assim, quando Blumer se empenha em depurar das controvérsias teóricas da psicologia social os caracteres gerais dos problemas que a constituem enquanto disciplina, o que se expõe no reconhecimento de legitimidade a esses problemas é justamente a raiz metateórica implícita de suas críticas, que têm como alvo as condições de constituição cognitiva de seu objeto e que, portanto, articulam reflexões de ordem ontológica, epistemológica e lógica a fim de fornecer pressupostos racionais à atividade de investigação, oferecendo suporte à cobertura teórica daqueles problemas em conciliação com os meios intersubjetivos de validação empírica do conhecimento por eles iluminado.

A psicologia social funda-se, então, dentro dos problemas da natureza, da forma e das relações associativas da interação social, dos desenvolvimentos geral e específico da conduta e da conduta criativa mais especialmente, do papel da atividade mental nesses desenvolvimentos, da natureza da origem da conduta, da natureza e da formação da personalidade, da motivação, da estrutura social e de seu modo de reorganização, e, enfim, da análise do meio social. Blumer quer com isso evitar o reducionismo naturalista, que incide sobre o campo da psicologia social tanto por meio da ideia de comportamentos ou disposições de comportamentos inatas quanto com base em uma visão mecanicista do desdobramento e desenvolvimento do comportamento sob o condicionamento de estímulos e respostas. Opõe-se, no primeiro caso, ao atrelamento do conhecimento

social em relação a caracteres biológicos, traduzidos na forma de instintos, impulsos ou hábitos fundamentais, respaldando como que um engessamento da teoria por traços especulativos e tornando-a aquém da explicação do desenvolvimento de novas formas e aspectos complexos de conduta, ao que o produto de um processo social é tido equivocadamente como uma característica imutável. É isso o que está contido nas críticas ao psicólogo americano James Mark Baldwin e que se estenderia também a muitos outros autores, como William Thomas, John Dewey, Edward Ross, Ellsworth Faris e William McDougall. Já no segundo caso, contrapõe-se à prescindibilidade dos processos mentais, argumentando pela diversidade de manifestação dos fenômenos e das organizações sociais. Questiona com isso comportamentalistas metodológicos radicais, como John B. Watson, Jacob R. Kantor, Max F. Meyer, Floyd H. Allport, Luther L. Bernard, Albert P. Weiss e Knight Dunlap, dizendo de sua inabilidade teórica para lidar com a variabilidade e a plasticidade do comportamento social, assim como com a própria capacidade de ajuste ativo e recíproco do comportamento pelo indivíduo no momento da interação, enfatizando-se a criatividade e a adaptatividade no desenvolvimento comportamental e a dependência situacional das explicações sociais:

Se nós pensamos isso [os *status* sociais], grosso modo, como a posição ocupada por um indivíduo aos olhos de seus colegas, não é senão resultado de um processo de interação, por meios pelos quais *ele se torna um objeto particular para os seus colegas*. Os fatores particulares que podem determinar sua natureza como um objeto são numerosos e variam de situação para situação – a interação é a matéria significativa para a investigação (1928: 99; grifo nosso).

Por outro lado, mas de modo menos proeminente, procura evitar também um dualismo culturalista ou social contestando inclinações coletivistas que apareceriam bastante claramente em posições como as dos antropólogos Alfred L. Kroeber e Wilson D. Wallis, mas que também vê presentes nas obras de psicólogos sociais como William McDougall, James M. Williams e Kimball Young, assim como nos trabalhos sociológicos de Florian Znaniecki. Preocupados em reter os padrões socioculturais que se infiltrariam nas atividades dos indivíduos, para Blumer esses autores privilegiariam um certo tipo de apriorismo, pelo qual pressuporiam uma situação social independente dos

elementos que a compõem. Tomariam tendências sociais e culturais como dados da explicação e não como fatores a serem explicados, invertendo a ordem da investigação. Esse modo de encarar a psicologia social soa-lhe bastante próximo da psicologia coletiva de matriz europeia e é por ele lida como a remanescência de um caráter místico e intangível aos fenômenos sociais:

Há certo número de problemas cuja interpretação particular enviesa a investigação neste campo da psicologia coletiva – tal como se existe uma mente de grupo diferente e acima daquela dos indivíduos e se tal comportamento agregado deveria ser explicado meramente em termos do comportamento de indivíduos. Nós podemos renunciar a uma consideração desses problemas e meramente apontar para o fato de que *mesmo a observação mais casual mostra que os agregados consistem (1) de indivíduos, conquanto (2) de uma particular organização entre esses indivíduos*. Poder-se-ia pensar, então, nesses agregados sociais ou coletividades como formas particulares de organização social. Se elas são assim concebidas, *e parece não haver razão alguma para que não o sejam*, a relação de seus estudos com o campo da psicologia social torna-se muito mais facilmente discernível.

(...)

Nossa visão, então, é a de que agregados sociais, cujo estudo tem sido costumeiro na psicologia coletiva, podem ser investigados sem referência especial a uma “mente de grupo” ou “alma de grupo”, centralizando-se a atenção sobre sua organização. Se pensarmos nesses agregados como um *milieu* da conduta e desenvolvimento individuais, então é aconselhável compreendê-las como formas do meio social. *Em ambos os casos*, a atenção é focada sobre sua *organização particular, ou caráter de interação* (1928: 146-7; grifos nossos, com exceção do último).

Ao mesmo tempo, o recurso a uma entidade social independente traria consigo um vício teórico que crê oriundo da abordagem de organizações sociais mais simples, mas que revelaria suas deficiências na abordagem da vida social moderna. O argumento de Blumer é de que o êxito do recurso a tais entidades residiria justamente na conformação de seus supostos aprioristas com a natureza estável e coesa dos grupos sociais tradicionais enquanto objeto social específico. No entanto, a natureza conflituosa característica dos fenômenos sociais na sociedade moderna faria por revelar os limites de tais soluções teóricas. A ausência na organização social moderna daquele caráter altamente padronizado dos grupos sociais tradicionais tornaria mais premente a necessidade do investigador em apreender os fenômenos sociais pela via da explicação de seu desenvolvimento específico e contextual, ajustando-se à variabilidade e à

criatividade observáveis na conduta dos indivíduos nas sociedades complexas.³⁵ Muito embora o apelo para a atenção sobre o caráter das organizações sociais modernas na constituição científica do campo da psicologia social aponte para uma preocupação de época do ambiente intelectual estadunidense, ela faz retomar mais especialmente uma concatenação original dos problemas tal e qual defendida por Thomas e Znaniecki na “Methodological note” e que pode ser captada em toda a sua dimensão pelo seguinte excerto contido logo nas primeiras páginas desse escrito:

Esta demanda de um *controle racional* resulta da rapidez crescente da evolução social. As formas antigas de controle se baseavam na suposição de uma *estabilidade essencial* de toda a estrutura social e somente eram efetivas na medida em que essa estabilidade era real. Numa organização social estável, há tempo suficiente para se desenvolver de um modo puramente empírico, através de inumeráveis experimentos e fracassos, meios de controle aproximadamente suficientes em relação aos fenômenos sociais comuns e frequentes, enquanto que os erros cometidos no tratamento dos fenômenos incomuns e raros poucas vezes afetam a vida social de uma tal maneira que coloque em perigo a existência do grupo; se o fazem, então a catástrofe é aceita como incompreensível e inevitável. (...)

Mas quando, devido ao rompimento do isolamento do grupo e seu contato com um *mundo mais complexo e fluido*, a evolução social se torna mais rápida e as crises mais frequentes e variadas, não há tempo para a mesma elaboração gradual, empírica e não metódica dos meios de controle aproximadamente adequados, e nenhuma crise pode ser suportada passivamente, mas cada uma deve ser enfrentada de um modo mais ou menos adequado, pois são demasiado variadas e frequentes para não colocarem em perigo a vida social a menos que controladas a tempo. A substituição de uma rotina semi-consciente por uma técnica consciente se tornou, portanto, uma necessidade social (...) (2006 [1918]: 1-2; grifos nossos).

³⁵ Daí a surpreendente identificação da psicologia coletiva com uma “psicologia, por assim dizer, de agregados” (1928: 146), que nos causa tanto espanto por juntar ideias dispares como a de uma coletividade que excede aos indivíduos e a de uma agregação de indivíduos compondo precisamente a coletividade. Blumer acredita que o caráter mais simples de grupos formados por agregação conduz a teorizações igualmente mais simples, na medida em que suficientes para explicar a espécie de automatismo dos comportamentos que assim se institui. Para ele, formas de associação complexas demandam a apreensão de processos de interação sofisticados, requerendo à sua explicação conceitos mais próximos à experiência. O recurso a uma entidade coletiva independente de seus membros lhe parece demasiadamente especulativo. O advento da sociedade moderna, para Blumer, tem servido para revelar às ciências sociais toda a riqueza de seu universo fenomênico, visto que os processos de interação em seu seio incluem o desenvolvimento contínuo de novas condutas e, conseqüentemente, vêm indicar toda a variabilidade e plasticidade que os fenômenos sociais podem vir assumir enquanto subjetivamente constituídos. A complexidade da organização social moderna traz consigo a liberação do potencial criativo e racional do indivíduo na formatação de seu curso de conduta.

Essa ideia, de certa forma, é aludida num tom muito mais ousado e provocativo na seguinte passagem da tese de Blumer:

É difícil enxergar o lugar ou a razão para um estudo científico de tais situações em que os indivíduos conhecem definitivamente o que se espera de cada um no modo de conduta. Não há problemas de controle social envolvidos, e nós poderíamos dizer que se todos os comportamentos humanos fossem desse caráter padronizado, não haveria ocasião para uma psicologia social. A *complexidade* da vida moderna com sua *falta de padronização* da atividade amplia problemas cuja solução requer um conhecimento de como a conduta humana e as instituições sociais podem ser *controladas* (1928: 158; grifos nossos, com exceção do último).

O desprezo pelo estudo de grupos sociais tradicionais não está contido em nenhum momento no trabalho de Thomas e Znaniecki e surpreende pela falta de lugar ou de razão que Blumer lhe dedica no interior do campo da psicologia social. Não obstante, acreditamos que Blumer não intenciona menosprezar tais estudos, senão que apenas deseja salientar o papel do controle social como uma tarefa primordial às investigações sociais, à medida que demonstre atingir conhecimentos praticamente relevantes, capacitando-nos a uma espécie de previsão com pretensão interventiva, muito embora não devam existir quaisquer metas práticas de antemão à pesquisa. Mesmo assim, Blumer acaba por expor uma confusão acerca das próprias críticas que veicula, dado que uma crítica inicialmente sobre um pressuposto metateórico é pretensamente desdobrada em uma censura a objetos de investigação, recaindo-se em um argumento ontológico – e apriorista – acerca das (im)possibilidades e (im)pertinências cognitivas desses objetos.

Blumer, contudo, a despeito dessa infeliz passagem, visa mais propriamente a asseverar a apreensão de relações instrumentais como o objetivo da pesquisa social. Isso quer dizer que cabe a ela “compreender os *processos* pelos quais a natureza e as instituições sociais *mudam*” (1928: 158: grifos do original) e não simplesmente voltar-se a padrões aparentes, que muito mais se relacionam a conteúdos particulares do que a relações perenes. Assim, o que percebemos é uma curiosa e pretensa associação na tese de Blumer entre um pensamento coletivista e um viés etnográfico da pesquisa, enquanto um princípio abstrato que é invocado a fim de justificar uma atitude epistêmica estritamente particularista, tal como se a ciência devesse se resignar ao estudo circunscrito de

grupos estáveis, sem quaisquer pretensões a conhecimentos gerais da realidade social mais ampla e dinâmica. É somente por essa via que se pode entender a oposição que Blumer enfatiza entre a apreensão de processos e a mera apreensão de conteúdos, como a que seria levada a cabo por antropólogos culturalistas e que, para ele, “não nos conduziria a nenhuma teoria social e a pouco controle social” (1928: 158). Nesse sentido, entendemos que o trecho citado anteriormente veicula uma preocupação com esse tipo de atividade de teorização ulterior e não propriamente com um desprezo estrito pelo estudo de organizações sociais tradicionais, conquanto, por si só, a articulação das ideias na passagem indicada bem explicita os embaraços metateóricos do discurso blumeriano.

De fato, apesar de considerações a respeito do controle social só virem a ser delineadas com maior grau de detalhe quando do questionamento das teorias de Kroeber e Wallis, as exigências desse controle social impõem-se também para a rejeição do reducionismo naturalista, visto que a incapacidade de penetrar nos fenômenos sociais desvelando-lhe os modos de desenvolvimento conduz à falta de eficácia interventiva sobre cursos de conduta e conjuntos de atitudes. Dessa maneira, a busca por alinhar a metodologia a um requisito de controle aplicado faz recuperar um foco eminentemente pragmático sobre o papel das teorias científicas que havia se perdido na estruturação do teste teórico por parâmetros verificacionistas. É o controle social que submete a teoria à aplicabilidade e permite que seu conteúdo assertivo seja confrontado com os fatos via eficácia interventiva na realidade empírica. Em outras palavras, ele é um critério para a testabilidade científica, porquanto concede às teorias um grau de aceitabilidade conforme ao êxito na resolução de problemas práticos, contrastando suas concatenações fenomênicas com aquelas que são despertadas na complexidade das situações práticas, incluindo-se aí a congruência da teoria com outros sistemas teóricos mobilizados e a funcionalidade perante fatores intervenientes e perante sistemas teóricos rivais.

Mas é certo que Blumer não se expõe assim. O controle social não adquire explicitamente uma importância metateórica, bem como as demais implicações metateóricas não são como tal identificadas, permanecem dispersas por entre apreciações teóricas e algumas técnicas e sem a elaboração apropriada acerca da

amplitude de suas consequências. Ainda assim, não estão esses pressupostos impedidos de explicitação e racionalização, sendo possível, dessa maneira, mencionar três temas de mérito metateórico que despertam das contraposições teóricas tecidas a cada um dos autores elencados. O primeiro e o mais penetrante deles é o da *tensão entre apriorismo e empirismo*. Ele remete a uma tentativa reiterada de fundamentar o âmbito de legitimidade da ciência empírica na rejeição a quaisquer postulações *a priori* acerca da realidade social, buscando expurgar a atividade científica de preceitos metafísico-especulativos que pervertam os resultados da investigação. Nesse sentido, Blumer adota uma postura fortemente empirista e a crítica do apriorismo desfralda-se, no seu pensamento, em dois diferentes flancos, dando margem à derivação dos dois outros temas que temos identificado. Um deles é a *polêmica entre holismo e individualismo metodológicos*, o outro aquela *entre comportamentalismo*³⁶ *e mentalismo*.

Sem sombra de dúvidas, Blumer é um autor metodologicamente individualista. Isso se demonstra por sua defesa da completa redutibilidade dos grupos sociais a indivíduos contida em uma das citações acima. Coletividades só podem ser compostas por conjuntos de indivíduos e toda e qualquer variação em suas características não é senão produto do arranjo peculiar de seus membros, instituído por tipos diferentes de relações entre eles. Insistir na qualidade irreduzível dos grupos sociais é incidir em uma sobrecarga ontológica dos fenômenos, enquadrando-os em um excesso apriorista relativamente ao que é manifestado por meio da experiência. O mesmo raciocínio se revela também para a concepção das instituições sociais³⁷, que igualmente devem ser passíveis de redução a indivíduos. Trata-se, mais precisamente, do pressuposto que orienta a ideia primordial de uma interação social e que viabiliza no pensamento blumeriano o foco sobre o desenvolvimento da conduta enquanto um conhecimento empiricamente válido e intersubjetivamente avalizável. É no desenvolvimento concreto dos comportamentos dos agentes que repousa a crença na prova intersubjetiva das generalizações teóricas acerca da realidade social, legitimando explicações tanto da estrutura do grupo social – ou da instituição – e

³⁶ Utilizamos aqui o termo comportamentalismo no mesmo sentido de behaviorismo.

³⁷ Como fica indicado nas críticas levantadas contra o economista institucionalista Clarence E. Ayres e contra a psicologia estruturalista das obras de Margaret Washburn e de Madison Bentley.

seus aspectos cooperativos, quanto de sua mudança e suas agitações conflituosas. O indivíduo é o proponente e o responsável pela conduta no mundo social, não há outra entidade da qual decorram comportamentos e, logo, é aos indivíduos concretos, agindo e reagindo entre si, interativamente, que devem se dirigir as ciências sociais.

Por outro lado, o debate entre comportamentalismo e mentalismo não adquire a mesma prioridade ontológica no tom dos argumentos, ele é refletido antes por suas decorrências mais estritamente metodológicas, marcado por discussões relativas ao êxito das explicações sócio-psicológicas. A mente é uma entidade mediadora postulada como necessária à medida que sua negação produz resultados parcos acerca da variabilidade e da plasticidade dos comportamentos sociais e, também, das organizações sociais que surgem a partir deles. Trata-se de um argumento negativo. A ausência de um conteúdo interno aos indivíduos aplaina precipitadamente a teorização social e comprime o papel da vontade, como ato de criatividade e originalidade, na conduta do indivíduo, deixando por explicar o modo como ocorrem as mudanças na sociedade e o modo como a diversidade de organizações sociais afeta os comportamentos. Não se deve, porém, perceber isso como um anticomportamentalismo. O mentalismo advogado por Blumer melhor se designa por um *comportamentalismo metodológico moderado*, com base no qual se combate o apriorismo naturalista de comportamentalistas metodológicos radicais. Isso porque Blumer não contraria a necessidade de se abordar a realidade social tendo por base como ela se manifesta, senão que somente diz ser preciso adentrar no conteúdo aparente a que temos acesso e revelar-lhe os caracteres profundos, sem que se imponha nenhuma limitação ontológica a essa empreitada que represente sua deterioração prévia. Rejeitar o recurso a processos mentais é enrijecer a explicação social com condicionamentos comportamentais exteriores ao agente, acerca dos quais lhe resta pouca ou nenhuma alternativa para o decorrer de sua própria conduta, violando nossa percepção da diversidade de respostas a um mesmo estímulo ou de uma mesma resposta para estímulos distintos, cuja elucidação dá-se no caminho de uma mediação motivacional do indivíduo. Além do mais, Blumer não se contenta em se referir à mente apenas como um conceito a que se recorrer, ela

deve ser entendida, mormente, como uma inerência aos comportamentos, deixando transparecer uma aspiração realista às suas apreciações.

Vemos, nessa medida, que a crítica ao apriorismo na tese se revela por duas perspectivas diferentes, uma a respeito de um excedente de pressupostos e outra relativa a uma carência deles, ao passo que a solução para ambos é a recusa enfática a todo e qualquer tipo de precipitação à experiência. As dificuldades que se seguem são evidentes. Temos dois conceitos para um mesmo termo. Na primeira acepção, ‘apriorismo’ seria a designação de uma postura metafísica, que não é apenas alheia à experiência, mas que se impõe sobre ela, especulativamente, valendo-se de antemão de atributos ontológicos. Esse é o tipo de crítica dirigido ao holismo metodológico, o qual se excederia ao que nos é acessível por meio de nossa percepção do mundo externo e lançar-nos-ia à intangibilidade da coisa-em-si. Na segunda acepção, diversamente, o termo adquire estatuto eminentemente metodológico, pois assinala a composição de um sistema metateórico com base na mobilização racionalizada de pressupostos filosóficos com vistas a uma abordagem explicativa da realidade empírica. É precisamente isso o que está contido no uso do argumento negativo para respaldar uma posição mentalista e é também o que se segue ao repúdio à oposição dos comportamentalistas à ideia da mente como uma demasia oriunda de um período metafísico da teoria social. Com ele, Blumer propõe claramente foco sobre o êxito explicativo das teorias, refletindo acerca dos limites das concepções metateóricas que orientam os sistemas teóricos existentes e procurando promover a partir daí uma esquematização dos processos de investigação social. A mente fundamenta-se na pragmática da explicação social e emerge enquanto uma ideia *a priori* justificada, visto que é anterior à apreensão da realidade empírica e funcionalmente necessária a ela. Assim, nessa segunda acepção, a especulação pura deixa de ser um predicado geral e indistinto dos conhecimentos *a priori*, uma vez que esses podem demonstrar-se empiricamente legítimos dentro de uma apreciação metateórica dos processos de investigação, rompendo a identificação entre recorrer a esses conhecimentos e recorrer a uma postura apriorista, subordinada unicamente a palpites metafísicos. A legitimidade no recurso a conhecimentos *a priori* dá-se a

nível metacientífico e de acordo com o êxito permitido à abordagem de problemas e objetos reconhecidos.

Mas a falta de clareza acerca dos níveis de discurso faz com que tal incoerência argumentativa fique obscurecida, dando-se por resolvido o impasse a respeito do holismo metodológico. Em outras palavras, no capítulo terceiro, quando se dedica à apresentação das abordagens metodológicas, Blumer atenua suas preocupações a respeito do problema das entidades coletivas, que só retorna brevemente, como um assunto atinente às limitações do método analítico nos fenômenos sociais, debruçando-se quase que tão somente sobre a consideração do comportamentalismo e sobre o desenvolvimento de seu enfoque mentalista. Isso nos permite afirmar que o autor está longe de assimilar todo o conjunto de consequências filosóficas que se depreendem de suas críticas teóricas, inclusive com relação a seus próprios argumentos.

Ainda, sua concepção de metodologia, ancorada nos aspectos funcional, lógico e técnico, leva a que os problemas metateóricos específicos das ciências sociais apareçam-lhe como submissos a uma avaliação exclusivamente técnica, permanecendo longe de serem deslindados na amplitude que lhes cabe. Quando o autor sustenta que “na consideração desses métodos [da psicologia social] nós podemos negligenciar em sua maior parte o que designamos como os aspectos funcional e lógico do procedimento científico” (1928: 247), o que se estabelece é meramente o acobertamento sob um enfoque tecnicista de uma legítima contestação metateórica. Eis a dificuldade que se impõe logo no início do capítulo terceiro e que se acompanha no seguinte trecho:

Aqui podemos dizer umas poucas palavras mais acerca da natureza do aspecto técnico. Ela emerge, como já temos dito, em face de problemas peculiares e consiste de (1) um ponto de vista, (2) uma série de passos ou dispositivos, desempenhados no esforço (3) para assegurar um tipo particular de fatos ou dados. O ponto de vista representa a abordagem para os problemas, começando de um certo viés ou preconceito. Usamos os termos “viés” e “preconceito” não em algum sentido oneroso ou condenatório, mas meramente para referirmo-nos ao esquema conceitual ou ponto de vista que é adotado como uma orientação para a investigação. Ele partilha da natureza da postulação, suposição ou do ponto de partida fixo e em grande parte determina os passos empregados na investigação e os fatos assegurados. É nosso objetivo neste capítulo considerar os métodos empregados na psicologia social principalmente com respeito a seus preconceitos (1928: 248-9).

A despeito da falta de discernimento de seu autor, fica evidente que a discussão das abordagens metodológicas assume relevância propriamente metacientífica. É de seu interesse direto o enfoque sobre problemas de fundamentação, que não podem simplesmente confinar-se à prescrição de técnicas, já que trazem à tona questões de primeira ordem para a constituição da objetividade do conhecimento.

Dessa maneira, Blumer identifica dentre os “preconceitos” contidos no comportamentalismo radical uma exigência pela apreensão dos comportamentos por meio estrito de seus antecedentes e consequentes sensoriais. Mesmo quando comportamentalistas como Weiss, Meyer e Watson são tentados a explicar tais consequências na forma, respectivamente, do movimento de partículas subatômicas, do funcionamento de nervos e correntes nervosas ou da contração de músculos e glândulas, o que prevalece em suas explicações dos fenômenos sociais são sempre indicações a estímulos concretos e respostas concretas. Com efeito, o indivíduo é “considerado essencialmente como o vínculo neutro entre o estímulo e a resposta” (1928: 266), sem que lhe seja reservada qualquer parte ativa na mediação entre a pressão externa a que é submetido e a conduta que externaliza em decorrência. Toda a teorização social permanece estritamente na base de observações externas, seja de estímulos, seja de respostas, tal como nos é acessível intersubjetivamente por meio dos sentidos.

Blumer percebe nesse núcleo filosófico do comportamentalismo o ponto de partida de uma crítica metodológica, que crê inadequadamente desenvolvida nos artigos clássicos de Louis L. Thurstone, “The stimulus-response fallacy in psychology”³⁸, e de John Dewey, “The reflex arc concept”³⁹. Tanto um como outro não depreenderiam rigorosamente os corolários dos pressupostos sensorialistas do comportamentalismo. De modo mais preciso, Blumer aponta que tanto Thurstone como Dewey incorrem em apriorismo ao tentar refutar a abordagem comportamentalista, o primeiro presumindo o impulso na base de toda e qualquer conduta, o segundo postulando a capacidade de coordenação sensorial-motora do agente para a constituição daquela base. Ambos assim o estabelecem considerando a atividade interna como condição precedente ao estímulo externo,

³⁸ Em tradução livre: “A falácia do estímulo-resposta na psicologia”.

³⁹ Em tradução livre: “O conceito de arco reflexo”.

que é percebido pelo indivíduo a partir das condições preexistentes nele. A unidade sensorial-motora a que Dewey remete o leva mesmo além, para asseverar que o estímulo, como uma sensação, e a resposta, como um movimento, seriam indiscerníveis, na medida em que conectados no fluxo da atividade. O embaraço dessa visão, contudo, repousa no caráter impositivo concedido ao apelo a formas e conteúdos mentais nas teorias sociais e no modo como assim recorta injustificadamente os fenômenos sociais para dizer que os comportamentos são despertados no interior do agente e não a partir de seu ambiente exterior, de maneira que, sem maiores problemas, “o defensor do [esquema] estímulo-resposta iria categoricamente negar as contenções de Thurstone [e de Dewey] de que a atividade precede os estímulos; pois isso, em si mesmo, deve indicar estimulação prévia” (1928: 281) ou continuidade interna da estimulação, constituindo uma corrente contínua das excitações externas sobre o indivíduo. Dessa maneira, toda a discussão resumir-se-ia a escolhas arbitrárias do ponto de partida da análise, como bem demonstra Blumer em nota em que alega a similaridade entre as visões de Faris e Thurstone:

A objeção do Dr. Faris era a de que nós devemos iniciar com a atividade em curso como o dado e que qualquer tentativa de retroceder a isso iria conduzir a um regresso infinito. Ele tem nitidamente ligado essa objeção a uma visão crítica da natureza da causação, na qual mostra que tudo está em um sistema de interação. Em um sentido estrito, então, é impossível ver o que é a “causa” da coisa que está em curso, senão que se deve focar atenção, em vez disso, sobre o fator significativo. Consequentemente, pode-se começar com a atividade como o fator significativo e ter em conta que isso iria requerer uma análise de todo o sistema de interação. Por um lado, essa visão defende que se deve começar em algum lugar e então o ponto de partida é selecionado na atividade em curso; por outro lado, aquela tentativa de retroceder a essa atividade nos conduziria a um regresso infinito. Esse último ponto estamos considerando na discussão da visão de Thurstone. Poucas palavras são apropriadas aqui acerca da questão do ponto de partida; supõe-se ser o impulso o começo do ato. Porém, não se deixa claro exatamente por que se deveria começar com o impulso, ou mesmo que o impulso seja o começo do ato. Em face disso, não há razão para que não se deva começar com a “decisão”, ou mesmo, ao estilo de Kantor, com a atividade externa. É fácil imaginar Kantor dizendo que se deveria começar com esse tipo de atividade e que qualquer tentativa de retroceder a ele nos conduziria a “regresso infinito”. O ponto é que, com o ponto de partida sendo escolhido sobre uma base mais ou menos arbitrária de sua aparente significância, há uma ampla latitude de escolha e, *a priori*, nenhum fundamento para criticar alguém que escolha um ponto de partida diferente (1928: 283; grifo do original).

Logo, em tais termos, tudo se resumiria a uma insistente e insolúvel questão acerca do tipo de causa, interno ou externo, atribuído a um fenômeno social, sem que se pudesse efetuar uma escolha legítima de que tipo representaria mais adequadamente a realidade empírica social. Essa dificuldade, porém, proviria do fato de que tanto Thurstone quanto Dewey criticam um conceito de “estímulo” diferente daquele advogado por autores comportamentalistas e realizam sua revisão em torno de um debate surdo. Isso quer dizer que Blumer acerta no vetor crítico de sua apreciação, mas não sintetiza bem seus próprios argumentos ao dizer que o defeito das alegações de ambos os autores seria derivado do fato de que fariam por “assinalar um significado para ‘estímulo’ diferente” (1928: 282) dos autores que criticam, pois o insucesso apontado na tese não consiste na incoerência interna das propostas elaboradas – como Blumer prontamente admitiria –, mas na efetividade de suas críticas em reconstruir adequadamente o discurso rival e alçar tais propostas à condição de alternativas efetivas à abordagem estímulo-resposta.

Thurstone e Dewey situam o infortúnio da análise comportamentalista na incapacidade de identificar o estímulo como uma ocorrência interna quando de sua percepção por um agente, fazendo repousar nisso o cerne de sua crítica ao estímulo como simplesmente uma exterioridade. Entretanto, quando assim prosseguem, não se dão conta de que a exterioridade do estímulo salientada por comportamentalistas não se refere à univocidade de posição do estímulo no curso de desenvolvimento da atividade, mas ao caráter prescindível da internalidade do agente dentro de uma explicação desse curso. À vista disso, os artigos falham em sua pretensão de expor as contradições do discurso comportamentalista, dado que o reconstroem tão-só fragmentariamente, fazendo por sublinhar nos estímulos um caráter de exterioridade posicional, sem se atentarem para o fundamento sensorial que subjaz a essa exterioridade e a faz prevalecer explicativamente a formas e conteúdos mentais como um estímulo que é sensorialmente apreendido por um agente e que lhe acarreta imediatamente uma resposta. A percepção proposta por Thurstone e Dewey para enfatizar a mediação do agente na emergência da atividade não é suficiente para afastar do horizonte da análise do comportamento o tipo de mediação passiva possível ao comportamentalismo.

A abordagem comportamentalista tem como fundamento a caracterização do estímulo não apenas como um acontecimento sensorial externo ao sujeito, mas também, e em decorrência dele, como um gatilho que dispara a resposta. A isso chama Blumer de “o aspecto compulsivo do estímulo. O estímulo e a resposta existem em uma sequência mecânica, tal que o início de um – barrando influências externas – conduz direta e inevitavelmente à resposta” (1928: 296). E é precisamente isso o que quer dizer o autor da tese quando afirma que Thurstone e Dewey adotam “estímulo” como “o estímulo bem-sucedido, em outras palavras, o estímulo que dá liberação ao ato” (1928: 282), fazendo transparecer uma concepção similar àquela levada a cabo no núcleo do enfoque comportamentalista, em que “a sequência opera com uma eficácia automática, o estímulo caminhando imediatamente para a resposta” (1928: 310).

O empecilho do comportamentalismo, então, como Blumer o vê, reside na inaptidão de uma concepção compulsiva de conduta em captar explicativamente todo o leque de respostas comportamentais a um mesmo estímulo, igualmente a que toda a diversidade de estímulos que são seguidos por uma mesma resposta. Embora os autores comportamentalistas procurem lidar com a variação na relação estímulo-resposta atribuindo-lhe a uma variação nas condições orgânicas dos agentes e, no encalço, muitos procurem suportá-la com conhecimentos fisiológicos, introduzindo conceitos teóricos da neurologia, da química e da biologia para tentar esclarecer a variação nas condições materiais do sistema nervoso, o expediente a que recorrem só pode ser efetivo na aclaração de discrepâncias de intensidade na relação entre os conteúdos de entrada e os de saída, permanecendo aquém de sua variação qualitativa. Isso porque se manteria pressuposta uma relação de caráter compulsivo. Além disso, para Blumer, a própria inclusão de conhecimentos fisiológicos, visando a garantir a redução dos fenômenos sociais a fenômenos orgânicos, não faz senão por exceder a estrita sensorialidade pretendida à análise dos comportamentos, recheando-a com conjecturas teóricas e incorrendo no erro de tomar o abstrato pelo concreto, o que Alfred N. Whitehead nomeou como falácia da concretude deslocada.

O que nos é dado na experiência é a *ação* qualificada em muitas maneiras diferentes. Nós dizemos que um homem vai à igreja, toma seu café da manhã, escreve um poema, toca um instrumento musical,

etc. Esses são os constituintes de nossa experiência, os dados a partir dos quais a explicação científica deve ser procedida. Dizer que, em vez de fazer essas coisas, um homem está meramente movendo seus músculos, tendo certos reflexos, é cometer o equívoco da concretude deslocada que temos falado; isso é tomar um aspecto da ação e convertê-lo na ação toda (1928: 324; grifo do original).

Não obstante, a própria rigidez sensorial na explicação de estímulos e respostas seria responsável por inserir outra dificuldade para o isolamento de relações compulsivas, dado que obrigaria os comportamentalistas a advogarem uma concepção de estímulo “como um *padrão de estímulo*, isto é, como um objeto químico ou físico que ‘excita’ um número de terminações nervosas para então dar origem a uma resposta comportamental unificada ou concertada” (1928: 299; grifo do original). Em outras palavras, seria preciso discernir nitidamente conjuntos típicos de fatores sensorialmente estimulantes em meio à multiplicidade de estimulações sensoriais interatuantes e entrecruzadas a que estamos submetidos na realidade empírica, delineando uma tarefa que Blumer acredita ser de sucesso improvável na obtenção de relações estáveis:

A imagem da situação do estímulo-resposta que nós asseguramos caso o estímulo seja concebido como qualquer alteração química em um ponto sensorial ou como um “fator de alteração” é de *um número desconhecido de tais estímulos operando de tal modo que seus efeitos são fundidos e entrelaçados entre si*. Essa imagem deve ser comparada com a aspiração fundamental subjacente à visão de estímulo-resposta – ou seja, aquela de isolar a relação entre o estímulo e a resposta. Na reconciliação da situação com a aspiração, seria necessário isolar todos os estímulos operantes em um momento particular sobre um indivíduo; *separando* entre si as respectivas respostas; e então alinhando cada resposta com o estímulo apropriado. Muito francamente, não há *técnica* que permita o cumprimento dessas tarefas ou objetivos, nem parece provável que possa haver. O número de estímulos, seu caráter desconhecido e a inacessibilidade de muitos deles tornam extremamente improvável seu isolamento. Mas ainda mais improvável seria o isolamento das respectivas respostas, por causa da fusão das excitações entre si na rede extremamente complexa do sistema nervoso (1928: 306; grifos do original, com exceção do último).

Certamente Blumer não deixa de reconhecer a efetividade no isolamento de relações estímulo-resposta em episódios de comportamentos reflexos ou tropismos, como nos casos do “comportamento menos variável e mais rígido dos animais” (1928: 308) e dos comportamentos humanos dotados de certo automatismo. Mas deixa sublinhada sua incredulidade a respeito da apreensão da maior parte dos comportamentos dos homens, já que “a garantia de uma certa

sequência estímulo-resposta [é possível] apenas onde uma conexão repetida tem sido observada” (1928: 307; grifo do original), dando a entender que concebe a conduta social humana, em sua maior variabilidade e flexibilidade, enquanto predominantemente incapaz de repetibilidade e, portanto, inapreensível por uma técnica de estímulo-resposta. É precisamente isso que expõe quando assevera que explicar em termos de movimentos musculares ou reflexos, ou seja, em termos fisiológicos ou estritamente comportamentais, “é tomar um aspecto da ação e convertê-lo na ação toda”. E uma postura como essa demonstra o talante nitidamente metateórico do argumento erguido. Demonstra o modo como considera os fenômenos sociais como irredutíveis a fenômenos naturais, conquanto entrelaçados na realidade empírica. Uma irredutibilidade que se constitui no terreno das explicações sociais, quando persistem problemas que uma abordagem puramente naturalista não pode elucidar. A abordagem naturalista, por si mesma, não deixa de contar com os êxitos angariados, mas é indispensavelmente podada em suas pretensões cognitivas sobre o universo de disciplina das ciências sociais. Como põe Blumer:

Se a atividade neuromuscular for considerada como uma maneira de olhar para a ação, então a dificuldade pareceria desaparecer. Assim, a ação é neuromuscular olhada do ponto de vista fisiológico; é atômica olhada do ponto de vista da física; significante ou simbólica do ponto de vista da psicologia social.

(...)

Parece que a lógica da situação inteira força-nos a concluir que enquanto o comportamento humano pode ser proveitosamente estudado do ponto de vista neuromuscular, tal estudo não pode pretender ao aspecto social (1928: 328-30)⁴⁰.

E, para ele, a origem de todo o inconveniente está no dualismo ontológico da mente e do corpo, que ousou desatrelar de toda validade cognitiva a apreensão da mente, encaminhando-nos para o beco sem saída do reducionismo naturalista e impelindo-nos a ou encaixar forçosamente toda a amplitude da expressão social no espaço diminuto das alterações corpóreas ou a desprezarmos toda a gama de

⁴⁰ E Blumer prossegue em uma nota sobre a irredutibilidade ressaltando a não-independência (completa) dos fenômenos sociais em relação aos fenômenos naturais: “Isso não significa que o psicólogo social possa ou deva ignorar qual informação o fisiologista tem a oferecer sobre a natureza da atividade neural, não mais que o fisiologista possa ignorar um conhecimento químico da atividade. Um conhecimento dos fatos da neurologia serviria como um corretivo a muitas interpretações imprudentes da atividade humana” (1928: 330).

fenômenos sociais que se demonstrassem resistentes à explicação pela corporeidade. Mas isso é sucumbir à metafísica no esforço por abjurá-la. E reconhecer os problemas que permanecem inexplicados e inexplicáveis dentro de um enfoque naturalista passa, então, a atestar a premência pelo conhecimento dentro de uma atitude epistemológico-pragmática. A mente torna-se uma exigência da teorização e da explicação sociais.

É a segunda acepção de apriorismo que temos assinalado que é mobilizada por Blumer para criticar os princípios aprioristas de Thurstone e Dewey, por um lado, e de comportamentalistas estritos e fisiológicos, por outro. É com ela que Blumer confere robustez à sua argumentação em favor do recurso a formas e conteúdos mentais na explicação social, fazendo prevalecer em sua metodologia tanto a exigência pelo êxito instrumental das teorias sociais quanto uma diretriz pragmática aos sistemas teóricos por meio do controle social.

O caráter multifacetado da atividade humana traz à luz, como Blumer diz, sua pluralidade de significado, não se restringindo a “um único significado, ou mesmo a poucos significados elementares, como a maior parte dos comportamentalistas e muitos de seus oponentes parecem pensar” (1928: 332). Mas não há clareza no conceito de significado que é assumido neste momento da tese, pois o autor não nos fornece razões para que possamos considerar como similares o tipo de conteúdo que é apreendido sob enfoque naturalista e aquele que é requerido para a explicação social. Fica somente a silhueta de uma estrutura metateórica comum à natureza das explicações naturais e sociais, sugerindo algo como uma ciência metodologicamente unificada.

A rigor, Blumer parece mesmo tornar isso mais enevoado do que foi capaz de se dar conta, na medida em que sua crítica ao modelo de explicação comportamentalista de estímulos e respostas nos faz retomar a estrutura da explicação causal, e a severidade com que rechaça aquele modelo nos encaminha a conceber sua descrença relativamente a uma causalidade social. De modo ainda mais entranhado, esse afloramento combale o esquema-base da metodologia blumeriana ao comprometer os fundamentos contidos na apreciação do aspecto funcional da ciência. Quando o havia tratado, Blumer havia procurado enfatizar a busca por relações instrumentais como parte indispensável do projeto

eminentemente científico de “transformação simplificadora da experiência”, cumprindo-lhe os requisitos cognitivos de perenidade e repetibilidade, acessibilidade, e comunicabilidade, todavia, no momento em que discute a explicação por estímulos e respostas sob a condição de um vínculo de compulsividade e é vetado o caráter compulsivo a fenômenos sociais, é o pano de fundo causalista que é recolhido do horizonte científico-social.

O isolamento de relações estímulo-resposta tem a mesma estrutura da relação causal na medida em que os estímulos ocupam a posição de fatores antecedentes e as respostas a posição dos fatores consequentes, tendo-se em vista o estabelecimento não de meras correlações contingentes, mas de correlações necessárias entre antecedentes e consequentes. E o modo como a explicação por meio de relações estímulo-resposta é apresentada traz-nos uma semelhança surpreendente com o que viria a ser conhecido somente muitos anos mais tarde como o modelo de explicação por subsunção a leis, sobre o que já tivemos ocasião de discorrer. Diz-nos Blumer:

A atenção foi dada anteriormente ao aspecto compulsivo do estímulo no ponto de vista metodológico do estímulo-resposta. Podemos reiterar brevemente as observações dadas em seu caráter. A lógica da visão é baseada sobre uma crença em uma conexão inevitável entre o estímulo e a resposta, de modo que dado um, o outro possa ser inferido. As duas variáveis são o *estímulo* e o *estado do organismo*; a *resposta* é a função dos dois (1928: 308; grifos nossos).

O estímulo e o estado do organismo ocupam notoriamente a posição do *explanans*, enquanto a resposta a posição do *explanandum*, constituindo a forma de um argumento dedutivo válido. Embora Blumer não diga explicitamente que o estímulo deva ser tomado como uma lei, sua concepção de estímulo como um “padrão de estímulo” nos fornece a designação de um caráter regular tipificado que, combinando-se com as condições iniciais conformadas pelo estado do organismo, implicaria a ocorrência particular da resposta.

Assim, a “lógica de visão” criticada por Blumer nada mais é do que a estrutura do modelo de explicação causal por subsunção a leis, estrutura esta que é rejeitada à explicação dos fenômenos sociais na ocasião em que se afirma haver “um número desconhecido de tais estímulos operando de tal modo que seus efeitos são fundidos e entrelaçados entre si”. Sob essa passagem, o fluxo da

realidade empírica social é apresentado como uma multiplicidade de estímulos e respostas configurando um estado de complexidade perturbador, que pode ser pensado analiticamente por nós como resultado da sobreposição de três sentidos de multiplicidade. São eles a pluralidade de contextos sociais efetiváveis, a multifatorialidade dos contextos sociais efetiváveis e a modularidade infinitesimal dos fatores dos contextos. Cada um deles atuando para tornar mais indefinida a tarefa de distinguir antecedentes e consequentes comportamentais, seja na situação efetiva, seja na efetivável.

O percalço do raciocínio, no entanto, reside justamente naquilo que lhe concede mais força declarativa, isto é, em sua inflexão ontologizante. Ao reforçar a multiplicidade de manifestação dos fenômenos sociais, alçando-lhes à complexidade inapreensível do que seriam seus componentes regulares, o que se faz é encampar um argumento indeterminista para se contrapor ao determinismo ontológico que se imputa em uma reconstrução já enviesada acerca do caráter compulsivo das relações estímulo-resposta. Ora, Blumer negligencia justamente a orientação metateórica que fizemos antes por ressaltar como característica que desponta de sua crítica ao apriorismo em sua segunda acepção, aquela em que se repele a pura especulação metafísica sem que se renuncie a reflexões dessa ordem no manejo de pressupostos racionais aos processos de investigação, uma metafísica epistemologicamente orientada. Mas conceber uma explicação determinista não implica endossar uma posição de determinismo ontológico, porquanto a mobilização de pressupostos ontológicos não se confunde com a invocação especulativa de um sistema de mundo. Ela diz simplesmente da determinação de uma pequena parcela da realidade, a parcela abrangida pelo tipo de fenômeno explicado, e que se mantém determinada epistemologicamente, como uma explicação intersubjetivamente válida para o setor da realidade a que foi aplicada de modo exitoso. Em outras palavras, propor explicações deterministas não subentende qualquer proposição primitiva pela aplicabilidade universal de um *princípio de determinação*. O determinismo como pressuposto racional ocupa apenas a função de uma *regra metodológica*.

Nota-se, dessa maneira, que o argumento reconstrói equivocadamente o modelo de explicação do comportamentalismo e retorna a uma discussão

ontológica acerca da natureza distinta da realidade social, trazendo de volta o dualismo que se esperava haver superado com um pluralismo metodológico combinando aspectos gerais e particulares das ciências em seus processos de investigação. A multiplicidade dos comportamentos humanos assume o lugar de uma complexidade indelével aos fenômenos sociais e que se impõe como obstáculo intransponível à cognição de relações regulares, levando-o à afirmação de que “o objeto [social] não é de um caráter compulsivo, mas de um caráter ‘manipulativo’”, pois

para a “referência” ou a “significação” ser feita, é necessário que o “estímulo” seja suspenso ou checado, seu status mudado daquele da imediatidade para aquele da mediatidade. Mas se isso acontece, ele cessa de ser um estímulo, pois tem perdido seu aspecto compulsivo, o qual, como temos visto, é intrínseco à lógica do ponto de vista metodológico do estímulo-resposta (1928: 312).

É assim que Blumer propõe, em substituição, a investigação de conteúdos mentais por indicação a significados, que acredita ser indispensável para a apreensão da mediação ativa do agente ao comportar-se. O significado como sendo o produto da “manipulação” reflexiva do objeto da percepção pelo agente, isto é, uma atribuição relacional da subjetividade daquele que age para a objetividade de um objeto externo, e que se estabelece fora dos liames da tipificação fenomênica – ou padrões, no termo em que o autor se refere –, pois submetido à particularidade de uma “checagem” individual e, conseqüentemente, às condições de determinação oferecidas pelo sujeito da ação no curso de seu agir:

Uma das primeiras impressões experienciadas pelo observador do comportamento humano é a variabilidade na atividade de qualquer indivíduo que é confrontado com aparentemente o mesmo objeto em momentos diferentes. (...) A divergência no comportamento poderia ser explicada como devida a diferente valor ou significação com o qual o indivíduo considera o objeto. Nessa última explicação, o objeto perderia seu aspecto compulsivo e o indivíduo tornar-se-ia o “determinador” da atividade (1928:310; grifo do original).

Isso, contudo, conduziria a um foco eminentemente idiográfico para o método das ciências sociais, na medida em que o significado é individualizado e particularizado por uma subjetividade. Teríamos um sentido de significado diferente daquele bastante mais abrangente que apresentamos acima e que diria respeito ao conhecimento em geral. Aqui “significado” é parte do problema de

investigação específico das ciências sociais, aquele que as caracteriza enquanto disciplinas científicas próprias e que as distancia do naturalismo de abordagens como a comportamentalista, em que uma conduta é uma decorrência imediata e irrefletida. Logo, a explicação em ciências sociais não se submeteria a qualquer relação alheia àquela que é estabelecida por um sujeito concreto atribuindo relacionalmente um significado no curso de um comportamento concreto.

6.3 A Compreensão como Introspecção Simpática

A saída para a apreensão desse particular está na aplicação do chamado método da introspecção simpática. O método é herança direta dos trabalhos de Charles Cooley e, para Blumer, a grande contribuição de sua obra, delineando o modo como nos inclinamos ao conhecimento do subjetivo pela compreensão simpaticizante com o indivíduo em seu engajamento em uma atividade social, visto que “a simpatia é uma participação na experiência de um outro, em processo pelo qual se compreende o outro e assim se é capaz de fazer ajustes próprios” (1928: 124) no intercurso da atividade. Segundo Cooley, a simpatia adquire seu caráter interpenetrante no interior da interação cooperativa, o que faz com que o método seja não somente um procedimento da atividade científica, senão que antes uma necessidade à apreensão da atividade cotidiana dos homens em associação. Sua tomada como método da ciência sugere apenas que seja desenvolvido e empregado sob um tratamento mais minucioso:

Em primeiro lugar, presumivelmente uma técnica científica é sempre marcada por seu maior refinamento e precisão em comparação com modos de conhecimento comumente empregados na associação humana. Justamente, o que constitui esse maior refinamento da introspecção simpática? A resposta é o maior cuidado e sabedoria em seu emprego; mas isso equivale a reenunciar ao problema em uma forma diferente. De onde vem seu maior cuidado e sabedoria? Sobre esse ponto Cooley é bastante claro. Usar a introspecção simpática de um modo inteligível e produtivo requer “habilidade nativa, conhecimento fático, cultura social e treino em uma técnica particular”. A natureza de cada um desses requisitos não é inteiramente clara, mas é suficiente para os propósitos de nosso juízo (1928: 339).

Essa preocupação com o refinamento e a precisão, todavia, leva Blumer a corrigir um excesso mentalista que aparece no pensamento de Cooley na forma de

uma separação rígida entre significado e comportamento. Blumer contesta que a introspecção simpática sirva aos propósitos de deslindar um “significado que existe na mente na forma de uma imagem social” (1928: 335) e que possa, portanto, prescindir das respostas externadas pelos agentes. Mais propriamente, vê nisso o perigo de um idealismo radical, pelo qual o alojamento exclusivo dos significados no âmbito mental pudesse tornar estes matéria da ideação privada de um sujeito solitário, beirando perigosamente um solipsismo. “A única saída para esse desastre é colocar os significados onde eles efetivamente parecem estar – nos objetos e no comportamento observado” (1928: 336), reasseverando a imprescindibilidade do comportamento como um esteio fenomenalista à teoria social e, no encalço, recuperando o papel da experiência na atividade científica.

Logo, a introspecção simpática ocorre sobre uma atividade efetivada, desenredando-lhe o significado que a direciona para uma atividade subsequente ou a faz direção de uma atividade anterior. Dentro desse esquema, o uso do termo “introspecção” representaria uma incorreção, à medida que “a ‘introspecção simpática’ não deve pressupor a existência do significado na mente, como destacada do que é significante ‘lá fora’” (1928: 337), ela deve reconhecer a conformação do significado dentro de uma conduta e colaborar para a assinalação dela dentro de uma conduta mais ampla, pois se trata primordialmente de um “processo comum à maior parte da atividade imaginativa”. Atividade essa que procura situar nossa faculdade de ter uma expectativa de comportamento em relação a comportamentos já desenrolados, e não em relação a um ato do sujeito cognoscente de se voltar para dentro perante seus próprios conteúdos mentais. É o que Cooley não foi capaz de perceber. Ainda que tenha se denominado um comportamentalista não-fanático, sua abordagem careceu de ancorar o estudo dos fenômenos mentais em comportamentos empiricamente apreensíveis.

Mesmo assim, Blumer não consegue dissociar o método da introspecção simpática daquilo que seria um caráter de autoidentificação imaginativa, cujo trunfo consistiria na capacidade de mobilizar “habilidade nativa, conhecimento fatural, cultura social e treino em uma técnica particular”, frisando-lhe uma dependência relativamente ao nível de competência do sujeito cognoscente em reunir e articular essas características. O método da introspecção simpática torna-

se, então, a aplicação da intuição subjetiva do investigador social para a interpretação de um comportamento que se lhe apresenta e seu êxito é conformado pela qualidade do conhecimento prévio disponível a ele, juntamente com a sua aptidão em dispor desses conhecimentos e com a prática adquirida nesse manejo:

O método assegura sua efetividade a partir do cientista que o utiliza; *em si mesmo*, ele não é diferente de sua forma no uso ordinário. A fórmula é essencialmente tomar um indivíduo com um *dom de intuição* e desenvolver amplamente seu conhecimento das pessoas; por esse meio ele se tornará eficiente na compreensão da conduta humana (1928: 340; grifo do original com exceção do segundo).

O dom de intuição a que Blumer recorre faz-nos retroceder ao subjetivismo idealista que apontava como defeito da postura de Cooley, pois permanecemos intimamente atrelados ao que um sujeito cognoscente particular imputa como interpretação de uma conduta. Conquanto evitemos o percalço do solipsismo que rondava a concepção de um sujeito interpretando seus próprios conteúdos internos, não evitamos contundentemente sua ameaça sobre a objetividade do conhecimento a que pretendemos, isso porque a exterioridade dos comportamentos em um âmbito cognitivo caracterizado pela subjetividade interpretativa torna-se um mero postulado sem maiores justificações, uma pura especulação, na medida em que pulverizada a intersubjetividade no interpretativismo do sujeito cognoscente sobre suas próprias percepções, não tardando, desse modo, seu questionamento como base para a ciência social, para todo o conhecimento social e, quiçá, para o conhecimento em geral.

Ainda assim, a despeito das consequências antiepistêmicas de um solipsismo consequente em última instância, podemos afirmar que, a princípio e na melhor das hipóteses, o subjetivismo do método da introspecção simpática conduz-nos ao relativismo. Isso porque, ao legitimar o conhecimento compreensivo na habilidade subjetiva do investigador, decorre-lhe a legitimação também das interpretações divergentes que são resultado da aplicação da subjetividade de vários investigadores, uma vez que estamos diante de uma fundamentação metateórica redundante e vaga, cuja definição declara que ser apto a empregar refinada e precisamente o método introspectivo-simpático é já ter o refinamento e a precisão na forma aplicada de cuidado e sabedoria interpretativas. Como o próprio Blumer reconhece, “a aferição do método pela razoabilidade da

interpretação, porém, é um processo circular e não nos presta auxílio na reconciliação de interpretações divergentes” (1928: 341), pois “a aceitação da interpretação particular deve ser feita sobre a base da autoridade” (1928: 342) e, para o uso apropriado do método, “infelizmente, não nos é oferecida nenhuma consideração das marcas ou critérios” (1928: 341) para além do “caráter satisfatório da interpretação”. Com efeito, o método da introspecção simpática “não é um bom instrumento para a verificação” (1928: 342), valendo-lhe a competência como um procedimento de descoberta e não de justificação.

Blumer está cômico de que o relativismo das interpretações não permite superar o particularismo das abordagens historicistas e que o “problema da ‘história versus ciência’” (1928: 344) atinge diretamente seu projeto de psicologia social. É preciso encontrar um modo pelo qual a singularidade de apreensão dos comportamentos concretos seja conciliada com a possibilidade de comunicação intersubjetiva dos sistemas teóricos científicos. Para tanto, é preciso dispensar aquelas consequências ontológicas que estavam contidas na rejeição do determinismo, pois

embora grande parte dos fatos presentes pareça apontar para a predominância da individualidade, a aceitação do ponto de vista não é necessária e, por certo, heurísticamente desaconselhável. Sua adoção seria equivalente ao bloqueio da investigação que, a despeito de juízos *a priori*, poderia render generalizações muito frutíferas. Depois de tudo, o ponto de vista no presente não é senão apenas um lado de um argumento filosófico, e sua comprovação deve estar no futuro, se é que irá mesmo ocorrer. A prova do pudim permanece ainda em comê-lo (1928: 347; grifo do original).

Sob essas palavras, Blumer se desvencilha da radicalidade anterior dos próprios argumentos e retira os fenômenos sociais do âmbito da complexidade ilimitada e da ausência de padrões. Dessa forma, a procura por generalizações deve continuar como parte da empreitada das ciências sociais, enfocada agora dentro daquele carácter simplificador geral que havia disposto no começo da tese. O conhecimento deve ser “um auxílio à economia mental” (1928: 347) e ultrapassar a necessidade de compreender cada um dos detalhes dos fenômenos investigados desvelando o “verdadeiro carácter do conhecimento”. Reconhece-se, então, nessa desejabilidade a primazia epistêmica do conhecimento geral. A similaridade com sua discussão prévia acerca da observação como um aspecto

lógico da ciência é patente. Nessa medida, generalizar não deve constituir um procedimento absolutamente alheio ou contrário às fatualidades concretas, senão que complementar a elas, em razão de lhes conferir maior inteligibilidade ao agrupá-las segundo características comuns.

A chave das generalizações consistiria em haver já esclarecido a singularidade atinente às instâncias concretas, que no caso específico das ciências sociais proviria da compreensão e interpretação dos comportamentos em seus significados, tornando-as suscetíveis à comparação e à abstração de seus elementos comuns. É na comparabilidade das interpretações que Blumer crê assegurar ao método da introspecção simpática uma competência propriamente metateórica e objetiva, aproximando-o do procedimento geral de observar e descrever um fenômeno. A introspecção simpática ocuparia a posição inicial de uma “sequência de procedimento [que] é essencialmente: compreensão do caso individual – comparação – classificação – extração do universal” (1928: 351), mas que, como podemos notar, poderia ser, com pequenos ajustes relativamente ao termo “compreensão”, aplicável indistintamente a todas as ciências empíricas. Nesse sentido, a interpretação como um procedimento similar à descrição concordaria com a tese da carga teórica da observação, mas o que fica por elucidar agora é sua diferença em relação à carga teórica contida nas descrições de fenômenos da natureza, pois a influência dos valores do investigador na teorização científica aparece aqui apenas enquanto decorrência da aferição interpretativa de significados, um valor que se encontra no âmbito do objeto-sujeito cognoscível, e não como produto da parcialidade da cognição que antes fora aludida para a impossibilidade de apreensão da coisa-em-si, o que o levaria ao âmbito do sujeito cognoscente. Ao mesmo tempo, não obstante similaridades, em nenhum momento de sua exposição Blumer visa a tornar equivalentes o método da introspecção simpática e o procedimento descritivo das ciências naturais; muito pelo contrário, pois é aquele método que permite apreender o conteúdo mental característico da abordagem social dos fenômenos. Mas a despeito dessa dificuldade, Blumer não hesita em afirmar que

O sucesso da classificação nas ciências naturais e biológicas depende da presença de *caracteres fixos* nos objetos ou instâncias a serem classificadas; caracteres que podem ser *facilmente identificados* pelos

observadores interessados. São esses caracteres, é claro, que lançam as bases para a classificação. Se, porém, no caso das instâncias históricas, os “caracteres” variam com valores e significados correntes, e efetivamente de indivíduo para indivíduo, ou ao menos de escola para escola, o caminho para a fácil classificação e comparação pareceria estar bloqueado (1928: 353; grifos nossos).

A presença de caracteres fixos facilmente identificáveis nos objetos naturais faz prevalecer certa imediatidade ôntico-ontológica à sua apreensão, isto é, uma concepção implícita de que é possível apreender diretamente os caracteres ontológicos daqueles objetos, tal como se pudessem ser classificados de acordo com predicados inerentes à própria coisa ou, melhor, como se não houvesse maiores dificuldades entre a apreensão de seu ser fenomênico e a aferição de suas características primeiras ou últimas, configurando a nulidade prática da carga teórica dos enunciados de observação, pois reduzida à estrutura comum de apreensibilidade dos fenômenos naturais. Por outro lado, a ausência de tais caracteres nos objetos sociais faz concentrar sobre os fenômenos da sociedade todo o sentido do “caráter problemático da experiência individual” (1928: 4, nota), ou seja, toda a ideia de que partimos sempre de um problema no processo de investigação, já que dessa maneira somente à apreensão dos fenômenos sociais ficaria facultada a possibilidade de uma classificação construída, não-derivada da mera observação, e, portanto, subsumível a reconstrução, na medida em que defrontada com exceções a seu sistema conceitual. Isso não quer dizer, porém, que devamos prescindir da busca pelo “rigor da identidade entre os membros de uma classe” e nos satisfazer com classificações artificiais, restritas a rotulações convenientemente particularistas. É precisamente o esforço de comparação, em seu suporte ao método da introspecção simpática, que nos capacitaria a obter classificações mais abrangentes, aproximando-nos das classificações naturais.

A comparação permite ao investigador social suplantar a variabilidade interpretativa pela filtragem dos traços compartilhados das interpretações efetivadas, a fim de produzir uma classificação intersubjetivamente avalizável acerca dos fenômenos sociais. Uma classificação que leve em conta os significados e não se limite à apreensão superficial de ocorrências sensoriais, mas que venha a reter da diversidade de significados interpretativamente atribuídos um núcleo comum de significação, e que possibilite, por conseguinte, o isolamento de

atributos gerais. Nisso se constitui o que Blumer acredita ser “uma instância distinta da crença na indução baconiana” (1928: 355), uma vez que partiria não da coleta e do agrupamento de observações neutras para a obtenção de enunciados universais, mas da comparação de fatos interpretados à luz de um objetivo também interpretativo.

O que Blumer não consegue resolver, todavia, é em que medida sua proposta se afastaria efetivamente de um indutivismo, visto que as generalizações sociais seriam extraíveis justamente a partir de uma coleção de fatos que, conquanto carregados teoricamente e dotados de complexidade, não deixariam de veicular conteúdos particulares, conformando o que podemos chamar de uma indução indireta. Como diz na tese:

Tal comparação parece ter considerável valor para a melhor compreensão do caráter único de cada instância. Cada caso pode lançar luz sobre outro; a história de vida de um criminoso pode auxiliar na compreensão da história de vida de outro; uma compreensão das condições camponesas em uma região pode facilitar uma compreensão de sua condição em uma outra região; uma compreensão das “ruas principais” [*Main Street*] auxiliar a apreensão da vida em pequenas comunidades de pradaria [*small prairie community*]. Sem dúvida, essa comparação analógica implica considerável similaridade ou comunidade entre as instâncias. A similaridade, porém, é usualmente limitada a uma dada situação ou condição cultural que certo número de casos partilham. Ela não indica a existência de princípios gerais da associação ou da conduta humana, mas meramente implica que um número de coisas é partilhado naquilo que corresponde a uma situação única. Esse isolamento de tais similaridades é dificilmente calculado para proporcionar “leis” ou “generalizações” como aquelas que marcam as ciências físicas. O fato de que as instâncias mostram uma similaridade por causa de sua participação no nexos cultural é a razão por que elas iluminam umas às outras (1928: 359).

Sob essa condição, as similaridades que dão origem às classificações sociais dispõem de um caráter inobservável, uma vez que são regularidades que se estabelecem ao nível do significado e se demonstram, por isso, dependentes do contexto em que se insere a mediação subjetiva. Essa limitação contextual contribui para conter a abrangência dos sistemas classificatórios nas ciências sociais, tornando sua validade sempre ou quase sempre vinculada ao âmbito de uma situação ou condição cultural. Por sua vez, a articulação dos conceitos em enunciados constituiria, por assim dizer, generalizações também circunscritas, permanecendo aquém do grau de universalidade possível às leis naturais. Logo,

nada ou pouco haveria para ser dito substancialmente a respeito de princípios gerais da conduta humana, dado que a comparação de intuições interpretativas não lograria ou muito exiguamente lograria sobrepujar a circunscrição contextual da concretude do objeto interpretado. Em outras palavras, as classificações sociais haveriam sempre ou quase sempre de comportar em seu interior a restrição analítica de seu objeto.

Em nome agora de uma certa inflexão metateórica do argumento da complexidade, pautando-o na condição explicativa do objeto social, Blumer advoga que, diferentemente das ciências naturais, as ciências sociais raramente obteriam êxito no tratamento de seus fenômenos como sistemas fechados, em que se identificassem precisamente os fatores relevantes e irrelevantes dentre a totalidade de fatores numa dada ocorrência empírica. Suas três dimensões da multiplicidade social assumiriam doravante a sobriedade de uma ponderação prudencial de ênfase epistemológica, consoante à qual se subentende um apelo antes à insuficiência dos esquemas metateóricos existentes do que a características renitentes do objeto social à apreensão. Por conseguinte, as explicações nas ciências sociais não seriam inaptas à legiformidade, mas tão somente resistentes a ela, sendo raro o seu estabelecimento por meio de enunciados universais. As ocorrências sociais haveriam de demonstrar resistência à sua decomposição em situações simples justamente porque haveria de se prestar atenção na sua individualidade como consistindo na ordem de disposição de seus fatores e não nos fatores isoladamente ou em meras combinações:

O grupo, qualquer que seja ele, é mais do que meramente os indivíduos; ele é uma *organização* de indivíduos. Essa característica de organização deve de algum modo ser incorporada na “psicologia dos indivíduos” se o grupo deve ser explicado por tal psicologia. Algum lugar deve ser dado para o entrelaçamento [*interlocking*], para a sobreposição e para o aspecto coordenativo da conduta do indivíduo para com os outros, e isso Allport tem conspicuamente falhado em fazer. Isso não pode ser feito por mero posicionamento de indivíduos ao lado uns dos outros, ou por adição de indivíduos. A organização é o que é – ela não pode ser explicada por formar-se a partir da mera combinação de indivíduos corpóreos tanto quanto não pode um corpo de células a partir de átomos (1928: 375-6; grifo do original).

Utilizando a irreducibilidade das explicações biológicas a explicações físico-químicas, Blumer reitera sua rejeição ao reducionismo naturalista, mas agora partindo da incompetência reducionista dentro do próprio âmbito das

ciências naturais, para assentar por meio dessa perspicaz analogia um domínio próprio às ciências sociais, e especialmente à psicologia social, em distinção aos problemas da psicologia individual. Reforça com isso a importância da forma de organização dos grupos sociais na constituição dos diferentes modos de comportamento, que, pela circunscrição dos padrões de conduta a regularidades culturalmente relativas, restringiria as possibilidades de um conhecimento substantivo acerca de comportamentos humanos em geral, frustrando a associação de respostas a estímulos externos sem mediação ativa da mente dos agentes. Logo, Blumer resgata a polêmica entre individualismo e holismo metodológicos que, sem a devida nomeação, havia ocupado o cerne de sua crítica à antropologia culturalista, rerepresentando-a de modo diverso. Se anteriormente sua preocupação se concentrara sobre a afirmação de que a “observação mais casual mostra que os agregados consistem de indivíduos”, valendo-lhe por isso a negação de conceitos como “mente de grupo” e “alma de grupo”, na formulação atual o destaque é concedido à organização dos agrupamentos, dizendo-se que “o grupo, qualquer que seja ele, é mais do que meramente os indivíduos” e havendo de ser considerado como uma unidade inviolável da análise social. Não se trata, contudo, de uma mudança voluntária de postura no interior da tese. Tanto no primeiro como no segundo momento da exposição do problema, Blumer delineia sua concepção de coletividade claramente em torno das mesmas duas características: a sua constituição por indivíduos e o seu arranjo por organização. A diferença entre as exposições consiste apenas na ênfase aplicada a cada uma das características. Mas dizer que a ênfase é apenas um detalhe, esvaziando-lhe a relevância, não é condizente com o conjunto de consequências que Blumer não foi capaz de perceber.

Se antes a intenção era a de afastar conceitos especulativos que não fossem empiricamente derivados, agora seu pensamento fita o objetivo de apreender as regularidades de grupo que se manifestam a partir de padrões culturais de comportamento, perscrutando-lhes regularidades de significação dos fenômenos. Para tanto, o deslocamento da ênfase de uma característica para outra dentro do conceito de coletividade faz gerar sentidos distintos para ele. No primeiro caso, é a redutibilidade a indivíduos que está em voga, sublinhando-lhe o caráter físico-

sensorial da observação dos fenômenos humanos; no segundo, é o sentido oposto que fica caracterizado, as coletividades são irredutíveis a seus indivíduos e sua irredutibilidade serve de premissa indispensável para a apreensão da variação de comportamentos na recorrência circunscrita a grupos, situando essa variabilidade a partir da unidade analítico-explicativa indissociável das organizações sociais como compartilhamento intersubjetivo de significados.

A oposição torna-se ainda mais evidente se lembrarmos que Blumer critica a prevalência dos grupos sociais sobre indivíduos como um apriorismo metafísico resultante da transposição da abordagem de sociedades tradicionais para o tratamento dos problemas da vida moderna, sendo inapto para a apreensão da mudança da conduta tal e qual originada nos indivíduos, dado que os comportamentos seriam decorrências concretas de agentes concretos. No entanto, se apelar para coletividades como mais do que indivíduos era exceder a estrita fenomenalidade da realidade empírica, comprometendo a testabilidade das explicações sociais, aquiescer em posicionar a mente no centro dessas explicações como modo de solucionar os impasses *sui generis* da experiência social deve exigir a comunicabilidade dos significados, pressupondo-lhe o compartilhamento.

A saída de Blumer para tal incongruência parece repousar na confiança prestada sobre um individualismo metodológico de acepção interativa. É essa a homogeneidade que ele busca ao apresentar sua concepção de coletividade sob as mesmas características, embora em cada uma das vezes o tenha feito por enfoques diversos. Blumer não quer ceder ao coletivismo forte de conceitos como “mente de grupo” ou “alma de grupo”, juntamente aos quais nos alinharíamos a uma concepção forte de coesão social que pudesse se constituir num entrave à explicação das mudanças que são reconhecíveis no interior das sociedades. Ao mesmo tempo, é instado por suas próprias proposições a encampar que o significado não pode pertencer somente ao agente, tornando-o um atributo da interação, pois as “formas do meio social” são nada mais do que sua “organização particular, ou caráter de interação”. É nessa chave individualista interativa que Blumer se apropria metateoricamente do holismo metodológico contido na obra de Cooley, considerando-o, dentro dessa interpretação peculiar, o único autor da psicologia social a estar efetivamente ciente do problema das limitações do

método analítico na abordagem da sociedade e citando-lhe o seguinte trecho como apoio:

Eles [os estudos das diversas ciências sociais] não têm o objetivo de resolver os fenômenos sociais em elementos que não são sociais, mas sim de investigar os processos sociais mais simples e mais gerais e usar o conhecimento assim adquirido na interpretação sintética de totalidades sociais mais amplas (COOLEY, 1926: 77; *apud* BLUMER, 1928: 377).

É sob esse enfoque que Blumer indica Cooley como tendo acertado em haver focado suas preocupações sobre o estudo do que conceituou como “grupos primários”, em alusão aos pequenos agrupamentos duráveis e relativamente fechados caracterizados principalmente por relações pessoais face-a-face, conquanto sublinhe seu equívoco em haver acreditado que esses grupos primários constituiriam sempre a unidade analítica de todo e qualquer estudo social. Para Blumer, as relações conformadas no interior de grupos primários seriam insuficientes para explicar aquilo que seriam as relações de grupos secundários, que Cooley apenas se contentou em mencionar – e que seriam objeto dos trabalhos de Robert Park e Ernest Burgess na constituição da Escola de Chicago de Sociologia, mas que teria sua discussão aberta mesmo antes, já em 1913, com um artigo de Thomas⁴¹ –, nomeando o tipo de contato formal, impessoal e convencional típico das sociedades modernas. Com isso, o que se quer ressaltar é justamente a inaptidão das ciências sociais em produzir explicações com base em “sistemas fechados” a partir dos quais poderíamos desvelar padrões estritamente determinados para a constituição de toda e qualquer situação complexa.

Do mesmo modo, para Blumer, toda e qualquer tentativa de reduzir comportamentos concretos a tipos primordiais de motivações estaria fadada ao fracasso, na medida em que explicações ancoradas nos motivos de uma conduta não permitiriam ao investigador adentrar em uma relação determinada para além do agente concreto. Um motivo geral pode sempre produzir múltiplos resultados e, nesse sentido, não constituiria efetivamente um “elemento” da investigação

⁴¹ O artigo a que nos referimos é “The prussian-polish situation: an experiment in assimilation” [“A situação polaco-prussiana: um experimento em assimilação”], que fora apresentado no oitavo encontro anual da *American Sociological Society* [Sociedade Sociológica Americana], vindo a ser publicado na *Publications of The American Sociological Society: Papers and Proceedings*. Em 1914, o mesmo artigo seria republicado no *American Journal of Sociology*.

social. Mesmo assim, Blumer não demonstra muita clareza na exposição de sua crítica às tipologias motivacionais e os termos que mobiliza na exposição parecem ser utilizados em sentido distinto de outros momentos da tese, acarretando algum conflito no entendimento do que efetivamente propõe, como pode ser bem evidenciado na passagem que se segue:

A complexidade dos objetos físicos dados é, conseqüentemente, contornada por essa redução a “elementos” que em interação uns com os outros estabelecem a atividade ou movimento desse objeto particular. Esse não é, evidentemente, o caso com os elementos da conduta humana. A conduta humana, aparentemente, não é uma mera função da interação desses elementos, embora alguns tenham se esforçado por construí-lo dessa maneira em um esforço forçado por manter a lógica de procedimento das ciências naturais. Ademais, conceder que nessa interação ocorresse a possibilidade de assegurar uma equação matemática cobrindo a atividade parece quimérico. (...) No domínio físico, um número de elementos interagem uns com os outros para produzir um único resultado; no domínio da conduta humana, presumivelmente, um único elemento produz múltiplos resultados. Deve ser bastante aparente que há uma diferença fundamental aqui. Se o motivo fundamental é um “elemento” da conduta humana, ele o é em um sentido bem diferente daquele do elemento físico. Entendido do ponto de vista da análise física, o “motivo fundamental” é uma ampla totalidade sintética (1928: 382-3; grifos do original).

Quando Blumer diz que os elementos físicos interagem entre si, sua noção de interação é bastante distinta daquela de que se vale, por exemplo, para afirmar que “a interação é a matéria significativa para a investigação [social]” (1928: 99) ou que a organização particular dos grupos é o mesmo que seu caráter de interação. E é somente no emprego do termo em outra acepção que podemos admitir como coerente o enunciado de que “a conduta humana (...) não é uma mera função da interação desses elementos”. Deveras, percebemos ao final do parágrafo que o que ele chama de “elemento” para o caso das ciências sociais é um falso elemento, mas se resolvemos a dificuldade imposta pela negação da interação nas ciências sociais a partir de seu atrelamento a uma referência específica, a dificuldade que se apresenta pela afirmação de uma interação entre elementos físicos não se dispensa sob tal argumento.

6.4 A Análise Compreensiva de Blumer e o “elemento” social

A ideia de uma interação entre entidades materiais é mesmo bastante estranha perante a reiterada distinção tecida ao longo de toda a tese entre o mecanicismo característico da explicação dos fenômenos naturais e o mentalismo, de raiz vitalista, que deve constituir a base para a explicação dos fenômenos sociais, e, a fim de sanarmos essa aparente contradição, tudo o que podemos pensar é que Blumer tenha utilizado “interação” para dizer não mais que uma combinação, sem quaisquer pretensões sobre um caráter reflexivamente comunicativo. Contudo, se assim o é, a própria divergência no formato da explicação entre os domínios da física e da conduta não é tão evidente como o autor o crê, pois passa a depender integralmente dos diferentes sentidos que o termo ‘elemento’ assume, assim como se demonstra limitada ao enquadramento específico do que seria o elemento social sob os parâmetros de uma teoria da motivação, como se todo e qualquer elemento socialmente imputável devesse ser um motivo básico. Mas o argumento é, sem dúvida, impróprio para que também venhamos a rejeitar outras possibilidades de investigar a conduta esmiuçando-a analiticamente em fatores mais simples, mesmo quando levados a pressupor a comunicabilidade irreduzível do significado, já que com isso não estaríamos impedidos, por exemplo, da possibilidade de aferição de significados mais básicos a condutas previamente explicadas. Essa possibilidade, inclusive, não discrepa da ideia de que “obter o significado da atividade observada é situá-lo dentro de um ato mais amplo” (1928: 337), desvelando-lhe características que ainda são desconhecidas. A rigor, se podemos aprimorar o conhecimento que possuímos de um comportamento, podemos tanto apreendê-lo sob a consideração de contextos mais largos como por via de detalhamentos acerca do que viriam a constituir suas partes componentes⁴².

A discussão do que vem a ser um “elemento” nas ciências sociais faz transparecer, outrossim, uma concepção de que o “elemento” nas ciências naturais

⁴² Retomando a nota de Blumer a respeito de Faris, que tivemos ocasião de citar mais acima, Blumer não retira todas as consequências de sua crítica à escolha arbitrária de um ponto de partida às teorias sociais, consequências essas que repercutem diretamente sobre a impossibilidade de repousarmos não só as teorias sociais, mas todas as teorias sobre uma base imutável, apontando para a provisoriade dos pressupostos filosóficos mobilizados por um sistema teórico e, assim, para o caráter analítico das explicações. Devemos entender que a irreduzibilidade do social não interfere sobre a viabilidade de revisarmos as teorias sociais dentro do âmbito do universo de disciplina das ciências sociais. Tal irreduzibilidade proscreve apenas a possibilidade de pretendemos resolver o âmbito social a partir do recurso exclusivo a conhecimentos não-sociais.

teria por característica uma condição de “caráter último”, como aquele tipo de fator que não pode mais ser reduzido, tendo-se chegado à sua mínima expressão. Ora, estamos diante de uma noção de elemento como conhecimento elementar que, se contraposto às possibilidades muito menos ambiciosas nas ciências sociais, ocupa, não obstante, o papel de modelo científico a ser atingido, custando a estas a adaptação necessária para a maior conformidade possível na obtenção de suas generalizações e a partir da qual se depreende um caráter de infalibilidade aos enunciados explicativos. Mais particularmente, a “ampla totalidade sintética” que caracteriza os elementos das explicações sociais em relação àqueles das explicações naturais seria o traço responsável por tornar as primeiras menos determináveis do que as últimas, uma vez que o procedimento de extrair características gerais da comparação de interpretações limitaria a abrangência e o grau de evidência das generalizações possíveis, em detrimento da universalidade estrita que obteríamos quando da viabilidade de derivação a partir de casos particulares diretamente observáveis. Mas se “essa diferença de procedimento ajuda a explicar a diferença no caráter causal do elemento físico e do motivo fundamental” (1928: 385), ela unifica os modelos de explicação dentro de um mesmo objetivo.

A relativa incompletude das explicações sociais dever-se-ia, propriamente, à inobservabilidade dos significados, que, supostamente inaptos ao que seria uma apreensão patente e inequívoca, seriam cognoscíveis unicamente por meio de interpretação e, devido a ela, carregados com a visão subjetiva do investigador, que pode ser superada apenas parcialmente, por via da comparação de interpretações diversas, gerando generalizações de abrangência e de evidência limitadas. Mas subjacente a todo esse raciocínio está uma concepção equivocada das explicações naturais como fundadas em entidades e propriedades físico-sensorialmente apreensíveis, tal como se as teorias naturais pudessem ser construídas simplesmente a partir de termos e enunciados empiricamente neutros e suas generalizações fossem derivadas diretamente da experiência, contemplando-lhe universalmente os casos particulares. Daí o caráter de ultimidade a seus elementos explicativos, determinando plenamente as relações de regularidade de sucessão que lhe conformariam as ocorrências fenomênicas.

Blumer recai tanto em indutivismo e como em fundacionismo ao delinear o procedimento de explicação das ciências naturais, reforçando ambas as características também para as ciências sociais em sua tentativa de qualificar as explicações destas enquanto generalizações dotadas de razoável grau de plausibilidade. Isso porque, como temos visto, essas generalizações são extraíveis por indução indireta de interpretações introspectivo-simpáticas e, nessa medida, constituir-se-iam em conhecimento insuscetível a teste. Como o próprio Blumer assevera, “o caráter geral das intuições é tal que nos conduz a acreditar que elas são raramente derivadas a partir de instâncias específicas e que elas ignoram os casos excepcionais” (1928: 363). E, por conta disso, podemos dizer que, tanto nas explicações sociais como nas naturais, o contexto de descoberta de uma teoria engloba completamente o contexto de sua justificação, seja porque em uma intuição é depurada comparativamente dos casos interpretados e nosso conhecimento geral é apenas uma abstração imprecisa que desatende ao requisito de teste por instâncias contraditórias ou confirmadoras, seja porque em outra a indução direta de casos observáveis conduz-nos a enunciados de leis que, se passíveis de serem submetidos a teste empírico, já não demandam mais tal procedimento, visto que sua justificação vê-se atrelada aos meios de sua obtenção.

O fundacionismo que se configura a partir da tentativa de não recusar *a priori* caracteres de perenidade e repetibilidade, acessibilidade, e comunicabilidade aos fenômenos sociais faz evidenciar a remanescência do viés ontológico na caracterização da metodologia das ciências naturais e se encontra, como já pudemos advertir, em nítida contradição com a provisoriedade das teorias científicas e com a impregnação teórica dos enunciados observacionais, que havia se ocupado dos aspectos funcional e lógico no primeiro capítulo da obra, quando, ironicamente, Blumer optou por identificá-los à luz do que lhe soava por bem-sucedido no método científico-natural. O determinismo e o reducionismo ontológicos conjuminados no interior da certeza sensorial que coloniza o campo científico desde uma precipitada equivalência entre ciência empírica e empirismo (genético) tornam a objetividade das ciências naturais consequência da plena correspondência entre teoria e experiência, acomodando-se a um realismo direto. Assim, a exequibilidade de um conhecimento absolutamente objetivo desloca as

ciências sociais para pretensões mais modestas de uma objetividade aceitável, que incorpore a subjetividade inerente ao método da introspecção simpática e faça surgir pela comparação de interpretações um conhecimento plausível acerca dos comportamentos. Nesse processo de investigação, então, expedientes imaginativos intercedem preenchendo a lacuna entre a teoria e a experiência, amparando as relações de regularidade de sucessão em entidades inobserváveis que se postulam pela necessidade de se explicar as manifestações de conduta na variabilidade que adquirem físico-sensorialmente. Tem-se, destarte, uma espécie de realismo crítico, pois Blumer não rejeita a origem de senso comum do método introspectivo-simpático, coadunando-o com a prática cotidiana de um ser (auto)reflexivo de atribuir significado à sua conduta em intenção comunicativa para com um semelhante⁴³. Entretanto, esse realismo crítico torna-se praticamente nulo na medida em que é negada às generalizações sociais a possibilidade de serem adequadamente testadas, pois os parâmetros da testabilidade em torno do critério empirista de significação cognitiva, como já pudemos sublinhar, dão-lhe a forma de um verificacionismo estrito, fazendo com que as relações causais sociais permaneçam racionalmente inquestionáveis⁴⁴.

Embora Blumer tenha flexibilizado seu argumento filosófico para a apreensibilidade dos objetos sociais distanciando-se do absoluto indeterminismo, não se seguiu a isso uma compatível moderação a respeito de sua leitura do determinismo que toma parte nas explicações naturais. E isso se deve à sua própria confusão filosófica entre ciência empírica e empirismo e, nesse enquadramento, à assimilação bastante rígida de Mead a respeito de sua reiterada afirmação do caráter universal e necessário das explicações das ciências

⁴³ Blumer não nega a estrutura orgânica do indivíduo e, no encalço de Mead, acredita que conhecimentos acerca dos processos fisiológicos possam conduzir-nos a esclarecimentos a respeito das condutas humanas.

⁴⁴ Essa condição pode dar margem a duas consequências metodológicas opostas, em uma, a ausência de critérios para o desenvolvimento teórico da ciência estrutura uma condição de deslegitimação do campo científico, advindo-lhe o questionamento regressivamente infinito e um relativismo cognitivo severo; em outra, a ausência de tais critérios faz com que o conhecimento reconhecido mantenha-se em posição irrevogável, estruturando uma petição de princípio que pode ser de origem dogmática ou psicológica, seja ela apriorista ou empirista, respectivamente. No entanto, como Blumer aproxima-se de uma filosofia da ciência empirista, percebemos que o percalço de sua concepção não está propriamente no relativismo, senão que muito mais propriamente em um fundacionismo psicologista, na medida em que em nenhum momento questiona as possibilidades de progressos legítimos à atividade científica, recaindo em um cumulativismo.

naturais⁴⁵. No entanto, se Mead tratou a universalidade e a necessidade das leis naturais sob um enfoque hipotético, avançando sobre indicações originais, conquanto incipientes, acerca de uma matriz dedutiva do teste teórico por caso contraditório e inaugurando com isso uma postura metodológica falibilista, em Blumer o que temos é precisamente o abandono paulatino da hipótese sob a ascensão de um indutivismo de descoberta e prova. E, consequentemente, tornamo-nos inaptos a conceber a dimensão teórica da ciência por sua própria conta, à medida que admitimos os termos e enunciados teóricos como redutíveis a termos e enunciados puramente empíricos. Mas se o objetivo e o trunfo maior das ciências naturais consistem em obterem enunciados universais, esses enunciados jamais poderiam ser alcançados por recurso à mera indução de particulares experienciados e o que se deslinda é uma incoerência intrínseca à concepção de Blumer do método dessas ciências. Por outro lado, o estrito empirismo nunca haveria de validar conceitos referentes a entidades inobserváveis como átomos, moléculas, elétrons, prótons e células de que Blumer se vale não só para representar uma abordagem naturalista como para lhes reconhecer legitimidade teórica dentro de um âmbito específico de problemas relativos à experiência. De fato, elementos naturais não parecem ser tão somente aparentes como “tamanho, formato, cor, textura etc.” (1928: 388) nem as explicações naturais inteiramente resolvíveis por apelo a tais características observáveis. E é justamente o caráter imprescindível do recurso a inobserváveis que dá oportunidade à atividade científica de aprofundar o conhecimento que temos a respeito da realidade empírica e de ampliar nossa capacidade interventiva sobre ela.

Não obstante, limitar as explicações das ciências naturais basicamente a enunciados universais é também uma limitação demasiado grande para reconstruir de maneira fiel o tipo de conhecimento que nos é ofertado por seus processos de investigação. E isso Blumer poderia ter explorado por via da crítica aos autores comportamentalistas, mas não podemos condená-lo por não tê-lo feito. Sua apreciação do comportamentalismo esteve fortemente ancorada nas perspectivas teóricas de sua época e o conceito de disposição como visão alternativa ao que caracterizou por uma relação compulsiva entre o estímulo e a resposta só viria a

⁴⁵ Não poucas vezes Mead se refere às ciências naturais como levando a juízos universais, leis universais, hipóteses universais ou simplesmente universais, *cf.* Mead (1917).

ser pensado em meados da década de 1950 com os trabalhos de Burrhus F. Skinner⁴⁶. Mesmo assim, o que podemos apontar é que Blumer baseia boa parte da montagem argumentativa do capítulo terceiro de sua tese no artigo de Cooley, de 1926, intitulado “The roots of social knowledge”⁴⁷, especialmente no que concerne à defesa do método da introspecção simpática, mas, a despeito disso, ofereceu pouca atenção para uma passagem particular do artigo em que se afirma o seguinte a respeito de uma similaridade explicativa entre as ciências naturais e sociais:

Há de fato um modo pelo qual a ciência física e a social podem ser assimiladas. Podemos achar que os átomos e os elétrons não são tão uniformes e confiáveis quanto se tem acreditado, que as supostas *leis físicas são apenas estatísticas*, cobrindo a diversidade nos fenômenos tanto quanto as estatísticas sociais cobrem as diversidades dos homens individuais. De fato, somos informados por homens aparentemente competentes de que “*o estado atual da física não presta apoio algum a qualquer que seja a crença de que há uma causalidade de natureza física que se baseia em leis rigorosamente exatas*”. De um modo tal como este o abismo pode ser atravessado, mas nunca, penso, reduzindo-se a vontade humana a zero (1926: 75-6; grifos nossos).

O trecho citado por Cooley deve-se a Hermann Weyl e ele o cita secundariamente de John W. N. Sullivan, no livro *Aspects of Science*⁴⁸, publicado um ano antes, em 1925. A ideia de que as leis físicas seriam “apenas estatísticas” e não rigorosamente exatas traz consigo uma nítida concepção probabilista de explicação, que Blumer, por sua vez, não foi capaz de desenvolver dentro de suas considerações críticas. De fato, nem mesmo Cooley parece ter se dado conta de que seu parágrafo abria questões metateóricas dentro de sua discussão até então meramente técnica acerca da estatística. Valeu-se do argumento apenas com um intuito muito pontual de afirmar a imprecisão inerente às teorias científicas e contrapor-se àqueles que acreditavam que as ciências naturais compunham um corpo de conhecimento estritamente determinado, para asseverar em seguida a pertinência do método de introspecção simpática em um panorama de

⁴⁶ De fato, a ideia de uma “disposição para agir” aparece mesmo antes dos trabalhos de Skinner já na psicologia social não-comportamentalista. Poderíamos citar o trabalho de Charles Morris. No entanto, temos utilizado a referência a Skinner por conta da indicação da possibilidade de que Blumer viesse a conceber em sua reconstrução uma variante efetivamente possível, mas não existente em sua época, de uma teoria comportamentalista que não incorresse em explicações deterministas.

⁴⁷ Em tradução livre: “As raízes do conhecimento social”.

⁴⁸ Em tradução livre: Aspectos da Ciência.

cientificidade. E é no encalço de Cooley que Blumer indica justamente essa visão predominante da estatística como apenas uma técnica de pesquisa ao longo de seu tratamento do método estatístico, passando ao largo de discussões acerca de um modelo probabilista de explicação, o que nos esclarece a completa omissão no tocante ao problema metateórico contido no trecho acima e aprofunda o que temos salientado em relação à falta de clareza relativamente aos níveis do discurso científico.

A grande crítica que Blumer levanta contra a estatística, e que também herda de Cooley, é a de que por si mesma ela não constituiria a solução para todos os problemas da teoria social, sendo incompatível com apreensão de “membros individuais de uma classe” e com a explicação de problemas tais como “as formas de interação social, a composição da personalidade, o modo de formação da personalidade, a natureza da natureza original, e assim por diante” (1928: 392-3), para os quais,

a psicologia social deve assegurar teorias que, como todos os princípios científicos naturais, aplicar-se-ão igualmente bem a todos os membros de uma classe – teorias que, nesse caso, sustentar-se-ão igualmente bem para todos os grupos e indivíduos humanos. Agora, é evidente que o procedimento estatístico não está em posição de fornecer tais princípios. Como tivemos ocasião de ver no capítulo primeiro, seu centro de interesse está necessariamente no agregado ou na série; e ele procura assegurar por meio da numeração e da comparação uma correlação entre esse agregado e outra variável. Seu resultado, como Keynes tem bem indicado, é uma correlação indutiva – um princípio bem sustentado em uma certa proporção de casos. Essa correlação indutiva, por sua própria natureza, aplica-se apenas ao agregado ou a um membro aleatório dele, e claramente não se sustenta para todo membro do agregado (1928: 393).

E as semelhanças com Cooley podem ser percebidas por meio do seguinte excerto de seu artigo:

A estatística é um método exato, e é habilitado para ser de tal modo precisamente porque não é em si social, mas matemático. Ele não *percebe* diretamente os fatos sociais, ou qualquer outro tipo de fatos, senão que toma unidades padrões de alguma espécie, que podem ser a percepção de fatos sociais, e compila, organiza, manipula e apresenta-as de um modo que pretende fazer produzir esclarecimento [*illumination*]. O estatístico opera entre o observador primário, por um lado, e, por outro, o teórico que demanda luz sobre certas hipóteses. Talvez eu possa, sem ofensa, compará-lo a um cozinheiro, que não fornece a comida nem a consome, mas é um especialista acerca de processos de intervenção (1926: 73; grifo do original).

Não há nenhum erro formal na caracterização da estatística por Blumer, mas, sem dúvida, incongruências com argumentos anteriores aparecem, pois, se antes as generalizações sociais não poderiam ser tão abrangentes e tão evidentes como as generalizações legiformes das ciências naturais, agora o que se protesta em relação ao método estatístico é sua incapacidade de oferecer uma abordagem universal aos fenômenos, afirmando-se em seguida que “deve ser aparente que a solução dos problemas teóricos da psicologia social requer um tipo de informação que não pode ser fornecida por um procedimento que estuda meramente o agregado e assegura princípios aplicáveis apenas a certa porção de seus membros” (1928: 393-4).

Ademais, em uma segunda objeção, a visão estritamente quantitativa da estatística faz com que Blumer oponha relativamente o cálculo de probabilidades à apreensão de qualidades e, com ela, ao método da introspecção simpática, visto ser o único método capaz de abordar o aspecto qualitativo individual de que dependeriam primariamente as generalizações nas ciências sociais⁴⁹. Todavia, as dificuldades aqui consequentes apontam para uma clara confusão entre níveis de discurso científico, pois a introspecção simpática não pode ser tida como simplesmente uma técnica qualitativa pela qual operamos com os dados da experiência social, senão que antes ela é a condição para a objetividade de seus processos de investigação, mobilizando em si os fundamentos filosóficos imprescindíveis à explicação adequada dos fenômenos sociais enquanto fatualidades dotadas de significação. É essa posição mais fundamental do método

⁴⁹ A oposição relativa a que temos aludido deve-se a uma ênfase em Blumer sobre a insuficiência da estatística para a apreensão objetiva dos fenômenos sociais. Essa ênfase está em nítida convergência com a afirmação de Cooley de que “evidentemente, não seria de bom senso assumir qualquer antagonismo entre os métodos exatos da estatística e o procedimento mais falível de observação e interpretação simpáticas. Eles são complementares e não fazem por ser ou não devem ser sobrepostos. A única oposição suscetível de emergir é aquela devida ao viés do praticante. Um estatístico, se carece do alcance da mente, é capaz de ser tão apaixonado por seus processos exatos que evita e deprecia qualquer outra coisa, enquanto que o observador simpático tende a ser impaciente para com a estatística. Essa diferença de gostos não faria muito mal se as funções fossem mantidas separadas, mas quando um homem que está apto a apenas um assume ambos o resultado é lamentável. *Muito trabalho estatístico, especialmente aquele com base em questionários ou entrevistas, está viciado por carência de intuição dramática sobre os estados da mente das pessoas que fornecem as informações. Um questionário é um instrumento de percepção social e, se seu uso tem qualquer caráter científico, o primeiro dever do usuário deve ser o de dramatizar o jogo do pensamento e do sentimento que ocorre entre a pessoa que coloca a questão e a pessoa que a responde*” (1926: 73-4; grifo nosso). O trecho final da passagem é bastante elucidativo da ênfase argumentativa proposta por Blumer.

da introspecção simpática que impede que se possa opô-lo radicalmente a uma técnica estatística, já que ele nada afirma acerca de uma inviabilidade ontológica da quantificação em ciências sociais. Sua importância incide sobre o nível metateórico da atividade científica e nos conduz à questão da validade intersubjetiva da interpretação. E se Blumer não logrou sustentar essa intersubjetividade estrita ao limitar o método da introspecção simpática a um contexto da descoberta, isso não anula sua pretensão sobre a aceitabilidade dos enunciados interpretativamente constituídos nem as questões de fundamentação que ocuparam implicitamente sua discussão metodológica. Logo, a terceira objeção de Blumer ao método estatístico haveria de evidenciar justamente tal equívoco discursivo indicando uma trivialidade, a de que um procedimento técnico não demonstraria capacidade de resolver dificuldades teóricas, pois restariam por explicar as razões das correlações indutivas, indo além de uma mera descrição de possibilidade correlacional para asseverar propriamente uma relação não-contingente.

O que se impõe na última crítica é, implicitamente, a distinção entre uma regularidade apenas fortuita e uma relação de regularidade, competentemente causal, a partir da qual poderíamos explicar os fenômenos e predizê-los. Mas o que se percebe também é que Blumer não se dispõe a aprofundar de que modo seria possível alcançar relações causais acerca de fenômenos sociais e, com isso, reforça uma leitura subjetiva da probabilidade em termos da incompletude do conhecimento, expondo o ideal determinista que ilumina sua concepção de causalidade, o qual tivemos ocasião de apontar como aparecendo também em momentos anteriores. O caráter não-determinista das explicações sociais, que outrora fora objeto das objeções de Blumer, torna difícil a possibilidade de nos desvencilharmos de um modelo probabilista de explicação, mesmo não podendo contar com o mesmo grau de formalização matemática das ciências naturais. Porém, se a estatística é concebida como expediente intrinsecamente matemático e seus problemas equivalidos ao domínio da probabilidade ou abrangendo o conjunto dos problemas relativos à probabilidade, como também o havia sido em Cooley, o que se revela é um probabilismo estritamente objetivo, derivado de uma

concepção frequencial dos eventos de probabilidade. Vê-se, então, que a discussão de Blumer oscila entre dois extremos.

Ao focar a estatística sob o ponto de vista da técnica de pesquisa, é uma leitura frequencial da probabilidade que emerge, constituindo o ponto de apoio para a contestação da suficiência dos expedientes probabilistas na cognição do objeto social. Para tanto, a abordagem estatística é apresentada como basicamente inapta à atribuição de probabilidades a eventos singulares, pois restrita ao tratamento de frequências relativas a classes, decorrendo-se disso a pouca utilidade em servir à apreensão de contextos de significação contidos em ocorrências particulares. Contudo, ao tratar dos limites inferenciais do conhecimento estatístico, Blumer, sem se dar conta, altera o nível do argumento e adentra no âmbito da epistemologia, incorrendo com isso no problema clássico da indução. A partir dele, podemos retornar à estrutura não-determinista das generalizações sociais e derivar um outro modo de conceber a estatística, isto é, como um procedimento legítimo de obtenção de enunciados explicativos para as ciências sociais, porquanto adequado à incompletude de conhecimento no tocante às condições que cercam a consecução dos fenômenos sociais. A probabilidade passa a ser vista como resultado do grau de evidência possível a uma dada explicação e admitida segundo uma ontologia determinista dos fenômenos, mas que não pode ser epistemologicamente apreendida em sua determinação estrita, constituindo algo como um *criptodeterminismo*. Com efeito, o que temos é uma leitura subjetivista da probabilidade, desde a qual não nos seria vetada a possibilidade de atribuição de probabilidade a eventos singulares, pois ela é tão somente a expressão de nossa ignorância a respeito do evento dado. Apesar dessa oscilação, entretanto, podemos notar que, em ambas as leituras da probabilidade, Blumer a enxerga com certa reserva, pois, tanto sob enfoque frequencista como sob enfoque subjetivista, o que se expõe é uma submissão a uma condição estritamente determinista, seja para dizer da sua insuficiência procedimental, seja para lamentar sua incompletude.

Mesmo assim, não podemos deixar de lembrar que Blumer é impreciso a respeito dos níveis de discurso técnico, teórico e metateórico e o que podemos perceber é que o enfoque subjetivista da probabilidade emerge de seu trabalho

apenas implicitamente, enquanto um desdobramento imperioso da estrutura das generalizações sociais e do tipo de concessão que é demandada em sua aceitabilidade, conquanto sua sugestão tenha impacto direto sobre a caracterização explícita que faz da probabilidade dentro de um enfoque frequentista, cuja formalização matemática se torna o ponto nevrálgico do argumento do autor para minorar substantivamente seu papel no interior dos processos de investigação social. Em outras palavras, quando tratada de um ponto de vista exclusivamente técnico, a estatística é definida de modo estritamente matematizado, fazendo-se revelar a limitação das frequências relativas a uma classe de eventos, e não a eventos particulares, da qual se seguem a adesão ao tratado de Keynes e as primeiras duas objeções; já quando tratada dentro de um nível teórico ou metateórico a estatística assume o semblante de um problema filosófico e é definida de forma mais intuitiva, situando as explicações sociais no âmbito das explicações probabilistas e ameaçando as consequências verificacionistas da metodologia blumeriana. É nessa segunda inflexão que se tece a terceira crítica, a de que a indicação de possíveis correlações entre variáveis não seria uma explicação da relação. Mas, efetivamente, essa terceira crítica põe em xeque o caráter causal das explicações sociais e até mesmo o seu caráter explicativo, visto que explicação e causalidade aparecem intimamente vinculadas mediante um critério de testabilidade de enunciados universais, revelando então uma contradição a ser resolvida entre a natureza das explicações causais, a natureza das explicações sociais e a objetividade do teste científico, pois, se as generalizações sociais mobilizam referências inobserváveis, elas não podem ser concebidas indutivamente e, se essas mesmas generalizações ainda trazem consigo uma certa falta de determinação, não podemos nos furtar a explicações probabilistas. E, para ambas as condições, é tanto imprescindível a teorização em termos de relações de regularidade de sucessão entre os fenômenos, configurando-se uma estrutura causal, quanto insuficiente o formato verificacionista da testabilidade.

Se houvesse percebido a abertura que se expõe de passagem no texto de Cooley, podemos dizer que, sem dúvida, Blumer teria adquirido maior lucidez no que tange à magnitude filosófica do problema da probabilidade e poderia ter alcançado ao menos uma maior sofisticação em suas formulações a respeito dos

modelos de teorização e explicação científicos e, inclusive, superado em alguma medida os impasses fundacionistas em que incide, bem como a própria ambiguidade na ideia de uma explicação causal nas ciências sociais, uma vez que sua concepção ontologicamente determinista para as relações causais torna, na melhor das hipóteses, obscurecido o modo pelo qual poderíamos adequá-las às condições de um conhecimento social válido. Ainda assim, não podemos obliterar que toda essa nova disposição exigiria de Blumer um audacioso passo adicional em direção a uma teoria da probabilidade, a fim de que pudéssemos lidar com a justificação de nossa crença conforme graus de evidência epistêmica, o que sequer se insinua em todo o texto. Essa teoria da probabilidade, aliás, haveria de perscrutar um novo enfoque, que fosse capaz de superar tanto o objetivismo frequencista, em sua inaptidão para conceber probabilidades de eventos singulares, quanto o subjetivismo intuitivo, em sua incapacidade de suportar a intersubjetividade estrita do conhecimento. Contudo, a despeito de qualquer requisito de completude à proposta, o que não podemos negar é que, por si só, a consideração de um modelo explicativo probabilista daria brecha a Blumer para refletir acerca das regras metodológicas para uma testabilidade que fosse aplicável também ao conhecimento teórico social, tornando-lhe, nesse movimento, mais explícitos os embaraços justificacionistas de um conhecimento indutivo, tanto quanto contribuindo para um maior discernimento entre os contextos da descoberta e da justificação.

E é justamente a negligência com relação à fundamentação de um conhecimento probabilista que faz com que Blumer não consiga vislumbrar um modo de justificação para as tipologias ideais. Sua crítica ao conceito de tipo ideal reside na arbitrariedade que entende para a sua construção, pois, muito embora possamos considerar que, “em certo sentido, o tipo ideal é o resultado lógico do uso da introspecção simpática”, “ele não oferece meio algum pelo qual as ideias divergentes do caráter do constructo ideal podem ser conciliadas, ou pelo qual qualquer constructo particular pode ser verificado” (1928: 398). A desconfiança que dedica Blumer aos tipos ideais é muito similar àquela que levantou contra as tipologias motivacionais quando as considerou como classificações caracterizadas por uma “ampla totalidade sintética”, pleiteando com isso não apenas atestar sua

debilidade no tocante à indicação de elementos últimos da análise social, senão que, sobretudo, alegar a artificialidade classificativa de seu esforço de identificação dos caracteres do objeto social. Como faz constar:

Na medida em que o estabelecimento do tipo não é através da classificação consciente – e que raramente é –, ele é por postulação, ou seja, se trata de uma imaginação de como um homem se comportaria racional ou apropriadamente em uma dada situação. Então esse comportamento é assumido como o “tipo”. Esse procedimento, porém, levanta uma questão sobre o que é o comportamento “racional”, e como isso deve ser decidido. A resposta para essa questão parece estar no juízo como ele é representado no consenso geral das pessoas. Isso dificilmente pode ser considerado como um procedimento válido, particularmente na medida em que oferece pouca oportunidade para a reconciliação de concepções conflitantes de tipos (1928: 44).

Como se pode reparar, não há incorreções na definição de tipo ideal, ele é acertadamente concebido dentro de seu enquadramento como uma extrapolação lógica de características configurando-lhe a idealidade e que o faz, consequentemente, renunciar à pretensão a qualquer correspondência com instâncias particulares da experiência, provendo-nos um instrumento para o conhecimento dessas instâncias de um modo aproximativo. Blumer, em relação a isso, chega mesmo a afirmar, de forma bastante surpreendente, que “o tipo ideal ocupa a posição do axioma na matemática e, como este, pode permitir a construção de uma estrutura de valiosas consequências” (1928: 42-3). O embaraço, no entanto, se deve ao indutivismo que subjaz ao seu modelo de classificação natural. É por ele que Blumer contrapõe os tipos ideais a uma “classificação consciente” e confere a essa “consciência” o sentido de uma proximidade com os fatos particulares, o que o leva a questionar a racionalidade que serve de parâmetro às construções ideais por meio da diversidade cultural dos comportamentos. Assim, podemos seguramente dizer que ele não chega a absorver toda a relevância epistêmica que se deposita sobre o caráter de uma idealidade construída no interior da metodologia weberiana e, tão logo, sua contraposição não faz jus a todo o engenho por detrás da proposta de Weber para a viabilidade metateórica de uma compreensão interpretativa dos fenômenos sociais. De fato, Blumer não menciona em nenhum momento da tese o nome de Max Weber, o que evidencia mais uma vez o menosprezo com que toma sua concepção e o modo pelo qual não foi capaz de entender a originalidade e a

relevância estrutural das tipologias ideais na constituição de uma metodologia compreensiva⁵⁰. Não pretendemos, no momento, nos aprofundar mais nessas considerações crítico-comparativas com relação ao trabalho de Weber, pois haveremos de retomá-las em capítulo posterior, mas é conveniente asseverar para os propósitos de agora que, a rigor, Blumer não foi capaz de superar o indutivismo de descoberta e prova e, com efeito, não pode contar com clareza filosófica suficiente para argumentar pela falta de objetividade da tipificação ideal sem com isso atingir autorreferencialmente seus próprios expedientes metodológicos para as ciências sociais.

A dificuldade em conceder validade objetiva ao constructo típico-ideal adviria, pois, de que por seu meio se “negligencia o estudo das exceções ao constructo, já que essas exceções são virtualmente excluídas por antecipação” (1928: 398). Mas tal parecer em prol da desaprovação dos tipos ideais subscreve outra contradição interna à apreciação metodológica da tese. Quando faz por contrapor às teorias sistematizadas em torno de conceitos típico-ideais a negligência em relação a instâncias contraditórias, o que se contrapõe efetivamente é um conhecimento estritamente determinista, baseado em enunciados universais, a um conhecimento intrinsecamente probabilista, que se obtém mediante as explicações aproximativas oferecidas pelo emprego dos tipos ideais. Logo, se o que se critica é o caráter não-determinista das explicações, o que se concebe como critério para a demarcação do método científico não atinge simplesmente a imprecisão peculiar às explicações típico-ideais, senão que propriamente a imprecisão constitutiva de toda e qualquer generalização social, o que incluiria, por conseguinte, a rejeição do método da introspecção simpática. E é exatamente essa ambiguidade fundamental que conduz Blumer a ameaçar perigosamente o esquema-base de sua metateoria ao asseverar que

é talvez desnecessário comentar que o desenvolvimento progressivo da ciência natural depende de outro princípio [em relação à ciência

⁵⁰ É somente pela bibliografia que nos é permitido saber que sua caracterização das tipologias ideais provém de um único artigo de Weber, “Zur Methodik sozialpsychologischer Enqueten und ihrer Bearbeitung” [“Sobre a metodologia das investigações sociopsicológicas e o seu tratamento”], escrito em 1909 e publicado no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Bd. 29, composto por exíguas dez páginas, e lido diretamente do alemão por Blumer, referências estas que nos corroboram o pouco domínio exibido na tese em relação ao posicionamento do conceito no interior da metodologia weberiana.

social] - a demonstração de validade de seus princípios. Isso é cuidado pelos processos de experimentação e verificação. A divergência de interpretação frequentemente emerge no curso das investigações nas ciências naturais, mas isso meramente implica hipóteses conflitantes. Enquanto os oponentes podem tentar convencer uns aos outros pela persuasão, tais meios são incidentais e de pouco proveito. O conflito termina pelos oponentes repetindo os experimentos uns dos outros e, em face à persistência do conflito, pela celebração de um experimento crucial. A dependência é sempre situada na prova ou demonstração por experiências efetivamente repetíveis. De fato, é apenas por tal maneira que a ciência natural é capaz de converter o fenômeno excepcional em um novo universal - o princípio que temos visto ser sua característica primária.

A matéria-objeto peculiar da psicologia social, os problemas particulares e as condições especiais para sua investigação podem tornar improvável que o método de prova venha a sustentar alguma vez uma grande influência dentro desse domínio da experiência. Poder-se-ia argumentar que, se uma confiança contínua deve ser depositada somente sobre métodos tais como a introspecção simpática, a generalização a partir de dados muito complexos, a abordagem genética, [e] o método de tipo ideal, com a limitada aplicação, as lacunas e os defeitos que cada um deles parece envolver, um uso correspondente será feito da persuasão. Falando *a priori*, não há qualquer validade particular para este argumento. Deve ficar claro que, em última análise, o uso do método de persuasão e da condição em que ele resulta é devido em larga medida à ausência de fatos. Embora se possa dizer que a diferença no ponto de vista é meramente uma diferença na interpretação de dados fatos, esta diferença na interpretação, por si mesma, indica a ausência de um certo tipo de fato. Se houvesse dados de um determinado tipo e dispositivos comunicáveis pelos quais pudessem ser assegurados, presumivelmente cada diferença na interpretação poderia ser resolvida. Isso é o que está implícito na noção de demonstração ou prova, que, como já temos indicado, é a base do progresso na ciência natural. Para entender corretamente e avaliar a situação metodológica na psicologia social, é necessário então voltar-se para a questão dos *fatos* da psicologia social, e os *dispositivos* utilizados para assegurá-los (1928: 405-6; grifo do original).

Na passagem, Blumer nitidamente se refere ao progresso das ciências naturais como uma característica da ausência de divergência interpretativa em relação à apreensão de seus fatos, apontando para o pleno discernimento dessas fatualidades como o acordo necessário para garantir a intersubjetividade do teste teórico e a plena racionalidade dos argumentos mobilizados. Isso permitiria evitar o que ele nomeia por “método de persuasão” e que designa um procedimento de convencimento relativamente passional que torna os teóricos propensos a defender suas próprias posições ou as posições de suas correntes de pensamento, cercando-as de instâncias favoráveis e levantando contra as posições rivais instâncias contraditórias. Trata-se de algo muito similar ao que Popper chamou de

um “estratagema convencionalista”, com a diferença de que não seria simplesmente um estratagema no âmbito das ciências sociais, senão que uma postura persistente e inexpugnável.

É precisamente isso que se depreende da inverificabilidade das interpretações e que leva Blumer a encontrar nos procedimentos de constituição dos fatos sociais o ponto-chave para superar a divergência inconciliável. Um fato para ele é uma ocorrência particular cuja percepção contradiz uma concepção universal prévia, emergindo junto a uma situação problemática. É pela aparição de exceções que problemas são instaurados e fatos são apreendidos, “*o fato científico é de uma natureza problemática*” (1928: 408; grifo do original). Isso quer dizer que não existem fatos se concepções prévias não forem contraditadas, gerando problemas de investigação. Além disso, os próprios fatos são ocorrências que não dependem de concepções, pois, a despeito delas, devem ser inevitavelmente enfrentados, constituindo-se aquilo que ele chama de seu caráter “duro”. E, por fim, como terceira característica, os fatos “devem estar abertos à verificação” (1928: 410).

Em uma breve sentença, então, nós podemos dizer que a menos que as instâncias usadas na ciência sejam de um caráter problemático e tenham significado à parte das teorias particulares em que são encaixadas por seu autor, e possam ser verificadas, elas não são dados científicos. Nós podemos aplicar esses critérios para o campo da psicologia social (1928: 411).

“Aplicar esses critérios para o campo da psicologia social” implica, para Blumer, debruçar-se sobre as condições de operacionalização dos dados da experiência, examinando as diferentes técnicas comumente usadas para asseverar que estamos diante de efetivas fatualidades. As técnicas são agrupadas em quatro categorias, sendo elas a das técnicas históricas, a de questionários, a das clínicas e a de observação pessoal, visando a dar conta de uma exaustiva quantidade de expedientes descritivos. No entanto, surpreendentemente, na caracterização que Blumer lhes concede, em todas elas haveríamos de nos deparar com embaraços insuperáveis. As técnicas históricas, que abrangem os estudos de caso, as histórias de vida em suas diferentes modalidades – biografias, autobiografias, diários e cartas –, as entrevistas e, curiosamente, os romances, haveriam de pecar justamente pela impossibilidade de verificarmos plenamente suas observações,

levando-nos com certa frequência a confiar nos dados pela reputação do investigador, pois os materiais coletados por dispositivos históricos “raramente podem ser considerados como confiáveis no sentido das ciências naturais” (1928: 425). As técnicas de questionário seriam dubitáveis pelas várias possibilidades de surgimento de viés, assim como por seu caráter fragmentário e, consequentemente, estático na coleta das informações a respeito de um indivíduo e de sua conduta social, sendo incapazes de apreender a dimensão de seu desenvolvimento e tornando seus dados “inadequados para os propósitos de generalização” (1928: 429). As técnicas clínicas, por sua vez, englobando o testemunho clínico por meio da entrevista, da associação livre, da análise onírica, da hipnose, da escrita automática, entre outras modalidades, estariam no mesmo dilema das técnicas históricas, imersas na instabilidade e no misticismo da interpretação do analista, mesmo assim, diversamente a estas, as técnicas clínicas sugerem para Blumer um maior ajustamento ao procedimento experimental, o que lhes vale a esperança de serem mais bem desenvolvidas. E enfim, as técnicas de observação pessoal, em que incluídos também o folclore e, curiosamente, a literatura, não fugiriam de um subjetivismo de dados já interpretados, sendo úteis “essas generalizações – tais como provérbios – na escavação de novos problemas, mas isso não lhes concede o caráter de técnica científica” (1928: 426).

As complicações das técnicas sociais em se ajustarem aos três requisitos da fatualidade são um resultado óbvio de todo o enovelamento de conceitos filosóficos que temos assinalado como resultante do despreparo metateórico de Blumer em depreender o pano de fundo ontológico, epistemológico e lógico que se segue ao instrumental de fundamentação que mobiliza em sua tese. Com efeito, não são poucas as contradições que podem ser deduzidas e a mais evidente delas é, certamente, o malogro de sua convicção de que a perplexidade acerca do método da psicologia social, e com ela de todas as ciências sociais, poderia ser superada mediante o emprego de técnicas bem ajustadas ao caráter peculiar de seu objeto, evitando-se a quantificação, a instrumentação e a experimentação laboratorial próprias das ciências da natureza. O otimismo com relação ao nível técnico da atividade científica e a firmeza na preeminência dos problemas para a apreensão dos fatos constituem concepções bastante díspares a respeito da

natureza da cognição e se constituem em polos que distendem a metodologia de Blumer em sentidos distintos. Por aquela, somos levados à crença na neutralidade da observação, enquanto por esta o que fica é a impregnação teórica das percepções mais básicas. E essa incongruência é o que se reproduz respectivamente nas características segunda e terceira, por um lado, e primeira, por outro, que Blumer fornece para sua definição de “fato”.

Se o que se quer são ocorrências estritamente verificáveis, os fatos adquirem uma realidade impositiva às concepções teóricas. Passam a ser vistos como episódios atestáveis por qualquer sujeito que os testemunhe, em um assentimento sensório para o qual não podem subsistir dubiedades. No entanto, se essas ocorrências são de tal sorte incontestes, acessíveis diretamente por meio de nosso aparelho sensorial, seria um contrassenso supor que o desenvolvimento científico ocorresse por meio da refutação de teorias, pois a condição de absoluta determinação impedir-nos-ia a pretensão de estender suas afirmações para além da temporalidade dos tipos de ocorrências conhecidas, na medida em que sua validade estaria situada na completa redutibilidade a enunciados de observação. Os sistemas teóricos nada mais haveriam de ser do que contiguidades espontâneas da certeza dos fatos e somente poderiam ser desenvolvidos por atualização, em um progresso cumulativo do conhecimento científico. Com efeito, a primeira característica tornar-se-ia inconcebível, uma vez que enunciados universais são inverificáveis e a restrição a generalizações existenciais não autorizaria a revisibilidade do conhecimento por instâncias contraditórias. Eis a configuração de um fundacionismo epistêmico e a ênfase da segunda característica seria posta em uma “dureza” estrita às teorizações.

Mas, se é a problematicidade dos fatos que reivindicamos, as fatualidades proviriam do desajuste a uma pré-noção. Não poderíamos depreendê-las da percepção imediata, senão que tão somente de uma percepção impregnada daquela ideia prévia. Assim, seria um contrassenso agora dizer que existem fatos sem teorias, pois eles são uma apreensão contrastiva a uma teorização preambular, produtos da inexpectabilidade que vai de encontro à pretensão de universalidade contida na explicação. Ainda assim, poderíamos tentar alguma conciliação entre a primeira e a segunda características considerando o caráter “duro” dos fatos como

a afirmação de uma condição moderada de subdeterminação, pela qual a relação entre teoria e experiência adquirisse a forma de uma independência relativa. Com isso, escaparíamos das consequências irracionalistas do relativismo de uma tese radical da carga teórica, mas, apesar disso, não nos tornar-se-ia tangível a situação proposta pela terceira característica, pois enunciados particulares, à medida que relativamente impregnados por teorias, continuariam impossibilitados à verificabilidade terminante. Aceitar ou não aceitar enunciados dessa ordem exigiria algo mais do que a pura sensorialidade das observações, fazendo que deixássemos em aberto um falibilismo epistêmico e um desenvolvimento não-cumulativo da ciência, mas não contássemos com um critério de demarcação suficiente para fazê-los metateoricamente exequíveis.

Em qualquer dos casos, as três características apresentam a autocontradição do conceito de fato em Blumer, que por isso se torna metodologicamente infrutífero, mas que persiste no interior do esquema-base da tese gerando conceitualizações antagônicas para o termo conforme a ênfase aplicada para as ciências naturais ou para as ciências sociais. Esse é o vício que consta de seu atrelamento a uma ciência empírica de pretensões rigidamente empiristas e que o levam a não distinguir corretamente um contexto da descoberta de um contexto da justificação, para então desembocar no otimismo sobre o nível técnico do discurso científico, desatendendo a toda uma gama de problemas metateóricos e teóricos ao partir de uma cientificidade redutivamente verificacionista.

No entanto, quando confrontado com as questões que surgiam especialmente por via daquilo que aparentava ser uma divergência ontológica do objeto social e que desafiava os pressupostos epistemológicos e em certa medida também lógicos de seus processos de investigação, o que não logrou resolver foi como não reeditar um dualismo de consequências anticientíficas para as disciplinas sociais, que viesse a sufocar a validade intersubjetiva estrita da psicologia social e o projeto pluralista que despontava como seu objetivo no início do trabalho. O final da tese é um tanto quanto desalentador. Ele nos encaminha para uma ciência natural inquestionavelmente assentada, distante da provisoriedade e da hipoteticidade teóricas para concordar com um método de

prova indutivista e fundacionista, mas que está na verdade predeterminado em sua objetividade pelas condições de descoberta das teorias – se é que se poderia falar em um nível propriamente teórico e não apenas em generalizações empíricas –, enquanto a ciência social aguarda imersa numa hipoteticidade interpretativista, subjetivista e pulverizada na esperança de que suas técnicas eminentemente qualitativas sejam aprimoradas para aproximá-la do desenvolvimento científico natural, só aí afastando-a do falibilismo de tipo irracionalista do “método de persuasão”.

Tanto em uma como em outra, o progresso da ciência por substituição de universais que ocupa o imaginário metodológico de Blumer, vindo de Mead, é impraticável. Na primeira por uma condição lógica, porque a universalidade não pode ser indutivamente concebida, na segunda por uma condição epistemológica, pois a interpretação nunca conseguirá produzir mais do que explicações probabilistas. E isso faz com que seja escavado um fosso entre cada uma das áreas de conhecimento. Ademais, o probabilismo compreensivo das explicações sociais em sua falta de adequação à certeza sensorial do teste por verificabilidade cria uma exigência para um critério de demarcação e para uma testabilidade mais moderados que, desatendidos por Blumer, desestabilizam a posição das disciplinas sociais no rol das ciências empíricas, reconduzindo-as ao conhecimento especulativo e de senso comum, enquanto um suposto critério de significatividade que fora vinculado ao de demarcação põe em xeque sua inteligibilidade cognitiva. Logo, o método compreensivo é acossado em uma estrutura metateórica preconcebida a desmerecê-lo e não presenciamos o aprofundamento filosófico necessário para conectar a comunicabilidade intrínseca dos símbolos e significados sociais – que constitui a possibilidade de existência da vida prática e as condições do entendimento – na apreensibilidade intersubjetivamente válida do conhecimento científico.

CAPÍTULO 7
OS ARTIGOS METODOLÓGICOS DE BLUMER E
SEU AN APPRAISAL DE *THE POLISH PEASANT*

7.1 Science without concepts (1931)

Publicado na edição de janeiro de 1931 do *The American Journal of Sociology*, “Science without concepts”¹ foi escrito preliminarmente para as conferências do nono encontro anual do *Institute of Social Research* [Instituto de Pesquisa Social] da Universidade de Chicago, realizado em agosto de 1930. Recebeu seu curioso título por sugestão do comitê organizador daquele evento e que o aventara a despeito de, nas palavras de Blumer, “envolver uma contradição de termos”, procurando um nome mais atrativo para a discussão “talvez para assegurar ao menos um elemento de estimulação aos ouvintes” (1931: 515). Dentro dessa ressalva, o artigo traz em si uma apresentação bastante engajada por parte de seu autor na defesa da imprescindibilidade do conceito na atividade científica. Para ele, falar de uma ciência sem conceitos é o mesmo que sugerir “um escultor sem ferramentas, uma ferrovia sem trilhos, um mamífero sem ossos, uma história de amor sem amor”, enfim, uma impossibilidade primordial. E trabalhar essa impossibilidade é justamente assentar o terreno para “revelar o efetivo por consideração do impossível” (1928: 516), rechaçando os argumentos daqueles que se opõem ou querem minorar o papel desempenhado pelos conceitos no interior dos processos de investigação da ciência. Mas a despeito do que poderíamos pensar, a empreitada de Blumer é menos uma redução ao absurdo das posições contrárias do que uma tentativa de mostrar que os conceitos têm assumido papel relevante na cognição humana, pois o autor não se engaja em uma refutação sistemática por demonstração de uma consequência absurda dada a suposição hipotética de uma ciência sem conceitos.

¹ Em tradução livre: “Ciência sem conceitos”.

Assim, afirma Blumer que qualquer ciência de boa reputação traz consigo uma ampla quantidade de conceitos e mesmo a investigação mais casual mostraria que na história dessas ciências tem sido persistente o uso de conceitos. Elétron, massa e matéria na física, valência e combustão na química, gene e seleção natural na biologia, e também na psicologia com o hábito, o inconsciente, e na sociologia com a cultura, o grupo, a socialização, o conceito ocupa posição central na constituição das teorizações, mas “cientistas de cabeças duras aparentemente têm sempre suspeitado de uma afinidade entre os conceitos e a metafísica” (1931: 516). É isso o que parece estar, para ele, contido no clássico “*hyphoteses non fingo*” do Escólio Geral do *Principia* de Newton. Uma recusa por conceber imagens metafísicas da experiência, para então agarrar-se ao que seria sua pura sensorialidade e deixar para o âmbito da pura especulação filosófica a preocupação com tais concepções suprassensoriais. Para partidários dessa posição, a ciência moderna parece ter avançado justamente por se eximir de empreitadas caracteristicamente filosóficas, supondo como exemplo a preocupação conceitual que havia ocupado a reflexão de lógicos e teólogos medievais e também de pensadores da antiguidade, de modo que pôr em suspeição o empregos de conceitos seria se desvencilhar dessa herança etérea dos tempos de um pensamento abstruso.

Contra essa visão, Blumer retoma as convicções sobre a estrutura geral da ciência contidas no primeiro capítulo de sua tese, afirmando que:

Esboçando o problema, sou obrigado a confessar que meu interesse está na *função* do conceito; no que ele faz ou, melhor, no que permite aos cientistas fazer. Tenho pouco interesse nas controvérsias sobre se o conceito é real ou nominal, se o universal é um ser ou uma pura ideia, se a abstração é um processo de desvelamento da realidade ou de distorção da realidade. Digo isso porque a maior parte da literatura sobre o conceito diz respeito a essas questões. Qualquer pessoa com os interesses que tenho indicado irá encontrar essa literatura aborrecedora e de pouco valor. *É possível considerar o conceito como um incidente ou um episódio do ato científico e não como uma entidade isolada. Nesse caso, não é importante especificar suas propriedades epistemológicas, mas sim considerar o seu uso científico* (1931: 517; grifos nossos).

É por isso que ele parte do que chama de uma “discussão psicológica”, procurando situar as condições da percepção e da concepção humanas. O que percebemos quando nos lançamos sobre a realidade experiencial, segundo essa

discussão, tem sido dessa forma por conta de nossos desígnios de atividade; “a percepção emerge do efeito recíproco da atividade e do ambiente e serve para guiar o curso da atividade” (1928: 517). Percebendo o mundo em redor, dispomos-nos ao exercício de nossa vida prática e podemos retirar dessa relação as possibilidades de aperfeiçoamento da conduta, pois o que percebemos permite que reorientemos nossos propósitos de atividade conforme os impedimentos que se interpõem à sua consecução. Nossa percepção da experiência encontra-se intimamente vinculada com os objetivos que traçamos praticamente acerca dela, e, segundo Blumer, é justamente quando a percepção falha em nos oferecer o instrumental suficiente à nossa atuação no mundo que a concepção entra em cena.

O processo conceitual é um modo de comportamento, característico dos humanos, que permite a eles contornar tais obstáculos. Quando, em uma situação, a percepção é *insuficiente*, pode-se conceber a situação de uma certa maneira e agir com base na concepção. Em tal caso, o conceber serve à mesma *função biológica* do perceber; ele permite nova orientação, nova organização por esforço, um novo lançamento da ação. Além disso, se o conceber origina-se no desarranjo ou na insuficiência do perceber, ele, por sua vez, flui de volta para a percepção, isto é, *a concepção que se forma irá formatar ou influenciar a percepção que se tem. A concepção não é meramente um tapa-buracos da percepção, senão que um modelador da percepção* (1931: 518; grifos nossos).

Não é difícil entender que a referência do que Blumer está a afirmar se encontra nas reflexões psicológicas do pragmatismo, buscando integrar o modo como vimos a perceber as coisas com a concepção que carregamos anteriormente a ele, estruturando-o. Nessa chave, está no centro de sua ideia a superação do dualismo cartesiano na relação que se estabelece entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, fazendo com que a avaliação de Blumer de que seria possível deixar de lado em sua discussão as propriedades epistemológicas do conceito mostre-se reflexo das dificuldades filosóficas do autor em apreender a dimensão prioritariamente epistemológica da psicologia pragmatista. Assim, a despeito dessa raiz, a apresentação da relação entre a percepção e a concepção destoa no artigo das influências pragmatistas ao deixar espaço para uma percepção desconectada da concepção, como um ato primevo que em algum momento havia sido suficiente para dar conta de nossos propósitos de atividade.

Ao fazê-lo, Blumer deixa sugerido em meio à sua noção de concepção que algo como uma percepção pura seria ainda admissível para a apreensão de

entidades e propriedades sensíveis. O perceber é encarado como um atributo biologicamente fundado em nosso aparelho sensorial, mas não nos são oferecidos maiores detalhes acerca de como seu caráter imediato poderia ser adequadamente diferenciado da mediatidade do conceber, já que ambos serviriam à mesma função biológica. Logo, sem que Blumer se dê conta, a relação entre a percepção e a concepção é abordada na perspectiva de uma separação entre a condição pragmática da vida e o processo cognitivo, visto que para uma percepção pura teríamos de aceitar a possibilidade de um conhecimento plenamente independente do curso de ação do sujeito, bem como de seus interesses de atividade. Todavia, em tais circunstâncias, nossa experiência sensória não proporcionaria espaço para a condição de insuficiência pragmática necessária à concepção, visto estar conformada à apreensão não-problemática, suprimindo por si mesma a necessidade de uma postura analítico-explicativa com vistas a reconstituir a coerência das experiências em um plano distinto daquele que nos é fornecido pelos órgãos sensoriais. Contudo, tal distanciamento do pragmatismo não impede que Blumer insista em sua divisão entre o perceber e o conceber, traçando uma demarcação mediante um critério de problematicidade.

Talvez seja melhor dizer que, com base em dadas experiências perceptuais tangíveis que eram de *caráter enigmático*, certos indivíduos modelam construções que dariam a essas experiências um caráter entendível [*understandable*]. Tanto quanto posso ver, os conceitos científicos vêm a existir dessa maneira. *Eles referem-se a algo cuja existência nós presumimos, mas cujo caráter não entendemos* [*understand*] *completamente*. Eles se originam de concepções ocasionadas por uma série de experiências perceptuais de um caráter enigmático que precisa ser *superada por uma perspectiva mais ampla*. Apresso-me a acrescentar que *o conceito não supõe meramente a existência de algo que supera as experiências perceptuais, senão que implica que essa coisa tem uma natureza ou certo caráter* (1931: 518-9; grifos nossos).

No trecho, Blumer viola claramente o que havia apresentado como seu interesse logo no início do artigo, admitindo a pressuposição de realidade independente às entidades e propriedades inobserváveis referidas no processo de conceitualização e, nessa medida, podemos dizer que sua preocupação com as funções do conceito no uso científico parece implicar não só o debate sobre suas propriedades epistemológicas, senão que também uma certa aspiração ontológica na figura metodológica de um realismo crítico, ao sustentar o desvelamento

progressivo da realidade exterior a partir dos pressupostos ontológicos envolvidos na elaboração do conceito e no seu consequente êxito explicativo-pragmático. Em outras palavras, ao “liberar a atividade frustrada e possibilitar a nova ação”, a concepção demonstraria suplantiar os problemas despertados pela experiência sensorial, retornando conformativamente a ela, isto é, tornando os conceitos de que para tanto se vale adequados na medida em que referidos a entidades e propriedades independentemente existentes. É transcendendo o mundo perceptual que a ciência tem seu lugar, resolvendo os problemas práticos que se nos são impostos pelas adversidades do mundo exterior e oferecendo meios de controlar essas adversidades por recurso a constructos conceituais que permitam restituir a inteligibilidade da percepção em um outro nível. E, ao assim proceder, permitam-nos presumir a realidade das referências suprassensíveis conceitualmente dispostas quando do retorno à experiência pelo êxito de um novo curso de atividade.

O conceito para Blumer, então, é composto por dois aspectos funcionais, ele é uma maneira de conceber e um conteúdo concebido, mas não se restringe a eles, senão que apresenta ainda um terceiro aspecto, ele é uma construção simbólica. Nenhum dos aspectos, entretanto, é trabalhado claramente pelo autor a fim de que saibamos com precisão qual o conjunto de características lhes confere identidade, pois Blumer visa a em sua apresentação remeter o leitor à interrelação dos aspectos e não poucas vezes em seu texto torna algumas características intercambiáveis, assim como algumas consequências, ao levantá-las para definir um aspecto e logo depois retomá-las na definição de outro. Mesmo assim, podemos em alguma medida oferecer uma definição razoável para o que é intencionado por ele. Como uma maneira de conceber, o conceito está para concepção como o percepto está para a percepção, ele diz respeito ao modo como formamos nossas concepções e as organizamos, é um desdobramento inerente a toda e qualquer concepção e traz consigo a capacidade de nossa mente em reunir ocorrências particulares diversas e proceder à abstração, a partir delas, de um atributo que não é diretamente perceptível; “no lado psicológico estrito, sem conceitos, a atividade estaria atada a um dado nível perceptual, com escassa oportunidade de chegar a um plano de percepção superior” (1931: 519). E é por

ser um produto psicológico-pragmático que o conceito se forma enquanto uma pretensão por um conteúdo concebido. Essa pretensão efetiva-se ao reintegrar a concepção à percepção, revelando-nos algo que está para além de nossa mente, à medida que o êxito de sua aplicação em um curso de conduta nos faria desvendar uma conformidade extensível ao nível empírico. Mesmo que não possamos captar o atributo por via de nosso aparelho sensorial, podemos dizê-lo segundo aquilo que a experiência nos oculta aos sentidos, constituindo-se de tal forma que podemos tornar esse conteúdo objeto de investigação e reflexão separadas. E, enfim, como uma concepção que vem à tona e veicula um conteúdo independentemente existente, é preciso que o conceito adquira a forma de uma construção simbólica. O conceito é “um dado nome, um sinal ou uma marca identificadora” (1931: 520) que, como tal, abre a possibilidade para que expressemos nossas concepções e comuniquemos seus resultados pragmáticos, tornando-os itens do discurso social.

O conceito envolve uma marca identificadora ou símbolo; assim, ele apresenta-se como uma palavra ou expressão. Energia, radiação, moral, competição, sociedade etc. são ao menos palavras. Alguns escritores têm dito que eles não são senão palavras. Como posso vê-los, *a palavra é um elemento do conceito, mas não todo ele*. A palavra ocasiona uma maneira de conceber e representa aquilo que é concebido. A palavra, então, é um símbolo de um dado processo de concepção. *Por razão de seu caráter verbal ou simbólico, o conceito pode tornar-se um item do discurso social e assim permitir à concepção que ela encarna tornar-se uma propriedade comum* (1931: 522; grifos nossos).

O modo como Blumer articula os argumentos no trecho, contudo, à luz do que fora evidenciado também na citação anterior, revela a profundidade do realismo em que se engaja, e que tivemos ocasião de apontar também como presente em sua tese – conquanto sob circunstâncias ligeiramente diferentes² –,

² Lembremos que na tese o realismo evidencia-se muito mais na forma de um realismo direto que se estabelecerá a partir das ciências da natureza e do uso de classificações naturais, enquanto o realismo crítico seria produto dos padrões de êxito mais modestos das ciências sociais. Já no presente artigo, o que se põe é um realismo crítico aplicado para a ciência em geral e produto do êxito pragmático de nossa capacidade abstrativa de conceber. Mesmo assim, não podemos deixar de apontar para o caráter estritamente sensorial que acaba por predominar na concepção de ciência natural na tese, entendendo o realismo direto como uma consequência do indutivismo ingênuo que se estabelece, o que nos permite asseverar que, a despeito do tipo de realismo que Blumer se põe a defender para a base da ciência, seu pensamento é estritamente realista e acredita que o sucesso das explicações científicas está na proximidade que conservam em relação ao que ocorre

pois, quando afirma que alguns autores têm defendido que os conceitos não são mais que palavras e, então, contrapõe-se a eles dizendo que a palavra é apenas uma das componentes do conceito mas não todo ele, Blumer está retomando o nominalismo de universais e acreditando que pode confutá-lo sob um realismo metodológico que conceda realidade independente não somente a entidades senão que também a propriedades que estejam dadas na referência dos conceitos. Blumer trabalha o conceito de uma maneira ampla e espera reter a verdade também do que apresentam enquanto designação de uma classe e não apenas respectivamente aos particulares de que trata essa classe. Sua ideia de classificação permanece basicamente a mesma da apresentada na tese, conquanto não exiba no presente artigo os mesmos traços indutivistas. Aqui o ponto de partida é um ato do sujeito cognoscente e não uma decorrência do que se lhe apresenta sensorialmente pela realidade empírica como desejava na tese, e o “fluir de volta” para a experiência é uma decorrência da justificação da concepção e não mais uma situação que está contida no contexto da descoberta. Desse modo, o que se explicita é que do caráter universal dos termos conceituais o que temos é a realidade desse caráter quando o conceito é bem sucedido em orientar a atividade, pois o conceito é a maneira pela qual ordenamos nossa concepção e restituímos inteligibilidade à realidade empírica, e, à medida que “nosso mundo perceptual é aquele de particulares” (1931: 520), é ele também um conteúdo que atravessa esses particulares para dizer de uma realidade que os transcende e os unifica. Eis como entende o mérito da guinada pragmática proporcionada pelo conceito de movimento tal como estabelecido nas obras de Galileu, Kepler e Newton.

A grande pertinência da conceituação moderna de movimento consistiu em haver ultrapassado a ideia de movimento como um atributo particular de objetos particulares. Para os antigos e medievais, o movimento não estava divorciado de objetos em movimento e dizia respeito a uma propriedade que estava inscrita na natureza daquele objeto, como em um planeta e seu movimento circular, no fogo e seu movimento ascendente e em um objeto pesado e sua tendência para cair. Foi com o advento da física moderna que o movimento passaria a ser concebido de maneira geral como mudança de movimento, adquirindo a forma de uma

independentemente de nós, ainda que remanesçam certos traços de relativismo quando sua discussão se move para o âmbito da conduta e de sua interpretação.

propriedade universal dos objetos materiais. Essa propriedade estaria indicada na abstração dos movimentos particulares da oscilação pendular da luminária da Catedral de Pisa, da queda livre dos itens atirados da Torre de Pisa e do rolamento de bolas lançadas em planos inclinados, que ocuparam a observação cuidadosa de Galileu no processo de elaboração de sua lei da queda dos corpos. “Por meio da concepção, Galileu abstraiu um conteúdo considerado comum a todos – um conteúdo que ao ser identificado por um termo tornou-se um conceito” (1931: 521) e que, por conta disso, permitiria o seu posterior desenvolvimento na lei do movimento dos planetas de Kepler e, ainda, na lei da gravitação universal de Newton.

Posto de modo ainda mais elucidativo, podemos asseverar que os três aspectos funcionais que Blumer faz por levantar no delineamento de sua noção de conceito parecem configurar-se em uma hierarquia, à medida que Blumer não apenas não consegue fornecer definições analiticamente precisas de cada um dos aspectos, misturando-lhes alguns de seus traços característicos em uma exposição truncada, como também parece buscar unificar a funcionalidade do conceito em torno de sua validade pragmática, que consistiria na recondução da concepção à percepção mediante o sucesso na resolução de um problema que toma um curso real de atividade, legitimando aquele “algo” conceitualmente referido “cuja existência nós presumimos, mas cujo caráter não entendemos completamente”. Assim, o conteúdo concebido, como *locus* da referência do conceito, ocuparia o cerne da função conceitual, orientando tanto o modo de conceber como a construção simbólica, uma vez que é sobre a sua substancialidade que se crê repousar o êxito pragmático que torna válida nossa ideação abstrativa e nossa designação linguística.

A rigor, a assimetria revelada entre os aspectos do conceito de Blumer pode ser mais bem entendida quando identificamos o fundo filosófico que concerne a cada um dos aspectos. E ele nos remete a cada uma das três posições conflitantes que colonizaram classicamente a disputa acerca dos universais. Nesse sentido, a maneira de conceber retrata nada mais nada menos do que uma abordagem psicológica do conceito, trazendo à tona sua constituição como um produto do pensamento, tal como disposto no conceitualismo, ao passo que o

conteúdo concebido se concentra em frisar uma abordagem ontológica ao estatuto do conceito, reforçando sua adesão a propriedades existentes por si mesmas e comprometendo-nos a um realismo ou a um essencialismo, e, enfim, por sua vez, a construção simbólica nos leva a uma abordagem linguística e faz-nos desembocar nas condições de uso do conceito, carregando-nos para um nominalismo. Entretanto, a conciliação das três correntes metafísicas rivais requer para sua elaboração coerente dentro de um conceito de “conceito” uma organização hierárquica compatível com o compromisso ontológico que sugerem. Dessa maneira, é um realismo, como já pudemos constatar, que toma a frente do conceito de “conceito” de Blumer, de maneira que a realidade exterior e independente que se infere a partir da adequação pragmática das concepções torna o conteúdo concebido a fonte para que as formulações do pensamento e as expressões da linguagem possam dizer-se legitimamente indicações conceituais. A validade de nossas ideias e de nossas enunciações é função do que as coisas são por si mesmas, conquanto só as possamos apreender por meio do que geramos intelectivamente e daquilo que é dizível, pois é somente sob a realidade da referência abstrata que a abstração e a terminologia geral são consolidadas, fazendo com que os conceitos possam se reconectar à experiência e adquirir objetividade na realidade que lhe demanda a ação.

Não obstante o que temos sublinhado por inevitável, a ênfase de Blumer recai antes sobre o aspecto simbólico, que para ele seria preponderante aos outros dois por envolver uma potencialidade para um conhecimento racionalmente estruturado. Assim, é pelo aspecto simbólico que Blumer acredita encontrar o caminho para diferenciar os conceitos científicos dos conceitos de senso comum, ainda que ambos sejam conformados pelos três aspectos. A elaboração linguística do conceito viabilizaria não apenas sua participação como peça do discurso social, senão que também sua aptidão para ser racionalizado e reestruturado, carregando tanto o conteúdo concebido quanto o modo de conceber para outros níveis de sofisticação conceitual. E como o conceito para o autor emerge de “uma experiência individual, para superar uma lacuna ou insuficiência na percepção” (1931: 522), é a pretensão de unificar essas experiências em um corpo de conhecimento intersubjetivo, abrangente e sistematizado que diferencia a ciência

do senso comum. Para esse último, bastam as demandas da experiência ordinária, atendo-se “ao que é sentido, ao invés do que é agudamente analisado”, pois tais conceitos “são mais uma matéria de sentimento do que de discernimento lógico” (1931: 523). Deles não dispomos mais do que uma definição imprecisa, de natureza estereotipada, pela qual não nos é possível saber que atributos são abstraídos dos particulares. Resta-nos recorrer e nos contentarmos com a sua extensionalidade. Assim, é justamente na definição intensional que repousaria a diferença dos conceitos científicos, pois é por meio dela que o conhecimento encontra espaço para definições caracteristicamente mais precisas, coerentes e sistemáticas, pressionando para um conhecimento mais abrangente da experiência e para o controle da atividade.

O que eu desejo enfatizar é que o cientista está preocupado com a relação coberta pelo conceito científico e por causa desse interesse reflexivo uma oportunidade é dada para um maior conhecimento dessa relação e, então, para a revisão do conceito. Quando o experimento é empurrado para dentro de novos domínios ao longo da linha do conceito, deve-se esperar encontrar novos fatos que, por sua vez, requerem uma *revisão da concepção* e assim do *conteúdo do conceito*. Conceitos científicos têm uma carreira, alterando seu significado de tempos em tempos de acordo com a introdução de novas experiências e substituindo um conteúdo por outro. Conceitos de senso comum são mais estáticos e mais persistentes com conteúdo inalterado. Visto que a abstração coberta pelo conceito de senso comum não é tornada objeto de estudo separado e de teste experimental, há pouca ocasião para o desvendamento de novos fatos e, assim, para o desafio e a revisão do conceito (1931: 524; grifos nossos).

Conceitos de senso comum teriam por característica a estabilidade à medida que limitados à demanda da experiência ordinária, mas como conceitos vinculados à sensorialidade empírica somos levados à mesma incongruência que tivemos oportunidade de sublinhar em relação a uma distinção de natureza entre a percepção e a concepção. Afirmar que o senso comum é constituído por conceitos revela o modo pelo qual Blumer não poderia persistir em sua distinção inicial, sob o risco de tornar a sua estabilidade uma fixidez, negando com isso a própria problematidade que faz originar a atividade científica. Desse modo, se, por um lado, tais conceitos estão mais vinculados ao que é sentido, por outro, não podem deixar de ser constructos, configurando-se dentro de um baixo nível de abstração ou, como o próprio Blumer diz, “sua abstração é abreviada” (1931: 523). É essa aproximação entre o perceber e o conceber que está pressuposta na revisibilidade

do conhecimento e exige que mesmo os conhecimentos aparentemente mais habituais e diretos sejam, em princípio, submissíveis à crítica e é por meio dessa aproximação que Blumer concede força ao argumento de que não podemos prescindir do uso de conceitos em nossos esforços cognitivos, pois, mesmo no mais simples dos processos de conhecimento, organizamos a experiência procedendo à sua classificação.

Mas a crítica de Blumer não se dirige apenas àqueles que defendem a renúncia ao uso do conceito, senão que também àqueles que o aceitam, mas sob a condição de não se almejar com isso mais do que o tratamento de problemas específicos em uma concatenação próxima aos fatos, em excesso de comedimento epistêmico que atribui ao “trabalho de técnicos, políticos e estadistas, nos quais o interesse está nos problemas práticos imediatos, em que a cada problema deve ser dada uma solução imediata e, assim, um tratamento essencialmente separado (...) tal é a condição hoje de muitos estatísticos” (1931: 525). De fato, Blumer aparenta mirar mesmo além da atuação de tais personagens executivos, visando a atingir mais propriamente os fundamentos do operacionalismo na filosofia da ciência e a sua conseqüente pulverização de conceitos³. É contra a tradição operacionalista que se evoca o caráter de sistematicidade dos conceitos científicos. Sem ele precisaríamos renunciar ao estatuto próprio dos termos teóricos e os esforços de controle e predição da ciência seriam anulados na medida em que reduzida a relevância semântica dos conceitos a determinadas ocorrências sensoriais efetivadas, constringendo a cientificidade aos mesmos problemas de ingenuidade cognitiva exibidos no senso comum. Para tornar isso mais claro, Blumer procura especificar cada um dos aspectos do conceito em sua efetiva contribuição dentro da investigação científica, fornecendo respectivamente às três funções gerais do conceito as três funções específicas de seu emprego no interior do âmbito da ciência. Seriam elas, (i) circunscrever os problemas da experiência e introduzir nova orientação ou ponto de vista explicativo, (ii) constituir uma relação que sirva

³ Nossa suspeita é reforçada pelo fato de que o operacionalismo é uma corrente da filosofia da ciência tipicamente americana e que se tornou bastante influente nos debates metodológicos da psicologia, especialmente por autores comportamentalistas, acerca dos quais Blumer demonstrou especial interesse desde a sua tese de doutorado. Aliás, na tese, o trabalho de Percy Bridgman, *The Logic of Modern Physics* [A Lógica da Física Moderna], consta como uma das referências bibliográficas a respeito do método científico.

como ferramenta de explicação e possa ser submetida a estudo separado e intensivo, e (iii) estruturar o conhecimento obtido em uma cadeia de raciocínio dedutivo que possibilite predições. Mas, seguindo-se aos embaraços de definição dos aspectos, essa tradução das funções do conceito para o âmbito específico da ciência tornaria ainda mais complicado o estabelecimento explícito de um conceito de “conceito científico” no artigo.

Para o autor, ao oferecer novas orientações ou pontos de vista, o conceito não apenas constituiria “um modo de olhar as coisas” como também “um modo de trazer coisas à existência” (1931: 526). Ele preencheria uma lacuna na experiência perceptual e sensibilizaria nossa percepção para apreender o que está oculto, fluindo de volta à realidade empírica. Eis como o conceito de micróbio em Pasteur abriu caminho para desvendar “os mistérios da fermentação, da doença da seda, do antraz, da septicemia, da raiva, da hidrofobia e da febre puerperal” (1931: 527), ou como fez Darwin, em sua viagem geológica por Gales, tendo em sua companhia o geólogo Sedgwick, que pode rechaçar a ocorrência pretérita de um período de glaciação na região a partir da observação da inexistência de pedras marcadas, blocos suspensos e morenas laterais e terminais. São essas orientações ou pontos de vista que nos capacitam a tangenciar uma realidade independente, ultrapassando aquilo que podemos acompanhar pela percepção, mas fornecendo-nos uma recomposição sensibilizadora da experiência por meio de um processo de apercepção⁴.

No entanto, quando Blumer especifica o modo de conceber na ciência como uma nova orientação e a exprime por “um modo de trazer coisas à existência”, considerando em seguida para a investigação científica a função de conteúdo concebido como simplesmente uma ferramenta, ele oferece um sentido de “existência” distinto daquele que empregara ao asseverar que os conceitos científicos “referem-se a algo cuja existência nós presumimos, mas cujo caráter não entendemos completamente”, pois, enquanto nesse último sentido o que se configura é uma pretensão de existência independente em relação ao sujeito

⁴ Blumer não usa o termo “apercepção” para designar o que o conceito oferece à apreensão da experiência, mas notamos que é exatamente isso o que se configura para ele pela ideia de uma percepção aprimorada intelectivamente, uma percepção sensibilizada.

cognoscente, o que envolveria mais o conteúdo do conceito do que seu processo de abstração, naquele o que se estabelece é uma noção de existência inventada ou mentada, embora empiricamente adequada, para a qual o processo de abstração é o ponto focal e o êxito do conceito não aponta para nada mais do que a resolução de um problema. Em uma, referimo-nos a algo que está para além do conceber, embora só o possamos vislumbrar por meio de concepção e de sua enunciação; em outra, nossa referência não é mais do que um nome para designar conjuntamente particulares ou resolver suprassensorialmente problemas observáveis. Mas, se é o segundo sentido que prevalece para o tratamento do conceito eminentemente científico em Blumer, engendrando um instrumentalismo, ele não deixa de conflitar com o realismo que fora apregoado dentro da noção geral de conceito, cuja proposição viera, ironicamente, de sua consideração à luz das potencialidades cognitivas da conceitualização científica – e que sustentara a asserção de que “a palavra é [apenas] um elemento do conceito, mas não todo ele”. O deslocamento dos parâmetros iniciais da discussão em Blumer fica bastante evidente na seguinte passagem:

A concepção, ao preencher a deficiência na percepção, não só fornece nova orientação e liberação da atividade, senão que dirige tal atividade, seja de forma eficaz ou ineficaz. O sucesso da atividade a que ela dá origem torna-se o *teste* de efetividade do conceito. O conceito é, portanto, limitado de um lado pela atividade frustrada e, de outro, pelas consequências que surgem da atividade a que ele dá direção. Na medida em que se situa entre essas porções de um ato, ele tem as características de uma *ferramenta* (1931: 528; grifos nossos).

À medida que o conteúdo do conceito é restringido à instrumentalidade da explicação, renunciemos justamente à aceção mais profunda do caráter de sistematicidade que o autor identifica no seio do procedimento científico. Isso porque, quando Blumer alude a esse caráter, não se reporta ele apenas a uma estruturalidade interna das teorias enquanto sistemas dedutivos de enunciados, que havia sido a entonação de seu argumento para rebater a visão operacionalista, senão que também a uma estruturalidade que extrapola os sistemas teóricos específicos e os abarca no longo prazo, em uma pretensão de verdade que impulsiona a atividade de investigação para teorias mais verossímeis. Certamente não é possível encontrar no artigo nenhuma menção à verdade ou à

verossimilhança de teorias, mas é precisamente isso o que está no escopo do autor no momento em que reconhece:

Quando declaro que o conteúdo concebido em um conceito pode ser estudado separadamente, o que quero dizer é que se pode tomar uma abstração que tem sido elaborada, testar e especificar seus caracteres, apurar seu alcance e *empenhar-se para determinar mais de sua natureza*. (...) Por meio de tal estudo de novos problemas e abordagens emerge o que torna o conceito ainda mais instrumental para uma experiência mais rica e um mundo mais amplo (1931: 521; grifo nosso).

E é também precisamente essa ideia que habita seu entendimento do desenvolvimento da física na sucessão teórica proporcionada respectivamente por Galileu, Kepler e Newton, bem como sua crítica aos conceitos das ciências sociais:

Construir nossa própria disciplina a partir desse ponto de vista [de uma nova orientação conceitual] não é carente de interesse. *Eu suspeito que a pulverizada e vacilante condição de nossa ciência não vem diretamente da inadequação de nossas técnicas, como quase todo mundo alega, mas da inadequação de nosso ponto de vista*. O esforço para resgatar a disciplina por uma crescente ocupação com o método e pela introdução de dispositivos de precisão é, aventuro-me a sugerir, trabalhar na direção errada. Talvez, como outras ciências no passado, nós aguardamos por um quadro conceitual que irá orientar nossas atividades para dentro de canais produtivos (1931: 528; grifo nosso).

Divergindo da linha de argumentação que adotara no texto de seu doutorado, agora o problema da objetividade das explicações sociais não mais é atribuído ao emprego e ao desenvolvimento de técnicas de operacionalização empírica adaptáveis aos problemas particulares do campo de investigação social. A constituição das ciências sociais dependeria, em vez disso, da formação de conceitos e teorias, cabendo a observância de um teste pragmático. Contudo, ainda que venha a sofisticar sua apreciação do método das ciências sociais, não podemos deixar de notar que novamente Blumer negligencia o nível metateórico do discurso científico, novamente confundido com a metodologia enquanto técnica, menosprezando o mérito do debate acerca de fundamentos filosóficos. Por isso, sua discussão não se habilita a elucidar de que maneira a adequação a fins pragmáticos pode ser tomada objetivamente, fazendo restar uma lacuna apreciável no entendimento do que viria a consistir sua crítica à inadequação conceitual nas ciências sociais, pois não há entre a oposição a um operacionalismo

e a recusa a uma postura puramente especulativa uma proposta substantiva para a atribuição de validade empírica aos conceitos científicos. Como já pudemos apontar, foi essa mesma negligência frente à metateoria que o levava a crer por dispensável à sua exposição a abordagem de questões referentes à ontologia e à epistemologia do conceito, passando ao largo da amplitude filosófica dos pressupostos contidos em suas ponderações e recaindo na proposição de um realismo de universais e na defesa de uma tese moderada da carga teórica. E é essa negligência também que permite entender por que Blumer não logrou se atentar para a inflexão instrumentalista em seu artigo e, com ela, para a passagem a uma posição nominalista que ensaiou implicitamente, o que, por certo, é resultado da ambiguidade que acomete seus comentários críticos quanto à relação entre teoria (concepção), experiência (percepção) e testabilidade científica, e que, com efeito, afeta a explicitação dos critérios de moderação assumidos para a tese da carga teórica.

À vista disso, as consequências dedutivas que configuram a função linguística do conceito na ciência tornam-se indicações meramente genéricas das condições de testabilidade dos sistemas teóricos e conceituais, permanecendo distantes de oferecer uma imagem sólida à efetividade conceitual. Está bem longe de ser evidente o que vem a constituir o sucesso em liberar uma ação bloqueada, pois não são dados parâmetros suficientes para avaliar o que deve ser considerado como um bloqueio da ação, enquanto Blumer crê na suficiência desse atributo para instituir o quadro normativo de sua metodologia. O artigo tem por escopo uma noção bastante ampla de conceito, que considera não apenas os termos teóricos isoladamente senão que também as teorias em que se inserem e são definidos, mas, nessa medida, o aprofundamento de suas considerações não acompanha a amplitude das pretensões alimentadas e, assim, o problema da natureza das teorias é tocado apenas muito superficialmente – como quando se trabalha a irreducibilidade dos termos teóricos como uma exigência à validade preditiva ou quando meramente se aponta para uma obscura estrutura axiomática de teorias –, enquanto em nenhum momento de todo o texto é dedicada qualquer atenção ao problema da natureza das explicações. E, logo, dado que não se pode falar de teste de conceitos isolados, senão que de sistemas teóricos, e que o teste

científico deve balizar-se pelas aspirações explicativas das teorias, demarcando modelos teóricos e explicativos objetivamente válidos, pouco mais se pode fazer no que concerne a uma discussão da natureza do desenvolvimento científico do que corroborar um entendimento ingenuamente disseminado acerca de uma “acumulação progressiva de conhecimento” (1931: 525), inviabilizando até mesmo uma reconstrução tentativa do que viria a ser sua estrutura metateórica plausível.

7.2 Social attitudes and nonsymbolic interaction (1936)

Parte do volume temático “Attitudes and Education”⁵ de maio de 1936 do *American Journal of Sociology*, “Social attitudes and nonsymbolic interaction”⁶ é um texto em que transparece nitidamente a preocupação de Blumer com uma ciência social apta ao controle social. O autor não trata no trabalho especificamente da natureza desse controle, conquanto sua aparição em uma publicação a respeito da educação nos permita deduzir em alguma medida o que pleiteia com ele e, adicionalmente, possamos recorrer ao que havia explicitado a respeito quando da elaboração de seu doutoramento. O foco argumentativo do texto, mais propriamente, está sobre o que ele acredita ser uma condição usualmente olvidada ou menosprezada na ciência social de sua época e, apesar disso, absolutamente relevante à efetividade da aplicação prática dos estudos sobre o comportamento, trata-se do que ele chama de o lado afetivo das atitudes.

Ao examinar a afetividade das atitudes, Blumer procura adentrar em questões acerca da estrutura da conduta social, afirmando que, quando agimos, não procedemos apenas por meio de atitudes planejadas e conscientes acerca do caráter significativo do objeto ou da situação à qual são dirigidas, senão que também por atitudes emocionais, em respostas marcadas pela ausência de consciência por parte do agente que as produz. A muitos autores mentalistas falta justamente a consideração do aspecto espontâneo da atitude, ignorando a base comportamental do estudo da sociedade. Assim, enquanto se concentram no caráter simbólico da conduta, sublinham apenas “a formação da atitude no nível

⁵ Em tradução livre: “Atitudes e Educação”.

⁶ Em tradução livre: Atitudes sociais e interação não-simbólica.

da comunicação; isto é, em termos da definição ou da veiculação de um significado” (1936: 517), e preterem aquela sua porção involuntária que está para além da reflexividade do agente. Para Blumer,

O sentimento é *intrínseco* a toda atitude social – ele não deve ser tratado como um elemento adicional fundido a uma estrutura simbólica que deve ser considerada como central a, ou como o corpo da, atitude.

(...)

Meu objetivo, então, é chamar a atenção para duas fases das atitudes: (1) um *aspecto simbólico* representado no específico direcionamento⁷ da tendência, e (2) um *aspecto afetivo* garantindo à atitude sua vivacidade, seu movimento, seu vigor e sua tenacidade.

(...)

Conquanto tenhamos apenas um conhecimento limitado do que ocorre na interação entre seres humanos, eu penso que se pode reconhecer que o processo tem pelo menos *dois níveis*, níveis que talvez representem *extremos, com diferentes misturas de ambos no intervalo*. Eu prefiro chamar os dois níveis de *simbólico* e *não-simbólico* (1936: 517-8; grifos nossos).

No nível não-simbólico da interação é a ausência de intermediação interpretativa que caracteriza a resposta do indivíduo, manifestada imediata e reativamente, sem qualquer processo de checagem de significado. A divisão entre interação simbólica e não-simbólica por parte de Blumer tem por influência direta a distinção que Mead tece em sua obra entre, respectivamente, a conversação por gestos significantes e a mera conversação por gestos (não-significante). Os critérios de tal classificação são os mesmos para ambos os autores e o que Blumer faz é somente renomear os conceitos de Mead fazendo uso de termos mais amigáveis ao que vinha trabalhando como sua proposta teórica própria⁸. Assim, considerar o gesto não-significante ou não-simbólico é a forma de preservar o fenomenalismo da investigação social que fora parte do projeto meadiano a partir

⁷ Optamos neste caso por traduzir “direction” por “direcionamento” em vez de “direção”, pois aquele termo parece acomodar melhor em nosso idioma o sentido de deliberação consciente que está sugerido à consecução da atitude, já que por “direção” nos é mais comum o destacamento apenas da vetorialidade do movimento, sem maior atenção a seu caráter psicológico.

⁸ Levemos em consideração que no ano seguinte, em 1937, Blumer escreveria o capítulo sobre psicologia social para a coletânea *Man and Society*, de Emerson Peter Schmidt, na qual viria a cunhar o termo “interacionistas simbólicos” para designar aqueles teóricos da psicologia social que de alguma maneira defendiam uma natureza plástica e mental ao ser humano, açambarcando-os como autores predecessores ao desenvolvimento do seu interacionismo simbólico.

do reconhecimento do comportamentalismo e de seu compromisso empírico, já que “o comportamento mental não é redutível ao comportamento não-mental. Mas o comportamento ou fenômeno mental pode ser explicado em termos de comportamento ou fenômeno não-mental, como surgido deste e como resultante de complicações neste” (MEAD, 1934: 11). Partir da análise do comportamento é partir do caráter fenomênico do objeto social e é isso o que Blumer quer dizer quando afirma:

No lado do estímulo, a interação não-simbólica é constituída, creio eu, pelo comportamento expressivo, isto é, uma liberação de sentimento e tensão, a ser distinguida como diferente da indicação de intenção intelectual, a qual provém propriamente do nível simbólico. O comportamento expressivo é apresentado mediante características como qualidade da voz – o tom, a altura e o volume – no conjunto e movimento faciais, no olhar dos olhos, no ritmo, vigor e agitação dos movimentos musculares e na postura. Esses formam os canais para a divulgação do sentimento. É por meio deles que o indivíduo, como dizemos, revela-se para além do que diz ou faz. O comportamento expressivo é principalmente uma forma de liberação, implicando um pano de fundo de tensão. Ele tende a ser espontâneo e involuntário; como tal, ele usualmente aparece como um acompanhamento da conduta intencional e conscientemente dirigida (1936: 520; grifos nossos).

O termo “comportamento expressivo” é um tanto quanto ingrato, à medida que, por um recurso pleonástico, parece sugerir uma cisão forte entre um âmbito de ocorrências manifestadas, por um lado, e um âmbito de ocorrências mentadas, por outro, o que levaria a uma divergência com relação ao pensamento de Mead. Mas não é isso o que pretende Blumer. O seu “comportamento expressivo” traz a mesma ideia do “comportamento manifesto” [“*overt behavior*”] meadiano, tendo-se o qualificador pela função de um reforço de posição que possibilita a distinção entre os domínios do plano da ação e da execução da ação e nos capacita à abordagem das variadas relações que se estabelecem entre um e outro. Assim, não se diz com o termo “comportamento expressivo” que unicamente os episódios sociais espontâneos e involuntários são passíveis de expressibilidade, senão apenas que a espontaneidade e a involuntariedade são características do componente mais elementar da manifestação social, aquele componente que é “peculiarmente congênito aos seres humanos” (1936: 521).

Entretanto, se o caráter não-simbólico é intrínseco a toda atitude social e não podemos dizer de uma atitude absolutamente simbólica – e voluntária e

consciente, e seguindo Mead poderíamos especificar ainda mais essa consciência dizendo-se dela uma autoconsciência –, as extremidades representadas pelos dois níveis não constituem apenas tipos polares de interação social, mas também, e sobretudo, tipos ideais, pelo menos no que tange à caracterização do nível simbólico, pois nunca haveremos de encontrar uma atitude composta unicamente por parâmetros voluntários e (auto)conscientes⁹. E, nessa medida, aproximamo-nos do critério de racionalidade que fora vertebral, em sua gradação, para o advento da tipologia da ação de Max Weber, ainda que os tipos de Mead dos quais Blumer deriva os seus tipos sejam restritos a dois e não a quatro como naquele. O que está em questão é a primeira das divisões promovidas pela teoria da ação de Weber, a saber, aquela que separa os tipos de ação racional – com relação a fins e com relação a valores – dos tipos tradicional e afetivo, sem que essa divisão mesma venha a constituir qualquer demarcação empiricamente nítida e peremptória. Porém, se Blumer é capaz de reconhecer a polaridade tipológica de sua classificação das atitudes, levantando-nos desde já o distanciamento tomado com relação à classificação estritamente demarcatória por tipos (ou classes) naturais que havia fomentado a rigidez crítica de seu doutoramento, ele não o é igualmente para o reconhecimento da idealidade dos tipos que propõe, demonstrando não haver se desvencilhado contundentemente daquele realismo direto que pautava na tese sua análise dos sistemas de classificação científicos.

Os tipos polares seriam, dessa maneira, a constatação de que, predominantemente, as características do objeto de investigação das ciências sociais não podem ser entendidas como meros conceitos de propriedade que determinam extensionalmente a classe a que pertence aquele objeto, mas como conceitos moduláveis passíveis de oferecerem um conhecimento razoavelmente ordenado das instâncias empíricas entre si. Daí o caráter intrinsecamente comparativo da classificação que Blumer não houvera conseguido articular adequadamente em seu doutorado, quando equivocadamente restringira o procedimento de comparação a uma condição ou regulação psicológica da

⁹ Blumer não trabalha o nível não-simbólico semelhantemente e somos levados a pensar, em vários momentos do artigo, que interações puramente não-simbólicas possam ser identificadas na realidade empírica, como quando associa o caráter inconsciente às primeiras impressões de um agente em um contexto interativo.

formação de conceitos, enquanto um processo situado no contexto de descoberta da teorização científica, e não como uma condição ou regulação lógica da definibilidade conceitual, que haveria de parametrizar propriamente um contexto de justificação. É somente nesse último enfoque que as classificações interessam à metodologia, pois dizem respeito ao modo pelo qual as instâncias são tipificadas relativamente à satisfação de certos requisitos formais que, se não são por si mesmos suficientes nem ao escrutínio epistemológico dos critérios de tipificação, nem à resolução do problema metateórico da testabilidade das teorias científicas, conformam no mínimo as condições necessárias a essa testabilidade e às consequências daquele escrutínio segundo a pretensão cognitiva dos esquemas conceituais empregados.

A ordenação que deriva do caráter comparativo das classificações abre caminho para a inteligibilidade da parcela emocional das atitudes sociais, oferecendo-nos um conhecimento que permita intervir sobre a dinâmica efetiva da sociedade, pois, se o comportamento expressivo é automático para o agente, ele não deixa de provocar no receptor o que Blumer chama de uma certa “coerção da atenção”, criando impressões e suscitando respostas.

Falando metaforicamente, pode-se declarar que os seres humanos estão delicadamente sintonizados uns com os outros no nível do comportamento expressivo. (...) O comportamento expressivo exerce uma reivindicação sobre a atenção; ignorar, geralmente, exige um ato de decisão, alguma justificação para si mesmo como por que não se deve atendê-lo (1936: 520-1).

A capacidade de intervir sobre a dinâmica efetiva da sociedade nos concede a oportunidade para uma “genuína transformação” das atitudes quando da necessidade de exercício do controle social, uma vez que a mudança atitudinal depende em boa medida da mudança dos sentimentos nela envolvidos e conhecer o grau de aplicação dos sentimentos nas condutas permite que o controle social ocorra não apenas por meio da compreensão vinda da parte dos formuladores de políticas como também por meio da cooperação dos agentes-alvo com as políticas de controle. Dessa forma, o reconhecimento da interação não-simbólica e o conhecimento de seus modos de realização propiciam a compreensão do direcionamento predominante da atenção dos agentes em um tipo de evento social dado e, caso seja preciso intervir nesse tipo de evento social, favorecem um tipo

de intervenção não-impositiva, que assegure uma legítima transformação das atitudes em termos da assimilação voluntária de novas atitudes pelos agentes. O que se busca é a motivação afetiva para um empenho racional:

Eu penso que essa mudança [a transformação genuína] é provável de ser feita efetivamente no nível não-simbólico e não meramente por procurar veicular uma nova interpretação do objeto. Nós estamos familiarizados com a frequente futilidade de tentar mudar a atitude de uma pessoa mediante alguma forma de conversão intelectual. Alguém pode convencê-la em argumento, no entanto seus sentimentos permanecem intocados. Ela mantém, ainda que de forma perturbada, sua atitude anterior, com a orientação original à ação que ela representava. Porém, a divulgação do sentimento mediante de alguma forma de comportamento expressivo toca prontamente estados afetivos – despertando-os, configurando-os, perturbando-os ou modificando-os (1936: 521-2).

É assim que Blumer traz o exemplo da incitação e da inspiração das qualidades dramáticas da retórica em um discurso, tornando o conteúdo simbólico deste expressivamente mais efetivo em sua tarefa de capturar a atenção das pessoas e suscitar impressão. Mas, à medida que também o nível afetivo das atitudes sociais é uma interação coletiva de sentimentos, regulando o comportamento expressivo por meio da conformação a códigos sociais “tanto quanto na linguagem ou na conduta” (1936: 522), é difícil entender de que modo podem ser considerados não-simbólicos ou não-significativos, já que participam de uma estrutura de indicações complexas intercomunicáveis. Com efeito, a estrutura afetiva de um grupo ou de uma sociedade não parece ser de uma natureza distinta daquela da estrutura da linguagem ou de padrões significado e, se “parece haver tanta justificação e validade para falar de uma estrutura ou ritual afetivo na sociedade como de uma estrutura da linguagem, ou um padrão de significados”, não soa plausível que possamos situar sua distinção frente a estas em um não possuir simbolização ou significação, e essa sensação se torna bastante forte ao final do artigo. Porém, a forma pela qual tal concepção de significado afeta a fundamentação de uma metodologia compreensiva e o grau em que Blumer herda a dificuldade de Mead deixaremos para discutir no capítulo seguinte.

7.3 An Appraisal of Thomas and Znaniecki's the Polish Peasant in Europe and America (1939)

Patrocinada, dirigida e organizada pelo *Social Science Research Council* (SSRC)¹⁰, “An appraisal of Thomas and Znaniecki's *The Polish Peasant in Europe and America*”¹¹ fora pensada como o trabalho inaugural da coleção “Critiques of research in the social sciences”¹², série de apreciações críticas a serem publicadas sobre grandes obras dentro de diferentes áreas das ciências sociais. Em 1937, o SSRC havia sido avaliado por um relatório interno do *Committee on Review of Council Policy*¹³ como demasiadamente enredado em tarefas administrativas e publicitárias, recomendando para a retomada do papel intelectual original do Conselho a pesquisa sobre os fundamentos da ciência social, no que se incluía a elaboração de apreciações críticas de obras de relevância para o campo. Assim, após fortes e extensos debates entre os membros do SSRC, o *Committee on Appraisal of Research*¹⁴ foi designado para o desenvolvimento de um programa de avaliações de obras em ciências sociais. Para tanto, já em 1938, apresentaria o procedimento de escrutínio dos trabalhos a serem avaliados, decidindo-se por se abster da definição de um critério *a priori* à seleção e propondo a escolha a cargo do cruzamento de listas elaboradas por especialistas qualificados.

Essas listas haveriam de elencar de três a seis obras consideradas de contribuição relevante, dentro área de conhecimento do especialista, publicadas nos Estados Unidos desde o final da Primeira Guerra. Ao cabo do processo, seis trabalhos foram escolhidos para o que seriam os seis volumes da série e *The Polish Peasant in Europe and America*, de William I. Thomas e Florian W. Znaniecki, fora escolhido para ocupar as páginas do volume dedicado à sociologia, tendo-se reconhecido a competência de Herbert Blumer para elaboração da apreciação crítica. Dessa maneira, ainda em 1938, Blumer, então professor do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, completaria sua redação, que seria em dezembro do mesmo ano submetida a uma conferência reunindo onze cientistas sociais, além da presença ilustre de William

¹⁰ Em tradução livre: Conselho de Pesquisa de Ciência Social.

¹¹ Em tradução livre: “Uma apreciação de *O Camponês Polonês na Europa e na América*, de Thomas e Znaniecki”.

¹² Em tradução livre: “Críticas de pesquisa nas ciências sociais”.

¹³ Em tradução livre: Comitê para a Revisão da Política do Conselho.

¹⁴ Em tradução livre: Comitê para Apreciação de Pesquisa.

Thomas – Florian Znaniecki não pode comparecer por estar fora do país – e da do próprio Blumer. O texto de Blumer, assim como a transcrição da conferência e os comentários escritos de Thomas e de Znaniecki em resposta à apreciação comporiam o conteúdo do livro que seria publicado no ano seguinte, em 1939, e é sobre ele que nos debruçamos na análise que se segue.

Entretanto, devido ao interesse eminentemente metodológico que inspira a elaboração da apreciação crítica de Blumer, declaradamente preocupada mais em elucidar os procedimentos de investigação utilizados na construção teórica de Thomas e Znaniecki e em sua validade do que em detalhar questões a respeito do desenvolvimento monográfico da obra – limitando-se a abordagem deste, quando indispensável, ao âmbito de problemas concernentes à validade daqueles procedimentos –, acreditamos ser necessária a confecção de uma breve apresentação delineando o capítulo introdutório de *The Polish Peasant*, justamente aquele em que seus autores procuram promover uma condensação explicitadora dos impasses de investigação que se interpuseram no decorrer do desenvolvimento da obra, indicando reflexões ao nível dos fundamentos da pesquisa. Nesse sentido, ser-nos-á de máxima importância a reconstrução analítico-descritiva do discurso metateórico explicitado por Thomas e Znaniecki a fim de nos situarmos melhor frente à elucubração do teor das considerações levadas a cabo por Herbert Blumer, assim como para ponderarmos adequadamente acerca do legado de seus expedientes sobre a metodologia blumeriana, intuito principal de nossa dissertação.

A “Methodological note”

Escrita, pelo que se sabe, posteriormente à conclusão dos volumes acerca do trabalho monográfico que introduz, a “Methodological note” de Thomas e Znaniecki nos oferece uma condensação explicitadora dos problemas e das decisões concernidas ao desenvolvimento da pesquisa empírica original que marca *The Polish Peasant*. Entretanto, ela não se restringe somente a considerações de ordem metateórica. Sendo atravessada por referências também teóricas e operativas, o intróito pode muito bem expor com um bom grau de sistematicidade os fundamentos que conferiram orientação à pesquisa empírica

sobre o camponês polonês e que serviram de apoio para a formação da chamada Escola Sociológica de Chicago, inspirando tanto Robert Park quanto Ernest Burgess. Como lembra Mário Eufrazio:

Temas como: conhecimento espontâneo de senso comum e conhecimento construído pela ciência; ciência natural e ciência social; observação e experimentação em ciência; ciência pura, ciência aplicada e o sentido da técnica; a natureza nomotética das ciências sociais; leis particulares e leis gerais; natureza e estrutura da explicação causal; causalidade e leis sociais; natureza e estrutura das leis sociais; tentativa e erro na ciência e refutação de proposições por experiências novas; senso comum, filosofia social e ciência social; estudos comparativos e estudos monográficos integram as considerações de ordem metateórica que contém (2006: x).

Dentro desse desenho de temas, a “Methodological note” pode ser concebida como uma reconstrução metodológica, uma vez que nela seus autores também procuram realizar uma apreciação descritiva e crítica acerca de processos de investigação e de pressupostos teóricos de orientação a tais processos. Nela, o campo da sociologia é pensado em uma perspectiva de proximidade do campo da psicologia social e a explicação causal é tomada como fundamento teórico de ambas as disciplinas, que constituem juntas parte destacada do amplo campo da teoria social. A ideia propriamente de uma metodologia unitária a todas as ciências sociais é mesmo anterior a *The Polish Peasant*, remetendo ao artigo de Thomas, “The province of social psychology”¹⁵, de 1905, quando este recusa pertinência teórica a conceitos como “mente social” ou “organismo social” quando concebidos opositivamente à mente individual e à consciência, criticando a pretensão metodologicamente holista das ciências sociais.

O estabelecimento de um método para a sociologia dentro de um ambiente intelectual e também prático em que a disciplina se encontrava intimamente vinculada ao serviço social exige de Thomas e de Znaniecki um claro esforço de delimitação de seu campo de investigação, o que os faz enfocar consequentemente a necessidade de um conhecimento “isento” para abordar esse campo. Trata-se mais especificamente de uma ênfase sobre o caráter *a posteriori* do conhecimento científico, que rejeitaria uma classificação valorativa *a priori* e trataria o conhecimento como fim em si, dispondo-se sempre à sua objetividade. Não

¹⁵ Em tradução livre: “A província da psicologia social”.

obstante, visto que um conhecimento assim estabelecido concederia como uma de suas consequências a possibilidade de realizar interferências controladas sobre os processos sociais, a ciência não poderia deixar de vislumbrar em seus horizontes mais amplos uma expectativa de servir ao controle social, mas uma expectativa que não deveria se perder em crenças filosóficas, religiosas ou morais preconcebidas. Sua característica principal deveria ser a racionalidade, a qual herdaria daquele processo de investigação valorativamente isento.

A ciência social deveria, então, voltar-se para os fenômenos da sociedade tal e qual a ciência natural havia se voltado para os fenômenos da natureza, isto é, como um fenômeno “independente de qualquer ato imediato de nossa vontade ou de nossa razão”. Logo, pretender ao controle social não deve ser um desvio da objetividade científica, assim como não o é ambicionar o controle da natureza dentro das ciências naturais. E isso é ainda mais urgente ao estudo da sociedade, pois o advento da sociedade moderna trouxe complexidades que só o seu estudo científico pode devidamente deslindar. Para Thomas e Znaniecki, a complexidade e a fluidez são características fundamentais dos fenômenos na modernidade social e, com elas, temos elevado a um grau considerável a frequência, a variedade e a gravidade das crises da sociedade. Tanto que, frente às organizações sociais estáveis de períodos históricos anteriores, “não há tempo para a mesma elaboração gradual, empírica e não metódica dos meios de controle aproximadamente adequados” (2006 [1918]: 2) para a superação dos impasses que se impõem à solução de situações cada vez mais novas e imprevisíveis que afetam a estabilidade da vida social. Uma técnica consciente de controle tornou-se uma necessidade premente em relação à já não mais eficaz rotina comum semi-consciente. A ciência precisa tomar o lugar do senso comum no desenvolvimento de conhecimentos que nos conduzam ao controle das mazelas sociais.

Não pode perdurar no mundo moderno um conhecimento cuja estabilidade se baseie somente na estabilidade social da organização em que veio a ser produzido. É preciso um conhecimento estável por sua objetividade, disposto a encarar com sobriedade as instabilidades da modernidade social e apto à aplicabilidade aos mais diversos grupos humanos, do modo como se encontram reunidos sob a moderna vida urbana. A ciência da sociedade deve, portanto,

rejeitar os métodos limitados de investigação do senso comum. Não é aceitável que resignemos nossos conhecimentos a métodos como o de “ordenar e proibir”, vinculado a uma indistinção primitiva entre o ato de vontade e o ato de cognição, ou o de um “empirismo desorganizado”, quando o ato de cognição já é distinguido enquanto tal, mas realizado sob alta carga de especulação. É primordial que a explicação dos fenômenos sociais seja organizada para além de uma crença meramente caprichosa ou de uma reflexão grosseira.

Esses métodos primitivos que alimentam nossas crenças atuais e nos levam a uma sociologia enviesada pela prática, segundo Thomas e Znaniecki, estão fundamentados no que eles chamam de cinco “falácias”. Estas não seriam falácias no sentido lógico preciso do termo, isto é, como sofismas ou problemas de estruturação lógica dos enunciados, mas no sentido amplo de equívocos de procedimento. Assim, eles as caracterizam: (1) a suposição latente ou manifesta de que conhecemos a realidade social porque vivemos nela; (2) o postulado de que a imediatidade da ação prática deve influenciar diretamente as investigações e resultados do trabalho científico; (3) a presunção de que qualquer grupo de fatos sociais possa ser arbitrariamente isolado do restante da vida societária; (4) a ideia de que os indivíduos reagem de maneiras similares a influências similares; e (5) a tendência para que indivíduos busquem um ideal comum e universal uma vez que encontrem condições materiais propícias.

A limitação de um conhecimento assim estruturado estaria evidente na dependência de fatores tais como uma familiaridade subjetiva e uma moralidade preconcebida, responsáveis por descontextualizar e descaracterizar o fenômeno social a partir de concepções mecanicistas e simplistas da ação social. Apesar de intenções também sobre o controle social, a empreitada científica deve ser tomada antes como um fim em si; disposta ao conhecimento objetivo. Não cabe ao cientista açambarcar a teoria em detrimento dos fatos para fazer valer vontades pessoais ou coletivas. A própria objetividade do conhecimento sobre a sociedade confere ao controle social um caráter racional e fidedigno. Diferentemente das organizações sociais estáveis de períodos históricos anteriores, em que era possível um conhecimento não metódico dos meios de controle adequados, a nova situação da vida social moderna e de suas complexas instituições exige uma

técnica consciente de intervenção não mais tateante e especulativa, mas formalizada e rigorosa.

Por isso, para os autores, somente quando o conhecimento social se desvencilhar propriamente dessas cinco “falácias” do senso comum é que a sociologia se tornará uma ciência propriamente teórica, em sua inevitável necessidade de enfrentar as situações da experiência tal como efetivamente se dão. Não podemos ceder a metas práticas de antemão, pois “vemos que [as situações efetivas] não podem ser resolvidas adequadamente tão logo a reflexão teórica tenha sua solução imediata em vista” (2006 [1918]: 9). Ao cientista social cabe estimular-se com os problemas do mundo como forma de ser levado à pesquisa, mas não cabe seguir o curso dessa pesquisa meramente sob o jugo das opiniões que carrega consigo. Neste, preponderam os fatos e as relações que podem ser imputadas de fatos, e não a avaliação do investigador de como os fatos deveriam se dar. Não obstante, ao fim do processo de investigação, as relações fatuais podem ser objeto de aplicação sobre a realidade empírica, vindo a testar o êxito dos resultados daquela investigação na adequação mesma que apresenta com respeito à eficácia do controle social que proporciona, tal e qual acontece entre a ciência física e a técnica material que gera. É na aplicabilidade final de uma teoria que se origina o teste crucial de suas proposições, apreendendo na própria realidade a abstração que fora conduzida à concepção de suas fatualidades. É no retorno à experiência enquanto uma técnica de intervenção que a teoria é confrontada em sua capacidade de lidar com a complexidade dos fatos e resolver os problemas a que se havia apontado inicialmente. Como afirmam Thomas e Znaniecki:

Essa exigência de aplicabilidade prática final é tão importante para a própria ciência como para a prática; é um teste, não somente da prática, mas do valor teórico da ciência. Uma ciência cujos resultados possam ser aplicados se mostra por esse meio que está realmente baseada na experiência, que é capaz de apreender uma grande variedade de problemas, que seu método é realmente exato – que é válida. O teste de aplicabilidade é uma responsabilidade salutar que a ciência deve assumir em seu próprio interesse. (2006 [1918]: 10)

A teoria científica deve ser avaliada pelos resultados que proporciona. Por isso, deve se ater ao estudo dos fatos, sem a prevalência de quaisquer metas práticas de antemão. Sem entender essa orientação que Thomas e Znaniecki dizem

oriunda das ciências naturais, as ciências sociais jamais gozarão de qualquer validade objetiva a seu conhecimento. Consequentemente, se estivermos distanciados da cientificidade dos fenômenos sociais, os problemas sociais que se apontam na realidade da sociedade moderna nunca se tornarão para nós inteligíveis, nunca poderão ser abordados e resolvidos. É para o conhecimento das complexidades fenomenicamente constituídas da vida social moderna que a ciência é necessária para as disciplinas sociais.

Não obstante, da prática social nos têm sido legados, segundo os autores, dois problemas fundamentais a cujo tratamento não podemos nos furtar na teorização científica da sociedade. O primeiro deles é o problema da dependência do indivíduo em relação à organização social, enquanto o segundo é o problema da dependência da organização social em relação ao indivíduo. Nenhum deles, contudo, pode ser abordado de uma só vez na teoria, pois “a concretude empírica total não pode ser introduzida na ciência, não pode ser descrita ou explicada” (2006 [1918]: 12). Não obstante, neles se revelam duas espécies elementares de dados da realidade que a teoria social não pode deixar de apreender de modo correlacionado: “os elementos culturais objetivos da vida social e as características subjetivas dos membros do grupo social”. Nessa medida, o mundo social deve ser tomado em sua divisão primordial entre “valores” (ou “valores sociais”) e “atitudes”, isto é, respectivamente, entre dados que carreguem “um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e um significado em relação ao qual é ou pode ser um objeto de atividade”, e dados que exponham “um processo de consciência individual que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social”. Mas todo e qualquer fenômeno social deve ter como característica essa dupla dimensão. Deve ser socialmente acessível, constituindo-se objetivamente, e, ao mesmo tempo, individualmente consciente, a fim de que a ocorrência seja imputada a uma subjetividade. Para Thomas e Znaniecki, os fenômenos sociais são sempre fenômenos ocorridos mediante a ação de alguém no mundo da experiência e por meio de objetos naturais, mas tais objetos só entram sob a consideração da atividade humana quando a eles são atribuídos significados, localizando-os dentro de um universo de valores.

A atitude é assim a contrapartida individual do valor social; a atividade, em qualquer forma que seja, é o elo entre eles. Por sua referência à atividade e por esse meio à consciência individual, o valor se distingue da coisa material. Por sua referência à atividade e por esse meio ao mundo social, a atitude se distingue do estado físico (2006 [1918]: 13).

A teoria social por meio dos conceitos de “atitude” e “valor” qualifica-se a apreender as relações que se estabelecem na realidade entre fatores subjetivos e objetivos, de maneira que se possa conceber como esses fatores se dispõem na sucessão e de que maneira constituem regularidades. É somente por essa via que a ciência social se habilita a responder aos problemas práticos da experiência social, na complexidade própria que ela se apresenta. Nesse sentido, atitudes e valores são mais do que simplesmente conceitos teóricos, senão que propriamente a expressão cognitiva de uma condição ontológica das relações sociais. Nas palavras de Thomas e Znaniecki:

Os principais problemas da ciência moderna são problemas de explicação *causal*. A determinação e a sistematização de dados é somente o primeiro passo na investigação científica. Se uma ciência deseja assentar os fundamentos de uma técnica, precisa tentar compreender e controlar o processo de devir [*becoming*]. A teoria social não pode evitar essa tarefa e há somente um modo de cumpri-la. O devir social, como o devir natural, deve ser analisado numa pluralidade de fatos, cada um dos quais representa uma sucessão de causa e efeito. *A ideia de teoria social é a análise da totalidade do devir social em tais processos causais e numa sistematização que nos permitam compreender as conexões entre esses processos* (2006 [1918]: 21-22; grifos nossos).

Sobre o par conceitual “atitude” e “valor” se erige uma teoria causalista da sociedade explicitamente crítica à concepção de causalidade social exposta por Durkheim. O monocausalismo do fato social é compreendido pelos autores dentro da chave de um translado acrítico das ciências físicas, que deve ser matizado. Na visão de Thomas e Znaniecki, a proposta de Durkheim não percebe que a realidade social não pode se limitar à face objetiva de seu fenômeno, pois a sua manifestação é dependente do ponto de vista subjetivo assumido pelo indivíduo. A causa de um fenômeno social nunca deve ser simples, isto é, a explicação causal em teoria social não pode nunca negligenciar a própria composição desses fenômenos, caso contrário, toda atividade pareceria sempre um fenômeno acidental e incalculável, uma vez que enfocar o efeito apenas como resultado da conduta de um indivíduo tornaria inconcebível os seus efeitos sociais, enquanto

sublinhar apenas os fatores sociais tornaria inconcebível o modo pelo qual o efeito veio a se concretizar. E para os autores, dizer que um fenômeno deve ser a causa de outro quer dizer que ele é a causa necessária e suficiente daquele efeito, e nenhum fenômeno social pode ser explicado suficientemente por uma causa individual.

O princípio metodológico fundamental tanto da psicologia social como da sociologia – o princípio sem o qual nunca poderiam chegar à explicação científica – é portanto o seguinte:

A causa de um fenômeno social ou individual nunca é apenas outro fenômeno social ou individual, mas é sempre uma combinação de um fenômeno social e um fenômeno individual.

Ou, em termos mais exatos:

A causa de um valor ou de uma atitude nunca é apenas uma atitude ou um valor, mas sempre uma combinação de uma atitude e de um valor (2006 [1918]: 26; grifos do original).

A causa social é uma causa em três termos – valor, atitude e efeito, que, por sua vez pode ser uma outra atitude ou um outro valor – e, por sua uniformidade, adquire a condição de uma lei. No entanto, enquanto uma pretensão legiforme, a causa só pode ser efetivamente conhecida se demonstrada uma relação regular, o que exige que seja investigada comparativamente à sua validade perante comportamentos de outros membros do grupo social e até mesmo a reações de outros grupos, procedendo-se assim a uma indução sistemática acerca da abrangência daquela conexão fatural. É somente por via dessa prudência analítica que evitamos isolar *a priori* os fatos na investigação e que nos dispomos rigorosamente à obtenção de explicações deterministas. Toda explicação causal legítima para Thomas e Znaniecki deve ser pretendidamente determinista e legiforme. E as causas assim obtidas, uma vez que lidam com a consecução de fenômenos sociais, vêm a constituir “leis do devir social”.

Mas uma vez estabelecida a lei, não devemos também tomá-la como um conhecimento imutável, nossas leis são sempre leis hipoteticamente válidas. Eis o caráter falibilista do conhecimento defendido pelos autores. Devemos contestá-la se uma causa presumida a um efeito se demonstrar equivocada à explicação ou à predição da relação nela implicada, já que como uma lei ela diz respeito a fatos que se repetem invariavelmente, aplicando-se tanto a casos futuros como a casos

passados. Assim, se a explicação não explica cada fato particular do âmbito fenomênico com que se propõe a lidar ou se errou na concepção inteira da relação ou se deixou de incluir nela outros fatores relevantes. Seja o erro da causa presumida integral ou parcial, a exceção fatural sempre deve conduzir o sociólogo à revisão de sua teoria. O determinismo exigido às explicações não permite que as exceções sejam mais do que aparência, a única característica distintiva legítima entre leis gerais e particulares deve ser aquela que diz respeito à extensão do âmbito das relações sociais que aborda, nunca da abrangência explicativa desse âmbito mesmo. “Se uma lei é particular ou geral, precisamos sempre ser capazes de explicar toda aparente exceção” (2006 [1918]: 33), conquanto as leis gerais sempre sejam teoricamente mais desejáveis do que as leis particulares.

Ele [o cientista] deve tentar fazer sua teoria tão certa e aplicável quanto possível antes de tentar aplicá-la de fato, e somente pode assegurar este resultado e passar para o prático social profissional generalizações pelo menos aproximadamente tão aplicáveis quanto aquelas da ciência física, se usar a checagem da contradição através de nova experiência. Isso significa que, ao lado de usar somente tantas generalizações que possam ser contraditadas por experiências novas, ele deve não esperar até que experiências novas se imponham a ele por acidente, mas deve procurar por elas, deve instituir um método sistemático de observação. E, enquanto é inteiramente natural que um cientista, para formar uma hipótese e dar a ela algum montante de probabilidade, tenha de procurar em primeiro lugar experiências tais que possam corroborá-la, sua hipótese não pode ser considerada inteiramente testada até que tenha feito subsequentemente uma busca sistemática de tais experiências que possam contradizê-la e provado que essas contradições são somente aparentes, explicáveis pela interferência de fatores definidos (2006 [1918]: 38).

Ao mesmo tempo, a confiança em um conhecimento de base indutiva é conciliado com a crítica a um empirismo pretensamente descritivo, concebendo as observações científicas como teoricamente orientadas.

A grande e mais usual ilusão do cientista é que ele simplesmente toma os fatos tal como são, sem quaisquer pressupostos [*prepossessions*] metodológicos, e chega à sua explicação inteiramente *a posteriori* a partir da pura experiência. Um fato por si mesmo já é uma abstração; isolamos um certo aspecto limitado do processo concreto de devir, rejeitando, pelo menos provisoriamente, toda a sua complexidade indefinida. A questão é somente se desempenhamos essa abstração metodicamente ou não, se sabemos o que e por que aceitamos e rejeitamos, ou se simplesmente tomamos acriticamente as velhas abstrações do “senso comum”. Se quisermos chegar a explicações científicas, devemos ter em mente que nossos fatos devem ser determinados de um tal modo que admita sua subordinação a leis gerais (2006 [1918]: 22).

Porém, o próprio *Polish Peasant* não deixa de evidenciar uma tensão própria entre a organização dos dados e as inferências, de modo que se pode desconfiar de uma postura indutivista ingênua em diversos momentos de sua exposição. A ênfase sobre fatos teoricamente orientados tende a esbarrar no excesso de prudência teórica que acompanha a crítica às generalizações filosóficas, religiosas ou morais preconcebidas, assim como essas duas condições conflitam com a estrutura determinista das generalizações, revelando problemas de embasamento que dão um tom confuso à relação entre a teoria e os fenômenos. Sem dúvida, a preocupação acerca de uma ciência não-arbitrária, oposta a apriorismos reducionistas, é analiticamente priorizada, mas torna-se um impasse para a consecução dos fins epistemológicos aspirados, tornando incerto o conjunto “obtenção de leis”-“articulação da base empírica”-“condições de testabilidade dos enunciados da teoria”. Para Thomas e Znaniecki, os contextos da descoberta e da justificação não são claramente distinguidos e, com efeito, nos deparamos com uma aproximação entre indutivismo e empirismo nos moldes da discussão da teoria do conhecimento vinda do final do século XIX.

Não obstante, o teste final de uma generalização social é sempre a aplicação prática. É na aplicação que a generalização pode ser confrontada com a complexidade dos fenômenos tal e qual dada na realidade e assim ser avaliada quanto à adequação na seleção e relação de fatores causais que advoga. É a complexidade inerente à aplicação prática que a diferencia do mero experimento, bem como é a orientação para a aplicação que sustenta para os autores a pretensão de demonstrar o valor prático da teoria e de constituir técnicas sociais. Porém, a aplicação das teorias sociais para o exercício do controle social tem diante de si problemas que podem vir a afetar diretamente a sua eficiência e, conseqüentemente, a qualidade do teste que possibilita. Esses problemas envolvem questões éticas a respeito de como podemos realizar o controle das ocorrências sociais, já que em muitas situações não é possível obrigar um indivíduo a aceitar mudar suas atitudes diante do que atesta uma teoria científica. Do mesmo modo, parece haver uma certa resistência por parte dos indivíduos comuns de aceitar a prescrição oferecida por aquela técnica. Como dizem os autores, “o medo de coisas novas é ainda forte mesmo entre pessoas cultas e o

técnico social tem de esperar que venha a satisfazer em quase todos os passos essa velha hostilidade típica do senso comum à ciência” (2006 [1918]: 39). Mas há também mais um outro empecilho à aplicação de teorias. Trata-se da necessidade de descobrir modos de coordenar o conhecimento abstrato que oferece a ciência com o contexto da situação concreta, encontrando a forma correta de aplicar a teoria às ocorrências da experiência. Essa última dificuldade aparece mais propriamente porque devemos encarar a situação como envolvendo sempre um elemento de subjetividade imponderável. Os indivíduos agem segundo a maneira pela qual vêm a conceber a situação e se não percebem a importância do que propõe a técnica social, não há condições práticas para a sua efetivação, ainda que não haja equívocos teóricos e explicativos.

As situações, como Thomas e Znaniecki as definem, são complexos de valores e atitudes com os quais o indivíduo ou o grupo tem de lidar comumente na vida cotidiana dentro de um processo de atividade. Assim, é a situação que fornece os elementos perante os quais o indivíduo ou o grupo a vem a organizar a sua atividade em termos de resposta. “Toda atividade concreta é a solução de uma situação” (2006 [1918]: 40) e, por isso, na leitura das situações estão incluídas sempre três espécies de dados: (i) as condições objetivas sob as quais se age, isto é, a totalidade dos valores envolvidos em um momento que afetam direta ou indiretamente o indivíduo ou o grupo, (ii) as condições subjetivas preexistentes ao indivíduo ou aos indivíduos do grupo acerca dos comportamentos a que tendem atitudinalmente, e (iii) a definição da situação, enquanto a consciência das atitudes e dos valores que chegam ao indivíduo e que serão respondidas por ele. Sem a *definição da situação* os valores e as atitudes não se articulam em uma inteligibilidade consciente à atividade perante a situação; não há resposta real a uma situação se o indivíduo não tem para si mais ou menos claras as condições externas a que se encontra submetido, bem como certa lucidez a respeito de suas próprias atitudes. Portanto, o tipo de resposta que se seguirá sempre haverá de depender do modo como a situação for conscientemente definida pelo indivíduo ou pelos indivíduos de um grupo. Como dizem Thomas e Znaniecki:

E a definição da situação é uma preliminar necessária a qualquer ato de vontade, pois em dadas condições e com um dado conjunto de atitudes uma *pluralidade indefinida* de ações é possível e uma ação

definida somente aparece se essas condições são selecionadas, interpretadas e combinadas de um determinado modo e se uma certa sistematização dessas atitudes é alcançada, de modo que uma delas se torna predominante e subordina as outras (2006 [1918]: 40; grifo nosso).

Todavia, não é só a consciência do indivíduo em seu processo de definição da situação que torna a aplicação da teoria social suscetível a erros. Como vimos envolvido na leitura da situação, os próprios indivíduos carregam consigo atitudes preexistentes e só podemos lidar com elas na medida em que elas nos apontem para disposições favoráveis. Devemos, dessa maneira, a fim de ampliar a eficácia de uma técnica, apelar para atitudes que apresentam respostas estáveis, o que nos leva à necessidade de uma classificação dos padrões gerais de desejo que os indivíduos procuram satisfazer na vida social. Só com o auxílio desse instrumental é que Thomas e Znaniecki acreditam poder suportar a validade da técnica social perante as instabilidades subjetivas da tendência atitudinal e da definição da situação. São quatro as espécies de desejo que compõem a classificação tipológica dos autores: (i) o desejo de nova experiência, (ii) o desejo de reconhecimento, (iii) o desejo de domínio, e (iv) o desejo de segurança. Todos eles podem em algum grau ser suscitados na situação pertinente a fim de que, na aplicação da técnica social, o controle dos fenômenos sociais possa recuperar em alguma medida aquela organização que conferia às atitudes e aos valores um caráter de esquema, mas que foi enfraquecida com processos de desorganização impostos aos grupos sociais e aos indivíduos no seio da sociedade moderna. Recuperar tais esquemas não no sentido do resgate de suas formas pretéritas, pois estas já se encontram de muito ultrapassadas, senão que no sentido meramente de reconhecer a competência estruturante que ofereciam para a vida social e, com base nisso, oferecer novos meios organizados de controle sob a constituição cientificamente racionalizada de novos esquemas que venham a se adaptar às condições modernas de relacionamento social.

E mesmo se constataremos que as atitudes não são tão tratáveis como temos suposto, que não é possível provocar todas as atitudes desejáveis, ainda estaremos na mesma situação que, digamos, a física e a mecânica: teremos o problema de assegurar o mais alto grau de controle possível em vista da natureza dos nossos materiais (2006 [1918]: 43; grifo nosso).

Sendo assim, é por via do conceito de “definição da situação” que os autores acreditam haver conseguido circunscrever as condições instáveis da subjetividade no contexto situacional, elaborando como modo de lidar com elas a tipologia dos desejos e, também, posteriormente, sua tipologia da personalidade, que só irá aparecer na introdução do volume terceiro de *The Polish Peasant*. É dominando racionalmente as modalidades de expressão da subjetividade que Thomas e Znaniecki parecem assentar o caminho para a aplicabilidade de sua teoria social indutiva e causalmente orientada, habilitando-se, então, à apreensão dinâmica das relações sociais mediante a tríade conceitual organização-desorganização-reorganização, que se tornou característica da análise dos autores. No entanto, como veremos com Blumer, é precisamente essa abertura concedida à efetividade do controle social que fará com que sua fórmula metodológica e a consequente pretensão de leis deterministas venham a se tornar incompatíveis com a necessidade de compreender o contexto em que o indivíduo vem a tomar suas decisões de conduta, impedindo que da análise da mudança, tanto social como individual, em termos daquela tríade conceitual de organização, desorganização e reorganização, se pudessem obter efetivas leis de devir social, com o isolamento preciso e determinado dos fatores objetivos e subjetivos de um modo tal que se pudesse superar o caractere de indeterminação do encadeamento particular que leva à decisão de conduta por parte do indivíduo.

O “Appraisal” de Blumer

Seguindo a declaração dos autores Thomas e Znaniecki contida no prefácio ao primeiro volume da primeira edição de *The Polish Peasant*, em 1918, Blumer indica que sua apreciação deve servir ao esclarecimento e à exemplificação “de um ponto de vista e de um método” tal qual aquele que se estabelece na obra pela pretensão de constituir um esquema para o estudo legitimamente científico da vida social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de uma teorização científico-social de cunho geral. É essa a pretensão que guia a elaboração da “Methodological note” que temos apresentado e é a partir dela que os autores procurarão refletir sobre um conhecimento que possa proporcionar a capacidade de controlar o mundo social, como se logrou

fazer com o mundo natural por via do conhecimento obtido nas ciências da natureza. Um controle que seja possível de aplicação tanto quanto nas ciências naturais, mas que não olvide das características peculiares dos fenômenos sociais, atentando-se para os processos de mudança, que lhe são constitutivos e peculiares. Assim, o caráter central da questão da mudança social dentro do ponto de vista e do método que vieram a orientar a investigação empírica de Thomas e Znaniecki é bem identificado por Blumer: os processos de mudança social devem ser apreendidos na causalidade das leis do devir social, o que deve englobar as ocorrências sociais na generalidade em que se inserem e na especificidade em que se concretizam. Por isso, o princípio metodológico fundamental une dois tipos de fenômenos, um objetivo ou social e outro subjetivo ou individual, que os autores atribuem respectivamente aos conceitos de “valor” e “atitude”, fazendo-os interagir explicativamente para o deslindamento de relações típicas de mudança social. A falha em conjugar ambos os tipos de componentes causais, de acordo com Thomas e Znaniecki, é justamente o motivo pelo qual a teoria social tem sido sufocada por um imediatismo prático e resignada a uma perspectiva melhorista e assistencialista, sem que os estudos possam desenvolver-se em um plano eminentemente científico. À medida que desvincilhada ora do elemento valorativo que ultrapassa o agente em suas ações, ora do elemento atitudinal que situa a individualidade do curso de ação, as explicações sociais deixam de penetrar efetivamente nos fenômenos sociais, impondo à teoria um caráter simplificador e estático que compromete a aplicabilidade do conhecimento na forma de controle.

No entanto, como Blumer aponta acertadamente, a relação entre os fatores objetivos e subjetivos pode receber duas ênfases distintas segundo a oscilação dos argumentos na própria “Methodological note”, refletindo-se no destacamento de duas variantes para o modo daquela relação. A primeira seria mais ampla e trivial, consistindo em um entendimento da relação explicativa como simplesmente um reconhecimento genérico da influência de um tipo de fator sobre outro e depreendendo disso uma natureza interativa entre valores e atitudes. A segunda variante, por sua vez, embora não contraditória em relação à primeira, haveria de conceder a ela uma formulação sistemática situando-a segundo uma visão mais

estrita da interação, entendida então como um processo precisamente determinável implicando relações invariáveis passíveis de expressão mediante enunciados-lei. Entretanto, se esse último sentido é o que consta como o objetivo vislumbrado para as ciências sociais por Thomas e Znaniecki na formalização do “princípio metodológico”, é somente o primeiro dos sentidos que pode ser efetivamente encontrado como resultado de todo o esforço teórico de investigação que os autores realizam. Blumer sublinha que a ausência efetiva de enunciados-lei, dessa maneira, torna a teorização da obra alheia ao próprio esboço de testabilidade que seus autores propõem, pois imune à refutação por busca de instâncias negativas. Eis as suas palavras:

É importante nesta análise do trabalho de Thomas e Znaniecki notar que eles não oferecem quaisquer “leis do devir social” que resistam ao teste de seus próprios requisitos especificados, tal como aquele de proceder a uma busca consciente por instâncias negativas. De fato, deve-se apontar que há, mesmo, uma marcada carência de leis propostas, apesar do fato de que, como veremos, eles trabalhem com uma abundância de material e procedam a generalizações muito livremente. Apenas em raras ocasiões efetivamente sugerem possíveis leis; algumas dessas são francamente especulativas e são oferecidas meramente para o propósito de ilustração, enquanto outras são apresentadas muito tentativamente (1979 [1939]: 18-9).

Certamente, contribui em grande medida para a ausência efetiva de proposições legiformes a cautela para com generalizações aprioristas e demasiadamente audaciosas que acompanha o indutivismo metodológico dos autores, a qual os havia conduzido à necessidade de articulação entre estudos monográficos e comparativos, tornando as legiformidades resultados de um longo processo de cooperação entre teóricos sociais. Mas Blumer acredita que tal situação é mesmo indicativa de algo mais do que uma mera limitação circunstancial a ser superada com esforços comparativos posteriores. Para ele, a ausência de enunciados-lei é devida ao que chama de “dificuldades lógicas” do esquema metodológico de Thomas e Znaniecki, conquanto a expressão não seja empregada de forma tão rigorosa.

Mais propriamente, sua crítica repousa sobre o que seria a falta de efetividade analítica do “princípio metodológico”, evidenciando sua inaptidão para concatenar fatores empiricamente distinguíveis. Isso pois, do lado subjetivo, a atitude é identificada com “um processo de consciência individual que

determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social”, isto é, um estado psíquico que se volta para algo exterior e que extrapola as fronteiras de um simples processo psicológico, enquanto, pelo lado objetivo, o valor é definido como “qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível aos membros de algum grupo social e um significado em relação ao qual é ou pode ser um objeto de atividade” (THOMAS & ZNANIECKI, 2006 [1918]: 12-3). A dificuldade é entendida quando se percebe que, sendo um conteúdo que se destaca em uma função social por possuir um significado, o valor imbrica-se à atitude, pois aquele significado só pode vir a possuir uma função social se for capaz de ser manifestado em um comportamento concreto e, assim, participar da conformação de atitudes, tomando parte no processo subjetivo de engendramento da atividade. A posição ambivalente entre atitudes e valores frente ao significado de um fenômeno social fica evidente quando Thomas e Znaniecki vêm a afirmar que

o efeito de um fenômeno social depende, além do mais, do ponto de vista subjetivo assumido pelo indivíduo ou grupo em relação a esse fenômeno e somente poderá ser calculado se conhecermos não somente o conteúdo objetivo da causa suposta, mas também o *significado* que tem no dado momento para os *seres conscientes dados* (2006 [1918]: 23; grifos nossos).

Embora os autores cheguem a asseverar no início a possibilidade de um ponto de vista subjetivo de grupo, o que poderia contribuir para um significado não-consciente e, dessa forma, não pertencente a uma atitude, essa possibilidade se desvanece ao final da passagem quando a unidade psíquica da ação é situada na individualidade de “seres conscientes dados”, ao que todo ponto de vista subjetivo deve ser a atitude de um sujeito concreto. Isso posto, o significado se torna um atributo tanto de valores como de atitudes, trazendo um caráter de ambiguidade para uma distinção precisa entre os conceitos; “a identificação parcial de um termo com outro, e a facilidade de substituição ocasional de um pelo outro, indica uma perda da distinção nesses conceitos básicos” (BLUMER, 1979 [1939]: 25), e, se em algum momento isso fizera parecer integrar os conceitos em uma interação, esta não poderia jamais converter-se na identificação precisa de fatores causais como requer o princípio metodológico dos autores. A sobreposição de seus significados intensionais em torno do conceito de “significado” de um fenômeno social “torna difícil considerá-los como entidades separadas, capazes de uma

relação temporal e causal uma com a outra; ao invés, isso sugere mais que são aspectos um do outro e que existem em uma relação singular de unidade” (1979 [1939]: 25-6). E reforçando ainda mais:

O caráter questionável do esquema é acrescido pelo problema de como um valor opera em uma atitude, ou uma atitude em um valor. Esse problema é ignorado ou não admitido pelo princípio metodológico em si, o princípio implica que uma atitude e um valor originam de forma *determinista* uma nova atitude ou valor. No entanto, na discussão que os autores têm dedicado ao que eles chamam de “*a definição da situação*”, eles lidam efetivamente com a questão de como valores atuam sobre as atitudes e admitem que, em vez de um resultado predeterminado, *múltiplas possibilidades* estão presentes (1979 [1939]: 26; grifos nossos).

O conceito de “definição da situação” é, para Blumer, primordial para a rejeição do princípio metodológico da “Methodological note”, pois é ele que confere à apreensão cognitiva da relação entre atitudes e valores um caráter complexo e situacional, submetendo-a à manifestação do escrutínio último de um agente e convertendo-a em um produto da concretude. Todavia, devemos objetar que, se a ideia de uma “definição da situação” traz consigo pressupostos que promovem efetivamente uma ruptura com o determinismo explicativo pretendido naquele princípio metodológico, não se segue disso que tenhamos mais um elemento argumentativo para se somar às críticas anteriores e, *in toto*, reprovar metateoricamente o modelo de explicação proposto por Thomas e Znaniecki, como quer acreditar Blumer. A rigor, nem mesmo as críticas prévias permitem que venhamos a rechaçar o modelo de explicação causal por fatores sociais e individuais, pois o que temos em suas considerações é uma indistinção argumentativa entre os itens relativos a um discurso teórico e os itens propriamente relativos a um discurso metateórico. Ainda que tal confusão possa ser imputada aos moldes da condução da discussão metodológica que constitui a “Methodological note”, a assimilação acrítica de tal indistinção entre níveis de discurso por Blumer permite-nos evidenciar em sua apreciação percalços semelhantes àqueles que se interpuseram a seu trabalho de doutoramento, levando a que suas reflexões metodológicas careçam da profundidade filosófica necessária à análise dos pressupostos da investigação social¹⁶.

¹⁶ Parte importante do equívoco em relação aos níveis de discurso deve-se à tradução teórica que Thomas e Znaniecki propõem subsequentemente à formalização do princípio metodológico,

Com efeito, convém assinalar que se o princípio metodológico articulando fatores subjetivos (ou individuais) e objetivos (ou sociais) em uma espécie de causalismo explicativo de dupla entrada ocorre no nível dos fundamentos da atividade científico-social, a distinção dos termos “atitude” e “valor” deve-se a uma conceituação de ordem eminentemente teórica, à medida que designados como as unidades típicas empiricamente apreensíveis dos aspectos subjetivo e objetivo da cultura. Daí a especificação do princípio metodológico em torno da redutibilidade dos fenômenos sociais a fenômenos atitudinais e valorativos, sendo representativo dos problemas substantivos da teorização, dentre os quais se estabelece a consideração dos valores – na forma de regras sociais – como a unidade constitutiva das instituições sociais e a abordagem das atitudes como distinguíveis da atividade, embora a ela ligadas, bem como o caráter de horizontalidade que acompanha ambos os conceitos em relação a outros conceitos teóricos como os quatro desejos, na tipologia de motivação dos autores, a relação entre temperamento, caráter e organização da vida, na tipologia da personalidade, ou a tríade organização-desorganização-reorganização, no esquema cíclico de explicação da mudança social, visando sempre, tal como estes, a estabelecer uma correspondência empírica.

A condição teórica dos conceitos de atitude e valor pode ser mais bem entendida quando percebemos que a crítica ao modo como foram definidos, na ambiguidade sobrepositiva que os define entre si, não compromete os fundamentos filosóficos que orientam o princípio metodológico em sua dimensão metateórica. Dizermos que valores e atitudes, tal qual definidos por Thomas e Znaniecki, conduzem à identificação de mesmos fenômenos no nível da experiência não implica a ilegitimidade da distinção metanalítica entre aspectos objetivos, ou sociais, e subjetivos, ou individuais, dentro do problema da natureza da explicação científico-social, pois não se segue de reflexões metateóricas que a dificuldade em se oferecerem definições explícitas para cada um dos aspectos e para cada uma de suas contrapartidas empíricas na configuração de esquemas

considerando equivocadamente essa tradução como a colocação do princípio “em termos mais exatos”. Ao mesmo tempo, a relação horizontal que se estabelece entre os conceitos teóricos de “atitude”, “valor” e “definição da situação” faz com que aparentemente os embaraços que se impõem em um plano teórico possam ser plenamente estendidos ao plano metateórico, quando, de fato, só o podem parcialmente.

conceituais deva tornar insensato o pressuposto de que em uma explicação de fenômenos sociais devem estar presentes tanto considerações de ordem subjetiva a respeito do agente, quanto considerações de fatores objetivos que lhe ultrapassam e lhe atravessam. Uma tal explicitação só pode ser razoavelmente alcançada mediante a aplicação dos fundamentos filosóficos, organizados em esquemas-base metateóricos, para a constituição de sistemas teóricos e, deles, para a instauração de processos de investigação social. Só assim os pressupostos ontológicos, epistemológicos e lógicos metodologicamente formatados adquirem o preenchimento necessário para a abordagem da realidade fatural. E se Blumer vislumbra uma imprecisão nos conceitos de atitude e valor, isso se deve ao conteúdo propriamente teórico – definicional e empiricamente aplicado – que preenche a formalidade metateórica daquele “princípio metodológico”, delimitando o modo específico de concatenação dos fatores subjetivos e objetivos na inteligibilidade da experiência social tal como a concebem Thomas e Znaniecki.

Se “essa confusão é devida primariamente ao fato de que suas conotações ou definições não os demarcam senão que tendem a identificá-los” (1979 [1939]: 25), tal condição entre os conceitos de atitude e valor, uma vez explicitada, faz evocar apenas a incongruência que se estabelece entre os pressupostos racionais declarados e a montagem teórica que se esperava efluir daqueles pressupostos, levando-se, então, à necessidade de indicação das razões para tal incongruência. Estas, no caso de *The Polish Peasant*, encontrar-se-iam, de fato, na impossibilidade de articulação empírico-analítica dos conceitos para que fornecessem o isolamento fatural necessário à obtenção de explicações efetivas, as quais deveriam se dar na forma de leis causais. Logo, haver malogrado no estabelecimento de leis não remete obrigatoriamente a uma falha intrínseca dos pressupostos racionais da teoria, como um colapso metateórico do modelo causal ou da legiformidade explicativa; trata-se, antes, de uma falha na concatenação da teoria para indicar os fatos relevantes à atribuição de uma relação causal ou à constituição de uma lei. É somente isso que se pode depreender justificadamente da ambivalência entre “atitude” e “valor” pela reportação mútua ao significado de um fenômeno social.

E se Blumer crê haver encontrado a fissura do modelo de explicação de Thomas e Znaniecki no caráter “vago, ambíguo e confuso” das atitudes e valores, sua postura perante o impacto dos pressupostos contidos no conceito de “definição da situação” sobre a estrutura metateórica do princípio metodológico só poderia ser a de superestimação de seus corolários, como se não apenas pudesse ser agregada às críticas anteriores para a demonstração de inconsistência daquele princípio, mas também, e sobretudo, viesse a demonstrar a inconsistência de toda e qualquer metodologia causalista aplicada sobre o campo das investigações sociais. Diz ele:

Esses pontos que têm sido elaborados com referência à fórmula metodológica lançam-na ao evidente questionamento como um esquema viável para a pesquisa social. De fato, como já mencionamos, ela é praticamente ignorada no estudo efetivo da sociedade camponesa polonesa. *Isto, em si mesmo, sugere alguma realização de sua inadequação.*

(...) Em uma base lógica, a fórmula metodológica como um dispositivo para assegurar leis do devir social é falaciosa; o fato de que ele não é seriamente empregado pelos autores é uma evidência adicional disso (1979 [1939]: 27-8; grifo nosso).

A despeito da imprecisão no uso do termo “falácia”, tal como ocorre também por Thomas e Znaniecki na “Methodological note”, Blumer, de forma similar à que fizera no terceiro capítulo de seu doutoramento, atrela de modo íntimo as noções de causalidade, legiformidade e determinismo, ignorando-se tanto a problemática de explicações causais configuradas em caráter particular, sem a necessidade de explicitação plena das leis operantes, quanto a problemática de relações causais probabilistas. Nessa medida, Blumer encara a contradição entre o conceito de “definição da situação” e o formato determinista das explicações sociais como indicativo da divergência inconciliável entre um modelo de explicação compreensivo-interpretativo e um modelo de explicação causalista, enquanto a decisão por este refletiria ainda a perda de adequabilidade empírica do fator subjetivo da explicação social, engessando-o em uma fórmula compulsiva imprópria à apreensão da fluidez e da variabilidade da experiência humana.

A crítica aos conceitos de atitude e valor e a forte objeção de inconsistência ao princípio metodológico que estrutura a “Methodological note” são centrais na continuidade da apreciação de Blumer, norteando-o na avaliação

daquele que fora considerado o grande diferencial, sociologicamente pioneiro, de *The Polish Peasant*, o uso de documentos humanos. Ao discorrer acerca da inovação técnica proporcionada pela obra, Blumer procura dilucidar o modo pelo qual os fatos que tais documentos reportam permitem servir de suporte para os comentários explicativos promovidos pelos autores nas introduções de capítulos e de seções e também em notas de pé de página. Como afirma,

o propósito de nossa análise não é julgar a correção da caracterização da sociedade camponesa polonesa oferecida pelos autores. (...) Nosso interesse é considerar o uso feito das cartas [e outros documentos humanos] e julgá-las como um dispositivo metodológico à luz do que os autores reivindicam para elas (1979 [1939]: 32).

Sua tarefa é a de ponderar a coerência tanto da aplicação de técnicas como da análise dos materiais disponibilizados por essas técnicas na construção das generalizações que os autores enunciam e, assim, relativamente ao cumprimento dos parâmetros do método indutivo preconizado para tanto por Thomas e Znaniecki. Mas, como se verá, a apreciação por Blumer do resultado do uso de documentos humanos traz consigo mais de sua concepção metateórica das ciências sociais do que está pronto a admitir.

As séries de cartas pessoais, a história de vida, os relatos de jornais poloneses, os registros de paróquias católicas polonesas e os registros de agências sociais e de tribunais nos Estados Unidos trazidos em *The Polish Peasant* são todos contestados por Blumer no suporte indutivo que se esperaria que prestassem às explicações que os autores lhes dedicam. Dessa maneira, salienta ele, embora as interpretações dos documentos não venham a constituir uma notória violação de uma abordagem indutiva, delas não se pode esperar que sejam efetivamente testadas em sua validade pelos materiais acerca dos quais se dizem derivar. As interpretações parecem mais “ter sido baseadas em um conhecimento íntimo da vida do camponês polonês, derivadas de uma ampla variedade de fontes, e de um rico fundo de questões, palpites, direções e ideias que sensibilizaram os autores para tipos especiais de dados e relações” (1979 [1939]: 33), fontes estas que constituiriam premissas ocultas à implicação das conclusões enunciadas.

A insuficiência dos dados provenientes de técnicas qualitativas ao suporte das generalizações acerca de fenômenos sociais traz à tona “o problema do valor

dos materiais documentais que não cumprem a aplicação rígida dos cânones científicos” (1979 [1939]: 36). Para tanto, a representatividade de tais dados, a sua adequação fatural e a sua confiabilidade, são atributos questionados por Blumer dentro do nível técnico da pesquisa, a repercutir decisivamente sobre o nível teórico, a respeito da validade de interpretação daqueles dados. No caso das cartas, por exemplo, diz ele acertadamente, não nos é permitido saber em que medida seus relatos permitem retratar a situação social geral das famílias camponesas polonesas na época e mesmo mais diretamente a situação das famílias a cujos membros as cartas se referem. Os autores nada dizem do modo como vieram a coletá-las e selecioná-las nem sobre como podem servir de amostra para os contextos gerais familiares ou mesmo nacional. Isso, consequentemente, como bem indica Blumer, leva a que não saibamos também o grau de adequação dos relatos à condição contextual e histórica concretamente efetiva dos indivíduos e grupos mencionados, proporcionando-nos também dúvidas no que tange à fidedignidade das situações narradas como produtos da honestidade de seu autor. E, enfim, o que temos são muitas lacunas documentais para que possamos alimentar um sistema teórico e oferecermos interpretações gerais válidas.

Mesmo diante de uma numerosa quantidade de cartas consideradas – são dispostas 763 missivas¹⁷ ao longo dos primeiros dois volumes da edição original de 1918-20, agrupadas, então, em torno de 50 séries estipuladas segundo o grupo familiar de que provêm e mais um conjunto de dez cartas avulsas transcritas apenas parcialmente com o intuito de expor pontualmente a “dissolução da solidariedade familiar” –, as interpretações de seu conteúdo para a elucubração da condição geral do camponês polonês perante a organização do grupo primário no ambiente europeu parecem ainda afastadas, para Blumer, da estrita derivação indutiva, conquanto a análise conjunta dos manuscritos tenda a oferecer retratos razoavelmente consistentes às asserções de abrangência geral. “Assim, enquanto se pode rejeitar cada carta [isoladamente] na base dos critérios de teste e, assim, rejeitá-las todas, sua consideração coletiva compeliaria ao reconhecimento nelas de uma representatividade, de uma certa adequação, e de uma confiabilidade que não

¹⁷ Blumer indica a transcrição de 764 cartas, no entanto, de acordo com a numeração das cartas da edição de 1918, a contagem correta é de 763 documentos.

podem ser ignoradas” (1979 [1939]: 37). Ainda a respeito, Blumer seria mais assertivo algumas linhas adiante:

Com relação à questão mais apontada, no tocante a quão satisfatórias são as cartas para o *teste* dos enunciados teóricos dos autores, é preciso dar uma resposta hesitante. Frequentemente, elas são muito satisfatórias, pois às vezes o conteúdo das cartas suporta claramente a interpretação e em outras mostra a interpretação como algo bastante forçado. Habitualmente, no entanto, não se pode decidir de modo *definitivo*; a interpretação parece ser meramente *plausível*. (...) Isso explica um pouco da inadequação das cartas como *testes indutivos*. (...)

Em geral, no que diz respeito ao uso de cartas como documentos humanos por parte dos autores, pode-se dizer que as cartas consideradas por si mesmas não são muito significativas; é também claro que as análises teóricas, se deixadas ao suporte por si mesmas, seriam formais, abstratas e bastante dogmáticas. A fusão de ambos faz produzir uma compreensão consistente e apreciativa que não pode ser estabelecida nem como uma mera ilustração da teoria, nem como uma fundamentação indutiva dessa teoria. Nela parece estar envolvida uma nova relação, *talvez mais da natureza de uma relação psicológica do que de uma relação lógica*, que até o momento não foi estabelecida ou tornada clara (1979 [1939]: 38-9; grifos nossos).

A plausibilidade das interpretações, situadas a meio caminho do apoio terminantemente confirmativo por parte dos documentos e da imaginação simplesmente quimérica defendida em tom dogmático pelo intérprete, seria assegurada em sua validade mais por uma relação de ordem psicológica do que lógica. Destarte, se o princípio metodológico fora rechaçado em sua leitura estrita da interação entre atitudes e valores, levando-se à desconfiança acerca da obtenção de relações precisas e invariáveis entre eles, o caráter tão somente verossímil das explicações interpretativas parece sancionar uma informalidade teórica, a ponto de exigir a ponderação de critérios psicológicos, e não exclusivamente lógicos, na constituição das regras do teste científico. Isso parece mostrar-se com bastante evidência na tensão que se monta entre o “caráter fragmentário, incompleto e descontínuo” (1979 [1939]: 35) das cartas e a visão da totalidade da vida social que é requerida para a interpretação dos fenômenos sociais dentro do contexto maior que os abarca.

Mas não são somente as cartas que desatendem aos quesitos do conhecimento compreensivo-interpretativo. Também a história de vida não se furta a percalços técnicos semelhantes acerca da representatividade, da adequação e da confiabilidade do material obtido, pois, conquanto apresente um caráter de

contiguidade narrativa que em boa medida supera a fragmentação de outros documentos – o que lhe teria valido a confiante afirmação de Thomas e Znaniecki de constituir-se no “tipo perfeito de material sociológico” (1918-20, v. III: 6) –, o relato de vida não consegue demonstrar por si mesmo que o agente biografado seja representativo do grupo, da sociedade ou da cultura a que é recorrido a retratar. Assim, não se pode dizer que a narrativa de sua vida seja plenamente adequada às generalizações que dela se seguem, bem como se pode desconfiar da precisão na necessária reconstituição das memórias do indivíduo para o registro recapitular das experiências passadas. O registro de vida do camponês Wladek Wiszniewski, que ocupa o terceiro volume de *The Polish Peasant*, está muito longe de permitir se asseverar como no livro que “ele é um representante típico da massa culturalmente passiva que, sob as condições presentes e ao presente estágio da evolução social, constitui em toda sociedade civilizada a enorme maioria da população” (1918-20, v. III: 81). O descompasso entre teoria e experiência, entre interpretação e descrição, parece provir de uma relação insuperável e faz com que Blumer declare corretamente que “o tratamento teórico que eles [Thomas e Znaniecki] oferecem para o registro de vida concede plausibilidade à sua visão, mas isso se dá tão somente no caso em que se aceite o esquema teórico com o qual eles abordam o registro de vida” (1979 [1939]: 44), pois

em suas numerosas notas, os autores se referem às experiências de Wladek como indicativas de tais e tais atitudes ou tais e tais valores. Visto que não possuímos qualquer *regra metodológica* que nos habilite a determinar uma dada atitude, somos forçados a utilizar nosso juízo sobre se dada experiência é uma instância da atitude ou do valor que os autores reivindicam que seja. Confiando-se meramente no juízo, deve-se dizer que, frequentemente, a experiência parece mesmo representar a atitude que os autores propõem; em outras instâncias, que a designação é provável; em outras, que ela é incerta; e ainda em outras, que é forçada. *É verdade que o contexto mais completo fornecido pelo registro de vida amplia a segurança daquele juízo em comparação com a interpretação das cartas; por outro lado, o questionamento concernente à designação das atitudes nas cartas aplica-se a esta tarefa no caso da autobiografia* (1979 [1939]: 43-4; grifos nossos).

O relativo descolamento entre a inferência teórica e os dados empíricos pareceria, então, reforçar a divergência do método compreensivo com uma metodologia indutiva, tornando as interpretações produtos racionais de um ajustamento apenas parcial com a experiência. Logo, a esperança de se obterem

leis do devir social puramente a partir de conteúdos empíricos, mesmo sob o uso de uma técnica estritamente dedicada à captura de temporalidades contínuas e prolongadas como é a história de vida, tornar-se-ia uma crença metodológica injustificada, visto nos colocarmos interpretativamente sempre diante de uma extrapolação dos fatos. O material empiricamente disponível não poderia jamais admitir por si mesmo o isolamento de atitudes e valores, e isso permitiria aclarar justamente o motivo por que tais conceitos se encontram definicionalmente justapostos, truncando um conhecimento legiforme da interação entre os aspectos objetivo e subjetivo na consecução causal de fenômenos sociais.

Os empecilhos à determinação dos fenômenos, para Blumer, mostram-se mesmo inerentes à natureza do objeto social e infiltram-se em toda tentativa de apreender e conceber a sociedade e a ação humana. Consequentemente, torna-se impossível realizar o acompanhamento empiricamente contínuo da “carreira de uma atitude e seguir sua evolução através de uma série de experiências” (1979 [1939]: 40), uma vez que a teorização não pode “vislumbrar a emergência de uma atitude como resultado de uma linha de desenvolvimento” das ações do indivíduo durante sua trajetória sem recorrer a conhecimentos alheios, e mais abrangentes, ao detalhamento descritivo dessa mesma trajetória, falhando na apreensão e na concepção precisas do processo de evolução pessoal e na constituição de estudos amplos acerca da personalidade social. O conjunto de dados obtidos não autorizaria o investigador a assegurar a validade estrita da caracterização tipificada, já que não se poderia “reconstruir o processo inteiro de cada evolução pessoal a partir de fatos individuais” (THOMAS & ZNANIECKI, 1918-20, v. III: 10), como se requer para a teorização tipológica da personalidade ambicionada pelos autores. Como diz Blumer:

Em seu estudo da extensa autobiografia de Wladek, os autores *não foram capazes de produzir ou estabelecer qualquer lei do devir social*. Eles têm sugerido poucas instâncias em que a atitude designada é um produto de um valor designado influenciando uma atitude pré-existente, mas essas sugestões são *hipotéticas* e não estabelecidas pelo material em consideração; e são mesmo tão diminutas essas *instâncias hesitantes*, que podemos dizer que eles não foram capazes de suportar essa reivindicação [de leis do devir social] no caso do registro de vida de Wladek. Sua experiência tem sido similar com referência à determinação de “linhas de gênese [de atitudes]”. Apesar da extensividade do documento, com sua minúcia de detalhes acerca da experiência, e embora os autores digam muito no sentido de que linhas

de gênese estão presentes na carreira de Wladek, eles não isolam e nem estabelecem tal sequência de desenvolvimento da atitude. *A verificação desta reivindicação, então, não tem sido realizada em seu tratamento da autobiografia de Wladek* (1979 [1939]: 43; grifos nossos).

Não diferentemente, os demais documentos mobilizados por Thomas e Znaniecki nos dois últimos volumes, destinados ao tratamento da desorganização e reorganização dos camponeses poloneses nos ambientes europeu e americano, a saber, os relatos jornalísticos, os registros paroquiais, os relatórios de agências sociais e os documentos de tribunais, estão sujeitos à mesma crítica. Talvez mesmo em uma intensidade ainda maior do que para as correspondências e para a história de vida, já que, segundo viriam a admitir os próprios autores, seriam materiais mais formais e reflexivos, e menos íntimos, pessoais e ingênuos, do mesmo modo que mais fragmentários, exigindo-lhes maior trabalho de seleção e sistematização¹⁸. Em passagem bastante interessante, Blumer, evocando a pergunta acerca de o que propriamente aqueles documentos viriam a significar, declara:

Para a resposta da questão, eles [Thomas e Znaniecki] trazem, por assim dizer, uma rica "massa de apercepção", baseada em uma *familiaridade* extensa e íntima com a vida camponesa polonesa e também uma apreciação e uma compreensão da "natureza humana" que é organizada sob a influência de uma série de esquemas teóricos. Sua interpretação é fundamentada *parcialmente* no documento, *parcialmente* em seu amplo pano de fundo teórico (1979 [1939]: 50; grifos nossos).

¹⁸ Evan Thomas, a respeito dos volumes quarto e quinto da primeira edição, publicados em 1920, afirma convergentemente a Blumer que o modo de construção do texto dos volumes diverge daquele dos anteriores e que isso poderia ser atribuído ao modo pelo qual seus autores encaravam a natureza dos documentos de que dispunham, contrastivamente à dos documentos utilizados anteriormente: "Nos últimos volumes sobre desorganização e reorganização na Polônia e na América, os materiais documentais seguiam-se às partes interpretativas de cada capítulo. O relacionamento dos documentos com a teoria era algo como *mais solto* do que no primeiro volume, no qual cada conjunto de correspondência de família era cuidadosamente selecionado por sua descrição de certos tipos de relações familiares. Os autores notaram que os documentos nos últimos volumes tinham um 'caráter muito menos direto e pessoal' do que as cartas; além disso, visto que cada documento representava um produto de alguma reflexão consciente acerca do fenômeno social, nenhum era tão ingênuo e irrefletido como as cartas familiares nos primeiros volumes" (THOMAS, 1986: 349; grifo nosso). Não obstante, Thomas e Znaniecki haveriam de assinalar na recapitulação dos procedimentos na "Methodological note" que a explicação da desorganização dentre os camponeses poloneses seria derivada indutivamente das fontes documentais, assim como houvera sido nas explicações do modo de vida na Europa e do desenvolvimento da personalidade (*cf.* 1918: 76).

Para Blumer, a teoria social contida no *Polish Peasant* não é senão uma postulação que não pode ser de modo algum verificada pelos dados que apresenta; é um produto “primariamente hipotético” de reflexões que trazem consigo alguma semelhança com os fatos, mas que não pode ser por eles suportada. Sua fundamentação repousa no grau de uma crença psicológica, uma “massa de apercepção”¹⁹, e, por isso, podemos dizer que recorre à simpatia do leitor. Com efeito, para ele, a crença na obtenção de leis do devir social não passa de uma quimera metodológica, motivada pela acertada aspiração por uma teoria social apta ao controle social, mas equivocada pela negligência à natureza multifacetada dos objetos sociais. A ausência de um conhecimento legiforme ao longo das páginas da obra provaria a inefetividade de seu modelo. Curiosamente, a noção pragmatista de que os indivíduos agem em relação aos objetos segundo o que esses objetos significam para eles não basta para ele para avalizar a ideia de que fenômenos sociais sejam explicáveis por indicação da conjunção causal de um fator objetivo e de um fator subjetivo, já que para Blumer, não podemos definir precisamente os conceitos de “valor” e “atitude”. E se não podemos defini-los, a situação se deve àquela natureza multifacetada que torna a apreensão da experiência social sempre parcial e específica.

No entanto, mesmo sendo verdadeira a asserção de que em recorrentes ocasiões a interpretação levada a cabo por Thomas e Znaniecki soa forçada ou, quando muito, apenas plausível ou vagamente plausível com relação aos materiais em que se dizem basear, a argumentação de Blumer na apreciação que tece, igualmente ao que ele assevera para os conceitos mobilizados em *The Polish Peasant*, possui uma pretensão geral bastante destacada. Quando critica os

¹⁹ O termo “massa de apercepção” não é um termo específico de *The Polish Peasant* e nem provém da colaboração intelectual de seus autores, senão que é um conceito que surge apenas em 1921 com a publicação de *Old World Traits Transplanted* [Traços do Velho Mundo Transplantados], escrito individualmente por William Thomas, mas que recebera à época os nomes de Robert Park e Herbert Miller na designação da autoria da obra devido a problemas profissionais e pessoais vividos por Thomas desde a sua controversa demissão pelo reitor da Universidade de Chicago ainda em 1918, o que lhe custaria grandes esforços para a finalização da publicação de *The Polish Peasant* nos anos seguintes e atingiria de modo bastante forte tanto sua reputação acadêmica como sua condição financeira.

O termo, que fora herdado por este dos estudos da psicologia individual, está diretamente vinculado ao modo pelo qual Thomas entendia o conceito de “definição da situação”, pois a massa de apercepção consistia em “todos os significados da experiência passada retidos na memória” (1921: 267) de um indivíduo e que podem ser mobilizados para a percepção de novas experiências.

excessos interpretativos, ele não o faz elencando erros na condução de procedimentos inferenciais, senão que evidenciando os limites inerentes aos próprios procedimentos quanto à adequação em uma metodologia compreensiva, sublinhando a partir daí a resignação metodológica das ciências sociais a uma condição ontológica da investigação. Essa resignação leva o investigador a recorrer a uma validação meramente psicológica das generalizações teóricas, já que a inteligibilidade de suas explicações não se resolve por via estritamente lógica. Como sistemas teóricos constituídos por meio de interpretações não poderiam derivar indutivamente dos dados interpretados, precisaríamos confiar na familiaridade que orienta o investigador. Ora, Blumer está implicitamente opondo sua metodologia compreensiva a uma matriz metodológica de cunho verificacionista.

Em seu pensamento, se não podemos verificar definitivamente uma interpretação, a única saída que nos resta é renunciar àquela verificabilidade, aceitando uma validade plausível orientada pela simpatia para com a compreensão empreendida pelo investigador. Contudo, o que ilumina sua reconstrução do verificacionismo é o indutivismo de descoberta e prova que já tivemos ocasião de ressaltar dentre as consequências metodológicas de seu doutorado. Dele parte a exigência inicial de que as peças documentais devam inferir e testar logicamente a interpretação, na plena determinação da teoria pelos dados. Em consequência, a teoria deve conter em sua apresentação todos os fatos que conduzem à sua construção, pois a testabilidade científica, na correspondência entre contexto da descoberta e contexto da justificação, é reduzida à coerência interna do sistema teórico, considerando-se este, implicitamente, como correlato da própria obra individuada. Mas se é a inviabilidade de tal ideal verificacionista de ciência que encaminha Blumer à flexibilização da aceitabilidade teórica nas ciências sociais, a inexequibilidade de um teste estritamente lógico, que houvera suscitado a separação entre uma relação lógica e uma relação psicológica na constituição dos critérios de testabilidade, não deixa dúvidas quanto à insuficiência do próprio livro para resolver suas próprias linhas de reflexão teórica. Os dados somente subdeterminam as teorias, pois, como visto em *The Polish Peasant*, “talvez nem mesmo as principais concepções teóricas foram derivadas deles. De fato, os

principais delineamentos estão prenunciados em escritos prévios de Thomas” (1979 [1939]: 74). A unidade teórica nas ciências sociais deixa de ser o livro ou, melhor, a obra particularmente intitulada, como produto indutivo de um dado processo de investigação, para se ajustar então a uma formulação de caráter hipotético, apoiada apenas parcialmente na experiência, já que “não estamos em posição de decidir categoricamente sobre sua verdade ou falsidade” (1979 [1939]: 73).

Em instâncias de interpretações plausíveis, tudo o que se pode dizer é que a interpretação torna os materiais mais *significativos* do que eram e faz com que a interpretação teórica seja mais *compreensível* e *familiar* do que era anteriormente. Talvez, isso seja tudo o que se possa esperar ou deva esperar na análise interpretativa do material documental humano. (...)

1. Em primeiro lugar, isso significaria, obviamente, que os materiais não são um *teste decisivo* das interpretações teóricas. No entanto, o fato de que tanto o material como a interpretação adquirem uma significância e uma compreensão que eles não possuíam antes parece querer dizer que não é um mero caso de ilustração da teoria.

2. Em segundo lugar, se seguiria que o teste da validade de tal teoria teria de se dar de outras maneiras, como na sua consistência interna, no caráter de seus pressupostos, em sua relação com outras teorias, em sua coerência com o que parece ser “humano”, ou em outros tipos de dados que não aqueles fornecidos por documentos humanos.

3. Terceiro, isso aparentemente implicaria que a função essencial dos documentos humanos seria a de fornecer materiais humanos que proporcionassem *palpites, intuições, questões adequadas à reflexão, novas perspectivas e novas compreensões para uma mente sensitiva e inquiridora* (1979 [1939]: 75-6).

Contudo, a hipótese interpretativa não parece estar tão fragilmente apoiada como acredita Blumer. De fato, a hipoteticidade nem mesmo parece constituir-se em atributo particular da interpretação e da cientificidade social e muito menos o teste por consistência interna se configura em uma legítima alternativa à testabilidade indutiva, senão que provém, como pudemos ver, da própria redução da tese da independência dos contextos implicada por seu indutivismo²⁰. Ademais,

²⁰ Devemos ter em mente que as ciências sociais dentro das ideias metodológicas de Blumer gozariam de uma menor consistência interna do que aquela que seria desejável no caso de uma verificabilidade completa, o que, notoriamente, faz com que o teste por consistência interna para essas ciências não seja uma alternativa de testabilidade propriamente dita, senão que o resultado do abrandamento dos critérios de justificação da teoria social. Não obstante, a designação equivocada de Blumer apresenta-nos em grande medida a dificuldade por ele demonstrada em relação a uma efetiva e profunda metanálise dos fundamentos dos processos de investigação científico-social.

se o indutivismo de descoberta e prova é evocado a fim de discutir as condições de exequibilidade de uma metodologia científica para os estudos da sociedade, a abordagem particularista da problemática metateórica presume uma exequibilidade científica que não é constatável em outros ramos da ciência empírica. Ainda que Blumer não faça nenhuma menção às ciências naturais e sua metodologia no decorrer de sua apreciação, fica bastante evidente, à luz da dilucidação de seus argumentos, que é justamente sobre elas que o autor está se debruçando para a estruturação dos requisitos que lhe servem de padrão à avaliação do caráter científico da interpretação. Se esta não se conforma a esses requisitos, é porque não atende aos “cânones da ciência”, mas, curiosamente, isso não leva Blumer a renunciar à cientificidade das disciplinas sociais.

Convém rememorar que, em diversos momentos, Blumer se serve de argumentos contra ocorrências contingentes da pesquisa almejando atingir ou reafirmar características que ele acredita inerentes a toda e qualquer investigação compreensivo-interpretativa, como acontece ao se valer da crítica à omissão de cartas da família de Wladek, que Thomas e Znaniecki utilizaram para garantir a confiabilidade do texto de sua autobiografia, a fim de respaldar seu questionamento geral da confiabilidade de técnicas qualitativas²¹, ou mesmo nas suspeições levantadas acerca da honestidade dos relatos obtidos diante de interesses tácitos. E não somente isso, senão que também em meio a tais discussões não hesita em mesclar os níveis de discurso científico, valendo-se da crítica a procedimentos técnicos com o intuito de estruturar argumentativamente sua objeção a procedimentos metateóricos, como quando frequentemente usa a representatividade, a adequação fatural e a confiabilidade como razões para se

²¹ Diz Blumer, “os autores declaram que a ‘sinceridade da autobiografia é inequívoca’ e que a comparação com cartas de sua família não revela nenhuma omissão voluntária. (As cartas não são dadas no trabalho) Eles explicam o que consideram serem as fontes de inexatidão em consideração e, estando cientes delas, estão preparados contra interpretações falaciosas. *Sobre esses vários pontos, os autores podem estar corretos; o leitor, porém, não tem nenhum modo de obter certeza.* De fato, a consideração por si mesma facilmente sugere um caráter diferente. (...) A consideração é preenchida com elementos surpresa e denuncia a *manipulação inteligente*. Há pouca dúvida de que, em Wladek, estamos lidando com uma mente altamente imaginativa, com um dom para contar histórias, que acolheu a chance de dar vazão à inclinação latente para escrever. Se essa impressão é verdadeira não é importante. Desejamos apenas salientar que se pode levantar *dúvidas genuínas* quanto à *confiabilidade* da consideração sem que sejamos capazes de ter essas dúvidas dissipadas pela consideração ou pelo que os autores dizem acerca dela” (1979 [1939]: 45; grifos nossos).

asseverar pela ausência de validade da interpretação segundo os cânones da indução, o que contribui para antagonizar testabilidade e compreensibilidade, levando o autor a crer que “essa situação toda sugere algo da natureza de um dilema” (1979 [1939]: 79)²². Porém, a despeito da contradição que se segue ao insistir sobre a necessidade de tornar científicas as investigações e interpretações sociais, sua flexibilização dos critérios do teste científico na base de uma relação psicológica não logra senão o esfacelamento da objetividade científico-social perante uma intersubjetividade bastante controversa, na qual imperam antes critérios não-rationais do que racionais à escolha de teorias, inclinando-se, então, perigosamente a um relativismo metodológico.

O apuro metateórico de Blumer consiste em haver arquitetado sua argumentação acerca da exequibilidade do método compreensivo-interpretativo sobre a base de um padrão indutivista inexecutável. A perfeita determinação da teoria pelos dados é, em qualquer ciência empírica, um objetivo impraticável, à medida que redundaria em fundacionismo epistêmico. Com efeito, a hipoteticidade não se constitui em um atributo particular do conhecimento social, senão que tão somente demonstra a condição própria da cognoscibilidade científica em geral, uma vez que a indução não é um procedimento inferencial logicamente válido e que, em toda e qualquer ciência, os enunciados gerais sempre haverão de sobrepassar o conteúdo empírico indutivamente disponível ao investigador, delineando alguma subdeterminação da teoria pela evidência. Blumer parece não ter se dado conta de que é justamente essa a condição teórica que confere legitimidade a uma expectabilidade preditiva e, conseqüentemente, para o controle social, como um tipo específico de preditibilidade aplicada. Condição que, de certo modo, estava presente na causalidade das leis do devir social, mas que é abandonada com a frouxidão metateórica de um modelo de explicação

²² Na continuação do trecho, Blumer torna ainda mais claro o caráter inconciliável que se monta em sua apreciação entre a testabilidade científica e o método compreensivo, dizendo: “Por um lado, o estudo da vida social parece requerer a compreensão do fator da experiência humana. Esse aspecto subjetivo deve ser garantido, como Thomas e Znaniecki mostram. Estudos que se limitam a ‘fatores objetivos’ continuam a ser insuficientes e unilaterais. No entanto, a identificação da experiência humana ou fator subjetivo, aparentemente, não é realizada no presente em formas que permitam *testar crucialmente* a interpretação. *A identificação e a interpretação continuam a ser uma questão de juízo. Sua aceitação depende da sua plausibilidade.* Na melhor das hipóteses, os materiais só permitem decifrar um *caso* para a interpretação teórica” (1979 [1939]: 79-80; grifos nossos, com exceção do último).

interpretativo cujos parâmetros de validade restringem-se ao subjetivismo do meramente plausível.

Este, aliás, remete Blumer novamente ao pensamento metodológico de Charles Cooley e o dispõe à mesma dificuldade imposta à fundamentação do método introspectivo-simpático quando da confecção do capítulo terceiro de sua tese. À medida que a aceitação do conhecimento compreensivo-interpretativo é subsumida à assimilação introspectivo-simpática da parte do indivíduo, configura-se a validação em uma espécie de confiança subjetiva na autoridade do intérprete, comprometendo a fundamentação da objetividade do conhecimento. Sob tais diretrizes metodológicas, a racionalidade deixa de ser um atributo da justificação de teorias, constringendo as ciências sociais a uma metodologia contraditória à ciência. Ao mesmo tempo, a própria compreensibilidade parece legitimar-se recursivamente sobre si mesma, visto que a compreensão realizada por um investigador social deve ser aceita pela compreensão dedicada por seus pares e pelos indivíduos comuns, sem qualquer salvaguarda à racionalidade dos critérios de justificação teórica da interpretação, acarretando uma petição de princípio.

Não surpreendentemente a noção de “significado” na compreensibilidade blumeriana fica dispersa entre o agente e o investigador, isto é, entre o objeto-sujeito cognoscível e sujeito cognoscente, nublando as fronteiras entre o intérprete de senso comum e o intérprete científico; e mais do que isso senão que também, e, sobretudo, promove a pretensa equivalência entre o sujeito cognoscente e o sujeito cognoscente concreto, tornando a interpretação do significado ambígua na medida em que não distingue adequadamente entre o significado como um atributo da conduta, ou como um atributo da explicação da conduta, e o significado como uma apreensão ou atribuição subjetiva. Logo, a posição particular do investigador infiltra-se na compreensão como se inerente à própria “natureza do ato de interpretação”, subordinando sua validade à autoridade subjetiva do intérprete e, consequentemente, à simpatia que ela é capaz de promover. Vejamos as palavras de Blumer:

Parece claro que o conteúdo significativo de tais documentos é dependente das ideias, dúvidas e conhecimentos com os quais a sua análise é realizada. Embora isto seja verdade, obviamente, no entendimento de qualquer corpo de materiais científicos, *parece ser mais pronunciado na interpretação dos registros da experiência*

humana. Tal registro é menos autoevidente quanto a seu significado. A implicação é que, em geral, o valor da análise dependerá da experiência, inteligência, habilidade e questões frutíferas do estudioso. Como esses fatores variam, assim variará a interpretação (...) [,] o conteúdo interpretativo de um documento humano depende marcadamente da competência e do enquadramento teórico com o qual o documento é estudado. Uma pessoa, em virtude de sua experiência e de seus interesses, pode detectar coisas em um documento que outra pessoa não veria.

Essa flexibilidade de um documento para a interpretação seria de pouca importância se o documento pudesse ser utilizado como um teste efetivo da interpretação específica que é feita dele, mas é nesse ponto que ocorre a dificuldade. No caso de fatos simples, o documento pode de fato provar ou refutar uma asserção realizada acerca dele, mas quanto mais se aproxima da interpretação abstrata, menos satisfatório é o documento como um teste. Documentos humanos parecem se prestar prontamente a diversas interpretações. Pode-se ver isso na facilidade com que podem ser analisados por diferentes teorias da motivação. As teorias parecem ordenar os dados.

(...)

Isso sugere que a deficiência dos documentos humanos como um teste da interpretação é devida em grande parte à natureza do ato de interpretação. Interpretar é aplicar conceitos ou categorias, e parece que tal interpretação no caso de um documento humano, como no de qualquer experiência humana, é em boa medida uma matéria de juízo de que as categorias que são congeniais e autoevidentes para alguém prontamente se ajustem à experiência. Talvez isso não necessite ser sempre verdadeiro, mas isso parece, porém, representar o estado presente da interpretação da experiência humana, especialmente, nos níveis mais abstratos (1979 [1939]: 76-8; grifos nossos).

O que fica bastante nítido na passagem é que o autor reforça a guinada eminentemente teórica que assumira em “Science without concepts”, quando havia acolhido o problema da definição dos conceitos como o grande desafio a ser superado na metodologia das ciências sociais, abandonando aquela que fora a ênfase de sua tese de doutorado sobre a necessidade de aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias qualitativas de operacionalização da pesquisa empírica. Não obstante, essa guinada claramente não o faz superar sua dificuldade em relação aos níveis de discurso em que se desenrola a atividade científica, pois suas discussões a respeito de fundamentos são sempre travadas em meio a críticas de ordem primordialmente teóricas ou mesmo técnicas, como se constatou em seu exame do princípio metodológico e dos conceitos de “atitude”, “valor” e “definição da situação” ou ainda na correlação da representatividade, da adequação e da confiabilidade dos dados empiricamente obtidos com a validade

dos enunciados teóricos, tornando sua argumentação metateórica bastante obscurecida, incompleta e por vezes paradoxal.

Assim, ante a tensão por um conhecimento objetivo, interpretar passa a ser o mesmo que conceber, ao que o significado não seria mais entendido enquanto apenas uma atribuição subjetiva a fenômenos sociais, mas uma característica epistemológica da própria fenomenalidade, o que o faz retornar novamente à sua tese na estranha distinção entre um realismo direto para as ciências da natureza e um realismo metodológico para as ciências da sociedade. Entretanto, fica pendente a questão do estatuto peculiar do significado e da interpretação sociais enquanto diferente daquele do significado e da teoria sob as implicações gerais de um critério empirista de significação, recolocando-se o problema tão somente sob uma terminologia diversa – e também dúbia. A lacuna ontológica que se estabelece metateoricamente entre o fundacionismo de um realismo direto e o falibilismo de uma postura realista metodológica faz aflorar uma divisão essencial em meio a uma teoria social que, como herdeira de Mead e do pragmatismo, se pretende à superação do dualismo cartesiano. Além disso, a própria suspeição quanto à possibilidade efetiva de uma ciência fundacionista faz envolver as reflexões metodológicas de Blumer em um severo impasse de fundamentação, encaminhando-nos ao dismantelamento das oposições que promovem a constituição de sua metodologia compreensiva e a consequente demarcação do campo das ciências sociais.

Por fim, podemos apontar para uma crítica que Blumer não levanta contra Thomas e Znaniecki, mas que, à luz de seu artigo anterior, “Social attitudes and nonsymbolic interaction”, poderia habilmente aplicar-se ao princípio metodológico tanto em sua dimensão teórica como metateórica. Trata-se do caráter inconsciente e involuntário que envolve as atitudes. Em *The Polish Peasant*, como já atentado, toda atitude deve ser “um processo de consciência individual que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social” e em meio ao qual se realiza uma etapa “preliminar necessária a qualquer ato de vontade”, envolvendo um processo de exame e de deliberação por parte desse indivíduo que os autores vieram a nomear de “definição da situação”. Assim, toda atitude deve se constituir para eles em um planejamento racional da

atividade e, no princípio metodológico, o mundo social é equivocadamente reduzido a um conjunto de comportamentos dotados de racionalidade plena. Entretanto, se os fenômenos sociais são produtos de atividades subjetivas e particularmente racionalizadas em sua plenitude, não há espaço para que concebamos um fator objetivo que ultrapasse e atravesse os agentes concretos em seus cursos particulares de conduta. Todo significado de um fenômeno social passa a ser resolvido na subjetividade individualizada do comportamento e sua comunicação intersubjetiva se torna um mistério insondável, bem como todos os fenômenos propriamente sociais.

A consciência, como uma característica inerente à unidade do fator subjetivo dos fenômenos da sociedade, torna o princípio metodológico uma formulação contraditória, na medida em que deslegitima o fator objetivo e, com ele, a própria objetividade do conhecimento científico-social, pois a constituição absolutamente subjetiva do significado impede sua cognição, mas não apenas isso senão que nos conduz ao contrassenso da inviabilidade da vida social. É por isso que o fator objetivo é metateoricamente imprescindível às explicações sociais, ainda que possamos suspeitar do modo de sua concatenação com o fator subjetivo proposto na fórmula causal de Thomas e Znaniecki. E essa imprescindibilidade metateórica é de alguma maneira coroada implicitamente no tratamento do conceito de “definição da situação” pelos autores não apenas enquanto um *processo*, senão que também, e, sobretudo, enquanto um *resultado de um processo*, conjuminando-se à parcela objetiva dos fenômenos sociais (cf. LINTEAU, 1992: 72, segunda nota)²³.

Não obstante, a falta de uma distinção nítida a cada um desses aspectos prejudica a ponderação do modo de relação entre a subjetividade e a objetividade, entre o individual e o societário na constituição dos fenômenos sociais, prejudicando, portanto, a própria fundamentação de uma compreensão objetiva dos significados. Diante disso e da consideração do conceito de “definição da situação” enquanto um resultado de um processo, é surpreendente que Blumer não haja logrado à adequabilidade de uma causalidade probabilista em sua apreciação

²³ É precisamente esse o núcleo da crítica de Schütz à teoria da ação de Weber que ele nos apresenta já no primeiro capítulo de seu *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt* [A Construção Significativa do Mundo Social].

da relação legiforme requerida às explicações sociais no princípio metodológico, tendo enfatizado tão somente o sentido particularista daquele conceito – a despeito de haver reconhecido as suas duas modalidades de uso na obra – e concluído pela incompatibilidade metodológica entre causalidade e compreensão, alheando-se, por assim dizer, do caráter pré-estabelecido dos significados e de sua estruturação em contextos coletivos, como fora imaginado por Thomas e Znaniecki no que vieram a representar no conceito de “esquema”, pela conformação de “esquemas de atitudes e de valores” na constituição de regras sociais, instituições sociais, sociedades, culturas e, também, de traços de personalidade. Fica bastante claro que o aspecto afetivo a que Blumer se refere em “Social attitudes and nonsymbolic interaction” abrange mais do que aquele de tipo de conduta formatado sob uma inconsciência emotivamente pessoal, senão que é proposta primeiramente com vistas a abordar condutas marcadas por um caráter tradicional, e é precisamente o tradicionalismo que permite a ponte para pensarmos em valores e instituições na legitimidade da distinção e da assimetria, bem como da articulação, entre caracteres objetivos e subjetivos dos fenômenos sociais. Em outras palavras, entre esquemas de conduta preexistentes e a possibilidade de cursos de conduta originais.

7.4 The problem of the concept in the social psychology (1940)

De aparição na edição de março de 1940 do *American Journal of Sociology*, “The problem of the concept in social psychology”²⁴ é uma retomada da preocupação sobre a formação de conceitos que havia ocupado o raciocínio de Blumer em “Science without concepts”, nove anos antes. A diferença agora é que seu enfoque se concentra sobre o campo específico da psicologia social e, metonimicamente, estende-se ao campo mais amplo das ciências sociais em geral, que ele só havia mencionado de passagem no trabalho anterior. Em alguma medida, o artigo pode ser considerado uma continuidade do texto lacônico e lacunoso de 1931 e acreditamos que essa tenha sido a crença do próprio autor perante seu escrito, mas o deslocamento das questões para o universo particular

²⁴ Em tradução livre: “O problema do conceito na psicologia social”.

das ciências sociais parece despertar em Blumer a necessidade de delinear um pouco melhor sua visão do problema da testabilidade científica e isso o faz apresentar uma alternativa metodológica distinta daquela que fica esboçada no trabalho anterior. Assim, como veremos, “The problem of the concept in social psychology” faz transparecer a oscilação metodológica de Blumer a respeito de um mesmo assunto, proporcionando-nos um maior esclarecimento dos conflitos metateóricos que emergem por detrás do empenho crítico de seu autor.

O diagnóstico que orienta o artigo é o de que os conceitos nas ciências sociais gozam de uma natureza vaga e imprecisa. Essa vaguidade e imprecisão conceituais seriam as responsáveis por implantar um hiato entre teoria e experiência, colaborando no estabelecimento de um importante obstáculo à consecução de um conhecimento rigoroso e passível de validação. Estamos diante de um desafio para a constituição de um conhecimento eminentemente científico e não há nesse diagnóstico, como se pode perceber, nenhuma grande novidade em relação ao que examinamos nos escritos pretéritos do autor. Eis o interesse que o move desde a confecção de seu doutoramento, conquanto somente em “Science without concepts” tenha tornado o conceito o foco de sua proposta metodológica. No entanto, é na nuance do argumento sobre uma mesma inquietação metodológica que devemos nos debruçar a fim de deslindarmos o que se pretende ao mais uma vez levantar a insuficiência conceitual nas ciências sociais. Diz-nos Blumer:

A vaguidade do conceito quer dizer que não se pode indicar claramente as características da *coisa à qual o conceito se refere*; portanto, o *teste do conceito* pela observação empírica, bem como a *revisão do conceito* como resultado de tal observação são ambos dificultados. Devido a essa dificuldade na validação efetiva, tais conceitos são propícios à especulação no sentido desfavorável daquele termo; o instável *conteúdo do conceito* encoraja o pensamento a mover-se ao longo de direções divergentes, sem os benefícios produzidos pela *coerência lógica*. Dessa forma, conceitos mal-definidos e ambíguos são prejudiciais tanto para a *teorização definitiva* quanto para a *pesquisa probatória* (1940: 707-8; grifos nossos).

O trecho nos revela exemplarmente o modo pelo qual Blumer enxerga a importância de investirmos em uma definição rigorosa dos conceitos. Conceitos bem definidos nos permitem desfrutar da estrutura lógica das teorias, capacitando-nos ao teste frente a instâncias empíricas e propiciando-nos tangenciar a “coisa à

qual o conceito se refere”. Em outras palavras, eles nos asseguram um terreno estável sobre o qual podemos nos alçar a uma “interação produtiva” entre o pensamento teórico e a realidade experiencial, produzindo uma recondução realista do conteúdo do conceito, que tivemos ocasião de sublinhar nas pretensões do artigo de 1931, para então nos apresentar uma “teorização definitiva” e uma “pesquisa probatória”. Sem essa interação, a teoria se torna uma empreitada meramente especulativa e a investigação da experiência desplanejada e inútil.

Entretanto, a dificuldade em se evitar a vaguidade e a imprecisão dos conceitos nas ciências sociais tem levado comumente a reações extremas. Em sua visão, muitos, atraídos pela precisão mensurativa e pelo cunho experimental das ciências naturais, têm se comprometido com uma espécie de tecnicismo e, conseqüentemente, à renúncia ao emprego de conceitos e teorias, acreditando repousar sobre procedimentos de medição controlada o caráter sólido da atividade científica. Outros tantos, seguindo a velha tradição humanista, têm se esforçado por explicar a conduta humana recorrendo a conhecimentos elementares e organizando-os e aprofundando-os de um modo a produzir esquemas complexos de ideias que, por conta de seu ponto de partida no senso comum, adquirem alguma feição de inteligibilidade. O embaraço, porém, consiste em que nem um nem outro dos caminhos permite-nos conservar um conhecimento passível de validação objetiva. Naquele, porque “o resultado tem sido uma pletora de censos, testes, escalas, dispositivos de pontuação e experimentos menores, todos produzindo uma vasta quantidade de proposições dispersas” (1940: 708) e nos impelindo a uma massa de informação empírica destituída de inteligibilidade. Neste, porque o que temos é uma inteligibilidade submissa à pura especulação, em uma teoreticidade apartada de qualquer possibilidade de teste perante a realidade empírica. Logo,

o que é necessário é uma relação útil [working relation] entre os conceitos e os fatos da experiência, em que os primeiros possam ser checados pelos últimos, e os últimos ordenados novamente pelos primeiros. Essa relação útil, rigorosamente conduzida, é responsável pelo desenvolvimento e pela consecução progressiva da ciência natural; ela parece ser essencial para qualquer disciplina que aspire ao status de ciência.

(...) Nós podemos começar com o reconhecimento de que a vaguidade é característica dos conceitos na psicologia social – vaguidade no

sentido de que eles não possuem características explícitas que nos habilitem a identificar claramente a *coisa denotativa* à qual o conceito se refere (1940: 709; grifos nossos).

Nesse sentido, a vaguidade que concerne aos conceitos em ciências sociais dever-se-ia a uma deficiência na delimitação da referência do conceito²⁵. Uma falha de definição ou de formação do conceito que nos obstaculizaria a distinção dos particulares a que se aplica e a que não se aplica cada um dos termos teóricos que mobilizamos nas explicações sociais e que, desse modo, nos inviabilizaria sua checagem por instâncias da realidade experiencial. Assim, o problema da vaguidade do conceito é, sobretudo, um problema de testabilidade, acerca do qual devemos ponderar sobre as condições de interação dos âmbitos teórico e empírico, e não, como se supõe nas reações extremas, de eliminação de um dos âmbitos. Buscar essa interação é garantir às disciplinas sociais o estatuto de cientificidade que, no âmbito da natureza, havia proporcionado a capacidade de antecipação e controle dos fenômenos, fazendo-se com que nossos conhecimentos venham a se situar a meio caminho da completa especulação e do experimentalismo errante. E, a esse respeito, são três as alternativas contemporâneas na literatura sociopsicológica que Blumer acredita serem propostas elaboradas com o intuito de modular essa interação necessária entre teoria e experiência.

A primeira delas consistiria em lidar com o problema do conceito procedendo ao descarte dos esquemas conceituais prévios e se seguindo à elaboração de um novo com vistas a desvencilhar-nos dos impasses relativos à referência empírica daqueles. Mas, sob tal capricho, o autor rejeita viabilidade à proposta afirmando que a crença em tal procedimento não poderia senão dispor-nos a uma conceituação tão insatisfatória quanto a anterior, pois o mero deslocamento do problema não implicaria qualquer legitimidade ao esquema conceitual que se oferecesse em substituição. “A única ocasião legítima para a apresentação de um novo conceito vem do reconhecimento de um novo corpo de

²⁵ Não devemos, contudo, considerar que o acerto na associação entre um problema de vaguidade e um problema de referência expresse que Blumer utilizasse de modo cômico o termo “vaguidade” para designar uma patologia metodológica da extensionalidade do conceito, discernindo-a corretamente da ambiguidade como uma patologia da intensionalidade. A esse respeito nos diz seu uso sinonímico de “vaguidade” e “imprecisão”, bem como de “obscuridade”, “ambiguidade”, “má definição”, “confusão” e correlatos. Assim, em meio a tal intercambialidade, podemos afirmar que seu emprego dos termos por vezes em pares parece ser mais uma questão de ênfase retórica do que de rigor conceitual no tocante à teoria da definição proveniente da filosofia da linguagem.

fatos ou de uma nova perspectiva que revele um novo corpo de fatos” (1940: 710) e, se os conceitos não são ponderados em seus êxitos e em suas limitações, pouco se pode ensinar além de uma mera mudança de rotulação dos fenômenos, atrelada a preferências de ordem subjetiva e alheias, portanto, a critérios racionais de escolha teórica. Substituir esquemas conceituais em desatenção à adequação empírica desses esquemas é simplesmente maquiagem uma interação entre teoria e experiência, recaindo na especulação da tradição humanista.

Já a segunda das propostas encontrar-se-ia no chamado operacionalismo. Busca o método operacionalista, de acordo com Blumer, “confinar o significado de um conceito a dados quantitativos e mensurativos assegurados com referência a ele” (1940: 710). Assim, conceitos prévios seriam aceitos à medida que definidos por recurso a procedimentos de operação com dados da experiência, permitindo-nos explicitar sensorialmente as situações particulares pelas quais seria apropriado nos valermos significativamente do conceito. Contudo, se as definições operacionais nos aproximam em alguma medida o significado da experiência, “limitar este significado ao que pode ser determinado quantitativamente ou mensurativamente é, em essência, um ato de redução, o qual se dá a expensas da referência empírica que o conceito tinha originalmente e à qual estava concernido”, refreando-lhe o potencial teórico-explicativo em nome da precisão definicional. Além disso, o próprio Blumer nos apresenta o que seria uma versão ainda mais inflexível do operacionalismo, disposta a uma precisão conceitual ainda mais severa, que se instauraria na redução da própria referência a um conteúdo quantitativo, tornando o termo uma mera expressão do resultado de um expediente de mensuração. Para tanto, oferece-nos o exemplo da definição de “inteligência” como aquilo que testes de inteligência medem:

O argumento é que os testes de inteligência capturam algo que é estável e, em lugar de declarar que não se sabe o que é este conteúdo estável que é capturado, se o chama “inteligência” e se atribui a ele um valor numérico. Alguns pontos devem ser observados sobre esse interessante meio de escapar do problema. Em primeiro lugar, o conteúdo estável que é isolado não tem *natureza*; isso é dizer que a operação por meio da qual se chega àquele conteúdo não faz nada mais do que indicar que há algo que é estável. *A operação, como tal, não pode analisar ou caracterizar esse “algo”; confinada a essas operações, aquele “algo” não possui nem uma natureza nem poderia jamais assegurar uma natureza.* Assim, para ilustrar, “inteligência” torna-se apenas um valor numérico. Em segundo lugar, *ao não possuir*

uma natureza, o item conceitualizado não pode ser estudado – ele recebe seu significado apenas por estar relacionado com outros itens. Esses outros itens (se se permanece dentro do quadro desse tipo de procedimento operacional) seriam outros “algos”, também sem uma natureza – presumivelmente na forma de outros valores numéricos. As relações entre os itens poderia se dar apenas na forma de relações quantificadas (1940: 711-2; grifos nossos).

Em uma definição operacional somos obrigados a limitar consideravelmente nossas pretensões cognitivas e, assim, nos distanciamos do modo como sistematizamos a realidade empírica a fim de deslindá-la explicativa e preditivamente. É isso o que está por detrás da ideia de um conteúdo conceitual que tenha uma natureza própria e é por meio desse realismo metodológico que Blumer acredita garantir às ciências sociais as condições de um estudo aprofundado, conduzindo-nos ao progresso do conhecimento. No entanto, é interessante pontuar aqui que, se autor realiza uma associação direta entre realismo e desenvolvimento científico, isso demonstra sua negligência com relação à distinção filosófica entre a questão acerca do estatuto lógico dos termos teóricos e a questão acerca do estatuto ontológico da referência desses termos²⁶, levando-o a ignorar o tratamento de uma posição instrumentalista e, com isso, furtando-se à sofisticação de seus argumentos²⁷. Ainda assim, independentemente da falta de clareza filosófica, a crítica blumeriana é suficiente para nos salientar que também o operacionalismo não se constitui em solução apropriada para o problema do conceito, reduzindo completamente o nível teórico ao nível empírico e lançando-nos a uma pulverização teórico-conceitual tal qual o tecnicismo mensurativo e experimentalista.

E a terceira alternativa de solução para o problema do conceito concerniria a uma abordagem das definições conceituais propostas sob um mesmo termo a partir da análise crítica e comparativa de seus significados, congregando os caracteres similares e eliminando os diferentes para a formatação de uma definição unificada. Esse é o procedimento defendido pelo *Committee on*

²⁶ Aqui não fazemos distinção, o estatuto ontológico da referência nos diz respeito tanto ao problema dos universais quanto à forma de encararmos a existência dos particulares que são designados pelo termo teórico.

²⁷ Como vimos em “Science without concepts”, a negligência de Blumer com relação aos argumentos instrumentalistas e mesmo com as consequências metodológicas de suas teses realistas vem a fazê-lo precipitar-se em uma intercambialidade das duas posturas, obscurecendo o delineamento de sua proposta metodológica para as ciências sociais.

*Conceptual Integration*²⁸ da *American Sociological Society*²⁹. Por ele, visa-se a conservar um núcleo comum ao conceito, precisando sua definição a partir da convergência dos diferentes significados atribuídos a um mesmo termo. Mas, como as demais propostas, esta também não compõe para Blumer uma solução efetiva para corrigir a vaguidade conceitual, pois, se é bem-sucedida na obtenção de um significado uniforme para um termo conceitual, não o é por consideração da adequação empírica desse núcleo comum, senão que meramente por um esforço lexicográfico. Seu foco repousa sobre a definição intensional do conceito, permanecendo tão somente no âmbito linguístico da definição. Ele nada nos diz acerca da adequabilidade da referência que se estabelece lexicograficamente e, assim, não pode legislar sobre a validade do conceito que dessa forma é unificado.

Com efeito, nenhuma das alternativas usualmente apresentadas para o problema dos conceitos nas ciências sociais permite de fato superar o radicalismo de menosprezar seja o nível teórico, seja o nível empírico. Mas, se por um lado as três propostas para lidar com o conceito nos remetem de volta àquelas duas posições extremas criticadas no início do artigo, por outro essa associação de dois modos de agrupar a questão nos permite entender o que Blumer não deixa explícito no texto. Retomando os três aspectos funcionais do conceito que o autor defendera no trabalho de 1931, podemos perceber que cada uma das propostas de solução para o problema do conceito pode ser lida na chave da sobrevalorização de um dos aspectos funcionais. Assim, o interesse por estabelecer um novo conjunto de conceitos sem maior atenção às insuficiências empíricas dos conjuntos anteriormente prevalentes faz sobrevalorizar o modo de conceber do conceito, tornando sua aceitação meramente produto da crença subjetiva de seus propositores. Por sua vez, as definições operacionais atuariam sobrevalorizando o aspecto do conteúdo concebido do conceito, reduzindo-o a referências sensorialmente apreensíveis pelo sujeito cognoscente. Enquanto a busca pela síntese das definições designadas por um mesmo termo sobrestimaria o aspecto simbólico do conceito, convertendo a competência deste em uma matéria de pura convenção ou modo de uso, visto ser dado à simples conservação terminológica o ponto de apoio para crermos na relevância da designação conceitual.

²⁸ Em tradução livre: Comitê de Integração Conceitual.

²⁹ Em tradução livre: Sociedade Sociológica Americana.

Indo mais a fundo, podemos asseverar que a primeira e a terceira propostas para solucionar o problema da vaguidade do conceito dizem respeito a um menosprezo do nível empírico, enfocando o papel do sujeito no processo cognitivo, seja de um modo psicológico, como na primeira, seja de um modo linguístico, como na terceira, enquanto a segunda proposta mira efetivamente o lado do objeto e conduz a um menosprezo do nível teórico, fazendo revelar as pretensões ontológicas da conceituação. Ora, vemos com isso mais uma vez o modo pelo qual os aspectos funcionais do conceito em Blumer se encontram em uma relação de assimetria e, nessa medida, como o conteúdo do conceito assume em suas apreciações um lugar privilegiado, revelando-lhe a aspiração realista. De fato, podemos entender que o conteúdo concebido é um algo mentado e, nesse sentido, ele é não apenas uma característica da realidade empírica, senão que uma expectativa da teorização, ocupando também o nível teórico, tal como o modo de conceber e a simbolização, mas é precisamente no tangenciamento da realidade empírica que reside sua qualidade distintiva dos demais aspectos e a base para a confiança de Blumer na interação entre teoria e experiência, pois ele é o único dos aspectos que se ramifica para ambos os níveis, possibilitando-nos conectá-los em um conhecimento objetivamente válido, conquanto nos faltem maiores detalhamentos no tocante à natureza da testabilidade científica sugerida por esse meio.

É assim que podemos entender que Blumer funde não apenas a discussão acerca do estatuto lógico dos termos teóricos com a discussão acerca de seu estatuto ontológico, senão que também inclui nisso as questões concernentes ao teste científico, pois é pela referência do conceito a particulares que nos capacitamos ao teste e à revisão de nossos esquemas conceituais por meio de instâncias empíricas, sem, contudo, confundi-los com essas mesmas instâncias e de modo que “os primeiros possam ser checados pelos últimos, e os últimos ordenados novamente pelos primeiros”, extraindo “os benefícios produzidos pela coerência lógica” e se movendo ao longo de uma direção *convergente* entre a concepção e a percepção. Entretanto, o que Blumer não consegue se dar conta é que a referência testabilista que rege a adequação empírica do conceito não pode ser a mesma que a referência ontológica que esse conceito carrega enquanto

designador de entidades particulares inobserváveis, já que aquela referência diz respeito a fatos, a estados-de-coisas, e estes devem ser sensorialmente apreensíveis.

A fonte do equívoco pode ser apontada mais propriamente no atomismo contido em sua visão da natureza das teorias científicas, o qual o leva a falar de um “teste do conceito pela observação empírica”. Sob tal parâmetro, o teste atomista de Blumer é ainda mais radical do que o teste de proposições isoladas que havia sido o fundamento das primeiras versões do positivismo lógico e do critério empirista de significado e, assim, ainda menos razoável do que este, se nos é permitido afirmar dessa maneira, uma vez que o conceito sozinho jamais poderia ser confrontado com estados-de-coisas. Como uma abstração isolada, o conceito é apenas um termo geral, pelo qual se designam propriedades – e, com elas, também classes – que atribuímos a particulares, mas que não se esgotam com eles, sendo intemporais em relação a esses particulares. Conceitos só admitem adequação empírica quando articulados em enunciados, mas não também em enunciados isolados, senão que em sistemas de enunciados, a partir dos quais são dispostos em relação a outros conceitos. Assim, quando nos reportamos à estruturação teórica em torno de conceitos, enunciados, sistemas de conceitos e sistemas de enunciados não dizemos do contexto de descoberta de uma teoria, acreditando deslindar o que seria sua elaboração linear, mas de seu contexto de justificação, conformando as possibilidades de metanálise de sistemas teóricos construídos. Logo, uma teoria das definições ou da formação de conceitos só se justifica cientificamente como um instrumental reconstrutivo, nunca como uma estratégia de condução da concepção, tal qual um atributo psicológico do pensamento correto. Nessa última circunstância, as concepções válidas haveriam de resumir-se ao que nos é permitido captar por meio dos sentidos ou, melhor, a congruência entre a concepção e a percepção seria absoluta e imediata, fazendo com que a justificação do conhecimento estivesse contida já nas condições de sua descoberta.

É justamente na consideração da definição conceitual como um modo correto de conduzir a concepção que repousa a proposta própria de Blumer para solucionar o problema da vaguidade do conceito. É por ela que se confia na

clarificação da referência do conceito e se o habilita à testabilidade, mas, ao mesmo tempo, é pelo conflito implícito entre os sentidos de “referência” que emerge a peculiaridade da “natureza da observação tal como dada na conduta humana”³⁰ (1940: 714), constituindo sua renitência à verificação. Se a conduta humana pode ser observada tanto de um ponto de vista físico como de um ponto de vista social, à ciência social como um campo autônomo de disciplinas interessa apenas a legitimidade da abordagem deste, dizendo de um “tipo de atividade que não pode ser reduzido a um ato físico ou traduzido por um enquadramento espaço-temporal”. Porém, como distinta da ação física, a ação social não é “um tipo de item que o observador pode detectar e identificar prontamente”. Àquela cabem

tais tipos de atividade que podem ser diretamente percebidas e facilmente identificáveis; designações ou considerações descritivas delas podem ser *prontamente verificadas*. (...) *Aqui as pessoas têm uma experiência comum e, portanto, uma experiência verificável*. Observações desse tipo de comportamento não entram na literatura das ciências sociais, como é o caso da consideração do antropólogo da atividade tecnológica. Sendo capaz de validação efetiva, elas não se tornam causa de disputa. De fato, elas satisfazem tão bem a necessidade de dados verificáveis que se pode simpatizar prontamente com o desejo behaviorista de limitar a observação a este tipo. Se toda conduta humana pudesse ser descrita por este tipo de observação, e se os nossos conceitos pudessem ser denotativamente referidos a tais descrições, haveria pouca dificuldade em ter conceitos precisos em psicologia social (1940: 714; grifos nossos).

Mas é por haver uma ação genuinamente social que a observação em ciências sociais tem uma natureza complicada. “Ela é complicada naquilo que chega na forma de um juízo baseado em sentir [*on sensing*] as relações sociais da situação na qual o comportamento ocorre e em aplicar alguma norma social presente na experiência do observador” (1940: 715). E sentir as relações sociais da situação envolve um movimento inferencial que excede a sensorialidade da conduta manifestada. Entretanto, a despeito do que poderíamos ser levados a pensar, não é na inferencialidade que Blumer enxerga a característica distintiva da

³⁰ Originalmente, caberia ao excerto a seguinte tradução: “natureza da observação *como ela é feita* da conduta humana”, visto ser uma parte do trecho original: “Consequently, it is necessary to consider the *nature of observation as it is made of human conduct*”. Entretanto, optamos pela expressão “tal como dada na” por se tratar de uma observação tal como aplicável a fenômenos da conduta humana, entendendo que a tradução de um modo mais próximo do original tornaria o sentido do enunciado ambíguo, pela possibilidade de lê-lo como se a natureza da observação é que fosse feita da conduta humana.

apreensão da ação social em relação à ação física e aos demais fenômenos naturais. Para ele, toda observação carrega consigo uma postura inferencial e o que distingue, então, um tipo de inferência de outro é seu grau de evidência. Devido à complexidade da concatenação de tal argumento, é-nos conveniente aqui citar o trecho inteiro em que Blumer se debruça sobre tal explicitação:

Pode-se argumentar que a designação de um ato como sendo respeitoso, odioso, agressivo etc. é, efetivamente, uma inferência e, portanto, não é propriamente uma parte da observação. *Que ela é uma inferência é, penso eu, inquestionável, mas, em muitos casos, ela é uma inferência que está fundida imediatamente à própria observação. Isso é verdade para cada ato de observação; até mesmo a observação ou designação de um ato físico está na natureza de um juízo ou uma inferência. A única questão é saber se a inferência irá se manter de pé diante de um teste.* Como já notado acima, a observação de um ato físico pode ser assim validada porque ela pode ser trazida para dentro de um enquadramento espaço-temporal. Similarmente, a observação de um ato social do tipo mencionado se sustentará se os observadores tiverem a mesma apreensão da situação em que o comportamento está ocorrendo e, em virtude de uma experiência comum, vincularem [*attach*] o mesmo significado a certos gestos no comportamento. Onde a situação é imediatamente clara e onde os gestos ou sinais são evidentes, a inferência é fundida na observação imediata; se, no entanto, a situação não é clara e sinais inequívocos não são dados, o ato de juízo se torna menos certo; nesse caso, tendemos a destacá-la do ato como observado e provavelmente nos atentamos para o caráter ou característica inferencial que damos ao ato observado. *Assim, sou levado a repetir que não há importância alguma se um caráter que nós observamos em um ato é apresentado por meio de um processo de inferência – tudo o que importa é se a inferência pode ser validada. Tal validação pode ser feita no caso do ato físico, se necessário, aplicando-se-lhe um enquadramento espaço-temporal que venha a compelir a uma experiência comum da parte dos observadores. No caso do ato social, tal validação pode ser feita apenas mediante um tipo muito diferente de experiência comum, baseado na apreensão das relações sociais em uma situação e no reconhecimento de sinais da experiência humana comum* (1940: 715-6; grifos nossos).

O grau de evidência da inferência é o que torna a inferência de um fenômeno físico diferente da inferência de um fenômeno social. O modo como dependemos ou não dos órgãos sensoriais para constituir nossas inferências é o que delimita se o conhecimento disponível é prontamente verificável ou resistente à verificação. Mas a esse modo de dependência não se segue simplesmente uma diferenciação entre enunciados. Ele diz do caráter de um universo de disciplinas e quase como que predetermina a inferencialidade possível nas ciências sociais.

É nesse diferente enquadramento, por meio do qual a observação do comportamento social é feito, que temos a causa para a dificuldade em

obtermos de acordo em grande parte de nossa observação e a causa também da dificuldade de trazermos nossos conceitos ao efetivo teste empírico. Uma grande parte do comportamento social pode ser observada com precisão no sentido de que os observadores podem prontamente apreender as relações sociais em que ele se encaixa ou detectar facilmente sinais confiáveis presentes no comportamento. Sob tais circunstâncias, pode ser alcançado um acordo em observação. Na observação de grande parte da conduta humana, porém, os observadores não podem chegar a juízos confiáveis ou a um juízo comum; a situação social que deve ser apreendida pode ser altamente complexa e elementos pertinentes nela podem ser pouco claros, ou a atividade observada pode não conter qualquer sinal que permita uma identificação inequívoca do ato (1940: 716; grifos nossos).

Todavia, se no enquadramento fenomênico possível às ciências naturais e à apreensão do dado físico da conduta humana “a inferência é fundida na observação imediata”, tornando a situação observada e inferida imediatamente clara, não há efetivamente uma distinção de grau senão que de natureza do conhecimento social em relação ao conhecimento natural. A situação observada é equivalida à situação inferida e não há espaço para que se as difira, tanto quanto há para que a inferência seja contradita por uma observação. Logo, não estamos mais em uma consideração da carga teórica dos enunciados de observação, senão que da neutralidade desses enunciados. Todo o conhecimento natural é reduzido à sensorialidade da observação, tal como se não houvesse em sua estruturação a presença de termos legitimamente teóricos. Blumer incide na crença de que as ciências naturais podem ser imediatamente concebidas por via empírica e recua para a possibilidade efetiva de uma definição operacional dos conceitos nesse âmbito disciplinar. A rigor, Blumer não percebe que sua inflexão para a questão do operacionalismo como um quantitativismo – ou um mensurativismo – minguia consideravelmente a força de sua crítica ao tecnicismo no artigo de 1931 e deixa em aberto no presente artigo o caráter da precisão do teste científico, pois para a crítica das definições operacionais o que prevalece em seus argumentos é uma associação implícita, e equivocada, entre apreensão sensorial e inferência quantitativa como exigência à efetivação de um teste exato, mas, ao final do texto, quando diante do teste em ciências naturais, não é mais a quantificação que importa à testabilidade senão que a imediatidade da evidência e sua capacidade de conduzir-nos a juízos confiáveis e, dessa maneira, intersubjetivamente avaliáveis.

E a dificuldade perante a obtenção de juízos confiáveis em ciências sociais dever-se-ia à diferença de observação nessas ciências, dependente mais de

questões inferenciais do que propriamente observacionais. Assim, são três os tipos de observação que Blumer levanta para justificar a falta de confiabilidade na apreensão da conduta humana e, com efeito, de efetiva testabilidade para o conceito social, a saber, (i) da sua sujeição a juízos de avaliação, (ii) à avaliação do caráter intencional ou significativo da ação, e (iii) à falta de observacionalidade de muito da conduta humana, para que venha a levantar a dependência da análise de documentos e dados secundários como cartas e questionários. De fato, os tipos de observação que Blumer avança não são parte de uma classificação rigorosa e não podem ser entendidos como distintos entre si, eles são apenas características da observação, nem mesmo precisando ser tratados como tipos separados, uma vez que parecem se conectar mais em caráter de implicação e não há motivo para supor como faz Blumer que a dependência de dados secundários seja uma falta de observacionalidade aos dados sociais, pois também as ciências naturais utilizam dados dessa natureza e estão vinculadas ao uso de termos e enunciados teóricos. Assim, invertendo a ordem de exposição do autor, é a falta de suficiência observacional na explicação da conduta que leva o investigador e o agente a dependerem da atribuição de significados, necessitando de uma compreensão intencional do comportamento, e é essa apreensão da intencionalidade em termos de significação que torna o conhecimento social submisso a juízos de avaliação e

Expulsar essas observações por base naquilo que envolvem de avaliação não apenas ignoraria o que nos é dado na experiência empírica, senão que devastaria o campo da psicologia social. Agora, como dito acima, frequentemente os observadores formarão os mesmos juízos avaliativos e, assim, concordarão em sua observação. *Mas, também frequentemente, como no caso de discórdia familiar, será difícil produzir observações confiáveis*, por causa de uma inabilidade em formar juízos avaliativos [intersubjetivamente avalizáveis]; nossas observações caem para um nível mais simples ou então se tornam confusas e ambíguas (1940: 716-7; grifo nosso).

Entretanto, a falha importante que Blumer comete é de não ter sido muito claro a respeito de que juízos de avaliação as ciências sociais são dependentes a ponto de que se os assinale como obstáculos para juízos confiáveis, testáveis e objetivos. Blumer trata os juízos de avaliação como uma característica inferencial do observador, sem distinção se para um observador científico ou um partícipe. Isso fica claro ao usar o exemplo da discórdia familiar como uma situação impeditiva da formação de juízos confiáveis. Ele não se preocupa em diferenciar a

condição compreensivo-interpretativa do cientista e do agente, considerando pretensamente que em ambos os casos estaríamos diante de uma efetiva ameaça à objetividade do conhecimento nas ciências sociais.

Ora, Blumer comete o equívoco de confundir uma característica do objeto das ciências sociais, com a qual o cientista social tem de lidar, como uma fatualidade que está disposta no interior de um universo de valores que torna o dado social um objeto-sujeito cognoscível e a investigação relacionada a valores, e uma presença de valoração alheia ao próprio objeto, introduzida inadvertidamente por viés do sujeito cognoscente, como uma violação dos princípios da investigação. Mas, se o segundo é uma ameaça real à objetividade, dizendo da infiltração de juízos de valor à teorização e explicação científicas, a primeira não o é imediatamente. A consideração de juízos de avaliação que agentes tecem na composição de seu curso de ação não impede por si mesma, de maneira alguma, que a apreensão desses juízos tenha um caráter de subjetividade e muito menos implica que a interpretação neles baseada torne-se insuscetível de apreciação racional. E é justamente o equívoco sobre esse aspecto que torna o autor vulnerável a uma inclinação ontológica de seu argumento, dizendo que, “para colocar a questão em termos dos conceitos da psicologia social, podemos dizer que tais conceitos são vagos e ambíguos porque as observações que usamos para atendê-los são tênues e incertas” (1940: 718).

Asseverar que as observações são tênues e incertas quer dizer que nosso acesso aos fenômenos sociais é distinto do acesso aos fenômenos naturais por haver um atributo ontológico intransponível epistemológica e metodologicamente. Assim, não podemos formar juízos confiáveis porque nossas observações são viciadas pela vaguidade e pela ambiguidade inscrita no objeto social e não, como quer Blumer, “que as observações têm esse caráter por causa de uma incapacidade de formar juízos e inferências confiáveis” (1940: 718). O autor, desconhecendo as consequências reais da própria montagem do argumento, inverte a ordem de implicação. É a deficiência observacional, advinda de elementos pouco claros pertinentes à situação social, que conduz a juízos não-confiáveis e não-testáveis. Estamos de volta à inferencialidade como um preenchimento da incompletude indutivista do conhecimento social que iluminara

o pensamento de Blumer no final de sua tese de doutorado e recuamos novamente a uma tese da carga teórica aplicável unicamente às ciências sociais, contrariando o artigo de 1931 e sua guinada rumo à coerência com as reflexões metateóricas do início da tese, que apontavam para a carga teórica da observação como uma condição do conhecimento científico e mesmo do conhecimento em geral. Logo, não é de se estranhar que Blumer tente justificar a validade dos conceitos sociais em um aperfeiçoamento do tipo de observação conduzida nas ciências sociais, mas não consiga sugerir mais do que a solução evasiva e genérica de conceitos hipotéticos para essas ciências, retornando ironicamente à autoridade do método de introspecção simpática para a fundamentação da objetividade do conhecimento científico-social e afirmando que não pensa que seja possível

qualquer forma de atalho para chegar à formação de tais juízos; ele tem de ser feito na lenta e tediosa maneira de desenvolver uma *rica e íntima familiaridade* com o tipo de conduta que está sendo estudado e em empregar qualquer que seja a *imaginação relevante* que os observadores possam afortunadamente possuir. O aperfeiçoamento no juízo, na observação, e no conceito estará no futuro, como eu suspeito que foi no passado, um *processo lento*, de amadurecimento. (...) *Que há o risco e o perigo de que o conceito possa coagir o juízo e determinar o que é visto não pode ser ignorado; sob tais condições, não pode haver interação efetiva entre conceito e observação empírica.* Mas teremos de correr esse risco – necessariamente tão grande na observação da conduta humana – e procuraremos nos salvar visualizando *conceitos como hipotéticos* e ampliando a nossa experiência no campo ao qual se aplicarem (1940: 719; grifos nossos).

7.5 Public opinion and public opinion polling (1948)

“Public opinion and public opinion polling”³¹ não é um artigo de pretensões metodológicas da parte de Herbert Blumer e não há tantas questões metateóricas envolvidas em sua elaboração. No entanto, ele nos permite entender melhor o deslocamento metodológico que fizera com que seu autor viesse a se contrapor a uma abordagem tecnicista, lançando-se a uma preocupação sobre questões pertinentes ao nível teórico do discurso científico. E esse deslocamento esclarecido pela discussão envolvida nesse artigo possibilitará chegarmos a alguns pressupostos, que o próprio artigo chega a mencionar em alguma medida, que

³¹ Em tradução livre: “A opinião pública e a sondagem de opinião pública”.

estavam presentes em outros escritos, mas também em um caráter um tanto quanto intrincado. Nesse sentido, o artigo publicado em 1948, mas que fora parte do encontro anual de 1947 da *American Sociological Society*, realizado entre os dias 28 e 30 de dezembro na cidade de Nova Iorque, é interessante por fornecer a aplicação da crítica ao tecnicismo em um âmbito situado, que é aquele das pesquisas de opinião pública.

A objeção que rege a construção do texto é a de que as sondagens da opinião pública não permitiriam a apreensão de algo geral como a opinião pública, tal qual usualmente os estudiosos de tais pesquisas vêm a atribuir em meio aos resultados obtidos. O autor vê com ceticismo a possibilidade de que tais estudos aplicados venham a captar algo de uma natureza abstrata e ampla, especialmente porque seus esforços não parecem estar concentrados em identificar o que vem a ser a opinião pública ou em como testar proposições gerais acerca da opinião pública, ou mesmo em oferecer generalizações do que viria a constituir a opinião pública. Diz ele:

O que noto é a inabilidade de sondagens de opinião para isolar a “opinião pública” como um *conceito abstrato* ou genérico que poderia, assim, tornar-se o *ponto focal* para a formação de um *sistema de proposições*. Parece desnecessário ressaltar que em um empreendimento científico declarado, buscando estudar uma classe de itens empíricos e desenvolver uma série de generalizações sobre essa classe, *é necessário identificar a classe*. Tal identificação permite a discriminação entre as instâncias que se enquadram na classe e aquelas que não se enquadram. Desta forma, o caráter genérico do objeto de estudo torna-se delineado. Quando o objeto genérico de estudo é distinguível, ele torna possível concentrar-se no objeto de estudo e, assim, aprender cada vez mais sobre esse objeto. Desta forma, é preparado o terreno para generalizações ou proposições *cumulativas* relativas ao objeto genérico de investigação (1948: 542; grifos nossos).

Dessa forma, Blumer acredita que os estudiosos de pesquisas de opinião pública têm estado tão vinculados a técnicas e tão preocupados com seu aperfeiçoamento interno que não se questionam a respeito do objeto geral que almejam estudar, registrar e medir em suas sondagens. Todo o trabalho, então, tornar-se-ia meramente a aplicação de rotinas técnicas, tal como se fosse possível prescindir de uma análise independente acerca da natureza da opinião pública. Mas na citação ainda podemos assimilar a visão atomista estrita da metodologia científica que temos apontado no pensamento de Blumer, quando posiciona o

conceito no ponto focal da formação de um sistema de proposições, assim como podemos perceber o modo como sua discussão partilha de sua concepção de classificação natural, sendo necessário a toda e qualquer investigação legitimamente científica a identificação precisa das classes envolvidas nas suas conceituações e levando a um problema ontológico do conceito e, logo, à testabilidade e ao desenvolvimento científico, tal como visualizamos detalhadamente em “The problem of the concept in social psychology”.

Quando Blumer levanta a necessidade de identificar a classe, assim, está lidando com o que acredita ser o problema da referência do conceito e, com ele, da referência do conceito de “opinião pública” que se encontra pressuposto por seus aplicadores e estudiosos nas pesquisas de opinião pública. Para tanto, o autor opõe-se à abordagem estritamente operacionalista que crê nutrir o pensamento de um tecnicismo autossuficiente, cujo reducionismo definicional do conceito a procedimentos operacionais tem amparado a crença de “que a opinião pública consiste no que as sondagens de opinião pública sondam” (1948: 543). Mas proceder a tais definições não elimina o problema do que vêm a exprimir os resultados de tais pesquisas de um modo unificado, pois “sem um ponto de referência conceitual os resultados são meramente constatações distintas”. O autor também vem a admitir que os conceitos poderiam ser gerados a partir de tais pesquisas, aceitando uma base indutivista à formação de conceitos válidos, mas não enxerga ninguém dentre os operacionalistas estritos que assim o proceda no uso das sondagens particulares. E a ausência de uma reflexão acerca do objeto geral de tais pesquisas torna seus analistas ignorantes do que chama de uma natureza funcional da opinião pública.

São seis os pontos que são levantados como imprescindíveis por Blumer para serem levados em consideração na caracterização dessa natureza funcional, cuja correta ponderação nos permitiria abordar a opinião pública em um sentido realista, fiel a seu caráter empírico. À vista da concepção de classificação natural que está por detrás de sua argumentação, não fica difícil entender que não é a simples adequação instrumental da teoria ou do conceito que está a iluminar sua ideia de cientificidade da pesquisa, senão que propriamente uma adequação que tem por vista desvelar características que se encontram ocultas na experiência

social, aproximando-se da existência independente das entidades teoricamente referidas, uma espécie de realismo metodológico por verossimilhança, associado ainda, como sabemos por base em textos anteriores, a um realismo de universais. O primeiro dos pontos trazidos por Blumer concerne ao que aceita como a origem e o enquadramento sociais da opinião pública, que advém como modo de contrapor a concepção de que seriam os procedimentos de mensuração os responsáveis por defini-la. Consequentemente, como uma conformação social, a dependência do modo de organização da sociedade delimita o segundo dos pontos, asseverando os diferentes tipos de grupos funcionais que podem compor o ambiente social, tais como corporações, associações de comércio, sindicatos trabalhistas, grupos étnicos, entre outros. Por terceiro ponto, Blumer aponta o acesso aos canais de ação disponíveis na estrutura comunicativa da sociedade que permite que os diferentes grupos sociais se disponham assimetricamente perante o poder de influir sobre a formação da opinião pública. Destarte, no quarto ponto, indivíduos responsáveis por definir políticas públicas, como formuladores de políticas, burocratas e administradores, precisam avaliar as demandas públicas e sopesar seus pesos de influência no processo de tomada de decisão. Para então nos depararmos com uma interação dos pontos anteriores em uma dinâmica social, que Blumer nomeia “sociedade em operação”, englobando tanto o conflito quanto a cooperação dos grupos interna e externamente perante canais de ação e definindo o que seria o seu quinto ponto. E, enfim, o último dos pontos diz respeito ao caráter de efetividade da opinião pública, afirmando-se que uma opinião pública que prescindisse da possibilidade de influenciar a ação ou operação da sociedade “seria impotente e sem significado” (1948: 545), delimitando, com isso, um atributo pragmático da opinião pública.

Todos os pontos que caracterizam a opinião pública para Blumer exprimem o modo pelo qual sua conformação é funcionalmente associada a grupos e não a indivíduos, e muito de sua concepção se deve à reflexão sobre a natureza da opinião pública que Robert Park e Ernest Burgess propõem em 1921, com a publicação de *Introduction to the Science of Sociology*^{32,33}, ainda que o

³² Em tradução livre: Introdução à Ciência da Sociologia.

³³ Cf. Park & Burgess (1921: 791-6, 829-33). O segundo dos excertos é um texto de autoria individual de Park, enquanto o primeiro refere-se aos comentários específicos sobre opinião

primeiro tratamento da opinião pública em sua diversificação e em seus conflitos esteja mesmo em *The Polish Peasant* sob o conceito de “opinião social” e seu vínculo com a complexificação das sociedades modernas e a decorrente profusão de grupos secundários. Assim, haveríamos de considerar a assimetria não apenas dos grupos entre si, senão que também e, sobretudo, a assimetria mais primordial entre a influência do indivíduo e dos grupos sobre relações de poder e prestígio. O quadro montado serve à crítica da técnica de amostragem da pesquisa de opinião pública à medida que ela

força um tratamento da sociedade como se a sociedade fosse apenas uma *agregação de indivíduos distintos*. A opinião pública, por sua vez, é considerada como sendo uma *distribuição quantitativa das opiniões individuais*. Essa forma de tratar a sociedade e essa maneira de ver a opinião pública deve ser considerada como marcadamente *irrealista*. A melhor maneira pela qual posso apresentar isso é fazendo referência contínua às observações empíricas de senso comum acerca da opinião pública que foram notadas anteriormente. Não sabemos completamente se os indivíduos na amostra representam aquela porção da sociedade estruturada que está participando na formação da opinião pública sobre um determinado assunto. Que a amostra irá capturar um certo número deles, ou mesmo grande número deles, é muito provável. Mas, tanto quanto sou apto a determinar, não há nenhuma maneira na atual pesquisa de opinião pública para conhecermos mais acerca disso. Certamente, o simples fato de que o entrevistado dá ou não dá uma opinião não nos conta se ele está participando na formação da opinião pública como ela está sendo construída *funcionalmente* na sociedade. Mais importante, assumindo que a amostra captura os indivíduos que estão participando de dada formação da opinião pública, nenhuma informação é dada de sua parte nesse processo. Não se pode identificar a partir da amostra ou das respostas daqueles que constituem a amostra o nicho social do indivíduo naquela porção da estrutura social em que a opinião pública está sendo formada. Tal informação não é dada nos itens convencionais de idade, sexo, ocupação, situação econômica, escolaridade ou status de classe. Estas raramente são marcas de

pública que integram a introdução que os autores elaboram para o início do capítulo “Social Control” [“Controle Social”]. Aliás, é conveniente assinalar que a relação estabelecida entre o conhecimento da opinião pública, o caráter de efetividade pretendido por esta e o exercício do controle social, especialmente para o tratamento de sociedades modernas e seu complexo de relações sociais secundárias, parece ser também bastante inspirada na apresentação de Park e Burgess do problema, bem como a ideia de que a assimetria das relações sociais deveria servir como parâmetro para a apreensão e avaliação adequadas da opinião pública, tornando aqueles autores centrais para a estruturação da argumentação de Blumer no presente artigo. Entretanto, *Introduction to the Science of Sociology* é também um desdobramento de ideias que estavam presentes no pensamento de Robert Park já há alguns anos, que podemos remontar pelo menos desde o ano de 1915, quando vem a publicar o precípuo artigo-programa “The City”, cujas linhas haveriam de orientar e inspirar a montagem de todo o programa de pesquisa do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago até por volta de meados dos anos 30, na constituição do núcleo programático que houvera caracterizado a chamada “Escola de Chicago de sociologia” (para entender o sentido bastante específico de “escola”, cf. Bulmer (1985)).

posição funcional importante na formação da opinião pública sobre uma dada questão. Não sabemos a partir do tipo convencional de amostra ou a partir das respostas do entrevistado que influência ele tem, se há alguma, na formação ou expressão da opinião pública. Não sabemos se ele tem seguidores ou se não os tem. Não sabemos se ele está ou não falando em nome de um grupo ou grupos, ou mesmo se ele pertence a grupos funcionais interessados na questão. Se ele, por acaso, expressa os pontos de vista de algum grupo funcional, nós não sabemos se aquele grupo está ou não está ocupado no trabalho sobre os canais da sociedade para dar uma expressão vigorosa a seu ponto de vista. Nós nem sequer sabemos se ele, como indivíduo, está traduzindo a sua opinião sobre o que tenho chamado anteriormente de “opinião pública efetiva” (1948: 546; grifos nossos).

O papel do indivíduo é preponderante sobre a constituição da significação de suas opiniões e indica o modo como essa significação afeta a sociedade, configurando o nível de publicidade da opinião expressada e seu decorrente grau de efetividade. É o papel social que define a posição do indivíduo na correlação de forças sociais, situando-o ante ao pertencimento, à influência e à oposição de grupos. E a dificuldade de apreender essas nuances na funcionalidade da sociedade tornam as sondagens de opinião pública limitadas mesmo na tarefa de descrever a situação social, bem como, já seria de se esperar, limitadas perante a efetiva explicação dos fenômenos sociais.

A crítica de Blumer, obviamente, aplica-se em um contexto da estatística social em que os procedimentos para a obtenção de amostras restringiam-se à aleatoriedade da probabilidade simples e não haviam ainda sido desenvolvidas técnicas sofisticadas para a análise de dados categorizados multivariados, as quais permitiriam introduzir novos modelos para o cálculo de amostragem, tal como as amostragens estratificadas e por conglomerados³⁴. Tais técnicas de análise de dados categorizados multivariados só haveriam de ser concebidas a partir do pós-Segunda Guerra, com o aprofundamento da matematização da estatística e com a participação de sociólogos interessados em aprimorar sua aplicação. Com isso, seria na década de 1950 que Paul Lazarsfeld viria a desenvolver seu modelo de classes latentes³⁵, visando à modelação de indicadores que não podem ser

³⁴ Isso fica claro à luz da seguinte passagem no artigo: “Neste artigo, tenho apresentado críticas a ‘sondagens de opinião pública’ como um método para o registro e a medição da opinião pública. Essas críticas têm-se centrado em torno da distorção que decorre da utilização de uma amostra sob a forma de um agregado de indivíduos distintos tendo o mesmo peso” (1948: 548).

³⁵ Proposto primeiramente em um artigo seu publicado em 1950 e intitulado “The logical and mathematical foundation of latent structure analysis” [“O fundamento lógico e matemático da análise da estrutura latente”].

observados diretamente, como a opinião pública de que trata Blumer, mas somente na década de 1970 é que os modelos log-lineares – nos quais se baseiam aquelas análises – viriam a adquirir maior impacto sobre a pesquisa de tipo *survey* nas ciências sociais (CLOGG, 1992), apontando para um novo fôlego no emprego de modelagens estatísticas que Blumer não poderia prognosticar. Não obstante, a ênfase sobre a indispensabilidade da teoria na condução das técnicas de operacionalização da pesquisa empírica que Blumer promove é uma objeção metodológica que persiste fundamentalmente válida mesmo sob os parâmetros atuais da estatística social.

Mais propriamente, é a ausência de uma teoria relativa às organizações sociais que faz com que estudiosos de sondagens de opinião pública venham a acreditar inadvertidamente que podem transpor suas técnicas de pesquisa com base no êxito demonstrado sobre a predição de resultados eleitorais, como se fossem intrinsecamente válidas. Contudo, diz Blumer, se tais sondagens são bem-sucedidas na antecipação dos resultados das urnas, a condição se deve por se aplicarem a um tipo de fenômeno que é eminentemente individual e que, portanto, se amolda aos pressupostos teóricos contidos em tais técnicas. A amostragem simples é um procedimento que pressupõe uma relação paritária entre as unidades da análise descritiva e, quando aplicada enquanto técnica de pesquisa social, leva o pesquisador a presumir a paridade entre as unidades em relação na sociedade, que no caso das pesquisas de intenção de voto são os indivíduos.

O que penso é que é preciso ser notado que a expressão dos votos é distintamente uma ação de indivíduos separados, em que um voto expresso por um indivíduo tem exatamente o mesmo peso de um voto expresso por um outro indivíduo. Nesse sentido próprio, *e no sentido da ação real*, votantes constituem *uma população de indivíduos distintos*, cada qual tendo *peso igual* aos outros. Consequentemente, o procedimento de amostragem que é baseado em uma população de indivíduos distintos é eminentemente *ajustado* para assegurar *uma figura daquilo que a votação é provavelmente*. Porém, considerar o uso bem-sucedido da sondagem nessa área como prova de sua validade automática quando aplicada a uma área em que as pessoas não agem como indivíduos distintos igualmente ponderados suscita a mesma questão em consideração. Eu repetiria que a formação e a expressão da opinião pública dando surgimento à opinião pública efetiva não é uma ação de uma população de indivíduos distintos que possuem o mesmo peso, senão que *uma função de uma sociedade estruturada*, diferenciada em uma rede de diferentes tipos de grupos e indivíduos tendo peso e influência diferenciais e ocupando diferentes posições estratégicas. Assim sendo, a meu ver, o sucesso

desempenhado pela sondagem na previsão de eleições não oferece nenhuma validade para o método como *um meio de estudar, registrar ou medir a opinião pública como ela é formada e funciona em nossa sociedade* (1948: 547; grifos nossos).

E à medida que a opinião pública é reduzida ao que medem as sondagens de opinião pública, baseadas em amostragem simples, o que se dispõe é um objeto geral captado de modo diverso de como se nos é permitido apreendê-lo inteligivelmente no mundo empírico, afetando diretamente as intenções de servir à intervenção política e à reforma social. Isso não quer dizer que tais procedimentos sejam indiscriminadamente inválidos, senão que apenas devem ser examinados dentro das limitações que apresentam à abordagem dos fenômenos sociais e também dentro da dependência que manifestam frente à clarificação da teoria que os mobiliza explicativamente. Mas “é evidente que a crítica se aplica quando um tal procedimento de amostragem é usado para estudar uma matéria cuja composição é uma organização de partes em interação, em vez de meramente uma agregação de indivíduos” (1948: 548)³⁶.

Essa ideia, todavia, de uma organização de partes em interação como contraposta a uma agregação de indivíduos suscita o problema teórico da relação entre indivíduo e sociedade e, com ele, o problema metateórico entre individualismo e coletivismo metodológicos. A rigor, a colocação de um conceito de “interação” sob as condições de assimetria entre grupos sociais e também entre estes e os indivíduos isolados traz à discussão um sentido de “interação social” substancialmente diferente daquele que havia sido até então empregado na obra de Blumer. Isso porque agora afirmar acerca da interação social requer que se pense em “uma estrutura orgânica” em que os grupos sejam, no geral, prevalentes aos indivíduos nos processos de significação da conduta, pois, lembremos, a opinião pública é uma opinião pública efetiva e, portanto, um modo de significação na medida em que indica uma disposição pragmática.

Entretanto, se os significados são concebidos no interior de grupos, a interação, caracteristicamente assimétrica, de tais grupos no ambiente social não

³⁶ Como diz Blumer interessante, “é a existência de tais ações de massa de indivíduos que explica, em meu juízo, o uso bem-sucedido na pesquisa de consumo de uma amostragem tal qual empregada na sondagem de opinião pública” (1948: 549), demonstrando com isso que não está criticando a técnica em si, mas a crença na sua aplicabilidade irrestrita tendo por base as limitações dos procedimentos de amostragem envolvidos.

permite que negligenciemos os pressupostos sociais mais amplos que estão contidos na observância desses grupos a uma mesma ordem societária e comunicativa, o que implica, no mínimo, uma posição de coletivismo ou holismo metodológico atenuado. E certamente que temos aqui uma divergência apreciável na configuração da metodologia de Blumer em relação ao individualismo interativo ou interacionista que assinalamos em meio às incongruências metateóricas de seu doutorado, bem como à sua ideia no presente artigo de que a estrutura orgânica da sociedade poderia ser entendida como um “sistema frouxo”, composto por complexos intrincados de relações em rápido movimento e sobrecarregado de detalhes. Neste último caso porque não poderíamos jamais dizer de grupos sem ponderarmos acerca de uma estrutura mais abrangente de significados que os vincula em uma assimetria comunicativamente possível, deixando ainda mais nublada em Blumer a saída para a equalização do problema metateórico específico às ciências sociais entre um individualismo metodológico e um holismo metodológico.

7.6 What’s wrong with social theory? (1954)

Lido diante do encontro anual da *American Sociological Association* de 1953 e publicado no volume de fevereiro de 1954 da *American Sociological Review*, “What is wrong with social theory?”³⁷ é mais uma das tentativas de Blumer de refletir o problema do conceito na atividade científica, trabalhando-o no âmbito específico das ciências da sociedade. A recorrência da problemática em sua obra demonstra muito bem, podemos dizer, a dimensão de sua perplexidade frente à objetividade do conhecimento social, principalmente no rumo tomado após o desfecho desalentador a que é levado na escrita de seu doutorado. Um deslocamento de foco que o traz para reflexões de ordem mais abstrata, mas que o conserva distante do instrumental filosófico necessário para uma efetiva análise dos fundamentos da ciência, e da ciência social em específico, a ponto de que o vejamos crer seriamente na solução de problemas eminentemente metateóricos via um plano de deslindamentos teóricos. Isso não quer dizer que Blumer não veicule

³⁷ Em tradução livre: “O que há de errado na teoria social?”.

considerações metateóricas, mas simplesmente que, quando o faz, o faz entremeado a uma deferência teórica, sem o reconhecimento adequado dos pressupostos ontológicos, epistemológicos e lógicos implicados, o que confere um tom desalinhado e por vezes o contraditório às argumentações. É isso também que o impede de penetrar efetivamente na questão da testabilidade científica e de seus critérios, mantendo-se sempre à superfície de uma proposta metateoricamente original.

Ao início do artigo Blumer declara que está preocupado com a teoria social como uma parte da ciência empírica. Sua ideia acerca de uma classificação das ciências, porém, torna-se mais clara em uma longa nota em que a teoria social científica é oposta tanto ao que ele chama de um tipo de teoria social voltada à interpretação significativa do mundo social, quanto a uma “teoria de políticas”, que nada mais seria do que um tipo de teoria social inclinada à resposta a situações políticas concretas, algo próximo daquilo que Thomas e Znaniecki haviam nomeado de “sociologia prática” na “Methodological note”. No entanto, se a oposição de Blumer ao segundo tipo de teoria social é facilmente entendível na trajetória de sua obra, a oposição ao primeiro tipo parece evocar uma mudança de postura respectivamente à sua concepção de explicação científica. Estamos pensando mais diretamente na concessão a que havia desembocado quando de seu “An appraisal of Thomas and Znaniecki’s *The Polish Peasant in Europe and America*”, em 1939, pois lá havia desembocado na admissibilidade de explicações interpretativas, considerando-as até mesmo como o único tipo de explicação exequível ante a complexidade e limitação dos dados sociais qualitativamente disponíveis e a inevitabilidade de uma extrapolação teórica.

Buscando diferenciar sua noção de teoria social como ciência empírica dos tipos interpretativo e político, ele escreve logo em seu segundo parágrafo:

O objetivo da teoria na ciência empírica é desenvolver *esquemas analíticos* do mundo empírico, com os quais a ciência dada está preocupada. Isso é feito ao *conceber-se o mundo abstratamente*, isto é, em termos de *classes de objetos e de relações entre essas classes*. Esquemas teóricos são, essencialmente, propostas quanto à natureza de tais classes e de suas relações onde essa natureza é problemática ou desconhecida. Tais propostas tornam-se guias para a investigação para ver se elas ou suas implicações são verdadeiras. Assim, a teoria exerce influência impositiva sobre a pesquisa – configurando problemas, designando objetos e conduzindo investigações sobre relações

asseridas. Por sua vez, as descobertas de fatos *testam* teorias e, na sugestão de novos problemas, convidam à formulação de novas propostas. *Teoria, investigação e fato empírico estão entrelaçados em uma textura de operação com a teoria guiando a investigação, a investigação procurando e isolando os fatos e os fatos afetando a teoria.* A fecundidade de sua influência recíproca é o meio pelo qual uma ciência empírica se desenvolve (1954: 3; grifos nossos).

Não há no trecho nenhuma caracterização metateórica decisiva a respeito de como são articulados reciprocamente teoria, investigação e fato. A caracterização de Blumer é excessivamente genérica e tudo o que podemos dizer é que parece haver a manutenção de uma postura realista a respeito das construções teóricas, associando a concepção do mundo por abstração a uma caracterização das classes e das relações entre classes que configuram esse mundo. Além disso, podemos afirmar também que aqui esse realismo é de caráter concentradamente metodológico, à medida que os sistemas teóricos são guias para o teste científico e, dessa forma, temos a conformação de uma tese da carga teórica em uma versão moderada. Contudo, só o podemos comentar desse modo à luz da análise de textos anteriores e supondo ainda que Blumer tenha minimamente se preocupado em delinear de forma razoavelmente rigorosa a sequência de articulação de teoria, investigação e fato, pois, mesmo no restante do artigo, ele não procura explicitar essa relação e muito menos a sua ideia de classe, a fim de que possamos contrastá-la com seu pensamento anterior. Assim, acreditamos que se não se ocupa da explicitação dessas questões é porque de alguma maneira se crê contemplado pelas reflexões e tratamentos que dedicara em momentos anteriores, considerando este um prolongamento daquelas discussões.

À vista da caracterização que oferece dos elementos e da interrelação dos elementos na constituição de um esboço bastante tênue do desenvolvimento científico, o autor propõe-se a elencar os percalços que a teoria social tem enfrentado para se ajustar à metodologia da ciência. São três os pontos que levanta para tanto, constituindo objeções respectivamente à preocupação excessivamente exegética sobre as teorias sociais, à incapacidade de construir sistemas dedutivos para a implicação de consequências empíricas e ao alheamento em relação à vasta quantidade de fatos acumulados. Porém, como bem observa Kenneth Baugh (1990), o primeiro e o terceiro pontos não são nitidamente questões distintas, pois é justamente o enfoque concentrado sobre a discussão de outras teorias que torna

as teorias sociais empiricamente desvinculadas. Já o segundo dos pontos nos remete ao que seria uma concepção axiomática das teorias, pela qual haveríamos de ter hipóteses fundamentais nitidamente distinguíveis e delas pudéssemos retirar hipóteses derivadas, que, com o auxílio de hipóteses colaterais, nos levassem a enunciados de consequências observacionais.

Esses três pontos de deficiência da teoria social, para Blumer, têm sido prevalentes mesmo quando teóricos de mentalidade empírica procuram aproximar a teorização social do âmbito da experiência, de modo que a severidade de suas contraposições mútuas tem suscitado no âmbito dos estudos sociais um clima de suspeição e contribuído, então, muito mais à fragmentação das linhas de investigação do que à sua conciliação, mantendo a cientificidade da teoria social distante de uma consolidação. Sua crítica, neste momento, não diverge da posição que manifestara no início do texto de seu doutoramento para justificar a premente necessidade de uma discussão de método para a psicologia social. A sensação de que a pulverização de perspectivas teóricas representaria um risco para o caráter científico das investigações sociais está mesmo presente em todo o percurso intelectual de Blumer, embora nem sempre ele a transparea. É ela que nos orienta para um fundo realista em sua metodologia, situando os limites da objetividade da explicação nos parâmetros últimos de uma concepção de verdade por correspondência, conciliada, obviamente, em alguma medida com as influências do pragmatismo.

A fim de contestar a fragmentação da teoria social, Blumer propõe sondar em um nível mais profundo do que o têm feito usualmente os teóricos sociais e isso se traduz, para ele, em um exame acerca da natureza dos conceitos científicos. Em sua visão, as teorias só têm valor para a ciência empírica quando conseguem promover frutuosamente uma conexão com o mundo empírico e “os conceitos são os meios, e os únicos meios, de estabelecer essa conexão, pois é o conceito que aponta para as instâncias empíricas acerca das quais uma proposta teórica é elaborada” (1954: 4). E se o conceito é a unidade teórica responsável pelo nexos entre teoria e experiência, o acentuado atomismo que se vislumbra por exigência do teste científico desde a sua explicitação em “The problem of the

concept in the social psychology” persiste no cerne do pensamento metodológico de Blumer.

A clarificação do conceito torna-se fulcral para que a teoria alcance os fatos, revelando-lhe plenamente a pretensão de identificar os elementos da realidade, os quais podem ser “usados para testar as propostas teóricas e explorados para sugerir novas propostas”, quando o contraste com os fatos refutar as pretensões observacionais deriváveis da teoria. No entanto, conceitos claros envolvem definições explicitamente precisas, que afastem falhas na intensionalidade e, assim, também na extensionalidade do conceito, tornando o termo conceitual não somente a unidade de testabilidade da teoria, senão que também sua unidade de formação. E é essa conjunção entre descoberta e prova em uma unidade analítica que confere ao problema do conceito papel de mais absoluta relevância à metodologia científica:

Um reconhecimento da posição fundamental dos conceitos na teoria em ciência empírica não significa que outros assuntos não são importantes. Obviamente, a significância das habilidades intelectuais na teorização, tais como a originalidade e a imaginação disciplinada, não requer nenhum destaque. Similarmente, técnicas de estudo são de clara importância. Além disso, corpos de fatos são necessários. No entanto, um pensamento profundo e brilhante, um arsenal de instrumentos mais precisos e engenhosos, e uma ampla variedade de fatos são carentes de significado na ciência empírica sem a relevância empírica, a orientação e a ordem analítica que só podem se dar por meio de conceitos. Uma vez que, na ciência empírica, tudo depende do quão frutuosa e fielmente o pensamento se entrelaça com o mundo empírico em estudo, e uma vez que os conceitos são a *porta de entrada* para aquele mundo, *o funcionamento efetivo dos conceitos é uma matéria de importância decisiva* (1954: 5; grifos nossos).

Todavia, o que se sabe também é que os conceitos em ciências sociais têm sido marcados por um caráter de vaguidade e ambiguidade. Conceitos como “atitude”, “valor”, “personalidade”, “instituição social”, “estrutura social” e “sistema social” são caracterizados pela frouxidão com que permitem discriminar instâncias empíricas. Se permitem alguma identificação dessas instâncias, esta não se estende a uma demarcação precisa no âmbito da experiência da classe de objetos a que pertencem; não se é possível proceder a uma cisão racional no mundo empírico entre “o que é coberto pelo conceito e o que não é. As definições que são providas para tais termos usualmente não são mais claras do que os conceitos que elas procuram definir” (1954: 5). Mas o que Blumer quis dizer

exatamente com isso não nos parece tão evidente quanto ele acreditava. Dizer que as definições são menos claras do que os conceitos por elas definidos parece mesmo uma tautologia, se não uma contradição, visto que não poderiam mesmo ser mais claras, e muito menos usualmente, pois essas definições são a base constitutiva do entendimento do próprio conceito com o qual se as quer comparar. Não obstante, se ele se equivoca com as palavras, o que soa estar no seio de sua indagação é o caráter vago, e pressupostamente ambíguo, pois, em Blumer, é partindo-se da análise da definição linguística que se chega às condições da explicitação definicional extralinguística, dos conceitos nas ciências sociais. Como diz:

Esse caráter *ambíguo* de conceitos é a deficiência básica na teoria social. Ela nos embaraça a aderência estrita ao nosso mundo empírico, pois não estamos seguros do que aderir. Nossa incerteza quanto ao que estamos nos referindo nos impede de elaborar questões pertinentes e apontar problemas relevantes para a pesquisa. O sentido *vago* embota nossa percepção e, assim, vicia a observação empírica direcionada. Isso sujeita nossa reflexão acerca de possíveis relações entre conceitos a uma larga faixa de erro. Ele estimula nossa teorização a revolver-se em um mundo separado do seu próprio, com somente uma tênue conexão com o mundo empírico. Isso limita severamente a clarificação e o crescimento que os conceitos podem derivar das descobertas de pesquisa. Isso conduz a uma teorização indisciplinada, que é uma má teorização.

(...) [Logo,] a clarificação de conceitos não é alcançada mediante a introdução de um novo vocabulário de termos ou novos termos substitutivos – a tarefa não é lexicográfica (1954: 5; grifos nossos).

Entretanto, se a tarefa de clarificação dos termos conceituais não é lexicográfica, estamos diante de um problema que se entranha ainda mais pela teorização social, um problema que não compete meramente ao âmbito epistemológico de sua conformação, senão que evidencia uma característica com a qual todo e qualquer ato de apreensão cognitiva acerca de fenômenos sociais deve lidar. É sob a égide de um problema eminentemente ontológico que os procedimentos operacionalistas desenhados para isolar conteúdos empíricos estáveis são tornados inócuos ao conhecimento da sociedade, bem como o são “a construção experimental de conceitos, a análise fatorial, a formação de sistemas matemáticos dedutivos e, embora ligeiramente diferente, [também] a construção de índices quantitativos fiáveis” (1954: 6).

Nesse sentido, Blumer segue as linhas de seu artigo de 1940, “The problem of the concept in social psychology”, e reitera seu afastamento da posição que defendera em 1931 com “Science without concepts”, dado que contrapõe às definições operacionais uma objeção ontológica circunscrita ao universo social, reduzindo a força de uma crítica ampla ao operacionalismo. Mesmo assim, não se afasta convincentemente, já que o modo pelo qual condena as definições operacionais dizendo que um conceito assim conformado “não possui o caráter abstrato de uma classe com atributos especificáveis” (1954: 6) torna confusa a dimensão argumentativa de sua crítica, de maneira que não sabemos se está efetivamente combatendo aquelas posições em um plano geral das ciências ou em um plano específico das ciências sociais.

Ademais, a forma como associa a definição por critérios operacionais com procedimentos matematizantes e quantitativos reforça o entendimento de que para ele conceitos claros e precisos são exequíveis e demandam necessariamente uma abordagem indutivista sensorialista, cuja proximidade das inferências em relação à experiência permita a contabilização e a mensuração, produzindo “conceitos definitivos” a partir da identificação inequívoca de elementos mínimos ou unidades fenomênicas da realidade. Porém, a guinada generalizante da crítica metodológica ao operacionalismo tornaria a obtenção de tais conceitos claros e precisos uma tarefa quimérica. A instabilidade quanto à abrangência da argumentação interfere na relação que se espera estabelecer entre teoria e experiência, à medida que pela crítica geral esperamos que os sistemas teóricos ultrapassem os conteúdos indutivamente apreensíveis e isoláveis, nos alçando ao conhecimento da classe – como um universal –, enquanto pela crítica específica o que se sublinha é que tal extrapolação inferencial seja uma condição particular das teorias sociais, impedidas ontologicamente de atingirem a contento o ajuste com a realidade empírica.

No fim das contas, o que prevalece na exposição de Blumer é uma abordagem particularista. É isso que fica implícito ao afirmar que “conceitos definitivos” não são possíveis ao estudo do mundo empírico social, vindo a propor o que chamou de “conceitos sensibilizadores”. A falta de pontos de referência fixos à conceituação impediria as disciplinas sociais tanto de acederem a termos

universais quanto de realizarem a instanciação de seus termos conceituais, demonstrando-se novamente a vinculação para o autor dos problemas relativos ao estatuto lógico dos termos teóricos com os problemas acerca do estatuto ontológico da referência desses termos. Não à toa, temos a inversão explicativa do problema da definição conceitual, pois, se a ambiguidade é uma característica inerente à natureza dos conceitos científico-sociais, os conceitos não seriam vagos porque ambíguos, mas ambíguos porque vagos, já que caracteres extralinguísticos precederiam e determinariam a delimitação linguística dos termos conceituais.

Um *conceito sensibilizador* carece de tal especificação de atributos ou pontos de referência e, conseqüentemente, *não permite que o usuário se mova diretamente para a instância e seu conteúdo relevante*. Em vez disso, ele dá ao usuário um sentido geral de referência e orientação na abordagem de instâncias empíricas. Enquanto conceitos definitivos fornecem prescrições sobre o que ver, conceitos sensibilizadores meramente sugerem direções ao longo das quais podemos olhar. Centenas de nossos conceitos - como cultura, instituições, estrutura social, costumes conscientes [*mores*] e personalidade - não são *conceitos definitivos*, mas *sensibilizadores* por natureza. Eles carecem de referência precisa e não possuem pontos de referência que permitam a identificação nítida de uma instância específica e de seu conteúdo [geral, universal]. Em vez disso, eles repousam em um sentido geral daquilo que é relevante. Dificilmente poderia haver qualquer disputa acerca dessa caracterização.

Agora, não devemos assumir tão prontamente que nossos conceitos são sensibilizadores e não definitivos meramente por causa de imaturidade e de falta de sofisticação científica.

(...)

Penso que é esse caráter distintivo [próprio] da instância empírica [social] e de sua configuração que explica por que nossos conceitos são sensibilizadores e não definitivos. Ao lidar com uma instância empírica de um conceito para propósitos de estudo ou análise, nós não confinamos nossa consideração dela àquilo a que estritamente é coberto pela referência abstrata do conceito, e aparentemente nem poderíamos fazê-lo significativamente. Nós não descartamos aquilo que dá a cada instância seu caráter peculiar e nos restringimos ao que ela tem em comum com as outras instâncias da classe coberta pelo conceito. Ao contrário, *nós parecemos forçados a atingir o que é comum aceitando e usando o que é distintivo à instância empírica dada* (1954: 7-8; grifos nossos).

Tal deferência ao particular constitui mesmo o que Blumer vem a chamar de “o mundo social natural da experiência cotidiana”, valendo-se de uma terminologia um tanto quanto obscurantista para asseverar nada mais do que o caráter acima de tudo ontológico de suas reflexões críticas, como já pudemos

destacar. Todavia, enquanto diretamente inapreensível, o mundo social natural nos obriga ao uso de um leque de conceitos sensibilizadores, em cuja aplicação sobre a experiência “temos de *inferir* que qualquer instância dada em nosso mundo empírico natural e seu conteúdo são cobertos por um de nossos conceitos” (1954: 8; grifo do original), o que, conseqüentemente, nos conduz a uma condição de estagnação teórica, uma vez que não são fornecidos critérios, e nem poderiam sê-lo, para o teste da adequação desses conceitos. Isso porque, ainda que Blumer afirme que “conceitos sensibilizadores podem ser testados, aperfeiçoados e refinados (...) mediante o estudo cuidadoso de instâncias empíricas a que se presumem cobrir”, o atomismo que estrutura sua visão da natureza das teorias científicas inviabiliza toda e qualquer testabilidade exequível, visto que não se podem testar conceitos – e nem mesmo enunciados – isoladamente, senão que apenas teorias como um todo (holismo do teste). Assim, a estrita pretensão de esquemas conceituais constituídos integralmente por meio de definições explícitas torna-se um requisito ilusório, comprometendo toda a reflexão ontológica mobilizada para demarcar o campo das ciências sociais em relação ao das demais ciências empíricas. Eis o beco sem saída da exigência de que conceitos que sejam definidos anteriormente ao seu emprego em sistemas teóricos, como unidades sobre as quais se erigirem esses sistemas; uma exigência que se mostra remanescente de um indutivismo de descoberta e justificação, contrariando a tese moderada da carga teórica que se dispunha na caracterização inicial de ciência empírica no artigo.

Além disso, cabe-nos ressaltar que a própria noção de “conceito sensibilizador” não parece muito diferente da noção de teorização interpretativa que Blumer reconheceu na apreciação de *The Polish Peasant* e, desse modo, a delimitação entre uma teoria social empírica, por um lado, e uma teoria social interpretativa, por outro, não parece se legitimar mesmo dentro das condições sua própria obra. De fato, as mesmas dificuldades metateóricas com relação aos enunciados interpretativos que Blumer enfrentara naquela apreciação reaparecem em “What is wrong with social theory?” na forma dos enunciados constituídos por conceitos sensibilizadores, não havendo aqui qualquer avanço respectivamente ao esclarecimento daquele caráter de relação psicológica que havia de orientar a

aceitabilidade do conteúdo “meramente” inferencial das teorias sociais. O apelo à sensibilização em detrimento dos traços (sensorialmente) objetivos não nos permite saber em que ponto a compreensão necessária ao entendimento dos fenômenos sociais escapa da inferencialidade constitutiva das demais ciências empíricas, justamente porque a metodologia destas é reconstruída por Blumer de um modo que não contempla seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e lógicos.

Por fim, não obstante tais percalços, não devemos concordar com o entendimento de Baugh (1990) de que o relativo abandono do metaconceito em escritos posteriores sugira sua frivolidade ou excepcionalidade dentro da trajetória intelectual de Blumer. Conquanto ele lembre acertadamente que o metaconceito de “conceito sensibilizador” venha a ser quase que abandonado após a sua cunhagem no presente artigo, só retornando de passagem em um artigo escrito dois anos depois, em 1956, e então retomado novamente apenas em 1977, de um modo também superficial, em uma breve réplica que tece contra um crítico de sua obra, não podemos negligenciar que esse metaconceito é gestado como uma depuração do que já se apontava nos trabalhos prévios e que, principalmente, ele está contido implicitamente nos trabalhos pósteros. Acreditamos, em consonância com Hammersley (1989), que a ideia de um conceito sensibilizador se encontra implícita nos processos de exploração e inspeção que Blumer propõe no célebre artigo “The methodological position of the symbolic interactionism”³⁸, publicado de forma inédita em 1969 na abertura da coletânea *Symbolic Interactionism*³⁹.

Aliás, é justamente nesse artigo que Blumer viria a organizar mais explicitamente a sua proposta de alternativa metodológica às ciências sociais, a qual veio a nomear de “pesquisa naturalista”, termo mesmo que surge no final do presente artigo de 1954 quando o autor, por meio da alegação do caráter intrinsecamente sensibilizador da teorização social, vem a asseverar pela estrita

³⁸ Em tradução livre: “A posição metodológica do interacionismo simbólico”.

³⁹ É precisamente a ideia de sensibilização que está no pensamento de Blumer quando afirma: “Inspeção é o oposto de dar uma ‘natureza’ para o elemento analítico por operacionalização do elemento (por exemplo, a definição de inteligência em termos de quociente de inteligência). Ela visa, em vez disso, à identificação da natureza do elemento analítico por um intenso *escrutínio* de suas instâncias no mundo empírico” (1969: 45; grifo nosso). Note-se que também aqui que a definição do elemento analítico é contraposta a uma definição meramente operacional, equivalendo-a, logo após, a um escrutínio de instâncias, o que confere seu caráter de imprecisão.

observância das características próprias do “mundo social natural”, lugar do qual ele retira o sentido controverso de seu “naturalismo”⁴⁰. Dessa maneira, se o metaconceito vem a quase desaparecer nominalmente em sua obra futura, ele é, sem sombra de dúvidas, incorporado em outros conceitos dela, carregando consigo as contradições que se mostram já desde o presente artigo. E é justamente a continuidade do eixo de conflito metateórico que nos propusemos a deslindar em nossa dissertação, resgatando as linhas de fundamentação que fazem com que Blumer oscile entre o verificacionismo das ciências naturais, por um lado, e a compreensão-interpretativa necessária à abordagem do significado nos fenômenos da sociedade, por outro, a fim de estabelecer em sua metodologia uma objetividade científica às disciplinas sociais.

⁴⁰ Divergente, portanto, daquele que a que temos recorrido para qualificar na análise de sua tese o que seria sua crítica à abordagem naturalista.

CAPÍTULO 8
DELINEAMENTOS DE UMA RECONSTRUÇÃO ANALÍTICO-CRÍTICA DA
COMPREENSÃO
A PARTIR DA OBRA DE BLUMER

Nas seções do capítulo anterior, procuramos delinear os pontos capitais do pensamento metateórico de Herbert Blumer, mesmo quando implícito, apresentando suas consequências filosóficas e científicas e apontando para o que seriam suas contradições internas e seus impasses de fundamentação, no que denominamos uma reconstrução analítico-descritiva de sua metodologia. No presente capítulo, partindo das constatações empreendidas nessa reconstrução prévia, procuraremos avançar em nossas investigações ultrapassando a disposição mais propriamente exegética do exame das linhas de argumentação de Blumer e procedendo a um esboço de reorientação das estratégias de investigação por ele propugnadas, no que se ousará reestruturar o esquema-base blumeriano a partir da incorporação ponderada de um instrumental de reconstrução compreensivo-interpretativo que nos permita então conferir objetividade ao estudo dos significados sociais, bem como a partir do rearranjo do próprio instrumental de fundamentação mobilizado pelo autor na instauração de um enfoque interacionista simbólico. A isso chamaremos *uma etapa analítico-crítica de nossa reconstrução metodológica*.

A metateoria social de Blumer, como temos acompanhado, tem sido atravessada por dificuldades cruciais no encaminhamento de questões ontológicas, epistemológicas e até mesmo lógicas no desenvolvimento de um corpo estruturado de fundamentos para a pesquisa científico-social. Sua busca por conjugar posições tradicionalmente conflitantes na filosofia, em parte ancorado no modo de trabalho da tradição do pragmatismo, o tem conduzido a severas contradições de discurso, algumas delas derivadas de tentativas explícitas de montagem de uma nova linha de pesquisa com o objetivo de conciliar impasses metacientíficos no campo das ciências sociais, outras mais propriamente derivadas

de supostos implícitos em seu raciocínio. No entanto, o que emana de comum dos percalços metateóricos que acometem a obra de Blumer é uma séria dificuldade em lidar adequadamente com a transposição dos problemas filosóficos mais amplos para o domínio das discussões acerca dos fenômenos sociais, o que amplifica a percepção dos equívocos em relação à sua assimilação de correntes de pensamento da filosofia.

Ainda que reconheça e identifique certas questões que mobiliza na constituição de sua metodologia para as ciências sociais como eminentemente filosóficas, vindo a introduzir discussões clássicas, como se nota facilmente no texto de seu doutoramento e em alguns de seus artigos posteriores, sua análise metateórica fica comprometida pela falta de sofisticação em relação ao discernimento dos níveis de discurso que se empregam na análise da atividade científica. Suas apreciações, em muitos momentos, tendem a aplinar os debates de fundo reduzindo argumentos metateóricos a tecnicismos ou mesmo, como se torna mais evidente no deslocamento que confere a seus artigos, a indagações eminentemente teóricas. Quando rechaça a explicação causal como base para as ciências sociais em sua tese, Blumer o faz dentro de uma contraposição em bloco ao comportamentalismo metodológico radical, tomando o problema da causalidade como o correlato de um antimentalismo, que se demonstraria epistemicamente insuficiente por se vincular intimamente a técnicas de quantificação, instrumentação e experimentação laboratorial. Sem dúvida, sua argumentação não é de todo imprópria, pois em muitos momentos aponta para insuficiências explicativas relevantes por parte do comportamentalismo, sublinhando fenômenos reconhecidamente inacessíveis a uma metodologia estritamente comportamental. Mas não deveria decorrer imediatamente disso a crença na inconsistência do modelo causal de explicação. A esse respeito, a montagem do argumento de Blumer, como temos enfatizado, bem demonstra como seu encadeamento dos problemas em um nível metateórico está longe de respeitar a complexidade da discussão filosófica que traz para dentro de sua metodologia.

A dificuldade no discernimento dos níveis de discurso científico impele Blumer a uma sobreposição dos contextos da descoberta e da justificação, que,

por sua vez, no quadro da fundamentação de um método científico, o faz incorrer em um *antiapriorismo radical*, associando inadvertidamente *empirismo (genético)* e *ciência empírica*. Reduzidos a operações técnicas ou a concatenações teóricas frente à experiência, os problemas metodológicos aparecem falsamente como emanções da própria realidade, apresentando-se para o cientista social no decorrer da investigação. Assim, postulações ou pressupostos *a priori* tornam-se, indistintamente, resíduos de uma metafísica especulativa que se demonstraria abertamente contraditória a um conhecimento empiricamente constituído. O desdobramento desse antiapriorismo, porém, não se dá sem embaraços, e bastante graves. Isso fica claro nas características elencadas para a sua concepção de fatualidade, já no final do texto de sua tese. Lá percebemos de modo muito evidente o conflito inconciliável que se instaura entre um pressuposto oriundo dos cânones pragmatistas a respeito da *carga teórica dos enunciados de observação* e o *empirismo radical* que Blumer defende para a validade empírica dos enunciados básicos de sua ciência social. Efetivamente, o embaraço vai mais além e tangencia mesmo o problema do estatuto dos termos teóricos, uma vez que em sua metodologia todo conceito deve ser subsumível a teste empírico, superando a ambiguidade e a vaguidade por meio de identificação extensional dos termos conceituais, o que o faz desembocar finalmente na exigência de um *verificacionismo atomista*.

Ainda que mais tarde venha a propor o que chama de “conceitos sensibilizadores” para as ciências sociais, ele só o faz por força dos crescentes inconvenientes à exequibilidade de sua concepção de metodologia no que tange à cobertura dos fenômenos sociais e à validação de seus conhecimentos, sem jamais pôr em questão a adequabilidade de seu esquema empirista radical para a avaliação das ciências empíricas em geral, não obstante o conflito entre a pretensão de enunciados universais e as limitações lógicas do indutivismo. Esse conflito, aliás, Blumer incorpora acriticamente da filosofia do pragmatismo, especialmente como disposto em Mead, assim como a defesa que faz em determinados momentos de sua tese de uma testabilidade de cunho refutacionista, sem se dar conta das incongruências epistemológicas postas frente ao critério estrito de verificabilidade a que recorre.

Blumer não pode nem mesmo evitar, em meio à estruturação de sua metodologia, o desvirtuamento do falibilismo epistêmico, pois seu indutivismo de descoberta e prova incorre inevitavelmente em um fundacionismo. Sua tentativa de desenvolver a filosofia social de Mead em um enquadramento científico esbarrou em deficiências filosóficas primordiais, mesclando indevidamente problemas metateóricos gerais com específicos, sem perceber as contradições de fundamentação das ciências sociais em meio ao âmbito mais abrangente das ciências empíricas em geral. É assim que a inviabilidade de um critério empirista de significado cognitivo para a validação de explicações mentalistas com base em significados sociais leva a um conhecimento compreensivo-interpretativo falível, mas débil, porque carente de critérios de testabilidade objetivos, pondo-se de lado o impasse da efetiva viabilidade do verificacionismo para a validação do conhecimento científico em geral. Com efeito, produz-se um dualismo no seio da concepção de ciência assim implicada, já que nos dispomos a um antagonismo epistemológico entre uma ciência social falibilista e uma ciência natural fundacionista. Convém lembrar que a inflexão da metodologia blumeriana não avança no sentido de questionar os princípios da metateorização científico-natural tendo por parâmetro os severos desajustes com que se depara na tentativa de sua aplicação ao âmbito das ciências sociais, mas tão somente no sentido de reconhecer aqueles desajustes e propor critérios atenuados a estas, mantendo as ciências naturais como modelo. Assim, a mesma simplificação precipitada opõe, agora explicitamente, explicações causais e explicações compreensivas, como um correlato daquela oposição que se estabelece pela inviabilidade do verificacionismo radical ao âmbito do conhecimento acerca dos fenômenos da sociedade.

Compreender é reconhecer a variabilidade própria da consecução dos fenômenos sociais, absorvendo para a explicação desses fenômenos a relevância de um pressuposto de internalidade mental que oriente os agentes sociais em torno de significados de conduta, cultural ou socialmente conformados. Uma internalidade mental que torna a relação entre estímulos e respostas comportamentais mediada por uma força ativa e voluntária do agente sobre o curso de sua própria conduta, retirando o automatismo comportamentalista e

permitindo explicar tanto as diferentes respostas oferecidas a um mesmo estímulo quanto a unidade das respostas para estímulos diversos. Entretanto, a aceitação de uma postura mentalista não contradiz uma ciência social de base comportamental, à medida que a mente é um pressuposto que deriva da condição fenomênica própria da sociedade. Em outras palavras, a mente é uma necessidade epistêmica da explicação dos comportamentos. Eis a grande contribuição de Mead para a teoria social que, muito acertadamente, é reproduzida e, de certo modo, aprimorada expositivamente por Blumer. O ajuste sintético entre *mentalismo* e *comportamentalismo* é o que torna o autor confiante do caráter empírico da compreensão e o que o leva a criticar o apriorismo das propostas de Thurstone e de Dewey para a solução do aspecto compulsivo do estímulo, tal qual se constitui nas propostas teóricas e metodológicas de autores comportamentalistas radicais.

E se compreender é adequar-se explicativamente ao tipo de manifestação do objeto social, reconhecendo sua variabilidade, rejeitar explicações compulsivas entre estímulos e respostas é contestar a competência de relações deterministas via uma componente voluntarista da análise do comportamento, a qual não habilita o investigador a suprimir o poder do agente na definição do curso de sua própria conduta. A velha tensão entre liberdade e necessidade se reedita para Blumer com vistas a recuperar a amplitude da experiência do comportamento humano, atrelando-se oportunamente à oposição entre conhecimento idiográfico e conhecimento nomotético e enfatizando o caráter contextual da conjunção entre estímulos e respostas, no que se rejeita junto ao determinismo e à legiformidade explicativa também a causalidade nas investigações sociais. Dessa forma, a compreensão é justificada pela particularidade dos fenômenos sociais, uma vez que sua consecução é definida na circunstância pelos agentes concretamente envolvidos, que voluntariamente mobilizam significados e articulam respostas em uma interação comunicativa. Apreender tais significados torna-se tarefa de uma metodologia subjetiva, que, evocada por um investigador, assume a forma de uma *introspecção simpática*, a partir da qual se acessa autoidentificada e imaginativamente a subjetividade dos agentes.

Contra o idealismo de Cooley e seu decorrente solipsismo, o significado se torna para Blumer uma atribuição conferida a um comportamento observado,

assegurando à investigação uma base empírica, dada para além da apreensão do investigador. Contudo, se Blumer concebe o significado como um atributo do comportamento, baseando-se nitidamente em Mead, sua concepção da apreensão do significado não segue a mesma linha e é submetida à subjetividade do investigador, como um produto da aplicação de sua intuição sobre os fenômenos sociais. Logo, a objetividade ontológica do significado objetivado por um agente é desvanecida pela subjetividade epistemológica do significado para um investigador, incidindo na proliferação de uma miríade de interpretações possíveis sem que haja um critério para avaliar sua adequação empírica. Em que pese a preeminência do sujeito cognoscente na relação epistêmica, a objetividade do significado se torna, como já mencionamos, uma postulação meramente arbitrária, fadada à intangibilidade de um interpretativismo.

A razoabilidade como critério único de validade de uma interpretação não nos oferece condições para distinguirmos teoricamente a *adequação empírica* da *equivalência empírica*, cabendo-nos confiar apenas na autoridade do investigador, o que também não inibe o subjetivismo. Com efeito, diante da bifurcação metateórica peremptória entre verificacionismo e compreensibilidade, somente duas propostas à delimitação do estatuto epistêmico das disciplinas sociais podem ser alvitadas e Blumer palmilha ambas. Primeiro, sonda a possibilidade de conceder objetividade à compreensão, inicialmente, em um plano técnico, com a qual se desilude no desfecho de sua tese, e, posteriormente, em um plano teórico, apostando na crítica ao modo de formação dos conceitos, no artigo de 1931. Depois, acossado pela falta de uma proposta original consistente quanto a um modelo de definição conceitual nas disciplinas sociais, toma o caminho de uma cientificidade abrandada para a metodologia compreensiva, admitindo o que seriam conceitos de natureza hipotética ou, como veio depois a nomeá-los, conceitos sensibilizadores, assumindo uma característica ontológica dos objetos sociais.

Todavia, se a vaguidade e a ambiguidade dos conceitos sociais são relativamente abrangidas por essa inflexão de Blumer, uma concepção forte de cientificidade ancorada em um critério empirista de significado torna contraditória a concessão do estatuto de ciência às disciplinas sociais, à medida que a

objetividade da compreensão fica comprometida na autoridade do intérprete, remetendo-nos de volta à primeira das propostas. Sem uma reflexão adequada acerca das consequências de um abrandamento da concepção de ciência também para o domínio das ciências naturais, o dualismo metodológico – a rigor, mesmo, o dualismo ontológico – torna-se intransponível entre ambos os universos de disciplinas. Eis a circularidade que Blumer já pressagiara para a compreensão no texto de seu doutoramento, mas cuja origem foi incapaz de identificar.

Foi incapaz, pois havia postulado a inquestionabilidade do critério empirista de significado desde o início de sua reconstrução metodológica, na forma de um posicionamento decisivamente anti-metafísico – por vezes equivalido a um antiapriorismo –, inserindo no seio de seu esquema-base uma antinomia. Com isso, não se poderia esperar que ele pudesse algum dia fundamentar objetivamente o método da compreensão. É a oposição entre um verificacionismo radical atomista e uma metodologia compreensivo-interpretativa que está por detrás do que Kenneth Baugh aponta em termos pouco claros, criticando a obra de Blumer, como “sua desconexão entre metodologia e interacionismo simbólico” (1990: 54), ou então daquilo que Martin Hammersley (1989) indica pelo conflito entre um traço de positivismo e uma pretensão interacionista simbólica¹. No entanto, o que falta a ambos em suas análises é mesmo uma incursão propriamente metateórica dos argumentos. Baugh e Hammersley inclinam-se perigosamente sobre a consideração conjunta da metodologia enquanto análise de pressupostos racionais e discussão de técnicas de operacionalização de dados empíricos, cometendo equívoco similar àquele de Blumer. Além disso, ambos os autores conferem pouco valor à apreciação da tese de doutorado de Blumer, que acreditamos ser de primordial relevância para o justo entendimento das decisões metateóricas que configuram a metodologia blumeriana em seus impasses.

Conquanto nunca a tenha considerado digna de publicação, em arbitramento que atribuímos ao pesaroso fracasso de sua proposta tecnicista e a seu consequente abandono, é na tese que estão contidas as mais profundas reflexões metateóricas que Blumer explicita e, dessa maneira, é também nela que

¹ Hammersley também aponta para um caráter realista do pensamento blumeriano, mas isto deixaremos para um momento posterior de nossa análise.

podemos encontrar mais prolificamente os desdobramentos implícitos para a sua metodologia das ciências sociais. Ignorar o peso dessas reflexões para o empreendimento de seu trabalho póstero é atribuir uma importância excessiva a um fato sociológico em detrimento de fatores racionais, pois que Blumer tenha desistido de publicar seu doutoramento não sinaliza que seus trabalhos publicados sejam mais relevantes. Estamos diante de uma crença infundada relativa à plena consciência de um autor acerca do conjunto de sua própria obra.

É principalmente no texto da tese que se compreende que Blumer não logrou assimilar o *princípio pragmático* proposto por Peirce e que se incorpora na obra de Mead em sua teoria do *self*². A lacuna na assimilação dessa teoria por Blumer só se revela de modo claro quando acompanhamos que o autor se inclina a uma espécie de correspondência da concepção de interação de Mead com aquela propagada por Cooley. Diz ele, “Cooley, como vimos, se esforça para explicar o processo [de interação social] mediante sua ideia de ‘simpatia’; a noção de ‘tomada de papel do outro’ desenvolvida por Mead e Faris é um esforço muito semelhante para considerar a base dessa interação” (1928: 226). No entanto, a aproximação proposta entre os dois autores oculta precisamente uma inflexão rumo à objetividade da apreensão do outro que desponta nas reflexões de Mead, mas que, diversamente, se dissipa no pensamento de Cooley. Trata-se do fundamento comportamental da análise dos significados sociais, isto é, do caráter fenomenalista da apreensão da mente do outro. Blumer havia esboçado uma crítica nesse sentido quando indicara um traço de idealismo em Cooley, cujo radicalismo em situar o significado na mente do sujeito incorria em consequências solipsistas. No entanto, não foi capaz de manter a consistência do argumento perante uma condição de validação do conhecimento interpretativo, recaindo no mesmo subjetivismo que marcara a introspecção simpática cooleyana – conquanto não mais suscetível a um solipsismo.

À vista disso, podemos dizer que Blumer não logrou extrair todas as consequências epistemológicas contidas na teoria do *self* de Mead para a

² O termo *self* é um afixo da língua inglesa que indica um movimento de autoreflexividade e para o qual não temos equivalente em português. Dessa forma, optamos por mantê-lo na grafia original, pois uma tradução adequada, que dirimisse ambiguidades de significado, demandaria soluções demasiadamente sofisticadas, o que certamente comprometeria o entendimento do conceito.

constituição de uma metodologia compreensivo-interpretativa dotada de objetividade. Falhou em depreender do comportamentalismo mentalista meadiano a matriz fenomenalista, e eminentemente funcional-explicativa, em que se respalda para o *pressuposto da mente do outro* e, mais do que isso, para o *pressuposto da realidade independente da mente do outro*. Ao afirmar que o significado não se encontra na mente do sujeito, mas na conformação exteriorizada de uma conduta, dá-se um passo importante no sentido de um significado acessível intersubjetivamente, porém, no momento em que a apreensão desse significado é submetida a um “dom de intuição” do sujeito cognoscente combinando “habilidade nativa, conhecimento fatural, cultura social e treino em uma técnica particular”, sua compreensão se torna uma apreciação de caráter subjetivo, na qual imperam os conteúdos particulares do intérprete dentro de uma autoidentificação imaginativa, dissociados, portanto, daquela acessibilidade intersubjetiva. Assim, Blumer sugere ainda em sua tese:

A importância assinalada para essa “tomada de papel do outro” conduz a se inquirir acerca de seu caráter. Uma considerável obscuridade aflige essa noção; e é bastante evidente que Mead a tem usado como um conceito explicativo sem qualquer esforço especial por indicar seu caráter exato. Temos informado que ela opera na associação humana quando um indivíduo responde incipientemente ao gesto de outro do mesmo modo como o outro tende a responder àquele gesto. [...] Propende-se a se pensar nesse processo [de tomada de papel] como uma *identificação imaginativa* de um *self* com outro, mas essa forma de declaração não é mais clara que a anterior, pois é difícil entender o que se entende por identificação imaginativa. O tratamento de Mead é claro sobre o ponto de que, quando a pessoa tem adquirido o “significado” da atividade de outra, ela tem tomado o papel dessa outra (1928: 217-8; grifos nossos).

A despeito da declarada falta de clareza do que se poderia vir a se entender por “identificação imaginativa”, Blumer não demonstra qualquer dificuldade posterior em afirmar que o “treino [em uma técnica particular] advém mediante a prática no uso da *introspecção simpática*, particularmente por meio da *autoidentificação imaginativa* com grupos culturais *variados*” (1928: 339; grifos nossos, com exceção do último), procurando, portanto, superar aquela obscuridade do conceito de “tomada de papel” de Mead por via do conceito de “introspecção simpática” de Cooley. A solução, porém, carrega consigo percalços consideráveis, dado que o *self* cooleyano é, ao fim e ao cabo, engolido pelo

idealismo (ontológico) da “ideia pessoal”, sendo seu caráter social desvanecido na apreensão do sujeito cognoscente. Isso se esclarece na seguinte passagem de *Human Nature and Social Order*³:

Na medida em que o estudo das relações sociais imediatas está concernido, a *ideia pessoal* é a pessoa real. Isto é, é nela sozinha que um homem existe para outro e atua diretamente em sua mente. Minha associação com você, evidentemente, consiste na *relação entre a minha ideia de você e o resto de minha mente*. [...] A *realidade social imediata é a ideia pessoal*; nada, ao que parece, poderia ser mais óbvio do que isso.

A sociedade, então, em seu aspecto imediato, *é uma relação entre ideias pessoais*. Para que haja sociedade é, evidentemente, necessário que as pessoas devam ficar juntas em algum lugar; e elas ficam juntas apenas enquanto ideias pessoais na mente (1902: 84; grifos nossos, com exceção dos dois últimos).

Mesmo em *Social Organization*⁴, de 1909, o idealismo de Cooley não perde seu subjetivismo primordial, pois, ainda que tenha ensaiado uma reorientação filosófica de sua teoria social a fim de se desvencilhar das consequências solipsistas que a arrebataavam – prescindindo do conceito de “ideia pessoal” como parâmetro epistemológico do estudo da vida societária –, o atrelamento medular da introspecção simpática à noção de “grupo primário” conservou-lhe um relevante relativismo. O deslocamento intelectual de Cooley, não obstante tenha abordado o compreender enquanto uma característica do *self* que se origina na interação social e cultural – assemelhando-se aparentemente às ideias defendidas por Mead –, não conseguiu superar o vínculo estreito entre a compreensibilidade e a partilha de valores particulares ao grupo primário investigado. Nesses termos, a introspecção simpática exige do sujeito que ele esteja em posição íntima em relação ao outro a fim de compreendê-lo, limitando-se à internalidade característica do universo de consociados que participam da socialização do indivíduo; a ideia de simpatia persiste associada à ideia de comunhão, tal qual ocorria em *Human Nature and Social Order*.

Apartado de tal intimidade, o intérprete é um estrangeiro, submetido à incomensurabilidade semântica dos grupos. A compreensão pretendida pelo método da introspecção simpática se torna refém de uma fundamentação

³ Em tradução livre: A Natureza Humana e a Ordem Social.

⁴ Em tradução livre: Organização Social.

demasiado concreta, que subsume no nível da experiência o sujeito cognoscente ao objeto(-sujeito) cognoscível. Sob essa especificidade, a incomensurabilidade semântica se converte em ontológica, visto que o subjetivamente cognoscível circunscreve-se ao âmbito do grupalmente socializado, tornando o conhecimento um produto endogenamente constituído e, ao mesmo tempo, restrito. Todavia, trata-se de uma construção evidentemente autocontraditória, uma vez que sob tal incomensurabilidade ontológica ser-nos-ia vedado o reconhecimento de grupos primários distintos, sem possibilidade para a menção de valores básicos subjacentes a quaisquer grupos primários ou mesmo de uma similaridade entre esses grupos, como o desejara Cooley⁵.

A atenuação do idealismo capitaneada dessa forma coíbe o solipsismo, mas não é capaz de sustentar a compreensibilidade do outro, entendendo-se este outro de modo amplo e abrindo-se para um conhecimento que temos denominado “intersubjetivamente estrito”. Por isso, diferentemente de Perinbanayagam, discordamos da ideia de que “o grupo primário é a noção de Cooley do ‘Outro’, a qual provê a ele uma solução para o problema do psicologismo e do solipsismo” (1975: 510). Muito embora o último problema seja resolvido em *Social Organization*, o primeiro definitivamente não o é, à medida que a apreensão do sujeito fica confinada aos caracteres do grupo primário de que participa⁶.

⁵ A seguinte passagem em Cooley é bastante elucidativa de uma pretensão não adequadamente sistematizada em sua proposta metodológica: “De onde é que obtemos nossas *noções de amor, liberdade, justiça, e afins*, que estamos sempre aplicando às instituições sociais? Não de filosofia abstrata, com certeza, mas a partir da vida real de formas simples e difundidas da sociedade, como a da família ou o grupo de infância [*play-group*]. Nessas relações a *humanidade* se realiza, gratifica suas necessidades primárias, de uma forma bastante satisfatória, e a partir da experiência constitui formas padrões do que esperar da associação mais elaborada. *Desde que grupos deste tipo nunca são obliterados da experiência humana, senão que florescem mais ou menos sob todos os tipos de instituições, eles continuam sendo um critério permanente pelo qual estas são, em última instância, julgadas*” (1909: 32; grifos nossos). A colocação de Cooley nos permite notar suas pretensões generalistas para a compreensão, mas que não podem ser epistemicamente efetivadas sob o emprego de sua compreensibilidade por introspecção simpática fundamentada no grupo primário. Falta a Cooley uma reflexão precisamente sobre o modo como de grupos empiricamente circunscritos é possível a emergência de propriedades extra-grupais, superando o contato autoidentificativo da associação íntima concreta para uma capacidade de compreensão abstrata que se estenda no espaço e no tempo para agrupamentos sociais mais amplos e distanciados, projetando-se para além de sujeitos ou de grupos ensimesmados e desvencilhando, de alguma maneira, a compreensão da autocompreensão ou, melhor, invertendo suas posições, já que esta é que será um derivado daquela, e não o contrário – no que se abre para que o intérprete possa compreender o agente e seu grupo social melhor do que este propriamente se compreende ou compreende a seu grupo.

⁶ Note-se que uma concepção de “outro” metodologicamente defensável deve alinhar-se a uma concepção de “intersubjetividade estrita”.

Retomando brevemente a crítica conduzida pelo próprio Blumer ao solipsismo cooleyano, podemos assinalar que não somente não foi capaz de perceber essa nuance entre as duas publicações, como igualmente não logrou superar as consequências relativistas mais profundamente arraigadas às ponderações metateoricamente relevantes no pensamento de Cooley. O acolhimento de um interpretativismo legitima a subjugação integral do objeto(-sujeito) cognoscível ao sujeito cognoscente, sustentando a incoerência metodológica⁷ que se instaura entre a suposição funcional e explicativamente assentada de outras mentes e a incomunicabilidade interpretativa (substantiva) do significado por elas mobilizado, especialmente no plano da investigação científica. Nele, o significado como atributo da manifestação de um agente só existe enquanto produto da atribuição interpretativa particular de um investigador social. Sob a luz da reorientação blumeriana, a introspecção simpática também não consegue se desvencilhar do subjetivismo idealista do intérprete e torna-se vítima da impossibilidade de fundamentação de uma metodologia eminentemente científica em parâmetros autoidentificativos.

Não obstante, Blumer assume o recurso à autoridade do intérprete como competência pela qual podemos acolher a objetividade da interpretação frente à carência de um modelo de testabilidade mais adequado, incidindo nas soluções que vieram a se apresentar no pensamento cooleyano com “The roots of social knowledge” (1926), mas que não representaram para Blumer senão que a incorporação a seus pressupostos metateóricos de um idealismo relativista incongruente à fundamentação de uma metodologia compreensiva nos moldes da objetividade do conhecimento científico. Logo, o que escapou da leitura de Blumer do conceito de “tomada de papel”, e também de sua reorientação crítica do conceito de “significado” de Cooley, foi justamente a problemática que desperta o pensamento filosófico e metodológico de Mead, acerca da qual acreditamos que tenha obtido êxito razoável em suas proposições, servindo-nos agora de instrumental de reconstrução analítico-crítico (retroalimentado) para o

⁷ Veremos que essa incoerência metodológica é essencialmente ontológica, na medida em que o ajuste metodológico da objetividade do conhecimento social nos remeterá à definição de uma ontologia mínima como emanção própria da fenomenalidade social.

esquema-base blumeriano. O entendimento adequado do pensamento de Mead exigirá uma recapitulação de seus passos conceituais principais.

8.1 A teoria do self de Mead como fundamento ontológico para a objetividade do eu do outro

A filosofia social de George Herbert Mead tem por ponto de partida uma dupla crítica à psicologia. De um lado, à psicologia comportamentalista radical, especialmente representada pela figura de John B. Watson, de outro, à psicologia tradicionalmente vinculada ao estudo da consciência. À primeira, Mead contrapôs-se à tentativa de redução da conduta à experiência externa. À segunda, objetou-se à limitação da disciplina ao campo da experiência interna. Divergindo de ambos os lados de uma contenda psicológica clássica, Mead tratou de especificar sua posição dentro do campo da psicologia social, à qual nomeou mais propriamente de comportamentalismo social, resistindo seja ao reducionismo de fenômenos sociais a fatores não-sociais, como mecanismos neurofisiológicos ou instintivos, seja ao internalismo que aparta as ocorrências da consciência de uma base comportamental na realidade exterior.

Sua proposta concerniu em afirmar que comportamentos exteriorizados por um indivíduo seriam parte de um processo que se inicia em sua interioridade na forma de “atitude”, ou o início de uma unidade mais abarcante da atividade do agente a que ele denominou “ato”. Isso porque, do ponto de vista do comportamentalismo radical, muitos fenômenos ficam por explicar; a pura relação entre ocorrências externas classificadas em estímulos e respostas deixa em suspenso a ampla variedade de manifestações da vida humana e social, enquanto, do ponto de vista da psicologia da consciência, a qualificação do objeto de investigação em termos da experiência individual como legitimamente individual compromete a acessibilidade do conhecimento psicológico, pondo em questão a validade do método de introspecção.

A psicologia social estuda a atividade ou o comportamento do indivíduo tal qual se situa dentro do processo social; o comportamento de um indivíduo só pode ser compreendido em termos do comportamento de todo o grupo social do qual ele é membro, uma vez que seus atos individuais estão envolvidos em atos mais amplos,

sociais, que vão além de si mesmo e que implicam outros membros desse grupo.

Nós não estamos, na psicologia social, construindo o comportamento do grupo social em termos do comportamento de indivíduos separados que o compõem; em vez disso, estamos partindo de um determinado *todo* social de uma atividade de grupo complexa, dentro da qual analisamos (como *elementos*) o comportamento de cada um dos indivíduos separados que o compõem (MEAD, 1934: 6-7; grifos nossos).

A *linguagem* é o grande fenômeno humano que conduz Mead a acreditar que o pensamento de um indivíduo não está conformado apenas às condições de sua própria consciência⁸. Ele se externaliza em uma conduta e se torna acessível a outros por esse meio. Porém, concomitantemente, a complexidade dos objetos sociais requer mais do que uma disposição mecânica ou passiva dos seus fenômenos, pleiteando uma abordagem própria que inclua a participação do indivíduo em torno da incitação interna de significados. Com efeito, se a internalidade individual se expressa na conduta, os significados de que se vale o indivíduo em seu pensamento devem ter uma amplitude maior do que o próprio indivíduo, sendo parte de sua *comunidade de comunicação*. Assim, decorre que a linguagem é uma manifestação de um caráter social, bem como outras formas de expressão à disposição do indivíduo. A externalização de um ato é uma ocorrência particular que está compreendida por um contexto social complexo, do qual o indivíduo é um produto, ao mesmo tempo em que um produtor, uma vez que sua manifestação pode conter ingredientes de originalidade⁹.

⁸ O argumento é incorporado por Mead de uma objeção de Watson à psicologia tradicional, especialmente nos capítulos décimo de *An Introduction to Comparative Psychology* [Uma Introdução à Psicologia Comparativa], nono de *Psychology from the Standpoint of a Behaviorist* [Psicologia do Ponto de Vista de um Comportamentalista], e décimo e décimo primeiro de *Behaviorism* [Comportamentalismo], mas ele estende o argumento de Watson de maneira original, fazendo-o voltar-se contra o próprio comportamentalismo watsoniano.

⁹ A esse respeito, coadunando a complexidade que demanda a introdução de significados e a intersubjetividade da referência à experiência externa, Mead assevera em *Mind, Self and Society*: “O ato social não é explicado construindo-o a partir do estímulo somado à resposta; ele deve ser tomado como um todo dinâmico – como algo em curso –, nenhuma parte dele pode ser considerada ou entendida por si mesma – *um processo orgânico complexo implicado por cada estímulo individual e resposta envolvido nele*.”

Em psicologia social, chegamos ao processo social a partir de dentro tanto quanto a partir de fora. A psicologia social é comportamentalista no sentido de começar com uma atividade observável – o dinâmico, contínuo, processo social e os atos sociais que são seus elementos componentes – para ser estudado e analisado cientificamente. Mas ele não é comportamental no sentido de ignorar a experiência interior do indivíduo – a fase interior desse processo ou atividade” (1934: 7; grifo nosso).

Mead procede em suas considerações dentro de um pensamento que contempla, como bem nos lembra Charles Morris, citando pronunciamento do próprio Mead, que “a filosofia de um período é sempre uma tentativa de interpretar seu conhecimento mais seguro” (1934: ix). Nessa medida, a síntese filosófica entre o comportamentalismo e o introspeccionismo assume a forma de uma empreitada de pretensões científicas – que como tal deve se nutrir do modelo de vanguarda científica de sua época – para propor uma interação desenvolvimental-evolutiva do indivíduo em seu ambiente, em consonância ao entusiasmo intelectual vindo de fins do século XIX frente ao darwinismo nas ciências biológicas. Mas um ambiente ampliado e complexo que se constitui também, e sobretudo, socialmente, na mutualidade coexistente com outros indivíduos semelhantes. Nele, as experiências interna e externa do indivíduo se encontram em um compartilhamento de conteúdos que socializa o indivíduo ao mesmo tempo em que descerra o desenvolvimento de suas faculdades cognitivas.

A síntese de mente e comportamento surge para Mead na forma de um paralelismo entre o sistema nervoso central e a consciência. Sua proposta é herança direta de Wundt e seu *princípio do paralelismo psicofísico*, que fora uma tentativa de superar tanto o dualismo quanto o monismo metafísicos, em esforço por justificar a autonomia do conhecimento psicológico. Diversamente a um reducionismo naturalista, o paralelismo não contempla a correspondência precisa entre estados mentais e manifestações neurofisiológicas, limitando-se apenas a afirmar a decorrência, em princípio, paralela entre processos físicos e psíquicos, que, não obstante, podem em alguns momentos se correlacionarem de modo consistente, o que o distanciaria também de consequências dualistas. Assim, o princípio resguarda a possibilidade de uma vinculação entre o psicológico e o fisiológico dentro de um caráter de regularidade, sem que se ouse com isso estabelecer *a priori* o conteúdo e o modo de tal relação regular¹⁰.

¹⁰ Postura similar parece ter sido adotada por Sigmund Freud ao procurar fundamentar a legitimidade de um universo de disciplina à psicanálise frente à abordagem médica fisicalista derivada dos ensinamentos de Hermann Helmholtz, da qual fora inicialmente um discípulo, mas que haveria de se apartar no desenvolvimento de suas reflexões próprias. Contra o reducionismo naturalista de Helmholtz, que instruía para a explicação de todo e qualquer fenômeno social em termos estritamente físico-químicos, Freud optou por deixar em aberto a possibilidade de redução futura, assumindo para sua teorização uma linguagem mentalista. Em sua visão, fenômenos psíquicos poderiam ser explicados sem que fosse obrigatório o recurso à tradução dos termos

Além disso, a via empírica de que se vale Wundt para fundamentar o princípio do paralelismo exerce uma influência preponderante sobre Mead, pois com ela se presume que nenhuma experiência pode suportar a ideia de uma mente independente de um substrato material, ao que se segue que toda ocorrência mental deve possuir um processo físico correspondente, ainda que o inverso não seja de modo algum uma exigência. Em suma, como desenvolve Heidelberger, o paralelismo enquanto um “postulado empírico” é vantajoso, pois

permite um materialismo não-redutivo e descarta o materialismo redutivo rudimentar, sem se reverter em um antimaterialismo. *O materialismo pode assim ser sustentado como uma via de pesquisa, sem que seja mantido como uma doutrina metafísica universal.* Outra vantagem importante é que essa postura confere à psicologia a autonomia que ela requer para explicar o mental e sua realidade fenomênica sem colidir com a causalidade da realidade física. E, por fim, a noção fornece a vantagem adicional de não infringir a autonomia da filosofia. A filosofia não fica condenada ao ceticismo, senão que pode trabalhar em uma explicação razoável para a relação mente-corpo, uma que vá além da descrição científica neutra (2004: 239; grifos nossos).

Logo, para Mead, as ideias que carregamos internamente não são produtos unilaterais de associações simples entre conteúdos discretos e estáticos que apreendemos externamente, elas são constituições dinâmicas pelas quais o sujeito cognoscente interage com o mundo exterior manipulando-o, obtendo em si mesmo a conjunção entre exterioridade e interioridade, na exteriorização da conduta e na interiorização da percepção. O sujeito experimenta em si o paralelismo, por via da veiculação e da apreensão de sua própria atividade – embora não venha a assimilar isso inicialmente por sua própria conta –, ao que a “psicologia se torna, por sua vez, associacionista, motora, funcional e, enfim, comportamentalista” (MEAD, 1934: 21).

A abordagem processual confere à relação mente-corpo um caráter de unidade que não implica identidade, na medida em que o paralelismo é um afloramento condicional da explicação da conduta humana e não uma postulação *a priori* que incorra na crença de correspondências analiticamente precisas, termo a termo, entre fatores psicológicos e fisiológicos. A rigor, é justamente a ausência

teóricos empregados em conceitos físico-químicos, bastando para tais explicações a caracterização daqueles termos teóricos por suas propriedades e relações mútuas, estruturadas em um sistema de proposições. Não obstante, tal postura da parte de Freud nunca lhe solapou a crença na redutibilidade potencial de suas hipóteses.

de tais correspondências ou, melhor, a ausência de correspondências estritas e bem definidas, que impele a que se rejeite uma psicologia de enquadramentos estáticos conectando estados-de-coisas psíquicos a estados-de-coisas físicos, reducionista em princípio, e se proponha uma psicologia fundamentada em um modelo dinâmico, centrado no ato, combinando fatores mentais não fisiologicamente reduzidos com fatores empíricos, sem, contudo, abrir mão da possibilidade de reduções explicativas quando demonstradas empiricamente adequadas¹¹.

A variabilidade da conduta perante estímulos externos similares e também a decorrência de respostas similares a estímulos variados apontam para o direcionamento da atenção como fator preponderante à decisão subjetiva que confere execução a um curso de conduta, em processo organizativo e seletivo que pertence à dimensão interior do agente e não pode ser imediatamente atrelado a modificações corpóreas. Em outras palavras, o estudo fisiológico da atenção não é suficiente para abordar o comportamento humano, que se mostra mais complicado do que aquele manifestado por outras formas de vida. Ao organismo humano não bastam referências a movimentos instintivos ou reflexos ou ainda a condicionamentos baseados na simples modelação de repertórios inatos, como o queriam autores comportamentalistas mediante analogias com resultados de investigações acerca da conduta animal¹². O caráter atencional da conduta humana ultrapassa aquele das manifestações meramente reativas dos demais seres vivos, que se vinculam tão somente às suas necessidades primárias e à luta pela conservação da vida. Por isso, estende-se para além do escopo das investigações

¹¹ Diz Mead em passagem bastante elucidativa: “Se se retorna para a base do cérebro, aquela parte que é a essência do sistema nervoso central das formas inferiores, encontra-se uma organização que controla em sua atividade outras atividades; mas quando se passa à conduta na forma humana, não se logra encontrar um sistema no qual haja um centro diretivo singular ou grupo de centros. Pode-se ver que os vários processos que estão envolvidos em tal sistema na fuga do perigo podem ser processos que estão tão inter-relacionados com outras atividades que o controle decorre da organização. (...) No córtex, aquele órgão que em certo sentido responde pela inteligência humana, não logramos encontrar qualquer controle exclusivo e invariante, isto é, qualquer evidência dele na estrutura da forma em si mesma. De algum modo, podemos assumir que o córtex atua como um todo, mas não podemos retornar a certos centros e dizer que ali está alojada a mente no pensamento e na ação. Há um número indefinido de células conectadas umas às outras e sua inervação em certo sentido conduz a uma ação unitária, mas o que é esta unidade em termos do sistema nervoso central é quase impossível de se estabelecer” (1934: 24).

¹² Devido a isso, Mead se vale de uma concepção ampla de “organismo”. Quando utiliza o termo, o faz sempre em consonância ao paralelismo entre mente e corpo, ressaltando uma peculiaridade do ser humano perante outras espécies animais e também outras formas de vida.

biológicas, alinhando-se a processos específicos constitutivos do curso de vida do indivíduo humano, os quais, por sua vez, só podem ser designados por recurso à conformação de uma internalidade mental desse indivíduo, enfocando a atenção de um ponto de vista psicológico.

Entretanto, centrada meramente sobre a experiência interna do agente, a psicologia se tornaria um conhecimento eminentemente especulativo, comprometendo sua validade e o próprio princípio do paralelismo. Ao mesmo tempo, a psicologia não pode desconsiderar os processos subjetivos da experiência. Criticada por Mead, a solução de Wundt para o problema foi propor o uso do que ele chamou de uma “percepção interna” – em oposição ao introspeccionismo tradicional¹³ –, controlada mediante o auxílio dos métodos experimental e observacional¹⁴, a fim de que a estabilidade dos objetos revelados pela experiência externa nos permitisse respaldar o tipo de apreensão efêmera, ininterrupta e altamente complexa que se nos é apresentado quando introspectivamente nos voltamos para captar a experiência interna. Essa peculiaridade dos fenômenos mentais imporia limitações à introspecção como uma auto-observação, pois, como nesses casos o observador coincidiria com o observado, o fenômeno se alteraria tão logo o direcionamento da atenção o apreendesse, conduzindo a investigação a uma regressão infinita em relação a seu objeto. Assim, para evitá-lo, caberia ao investigador repetir experimentalmente sua percepção interna, intervindo em suas condições de consecução e produzindo legítimas observações ou, então, quando impossível tal experimentação, submeter aquela percepção a uma observação sistemática capaz de validá-la. Mas o que Wundt não conseguiu assimilar de sua própria proposta, e que Mead muito proficuamente assinalou, é que levado ao limite dos métodos experimental e observacional o paralelismo psicofísico também se veria comprometido.

¹³ Por esse motivo, a “percepção interna” de Wundt também veio a ser conhecida como uma “introspecção controlada”.

¹⁴ O método experimental seria próprio da psicologia individual de Wundt, que envolveria investigações acerca das sensações, da percepção, da atenção e da representação, enquanto o método observacional seria próprio de sua psicologia dos povos, devido à maior complexidade no controle de variáveis em meio a estudos de culturas e coletividades. Seu argumento fora o de que o curso dos processos individuais poderiam ser melhor abordados quanto a seus fatores iniciais e terminais, permitindo a análise dos fenômenos complexos em fenômenos simples (cf. Araújo (2009)). A argumentação de Wundt provém em boa medida daquela levada a cabo por Stuart Mill, no *System of Logic*, para justificar o que seriam as limitações de seus métodos de indução por eliminação (experimentais) para a aplicação específica no âmbito das ciências sociais.

Tensionada pela necessidade de um controle por meio da experiência externa, a psicologia, como um ramo da ciência, se converteria em uma simples análise de comportamentos, e suas explicações se veriam submetidas à redução a termos físicos e fisiológicos. Ora, seu desenvolvimento espontâneo nos faria apoiar o tipo de radicalização metodológica que abre caminho para o reducionismo comportamentalista, pois se o conhecimento psicológico deve ser confrontado com a evidência externa para auferir sua validade, a correlação entre fenômenos psicológicos e fenômenos físicos e fisiológicos não deve ser apenas uma condição potencial, senão que uma efetividade propriamente dita. Desse modo, não há lugar para o princípio do paralelismo psicofísico e se recai precisamente na situação que Wundt se propunha a superar no âmbito dos fenômenos psíquicos.

Mead atribui o dilema da fundamentação da psicologia de Wundt ao fato de que ele não logrou vislumbrar toda a amplitude de consequências da face epistemológica de seu paralelismo. Na relação sujeito-objeto, o objeto deve ser sempre um objeto para um sujeito concreto, que o apreende e pode tomá-lo como parte de seu conjunto de conhecimentos. Nessa medida, aflora uma relação paralelística que se estabelece entre o conteúdo que se deve à apreensão peculiar a um indivíduo particular – como instanciação do sujeito cognoscente no processo cognitivo – e o conteúdo que pode ser acessado, independentemente do sujeito cognoscente concreto, por seu caráter compartilhado. Essa relação não pode ser sobrepujada definitivamente, o que nos obriga a obter nosso conhecimento a respeito da experiência, tal como ela varia entre os diversos indivíduos, do contraste comparativo entre conteúdos que se demonstram comuns à apreensão dos diversos sujeitos particulares e conteúdos que se impõem como consequências idiossincráticas de cada um desses sujeitos em suas trajetórias biográficas. Mas se, ao contrário, nossas expectativas são canalizadas para a obtenção precisa e irrevogável dos conteúdos comuns, apreendidos diretamente junto à experiência externa, negligenciamos as características peculiares da subjetividade concreta que coordena o processo cognitivo e equivalemos pretensamente sujeito e objeto, rompendo o paralelismo entre mente e corpo e recaindo nos dogmas inerentes a uma psicologia de matriz associacionista, para a qual o indivíduo é apenas um

receptáculo passivo de conteúdos externos. O caráter falível do conhecimento exige que situemos esse mesmo conhecimento na condição concreta que o produz, enquanto desenvolvimento da perspectiva enunciativa de um sujeito concreto, não obstante suas enunciações possam ser comunicadas a outros sujeitos. O trunfo de Mead consiste justamente em tornar o paralelismo psicofísico uma consequência necessária do falibilismo epistêmico, do fenomenalismo e do comportamentalismo, sem que isso se desdobre em um relativismo e nos leve a renunciar à objetividade científica.

O termo “paralelismo” possui uma implicação desafortunada: ele é histórica e filosoficamente ligado ao contraste do físico defronte ao psíquico, da consciência defronte ao mundo inconsciente. Efetivamente, nós simplesmente afirmamos o que uma experiência é defronte àquelas condições nas quais surge. Esse fato está por detrás do “paralelismo”, e para realizar a correlação é preciso indicar ambos os campos *em uma linguagem tão comum quanto seja possível*, e o *comportamentalismo é simplesmente um movimento nessa direção*. A psicologia não é algo que lida com a consciência; a psicologia lida com a experiência do indivíduo em sua relação com as condições em que a experiência ocorre. *É psicologia social quando as condições são sociais. É comportamentalista quando a abordagem da experiência é feita por meio da conduta* (MEAD, 1934: 40-1; grifos nossos).

As respostas manifestadas pelo agente por via da disposição atencional adquirida em sua trajetória de vida trazem consigo a possibilidade de serem comunicadas a outros e respondidas de modo estável e coerente por estes na medida em que estimulantes de sua atenção. Essa reciprocidade faz por revelar que o direcionamento atencional não pode ser apenas uma disposição privada do agente, senão que também, em algum grau, uma característica compartilhada. No entanto, saber em que ponto específico termina o compartilhado e começa o particular é algo que não podemos delimitar *a priori*. Só o podemos apreender *a posteriori*, hipotética e comparativamente, na forma da apreciação dos caracteres manifestados da experiência individual, tal qual o agente a exprime mediante seu comportamento para com os demais. Mesmo o próprio agente não conserva em si o pleno discernimento entre o que é particular à sua subjetividade e o que é característico de sua comunidade de comunicação. E podemos pensar que o paralelismo psicofísico de Mead, ao manter a divisão sujeito-objeto sem incorrer em dualismo, não apenas sustenta o fenomenalismo kantiano como, a partir dele, dispõe a fenomenalidade em um *plano escalonado de perspectivas* que se

sucedem em direção ao conhecimento da realidade nomênica – embora nunca o alcançando terminantemente –, isto é, coloca entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível *uma mediação intersubjetiva modulada pelos horizontes de sociabilidade do sujeito enquanto agente*.¹⁵

O sujeito que conhece é antes de tudo um ser que age e, portanto, se manifesta no mundo exterior. Mas não simplesmente um ser passivo ou reativo a estímulos de seu meio, senão que capaz de processar esses estímulos e definir suas próprias condições de resposta, conquanto não inteiramente à sua vontade, em decisões arbitrárias. Muito pelo contrário, suas respostas demonstram traços padrões, que variam segundo o grupo social de que provenha, o que nos permite inferir que também seus processos mentais sofrem influência da realidade social em que ele se insere, extrapolando-lhe as capacidades biológicas indicadas pela estrutura fisiológica comum de sua espécie. Por isso, não cabe designar esse sujeito única e exclusivamente *in abstracto*, pelas faculdades associativas de que dispõe em sua constituição psíquica – mas que vem implicitamente a nos remeter à sua constituição física – e pelas associações uniformes que realizaria por meio do contato gradual com os objetos externos. A abstração lógica do indivíduo isolado, que subjaz à psicologia associacionista, é uma ficção individualista que peca em explicar comportamentos circunscritos a padrões de grupos, nas suas mais variadas configurações, reduzindo o sujeito ao caráter biológico de sua espécie, como uma entidade estaticamente determinada. A variabilidade da conduta humana nos exige abordá-la por referência a conteúdos mentais que se desenvolvem na dimensão interior do agente, e tais conteúdos, como correlatos de variação paralela à conduta, requerem um olhar dinâmico sobre o desenvolvimento mental desse agente, voltado à apreensão da relação que estabelece com sua comunidade de comunicação.

Todo indivíduo humano vem ao mundo situado em um grupo social organizado e se desenvolve mediante o auxílio de outros indivíduos que dele participam previamente, interagindo de modo contínuo com eles desde seus primeiros anos de vida. É por meio dessa interação que o indivíduo se torna

¹⁵ Eis o que permite a Mead situar a relação epistêmica sujeito-objeto dentro também de uma chave de relação entre o privado e o público, bem como de uma relação entre o indivíduo e a sociedade.

consciente do mundo em redor e adquire as ferramentas intelectuais com que vem a entender o mundo e a agir nele. A socialização coordenada por seus pares oferece ao indivíduo o estímulo necessário para que adquira as condições pelas quais virá a se tornar um membro do grupo, compartilhando com os demais hábitos, costumes e valores que lhe permitirão comunicar-se com eles. Trata-se, sobretudo, de um processo que promove a herança de padrões de conduta por meio da experiencição progressiva – mas não linear¹⁶ – de respostas socialmente aprovadas ou interditas – nos muitos graus de avaliação que podem existir entre ambas – dada a presença de certos estímulos, delimitando por essa via quais estímulos e quais respostas podem ser ajuntados sob uma mesma tipificação e de que modo podem tipos de respostas se relacionarem a tipos de estímulos.

A disposição para se comportar de maneira típica dentro de uma situação típica é o que constitui o significado do comportamento, indicando a outros o sentido para o qual o agente se move quando apreende a situação do mundo em redor e externaliza essa apreensão em sua conduta. Grande parte dos significados que um indivíduo mobiliza no curso de sua vida é assimilada a partir do contato intenso que desenvolve com outros indivíduos previamente socializados dentro do período da primeira infância. É a partir desse contato que o indivíduo vai sendo concebido enquanto tal, experienciando a si mesmo indiretamente pelos pontos de vista particulares de outros membros do mesmo grupo social. É nele também que o indivíduo aprende a controlar seu próprio comportamento com vistas à consecução de objetivos próprios, baseados inicialmente em suas necessidades primárias, e vai se habilitando ao pensamento abstrato, por via do uso de símbolos linguísticos que representem objetos similares, do mesmo modo que pela expressão de relações similares mediante a articulação de termos lógicos na construção de sentenças que comunicam estados-de-coisas, sejam esses estados-de-coisas efetivos, potenciais ou meramente quiméricos.

Para Mead, o desenvolvimento da linguagem é parte fundamental do desenvolvimento do indivíduo humano, pois é por seu meio que a comunicação simbólica ao mesmo tempo se consolida e atinge o seu auge, para que o indivíduo então adquira efetivamente a condição de apreender a complexidade de seu

¹⁶ Pois ela comporta o erro, ainda que venha a tornar o indivíduo um partícipe do grupo e, portanto, um caso bem-sucedido do processo de socialização.

mundo social e de interagir com ele. A linguagem é o instrumento pelo qual o ser humano se habilita a elaboradamente discernir e associar os fenômenos que se lhe apresentam na experiência cotidiana, em conformidade com as concepções prevalentes em seu universo social¹⁷. Assim, o aprendizado de uma linguagem na primeira infância cumpre uma dupla função no desenvolvimento do indivíduo: (i) permite que ele se torne apto a se comunicar com os demais membros do grupo social de que participa, apropriando-se dos significados que compartilham, e (ii) oferece as condições para que desenvolva as aptidões intelectuais que estão inscritas em sua estrutura neurofisiológica como potencialidades de sua espécie. Em consonância ao paralelismo psicofísico, a socialização e o desenvolvimento cognitivo constituem as duas faces da unidade de formação do indivíduo humano, pois, apartado de um universo social, as potencialidades cognitivas não se apresentam senão como capacidades virtuais e, sem uma estrutura neurofisiológica adequada, a mobilização de significados complexos não se torna passível de efetivação. Mead é bastante claro nesse ponto:

É um absurdo olhar para a mente simplesmente do ponto de vista do organismo humano individual; pois, embora tenha seu foco ali, ela é essencialmente um fenômeno social; *até mesmo suas funções biológicas são primariamente sociais*. A experiência subjetiva do indivíduo deve ser posta em relação com as atividades naturais, *sociobiológicas* do cérebro a fim de que venha a possibilitar considerações aceitáveis da mente para todos; e isso só pode ser feito se a *natureza social da mente* for reconhecida. (...) *Devemos considerar a mente, então, como surgindo e se desenvolvendo dentro do processo social, dentro da matriz empírica das interações sociais.* (...) *Os processos da experiência que o cérebro humano torna possível são tornados possíveis apenas para um grupo de indivíduos interatuantes: apenas para organismos individuais que são membros de uma sociedade; não para o organismo individual no isolamento de outros organismos individuais* (1934: 133; grifos nossos).

¹⁷ Em passagem bastante elucidativa Mead assevera que “o que precisamos reconhecer é que estamos lidando com a relação do organismo com o ambiente selecionado pela sua própria sensibilidade. O psicólogo está interessado no mecanismo para o qual a espécie humana tem evoluído a fim de obter o controle sobre essas relações. *As relações têm estado lá antes das indicações serem feitas*, mas o organismo não controla aquela relação em sua própria conduta [individual]. Originalmente, ele não possui qualquer mecanismo por meio do qual pode controlá-la. O animal humano, porém, tem elaborado um mecanismo de comunicação linguística por meio da qual ele pode obter esse controle. *Agora, é evidente que a maior parte desse mecanismo não se encontra no sistema nervoso central, mas na relação das coisas para com o organismo. A habilidade de escolher esses significados e indicá-los para os outros e para o próprio organismo é uma habilidade que confere poder peculiar ao indivíduo humano. O controle tem sido possível pela linguagem*” (1934: 132-3; grifos nossos).

Sendo assim, a mente é gestada dentro de um processo de socialização que se inicia no nascimento do indivíduo e a linguagem ocupa nesse processo um lugar privilegiado, na medida em que seus símbolos organizam objetivamente as possibilidades de conduta socialmente permitidas e, com elas, conformam as condições pelas quais a realidade apreendida pode ser comunicada a outros. O símbolo linguístico possibilita a consolidação da apreensão complexa que caracteriza a capacidade cognitiva do aparelho neurofisiológico da espécie humana, mas, em contrapartida, a articulação de símbolos linguísticos não é uma obra espontânea do desenvolvimento natural do indivíduo humano. Ela é a consolidação de um longo e lento processo filogenético que marca o advento da espécie em um caráter social, dentro de um nível ímpar de conhecimento e controle da realidade externa que se põe para além da hereditariedade biológica, revelando um grau de sofisticação que ultrapassa largamente as capacidades apresentadas pelas demais espécies de seres vivos. Uma consolidação que só foi possível mediante a sedimentação dos conteúdos adquiridos no transcurso da complexificação do sistema neurofisiológico, transformando-os em caracteres objetivos passíveis de compartilhamento e legado.

Como um componente assimilado ao desenvolvimento ontogenético, o aprendizado da linguagem familiariza o indivíduo com os resultados do processo evolutivo da espécie, recapitulando – em boa medida – a filogênese mediante a socialização do indivíduo, uma vez que a sociedade e seus esquemas de significação são produtos do desenvolvimento filogenético único da espécie humana¹⁸. Logo, não há incompatibilidade entre um caráter de diversificação social e um caráter de unidade biológica, pois a particularização social do indivíduo é condição para o descerramento das faculdades intelectuais possibilitadas pela universalidade da base neurofisiológica da espécie, ainda que nos seja obscuro o modo próprio pelo qual a evolução humana veio a desembocar na intensificação de traços societários, tomando o rumo de uma evolução *pari passu* entre os âmbitos biológico e cultural.

¹⁸ A tese da recapitulação da filogênese pela ontogênese ocorre em Mead quando este procura corresponder de algum modo fases do desenvolvimento infantil ao aumento da complexidade dos tipos de conhecimento (cf. 1934: seção 20).

A socialização por meio da linguagem, primariamente com base no contato com o uso alheio e posteriormente também mediante uso próprio, preenche uma função indispensável no desenvolvimento ontogenético do indivíduo, uma vez que fornece as condições para que este venha a internalizar uma estrutura complexa de significados estabelecidos e possa operar com ela. Em outras palavras, o indivíduo assimila os modos pelos quais a percepção e a atenção são direcionadas em situações típicas pelos demais membros da sociedade e aprende o que deve ser esperado de tais direcionamentos de percepção e de atenção quanto a disposições de comportamento, aprendendo autoindicativamente a como se comportar nessas situações típicas. Ademais, o uso próprio da linguagem em sua modalidade oral permite ainda que o indivíduo experimente a capacidade de objetivação linguística experimentando concomitantemente sua própria capacidade de objetivação, revelando-se-lhe de um modo que nenhum outro tipo de comportamento pode fazê-lo, pois, ao falarmos, podemos ouvir a nós mesmos, apresentando-nos aquilo que falamos da mesma forma que apresentamos a outros. É somente a linguagem que nos capacita a tal nível de sofisticação e autoconsciência a respeito das possibilidades cognitivo-pragmáticas que possuímos em relação a uma situação no mundo que nos rodeia e, assimilando-a como a base de nossa manifestação simbólica, configuramos nossa mente sob seus parâmetros, a ponto de que nos é difícil imaginar o pensamento sem uma mediação linguística¹⁹. Exposto ontogeneticamente à organização linguística da complexidade do universo de significados, o indivíduo desenvolve paulatinamente a capacidade de suscitar em si mesmo as disposições de respostas que pretende suscitar em outros. Como diz Mead:

Nós, especialmente por meio do uso de gestos vocais, estamos continuamente despertando em nós mesmos as respostas que evocamos em outras pessoas, de modo que tomamos as atitudes das outras pessoas em nossa própria conduta. A importância decisiva da

¹⁹ Não obstante, Mead não procura subsumir o pensamento à linguagem. Sua proposta se limita a abordar a linguagem como um ponto de virada, sem anular qualquer tipo de inteligência pré-linguística. Assim ele se manifesta: “A identificação da linguagem com a razão é em certo sentido um absurdo, mas em outro sentido é válida. É válida, com efeito, no sentido de que o processo da linguagem traz a totalidade do ato social para dentro da experiência do indivíduo dado, enquanto esse mesmo se encontra envolvido no ato, e, assim, torna o processo da razão possível. Mas, ainda que o processo da razão seja e deva ser executado em termos do processo da linguagem – em termos, isto é, das palavras –, ele não é constituído simplesmente por este” (1934: 74).

linguagem no desenvolvimento da experiência humana reside no fato de que o estímulo pode reagir sobre o indivíduo que fala do mesmo modo que reage sobre o outro (1934: 69).

Isso, todavia, exige que Mead trabalhe com duas noções complementares de “consciência”: a primeira respectiva a uma *consciência pré-reflexiva*, dada na capacidade senso-motora socialmente desenvolvida e concernente às condições gerais em que vimos a apreender na realidade, e a segunda relativa a uma *consciência propriamente reflexiva*, caracterizada pela lucidez individual acerca dos processos senso-motores. A distinção é importante porque evita o problema filosófico da consciência da consciência, enquanto um regresso infinito que solaparia qualquer tentativa de fundamentação para o estudo da mente. Além disso, ela permite sustentar a evidência empírica da incongruência entre a capacidade de um agente de veicular significados e sua efetiva lucidez acerca dos significados que veicula em todos os seus cursos de conduta. Como ato de lucidez individual, a consciência reflexiva se constituiria como uma capacidade consequente da consciência pré-reflexiva, mas que não se voltaria para esta senão indiretamente, por via de seus processos objetivados. Não obstante, atuaria sobre os produtos da consciência pré-reflexiva tal qual esta atua sobre os objetos não-conscientes. Por isso, a rigor, podemos dizer que ontologicamente se trata apenas de uma única consciência, cuja distinção analítica se prestaria a tornar clara a limitação de um processo de autoconsciência, entendendo-o dentro dos parâmetros de uma filosofia fenomenalista e de sua incognoscibilidade da realidade nomênica. Como afirma Mead:

Nós nos tornamos conscientes sempre do que temos feito, nunca do que estamos fazendo. Tornamo-nos conscientes diretamente, sempre, apenas de processos sensoriais, nunca de processos motores; portanto, nos tornamos conscientes de processos motores apenas por meio de processos sensoriais, os quais são seus resultantes. Os conteúdos da consciência têm de ser, então, correlacionados ou ajustados a um sistema fisiológico em termos dinâmicos, como processos em curso (1934: 22, nota 14; grifo nosso)²⁰.

²⁰ Também a esse respeito, Mead explicita: “É uma infelicidade que se funda ou se mescla consciência, como nós normalmente usamos esse termo, e autoconsciência. Consciência, como em geral se usa, simplesmente faz referência ao campo da experiência, mas autoconsciência se refere à capacidade de evocar em nós mesmos um conjunto de respostas definidas que pertencem a outros do grupo. *Consciência e autoconsciência não estão em um mesmo nível*. Um homem solitário tem, felizmente ou infelizmente, o acesso à sua própria dor de dente, mas não é isso que queremos dizer com autoconsciência” (1934: 163; grifo nosso).

À medida que a oralidade da linguagem permite a autorreflexão, os significados sociais são assentados em um instrumental linguístico e, por seu meio, o conjunto organizado de respostas socialmente compatíveis a uma situação pode ser mentalmente mobilizado a fim de que o indivíduo afete a si mesmo tal qual afeta a outros. Por isso, não se trata simplesmente de uma consequência imitativa da conduta alheia. Seu alinhamento com relação ao outro não se dá comportamentalmente, senão que *disposicionalmente*, ao nível do significado, indicando a si mesmo o leque de respostas que pode vir a esperar. Não obstante, o significado também não se reduz a um mero estado de consciência, pois, ao mesmo tempo, se vê vinculado à experiência externa; sua base se encontra “objetivamente lá na conduta social, ou na natureza, em sua relação para com tal conduta” (MEAD, 1934: 80). Assim, quando o sujeito adquire as condições de remeter a si mesmo as consequências de sua própria conduta perante a conduta subsequente esperada de outros, podemos dizer no conceito de Mead que ele tem desenvolvido um *self*.

O *self* representa o estágio de desenvolvimento da mente do indivíduo em que seu domínio do plano dos significados sociais alcança a condição de uma autonomia relativa, pela qual adquire a aptidão de operar com significados tanto quanto a de compreendê-los, planejando o curso de conduta que irá seguir e, caso necessário, ajustando-o conforme o contraste das respostas esperadas com as respostas que vier a receber. A posse de um *self* evidencia a capacidade desenvolvida em um sujeito de se apreender como um objeto para si mesmo, adquirindo a estrutura de uma consciência reflexiva acerca de sua própria conduta. O processo de autoconsciência faz com que o sujeito passe a sentir e a vivenciar o seu próprio corpo como uma entidade componente do campo ambiental que o estimula, ajustando responsivamente seus próprios movimentos na medida em que aprende a compreendê-los sob a égide do significado que transmitem. Em outras palavras, o indivíduo internaliza a interação comunicativa e desenvolve a competência de travar uma conversa interna consigo mesmo.

Para tanto, destacam-se em Mead dois momentos primordiais da formação ontogenética do *self*, a saber, a brincadeira e o jogo. Na fase da brincadeira, dada com especial ênfase no período da primeira infância, a criança começa a

desenvolver a capacidade de mobilizar respostas com base na conformação ao que tem internalizado mediante o contato com indivíduos desempenhando diferentes papéis sociais. É assim que ao brincar de ser mãe, médico ou policial, por exemplo, a criança aprimora seu pensamento abstrato acerca do tipo de conduta que se deve esperar de cada um desses agentes típicos. Ao reproduzir ludicamente os papéis sociais, a criança aprende a incipientemente situá-los em certos contextos e a se comportar imaginariamente seguindo a perspectiva de um agente que ocupa aquele papel. Mas não o faz de maneira meramente imitativa, pois sua imaginação procura conceber situações, estruturar os papéis entre si e em relação à circunstância imaginada, e elaborar tentativas de diálogos contextualizados de conduta, por meio dos quais, grosso modo e ilustrativamente, a mãe é contraposta ao filho, o médico ao paciente e o policial ao infrator. A brincadeira permite que o indivíduo comece a caracterizar para si as posições dos diferentes agentes, organizando-as segundo *padrões de regularidade social*. O indivíduo aprende a tomar o papel do outro e a recriá-lo reflexivamente em um ensaio de conduta, procedendo à interação tentativa entre a tipicidade abstrata dos papéis e a configuração da situação concreta com a qual brinca. Ele “manipula” as condições da realidade social que o circunda e as submete a seus limites práticos, no que logra familiarizar-se com a estrutura de significados pelo domínio performático das variedades de encadeamento temporal da conduta que aquela estrutura organiza e faculta, dispondo os diferentes agentes segundo as posições relativas que conservam regularmente em relação uns aos outros.

No jogo, por sua vez, estamos diante de uma capacidade de concatenação mais elaborada da realidade social. Nele, a criança é menos o núcleo em torno do qual a atividade se desenvolve e mais um participante entre outros, no que se tem como pressuposto o estabelecimento da compreensão dos diferentes *papéis sociais* e das relações que podem vir a manter entre si. Se na brincadeira havia espaço para caprichos individuais na montagem de situações isoladas, no jogo a situação se expande para além do universo imaginado da criança e inclui a exigência cada vez maior de lidar com o comportamento objetivado de um outro real, imaginariamente inamovível, bem como com a prevalência de regras válidas a todos os jogadores, obrigando a criança a se mover em meio a uma condição que

ela mesma não pode modificar por si, solitariamente. Jogando, a criança tem apresentada para ela mediante as regras do jogo a delimitação dos papéis sociais dos demais participantes e também do seu próprio, sendo imprescindível a capacidade prévia de identificá-los. Assim, deve proceder a interagir com os outros por seus papéis e pelo seu próprio em tempo real, demonstrando já certa destreza em compreender e mobilizar dinâmica e simultaneamente os significados apropriados a seu êxito no jogo. Isso, porém, torna a regra algo mais do que um mero limitador da conduta do indivíduo, pois ela é, enquanto um fator constitutivo do jogo mesmo, também um estímulo para que a criança sinta prazer ao jogá-lo. Em outras palavras, a regra é estruturante do entusiasmo do indivíduo para com o jogo, uma vez que situa mais claramente a necessidade de comunicação e negociação com o outro, propondo-se como um convite à sua reflexividade.

A diferença fundamental entre o jogo e a brincadeira é que, no primeiro, a criança deve possuir a atitude de todos os outros envolvidos nesse jogo. As atitudes dos outros jogadores que o participante assume se organizam em uma espécie de unidade, e é essa organização que controla a resposta do indivíduo. A ilustração utilizada foi a de uma pessoa jogando beisebol. Cada um de seus próprios atos é determinado por sua consideração da ação das outras pessoas que estão jogando o jogo. O que faz é controlado pelo fato de que ele é todos os demais daquela equipe, pelo menos na medida em que as atitudes dos demais afetem sua própria resposta particular. Nós temos, então, um “outro” que é uma organização das atitudes daqueles envolvidos no mesmo processo (MEAD, 1934: 153-4).

O aprimoramento da capacidade de tomada de papel do outro dentro da compreensão da variabilidade dos papéis que um mesmo indivíduo pode assumir – e que é experimentada com recorrência e vigor na fase do jogo, tanto em relação ao outro como em relação a si – faz com que o *self* se habilite a abranger abstrativamente as disposições mais gerais de comportamento que constituem a sua comunidade de comunicação, concebendo-a como um todo, no que Mead chamou de “o outro generalizado”. Apreendendo as características mais comuns que compartilha com sua comunidade, o indivíduo ultrapassa o limite de seus contatos próximos e aprende a raciocinar de modo *impessoal*, se desvincilhando em alguma medida do apego afetivo que ampara o processo inicial de sua socialização e ampliando sua autoconsciência em relação ao escopo de significação de sua própria conduta. É por meio da configuração do outro generalizado que o *self* estabelece sua unidade para si mesmo e se alça à condição

de se relacionar com “um número quase infinito de outros indivíduos” (MEAD, 1934: 157), pois é pela identificação das características distintivas da comunidade social que ele pode vir a reconhecer seu universo de discurso e se por defronte a ele, situando sua individualidade naquilo que destoa dos demais.

Ao se apropriar do nível de pensamento abstrato que constitui o outro generalizado, o indivíduo, para Mead, se torna “um membro orgânico da sociedade”. Sua aptidão para a tomada de papéis se expande consideravelmente para além do que a experiência externa pode concretamente lhe apresentar, vindo a adquirir um conhecimento moral a respeito de seu grupo social e qualificando-se, em certa medida, à ponderação consciente de princípios e valores que norteiam seu ambiente cultural. Como bem indica Morris, “o outro generalizado [...] pode ser considerado como a universalização do processo de tomada-de-papel” (1934: xxviii), e, em seu encalço, podemos ir ainda mais longe afirmando que a brincadeira, o jogo e o outro generalizado são conceitos mobilizados por Mead em função do caráter diacrônico do *self*, ao que aquela última fase de desenvolvimento não representa senão uma capacidade de abstração da realidade que tem por limite o encontro com a própria unidade humana, transcendendo as variedades e particularidades socioculturais.

Assim, o outro generalizado não é somente um ponto de inflexão para a consolidação do pensamento abstrato que está por detrás da aparente intuitividade do conhecimento de senso comum. É também o ponto de partida para a ampliação e para o desvelamento daquele pensamento, tornando-se a possibilidade de rompimento com o próprio senso comum. A um só tempo, o outro generalizado é a conclusão de um processo de formação estrutural da mente do indivíduo e a abertura para a possibilidade de sua reformulação constante²¹ no que tange aos conteúdos morais específicos que contribuíram para formá-la. Em suma, a mente, mediante uma linguagem e uma significação social do mundo, alcança a racionalidade e pode, por ela, redefinir relativamente seus fins socialmente adquiridos debruçando-se reflexivamente sobre os padrões de sua comunidade de comunicação: “Nós podemos reformar a ordem das coisas; podemos insistir em

²¹ Porém nunca frenética ou ininterruptamente, pois se assim o fosse imergiríamos em um regresso infinito anti-epistêmico, dentro do qual não haveria a possibilidade da justificação de enunciados de conhecimento.

tornar os padrões da comunidade padrões melhores. Nós não estamos simplesmente limitados pela comunidade” (MEAD, 1934: 168).

A autoconsciência e a racionalidade adquiridas pelo *self* na constituição do outro generalizado é justamente o que separa o pensamento de Mead do pensamento de Cooley, já que é a *autoconsciência* e a *racionalidade* que irão prover o núcleo da estrutura primária do *self* e não, como acreditava este, o vínculo afetivo a um grupo primário²². A dependência da formação do *self* de experiências de auto-sentimento da parte do indivíduo tornam a consciência uma propriedade puramente subjetiva, conduzindo inevitavelmente a psicologia para o introspeccionismo, porquanto o outro só se ofereça ao agente enquanto um sentimento deste. Com efeito, a compreensão só pode ser justificada na forma de uma idealização imaginativa e, na melhor das hipóteses, deve se resignar ao âmbito das relações pessoais que estão na origem dos sentimentos que o indivíduo suscita em si mesmo²³, tornando-se inapta a níveis de comunicação mais sofisticados do que aquele desempenhado em contatos face-a-face. Contra isso, o *self* de Mead, a partir do advento do outro generalizado, pode reconstruir racionalmente o outro e, assim, tomá-lo em qualquer papel ou grupo social a que se vincule, pois sua compreensão se fundamenta social e cognitivamente.

A essência do self, como já dissemos, é cognitiva: ela reside na conversa internalizada de gestos que constitui o pensamento, ou, em termos dos quais o pensamento ou a reflexão procedem. E, portanto, a origem e os fundamentos do self, como aqueles do pensamento, são sociais (MEAD, 1934: 173; grifos nossos).

A mente do indivíduo é socialmente conformada, mas o instrumental pelo qual se a conforma não é apenas um produto de especificidades socioculturais e muito menos suas potencialidades cognitivas devem ser encaradas como socioculturalmente limitadas. Ela carrega consigo uma marca de universalidade que não podemos nunca apreender imediatamente. A apreensão da realidade tem de ser sempre a apreensão de algo, por isso, a consciência sempre se encontra instanciada na imanência. Não temos acesso a uma consciência pura. Nossa consciência dos processos mentais é sempre indireta, fundamentada nas características da consciência objetivada: não sabemos o modo pelo qual se

²² E também do pensamento de William James, cf. Mead (1934: 173).

²³ Tomando-se aqui a inflexão que concede Cooley à sua obra a partir de *Social Organization*.

vinculam processos sensoriais e processos motores a não ser obliquamente pela influência inversa que os produtos acabados desses últimos têm sobre a formação de imagens em nossa percepção. Logo, o conhecimento que detemos do mundo é continuamente uma mescla indiscernida entre uma *estrutura cognitiva universal*, uma *ordem moral coletiva* e uma *concatenação sensorial privada*, cujo discernimento adequado só pode ser obtido quando a experiência subjetiva se demonstra válida objetivamente, dentro das pretensões epistêmicas intersubjetivas que compartilha com uma *comunidade de comunicação temporalmente situada*²⁴. Nossa reflexividade deve articular uma estrutura racional (pura) de pensamento, mas a articula (aplicada e) invariavelmente sobre esquemas conceituais preexistentes, que, por sua vez, só pode ser conduzida pela atividade epistêmica de um sujeito concreto, tornando o conhecimento da realidade empírica uma empreitada propriamente *investigativa, parcial e hipotética*.

Não obstante, a combinação entre a falibilidade e a comunicabilidade do que podemos conhecer nos permite delinear as condições gerais do acesso que temos à realidade, pois por ela só nos é permitido vislumbrar os polos subjetivo e objetivo da apreensão cognitiva quando diante do pressuposto básico de uma mente social. É a formação social da mente que permite explicar por que o indivíduo deixado à sua própria conta não vem a desenvolver uma inteligência caracteristicamente humana, conquanto possua todos os atributos neurofisiológicos necessários para tanto, do mesmo modo que nos contempla a elucidação de por que a percepção pode ser satisfatoriamente compartilhada com outros, muito embora a apreensão sensorial do mundo externo seja um ato individual. Só conhecemos o universal por via da pretensão ao infalível e à plena comunicação, mas só conhecemos o singular mediante o despojamento da falha e da inefabilidade²⁵. Ambos, entretanto, nos são efetivamente incognoscíveis – ao menos da perspectiva terminante da certeza de tê-los atingido –, a despeito de

²⁴ Poderíamos, no caso do conhecimento de senso comum, dizer que a comunidade de comunicação é também espacialmente situada e que, na esteira do conceito do outro generalizado, se expande e se modifica conforme o rompimento daquele isolamento espacial, o que pressupõe o encontro com outras pretensas objetividades temporalmente simultâneas, mas circunscritas a uma certa intersubjetividade.

²⁵ Pois o que é inefável em um dado momento pode não o ser mais em outro, cabendo-nos revisar a inefabilidade que carregamos dentro de nós e, com ela, também o conteúdo que cremos exclusivamente subjetivo. Nossa subjetividade só se revela para nós mediante a confrontação com um universo intersubjetivo.

termos uma vaga ideia de cada um aperfeiçoada a cada momento dado pelo que se nos é disposto socialmente no intervalo entre eles.

O indivíduo, dessa maneira, jamais desfruta de uma autoconsciência plena de si. Sua autorreflexividade só pode ser promovida quando em presença de um ato seu manifestado, restringindo-se à ponderação retrospectiva de sua própria conduta. Com isso, o *self* está sempre baseado na memória. O “eu” só pode ser compreendido na medida em que se torna um “mim”, que não é senão uma apreensão durável que pode ser rememorada pelo “eu”. Tudo o que o sujeito detém de informação a seu próprio respeito é uma sucessão de “mins”, pois “o ‘eu’ não se põe sob os holofotes; nós falamos para nós mesmos, mas não vemos a nós mesmos” (MEAD, 1934: 174). Em outras palavras, a percepção do indivíduo não é rápida o suficiente para captar-se a si mesma em pleno processo, “é na memória que a experiência do ‘eu’ é constantemente apresentada”. Assim, pela objetivação de si, o indivíduo apreende a si mesmo e ajusta sua conduta futura de acordo com expectativas cumpridas, frustradas ou até mesmo imprevistas, mas só pode fazê-lo na medida em que recupera sua conduta passada na memória para compor ou recompor um plano de conduta.

Mas mais do que apenas uma objetivação pontual retrospectivamente assimilada, o “mim” é sempre o conjunto organizado de significados que o indivíduo toma como representativo de sua comunidade perante seu comportamento. Sua conformação depende do modo e da intensidade com que o “eu” coordena sua autoreflexividade em relação àquilo que vem a objetivar, pois, como um conjunto organizado de significados, o “mim” é sempre um dado da memória que se constitui biograficamente mediante a sedimentação de autorreflexões passadas. Logo, a forma pela qual o “eu” responde ao significado contido na conduta de outros decorre da profundidade da análise reflexiva que tem dedicado à organização dos significados de sua comunidade de comunicação, isto é, no domínio que demonstra em relação às respostas típicas que pode admitir para si dentro de sua caracterização de situações típicas.

Nosso presente aparente [specious present] é, enquanto tal, muito curto. Temos, porém, a experiência de eventos em passagem; parte do processo de passagem dos eventos está diretamente lá em nossa experiência, incluindo alguns eventos do passado e alguns do futuro. Vemos uma bola caindo à medida que passa e, à medida que passa,

parte da bola está coberta e parte está sendo descoberta. Lembramos onde a bola estava um momento antes, e antecipamos onde ela estará depois, para além do que nos é dado em nossa experiência. E igualmente em relação a nós mesmos; nós estamos fazendo algo, mas olhamos para trás e vemos que o que estamos fazendo envolve a obtenção de imagens da memória. Assim, o “eu” aparece realmente na experiência como parte de um “mim” (MEAD, 1934: 176-7; grifos nossos).

Por esses parâmetros, o “eu” é sempre, de alguma maneira, uma entidade relativamente instável. Nunca se sabe exatamente o que irá responder ou como irá responder, uma vez que sua resposta se sujeita ao modo pelo qual o agente tipifica a situação e reconhece disposicionalmente as condutas que pode vir a assumir face à interpretação que realiza das condutas de outros. Mas é relativamente instável também em um sentido adicional: por poder racionalizar a própria conduta – com base na recuperação presente de racionalizações consolidadas no “mim” – e, com ela, tencionar os significados prevalentes em sua comunidade de comunicação, vindo a imprimir a sua marca, a sua subjetividade sobre o âmbito da expressão contextual dos significados. Uma subjetividade que conduzida pela racionalidade reflexiva pode tencionar a um certo limite os significados compartilhados e vir até mesmo a produzir resultados perenes e objetivos relativamente inesperados por seus pares – ou ao menos para a grande maioria deles. A racionalização da conduta permite que o agente venha a propor uma ênfase diferente daquela que prevalece em seu ambiente social, concedendo aos significados que mobiliza em sua ação certo teor de originalidade. Obtém a emergência de um novo significado por via de um arranjo analítico próprio dos significados preexistentes, visto que “a emergência envolve uma reorganização, mas a reorganização traz algo que não estava lá antes” (MEAD, 1934: 198).

A racionalidade é a característica que distingue para Mead o comportamento do ser humano do comportamento dos demais animais e seres vivos, é o que delineia a condição pela qual somente o homem pode se propor de modo original em relação à sua natureza. E, se se manifesta diferentemente, é porque tem a capacidade de remeter-se como um objeto a si mesmo e de refletir acerca do que já tem objetivado, bem como de reter em sua memória as imagens desses atos passados e de suas reflexões. A autorreflexividade do *self* na relação entre o “eu” e o “mim” permite que o indivíduo humano importe os significados

prevalentes em sua sociedade no decorrer do processo de conformação de sua mente e seja capaz de compreendê-los e operar com eles, ao mesmo tempo em que pode se autorreferir no que tange aos significados que mobiliza em seu comportamento, assimilando na memória os desdobramentos tipificados de seus cursos de conduta. Assim, a rememoração concede ao ser humano a base para a antecipação de condutas significativas, incluindo-se aí também a antecipação na forma do planejamento dos cursos de conduta que o indivíduo poderá vir a seguir. O ser humano pode contextualizar o ato, seu próprio ou de outrem, de um modo mais amplo e mais profundo do que qualquer outro ser vivo é capaz, indicando-se não apenas as respostas que podem vir a se seguir imediatamente, mas, também, delineando as linhas de conduta possíveis e prováveis, encadeando complexamente as interações de respostas de acordo com variações em seu conteúdo socialmente significativo e, em cima disso, coordenando a definição de suas próprias respostas. No exemplo de Mead:

Uma pessoa escolhe as diferentes respostas envolvidas em uma fuga quando entra em um teatro e lê os sinais do aviso de emergência alertando-o a escolher a saída mais próxima em caso de incêndio. Ela tem, por assim dizer, todas as diferentes respostas listadas diante dela, e prepara o que vai fazer escolhendo os diferentes elementos e reunindo-os na forma necessária. [...] Quando temos de determinar qual será a ordem de um conjunto de respostas, estamos reunindo-as de uma certa maneira, e nós podemos fazer isso porque podemos indicar a ordem dos estímulos que vão agir sobre nós. Isso é o que está envolvido na inteligência humana enquanto distinta do tipo de inteligência das formas [de vida] inferiores (1934: 96).

E se podemos proceder dessa maneira é porque a linguagem que aprendemos nos serve de um instrumental complexo para configurarmos uma mente a partir da internalização das disposições típicas de conduta, igualmente complexas, que formam nosso ambiente social. Consequentemente, a competência distintiva do ser humano assume a forma de uma conversa interna, indicando um tipo sofisticado de comunicabilidade à interação entre indivíduos, ao qual Mead vem a nomear de “conversa por gestos significantes”, em oposição a uma mera “conversa por gestos”.

Na conversa por gestos significantes, como Mead a caracteriza, estamos diante de uma comunicação por símbolos significantes, nossos gestos significam para nós o mesmo que significam para outros, por isso, envolvem uma referência

ao *self* do agente. A conversa por gestos significantes é sempre uma interação consciente, na qual o indivíduo concentra sua atenção na tomada de papel do outro e procura fazer com que o outro tome o seu papel, indicando os gestos que se seguirão em sequência. A estruturação precipuamente linguística do gesto significante, mesmo quando o símbolo manifestado é de natureza extralinguística, oferece ao agente lucidez acerca das disposições de conduta que subjazem ao gesto alheio, permitindo que venha a “manipular” analiticamente os próprios gestos com vistas a orientar o curso da conversa e a influenciar conduta do outro. Ele organiza os significados a fim de suscitar respostas razoavelmente definidas, demonstrando certo domínio do âmbito comunicativo-pragmático de sua sociedade nas relações vetoriais que esta tem culturalmente estabelecido por linhas de decisão que levam dos processos sensoriais até os processos motores. Essa relação vetorial depende diretamente do conhecimento socialmente disponível a respeito de como as entidades do mundo podem se relacionar entre si frente às propriedades que as caracterizam, indicando ao sujeito os modos pelos quais pode vir a lidar com essas entidades e essas propriedades. Assim, bem sintetiza Roland Posner:

Em situações em que o objeto é ele mesmo um organismo, a fase inicial de uma ação desse organismo pode servir ao receptor como uma propriedade de orientação que se refere a uma fase posterior da mesma ação como uma propriedade de consumação desse organismo (1987: 29).

Por isso, o significado carrega consigo um *valor pragmático*. Ele é uma disposição de conduta que é tanto melhor controlada quanto mais autoconsciente o processo de sua veiculação, o que inclui o arranjo com outros significados e mesmo a análise e a síntese dos significados mobilizados em relação a significados mais específicos ou mais gerais aos quais vêm a se orientar. Se a estrutura de significados que constitui a sociedade é complexa, isso se deve a todo o avanço no controle do mundo exterior que o ser humano experimentou no decurso de sua evolução, bem como a todas as consequências que esse controle tem gerado sobre as relações que o homem trava com seus semelhantes. Dessa maneira, na conversa por gestos significantes, o agente procura alinhar-se a seu interlocutor desvendando em seu *self* os significados que compartilha com ele e

ajustando sua própria conduta às reações que espera do outro, diferentemente da mera conversa por gestos, na qual o agente, inconsciente dos significados que mobiliza, vislumbra somente a sua própria sequência de reações, sem maiores considerações pelo que o outro haverá de devolver em resposta. As figuras 1 (um) e 2 (dois) a seguir, retiradas de Posner (1987), juntamente às suas legendas, nos permitem uma elucidativa esquematização dos diferentes tipos de influência que se estabelecem entre agentes em interações não-significantes e significantes, respectivamente.

Se na conversa por gestos não-significantes o agente só consegue apreender a sequência de seus próprios comportamentos, inconsciente da resposta do outro, pode-se dizer que os gestos são procedidos sem uma intenção subjetiva de comunicação. Nessa interação, os comportamentos dos agentes coparticipantes

FIGURA 1. Interação gestual com gestos não-significantes. B considera o comportamento a_1 de A como uma fase inicial do comportamento a_2 de A e A considera o comportamento b_1 de B como uma fase inicial do comportamento b_2 de B. Embora os comportamentos a_1 e b_1 , assim como b_1 e a_2 , e a_2 e b_2 sejam temporalmente adjacentes, nenhum dos participantes vê uma relação entre eles.

FIGURA 2. Interação gestual com gestos significantes. A considera seu comportamento a_1 como uma fase inicial do comportamento b_2 de B e B considera seu comportamento b_1 como uma fase inicial do comportamento a_2 de A, e assim por diante.

são manifestados na relação de um com o outro de forma independente, justamente por serem experimentados de modo puramente reativo. Tal condição só se modifica “quando um participante pode encarar o comportamento de outro participante como uma continuação do seu próprio comportamento” (POSNER, 1987: 30-1), direcionando sua atenção até as consequências responsivas de sua conduta, com base em uma autoindicação reflexiva que o faz se tornar consciente do caráter socialmente compartilhado dos significados com que vem a se comunicar com o outro. Todavia, não se deve com isso acreditar que o desenvolvimento do *self* e da mente faça com que a interação humana decorra invariavelmente dentro dos parâmetros racionais e conscientes da conversa por gestos significantes. De fato, boa parte dos comportamentos humanos se dá predominantemente sob o automatismo de uma interação reflexivamente não-consciente, na medida em que muitas de nossas respostas não são produtos de antecipações mentais da conduta alheia, senão que se mostram unicamente como devoluções imediatas influenciadas por nossos estados afetivos e emocionais. Mead está ciente disso e, com efeito, considera a racionalidade da conversa por gestos significantes tão somente como uma capacidade adquirida do indivíduo humano enquanto produto do desenvolvimento filogenético e ontogenético de sua espécie, uma capacidade adquirida que, enquanto tal, não precisa ser constantemente efetivada.

Entretanto, se Mead foi bem-sucedido ao propor sua teoria do *self*, já não podemos dizer o mesmo no que concerne à sua tentativa de construção de uma tipologia da conduta. Ainda que tenha tentado matizar sua classificação reconhecendo a presença de nuances comportamentais entre os tipos racional e (auto)consciente, de um lado, e não-racional e não-(auto)consciente, de outro, não conseguiu evitar o percalço decisivo de uma polarização analítica de suas categorias. A falta de explicitação de tipos de comportamento intermediários empobrece consideravelmente o instrumental analítico que se deseja erigir por meio de uma classificação tipológica, perdendo o contato com as diferentes modalidades que pode assumir empiricamente o comportamento humano. Além disso, a associação da racionalidade e da (auto)consciência a um critério de significatividade – e, com ela, consequentemente, da não-racionalidade e da não-

(auto)consciência à não-significatividade – faz com que sua tipologia da conduta entre em conflito aberto com sua teoria do *self*, desembocando em dificuldades teóricas e metodológicas consideráveis.

Ao propor o qualificador “significativo” para a caracterização da conversa por gestos racional e (auto)consciente, Mead desloca o fundamento de sua noção de significado tal qual apresentada em sua teoria do *self*. Ao atrelar impropriamente o significado à intenção subjetiva do agente, Mead implicitamente se aparta de sua explicação para o desenvolvimento ontogenético da mente, visto que agora o significado não é mais apenas uma disposição de comportamento internalizada na consciência mediante a socialização e o desenvolvimento de capacidades cognitivas racionais, senão que é a própria efetivação daquelas capacidades pelo indivíduo em sua prática social. No entanto, quando assim se procede, abre-se um vazio para a intersubjetividade do que temos chamado de uma consciência pré-reflexiva, pois somos obrigados a admitir interações comunicativas em que o indivíduo não compartilha conteúdos com seu interlocutor, vindo a conceber o contrassenso de uma comunicação incomunicada, simplesmente porque o indivíduo não logrou antecipar os movimentos da interação em sua mente. Aliás, fica difícil até mesmo imaginar que fosse de alguma maneira possível antecipar mentalmente qualquer interação, já que, diante da subordinação dos conteúdos compartilhados à lucidez que o indivíduo tem deles, a mente se fecha estaticamente em si mesma e já não podemos tratar senão como um mistério sua familiaridade com aqueles conteúdos.

Podemos dizer que, em sua tipologia da conduta, Mead não logrou preservar todos os quesitos do paralelismo psicofísico que habilmente articulou para fundamentar sua concepção de consciência. Esqueceu-se ele de que a consciência reflexiva de um indivíduo não pode ser mais do que a aplicação, sobre os próprios atos objetivados, da mesma consciência que aplica sobre os demais objetos externos e que, portanto, só se pode falar de uma consciência reflexiva como um desdobramento de uma consciência pré-reflexiva, dado que a operacionalização autoconsciente de significados só é viável perante a internalização desses mesmos significados no decurso de um processo de socialização que vem a constituir a própria reflexividade do indivíduo.

Em outras palavras, o significado precede ontogeneticamente a reflexão, e é precisamente isso que está implicado quando Mead diz que “a comunicação consciente se desenvolve a partir da comunicação inconsciente dentro do processo social” (1934: 179, nota 13). É isso também que está implícito quando diz que “[auto]consciência não é necessária para a presença do significado no processo da experiência social” (1934: 77). Mas não é isso que se estabelece quando Mead se vale de um critério de significatividade para suportar sua tipologia da conduta, pois, se o significado não depende da autoconsciência do indivíduo, torna-se irrelevante para a validade objetiva da análise do significado que o agente tenha procedido à sua conduta de modo consciente acerca do que ela sugeria em termos de disposição futura de comportamento. Basta que vejamos o significado como uma propriedade inerente à conduta humana, mas que pode variar em seu conteúdo de acordo com o grupo social de que participa o agente. A autoconsciência da conduta só interessa ao investigador social enquanto um fator de gradação da imputação de responsabilidade de uma consequência a um agente, sem que venha a interferir na possibilidade mesma dessa imputação.

O critério de significatividade que atravessa a tipologia da conduta de Mead negligencia justamente a contribuição metateórica crucial que se configura em sua obra, isto é, o pressuposto empiricamente emergido de que a sociedade deve ser metodologicamente precedente ao indivíduo. Como ele mesmo resume o núcleo de sua empreitada:

O que eu quero particularmente enfatizar é *a preexistência temporal e lógica do processo social em relação ao indivíduo autoconsciente que surge nele*. (...) O que o desenvolvimento da linguagem, especialmente do símbolo significante, tem tornado possível é justamente a tomada dessa situação social externa na conduta do próprio indivíduo (1934: 186-7; grifos nossos).

No entanto, a presença de tal incongruência no interior do pensamento de Mead é, precisamente, o que tem conduzido Blumer a uma caracterização demasiadamente individualista do processo de interação simbólica, tal como, dubiamente, houve de desembocar no texto de seu doutoramento. Mais propriamente, foi por não perceber a incongruência que se estabelecia em Mead que Blumer veio a assimilar o instrumental teórico-analítico oferecido por sua tipologia da conduta como se derivasse coerentemente do restante de suas reflexões sobre a mente e o *self*, sem

sequer desconfiar e se indagar a respeito das dificuldades metateóricas que, por seu meio, se erigiriam no seio da fundamentação daquele mesmo instrumental. Vimos isso mais explicitamente na exposição que leva a cabo em seu artigo “Social attitudes and nonsymbolic interaction”.

É assim que o significado se torna para ele uma atribuição subjetiva de um agente que determina o seu próprio ambiente por suas percepções particulares ou que a sociedade seja entendida como nada mais do que um conjunto de indivíduos que se diferencia por seu arranjo, ainda que não se consiga com isso delimitar nem o fundamento da comunicabilidade dos significados mobilizados pelos agentes nem o estatuto ontológico do arranjo na configuração do grupo social. É assim também que Blumer recai na “introspecção simpática”, rejeitando o termo “introspecção” em alguma medida, mas não se desvencilhando do núcleo autoidentificativo e imaginativo de sua abordagem, distante de haver apreendido toda a profundidade da discussão acerca do princípio do paralelismo psicofísico na obra de Mead. Se a imaginação e a autoidentificação são válidas é porque derivam antes de uma estrutura social prevalente, que não pode, por sua vez, ser uma mera agregação de indivíduos, ou para a qual não se pode negar a condição de entidade independente dos indivíduos.

Mas Blumer houve de enfatizar demasiadamente a incerteza, a novidade, a originalidade e a criatividade do comportamento humano, enfatizando consequentemente a conduta racional e consciente, que veio a chamar de “interação simbólica”, em substituição ao termo de Mead de uma “conversa por gestos significantes”, que considerou menos preciso²⁶. Levantando-se contra a tendência coletivista – e, a seu ver, determinista – de movimentos de pensamento de sua época como o funcionalismo, o estruturalismo e o culturalismo, o interacionismo simbólico de Blumer se concentrou excessivamente sobre o indivíduo, entendendo a interação de Mead como uma relação originária e preeminentemente interindividual. Por isso, inclinou-se ao individualismo metodológico, olvidando que

²⁶ Como Blumer resume em uma obra que só veio a ser publicada postumamente: “Doravante, usaremos o rótulo ‘*interação simbólica*’ para nos referirmos ao tipo de interação que faz uso de *gestos ou símbolos significantes*. Usaremos o termo ‘*interação não-simbólica*’ para cobrir o tipo de interação que Mead trata por ‘*conversa de gestos* [não-significantes]” (2004: 22; grifos nossos).

os objetos sociais já se apresentam ao investigador [e aos partícipes] interpretados ao nível da significação intersubjetiva que os agentes lhe emprestam e das significações coletivamente elaboradas que *fazem dos agentes mais suportes de significação do que atores individuais* (OLIVEIRA FILHO, 1976: 268; grifos nossos).

Blumer tornou o *self* de Mead uma propriedade concreta do indivíduo adulto e não, como pretendia este, uma capacidade efetivada mas aprimorável desse indivíduo, convertendo a tomada de papéis sociais em um ato exclusivamente particular e posicional do agente sobre a visão da conduta do outro. Sua busca pela especificidade o fez abandonar a base participativa e comunicativa dos significados que Mead havia estabelecido por via da socialização ontogenética do indivíduo. A associação precipitada entre o determinismo e a teorização de entidades suprassensíveis foi crucial para que Blumer viesse a desenvolver a sua própria linha de teorização sobre a trilha do individualismo. Não surpreendentemente, com isso, considerou a sociedade tão somente do ponto de vista de uma situação derivada ou abstraída das interações particulares, sensorialmente apreensíveis, concebendo o emergentismo de Mead equivocadamente como uma posição de matriz indutivista²⁷.

Além disso, temos indicado também que a tipologia da conduta de Mead malogra ainda em um outro sentido: ela não é suficientemente elaborada a fim de tipificar analiticamente as modalidades principais da conduta humana, de modo a conceder suporte a uma investigação empírica do comportamento. Sua polarização entre condutas racionais conscientes e condutas irracionais inconscientes não permite que vislumbremos de maneira adequada, por exemplo, condutas que decorrem preminentemente de fatores tradicionais, enquanto comportamentos firmemente ancorados em hábitos e costumes que não são exclusivos do agente, mas que compartilha com o grupo social e se tornam tão

²⁷ É assim que Blumer, inequivocamente, vem a se expressar a respeito da postulação de entidades suprassensíveis na teoria social: “*Qualquer postulado de estrutura social e de composição psicológica dos seres humanos em interação é derivado ou captado a partir da interação real em que suas vidas são conduzidas*. Inverter e explicar a interação social em termos de tais derivações é reverter a verdadeira ordem de relação. *Os supostos fatores sociais e psicológicos são emergentes da interação social, em vez de ser a interação social causada por, ou explicada por, tais fatores*. A interação social é o ponto de partida para uma análise do que acontece na vida em grupo, em vez de algo acidental que pode ser ignorado ou, ironicamente, tratado como um mero conjunto de canais para o fluxo de fatores trazidos para dentro do exterior” (2004: 32; grifos nossos). A esse respeito, podemos levantar que Blumer não apreendeu o caráter abdutivo do pensamento metodológico de Mead, especialmente no que concerne a seu princípio do paralelismo psicofísico como um “postulado empírico” e à postura emergentista que dele surge.

familiares e espontâneas a ele que não lhe ocorrem racionalmente. Do mesmo modo, torna-se difícil conceber condutas dotadas de racionalidade mas que não venham a se resumir a uma concatenação de meios para a obtenção de fins concretos; não há espaço para uma racionalidade orientada preponderantemente pelo horizonte mais abstrato de princípios, valores e máximas morais que o agente compartilha de modo mais amplo e genérico com seu grupo social. Também, não podemos esquecer que a caracterização de Mead da conduta irracional e inconsciente não fornece uma diferenciação razoavelmente clara entre o automatismo do que seria um comportamento simplesmente reflexo, típico da conduta biologicamente inscrita, e um comportamento não-reflexivo, ainda atrelado ao aprendizado sociocultural, conquanto involuntário. Assim, dentro dessas lacunas, acreditamos que só é possível tornar o pensamento metodológico de Mead, bem como o interacionismo simbólico²⁸, empiricamente consistente se estivermos prontos a ampará-lo com os recursos metateóricos disponibilizados pela tipologia da ação de Max Weber e por seu conceito básico de *tipo ideal* – que, como sabemos, foi precipitadamente recusado por Blumer –, englobando também nesse esquema as importantes ponderações de Alfred Schütz sobre a metodologia compreensiva weberiana.

8.2 O tipo ideal de Weber e a sociologia fenomenológica de Schütz como suportes epistemológicos para a teoria do self de Mead

Se Blumer não logrou demonstrar o refinamento necessário para a consideração do tipo ideal de Weber como uma ferramenta para a constituição de sua metateorização social, devemos considerar que isso se deveu mais às limitações de seu ambiente de época do que a uma negligência particular aos

²⁸ Temos encontrado no trabalho de Verhoeven, *Methodological and Metascientific Problems in Symbolic Interactionism* [Problemas Metodológicos e Metacientíficos no Interacionismo Simbólico; 1995], a indicação de muitas das dificuldades metateóricas que temos levantado nesta dissertação enquanto constitutivas da concepção de ciência de Blumer como relevantes também no trabalho e na concepção de ciência de outros interacionistas simbólicos que vieram a ser formados sob a influência do pensamento blumeriano, tais como Howard Becker, Norman Denzin, Eliot Freidson, Anselm Strauss etc. Não temos condições de discutir aqui a obra desses autores, muito embora reconheçamos a pertinência de uma investigação que venha a acompanhar de modo pormenorizado a influência do pensamento metodológico de Blumer, e de suas incongruências fundamentais, sobre a geração de investigadores sociais que vieram a se interessar pela linha de trabalho do interacionismo simbólico.

trabalhos deste. Nesse sentido, devemos suavizar a crítica que fizemos em momento anterior sob o intuito de enfatizar o que se perdia, quando discutíamos sua tese, e situá-la em parâmetros mais adequados, sublinhando o fato de que Blumer não logrou acesso aos textos seminais de Weber a respeito dos tipos ideais nem mesmo pôde contar com um conhecimento abrangente sobre a estruturação de seu pensamento sociológico. A isso cabe apontar o que dizem Kivisto e Swatos (1990). A influência do pensamento de Weber no ambiente intelectual estadunidense restringiu-se a um uso um tanto quanto eclético e fragmentado de sua obra, sem maiores considerações por sua totalidade e bastante vinculado ao ritmo lento e pausado em que caminhou a sua tradução para a língua inglesa. Ainda que alguns autores tenham tido acesso aos textos no original alemão, e Blumer foi um desses, como o demonstra na bibliografia de sua tese, a dificuldade com que Weber era debatido nos círculos intelectuais americanos certamente exerceu forte impacto no modo como esses autores vieram a assimilar suas ideias.

Além disso, devemos ter em mente que, se no início do século Weber aparecia tão somente enquanto um autor secundário na teoria social americana, no período do pós-Guerra a hegemonia da interpretação parsoniana de Weber contribuiu vigorosamente para a assimilação da sociologia deste nos Estados Unidos como uma teorização precursora das ideias do funcionalismo estrutural, o que muito provavelmente levou Blumer a se afastar ainda mais do pensamento weberiano. Aliás, podemos atribuir ao predomínio de Parsons o longo período de obscurecimento na teoria social acerca das similaridades que jazem nos trabalhos de Blumer em relação aos de Weber. Em relação a isso podemos citar flagrantemente o projeto de uma sociologia interpretativa no nível da investigação das relações e interações sociais e mesmo a consequente concepção de “conceito sensibilizador” de Blumer, que em muito se assemelha ao tipo ideal de Weber no que tange à busca por uma classificação de cunho qualitativo e aproximativo dos fenômenos sociais, conquanto não tenha gozado da mesma sofisticação que revestiu a proposta deste. Em suma, “Blumer e seus predecessores e herdeiros imediatos operaram com a suposição implícita de que eles não precisavam de Weber” (KIVISTO & SWATOS JR., 1990: 160).

Assim, podemos afirmar que, ainda que tenha discutido abertamente o tipo ideal na redação de sua tese, Blumer esteve longe de apreender a real dimensão do conceito para a sociologia weberiana, e também para um projeto de delineamento de uma sociologia interpretativa, permanecendo distante mesmo quando houve de se aproximar de problemas similares àqueles que conduziram Weber à sua proposta tipológica. Blumer não logrou vislumbrar o quanto a chamada “teoria da ação” de Weber estaria alinhada aos propósitos do comportamentalismo mentalista de Mead e muito menos conseguiu perceber o modo pelo qual a tipologia da ação weberiana poderia corrigir e aprimorar as lacunas e os equívocos da tipologia da conduta de Mead. A tipologia da ação de Weber, como já temos indicado na primeira parte deste trabalho, procura fornecer às ciências sociais um instrumental compreensivo para a apreensão dos comportamentos humanos, escalonando-os hierarquicamente de acordo com um critério de racionalidade. E fazendo isso, ela estipula um modo de conduzir a investigação compreensiva a fim de nos esquivarmos do problema da indeterminação das explicações idiográficas.

O escalonamento proposto pelos quatro tipos de conduta ideal oferece as condições metodológicas necessárias para que o investigador social venha a conceber uma noção mais precisa do modo pelo qual o agente se relaciona com o conteúdo de significado que veicula ao se comportar. Por isso, a explicação compreensiva da conduta deve partir da comparação do comportamento real do agente com o constructo idealizado desse comportamento em condições de plena racionalidade, para então, conforme os desajustes, compreender negativamente aquele comportamento mediante a reclassificação sistemática de seu tipo até uma situação próxima à da completa irracionalidade. Nesse esquema, a ação racional com relação a fins ocupa o posto de um conceito limite no qual os meios mobilizados por um agente em um curso de conduta se ajustam perfeitamente às consequências obtidas, apontando para uma situação de plena determinação na sucessão dos eventos. Quanto mais próximo está um comportamento da racionalidade com relação a fins, maior o domínio e a consciência do agente em relação aos significados que comunica em seu curso de conduta e maior também o

grau de analiticidade com que vem a proceder na definição das condutas intermediárias que vêm a compor aquele curso mais abrangente.

Entretanto, quando não podemos explicar o comportamento de um agente com base na racionalização de metas, devemos procurar explicá-lo sob uma racionalidade voltada a convicções. É assim que, havendo resíduos à explicação racional-finalista, devemos procurar no tipo de ação racional com relação a valores o caráter constitutivo da conduta analisada, averiguando em que medida a orientação a princípios e valores mantém o agente consciente do significado que traz em seu comportamento. Sua vinculação, porém, ao campo da normatividade moral ou estética limita o grau de analiticidade com que vem a constituir cada uma das etapas intermediárias de seu curso de conduta, visto que a crença no dever do cumprimento do valor torna o agente menos suscetível à ponderação da resposta do outro na conformação de sua própria atuação. É a convicção do agente acerca de objetivos altamente abstratos de conduta que torna a ação racional por relação a valores racionalmente menos estruturada do que a ação racional com relação a fins, exigindo para sua compreensão uma ampliação, por parte do intérprete, dos horizontes de orientação subjetiva da conduta.

Somente quando falha a tentativa de explicação por via da ampliação dos horizontes de aplicação da racionalidade é que nos cabe investigar a conduta sob condições além do campo estrito da autoconsciência do agente. Dessa maneira, levantamos o tipo de conduta tradicional com o intuito de apreender comportamentos que se ajustem a certos costumes e hábitos arraigados e que, então, se demonstrem configurados no interior do grupo social de que participa o agente, de modo que tais padrões costumeiros e habituais de conduta sejam típicos também da conduta de seus pares. E, enfim, quando o tipo de comportamento tradicional não logra explicar um comportamento manifestado, cabe buscar situá-lo nas características mais particularmente subjetivas do agente que o manifesta, examinando seu ajuste a um tipo de conduta afetivo. Nele, prevalecem os afetos e estados emocionais do agente, de acordo com os quais podemos contemplar a face irracional da exteriorização desse indivíduo e observar sua conduta conforme a decorrência eminentemente singular e indeterminada que aflora.

No entanto, se lidamos compreensivamente com a comparação de condutas reais com condutas ideal-típicas, não podemos jamais obter uma subsunção estrita de uma decorrência concreta a um único tipo ideal de conduta. Tipos ideais são constructos teóricos puros e, como tais, não carregam consigo qualquer pretensão de correspondência empírica. Diante disso, os comportamentos reais devem ser sempre fruto de uma combinação das características logicamente acentuadas em cada um dos tipos, não obstante seja possível assinalar o predomínio de certas características em detrimento de outras e, assim, indicar o tipo preponderante dentro de uma conduta manifestada. Logo, é com a pretensão de superar o alto grau de irrealidade e de hipoteticidade que reveste a construção de tipos ideais que Weber dispõe sua tipologia de conduta dentro uma ordenação hierárquica. É o escalonamento analítico dos comportamentos concretos que nos permite ampliar nossa inteligibilidade acerca dos fenômenos sociais, compreendendo em que medida os significados foram assimilados e concatenados na interação pelos agentes participantes e de que modo a sucessão de consequências observadas se deveu a decorrências necessárias do que se dispunha significativamente a partir dos movimentos anteriores daqueles mesmos agentes. Portanto, a tipologia da ação de Weber carrega consigo uma função primariamente metodológica, ela serve de fundamento para a medição da realidade e de suas relações, funcionando no sentido de “*representar* e tornar compreensível pragmaticamente a *natureza particular* dessas relações” (WEBER, 1991 [1904]: 106; grifos do original).

Procedemos à compreensão de um comportamento procurando confrontá-lo com o que seria idealmente seu decurso mais racional, isto é, com a concatenação mais determinada possível entre os significados veiculados e a conduta subsequente. Ao fazê-lo, delimitamos o campo das metas do agente e nos colocamos a observar de que modo e até que ponto o agente seleciona os melhores meios disponíveis para atingir aquelas metas, ao que vislumbramos o grau de antecipação da conduta alheia pela desenvoltura que demonstra perante adversidades, compreendendo o quão longe o agente foi capaz de ir em seu projeto mental daquela conduta. Quando, por sua vez, nos deparamos com dificuldades a respeito da seleção dos meios, podemos desconfiar acerca da

interferência de um horizonte valorativo na conduta, antes de começarmos a perscrutar seus aspectos não-rationais. Assim, podemos conceber em que medida o agente submeteu suas metas imediatas a convicções normativas e o quanto isso interveio nas possibilidades de conduta que o agente veio a tomar como inadmissíveis para si dentro de seu projeto para a consecução daquelas mesmas metas. Delimitado o campo do que fora antecipado racionalmente pelo agente, podemos, então, continuar nossa compreensão levantando argumentos acerca dos aspectos não-conscientes do sujeito em relação à sua própria conduta, defrontando-nos com aqueles caracteres que o indivíduo traz como parte de sua formação cultural e que mobiliza involutariamente. E quando temos já compreendido a conduta por seus vestígios tradicionais, resta-nos a influência das características mais subjetivas do indivíduo, cuja indicação fazemos em termos dos traços biograficamente constituídos em torno da personalidade do sujeito que age.

Estamos sempre compreendendo mediante um processo de delimitação negativa proporcionada pelo contraste com situações contrafatuais, e o *escalonamento analítico* proposto na tipologia da ação de Weber para essas contrastações vem nos fornecer o modelo de procedimento pelo qual tornamos objetivo o enquadramento teórico de um fenômeno social. Podemos argumentar racionalmente acerca de cada um dos aspectos que estão concernidos aos cursos de conduta e organizá-los de acordo com as discrepâncias que apresentam em relação a cada nível típico de conduta, contestando as concepções prevalentes acerca de cada um desses cursos. Ou, então, podemos ampliar o escopo da análise e considerar um contexto mais amplo de significados, discutindo a competência das análises anteriores. Isso porque a compreensão de um curso de conduta depende da base epistêmica do intérprete acerca das condições sociais a que estão submetidos os agentes e dos papéis sociais que eles assumem na situação.

À medida que conhecemos com mais profundidade o contexto que envolve o agente e as responsabilidades socialmente atreladas ao desempenho do papel que ele assume no momento da conduta analisada, podemos aprimorar a interpretação que temos dessa conduta confrontando as condições subjetivamente racionalizadas com as condições intersubjetivamente disponíveis àquele sujeito no

momento de sua manifestação. O escalonamento tipológico da ação em Weber traz à tona a necessidade de referência constante da teorização social a um conceito de *agente ideal*, pois é somente mediante a conjeturação comparativa de um agente plenamente racional que nos habilitamos à inteligibilidade das condutas empiricamente constituídas. Isso parte do pressuposto de há uma *assimetria epistemológica* entre o racional e o irracional, entre o determinado e o indeterminado, superando as limitações indeterministas e irracionaisistas que subsistiam à teorização de von Kries devido a seu conceito de acaso ideal.

Em outras palavras, se partimos compreensivamente da comparabilidade com situações em que vigora a indeterminação ou a irracionalidade, nos apartamos do caráter socioculturalmente organizado do agente e, destarte, não logramos mais do que um conhecimento frouxo a respeito dos fenômenos sociais, visto que estaremos diante de uma miríade de comportamentos potencialmente coexistentes e copossíveis sem que possamos indicar quais comportamentos favorecem outros e, com isso, quais condições sociais podem ser ditas relevantes para as consequências observadas. Mas se, ao contrário, principiamos do agente ideal, nos situamos na perspectiva do universo sociocultural do agente e nos colocamos em condições de procedemos ao cotejamento do significado subjetivamente intencionado com a estrutura de significados intersubjetivamente compartilhada. Eis onde repousa o sentido genérico, e mais fundamental, da “relação a valor” weberiana – que provém do pensamento de Rickert – em distinção à “relação a valor” como um tipo de ação racional. Naquela, temos o que Weber chamou em “Die ‘Objektivität’...” de “a premissa transcendental de qualquer *ciência da cultura*” (1991 [1904]: 97; grifo do original), pois é somente com base no vínculo preexistente a uma cultura ou a uma sociedade que podemos explicar a grande maioria dos fenômenos humanos. Mas podemos dizer que essa premissa transcendental fica um tanto quanto escondida em seu “Soziologische Grundkategorien...”, quando justamente propõe o formato final de sua tipologia da ação e estipula a relação a valores como um atributo de uma ação racional²⁹.

²⁹ O termo “relação a valores” em sentido genérico aparece uma única vez em todo o texto, justamente em um comentário entre parênteses disposto a esclarecer uma passagem em que alude para a necessidade prévia a toda análise da ação de conhecermos os papéis sociais envolvidos na relação entre os agentes (*cf.* Weber (1964 [1922]: 15)).

Nessa medida, a “relação a valores” em sentido genérico deve se constituir em um postulado empírico da apreensão social, e como tal deve abranger a todos os tipos de conduta enquanto uma condição necessária da explicação social, que, por sua vez, não deve ser confundida com a “relação a valores” de uma ação racional, a qual bem poderia ter sido nomeada de ação racional com relação a normas (FANTA, 2013).

Para utilizarmos o conceito de Mead, aproximamo-nos da racionalização abstrativa do outro generalizado e interpretamos a conduta do agente conforme sua adequação às disposições de conduta inscritas nos significados socialmente aprendidos que ele vem a veicular e a responder em meio ao processo efetivo de tomada do papel do outro. Dessa maneira, estamos sempre, como indivíduos, aperfeiçoando nossa apropriação dos significados dados na sociedade e compreendemos a conduta alheia aferindo o grau de internalização subjetiva dessa sociedade por parte de um agente no desenvolvimento de uma noção do outro generalizado. E este, por sua vez, nada mais é do que o nível de racionalidade do instrumental de época disponível àquele grupo social ou àquela sociedade. Jamais podemos conhecer esse instrumental de época em sua totalidade, e assim também os agentes sociais, mas podemos olhar para a realidade social setorialmente, concentrando nossa atenção sobre as condutas objetivadas e apreendendo o direcionamento da atenção nelas implicados concretamente, para então confrontarmos essa perspectiva efetivada com as expectativas ligadas aos papéis sociais desempenhados pelos agentes, debruçando-nos racionalmente ao deslindamento das características socialmente vinculadas a esses papéis, tais como dados tipicamente na situação objetivada. Em suma, pensar em termos de papéis sociais é pensar em termos de um agente ideal específico e ter uma noção de outro generalizado é saber situar o agente ideal na especificidade de um plano de expectativas de conduta.³⁰

³⁰ Schütz, em alguma medida, parece entender o que estamos referindo aqui como um “escalonamento” da tipologia da ação de Weber enquanto válido para todo e qualquer conhecimento compreensivo da realidade, conquanto não explicita a relação hierárquica que temos defendido em sua constituição como instrumental analítico, pois, tendo entendido a tipologia da ação como a tipologia primordial weberiana, ele afirma a respeito dos tipos ideais em geral: “*O uso de tipos ideais não se limita ao mundo dos contemporâneos, senão que também se o pode encontrar em nossa apreensão do mundo dos predecessores.* Ademais, visto que os tipos ideais são esquemas interpretativos do mundo social em geral, eles se voltam como parte de nosso

Todavia, como afirma Schütz, “quando Weber fala de conduta significativa, está pensando em conduta racional” (1932: 48). Isso quer dizer que a tipologia da ação weberiana incorre, ao fim e ao cabo, no mesmo percalço da tipologia da conduta de Mead, isto é, recai na redução do âmbito significativo ao domínio do comportamento racional e autoconsciente. Como sabemos, tal postura traz à tona um impasse bastante vultoso à fundamentação da metodologia compreensiva, pois veta a compreensibilidade e a explicação de uma parte importante do mundo social. Isso se não propriamente solapa de vez a compreensibilidade e a explicação de todo o mundo social, visto que a redução do significado à consciência reflexiva do agente constitui esse significado enquanto um atributo meramente subjetivo, ligado intimamente à conduta concreta, tornando sua possibilidade de comunicação um mistério. Por isso, partindo da comunicabilidade da conduta, devemos supor que o significado é antes uma propriedade de todo e qualquer comportamento do sujeito, vinculada então a um certo modo de direcionamento da atenção que pode ser compartilhado com outros. Os significados devem ser considerados produtos contínuos da intencionalidade que subjaz ao movimento cognitivo próprio da consciência pré-reflexiva, mas dos quais só podemos nos dar conta quando desviamos o fluxo mesmo de nossa consciência para a dilucidação das imagens já constituídas sob aquele movimento: “chamamos de ‘significativas’ as objetivações reais e ideais do mundo que nos rodeia, tão logo enfocamos nossa atenção sobre elas” (1932: 64). Schütz traz da fenomenologia de Husserl a ideia de que a consciência é sempre uma consciência de algo e se organiza segundo um *princípio de temporalidade*, o que o próprio Husserl veio a nomear de “consciência temporal interna”. Nisso, há uma proximidade bastante grande com o modo pelo qual se expressa Mead quando pensa a constituição de seu conceito de “consciência”, não obstante sua marcante referência à biologia:

Tenho tentado apontar que os significados das coisas, as nossas ideias a respeito delas, respondem à estrutura do organismo em sua conduta com referência às coisas. A estrutura que torna isso possível foi

repositório de conhecimento acerca desse mundo. Como resultado, estamos tomando sempre elementos deles em nossos tratos face-a-face com os demais. *Isso significa que os tipos ideais servem como esquemas interpretativos mesmo para o mundo da experiência social direta*” (1932: 214; grifos nossos).

encontrada primariamente no sistema nervoso central. Uma das peculiaridades deste sistema é que ele tem, em certo sentido, uma *dimensão temporal*: as coisas que iremos fazer podem ser arranjadas em uma ordem temporal, de modo que os processos posteriores, em seu início, possam estar presentes para determinar os processos anteriores; o que vamos fazer pode determinar nossa abordagem imediata ao objeto (1934: 117; grifo nosso).

Dessa forma, vimos a apreender os significados sempre de condutas objetivadas, nunca do processo mesmo dessas condutas, contemplando *a posteriori* o modo pelo qual a atenção foi direcionada pelo agente. Só é significativa uma conduta já transcorrida, como uma fatualidade que se põe para além do agente e pode ser captada por ele mesmo e por outros intersubjetivamente, tornando-se objeto da atenção de um intérprete e se constituindo em uma imagem da memória deste³¹. Não obstante, para Schütz, essa fatualidade pode ser prognosticada pelo agente, a fim de, em alguma medida, inteirar-se dos significados que se colocará a veicular. O sujeito que age pode também compreender os significados que mobiliza em sua conduta atual quando os contempla dentro de uma antecipação reflexiva da situação resultante daquilo que virá a fazer e, nesse sentido, o grau de autoconsciência a respeito do significado de sua própria conduta fica atrelado ao nível de detalhamento do plano de ação que concebe em sua mente por esse meio. Ele apreende os significados de sua conduta à medida que sua conduta se lhe aparece enquanto completada, como se já residisse no passado, constituída no *tempo futuro perfeito* pressuposto ao planejamento de sua ação. “A unidade [subjativa] da ação é uma função da envergadura ou do fôlego do projeto” (1932: 92), assim a autoconsciência da conduta pode se dar em diferentes graus e tanto melhor se dará quanto mais imagens de condutas completadas o sujeito vier a elaborar em sua mente no processo de planejamento de sua ação, já que haverá contemplado o significado

³¹ Não temos condições aqui de nos debruçarmos mais apropriadamente nos pormenores da teoria da atenção de Husserl, que Schütz utiliza intensamente em sua tese de doutorado. Aqui nos basta entender apenas que a reflexão acerca dos atos de modificação atencional em Husserl é muito mais bem elaborada e sofisticada do que em Mead, o que certamente valeria a escrita de um outro trabalho para a apreciação de toda a sua riqueza enquanto instrumental de reconstrução para a fundamentação de uma metodologia compreensiva. Por ele, poderíamos obter alguma luz acerca do modo pelo qual uma mesma vivência pode apresentar-se ao intérprete de maneiras diversas, a ponto de este poder alterar sua concepção dos significados nela implicados. A distinção e a relação tecida entre sínteses de atos intencionais politéticos e sínteses de atos intencionais monotéticos nos parece muito propícia para desvelar o caráter multifacetado da conduta e da apreensão da conduta, que se revela com o passar do tempo dentro da mudança de posição na análise do significado.

com maior grau de profundidade analítica e ponderado as várias possibilidades de conduta que pode vir a assumir, escolhendo dessa maneira o curso de ação que melhor se adequar às suas pretensões e ajustando sua execução mediante o controle *pari passu* com as imagens antecipadas^{32, 33}.

Devo visualizar o estado de coisas que será produzido por minha ação futura antes de poder esboçar os passos simples de meu agir futuro, do qual esse estado de coisas será resultado. Metaforicamente falando, tenho de ter alguma ideia da estrutura a ser erigida antes de poder esboçar as plantas. A fim de projetar minha ação futura tal como ela se desenrolará, tenho de me situar em minha fantasia no tempo futuro, quando essa ação já *terá sido* realizada, quando o ato resultante já *terá sido* materializado. Só assim posso reconstruir os passos simples que terão levado a esse ato futuro. O que é então antecipado no projeto é, em nossa terminologia, não a ação [no sentido de em curso] futura, mas o ato [no sentido de completado] futuro, e ele é antecipado no tempo futuro perfeito, o *modo futuri exacti* (1951: 162; grifos do original).

Não obstante, mesmo nos projetos mais elaborados, haveremos de nos deparar com consequências imprevistas e, logo, observar diferenças entre o que se supunha estritamente que iria ocorrer e o que pode ser contemplado *ex post facto* como o que efetivamente veio a ocorrer. Como bem aponta Schütz, “o significado de uma ação difere segundo o ponto do tempo desde o qual se a observa” (1932: 95), uma vez que “o projeto, como qualquer outra forma de antecipação, carrega consigo seus horizontes vazios, que só serão preenchidos pela materialização do evento antecipado. Isso constitui a incerteza intrínseca de todas as formas de projeção” (1951: 162-3). Tal postura lembra em grande medida aquela que temos ressaltado dentro do pensamento de Mead a respeito da relação entre o “eu” e o “mim”. No “mim” de Mead congregam-se aquilo que Schütz chama de “o mundo pressuposto” e de “a situação biograficamente determinada”, os quais são

³² Assim Schütz se expressa a respeito da conformação de dois planos na intencionalidade da consciência: “quando mediante meu ato de reflexão dirijo minha atenção até a minha vivência, já não estou tomando minha posição dentro da corrente da duração pura, [da aplicação da consciência ao fluxo contínuo da realidade experiencial imediata,] já não estou simplesmente vivendo dentro dessa corrente. As vivências são *apreendidas, distinguidas, postas de relevo e destacadas* uma da outra; *as vivências que se constituíram como fases dentro do fluxo da duração se voltam então como objeto da atenção enquanto vivências constituídas*” (1932: 81; grifos nossos).

³³ No sentido que se tem defendido aqui, a ação engloba mesmo a abstenção voluntária de agir, isto é, quando o projeto tem desembocado na decisão do agente de não prosseguir em seu curso de conduta. De acordo com Schütz, “se projeto realizar uma ação e então abandono o projeto, digamos porque eu me esqueci dele, não ocorre nenhuma performance [de comportamento]. Mas se oscilo entre realizar e não realizar um projeto e decido pelo último, minha abstenção proposital da ação é, em tal caso, uma performance” (1951: 161).

mobilizados pelo “eu”, consciente ou inconscientemente, dentro de uma condição relativamente instável e se constituem em fundamentos da praticabilidade de suas condutas. O *mundo pressuposto* é aquilo que carregamos como bagagem compartilhada de significados com nossa comunidade de comunicação, enquanto a *situação biograficamente determinada* é o que se encontra sedimentado no agente pelas experiências subjetivas anteriores que se têm produzido em sua vivência com base no arranjo particular conferido ao conteúdo prevalente em nosso mundo pressuposto. E como temos dito, esse arranjo particular não inclui apenas concatenações conscientes da parte do agente, senão que também inconscientes, constituídas pela simples composição singular de um aqui e agora.

Com efeito, o significado é independente da autoconsciência do agente, conquanto sua apreensão só possa se dar sob condição de certa reflexividade do intérprete – visto que se pode captar o significado dentro de uma ampla gama de matizes, dependendo da profundidade com que conduz a análise do comportamento. Weber, então, dentro desse esquema, fundamenta sua compreensão de maneira ambígua. Do ponto de vista da intenção, busca compreender o que intencionou subjetivamente o agente, porém, do ponto de vista do significado, quer que a compreensão apreenda um conteúdo objetivamente constituído, produzindo no interior de sua obra, indiscernidos, dois sentidos de “intenção” e dois sentidos de “significado”. Isso porque, quando se procura apreender a intenção subjetiva do agente, se pretende com isso captar o conteúdo de significado que o sujeito houve de atribuir autoconscientemente a seu curso de conduta, um significado que, como a intenção, é também subjetivo; enquanto, por sua vez, a aspiração por uma compreensão objetiva do significado demanda que olhemos para uma intenção que não pode ser resumida à autoconsciência do agente, pois situada a partir das consequências objetivas de sua conduta. Logo, o pensamento weberiano, na crítica de Schütz, não consegue resolver o impasse de como podemos nos lançar a uma interpretação objetiva da mente do outro.

É assim que para Weber a compreensão de senso comum³⁴ é resumida à observação direta com base em expressões corporais, enquanto a compreensão

³⁴ Na versão espanhola de José Medina Echevarría, essa compreensão foi traduzida como “compreensão atual”. E, na versão inglesa de Talcott Parsons, foi posta como “compreensão

científica³⁵ se dá no aprofundamento do conhecimento acerca do caráter subjetivo do comportamento. Mas, se pela primeira vislumbramos uma certa imediatidade entre o objetivo e o subjetivo, pela segunda já não poderíamos considerá-lo assim. A pretensão de deslindamento da subjetividade do agente na compreensão científica não permite que o subjetivo e o objetivo sejam dados indistintamente, mas tampouco nos deixa claro como o acesso ao nível da experiência subjetiva pode ser alcançado sob os requisitos da objetividade do conhecimento. Ao fim e ao cabo, Weber não consegue estabelecer uma distinção exequível entre a compreensão tal como dada no seio da vida cotidiana e a compreensão que deve ser levantada como metodologia das ciências sociais. Se a compreensão de senso comum se resolvesse na objetividade da observação direta, não haveríamos de precisar de uma compreensão científica, ao passo que, se a compreensão científica se volta para captar uma trama mais ampla de significado, devemos duvidar daquela objetividade da compreensão de senso comum.

Mas isso só quer dizer que a observação sozinha não basta para a compreensão que desenvolvemos na vida ordinária. Na cotidianidade, interpretamos os agentes sempre com base na informação que temos do contexto que os cerca e procedemos a esperar alguma conduta daqueles agentes segundo o que se nos abre pela via dessa contextualização. Não conseguimos com o senso comum qualquer apreensão diretamente objetiva dos significados e das intenções dos agentes. Nosso conhecimento acerca desses significados e dessas intenções se dá para nós enquanto uma apreensão mediata, isto é, como aquilo que concebemos comparativamente em relação ao conhecimento prévio de que dispomos acerca do quadro situacional em que está inserida a conduta. Em outras palavras, a subjetividade pode ser tanto melhor captada quanto maior nosso conhecimento a respeito do contexto objetivo que cerca o agente. Assim, não estamos mais diante de uma oposição entre o objetivo e o subjetivo como um correlato da distinção entre senso comum e ciência, nosso conhecimento acerca dos comportamentos humanos pode ser aprimorado objetivamente pela via da

observacional”. Aqui, por motivo de clareza, preferimos tratá-la como “compreensão de senso comum”.

³⁵ Na versão de Echevarría, o que temos nomeado de “compreensão científica” em Weber fora traduzido como “compreensão explicativa” e iremos nos valer do termo em momento propício. Já na versão de Parsons, a solução encontrada culminou no termo “compreensão motivacional”.

racionalização do contexto de significado daqueles mesmos comportamentos e, quando assim procedemos, temos igualmente uma melhor delimitação do que intencionou aquele agente, seja no que tange ao carimbo biograficamente subjetivo que impõe à sua conduta, seja no que concerne às disposições de conduta futura a que veio a se filiar por conta do direcionamento atencional espontâneo da consciência.

Quanto mais sei a respeito do que precedeu o instante do comportamento analisado, melhor consigo situar esse mesmo comportamento e delimitar a situação ou as possibilidades de situação para as quais ele encaminha os agentes envolvidos. Ao interpretar um comportamento, buscamos um motivo que “se encontra fora do lapso temporal da conduta real” (SCHÜTZ, 1932: 58), seja esse motivo um apontamento para o futuro, assinalando o que podemos esperar como consequência da conduta – o que Schütz chamou de *motivo-para* –, seja ele uma volta ao passado, revelando-nos aspectos da origem dessa conduta – o *motivo-porque genuíno*³⁶. A diferença da compreensão de senso comum perante a compreensão científica não é da ordem da natureza dos procedimentos epistemológicos e metodológicos envolvidos, senão que da ordem do grau em que podemos presidir esses procedimentos, levando-nos a uma questão de distanciamento reflexivo do intérprete acerca da situação interpretada.

O cientista social pode contar com uma vantagem temporal em relação ao mero agente no que respeita à análise do comportamento alheio. Ele está sempre em uma posição privilegiada para acompanhar o curso das condutas que investiga, pois se coloca para fora da imediatidade pragmática que cobra do agente uma resposta. Além disso, em geral, o cientista social também costuma caracterizar-se pela posse de conhecimentos mais extensos e agudos acerca das teorias sociais e dos processos históricos, demonstrando maior domínio do instrumental de época

³⁶ Schütz lhes dá o nome de “motivos-porque genuínos”, pois todo motivo-para pode ser enunciativamente elaborado sob a forma de uma resposta “porque”, enquanto motivos-porque propriamente ditos nunca podem ser convertidos em motivos-para. Em seu exemplo: “É comum se dizer que o assassino matou sua vítima porque ele queria obter seu dinheiro” (1951: 88), quando, de fato, ele cometeu o crime *para* obter o dinheiro e não *por causa de* tal obtenção. Talvez, em português, poderíamos traduzi-lo mais adequadamente como “motivos-por-causa-de” ou “motivos-por-causa”.

socialmente disponível, bem como do instrumental de época que se configura para além de um enquadramento social específico.^{37, 38}

Podemos dizer, nessa medida, que a ciência social, diversamente do senso comum, nos permite uma sistematicidade e uma racionalidade procedimentais que nos leva a desvelar o carácter intersubjetivo dos significados sociais. Ela nos permite um tal grau de aprofundamento sobre essa intersubjetividade que nos aproxima da face objetiva do significado – aprimorando nossa noção do outro generalizado –, ao que nos oferece a possibilidade de conhecimento da objetividade desses significados dentro do limite do que nos é possível em nossa época. Dito de outro modo, pela institucionalidade da ciência³⁹, distendemos a análise do significado ao máximo da racionalidade socialmente disponível em uma determinada época, e nos habilitamos, assim, a esclarecer, mediante comparação, a concatenação particular que é conferida àqueles significados no transcurso dos comportamentos concretos dos agentes, constituindo nossas ideias

³⁷ Por isso, levantamos certa objeção a Schütz quando este assevera que “a compreensão observacional [ou de senso comum] se foca, então, sobre a ação enquanto esta ocorre (...) Portanto, a compreensão observacional ou direta consiste simplesmente, em essência, na compreensão que exercitamos na vida diária *em nossas relações diretas com as demais pessoas*” (1932: 60; grifo nosso). Discordamos de Schütz pensando em sua própria distinção dos níveis da experiência social, pois, no senso comum, o agente não deixa de exercitar sua compreensão também por meio da interpretação de relações indiretas, como aquelas envolvendo o mundo dos contemporâneos e o mundo dos predecessores. Assim, não é só a compreensão científica que lida com a interpretação de condutas em tais níveis ou mundos.

³⁸ Schütz tem se expressado acerca de seus conceitos de significado subjetivo e objetivo, por um lado, e de motivo-para e motivo-porque, por outro, como se estivessem relacionados de modo respectivo, ou seja, como se o motivo-para carregasse “a atitude do ator que vive no processo de sua ação em curso (...) uma categoria essencialmente subjetiva” (1951: 164), enquanto o autêntico motivo-porque se revelaria “uma categoria objetiva, acessível ao observador, que deve reconstruir, a partir do ato realizado, (...) a atitude do ator perante sua própria ação” (1951: 164). No entanto, temos rechaçado essa solução, pois tanto o motivo-para quanto o motivo-porque possuem, cada um, uma face objetiva e uma face subjetiva, as quais só podem ser o mais proximamente objetivamente apreendidos sob os auspícios de uma compreensão científica. O agente jamais pode conhecer o seu motivo-para em todo o seu desdobramento, pois ele se lhe deve revelar tão somente na conduta materialmente objetivada, na medida em que é só por meio dela que se pode adquirir consciência dos significados que estão sendo veiculados. Eis o que subjaz à incerteza de toda projeção. Além disso, um agente sob as condições de um comportamento inconsciente jamais haveria de saber para que sentido o significado a que tem incorrido o aponta. O motivo-para, nesse caso, lhe é completamente desconhecido – no que o aspecto subjetivo desse motivo-para só se revela na concatenação única, biograficamente constituída, da reação daquele sujeito enquanto produto de seus traços de personalidade – e só pode ser desvelado por um observador externo ou pelo próprio agente sob uma atenção retrospectiva.

³⁹ Isso é importante pois não estamos trabalhando com a referência a cientistas individuais. Estes podem sempre cometer deslizos em suas análises. Nossa atenção deve ser direcionada para a sobrevivência das teorias científicas, enquanto produtos autorais, sem dúvida, mas avalizados racional e intersubjetivamente pela crítica dos demais especialistas institucionalmente dispostos.

a respeito da face subjetiva daquele significado. É certo que nunca apreendemos a subjetividade em si mesma, pois dela não emana nenhuma comunicabilidade, o plenamente subjetivo é inefável, mas apreendemos essa subjetividade como o polo mais específico e individual que se monta no arranjo particular de significados dado por um agente⁴⁰. Como diria Schütz, “a máxima captação possível do significado subjetivo no mundo social não pode ser esperada no nível do senso comum” (1932: 68).

Toda conduta, então, para Schütz, leva consigo os horizontes de comunicabilidade de seu agente e tanto mais pode ser aprimorada quanto mais racionalmente for delineada em um plano prévio. É assim que o projeto de uma ação deve se distinguir da mera imaginação fantasiada assumindo a forma de

um fantasiar dentro de um enquadramento dado ou, melhor, imposto; imposto mais propriamente pela realidade dentro da qual a ação projetada virá a ser realizada. Ele não é, como um mero fantasiar, um pensamento em modo optativo, senão que um pensamento no modo potencial. Essa potencialidade, essa possibilidade de executar o projeto requer, por exemplo, que só possa levar em consideração em meu projetar fantasioso os fins e os meios que acredito estarem dentro de meu alcance efetivo ou potencial; que não me é permitido modificar ficcionalmente em minha fantasia aqueles elementos da situação que estão para além de meu controle; que todas as chances e riscos têm de ser sopesados de acordo com meu conhecimento presente das ocorrências possíveis daquele tipo no mundo real; exige, em suma, que, de acordo com o meu conhecimento presente, a ação projetada, ou ao menos seu tipo, haveria sido praticável, seus meios e fins, ao menos em seus tipos, haveriam estado disponíveis, se a ação houvesse ocorrido no passado. A restrição grifada é importante. Não é necessário que a “mesma” ação projetada em sua unicidade individual, com seus fins únicos e meios únicos tenha sido pré-experimentada e, portanto, conhecida (1951: 165-6; grifos do original, com exceção do primeiro e último).

⁴⁰ É precisamente essa relação que Schütz visa ao dizer: “Por um lado, posso atender aos fenômenos do mundo externo, que se me apresentam como indicações da consciência de outras pessoas, e interpretá-los por si mesmos. Quando o faço, digo deles que têm *significado objetivo*. Mas, por outro lado, posso olhar mais além, e através dessas indicações externas, para penetrar no processo constituinte que ocorre dentro da consciência viva de outro ser racional. O que me interessa, então, é o *significado subjetivo*. O que chamamos de o mundo do significado objetivo se abstrai, portanto, na esfera social, dos processos constituintes de uma consciência que atribui significado, seja a de mim mesmo ou a de outro. Isto dá por resultado o caráter anônimo do conteúdo significativo que se predica dele, e também sua invariância a respeito de toda consciência [particular] que lhe tem dado significado mediante sua própria intencionalidade. Em contraste a isso, quando falamos de significado subjetivo no mundo social, nos referimos aos processos constituintes que ocorrem na consciência da pessoa que produziu o que é objetivamente significativo” (1932: 67; grifos nossos).

Logo, as possibilidades de conduta que analisa o cientista social devem ser organizadas por ele também entre os âmbitos objetivo e subjetivo. Isso pois, para o agente, as possibilidades de conduta só existem enquanto antecipações do que poderá fazer, não obstante vislumbre posteriormente que não as antecipou como deveria, por conta de alguma consequência imprevista relevante. Como atos imaginativos, os diversos projetos de ação “não coexistem na simultaneidade do tempo externo” (1951: 175); eles se dispõem no tempo interior da consciência do agente, organizando-se lá sob a diacronicidade intrínseca a seu movimento atencional. Por isso, a ordem com que vem a refletir sobre a sua conduta revela para Schütz a grande influencia da subjetividade do agente sobre o curso de conduta a ser escolhido, já que a escolha entre alternativas cursos de conduta só existiria na internalidade mental do sujeito que age. Contudo, devemos discordar relativamente dessa posição, pois, conquanto nos apresente as condições evidentes em que o sujeito se põe a se conduzir na imanência de sua trajetória biográfica, não é possível que retiremos dela, como implicação, que as possibilidades de conduta estejam presentes somente enquanto processos exclusivamente pessoais.

8.3 O realismo e o institucionalismo metodológicos como fundamentos para a apreensão dos fenômenos sociais

Devemos defender que as possibilidades de conduta também estão dadas de antemão. Ainda que a consciência, como temos dito, sempre se encontre instanciada na imanência, em nossa imanência estamos constantemente articulando disposições transcendentais, isto é, disposições que não cabem apenas e tão somente em nosso entendimento, senão que no entendimento de nossos pares. E, sobretudo, podemos dizer, ainda, que trazemos nela disposições propriamente transcendentais. Nossos comportamentos carregam consigo uma configuração estrutural que os faz compreensíveis a outros que não participam diretamente de nosso universo sociocultural. Podem ser compreendidos por eles à medida que se inteiram de conteúdos e sub-formas⁴¹ específicos que compõem o

⁴¹ Não temos condições aqui de detalharmos aqueles elementos que viriam a constituir essas sub-formas, mas as mencionamos como parte do entendimento de que as diferentes sociedades e culturas não mantêm entre si diferenças simplesmente de conteúdo, senão que também de

nosso grupo social, sociedade ou cultura, nos muitos níveis de compreensão “estrangeira” que podem existir. A compreensão é sempre um *processo de estranhamento*. Daí a necessidade de realizarmos uma *comparação escalonada* em relação ao grau de racionalidade da conduta do agente e de estarmos a par dos conteúdos e sub-formas específicos do âmbito valorativo que contextualizam aquela conduta, orientando nossa análise dentro da *premissa transcendental, ou postulado empírico, da “relação a valores”*.

Schütz não percebeu toda a amplitude do caráter pré-dado do significado porque sua reconstrução metodológica parte dos princípios da fenomenologia de Husserl e, com ela, adere a seu método da redução fenomenológica (ou *epoché*). Por esse método, pôs-se em posição de suspensão de juízo acerca da crença ontológica na realidade do mundo exterior, colocando este em um parêntese histórico e existencial. Assim, embora tenha vindo a conceber a construção do mundo da experiência sob os parâmetros de um ordenamento em esquemas, esquemas estes que se constituiriam sobre a base de nossas experiências passadas para a interpretação de novas experiências, Schütz não logrou adentrar nos fundamentos mais gerais da intersubjetividade desses esquemas interpretativos. Sua reflexão metodológica se contentou em meramente postular aquela intersubjetividade tal como apresentada transcendentemente ao indivíduo no campo do socialmente compartilhado, mas, ao fazê-lo, não conseguiu lidar apropriadamente com os *aspectos transcendentais da compreensão*. Estes só poderiam ser por ele apreendidos se houvesse saído do âmbito do mundo fenomenologicamente reduzido e avançado sobre uma discussão propriamente ontológica do eu do outro.

É a realidade existencial e histórica independente do eu do outro que possibilita a intersubjetividade em sentido estrito que tanto temos enfatizado e é o desenvolvimento filo e ontogenético do ser humano enquanto espécie, sob um princípio de paralelismo psicofísico, que permite que o eu e o eu do outro venham

estruturação daqueles conteúdos entre si, que, por sua vez, não poderiam ser confundidas com as estruturas mais gerais que conformam o nível do aparelho cognitivo humano. Diferenças de estruturação sociocultural podem aparecer em sociedades ou culturas distintas quando estamos diante de conteúdos tipicamente similares, isto é, significados que apontam para as mesmas disposições, mas que são controlados social ou culturalmente por meio de interdição moral, por exemplo.

não somente a compartilhar conteúdos e sub-formas de significado – propriamente sociais –, mas também e, sobretudo, que, por meio justamente dos processos de socialização por que passam, venham a descerrar, concomitantemente, capacidades cognitivas amplas de estruturação de significados. Essas capacidades projetam compreensivamente os significados para além de sua própria comunidade de comunicação primária, o que Schütz veio a chamar de o mundo dos consociados, habilitando-o também à comunicação com o mundo impessoal de seus contemporâneos e de seus predecessores, e mesmo, de modo mais especulativo – conquanto ainda real –, de seus sucessores. Pode, ademais, em meio a esses mundos, se dispor à compreensão de grupos sociais, sociedades ou culturas sincronicamente existentes, pois a capacidade de estruturar os significados lhe concede a possibilidade de discernir e destacar os conteúdos e sub-formas de significado que são mobilizados pelos agentes no seio desses outros universos socioculturais particulares.

É no *corpo* do indivíduo, em sua realidade, que a compreensão do mundo social se fundamenta ontologicamente. Toda apreensão de um fenômeno social deve partir da *realidade independente do corpo do outro*. Só por ela a fenomenalidade insuperável da cognição se justifica na criatividade mentada com que se nos apresentam os comportamentos humanos, na extensão mesma da modulação com que vimos a imprimir nossa marca pessoal nas diferentes situações. Ao mesmo tempo, é também na realidade corpórea independente, e somente nela, que aquela fenomenalidade mesma se justifica na variabilidade ordenada que caracteriza a apresentação daqueles mesmos comportamentos, na extensão dos muitos níveis de agrupamento a que podem ser epistemologicamente submetidos. Sem a corporeidade do eu do outro não há como explicar a manifestação coincidentemente *singular-oscilatória* e *típico-variável* dos comportamentos no nível da experiência e, conseqüentemente, explicar aquilo que se abre na figura do *universal-genético*⁴². Os domínios individual, social e

⁴² Usamos o termo “singular-oscilatório” para destacarmos o gradiente de possibilidade em que repousa a manifestação da criatividade do indivíduo. De forma similar, nos valem do termo “típico-variável” a fim de realçarmos simultaneamente a organização e a diversidade de organização da experiência social. E, enfim, temos escolhido o termo “universal-genético” para assim enfatizarmos o caráter evolutivo, filo e ontogenético, das faculdades cognitivas do ser humano.

humano não podem ser arbitrariamente isolados, olvidados ou reduzidos na relação que estabelecem um com o outro. Por isso, carecemos de seguir pela trilha do paralelismo psicofísico se quisermos fundamentar metateoricamente a compreensão. O caráter precedentemente social do desvelamento imanente da consciência em sua dimensão transcendental repousa não apenas na existência independente do eu do outro, mas no movimento evolutivo e desenvolvimental dessa existencialidade, isto é, é necessário que o eu do outro não seja simplesmente uma realidade presente, senão que também uma realidade histórica e biográfica. Eis o *princípio da pluralidade sincrônica e diacrônica da existência do outro*. E é precisamente isso que está por detrás da teoria do *self* de Mead.

O desenvolvimento de capacidades cognitivas eminentemente humanas está explicitado nas etapas da brincadeira, do jogo e do outro generalizado que Mead tem concebido, mas desponta apenas de um modo vago e impreciso naquele “modo potencial de pensamento” em que Schütz diz repousar o planejamento da ação. É nas etapas de socialização infantil do indivíduo que este vem a aprender a fantasiar dentro de um enquadramento imposto, adquirindo o que temos dito como a capacidade efetivada, e não meramente possível, de tomar o papel do outro de uma maneira genérica. E essa capacidade efetivada está intimamente ligada ao desenvolvimento estrutural-cognitivo da racionalidade do indivíduo. Logo, o enquadramento imposto de Schütz só faz sentido se contiver como premissa a realidade independente da sociedade. Não a realidade independente da sociedade em geral, mas simplesmente daquela sociedade ou grupo social particular que conforma o enquadramento. A isto David-Hillel Ruben (1982) tem chamado de *substâncias sociais*.

Substâncias sociais são um tipo de entidade social que se expressa na forma de termos particulares, “como França, Ealing⁴³ e a Cruz Vermelha” (1982: 298). Nesse sentido, diferenciam-se dos chamados tipos sociais, que ele exemplifica com entidades como “capitalismo, ditadura e burocracia”, cuja expressão é dada por termos universais. Substâncias sociais, como argumenta Ruben, não podem ser reduzidas a um conjunto de componentes individuais, à medida que a identidade dos grupos não é dada pelo caráter de pertencimento dos

⁴³ Ealing é um dos trinta e dois distritos-principais que compõem, juntamente com as *cities* de Londres e Westminster, a área administrativa da Grande Londres.

indivíduos que o compõem, senão que pela propriedade que esses indivíduos devem ter para serem considerados membros daquele grupo. Assim, substâncias sociais não são como conjuntos matemáticos ou agregados físicos, cuja unidade é dada exclusivamente pela extensão do âmbito de seus componentes individuais, elas são *entidades não-extensionais*: dois grupos podem ser constituídos precisamente pelos mesmos membros sem que com isso afirmemos que são grupos idênticos. Eis o caso de conselhos de administração de duas organizações empresariais diferentes compostos estritamente pelas mesmas pessoas; não iremos jamais confundir os respectivos conselhos de cada empresa meramente porque são compostos pelo mesmo conjunto de indivíduos. Entidades não-extensionais apresentam propriedades modais e contrafactuais que entidades extensionais não apresentam. Por isso, podemos pensar que seria, para nós, irrelevante como requisito para a preservação de sua identidade se uma sociedade ou grupo social particular viesse a alterar alguns de seus membros, ou mesmo todos eles, ao longo de um período de tempo qualquer, ou ainda que sua composição numérica fosse modificada nesse decurso.

Uma tribo pode, em face de uma tragédia qualquer, ter seu contingente demográfico seriamente abalado sem que com isso a encaremos como uma tribo diferente após tal fatalidade. Pode também que, por uma contingência qualquer, sua taxa de natalidade venha a aumentar exponencialmente em um curto espaço de tempo sem que ao final desse processo nos vejamos obrigados a considerá-la como um agrupamento social distinto. Mas não poderá se manter a mesma em nossa concepção se houver modificado substancialmente sua estrutura de significados e de papéis sociais, pois assim estará alterando o caráter das propriedades que seus indivíduos têm de assumir a fim de serem considerados membros do grupo. E essas propriedades em um grupo social devem ser predominantemente propriedades socialmente instituídas.

Mesmo quando o critério para o pertencimento a um grupo é definido sobre a posse de características físicas ou biológicas, sua instauração se deve antes a uma convenção institucional acerca de quais devem ser as características explicitamente requeridas e, por isso, deve ser acompanhada por uma série de outros ordenamentos institucionais que não podem ser simplesmente reduzidos a

propriedades físicas ou biológicas, sendo aquela propriedade natural apenas uma das diversas propriedades da estrutura institucional do grupo, em cujo seio sempre devem prevalecer propriedades sociais. Logo, não seria de se estranhar que a exigência naturalista daquela convenção viesse a ser suplantada ou suprimida sem que o restante das instituições se houvesse modificado⁴⁴. É por esse motivo, ademais, que nossa concepção de grupo social se encontra também desvinculada de qualquer possibilidade de redução de sua referência à porção geográfica que seus indivíduos venham a ocupar, já que nos deparamos, no transcurso da história, com muitos grupos sociais que alteraram substancialmente suas fronteiras, seja porque se expandiram ou sofreram reveses territoriais, seja porque vieram a migrar para outros espaços, sem que viessem a modificar concomitantemente o ordenamento de suas instituições e, portanto, que pudessem ser considerados grupos sociais distintos.

Como o pondera Ruben, dizer de alguém que é um brasileiro, um ianomâmi, um francês ou um trabalhador da Cruz Vermelha tem o sentido de afirmar, no mínimo, relações diádicas que ligam, de um lado, um certo indivíduo especificado e, de outro, uma substância social. Dizer de alguém que é um brasileiro, um ianomâmi, um francês ou um trabalhador da Cruz Vermelha é dizer que os indivíduos referidos pertencem a um certo grupo social que existe preeminentemente à relação. Não se podem realizar tais enunciações sem incorrer à afirmação de uma propriedade relacional⁴⁵. Mas se pode duvidar também se recorreremos a apenas uma única propriedade relacional, pois asseverar que alguém pertence a um grupo social é também rejeitar, em alguma medida, que esse alguém pertença a outros grupos sociais. Assim Ruben propõe:

Nenhuma propriedade social, qualquer que seja ela, é não-relacional.
Uma descrição dos critérios para ser o proprietário de uma

⁴⁴ Como afirma Ruben: “É improvável, mas não impossível, que pudesse haver um princípio de lei francesa que estabelecesse que a posse de alguma propriedade física [ou biológica] fosse necessária e suficiente para ser francês. Mas o ponto que quero enfatizar é que, mesmo nesse caso, uma pessoa que tivesse a propriedade física seria francesa somente em virtude do fato de que a propriedade física foi designada necessária e suficiente pela lei francesa. E a lei francesa pode sempre mudar” (1982: 304).

⁴⁵ Assim é que, para Ruben, “ser brasileiro” é o nome de uma propriedade relacional, um outro nome para “ser um nacional do Brasil”, assim como “ser ianomâmi” seria um outro nome para “ser um membro da sociedade Ianomâmi”. E o mesmo valeria para todas as demais propriedades sociais.

propriedade social tornaria isso claro, mas, por uma questão de brevidade, eu gostaria de examinar suas intuições acerca do caso em foco usando o teste que tenho indicado. É logicamente possível haver um universo em que houvesse exclusivamente uma pessoa que fosse francesa, e ninguém mais? Poderia, é claro, ser um universo no qual houvesse uma única pessoa, e ninguém mais. Poderia também ser um estado do universo em que houvesse muitas pessoas, e que apenas uma delas fosse francesa, tal como a estória conta que houve um último moicano. *Mas não poderia haver um universo no qual uma única pessoa francesa existisse e ninguém mais tivesse jamais existido* (1982: 306: grifos nossos).

O ponto de Ruben é exatamente o ponto que temos indicado há alguns parágrafos. A existência independente do eu do outro não pode ser simplesmente uma existência isolada, é preciso que a existencialidade do eu do outro seja posta em uma pluralidade sincrônica e diacrônica, pois em algum momento os seres devem ter coexistido e se posicionado relacionalmente, ainda que isso não mais se dê materialmente. Contudo, é certo também que as diversas sociedades estão longe de operar em tais limites lógicos; a pluralidade de indivíduos é um estado-de-coisas efetivo e não meramente uma possibilidade lógica de que haja ao menos dois seres humanos existencialmente independentes. De qualquer modo, a constituição lógica do problema basta para que concluamos que não se podem reduzir substâncias sociais ao significado extensional que seus termos têm, visto que a relação que se estabelece entre o indivíduo-membro e seu grupo social pressupõe a preexistência deste.

Não é de se estranhar com isso que também a tentativa de identificar o grupo social com as crenças e os pensamentos que seus indivíduos demonstram, enquanto um complexo de estados psicológicos individuais, não pode ser coerentemente sustentada. O perspicaz argumento de Ruben concerne a que poderíamos muito bem nos deparar com um membro de um grupo social que não possui uma crença de identidade em relação a seu grupo, ou que um indivíduo de outro grupo viesse a se considerar falsamente um membro daquele primeiro agrupamento. Assim sendo, como nos desviaríamos da consciência subjetiva do indivíduo e do subjetivismo em que incorreriam tais identificações redutivas de substâncias sociais? A resposta para tal questionamento deve ser inevitavelmente desfavorável a uma postura de individualismo metodológico, já que o grupo social deve ser sempre aquela entidade antecedente que concede as propriedades necessárias e suficientes para que o indivíduo venha a ser considerado seu

membro constitutivo. E toda tentativa de redução de tal grupo social a seus indivíduos fracassa, recolocando circularmente a sua tentativa de identificação redutiva.

A única maneira de evitar a circularidade desse último argumento seria, como a constrói Ruben, a de considerar as crenças e os pensamentos dos indivíduos não como crenças singulares, mas como crenças gerais. Com efeito, deveríamos obter alguma descrição definida, “o d ”, tal que de um grupo social x se pudesse formular o enunciado analítico “ x é o d ”. Se isso fosse possível, então a crença de que x é P seria equivalente à crença de que o d é P , e que, com base nisso, pudéssemos implicar a crença geral de que há algo que é d e também é P . Mas se essa crença geral pode ser considerada existencial, ela só o pode propriamente devido àquela crença, sem que possamos nos remeter a uma entidade singular que seja d . E sob tais circunstâncias, a circularidade do argumento redutivo desaparece e, então, podemos reduzir o grupo social ao conjunto de seus indivíduos. Contudo, se existe uma possibilidade de suportar logicamente o raciocínio, já não podemos dizer o mesmo da possibilidade de apontarmos ontologicamente para uma descrição definida de um grupo social que assuma a forma de uma verdade analítica. Referimo-nos a substâncias sociais por seus nomes e não por suas descrições definidas, pois estas constituem para nós verdades meramente sintéticas, que podem, portanto, ser modificadas de acordo com evidências empíricas, concedendo-nos àquela referência o caráter de uma designação rígida. Nas palavras de Ruben:

O modo pelo qual designamos substâncias sociais particulares é por meio do uso de seus nomes, e é assim que vimos a aprender verdades algumas vezes óbvias, mas sempre sintéticas, acerca das substâncias nomeadas (com exceção da verdade de que [por exemplo] a França é a França). Minha alegação é consistente com o pensamento de que há alguma verdade necessária acerca de substâncias sociais de formas como ‘A França é o d ’, se houver verdades *sintéticas* necessárias. Aquele que queira mostrar que crenças acerca da França são crenças gerais terá de mostrar que há uma descrição definida, ‘o d ’, tal que ‘A França é o d ’ seja *analítica*, não simplesmente que seja necessária ou mesmo um *a priori* conhecível (1982: 309; grifos do original).

Toda crença acerca de um grupo social deve sempre assumir a forma de uma crença singular, sob a qual entramos em certa relação com uma entidade singular, que, por conseguinte, não pode jamais ser reduzida ao conjunto de seus

membros individuais, haja vista que a crença singular carrega consigo um compromisso existencial com aquela entidade singular à qual se refere. Como temos defendido, *o grupo social deve ser sempre preexistente aos seus indivíduos e se dispor perante eles enquanto uma entidade independente*, vinculando-nos a uma postura de *realismo metodológico*. E, ao mesmo tempo, por não podermos conhecer aquele grupo social em sua integridade existencial e histórica, em sua realidade-em-si, senão que na especificidade fenomênica do ato cognitivo implicado no posicionamento pragmático do indivíduo, devemos rejeitar o individualismo metodológico sem nos envolvermos com o delineamento clássico de um holismo metodológico, mantendo nossos argumentos dentro do âmbito do se pode chamar de um *institucionalismo metodológico*. É isso o que está posto em Mead quando da objetivação do *self* no “mim”.

Todavia, Mead também tem caracterizado a relação indivíduo-sociedade como uma relação parte-todo e isso torna seu realismo e seu institucionalismo vacilantes, pois, seguindo o argumento de David-Hillel Ruben em outro artigo (1983), toda relação parte-todo pressupõe que a totalidade detém a mesma natureza de suas partes, ao passo que, em uma relação indivíduo-sociedade, a sociedade é, diferentemente do indivíduo, uma entidade não-material. Devemos para isso resgatar a alegação da irredutibilidade dos grupos sociais ao território que ocupam, já que um grupo social pode alterar sua disposição físico-espacial sem que com isso deva ser considerado um grupo diferente. A identidade de uma sociedade não está vinculada materialmente ao espaço que ela e seus membros ocupam, lembrando ainda que é possível que grupos distintos venham a ser conformados pelo mesmo conjunto de indivíduos, reunidos em uma mesma localidade em um dado instante, sem que esses grupos precisem ser equivalidos. O exemplo que temos oferecido dos conselhos de diretoria é bastante representativo desse caso, visto que a reunião do conjunto de indivíduos em uma sala em certo instante não implica que não possamos distinguir a empresa para a qual aquele conjunto de pessoas está deliberando naquele dado momento. Disso temos que a materialidade do conjunto de indivíduos localizados ao mesmo tempo em um mesmo espaço não elimina a possibilidade de que aquele conjunto venha a

se constituir também como uma entidade não-material, como de fato ocorre quando diante de substâncias sociais.

Além disso, devemos considerar ainda que, em uma relação parte-todo, as partes são dispostas transitivamente para o todo, isto é, se entidade *a* é parte de uma entidade *b* e essa entidade *b* é parte de uma entidade *c*, então *a* deve ser também parte de *c*. Mas tal condição absolutamente não se aplica a uma relação indivíduo-sociedade. Em uma relação de pertencimento ou de membramento social é necessária a constituição de um nexo quase-funcional⁴⁶ dos membros no que concerne a seu grupo. É assim que os mesmos membros individuais podem vir a compor diferentes grupos sociais ao mesmo tempo sem que nos vejamos obrigados a equivaler esses grupos por conta da sobreposição extensional de seus elementos constituintes ou, ainda, que esses grupos venham a se filiar a outros grupos sem que precisemos considerar que aqueles seus membros individuais são membros também desses grupos de nível secundário⁴⁷. Essa complexidade Blumer houvera intuído de alguma maneira um tanto quanto difusa em sua ponderação acerca da hierarquia dos grupos sociais para a limitação das técnicas de amostragem simples em “Public opinion and public opinion polling”. O que deve prevalecer na identidade dos grupos sociais é, antes, um fator de institucionalidade normativa. Diferentes normas são estabelecidas para diferentes grupos, ainda que seus membros sejam exatamente os mesmos. Só uma mudança nas características normativas da institucionalidade dos grupos sociais pode nos fazer pensar neles como grupos diferentes. Em passagem bastante elucidativa, Ruben esclarece que

⁴⁶ A relação é “quase-funcional” pois, como argumenta Ruben, nenhum membro é efetivamente insubstituível para a preservação da identidade de seu grupo social. Não obstante, devemos encarar que, em alguma medida, há limites para a substitutibilidade daqueles membros na preservação dessa mesma identidade. Assim, como não é possível delimitar precisamente o quanto um membro é de fato insubstituível para seu grupo social (pois asseverar que são estritamente insubstituíveis é negar as propriedades modal e contrafactual das substâncias sociais), dizemos que numa relação indivíduo-sociedade estamos diante de um nexo quase-funcional dos membros componentes no que concerne à composição daquela substância social. Em outras palavras, a substância social é apenas relativamente dependente das funções que cumprem cada um seus membros, a ponto de que tais membros podem deixar de pertencer àquela substância social sem que ela mesma deixe de existir.

⁴⁷ Para isso podemos oferecer o exemplo de trabalhadores metalúrgicos de uma certa indústria que venham a integrar um sindicato local e que, por sua vez, esse sindicato venha a associar-se a uma central sindical cuja inscrição só é facultada a instituições sindicais locais. Podemos dizer, então, que nenhum trabalhador metalúrgico daquela indústria é membro da central sindical, conquanto o sindicato de que são membros o seja.

precisamos distinguir entre as relações de *ser uma das partes* e *ser uma parte*. A primeira possui, ao menos no caso de organismos naturais e de artefatos, implicações quase-funcionais; a última não carrega qualquer implicação do tipo. Assim, um tumor pode ser uma parte do corpo sem ser uma das partes do corpo. *Tudo o que é uma das partes é uma parte, mas não inversamente*. Embora a relação quase-funcional de *ser uma das partes* seja não-transitiva, a relação mereológica de *ser uma parte* é transitiva, e é acerca dessa última relação que os filósofos escrevem quando discutem mereologia (1983: 232; grifos nossos).

Assim, Ruben assevera que devemos ainda distinguir dois sentidos que podem ser assumidos para a relação parte-todo: (i) um estrito, de “ser uma das partes” e (ii) um amplo, de meramente “ser parte”. Somente por meio dessa distinção podemos apreender toda nuance de relações que as substâncias sociais podem vir a assumir na realidade e entender o que propriamente levou muitos eminentes pensadores a confundirem as relações sociais com relações holistas. Nesse sentido, é de fundamental importância entender que as relações sociais não são dadas unicamente na forma de relações entre indivíduos e agrupamentos sociais, senão que também na forma de relações que os agrupamentos sociais venham a travar entre si. Com efeito, a distinção de natureza apenas entre indivíduos e grupos sociais não esgota a riqueza das relações que esses grupos podem vir a assumir na realidade social. Nas relações de pertencimento respectivas a grupos não há distinção de natureza entre os membros constituintes e o agrupamento social de nível mais abrangente assim constituído; subgrupos e grupos possuem a mesma natureza, isto é, são ambas entidades não-materiais físico-espacialmente localizáveis.

Nesse caso, se podemos afirmar que as substâncias sociais estão relacionadas entre si dentro de um sentido de parte não é senão naquela acepção ampla de meramente “ser parte” de uma substância social mais abarcante, e não de “ser uma das partes” dessa última. Logo, a relação estabelecida entre substâncias sociais não é a mesma que tem sido classicamente defendida como uma relação mereológica parte-todo. Quando filósofos têm sustentado que os fenômenos sociais devem ser encarados holisticamente, o fazem no sentido forte de que o grupo não pode ser compreendido fora daquele arranjo específico em que se manifesta, trazendo consigo uma estrita integração sistêmica, de ordem funcional e teleológica, com seus membros. Mas essa acepção estrita implica

também que as relações sociais sejam transitivas, o que de fato não necessariamente o são. É por isso que o holismo metodológico tem incorrido no tratamento das substâncias sociais apenas enquanto entidades da mais ampla generalidade, e, com isso, tem falhado em apreender a articulação das relações dos níveis intermediários da estrutura social⁴⁸.

O teor da *não-transitividade* das relações sociais, ou a influência do caráter não-necessário da transitividade nessas relações, levanta a questão de que os fenômenos sociais devem ser explicados dentro da relação a valores que os abrange, mas não só isso senão que também que essa relação a valores deve ser deslindada especificamente no contexto de significado que os agentes mobilizam na situação sob investigação, compreendendo os papéis sociais envolvidos e a maneira como era esperada a conduta deles na situação, para então confrontar o desenho de uma agência ideal com o que os agentes vieram a efetivamente manifestar. Só assim é possível que expliquemos o que ocasionou aquela consequência e como essa consequência pode ser imputada à responsabilidade dos agentes envolvidos e das instituições sociais envolvidas, dentro do desvio do que se podia esperar de mais racional. Podemos, inclusive, realizar comparações dotadas de certo anacronismo a fim de compreendermos o que poderia ter evitado as consequências de uma conduta ou relação passada em termos de um instrumental que não estava disponível à época, isto é, aquilo que Weber chegou a sugerir muito tentativamente na figura de sua ação racional com relação ao correto – ou regular (FANTA, 2013). Mas devemos sempre proceder à análise dentro daquele escalonamento da tipologia da ação de Weber, que temos tanto repetido, pois é somente esse escalonamento que nos permite apreender o âmbito de responsabilidades relacionais dos papéis sociais envolvidos na situação e nos possibilita determinar o máximo possível os fatores relevantes para aquelas consequências dentro dos limites da condição de não-transitividade daquelas relações. A não-transitividade implicada nas diferentes responsabilidades estabelecidas para diferentes papéis e instituições sociais guia nossa investigação

⁴⁸ Aqui podemos apontar novamente para o exemplo da nota anterior, aludindo ainda para a complexidade com que as relações entre indivíduos e instituições e de instituições entre si podem assumir no âmbito da realidade social. Isso fica evidente quando pensamos nos vários níveis de agrupamento humano que os conceitos de “grupo social” e de “sociedade” podem assumir em uma reflexão teórica nas ciências sociais.

contextual no que tange à ampliação do que Schütz tem chamado de os motivos-para e os motivos-porque. É por ela que não podemos atribuir qualquer evento antecedente como condição relevante para a consecução de um fenômeno, exigindo-nos adentrar na estrutura de significados que constitui aqueles papéis e aquelas instituições dentro do horizonte de expectabilidade social de suas disposições de comportamento e de decisões na contextualidade (típica)⁴⁹.

O caráter imanente e socializado das relações humanas torna as suas características transcendentais e transcendentais mobilizáveis e apreensíveis para seus agentes apenas parcialmente, mas em uma parcialidade *típica*, enquanto produto *típico* de condutas *típicas*. O “eu” apreende o “mim” de acordo com a aplicação contextualizada de seu universo de significados e o interpreta segundo as tipicidades envolvidas na situação, por isso, seu conhecimento não se restringe à imanência de suas condutas, mas também não consegue apreender toda a estrutura social de significados que o transcendem, nem toda a ordem transcendental de capacidades de que se serve para comportar-se. O agente comporta-se e pode se dar conta de seu comportamento objetivado somente dentro dos contornos institucionais que as tipicidades de significado fazem valer acerca das disposições de conduta que deve vir a seguir.

O engano de Mead permite que venhamos a pensar que a sociedade pode, em algum momento, ser reduzida às suas partes, justamente porque na relação parte-todo as partes compartilham a mesma natureza do todo, levando ao falso pressuposto de que a sociedade pode ser resumida a seus indivíduos. Talvez seja por isso que Blumer vacila na fundamentação filosófica de sua posição e, ao fim e ao cabo, acaba recaindo em uma postura de individualismo metodológico. No entanto, como temos acompanhado, a constituição dinâmica da relação entre indivíduo e sociedade em Mead, e também a sua indicação da complexidade de conformação dos grupos sociais em vários níveis, não permite que avalizemos as consequências ontológicas de sua equivalência a uma relação entre partes e uma totalidade em um sentido propriamente mereológico. Mead não concordaria com a possibilidade de que transitivamente reduzíssemos os grupos sociais e os

⁴⁹ Já que podemos pensar que só agentes são capazes de comportamento, mas não podemos dispensar as instituições da possibilidade de decidirem e forçarem os agentes sob sua oficialidade a se comportarem de tal ou qual maneira.

indivíduos aos grupos mais abrangentes de que são membros. Sua teoria do *self* veta no paralelismo psicofísico qualquer relação determinista entre o indivíduo e a sociedade. E foi isso que Blumer não conseguiu apreender em toda a sua amplitude.

Blumer assimilou o realismo metodológico, mas não o institucionalismo de Mead. Ele se perdeu na construção ambígua deste quando posicionou em sua teorização a sociedade ao mesmo tempo como precedente aos indivíduos e como uma totalidade destes. Não surpreende, portanto, que o próprio realismo de Blumer não tenha conseguido obter um fundamento adequado em sua obra, tendo de incorrer a um realismo ontológico de propriedades, asseverando a realidade independente dos universais implicados em seus conceitos. A vaguidade e a ambiguidade insuperáveis dessa solução haveria de colocá-lo diante de lacunas metateóricas consideráveis, a ponto de que não soubesse como encarar a irreduzibilidade das relações sociais à conduta imediata dos indivíduos, recaindo frequentemente na justificação das explicações sociais em um sensorialismo e, por conseguinte, em um individualismo metodológico. Não podemos dizer, contudo, que isso não tenha também derivado de Mead em alguma medida, pois em vários momentos de seus escritos ele ousou equivocadamente afirmar que os significados eram universais, quando de fato o que estava defendendo não era a realidade do atributo universal – o que geraria no seio de sua reflexão um determinismo insuperável –, senão que meramente a validade intersubjetiva de um significado dentro de um universo social – o que aproximaria sua concepção de significado de um probabilismo comportamental⁵⁰.

Mesmo assim, podemos ousar afirmar que Blumer não logrou assimilar a carga mais estritamente pragmática do trabalho de Mead. Isso porque, como já temos apontado, reduziu a validade da análise do significado a um critério empirista de significado cognitivo, negligenciando, nos termos de Alston (1955), a aptidão praticalista do princípio pragmático e apreendendo tão somente o caráter experimentalista que deveria ser apenas um derivado daquela. O foco

⁵⁰ Não podemos adentrar em pormenores desta dificuldade no pensamento de Mead, mas devemos apontar que em muitos momentos Mead sobrepõe a problemática de um realismo metodológico à de um realismo de universais, o que conduz sua concepção de significado à constituição de uma relação determinista, contraditando seu princípio do paralelismo psicofísico (cf. Mead (1934: 82-90)).

experimentalista do interacionismo de Blumer, desvinculado de sua função praticalista, favoreceu sem sombra de dúvidas sua inclinação ao individualismo metodológico. Eis a razão pela qual incoerentemente se defende em sua tese que as ciências sociais devem necessariamente recorrer em suas explicações à internalidade mental dos agentes, entendendo-a como uma entidade extrassensorial imprescindível para a abordagem da experiência e para a inteligibilidade da apreensão sensorial, mas não se admite igualmente que possam recorrer a conceitos coletivos, também como entidades extrassensoriais, com o mesmo intuito de tornar inteligível a sensorialidade.

É na inflexão praticalista do princípio pragmático que Mead situa o âmbito do significado, tornando os significados linguístico, semântico e empírico um produto do significado pragmático, para apontarmos uma relação entre quatro dos diferentes significados de “significado” que nos traz Heinrich Gomperz (1941). Mas não um produto estático, senão que dinâmico, pois a linguagem passa a ser o repositório filogeneticamente constituído da referência às condições pragmáticas de manipulação do mundo da experiência, que, por sua vez, retroalimenta essas perspectivas de manipulação ao abrir horizontes analíticos e racionais de articulação de significados e indicar a possibilidade de intervenção no mundo por via de novas condutas. A linguagem é, em Mead, a sedimentação dos conhecimentos que um tronco social veio a adquirir no decurso de sua evolução a respeito do mundo que o cerca e que é ontogeneticamente mobilizada com vistas à socialização do novo indivíduo. Por isso, não são poucos os percalços que se seguem da negligência daquele teor praticalista do princípio pragmático por parte de Blumer, pois a necessidade compreensiva e pragmática de apreender a realidade social mediante entidades extrassensoriais insere uma tensão insuperável, no domínio científico, à verificabilidade estrita das teorias sociais enquanto sistemas de enunciados, bem como ao sensorialismo de uma postura individualista metodológica, impondo uma certa indeterminação⁵¹ pragmática à relação entre a estrutura da linguagem e a estrutura do mundo.

⁵¹ Mais propriamente uma indeterminação revelada no longo prazo, pois a validade das teorias científicas deve ser sempre provisória e limitada pelas condições impostas por seu instrumental de época.

Alguns analistas da obra de Blumer o têm acusado erroneamente de que seu interacionismo simbólico não seria efetivamente uma corrente de pensamento herdeira da filosofia e da teoria social de George Herbert Mead. No entanto, não podemos negar que as reflexões de Blumer, conquanto não inteiramente congruentes ao pensamento de Mead, não se desenvolvem sem uma importante orientação pelo trabalho dele, carregando consigo uma importante componente realista que Mead também buscou manter. Ainda que Blumer tenha tido dificuldades para articular certas concepções filosóficas e não tenha conseguido oferecer uma visão coesa acerca de como podemos inferir aquele conteúdo realista, muitas das concepções filosóficas e teóricas de Mead são mantidas em seu interacionismo simbólico e a crença na existência de uma realidade independente está evidentemente dentro de suas pretensões. Não é correto afirmar que “a postura pragmática que ele [Blumer] revindica não tem qualquer semelhança com a posição de Mead” (McPHAIL & REXROAT, 1979: 459), ou que seu interacionismo simbólico, por uma postura nominalista, estaria muito mais próximo do pragmatismo de James e Dewey do que do de Mead (LEWIS, 1976), e muito menos dizer que falta ao interacionismo simbólico um caráter teórico (HUBER, 1973; McPHAIL & REXROAT, 1979; McPHAIL & REXROAT, 1980). Além disso, pudemos ver como o próprio Mead não conseguiu ser completamente claro a respeito das consequências realistas que advogava e mesmo como falhou na constituição de uma tipologia da conduta congruente a seus princípios mais abstratos, incorrendo em subjetivismo.

Assim, conquanto utilizemos uma parte central da filosofia de Mead como instrumental de reconstrução da compreensão e do interacionismo simbólico, sob o entendimento de que esse instrumental foi ignorado em grande medida por Blumer, devemos considerar que tecemos nossas críticas *ex post facto*, do ponto de vista implicado por todo o desenvolvimento das reflexões filosóficas e metateóricas que vieram a desembocar em nossas concepções atuais. E não procedemos senão que de um modo bastante minucioso sobre a obra de Mead, o que se por um lado demonstra a deficiência da formação filosófica de Blumer, por outro nos explicita o quanto ele teria de adentrar em pormenores do trabalho de Mead e como ele teria de proceder bastante seletivamente sobre ele a fim de

conceder uma fundamentação adequada para a compreensão de seu interacionismo. E não, é claro, sem ainda restar importantes fissuras, que temos feito por preencher com obras que não estavam precisamente disponíveis a Blumer em seu ambiente de época, tais como Weber, Schütz e, sobretudo, Ruben.

Ademais, se a sociologia de Blumer pode ser considerada tão somente uma microsociologia, como também a têm caracterizado criticamente certos analistas, especialmente no encalço de sua assimilação por Bourdieu e seus discípulos na França, ela o pode no mesmo sentido em que poderiam ser qualificadas de microsociológicas as obras de Weber ou de Schütz, pois a ênfase sobre a interação social não é nada mais, nada menos do que uma busca metodologicamente individualista de explicar os fenômenos sociais por referência à conduta de seus agentes. Mas é de se duvidar que alguém chamaria Weber ou mesmo Schütz de microsociólogos exclusivamente pelo fato de terem enveredado pela análise da conduta e acreditado que poderiam vir a explicar as relações sociais pela decomposição analítica da manifestação de agentes individuais. Fosse isso e teríamos também de resignar toda a tradição marginalista na economia à microeconomia, sob a justificativa simplista de que seus autores partem de uma postura de individualismo metodológico, ousando negligenciar com isso todo escopo macrosociológico de suas teorizações. Não podemos reduzir a abrangência de uma teoria e de seus êxitos explicativos à autoconsciência de seu autor a respeito do leque de consequências metateóricas implicado em seu pensamento.

Não obstante, sabemos que o individualismo metodológico apresenta limites no que concerne à fundamentação das explicações dos fenômenos sociais em sua diversidade e variabilidade. E foi justamente a sua presença dentro do instrumental de fundamentação de Schütz – seja pela via da sociologia compreensiva de Weber, seja pela da fenomenologia de Husserl – que não o permitiu explicar como poderia haver somente uma compreensão diante de uma variedade considerável de esquemas interpretativos⁵². E se nos é vedada a

⁵² Muito embora em diversas passagens precedentes deste trabalho tenhamos recorrido a uma certa intercambialidade entre os termos “interpretação” e “compreensão”, incluindo-se nisso seus correlatos, devemos ter em mente aqui que a interpretação não é estritamente equivalente à compreensão. Esta se encontra em um nível de generalidade mais amplo do que aquela, abarcando-a, mais propriamente. É assim que, por exemplo, não poderíamos construir o presente

possibilidade de falarmos acerca de uma unidade da compreensão, jamais poderíamos fundamentar objetivamente uma metodologia compreensiva. No entanto, apesar dos percalços subjetivistas de uma postura individualista, as reflexões metodológicas de Schütz carregam consigo o trunfo de haverem equivalido a *adequação de sentido* à *adequação causal* dentro do âmbito da natureza das explicações, unificando o que ainda restava separado na metodologia de Weber no tocante à efetivação de sua causalidade compreensiva.

Ao vislumbrar os significados em esquemas interpretativos que constituem pré-fenomenicamente para o indivíduo as possibilidades objetivas com que pode vir a comportar-se tipicamente em situações típicas, Schütz concede à apreensão do significado a capacidade de deslindar o fenômeno social em sua temporalidade própria, a temporalidade significativa da intencionalidade da consciência. Assim, a análise de significado permitiria depurar dentre as possibilidades objetivas o caráter típico da conduta na situação típica, enfocando aquela condição que poderia ser assumida como a possibilidade objetiva para a ocorrência daquele comportamento específico. Compreender os significados em seus esquemas, então, é dispor os fenômenos sociais temporalmente de acordo com as condutas típicas que os agentes podem vir a assumir. Ora, isso nada mais é do que posicionar os fenômenos sociais em relações de regularidade de sucessão, segundo o âmbito de compartilhamento do significado.

Entretanto, como as relações sociais são não-transitivas e as condutas consequentes apenas prováveis para um significado, não podemos ter consciência da maior parte das relações de regularidade de sucessão enquanto leis explícitas às quais recorreremos em um modelo estritamente dedutivo. Não obstante, a matriz dedutiva das explicações aparece para o investigador mediante a generalidade probabilista dos esquemas de significados utilizados pelos agentes; esquemas esses que permitem que a conduta alheia apareça para nós enquanto um fenômeno

período afirmando que “o instrumental de fundamentação de Schütz não o habilita a explicar como pode haver somente *uma interpretação* diante de uma variedade considerável de esquemas interpretativos”.

A interpretação é sempre o produto intelectual particular da aplicação da compreensão, de modo que esta constitui o caráter mais geral de seu método. Se anteriormente utilizamos o termo “método interpretativo” como correspondente a “método compreensivo” foi simplesmente porque, no nível da processualidade do ato, o “compreender” se nivela ao “interpretar”, aludindo à aplicabilidade imanente do que é transcendental e transcendentemente uma capacidade cognitiva.

inteligível e sobre o qual podemos repousar nossas expectativas⁵³. É subsumindo os fenômenos sociais particulares a esses esquemas de significados prevalentes enquanto conhecimentos gerais que vimos a compreender a conduta do outro e localizar na situação a condição causalmente adequada para sua ocorrência, não em termos de causas necessárias ou suficientes, mas em termos da condição ou das condições sociais presentes na circunstância antecedente que vieram a favorecer aquele consequente dado. Podemos também realizar predições, mas estas devem se debruçar sobre uma situação específica e dela não podemos avançar demasiadamente no tempo; resignamo-nos aos limites da transitividade que a explicação da situação se revela pelo momento daquela situação, nos papéis e nas instituições que os agentes estão implicados, bem como nas disposições comportamentais de curto-prazo que os significados veiculados nos projetam. Nossas caracterizações de agentes ideais devem sempre se submeter a um decurso comportamental particular, com o fito de serem comparadas aos comportamentos de agentes reais, situando esses comportamentos frente a um conhecimento geral que só pode ser delimitado quando conhecemos as condições de transitividade do fenômeno social com o qual estamos lidando, o que limita nossas possibilidades de abstração explicativa da realidade social por meio de enunciados legiformes. Contudo, também não podemos dizer que não é possível o recurso explicativo a enunciados legiformes em ciências sociais, conquanto tais enunciados pareçam nelas mais propensos à circunscrição institucional e à obsolescência temporal.

Em suma, *nada há na estrutura da explicação compreensiva que a difira inteiramente da estrutura da explicação causal*. A explicação compreensiva, nos parâmetros de Schütz, é apenas uma modalidade de emprego da explicação causal, uma vez que a extensão dos motivos-para e dos motivos-porque simplesmente nos amplia a temporalidade da relação de regularidade de sucessão que devemos considerar como relevante enquanto conhecimento geral para a

⁵³ A probabilidade que acompanha os significados é, então, uma probabilidade objetiva. Ela não é simplesmente uma probabilidade subjetivamente intuída pelo agente ou pelo investigador. Mas também não parece possível que consigamos obter frequências acerca do grau de probabilidade de um significado conduzir a uma certa conduta subsequente. Assim, estamos como que num terreno de propensões, onde os significados são tendências socialmente instituídas de que certos comportamentos venham a se seguir de outros. Acreditamos então que uma saída para o problema da probabilidade explicativa dos fenômenos sociais esteja em uma abordagem não-matematizada da probabilidade por propensão popperiana, ainda que não tenhamos aqui a competência necessária para deslindá-la.

subsunção do fenômeno particular, e, conforme a ampliação de nosso conhecimento acerca dessas relações, podemos suplantiar nossas concepções anteriores. É claro que a dificuldade de refutarmos teorias sociais é bastante grande, pois o caráter probabilista e não-matematizado dos esquemas de significado a que têm de recorrer faz com que o teste teórico seja realizado em cima da comparação de nuances das teorias na caracterização de certos fenômenos típicos, ao que se envolve uma ampla carga argumentativa e pragmática para a testabilidade. Mas esta é sempre possível, mesmo que venhamos a conviver por um bom período de tempo sob uma situação de subdeterminação. A riqueza de manifestação dos fenômenos humanos sempre emerge para indicar as falhas contidas em uma teorização, impelindo-nos a novas sistematizações teóricas e também metateóricas.

Nesse sentido, não podemos considerar que a compreensão seja avessa ao falibilismo epistêmico, assim como não o é à causalidade e à legiformidade, se tomarmos essa última sob os fundamentos de um probabilismo objetivamente intuído. Intuição esta que repousaria na capacidade racional que viemos a desenvolver para apreender estruturalmente os significados e suas propensões comportamentais, ou seja, intuída mediante o caráter transcendente e transcendental da mente e pela realidade independente das substâncias sociais. Sabemos que há muito a ser feito em termos da especificação dos critérios de testabilidade teórica nas ciências sociais, mas acreditamos que, sob o princípio do paralelismo psicofísico de Mead, temos indicado a impossibilidade de reduzirmos as explicações sociais a explicações de movimentos corporais, sem, contudo, abrir mão da fenomenalidade dos comportamentos e da validação empírica. A teorização social, como qualquer outro tipo de teorização, não pode prescindir do uso de conceitos teóricos e da referência a entidades extrassensoriais, por isso não basta a ela o ponto de vista do comportamentalismo metodológico radical de matriz americana ou ainda do comportamentalismo lógico positivista.

O paralelismo psicofísico como um postulado empírico, tal qual advogado por Mead, ou, melhor, como um *fundamento pragmático-transcendental*, do modo que o temos retratado, apresenta explicativamente as mesmas consequências ontológicas e epistemológicas do princípio da causalidade como

uma regra metodológica, tal qual o veio a defender Popper em sua *Logik der Forschung*. Por isso, a explicação compreensiva não viola a resolução do trilema de Fries que Popper tem proposto naquela mesma obra. Psicologismo moderado, dogmatismo moderado e regressão infinita moderada estão dentro das condições de racionalidade de nosso instrumental de época disponível e é por meio dessas condições que vimos primeiramente a compreender a conduta do eu do outro. Também dentro desse delineamento escapamos da circularidade subjetivista do círculo hermenêutico, à medida que a teoria do *self* de Mead apresenta como trunfo justamente a resolução do problema da unidade psicofísica do indivíduo que Dilthey jamais logrou, em sua tentativa de superação do dualismo cartesiano. A ela também devemos a refutação do monismo naturalista subjacente às mais variadas modalidades de teoria comportamentalista. Com efeito, pela via do pensamento de Mead conseguimos aliar causalidade e compreensão no seio da problemática filosófico-científica da natureza das explicações, bem como superamos o *consensus* holista de Mill e o individualismo sensorialista da filosofia científica – e também de Dilthey – mediante uma postura de institucionalismo metodológico. Mas não fazemos isso sem o incremento do instrumental analítico da tipologia da conduta de Weber e da reconstrução desse instrumental por parte da metateoria social fenomenológica de Schütz, assim como também não o fazemos sem a incorporação do realismo de Ruben contestando a chave de caracterização das relações sociais enquanto relações holistas, mereológicas, e superando a montagem do debate metodológico holismo-individualismo, que, desde a época de Weber, vinha sendo posto em termos da realidade ou idealidade dos tipos, e não em termos de entidades sociais particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Túlio Roberto Xavier de. (2005) “As simetrias do modelo hempeliano de explicação”, in: *Kriterion*, n. 111, junho 2005.

AJDUKIEWICZ, Kazimiers. (1979) *Problemas e Teorias da Filosofia*. São Paulo: Ciências Humanas.

ALSTON, William P. (1955) “Pragmatism and the verifiability theory of meaning”, in: *Philosophical Studies*, v. VI, n. 5, October 1955.

APEL, Karl-Otto. (1984 [1979]) *Understanding and explanation*. Cambridge, Massachussets: The MIT Press, 1984, tradução de Georgia Warnke (Publicado originalmente sob o título: *Die Erklären-Verstehen-Kontroverse in tranzendental-pragmatischer Sicht*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979).

ARAÚJO, Saulo de Freitas (2009). “Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt”, in: *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 7, n. 2, 2009.

ARON, Raymond. (1987 [1967]) *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987, tradução de Sérgio Bath (Publicado originalmente sob o título: *Les Étapes de la Pensée Sociologique*. Paris: Gallimard, 1967).

BAUGH JR., Kenneth. (1990) *The Methodology of Herbert Blumer: critical interpretation and repair*. New York: Cambridge University Press, 1990.

BLUMER, Herbert. (1928) *Method in Social Psychology*. Chicago: University of Chicago, tese de doutoramento em Filosofia apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia, 1928.

BLUMER, Herbert. (1931) “Science without concepts”, in: *American Journal of Sociology*, v. 36, n. 4, January 1931.

BLUMER, Herbert. (1936) “Social attitudes and non-symbolic interaction”, in: *Journal of Educational Psychology*, v. 9, n. 9, May 1936.

BLUMER, Herbert. (1937) “Social psychology”, in: SCHMIDT, Emerson P. (ed.). *Man and Society*. New York: Prentice-Hall, 1937.

BLUMER, Herbert. (1937) “Social Disorganization and Individual Disorganization”, in: *American Journal of Sociology*, v. 42, n. 6, May 1937.

BLUMER, Herbert. (1979 [1939]) *An Appraisal of Thomas and Znaniecki's the Polish Peasant in Europe and America*. New Brünswick: Transaction Books, 1979.

BLUMER, Herbert. (1940) "The problem of concept in the social psychology", in: *American Journal of Sociology*, v. 45, n. 5, March 1940.

BLUMER, Herbert. (1947) "Sociological theory in industrial relations", in: *American Sociological Review*, v. 12, n. 3, June 1947.

BLUMER, Herbert. (1948) "Public opinion and public opinion polling", in: *American Sociological Review*, v. 12, n. 5, October 1948.

BLUMER, Herbert. (1954) "What's wrong with social theory?", in: *American Sociological Review*, v. 19, n. 1, February 1954.

BLUMER, Herbert. (1955) "Attitudes and the social act", in: *Social Problems*, v. 3, n. 2, October 1955.

BLUMER, Herbert. (1956a) "Social science and the desegregation process", in: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 304, March 1956.

BLUMER, Herbert. (1956b) "Sociological analysis and the 'variable'", in: *American Sociological Review*, v. 21, n. 6, December 1956.

BLUMER, Herbert. (1966) "Sociological implications of the thought of George Herbert Mead", in: *American Journal of Sociology*, v. 71, n. 5, March 1966.

BLUMER, Herbert. (1986 [1969]) *Symbolic Interactionism: perspective and method*. Berkeley: University of California Press.

BLUMER, Herbert. (1971) "Social problems as collective behavior", in: *Social Problems*, v. 18, n. 3, winter 1971.

BLUMER, Herbert. (1973) "A note on Symbolic Interactionism", in: *American Sociological Review*. Washington D.C.: American Sociological Association, v. 38, n. 6, December 1973.

BLUMER, Herbert. (1980) "Mead and Blumer: The Convergent Methodological Perspectives of Social Behaviorism and Symbolic Interactionism", in: *American Sociological Review*, v. 45, n. 3, June 1980.

BLUMER, Herbert George. (2004) *George Herbert Mead and Human Conduct*. Walnut Creek: Altamira Press, editado e introduzido por Thomas J. Morrione.

BOHM, David. (2008 [1964]) "Sobre o problema da verdade e da compreensão em ciência", in: *Kronos*, n. 1, 2008, tradução de Amélia Império Hamburger (Publicado originalmente sob o título: "On the problem of *truth* and understanding

in science”, in: BUNGE, Mario (ed.). *The Critical Approach to Science and Philosophy*, in Honor of Karl R. Popper. London: Collier Macmillan, 1964).

BONNER, Kieran. (1994) “Hermeneutics and Symbolic Interactionism: the problem of solipsism”, in: *Human Studies*, v. 17, n. 2, April 1994.

BOUWEL, Jeroen Van. (2003) “When unveiling the epistemic fallacy ends with committing the ontological fallacy. On the contribution of Critical Realism to the social scientific explanatory practice”, in: *Philosophica*, n. 73, 2003.

BULMER, Martin. (1984) “*The Polish Peasant in Europe and America: a landmark of empirical sociology*”, in: *The Chicago School of Sociology: institutionalization, diversity and the rise of sociological research*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

BULMER, Martin. (1985) “The Chicago School of Sociology: What Made It a ‘School’?”, in: *History of Sociology - An International Review*, v. 5, n. 2, Spring 1985.

BUNGE, Mario. (2000) “Ten modes of individualism – none of which works – and their alternatives”, in: *Philosophy of the Social Sciences*, v. 30, n. 3, September 2000.

CARNAP, Rudolf. (2003 [1928]) “Pseudoproblems in philosophy: the heteropsychological and the realism controversy”, in: *The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy*. Chicago: Open Court, tradução de Rolf A. George (Publicado originalmente sob o título: *Scheinprobleme in der Philosophie: Das Fremdpsychische Und der Realismusstreit*. Berlin: Weltkreis-Verlag).

CARNAP, Rudolf. (1953 [1935]). “Formal science and factual science”, in: FEIGL, Herbert & BRODBECK, May (ed.). *Readings in the Philosophy of Science*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1953. (Publicado originalmente sob o título: “Formalwissenschaft und Realwissenschaft”, in: *Erkenntnis*, v. 5, n. 1, marz 1935).

CAT, Jordi. (2006) “Unity and disunity of science”, in: SARKAR, Sahotra & PFEIFER, Jessica (ed.). *The Philosophy of Science: an encyclopedia*. New York: Routledge, 2006.

CHAPOULIE, Jean-Michel. (2001) “William Isaac Thomas, *Le Paysan polonais em Europe et en Amérique* et les débuts de la sociologie empirique universitaire”, in: *La Tradition Sociologique de Chicago, 1892-1961*. Paris: Seuil, 2001.

CLOGG, Clifford. (1992) “The impact of sociological methodology on statistical methodology”, in: *Statistical Science*, v. 7, n. 2, May 1992.

COOLEY, Charles Horton. (1902) “Society and the individual”, “Sociability and personal ideas” & “Sympathy or communion as an aspect of society”, in: *Human Nature and Social Order*. New York: Charles Scribner's Sons.

COOLEY, Charles Horton. (1929 [1909]) “Social and individual aspects of mind”, “Social and the individual aspects of mind (continued)”, “Primary groups”, “Primary ideals” & “The extension of the primary ideals”, in: *Social Organization*. New York: Charles Scribner's Sons.

COOLEY, Charles Horton. (1926) “The roots of social knowledge”, in: *American Journal of Sociology*, v. 32, n. 1, July 1926.

DILTHEY, Wilhelm. (1996 [1900]) “The rise of hermeneutics”, in: *Selected Works*. New Jersey: Princeton University Press, v. IV.

EUFRASIO, Mário Antônio. (1999) *Estrutura Urbana e Ecologia Humana – A escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: 34.

EUFRASIO, Mário Antônio. (2006) “Introdução: A ‘Nota metodológica’ de Thomas & Znaniecki, uma fonte de metateoria e teoria social da Escola de Chicago”, in: THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian W. (2006 [1918]) *Nota Metodológica*. São Paulo: Departamento de Sociologia-FFLCH/USP, tradução de Mário A. Eufrasio.

FANTA, Daniel. (2013) “Sobre uma das categorias da sociologia compreensiva”. Artigo não-publicado apresentado em evento do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em comemoração ao centenário do artigo de Max Weber “Ueber einige Kategorien der verstehenden Soziologie”.

FOON, Anne E. (1987) “The interpretive conception of social interaction and the logic of deductive explanation”, in: *Social Psychology Quarterly*, v. 50, n. 1, March 1987.

FREIRE JR., Olival. (2004) “Popper, probabilidade e mecânica quântica”, in: *Episteme*, n. 18, jan-jun 2004.

GOMPERZ, Heinrich. (1941) “The meanings of ‘meaning’”, in: *Philosophy of Science*, v. 8, n. 2, April 1941.

GROULX, Thomas. (1981) *Blumer's contribution beyond Mead - An assessment*. Windsor, ON: University of Windsor, dissertação de mestrado em Artes apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Estudos de Graduação, October 1981.

HAHN, Hans; NEURATH, Otto & CARNAP, Rudolf. (1929) “La concepción científica del mundo: el Círculo de Viena”, in: *Redes*, v. 9, n. 18, junio 2002, tradução de Pablo Lorenzano (Publicado originalmente sob o título: *Wissenschaftliche Weltauffassung: Der Wiener Kreis*. Wien: Artur Wolf Verlag, 1929).

HAMMERSLEY, Martin. (2005 [1989]) *The Dilemma of Qualitative Method: Herbert Blumer and the Chicago tradition*. New York: Routledge, 2005.

HARMAN, Gilbert H. (1965) “The inference to the best explanation”, in: *The Philosophical Review*, v. 74, n. 1, January 1965.

HEIDELBERGER, Michael. (2003) “The Mind-Body Problem in the Origin of Logical Empiricism: Herbert Feigl and Psychophysical Parallelism”, in: *Logical Empiricism: Historical and Contemporary Perspectives*, Paolo Parrini, Wesley C. Salmon, and Merrilee H. Salmon (eds.). Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press.

HEIDELBERGER, Michael. (2010) “From Mill via von Kries to Max Weber: causality, explanation, and understanding”, in: FEEST, Uljana (ed.). *Historical Perspectives on Erklären and Verstehen*. Heidelberg: Springer, 2010.

HEMPEL, Carl Gustav. (1942) “The function of general laws in history”, in: *Journal of Philosophy*, v. 39, n. 2.

HEMPEL, Carl Gustav. (2000 [1952]) “Métodos tipológicos nas ciências naturais e nas ciências sociais”, in: *Ciência & Filosofia*, n.6, 2000, tradução de Mário Antônio Eufrasio. (Publicado originalmente sob o título: “Typological methods in the natural and the social sciences”, in: *Science, Language and Human Rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1952).

HEMPEL, Carl. (1979 [1965]) “Criterios empiristas de significación cognitiva: problemas y cambios”, in: *La Explicación Científica: estudios sobre filosofía de la ciencia*. Barcelona: Paidós, tradução de Néstor Míguez, Irma Ruiz Aused e M. Frassinetti de Gallo (Publicado originalmente sob o título: *Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science*. New York: The Free Press).

HODGSON, Geoffrey M. (2007) “Meanings of methodological individualism”, in: *Journal of Economic Methodology*, v. 14, n. 2, June 2007.

HOUSE, Floyd Nelson. (1936) “The Polish Peasant”, in: *The Development of Sociology*. New York: McGraw-Hill, 1936.

HOYNINGEN-HUENE, Paul. (1987) “Context of discovery and context of justification”, in: *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 18, n. 4, 1987.

HOYNINGEN-HUENE, Paul. (2006) “Context of discovery versus context of justification and Thomas Kuhn”, in: SCHICKORE, J. & STEINLE, F. (ed.). *Revisiting Discovery and Justification*. Dordrecht: Springer, 2006.

HUBER, Joan. (1973) “Symbolic interaction as a pragmatic perspective: the bias of emergent theory”, in: *American Sociological Review*, v. 38, n. 2, April 1973.

HULSWIT, Menno. (2002) *A Short History of ‘Causation’*. Disponível em: <<http://www.library.utoronto.ca/see/SEED/Vol4-3/Hulswit.htm>>. Acessado em: 28 jul. 2013.

JOAS, Hans. (1999 [1987]) “Interacionismo Simbólico”, in: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, tradução de Gilson César Cardoso de Sousa (Publicado originalmente sob o título: *Social Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1987).

KAUFMANN, Felix. (1977 [1956]) *Metodologia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, tradução de José Augusto Guilhon de Albuquerque (Publicado originalmente sob o título: *Methodology of Social Sciences*. New York: Humanities Press, 1958).

KIVISTO, Peter & SWATOS, William H. (1990) “Weber and Interpretive Sociology in America”, in: *The Sociological Quarterly*, v. 31, n. 1, March 1990.

KLIMOVSKY, Gregorio. (1997 [1994]) *Las Desventuras del Conocimiento Científico*. Buenos Aires: A-Z editora, 1997.

KUWABARA, Tsukasa & YAMAGUCHI, Kenichi. (2007) “An introduction to the sociological perspective of Symbolic Interactionism: Herbert Blumer’s perspective revisited”. Disponível em: <http://ir.kagoshima-u.ac.jp/bitstream/10232/6924/1/vol67_p1-9.pdf>. Acessado em: 25 jan. 2014.

LACEY, Hugh. (2006) “Relações entre fato e valor”, in: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 9, n. 16, julho-dezembro 2006.

LESSNOFF, Michael. (1994) “Dilthey”, in: *Routledge History of Philosophy*, New York: Routledge, v. VII, 1994.

LEWIS, J. David. (1976) “The classic American pragmatists as forerunners to Symbolic Interactionism”, in: *The Sociological Quarterly*, v. 17, n. 3, summer 1976.

LINTEAU, Jean. (1992) “The Polish Peasant in Europe and America: un cadre conceptuel et methodologique pour l’analyse du phenomène migratoire”, in: *William Isaac Thomas: Aux Sources de la Sociologie Américaine du Phenomène Migratoire*, Québec: Université Laval, dissertação de mestrado apresentada à Escola de Pós-Graduação, 1992.

LUKES, Steven. (1968) “Methodological individualism reconsidered”, in: *The British Journal of Sociology*, v. 19, n. 2, June 1968.

MADGE, John. (1962) “Peasants and Workers”, in: *The Origins of Scientific Sociology*. Glencoe: Free Press, 1962.

MAKREEL, Rudolf. (2012) “Wilhelm Dilthey”, in: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/dilthey/>>. Acessado em: 28 jul. 2013.

MANDELBAUM, Maurice. (1955) “Societal facts”, in: *The British Journal of Sociology*, v. 6, n. 4, December 1955.

MANDELBAUM, Maurice. (2002 [1957]) “Leis Sociais”, in: *Plural*, n. 9, 2º semestre 2002, tradução de José Jeremias de Oliveira Filho e Mário Antônio Eufrazio (Publicado originalmente sob o título: “Societal laws”, in: *The British Journal for Philosophy of Science*, v. 8, n. 31, November 1957).

MANICAS, Peter T. (2006) *A Realist Philosophy of Social Science: explanation and understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MARICONDA, Pablo Rubén. (2006) “O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor”, in: *Scientiae Studia*, v. 4, n. 3, 2006.

MASSELLA, Alexandre Braga. (1999) “Introdução”, in: MILL, John Stuart. *A Lógica das Ciências Morais*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

MASSELLA, Alexandre Braga. (2000) “Stuart Mill, Durkheim e a prova de relações causais em sociologia”, in: *Ciência & Filosofia*, n.6, 2000.

McPHAIL, Clark & REXROAT, Cynthia. (1979) “Mead vs. Blumer: The Divergent Methodological Perspectives of Social Behaviorism and Symbolic Interactionism”, in: *American Sociological Review*, v. 44, n. 3, June 1979.

McPHAIL, Clark & REXROAT, Cynthia. (1980) “Ex Cathedra Blumer or Ex Libris Mead?”, in: *American Sociological Review*, v. 45, n. 3, June 1980.

MEAD, George Herbert. (1917) “Scientific method and individual thinker”, in: DEWEY, John *et alli*. *Creative Intelligence: essays in the pragmatic attitude*. New York: Henry Holt and Company.

MEAD, George Herbert. (1972 [1934]) *Mind, Self and Society*. Chicago: The University of Chicago Press.

MILKOV, Nikolay. (2013) “The Berlin Group and the Vienna Circle: affinities and divergences”, in: MILKOV, Nikolay & PECKHAUS, Volker (ed.). *The Berlin Group and the Philosophy of Logical Empiricism*. Heidelberg: Springer, 2013.

MILL, John Stuart. (1974 [1843]) “Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva”, in: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, tradução seletiva de João Marcos Coelho baseada na edição de Ernst Nagel de 1950 (Publicado originalmente sob o título: *A System of Logic Raciocinative and Inductive*. London, 1843).

MILL, John Stuart. (1999 [1843]) *A Lógica das Ciências Morais*. São Paulo: Iluminuras, 1999, tradução de Alexandre Braga Massella (Publicado originalmente sob o título: “On the logic of the moral sciences”, in: *A System of Logic Raciocinative and Inductive*. London, 1843).

MORRIS, Charles W. (1972 [1934]) “Introduction: George H. Mead as social psychologist and social philosopher”, in: MEAD, George Herbert. (1972 [1934]) *Mind, Self and Society*. Chicago: The University of Chicago Press.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. (1976) “Reconstruções Metodológicas de Processos de Investigação Social”, in: *Revista de História*, v. LIV, n. 107, julho-setembro 1976.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. (1995) “Patologias e Regras

Metodológicas”, in: *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, janeiro-abril 1995.

PALMER, Richard E. (1969) *Hermeneutics: interpretation theory* in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, and Gadamer. Evanston: Northwestern University Press, 1969.

PARK, Robert Ezra. (1915) “The City”, in: *The American Journal of Sociology*, v. 20, n. 5, March 1915.

PARK, Robert Ezra & BURGESS, Ernest Watson. (1921) *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.

PATY, Michel. (2004 [2003]) “A noção de determinismo na física e seus limites”, in: *Scientiae Studia*, v. 2, n. 4, outubro-dezembro 2004, tradução de Pablo Rubén Mariconda (Publicado originalmente sob o título: “La notion de déterminisme en physique et ses limites”, in: VIENNOT, Laurence & DEBRU, Claude (ed.). *Enquête sur le concept de causalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003).

PATY, Michel. (2004a) “A gênese da causalidade física”, in: *Scientiae Studia*, v. 2, n. 1, janeiro-março 2004, tradução de Pablo Rubén Mariconda (Publicado originalmente sob o título: “Genèse de la causalité physique”, in: *Revue Philosophique de Louvain*, v. 102, n. 3, août 2004).

PATY, Michel. (2005 [2004b]) “O elemento diferencial de tempo e a causalidade física na dinâmica de D’Alembert”, in: *Discurso*, 2005, tradução de Maria Aparecida Corrêa-Paty (Publicado originalmente sob o título: “L’élément différentiel des temps et la causalité physique dans la dynamique de Alembert”, in: Morelon, Régis & Hasnawi, Ahmad (ed.). *De Zénon d’Elée à Poincaré: Recueil d’études en hommage à Roshdi Rashed*. Louvain: Editions Peeters, 2004).

PERINBANAYAGAM, Robert Sidharthan. (1975) “The significance of the others in the thought of Alfred Schütz, G. H. Mead and C. H. Cooley”, in: *The Sociological Quarterly*, v. 16, n. 4, Autumn 1975.

POPPER, Karl Raimund. (2007 [1935]) *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, 2007, tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. (Publicado originalmente sob o título: *Logik der Forschung*. Vienna: Julius Springer Verlag, 1935).

POPPER, Karl Raimund. (1980 [1957]) *A Miséria do Historicismo*. São Paulo: Edusp, 1980, tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg (Publicado originalmente sob o título: *Poverty of Historicism*. New York: Routledge, 1957).

POPPER, Karl Raimund. (1995 [1990]) “A world of propensities: two new view of causality”, in: *A World of Propensities*. Bristol: Thoemmes.

RADNITZKY, Gerard. (1998 [1983]) “Ciência, tecnologia e decisão política: desde a criação de uma teoria até a avaliação das consequências de sua aplicação”, in: *Plural*, n. 5, 1º semestre 1998, tradução de Mário Antônio Eufrasio (Publicado originalmente sob o título: “Science, technology, and political decision: from the creation of a theory to the evaluation of the consequences of its application”, in: *Scientia*, anni 77, v. 118, n. 9-12, 1983).

RAY, Christopher. (2000) “Logical Positivism”, in: NEWTON-SMITH, William H. (ed.). *A Companion to Philosophy of Science*. Oxford: Blackwell, 2000.

REID, Thomas. (1915 [1764]) “Knowledge and reality”, in: JOHNSTON, G. A. (ed.). *Selections from the Scottish Philosophy of Common Sense*. Chicago: The Open Court Publishing Company (Passagens publicadas originalmente em: *An Inquiry into the Human Mind on the Principles of Common Sense*. Edinburgh, 1764).

RESCHER, Nicholas. (1958) “On prediction and explanation”, in: *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 8, n. 32, February 1958.

REY, Georges. (2013) “The analytic/synthetic distinction”, in: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/analytic-synthetic/>>. Acessado em: 28 jul. 2013.

RITZER, George. (1993) “Interaccionismo Simbolico”, in: *Teoría Sociológica Contemporánea*. Madrid: McGraw-Hill, 1993 (Publicado originalmente sob o título: *Contemporary Sociological Theory*. New York: Knopf, 1988).

RUBEN, David-Hillel. (1982) “The existence of social entities”, in: *The Philosophical Quarterly*, v. 32, n. 129, October 1982.

RUBEN, David-Hillel. (1983) “Social wholes and parts”, in: *Mind* (New Series), v. 92, n. 366, April 1983.

RUBEN, David-Hillel. (2001) “Social properties (facts and entities): philosophical aspects”, in: SMELSER, Neil J. & BALTES, Paul B. (ed.). *The International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Oxford: Elsevier, 26 v.

SALMON, Wesley. (1973) *Logic*. New Jersey: Prentice-Hall.

SALMON, Wesley. (2000) “Logical Empiricism”, in: NEWTON-SMITH, William H. (ed.). *A Companion to Philosophy of Science*. Oxford: Blackwell, 2000.

SCHIMIDT, Lawrence K. (2012 [2006]) *Hermenêutica*. Petrópolis: Vozes, 2012, tradução de Fábio Ribeiro (Publicado originalmente sob o título: *Understanding Hermeneutics*. Stocksfield: Acumen, 2006).

SCHORN, Remi. (2010) “Dogmatismo, regresso infinito e psicologismo no Racionalismo Crítico”, in: *Saberes*, v. 2, n. 5, agosto 2010.

SCHÜTZ, Alfred. (1932) *Fenomenología del Mundo Social*. Buenos Aires: Paidós, tradução de Eduardo J. Prieto (Publicado originalmente sob o título: *Der sinnhaft Aufbau der sozialen Welt*. Viena: Springer-Verlag, 1932).

SCHÜTZ, Alfred. (1945) "Some leading concepts of phenomenology", in: *Social Research: An International Quarterly*, v. 12, n. 1, Spring 1945.

SCHÜTZ, Alfred. (1951) "Choosing among projects of action", in: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 12, n. 2, December 1951.

SCHÜTZ, Alfred. (1953) "Common-sense and scientific interpretation of human action", in: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 14, n. 1, December 1953.

SCHÜTZ, Alfred. (2007 [1954]) "A formação de conceitos e teorias nas Ciências Sociais", in: *Plural*, n. 14, v. 2, 2007, tradução de Mário Antônio Eufrasio e José Jeremias de Oliveira Filho (Publicado originalmente sob o título: "Concept and theory formation in the social sciences", in: *The Journal of Philosophy*, v. 51, n. 9, april 1954).

SEAGER, William. (2000) "Physicalism", in: NEWTON-SMITH, William H. (ed.). *A Companion to Philosophy of Science*. Oxford: Blackwell.

SHALIN, Dmitri. (1986) "Pragmatism and social interactionism", in: *American Sociological Review*, v. 51, n. 1, February 1986.

SHEENY, Paul. (2003) "Individualism in the Social Sciences", in: *The Richmond Journal of Philosophy*, n. 4, Summer 2003.

SKORUPSKI, John. (1989) "The logic of Moral Sciences", in: *John Stuart Mill*. London: Routledge, 1989.

STROUD, Barry. (1993) "Logical Positivism", in: DANCY, Jonathan & SOSA, Ernest (ed.). *A Companion to Epistemology*. Oxford: Blackwell, 1993.

ŠUBER, Daniel. (2010) "Social science between neo-kantianism and philosophy of life: the cases of Weber, Simmel, and Mannheim", in: FEEST, Uljana (ed.). *Historical Perspectives on Erklären and Verstehen*. Heidelberg: Springer, 2010.

THOMAS, Evan. (1986) "The collaboration of Thomas and Znaniecki", in: *The Sociology of William I. Thomas in Relation to The Polish Peasant*. 2 v. Iowa City: The University of Iowa, tese de doutorado em filosofia apresentada para o Graduate College, December 1986.

THOMAS, William Isaac. (1905) "The province of social psychology", in: *The American Journal of Sociology*, v. 10, n. 4, January 1905.

THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian W. (2006 [1918]) *Nota Metodológica*. São Paulo: Departamento de Sociologia-FFLCH/USP, tradução de Mário Antônio Eufrasio (Publicado originalmente sob o título: "Methodological note", in: *The Polish Peasant in Europe and America*. Chicago: The University of

Chicago Press, v. 1, 1918).

THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian W. (1958 [1918-20, 5 vol.]) *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Dover, 2 vol., 1958, pp. 87-92, 102-4, 106-7, 113, 118, 125-6, 128-9, 158-166, 170, 184, 190-1, 194-6, 203-6, 1117-23, 1127-32, 1306, 1467-79, 1647-53, 1822-7, 1906-14.

THOMAS, William Isaac. (2005 [1923]) “La definición de la situación”, in: *Cuadernos de Información y Comunicación*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, v. 10, 2005, tradução de Eva Aladro (Publicado originalmente em: *The Unadjusted Girl: with cases and standpoint for behavioral analysis*. Boston: Little, Brown, and Company, 1923, pp. 41-50).

TUGENDHAT, Ernst. (1996 [1983]) *Propedêutica Lógico-Semântica*. Petrópolis: Vozes, 1996 (Publicado originalmente sob o título: *Logisch-semantische Propädeutik*. Stuttgart: Reclam. 1983).

TUOMELA, Raimo. (1990) “Methodological individualism and explanation”, in: *Philosophy of Science*, v. 57, n. 1, March 1990.

TURNER, Stephen P. (2003) “Cause, the persistence of teleology, and the origins of the philosophy of social science”, in: TURNER, Stephen P. & ROTH, Paul A. (ed.). *The Blackwell Guide to the Philosophy of Social Sciences*. Oxford: Blackwell, 2003.

UEBEL, Thomas. (2003) “Twentieth-century philosophy of social science in the analytic tradition”, in: TURNER, Stephen P. & ROTH, Paul A. (ed.). *The Blackwell Guide to the Philosophy of Social Sciences*. Oxford: Blackwell, 2003.

UEBEL, Thomas. (2010) “Opposition to Verstehen in orthodox Logical Empiricism”, in: FEEST, Uljana (ed.). *Historical Perspectives on Erklären and Verstehen*. Heidelberg: Springer, 2010.

VERHOEVEN, Jef C. (1991) “Phenomenological ‘Verstehen’ and interactionist ‘understanding’: similarities and differences”, in: HELLE, Horst. *Verstehen and Pragmatism: essays in interpretative sociology*. Frankfurt: Lang.

VERHOEVEN, Jef C. (1995) *Methodological and Metascientific Problems in Symbolic Interactionism* – a report on the opinions of third generation symbolic interactionists. Leuven: University of Leuven, Department of Sociology, Centre for Theoretical Sociology and Sociology of Education.

VON WRIGHT, Georg Henrik. (1987 [1971]) “Dos tradiciones”, in: *Explicación y Comprensión*. Madrid: Alianza Editorial, 1987 (Publicado originalmente sob o título: “Two traditions”, in: *Explanation and Understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1971).

WEBER, Max. (1991 [1904]) “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, in: COHN, Gabriel. (Org.) *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1991, tradução de Gabriel Cohn (Publicado originalmente sob o título: “Die ‘Objektivität’

sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”, in: *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Bd. 19, 1904).

WEBER, Max. (1996 [1906]) “Estudios críticos sobre la lógica de las ciencias de la cultura”, in: *Ensayos sobre Metodología Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1958, tradução de José Luis Etcheverry (Publicado originalmente sob o título: “Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik”, in: *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Bd. 22, 1906).

WEBER, Max. (1996 [1913]) “Sobre algunas categorías de la sociología comprensiva”, in: *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996, tradução de José Luis Etcheverry (Publicado originalmente sob o título: “Ueber einige Kategorien der verstehenden Soziologie”, in: *Logos*, Bd. 4, Heft 3, 1913).

WEBER, Max. (1996 [1917]) “El sentido de la ‘neutralidad valorativa’ de las ciencias sociológicas y económicas”, in: *Ensayos sobre Metodología Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1958, tradução de José Luis Etcheverry (Publicado originalmente sob o título: “Der Sinn der ‘Wertfreiheit’ der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften”, in: *Logos*. Bd. 7, 1917).

WEBER, Max. (1964 [1922]) “Conceptos sociológicos fundamentales”, in: *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964 (Publicado originalmente sob o título: “Soziologische Grundkategorien des Wirtschaftens”, in: *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der Verstehenden Soziologie*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922).

WHIMSTER, Sam. (2007) “Wissenschaftslehre”, in: *Understanding Weber*. Abingdon: Routledge, 2007.

WILSON, Thomas P. (1970) “Conceptions of interaction and forms of sociological explanation”, in: *American Sociological Review*, v. 35, n. 4, August 1970.

WITMER, D. Gene. (2006) “Physicalism”, in: SARKAR, Sahotra & PFEIFER, Jessica (ed.). *The Philosophy of Science: an encyclopedia*. New York: Routledge, 2006.

ZIJDERVELD, Anton C. (2006) *Rickert’s Relevance: the ontological nature and epistemological functions of values*. Leiden: Brill, 2006.